UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

FELIPE TAVARES PAES LOPES

**Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol:
ideologia e crítica na construção de um problema social**

São Paulo

2012

FELIPE TAVARES PAES LOPES

**Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol:
ideologia e crítica na construção de um problema social**

(Versão original)

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutor em
Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Esdras Guerreiro
Vasconcellos

São Paulo

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Lopes, Felipe Tavares Paes.

Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social / Felipe Tavares Paes Lopes; orientador Esdras Guerreiro Vasconcellos. -- São Paulo, 2012.

589 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Violência 2. Futebol 3. Problemas sociais 4. Ideologia 5. Análise do discurso I. Título.

HM291

LOPES, F. T. P. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol:** ideologia e crítica na construção de um problema social. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título em Doutor em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Mari. Por ter participado da construção de cada linha desta tese. Por ser a interlocutora mais (im)pertinente que já conheci. E, acima de tudo, por ser o amor da minha vida. Ao seu lado, aprendi a viver a plenitude da amizade, sem renunciar a força da paixão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Esdras G. Vasconcellos, pelo apoio e atenção durante toda a realização do trabalho, sempre contribuindo com comentários pertinentes e sugestões muito valiosas. Aqui, também registro minha gratidão aos colegas orientandos do Prof. Esdras, pelas importantes contribuições feitas nas reuniões do grupo;

Ao Prof. Dr. Xavier Giró, que coorientou este trabalho durante meu estágio doutoral em Barcelona, por sempre ter se mostrado atencioso e disposto ao diálogo, contribuindo com interessantes comentários e proveitosas indicações de leitura. Neste estágio, minha gratidão, também, ao Prof. Dr. Lupicinio Iñiguez Rueda e aos colegas do Laicos-Iapse, pela acolhida e pela oportunidade de apresentar e discutir esta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Paulo Salles e ao Prof. Dr. Clóvis de Barros Filho, pelas importantes e enriquecedoras considerações feitas no exame de qualificação. Ao Clóvis agradeço, também, por ter me acompanhado e me apoiado durante toda a minha trajetória acadêmica;

À Prof^a. Dr^a. Heloisa Reis, ao Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, ao André Azevedo, ao Marcos Ferreira, ao Pulguinha, ao Tatinho e aos queridos amigos Ricardo Mello e Erich Beting, por, generosamente, terem aceitado participar das entrevistas;

A toda minha família, pelo carinho e apoio dado. Ainda que já ausentes, meus avôs Beto e Tito e minha avó Jecy permanecem muito presentes, como fonte de alegres recordações e exemplos de vida. Minha avó Vera, com sua juventude e alegria, é igualmente uma referência para mim. Não posso deixar de fazer, aqui, um agradecimento especial aos meus pais: sempre presentes e me incentivando, me ajudaram diretamente nesta pesquisa, coletando material jornalístico enquanto eu estava em Barcelona. Igualmente me ajudou nessa coleta o meu irmão Duda, que, junto à Carol, à Mari e ao meu irmão Pedro, me dá a alegria de compartilhar aqueles momentos pelos quais passo a semana inteira esperando: os jogos do Timão;

A todos os amigos que, de alguma forma, me apoiaram e me incentivaram nessa jornada. Em especial, sou grato ao Luiz e à María, que receberam a mim e à Mari em Barcelona, acolhendo-nos com enorme carinho. Ao Luiz também registro minha gratidão por ter me ajudado com toda a parte burocrática no estágio-doutoral. Sem você, certamente o Gênio Maligno teria vencido a batalha!;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa-sanduíche e pelo apoio financeiro para a realização do estágio doutoral.

RESUMO

LOPES, F. T. P. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social.** 2012. 589 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A violência envolvendo torcedores de futebol, tanto nas arquibancadas como fora delas, não é recente. Sabemos que esse fenômeno ocorre há décadas em diversas partes do mundo, estendendo-se aos anos anteriores à Primeira Grande Guerra. Entretanto, no Brasil, foi somente a partir do final da década de 1980 que ele passou a se notabilizar como conteúdo noticioso e, com isso, a mobilizar mais fortemente a opinião pública. Nesse período, foi alçado à condição de problema social e tornou-se objeto de preocupação pública constante. Desde então, diversos *claims-makers* – jornalistas, dirigentes desportivos, dirigentes de torcidas organizadas, acadêmicos, autoridades públicas etc. – vêm debatendo o assunto. Diante da relevância e premência desse debate, objetivamos, nesta tese, discutir como ele vem sendo construído e como os sentidos mobilizados por essa construção se entrecruzam com relações de dominação. Mais especificamente, buscamos responder a seguinte indagação: se, em que medida e como os discursos desses diversos *claims-makers* acerca da violência envolvendo torcedores de futebol podem ser considerados uma produção ideológica, produzindo e reproduzindo relações de dominação? A fim de termos acesso a esses discursos, realizamos entrevistas semiestruturadas e coletamos artigos opinativos em jornais de grande circulação. Para analisar esses materiais, apoiamos-nos na teoria de violência de Johan Galtung, na teoria construcionista de problemas sociais e na teoria de ideologia de John B. Thompson, além de adotarmos o referencial metodológico desenvolvido por este último, a hermenêutica de profundidade. Seguindo a estrutura tradicional desse referencial, organizamos a análise dos materiais em três fases: num primeiro momento, descrevemos e analisamos o seu contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção; num segundo momento, analisamos a sua estrutura interna; e, num terceiro momento, reinterpretemos os resultados obtidos na segunda fase à luz dos obtidos na primeira. A partir dessa reinterpretação, argumentamos, entre outras coisas, que o debate em questão tem mobilizado a ideologia ao ajudar a manter os torcedores organizados, em particular, e os pobres, em geral, numa situação de dominação. Além disso, defendemos que, ao difundir a ideia de que a irracionalidade é uma característica natural do comportamento de grupo ou de massa, alguns discursos enunciados nesse debate também têm mobilizado a ideologia na medida em que sustentam relações de dominação das autoridades públicas sobre os torcedores. Todavia, o caráter ideológico do debate é, nesse caso, confrontado pelo caráter crítico de outros discursos, que contestam a ampliação do controle do Estado sobre o cidadão. Além dessa contestação, observamos críticas ao tratamento dado ao torcedor no espetáculo futebolístico e ao comportamento das autoridades, jornalistas e dirigentes. Também percebemos uma profunda insatisfação em determinados discursos com as diferenças socioeconômicas e com as condições educacionais existentes no país. Diante disto, não pudemos deixar de reconhecer que, ainda que em diversos momentos esteja a serviço da dominação, o debate atual em torno da violência no futebol brasileiro também tem mobilizado críticas e intervenções desafiadoras e transformadoras do *status quo*.

Palavras-chave: Futebol. Violência. Problemas sociais. Ideologia. Análise do discurso.

ABSTRACT

LOPES, F. T. P. **Discourses about violence involving football supporters:** ideological and critical aspects of the construction of a social problem. 2012. 589 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The violence involving football supporters, both inside and outside the stadiums, is not recent. We know that this phenomenon has been occurring for decades in different parts of the world, since the World War I. In Brazil, however, it was only after the 1980s that it began to excel as news content and, therefore, mobilize public opinion more strongly. In this period, it became a social problem and the object of constant public apprehension. Since then, many claims-makers – journalists, club directors and *torcidas organizadas* (organized fan groups), scholars, public authorities etc. – have debated the issue. Due to the relevance and prominence of this debate, in this dissertation, we aimed to discuss how this debate has been constructed and how the meanings mobilized by this construction relate with domination relations. More specifically, we aimed to answer the following question: if and how the discourses produced by those different claims-makers about the violence involving football supporters may be considered an ideological production? To access these discourses, we conducted semi-structured interviews and collected opinion articles published in newspapers with large circulation. The analysis of these materials was based on the violence theory proposed by Johan Galtung, on the constructivist social problems theory and on John B. Thompson's ideology theory – we also used the methodology developed by the latter author, depth hermeneutics. Following the traditional structure proposed by this methodology, we divided the analysis into three phases: first, we described and analyzed the socio-historical context of its production, circulation and reception; second, we analyzed its internal structure and, finally, we reinterpreted the second phase's outcomes using the data produced in the first stage. After this reinterpretation, we argued, among other things, that the debate discussed here has mobilized the ideology since it helps to keep the *torcedores organizados*, in particular, and the common supporters, in general, in a domination situation. We also defended that some of these discourses propagate the idea that group or mass behavior is naturally irrational and that, in doing so, they sustain the domination relation between public authorities and supporters. However, the ideological aspect of the debate is, in this case, confronted by the critical aspect of the discourses that contest the amplification of the State control. We also observed that they criticize the treatment the supporters receive during the football event and the behavior of authorities, journalists and sports directors. We also noticed, in some discourses, a deep dissatisfaction with the socio-economical differences and the educational conditions of the country. Therefore, we can say that, although the current debate about violence in Brazilian football often contributes to domination, it also has mobilized some criticism, challenging interventions and the transformation of the *status quo*.

Keywords: Football. Violence. Social problems. Ideology. Discourse analysis.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
DO PLANO DA PESQUISA.....	18
PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	21
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
1.1 A concepção de violência de Johan Galtung.....	22
1.2 A concepção construcionista de problemas sociais	27
1.3 A concepção de ideologia de John B. Thompson	32
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL METODOLÓGICO	42
2.1 Primeira fase da Hermenêutica de Profundidade: análise sócio-histórica.....	45
2.2 Segunda fase da Hermenêutica de Profundidade: análise formal ou discursiva.....	46
2.3 Terceira fase da Hermenêutica de Profundidade: interpretação/ reinterpretação.....	47
PARTE II – ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA.....	48
CAPÍTULO 3 – CONTEXTO INTERNACIONAL DE CONSTRUÇÃO, TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL	52
3.1 <i>Claims-makers</i> e audiências.....	53
3.2 Interpretações	72
3.2.1 Interpretações “Internalistas”	81
3.2.2 Interpretações “Externalistas”	85
3.3 Políticas de contenção.....	92
CAPÍTULO 4 – CONTEXTO NACIONAL DE CONSTRUÇÃO, TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL	103
4.1 <i>Claims-makers</i> e audiências.....	109
4.2 Interpretações	126
4.2.1 Interpretações “Internalistas”	138

4.2.2 Interpretações “Externalistas”	140
4.3 Políticas de contenção	153
PARTE III – ANÁLISE FORMAL OU DISCURSIVA	164
CAPÍTULO 5 – CONSTRUINDO AS CONDIÇÕES	181
5.1 Condições “internas”	182
5.1.1 Comportamento de grupo ou de massa.....	183
5.1.2 Organização do evento futebolístico.....	189
5.2 Condições “externas”	195
5.2.1 Impunidade.....	196
5.2.2 Falta de interesse em resolver o problema.....	200
5.2.3 Falta de cidadania, desigualdade e insatisfação social.....	205
CAPÍTULO 6 – CONTRUÍDO OS ENVOLVIDOS	211
6.1 “Vítimas”	213
6.1.1 Treinadores e atletas.....	213
6.1.2 “Torcedor comum”.....	217
6.1.3 Consumidor.....	221
6.1.4 Famílias	224
6.1.5 Sociedade.....	228
6.2 “Vilões”	233
6.2.1 Torcedor violento.....	234
6.2.2 Jornalistas.....	256
6.2.3 Autoridades públicas e dirigentes desportivos.....	259
CAPÍTULO 7 – CONSTRUINDO AS SOLUÇÕES	265
7.1 Soluções previstas no Estatuto de Defesa do Torcedor	271
7.1.1 Penalização das torcidas organizadas.....	272
7.1.2 Criminalização da violência, da fraude desportiva e do cambismo.....	276
7.1.3 Elaboração e implementação de planos de ação, emissão de ingressos	

<i>numerados e agilidade na venda de ingressos.....</i>	281
7.2 Soluções não previstas no Estatuto de Defesa do Torcedor.....	283
<i>7.2.1 Cadastramento nacional do torcedor.....</i>	284
<i>7.2.2 Restrição ou proibição da presença da torcida visitante.....</i>	291
<i>7.2.3 Especialização da polícia.....</i>	299
<i>7.2.4 Qualificação do jornalista esportivo e elaboração e aplicação de um Termo de Reajuste de Conduta.....</i>	301
<i>7.2.5 Investimento em educação, diminuição da desigualdade social e fortalecimento do diálogo</i>	305
PARTE IV – INTERPRETAÇÃO/ REINTERPRETAÇÃO.....	313
CAPÍTULO 8 – POTENCIAL IDEOLÓGICO DOS DISCURSOS	315
CAPÍTULO 9 – POTENCIAL CRÍTICO DOS DISCURSOS	321
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	325
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	329
ANEXOS.....	345

Nenhuma tese é neutra. Esta busca combinar uma atitude de solidariedade com os torcedores organizados, em particular, e pobres, em geral, com uma atitude de oposição e dissidência contra toda forma de discurso que se propõe “humanitário” e se apresenta em prol da paz, mas que está a serviço da dominação.

APRESENTAÇÃO

DO PROBLEMA DE PESQUISA

A violência envolvendo torcedores(as)¹ de futebol, tanto nas arquibancadas como fora delas, não é recente. Sabemos que esse fenômeno ocorre há décadas em diversas partes do mundo, estendendo-se aos anos anteriores à Primeira Grande Guerra (DUNNING; MURPHY; WILLIAMS, 1993). Entretanto, no Brasil, foi somente a partir do final da década de 1980 que ele passou a se notabilizar como conteúdo noticioso e, com isso, a mobilizar mais fortemente a opinião pública. Nesse período, foi alçado à condição de problema social brasileiro, tornando-se objeto de preocupação pública constante. De acordo com Toledo (1996), isso se deu, sobretudo, a partir de 1988, com o destaque dado pela imprensa ao assassinato de um dos dirigentes e fundadores da Mancha-Verde (atual Mancha-Alviverde), uma das principais torcidas organizadas do Palmeiras.

Em meados da década de 1990, a violência no futebol² ganhou uma dimensão pública ainda maior, entrando definitivamente na pauta das decisões políticas. Um episódio em especial parece ter chamado a atenção da imprensa, recebendo ampla cobertura jornalística: a chamada “batalha campal do Pacaembu”, quando torcedores do Palmeiras e do São Paulo invadiram o gramado e se enfrentaram violentamente. Desde então, diversos *claims-makers*³ – jornalistas, dirigentes desportivos (de clubes, federações e confederações), dirigentes de torcidas organizadas, acadêmicos, autoridades públicas⁴ etc. – vêm debatendo o assunto e promovendo ampla campanha em prol da paz em nossos estádios, como podemos acompanhar na mídia escrita e falada. Esta campanha parece ter conquistado a unanimidade da opinião pública, elevando seus defensores acima do bem e do mal.

¹ A partir daqui, a fim de aliviar o texto, abandonaremos a fórmula “o(a)” e passaremos a adotar o masculino.

² A partir daqui, para não fazermos um uso excessivo da expressão “violência envolvendo torcedores de futebol”, aludiremos, às vezes, a essa violência simplesmente como “violência no futebol”. Esta última não irá se referir, portanto, à violência entre atletas, atletas e polícia, atletas e juiz, juiz e treinador etc.

³ Grosso modo, *claims-makers* são aqueles que constroem problemas sociais. Este conceito será elucidado no capítulo 3 desta tese. Antecipamos, todavia, que manteremos o termo em inglês porque seu uso já se tornou consagrado nas ciências sociais.

⁴ Entendidas aqui como agentes do poder público e não como aqueles que possuem prestígio e reputação de grande conhecimento em determinado assunto.

Contudo, desafiando essa unanimidade, cabe indagar se essa campanha é, de fato, desinteressada e suscitada apenas por razões humanitárias. Afinal, ela participa da definição e demarcação do problema social em questão⁵ – o que, por conseguinte, tem consequências sobre a maneira pela qual se pretende remediá-lo e solucioná-lo. Sendo assim, nesta tese de doutorado, objetivamos⁶ discutir como essa campanha vem sendo construída e como os sentidos mobilizados por essa construção se entrecruzam com relações de dominação. Mais especificamente, buscamos responder a seguinte indagação: *se, em que medida e como os discursos⁷ desses diversos claims-makers acerca da violência envolvendo torcedores de futebol podem ser considerados uma produção ideológica, produzindo e reproduzindo relações dominação?* Estamos interessados, portanto, em alguns dos possíveis usos sociais desses discursos.

Ao determo-nos nesses usos, percebemos que muitos desses discursos defendem pontos de vista e empregam argumentos que colaboram para a estigmatização de um grupo específico de torcedores: os torcedores organizados. Essa estigmatização tem efeito em cadeia ou em onda, uma vez que o estigma que marca esses torcedores frequentemente ressoa em todos aqueles que possuem o seu perfil socioeconômico mais característico: os pobres (sobretudo os jovens). Este efeito contribui para a exclusão destes últimos do universo futebolístico e da sociedade de uma maneira mais ampla. Diante disto, argumentamos que o debate atual em torno da violência no futebol brasileiro tem mobilizado a ideologia ao ajudar a manter os torcedores organizados, em particular, e os pobres, em geral, numa situação de dominação.

Também notamos que diversos discursos analisados reafirmam a imutabilidade da situação, fazendo crer que o problema não possui solução. Além disso, observamos que alguns deles difundem a ideia de que a irracionalidade é uma característica natural do comportamento de grupo ou de massa, ensejando a percepção de que a coletividade torcedora

⁵ A fim de enfatizar seu caráter socialmente construído, alguns autores construcionistas colocam entre aspas a palavra “problema” quando esta se refere a algum caso específico. Entretanto, uma vez que para o construcionismo (perspectiva da qual partimos) não existe nenhum problema que não seja socialmente construído, consideramos aqui o uso das aspas redundante e, portanto, desnecessário.

⁶ O uso da primeira pessoa do plural empregado ao longo da pesquisa serve para enfatizar que, a despeito de ser assinada somente por um autor, ela é fruto de um trabalho que contou ao longo de todas as suas etapas com a inestimável colaboração de diversas pessoas, especialmente do Prof. Dr. Esdras Guerreiro Vasconcellos. É preciso ressaltar, todavia, que todos os problemas teórico-metodológicos que este trabalho possa apresentar são de inteira responsabilidade do autor.

⁷ Do mesmo modo que Thompson (2002, p. 371), utilizaremos o termo discurso para nos referirmos “[...] às instâncias de comunicação correntemente presentes”, entendendo que essas instanciais são práticas sociais, uma forma de ação entre as pessoas que se articula num contexto determinado. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que é parte da vida social, o discurso é um instrumento que cria a vida social (BLANCAFORT; VALLS, 2008).

não possui nada de significativo a dizer. Ao mesmo tempo em que enseja tal percepção, essa ideia legitima o controle social das autoridades públicas sobre a referida coletividade, pois faz crer que ela é potencialmente perigosa. Juntos, os torcedores estariam mais propensos a agir violentamente. Visto sob esse ângulo, defendemos que o debate em questão também tem mobilizado a ideologia na medida em que sustenta relações de dominação das autoridades públicas sobre os torcedores.

Todavia, o caráter ideológico do debate é, nesse caso, confrontado pelo caráter crítico de outros discursos, que contestam a ampliação do controle do Estado sobre o cidadão. Embora haja certo temor em relação ao possível comportamento violento da coletividade torcedora, existe também a percepção de que a ampliação desse controle é autoritária e ilegítima. Outra percepção corriqueira é a de que as autoridades públicas e os dirigentes desportivos são incompetentes e corruptos, além de não estarem realmente interessados em resolver o problema da violência. Embora a profunda desconfiança lançada sobre esses agentes possa afastar o torcedor bem-intencionado do processo político de gestão do futebol profissional – afinal dificilmente alguém bem-intencionado será incentivado a entrar num universo onde as pessoas são sabidamente mal-intencionadas –, ela não deixa de ser uma forma de protesto contra grupos que ocupam posições de dominação no universo do futebol.

Em determinados momentos, tal desconfiança atinge também a figura dos jornalistas, que são acusados por alguns *claims-makers* de estimularem a violência. Além dessa desconfiança, percebemos uma profunda insatisfação em determinados discursos com as diferenças socioeconômicas e com as condições educacionais existentes no país. Outra crítica bastante presente nos discursos analisados diz respeito ao tratamento dado ao torcedor. Este é frequentemente abordado como “vítima” da falta de infraestrutura dos estádios brasileiros, da falta de planejamento do transporte público nos dias de jogos, da violência policial etc. Diante disto, este trabalho não pode deixar de reconhecer que, ainda que em diversos momentos esteja a serviço da dominação, o debate atual em torno da violência no futebol brasileiro também tem mobilizado críticas e intervenções desafiadoras e transformadoras do *status quo*.

Trabalho que se justifica fundamentalmente por duas razões. Em primeiro lugar, pela relevância e premência do debate em questão. Afinal, a violência no espetáculo futebolístico é um fenômeno complexo, que não apenas envolve o principal esporte do país, com enorme importância para nossa cultura popular e vida social, mas, também, possui sérias implicações econômicas, políticas e sociais. Em segundo lugar, porque segue um caminho teórico-

metodológico alternativo, que se afasta das abordagens ditas “clássicas”, tratando de aspectos ainda pouco explorados pela literatura acadêmica.

Nas últimas décadas, a violência no futebol tem sido uma constante na agenda de pesquisadores de todo o mundo. Em plano internacional, tal tema já foi abordado por sociólogos como Taylor (1971), Clarke (1978), Murphy, Willians e Dunning (1994), bem como por psicólogos sociais como Marsh, Rosser e Harré (1978). No Brasil, esse tema tem ensejado férteis reflexões, sobretudo acerca da identidade social dos torcedores organizados, de seus vínculos sociais, bem como dos processos históricos e sociais de sua formação. Entretanto, como pudemos comprovar a partir de revisão bibliográfica, há poucos trabalhos que abordam o processo que tem levado essa violência a ser considerada um grave problema social. A maioria dos artigos, dissertações e teses sobre o assunto limita-se a analisar o comportamento violento do torcedor, variando naquilo que julga serem as suas causas principais.

Diante disto, pouco tem se discutido acerca da reação da sociedade a esse comportamento. Não tem se problematizado, por exemplo, o fato de o julgamento feito acerca dele ter consequências concretas para a autoimagem e participação social mais ampla de seus agentes. Tampouco tem se problematizado a razão de ele ter, em determinado momento, incitado a opinião pública, fazendo com que inúmeros agentes e instituições sociais se mobilizassem em busca de soluções. Poderíamos argumentar, ingenuamente, que sua entrada na agenda pública e na pauta das ações políticas é o resultado direto de sua extensão e gravidade. No entanto, existem outros fenômenos com efeitos tão ou mais devastadores para a sociedade que não entram nessa agenda nem nessa pauta. Obviamente que isto não quer dizer que consideremos aqui a violência no futebol mera obra de ficção. O autor desta tese, que é um frequentador assíduo de estádios, já presenciou, inclusive, diversas cenas dessa natureza. Tampouco quer dizer que consideremos que essa violência possua aspectos funcionais e que ela possa, deste modo, beneficiar de alguma forma a sociedade. Reconhecemos que o sofrimento e os danos infligidos por ela são realmente graves e lamentáveis. Portanto, o que propomos aqui é simplesmente que a sua publicização não deve ser vista como o espelho de suas condições objetivas.

Sendo assim, consideramos fundamental dirigir a atenção desta pesquisa para a análise de por quem e como a violência no futebol vem sendo definida e com quais consequências. Ao invés de nos perguntarmos como a sociedade constrói torcedores violentos, nos perguntamos como ela constrói a categoria “torcedor violento” e a incorpora como tema de

relevo. Essa é uma mudança significativa. Afinal, ela redireciona a questão para um problema mais amplo do que a simples caracterização psicológica e social daqueles que a praticam. Em vez disto, leva-nos a olhar para um processo que, para além do comportamento violento de alguns torcedores, também envolve aqueles que enunciam e denunciam essa violência como um grave problema social. Envolve, portanto, aqueles que debatem e formulam as pautas sobre o assunto. Aqueles que lhe dão visibilidade pública, orientando recursos para determinadas ações públicas em detrimento de outras.

Por esta razão, nos debruçamos sobre os *claims-makers* do problema em questão. Conforme já indicamos, estes são, em sua maioria, jornalistas, acadêmicos, dirigentes desportivos e autoridades públicas. Ao considerarmos seus discursos como objetos de análise da ideologia, investigando suas relações com o poder, concebemos que suas ideias e opiniões também podem – e, muitas vezes, devem – ser criticadas. Consequentemente, colocamos, de certo modo, em xeque a hierarquia de credibilidade da sociedade, questionando o monopólio da verdade desses agentes. Afinal, adotar uma postura crítica diante dos rótulos empregados e definições levantadas por eles significa retirar seus discursos da condição de verdades morais inquestionáveis e, com isso, problematizar uma das principais formas pelas quais mantêm suas posições. Em outras palavras, significa apresentar uma nova interpretação às interpretações propostas pelos dominantes, não oferecendo “[...] uma isenção convencional de nossas indagações profissionais a ninguém, por mais respeitáveis ou altamente situáveis que sejam.” (BECKER, 2009, p. 206).

Além dos *claims-makers* supracitados, este trabalho também leva em conta o ponto de vista de dirigentes de torcidas organizadas, pois, ainda que possuam um poder mais limitado, eles atuam ativamente no processo de construção da visibilidade do problema da violência no futebol⁸. Em geral, os grupos sociais rotulados de “desviantes” não atuam propriamente como *claims-makers*. São os outros – normalmente aqueles situados nos níveis superiores da estrutura social (BECKER, 2008) – que procuram tornar seu “desvio” objeto de preocupação pública constante e que propõem os meios para a sua “salvação”. Usuários de crack, por exemplo, não possuem um movimento organizado capaz de arregimentar o apoio de outras

⁸ Diferentemente dos torcedores organizados que não ocupam cargos diretivos, o que justifica nossa opção por analisar somente discursos de dirigentes. Aqui também cabe destacar que não abordamos discursos de torcedores não filiados a torcidas organizadas uma vez que estes, em geral, não participam das atividades estratégicas que visam explicitamente à superação do problema. Embora até possam participar de sua construção (assinando petições, participando de passeatas, escrevendo cartas para jornais e revistas etc.), eles são, no máximo, *claims-makers* “fracos”, pois aquilo que dizem geralmente tem pouca visibilidade e impacto no curso dos acontecimentos. Isto não quer dizer, evidentemente, que seus discursos não tenham importância científica e social, apenas que escapam dos estreitos limites desta tese.

instituições aos seus interesses e objetivos. Desorganizados e impotentes, não participam da formulação das pautas das políticas públicas referentes ao problema da droga. Diferentemente, as torcidas organizadas constituem um mecanismo de pressão atuante, assumindo um espaço cada vez maior no estádio e na sociedade (PIMENTA, 1997). Diante disto, para uma discussão mais completa do processo de publicização da violência no futebol, este trabalho incluiu discursos de dirigentes dessas torcidas em suas análises. Análises estruturadas em quatro partes interdependentes.

DO PLANO DA PESQUISA

Na primeira parte, buscamos apresentar e justificar nosso referencial teórico-metodológico. Para tanto, no capítulo um, abordamos a teoria de violência de Johan Galtung, a teoria construcionista de problemas sociais e a teoria crítica de ideologia de John B. Thompson. Ao fazermos isto, destacamos que a teoria de Galtung compreende a violência como a causa da diferença entre o efetivo e o potencial e que ela é analiticamente profícua para esta tese uma vez que nos permite conceber a violência de forma ampla, sem reduzi-la à violência física e pessoal – o que, consequentemente, abre-nos a possibilidade de refletirmos sobre como têm sido discutidas outras formas de violência praticadas no universo do futebol.

Também sublinhamos que, ao escapar da perspectiva “objetivista” de problemas sociais, a teoria construcionista compreende a construção de um problema social não como um reflexo de suas condições objetivas, mas como um processo que leva integrantes de uma sociedade a conceber uma suposta condição como algo que é prejudicial e que deve ser solucionado – o que nos faculta discutir o problema da violência no futebol brasileiro como o resultado de um processo de construção social, e não como algo que é naturalmente dado. Além disso, destacamos que a teoria de ideologia do Thompson compreende a ideologia como uma produção negativa, que estabelece e sustenta relações de dominação – o que nos permite investigar como que, no debate acerca da referida violência, os discursos sobre suas causas e soluções, bem como a caracterização feita dos agentes envolvidos nela, se entrecruzam com relações de dominação.

No capítulo dois, abordamos a metodologia da hermenêutica de profundidade, proposta e desenvolvida por Thompson. Ao fazermos isto, destacamos que essa metodologia, além de ser coerente com o referencial teórico adotado, nos faculta escapar das leituras

“externalista” e “internalista”, que são inadequadas para investigarmos os materiais discursivos selecionados. A primeira delas por compreender uma mensagem apenas pela sua estrutura interna; a segunda por compreendê-la apenas pelo seu contexto sócio-histórico. Dito isto, apresentamos a estrutura desta metodologia. Uma estrutura em três fases, que podem ser descritas como análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação e reinterpretação.

Na segunda parte da pesquisa, investigamos o contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção dos materiais discursivos. No capítulo três, abordamos esse contexto no âmbito internacional. Primeiramente, apresentamos seus principais *claims-makers* e audiências⁹ (*audiences*) e as formas como se relacionam. Em seguida, indicamos como cada um deles aborda tal problema e, depois, apontamos para as políticas de contenção oriundas dessas abordagens, enfatizando, entre outras coisas, o impacto do famoso Relatório Taylor, que mudou as condições dos estádios ingleses e europeus a partir de 1990.

No capítulo quatro, abordamos esse contexto no âmbito nacional. Do mesmo modo que no capítulo anterior, primeiramente, apresentamos os seus principais *claims-makers* e audiências e as formas como se relacionam, para, em seguida, indicarmos a maneira como abordam a violência no futebol e, depois, apontarmos para as políticas de contenção oriundas dessas abordagens. Em relação a este último ponto, enfatizamos a criação do Estatuto de Defesa do Torcedor e seu impacto no futebol brasileiro.

Na terceira parte, descrevemos e analisamos a estrutura interna dos materiais discursivos. No capítulo cinco, discutimos os principais argumentos acerca das condições que mobilizam a violência no futebol. Nesta discussão, agrupamos esses argumentos em duas categorias amplas e distintas: condições “internas” e condições “externas”. A primeira abrange os tópicos “comportamento de grupo ou de massa” e “organização dos eventos futebolísticos”; enquanto que a segunda inclui os temas “impunidade”, “falta de interesse em resolver o problema” e “falta de cidadania e desigualdade e insatisfação social”.

No capítulo seis, voltamos nossa atenção para os principais argumentos sobre os agentes envolvidos com a violência no futebol. Primeiramente, abordamos como são construídos aqueles agentes que são habitualmente percebidos como “vítimas” dessa violência (treinadores, atletas, “torcedores comuns”, consumidores, famílias e sociedade) e, em seguida,

⁹ Assim como *claims-makers*, esse conceito será elucidado na parte 3 desta tese.

abordamos como são construídos aqueles que são vistos como “vilões” (torcedores violentos, jornalistas, autoridades públicas e dirigentes desportivos).

No capítulo sete, discutimos os principais argumentos acerca das medidas que devem ser tomadas para solucionar (ou ajudar a solucionar) a violência no futebol. Num primeiro momento, tratamos daqueles argumentos que discorrem sobre medidas dispostas no Estatuto de Defesa do Torcedor (tais como a penalização das torcidas organizadas, a criminalização da violência, da fraude desportiva e do cambismo, a elaboração e implementação de planos de ação, a emissão de ingressos numerados e agilidade na venda de ingressos). Depois, tratamos daqueles que discorrem sobre medidas não previstas nesse estatuto (como o cadastramento nacional do torcedor, a restrição ou proibição da presença da torcida visitante, a especialização da polícia, a qualificação do jornalista esportivo, a elaboração e aplicação de um Termo de Reajuste de Conduta, o investimento em educação, a diminuição da desigualdade social e o fortalecimento do diálogo).

Na quarta e última parte da pesquisa, explicitamos, através de uma síntese criativa, as conexões possíveis entre os sentidos mobilizados pelos materiais discursivos e as relações de dominação que caracterizam os contextos descritos e analisados na segunda parte da pesquisa. No capítulo oito, interpretamos, à luz desses contextos, o potencial ideológico desses materiais e sustentamos, entre outras coisas, que determinadas ideias e certos argumentos ajudam a manter os torcedores organizados e os torcedores pobres, em geral, numa situação de dominação. No capítulo nove, interpretamos o potencial crítico desses materiais e sustentamos que alguns pontos de vista desafiam e contestam essa situação, ajudando a subvertê-la.

PARTE I

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta primeira parte, objetivamos apresentar o referencial teórico-metodológico que embasa esta tese, bem como fundamentar nossa escolha por esse referencial. Para tanto, num primeiro momento (capítulo 1), enfocamos a teoria de violência de Johan Galtung, a teoria construcionista de problemas sociais e a teoria de ideologia de John B. Thompson. Num segundo momento (capítulo 2), enfocamos a metodologia da hermenêutica de profundidade, proposta e desenvolvida por este autor. Ao apresentarmos nosso referencial teórico-metodológico e ao fundamentarmos nossa escolha por ele, buscamos oferecer ao leitor a possibilidade de visualizar os pressupostos implicados nas interpretações desenvolvidas ao longo de toda esta tese e, com isso, julgar a racionalidade dessas interpretações.

Uma interpretação, como diria Thompson (2000), é sempre uma afirmação arriscada e aberta à discussão. Deste modo, para que seja preenchida uma de suas condições gerais, é preciso que ela não seja imposta, mas provada. Provar, nas suas palavras,

[...] é apresentar razões, fundamentações, evidenciais, elucidação; impor é afirmar ou reafirmar, forçar outros a aceitar, silenciar os questionamentos ou discordâncias. Provar é tratar o outro como uma pessoa capaz de ser convencido; impor é tratar o outro como uma pessoa que deve ser submetida. (THOMPSON, 2000, p. 411).

Certamente, como nos adverte o próprio autor, “[...] os critérios específicos e os tipos particulares de evidência e argumentação podem variar de um campo de investigação para outro, de uma análise para outra; o que é evidência relevante ou suficiente num contexto pode não ser evidência relevante ou suficiente em outro.” (THOMPSON, 2000, p. 411). Entretanto, como observam Spink e Lima (2002, p. 102), para garantir o rigor de um trabalho científico, é sempre indispensável “[...] explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo.” Explicitação esta que buscamos realizar ao desenvolvermos esta primeira parte da tese.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentamos e justificamos o referencial teórico adotado. Esta pesquisa está situada na confluência de três campos teóricos: violência (1.1), construção de problemas sociais (1.2) e ideologia (1.3). Para articular esses três campos, adotamos a concepção ampliada de violência de Johan Galtung, a teoria construcionista de problemas sociais – proposta e desenvolvida por, entre outros autores, Malcolm Spector, John I. Kitsue, Joel Best e Donileen R. Loseke – e a perspectiva crítica de ideologia de John B. Thompson. A adoção desses três referenciais justifica-se, primeiramente, pelas similaridades entre eles. Afinal, são abordagens sociais críticas, que concebem o ser humano como um agente ativo e a sociedade como palco de conflitos, constituintes e constituídos pelas condições estruturais e simbólicas. Além disso, consideramos que esses referenciais nos oferecem um padrão consistente de argumentação analítica e vantagens heurísticas de diversas ordens, como veremos a seguir.

1.1 A concepção de violência de Johan Galtung

A violência é uma prática que tem sido estudada desde os primórdios da Filosofia. Hoje em dia, ela é objeto de estudo das mais diversas disciplinas do conhecimento, como o Direito, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e a Psiquiatria, além da própria Filosofia. Entre os autores que têm se debruçado sobre o assunto, destacamos as investigações levadas a cabo por Johan Galtung. Nascido em 1930, o sociólogo norueguês possui uma obra bastante extensa. Entre os inúmeros textos de sua autoria, o artigo *Violence, Peace and Peace Research*, publicado pela primeira vez em 1969¹⁰, é um dos que tiveram maior repercussão. O ensaio suscitou múltiplos comentários e polêmicas na década de 1970 e continua sendo uma referência muito importante para as investigações e estudos sobre violência e paz¹¹ (FISAS; GRASA, 1985).

Neste artigo, Galtung (1985) rompe com a tradição secular de identificar a paz com a ausência de guerra. Tal ruptura provém do fato de ele adotar uma noção ampliada de

¹⁰ Utilizamos a tradução espanhola de 1985.

¹¹ As ideias enunciadas e desenvolvidas nesse ensaio foram retomadas e aprofundadas por Galtung em diversos trabalhos monográficos. Muitos dos temas tratados nesses trabalhos estão reunidos no livro “Paz por meios pacíficos.” (GALTUNG, 2003).

violência, que a define como “[...] *a causa da diferença entre o potencial e o efetivo*, entre aquilo que poderia ter sido e aquilo que realmente é. A violência é aquilo que aumenta a distancia entre o potencial e o efetivo, e aquilo que cria obstáculo para o decrescimento desta distância.”¹² (GALTUNG, 1985, p. 31, tradução nossa, grifo nosso). Assim, para empregarmos um exemplo do autor, se uma pessoa morre de tuberculose no século XVIII, esta ocorrência dificilmente pode ser considerada uma violência, dado que ela era praticamente inevitável. Porém, se uma pessoa morre hoje de tuberculose, apesar de todos os recursos médicos disponíveis, então podemos dizer que, neste caso, existiu sim violência. De modo análogo, se hoje ocorre uma catástrofe natural, que não era possível prever, as mortes consequentes dessa catástrofe não podem ser compreendidas como uma violência. Agora, se essa catástrofe ocorrer num futuro, quando ela já for evitável, aí essas mortes poderão ser interpretadas como o resultado de uma violência. “Em outras palavras: quando o potencial é maior que o efetivo e ele for *evitável*, existe violência.”¹³ (GALTUNG, 1985, p. 31, tradução nossa, grifo do autor).

Sendo assim, podemos dizer que

quando o efetivo é inevitável, não existe violência ainda que o efetivo esteja situado em um nível muito baixo. Uma esperança de vida de trinta anos, no período neolítico, não era uma expressão de violência; porém a mesma esperança de vida na atualidade (devido às guerras, à injustiça social, ou a ambas as coisas) deveria entender-se, segundo nossa definição, como violência. Assim, o nível potencial de realização é aquele que é possível com um nível dado de conhecimentos e recursos. Se o conhecimento e/ou os recursos estão monopolizados por um grupo ou uma classe, *ou se são utilizados para outros propósitos*, então o nível efetivo cai por debaixo do nível potencial, e existe violência no sistema.¹⁴ (GALTUNG, 1985, p. 31-32, tradução nossa, grifo do autor).

Como reconhece o próprio Galtung (1985), o significado de “realização potencial” pode ser altamente problemático, principalmente quando nos distanciamos dos aspectos

¹² “[...] la causa de la diferencia entre lo potencial y lo efectivo, entre aquello que podría haber sido y aquello que realmente es. La violencia es aquello que aumenta la distancia entre lo potencial y lo efectivo, y aquello que obstaculiza el decrecimiento de esa distancia.”

¹³ “En otras palabras: cuando lo potencial es mayor que lo efectivo y ello sea *evitable*, existe violencia.”

¹⁴ “Cuando lo efectivo es inevitable, no existe violencia aunque lo efectivo esté situado a muy bajo nivel. Una esperanza de treinta años, en el período neolítico, no era una expresión de violencia; pero la misma esperanza de vida en la actualidad (ya se deba a las guerras, a la injusticia social, o a ambas cosas) debería entenderse, según nuestra definición, como violencia. Así, el nivel potencial de realización es aquello que es posible con un nivel dado de conocimientos y recursos. Si el conocimiento y/o los recursos están monopolizados por un grupo o una clase, *o si se utilizan para otros propósitos*, un grupo o una clase, entonces el nivel efectivo cae por debajo del nivel potencial, y existe violencia en el sistema”

somáticos da vida – terreno que, de acordo com ele, é mais fácil obter algum acordo¹⁵ – e focamos outros aspectos, como o cultural. Neste caso, sugere que levemos em consideração se o que se deve realizar é ou não objeto de amplo consenso, ainda que, em sua opinião, isto não seja suficiente.

Por exemplo, o saber ler e escrever é uma coisa muito valorada quase em todas as partes, enquanto que o valor de ser cristão é muito suscetível de controvérsia. Assim, falaríamos de violência se o nível de alfabetização for menor do que o que poderia ser, porém não no caso de o nível de cristianização for inferior ao que poderia ser.¹⁶ (GALTUNG, 1985, p. 33, tradução nossa).

Embora não deixe de suscitar esta dificuldade analítica, consideramos que a conceituação de violência em questão é interessante de ser utilizada nesta tese uma vez que rechaça a ideia bastante difundida pela literatura acadêmica e também pelo senso-comum de que a violência é somente uma privação de saúde imposta intencionalmente por um agente determinado (GALTUNG, 1985). Ao rechaçar esta ideia, tal concepção faculta-nos pensar que a violência no futebol não se limita à agressão física e, com isso, problematizar se e, se sim, como têm sido discutida outras formas de violência praticada pelos ou contra os torcedores, como a psicológica, por exemplo. Violência esta que, na descrição do autor, abarca as ameaças, a lavagem cerebral e as mentiras¹⁷. Nesse sentido, uma produção jornalística mentirosa, ou que estigmatiza um determinado grupo de torcedores, pode ser considerada uma violência, assim como a prática de ameaçar a torcida adversária.

Apesar de a violência não física ser frequentemente vista como uma violência menos grave, ela pode produzir tanto ou mais sofrimento humano do que a física. Conforme observa Vasilachis de Gialdino (2004, p. 110-111, tradução nossa),

¹⁵ Embora, segundo ele mesmo, não seja de modo algum óbvio como se poderia definir a esperança de vida potencial. Não podemos tomar como critério a idade da pessoa mais velha que morreu hoje ou este ano. Sua idade avançada pode, por exemplo, ser o resultado de alguma vantagem genética específica. Ou, no caso de esta pessoa não ter se beneficiado dos avanços da medicina, poderíamos dizer que sua idade poderia ter sido ainda maior. De qualquer modo, Galtung propõe que a média da porcentagem da sociedade que se beneficia plenamente dos recursos e conhecimentos já disponíveis serve ao menos de base para uma estimativa do que hoje é possível.

¹⁶ “Por ejemplo, el saber leer y escribir es una cosa muy valorada casi todas partes, mientras que el valor de ser cristiano es muy susceptible de controversias. Así, hablaríamos de violencia si el nivel de alfabetización es menor de lo que podría ser, pero no en el caso de que el nivel de cristianización sea inferior al que podría ser.”

¹⁷ Aqui, cabe observarmos que, embora trace uma linha divisória entre a violência física e a psicológica, Galtung (1985) observa que esta linha não é muito clara. Afinal, de acordo com ele, é possível influenciar os movimentos físicos por meio de técnicas psicológicas e vice-versa.

as guerras destroem os laços solidários entre iguais porém as palavras também geram guerras, já que muitos indivíduos morrem ainda que permaneçam com vida porque são negados, ocultados, destruídos por detrás de representações, de imagens construídas sobre eles que produzem repulsão e rechaço em quem as recebem. As lutas, tanto materiais como simbólicas, através das quais se tenta colocar limites visíveis entre os que possuem os bens socialmente valorados e aqueles outros que carecem deles acabam por engendrar uma cada vez mais acentuada violência. Essas lutas terminam por elevar uns e por submeter outros ao esquecimento, a desesperança, ao abandono, por matar-lhes de outra morte, a da ignorância, a da negação de seu direito de uma vida digna. É mister recordar que dói tanto a ferida como o desprezo, a chicotada como a indiferença.¹⁸

Além de chamar a nossa atenção para a violência não física, a conceituação de violência de Galtung (1985) abre-nos a possibilidade de refletirmos sobre um tipo de violência que não é pessoal, ou seja, que não é cometida diretamente por uma pessoa ou por um grupo de pessoas. Este tipo de violência não pessoal é sumamente significativo e é denominado por ele de “violência estrutural”. Tal violência constitui um dos aspectos centrais de sua obra e pode ser compreendida como uma violência indireta presente na injustiça social¹⁹. Uma violência que, nas suas palavras, “[...] está edificada dentro da estrutura, e se manifesta como um poder desigual, e consequentemente como oportunidades de vida distintas.”²⁰ (p. 36, tradução nossa). Assim como a violência pessoal, a violência estrutural pode ser tanto física quanto não física, no entanto, diferentemente da primeira, ela *não possui uma clara relação sujeito-ação-objeto*, embora esta relação exista. A violência estrutural, como o próprio nome indica, está impressa na estrutura.

Assim, quando um marido golpeia sua mulher temos diante de nós um caso claro de violência pessoal; porém se um milhão de maridos mantém um milhão de mulheres na ignorância estamos lidando com uma violência estrutural. Igualmente, em uma sociedade em que a esperança de vida das classes superiores é o dobro das inferiores, a violência está sendo exercida, ainda que não haja atores concretos aos que se possam assinalar como

¹⁸ “Las guerras destruyen los lazos solidarios entre iguales pero las palabras también generan guerras, ya que muchos individuos mueren aunque permanezcan con vida porque son negados, ocultados, destruidos detrás de representaciones, de imágenes construidas acerca de ellos que producen repulsión y rechazo en quienes las reciben. Las luchas, tanto materiales como simbólicas, a través de las cuales se intenta poner límites visibles entre los que poseen los bienes valorados socialmente y aquellos otros que carecen de ellos acaban por engendrar una cada vez más acentuada violencia. Esas luchas terminan por elevar a unos por someter a otros al olvido, a la desesperanza, al abandono, por matarlos de otra muerte, la de la ignorancia, la de su derecho a vida digna. Es menester recordar que duele tanto la herida como el desprecio, el latigazo como la indiferencia.”

¹⁹ Compreendendo por justiça social uma distribuição igualitária do poder e dos recursos (GALTUNG, 1985).

²⁰ “[...] está edificada dentro de la estructura, y se manifiesta como un poder desigual y, consiguientemente, como oportunidades de vida distintas.”

atuantes de outras pessoas, como sucede quando uma pessoa mata outra.²¹
(GALTUNG, 1985, p. 39, tradução nossa).

De acordo com Galtung (1985), enquanto a violência pessoal é mais visível, a violência estrutural costuma ser mais silenciosa. Às vezes, pode parecer tão natural quanto o ar que respiramos. Por esta razão, é mais difícil de ser percebida do que a violência pessoal. Escreve o autor: “o objeto da violência pessoal percebe usualmente a violência, e pode queixar-se; porém o objeto da violência estrutural pode ser persuadido para não vê-la em absoluto.”²² (p. 43, tradução nossa). A violência pessoal, portanto, representa, em geral, mudança e transformação; já a estrutural é essencialmente estática. Na sua metáfora: a última é água tranquila enquanto a primeira são ondas em águas em que em outras circunstâncias seriam tranquilas.

Diferentemente do que poderíamos imaginar num primeiro momento, para Galtung (1985), não existe uma interdependência entre esses dois tipos de violência. Afinal, segundo ele, existem sociedades estruturalmente violentas que não necessitam da violência pessoal nem da ameaça de violência pessoal. Igualmente existiriam pessoas que parecem ser violentas em quase todos os contextos estruturais. Existindo ou não essa interdependência, o que importa para esta tese é que, caso adotássemos uma concepção restrita de violência, que abarcasse apenas a violência pessoal, então, correríamos o risco de aceitar que práticas sociais inaceitáveis, a pesar de tudo, podem ser compatíveis com a paz. Se *a paz é a negação da violência*, como propõe Galtung, e se ela é um ideal, então seria demasiadamente pouco rechaçar apenas a violência pessoal. A crescente elitização do futebol – expressa, entre outras coisas, no aumento abusivo do preço dos ingressos – pode até contribuir com a diminuição da violência (física e pessoal) dentro dos estádios (o que é bastante discutível), todavia, ela não pode ser considerada uma medida apenas apaziguadora. Afinal, exclui grande parte da população brasileira de ter acesso ao espetáculo futebolístico, reduzindo as possibilidades de lazer das classes economicamente menos favorecidas.

Ao negar-se a utilizar um conceito de violência que se restringe à violência pessoal e física, Galtung aponta para outras importantes dimensões que caracterizam a ação violenta e suas consequências. Este apontamento é fundamental para que tenhamos condição de analisar

²¹ “Así, cuando un marido golpea a su mujer tenemos ante nosotros un caso claro de violencia personal; pero si un millón de maridos mantienen a un millón de mujeres en la ignorancia nos las habemos con una violencia estructural. Igualmente, en una sociedad en la que la esperanza de vida de las clases superiores duplica la de las inferiores, la violencia está siendo ejercida aunque no haya actores concretos a los que se pueda señalar como actantes de otras personas, como sucede cuando una persona mata a otra.”

²² “El objeto de la violencia personal percibe usualmente la violencia, y puede quejarse; pero el objeto de la violencia estructural puede ser persuadido para no verla en absoluto.”

mais profundamente o debate em torno da violência no futebol. Debate este que pode seguir os mais diversos rumos e ter as mais diversas consequências para a construção do problema social em questão.

1.2 A concepção construcionista de problemas sociais

Desde o início dos anos setenta, quando Malcolm Spector e John I. Kitsuse publicaram “Constructing Social Problems” (1987), psicólogos sociais, sociólogos e outros cientistas da área de ciências humanas – sobretudo os anglo-saxônicos – têm trilhado um novo caminho para abordar o estudo de problemas sociais. Entre estes, Donileen R. Loseke, Joel Best, Peter R. Ibarra Lawrence T. Nichols, James A. Holstein, Gale Miller e William Spencer se destacam pelos esforços sistemáticos em provar o poder de fogo analítico desse novo caminho. Esforços que os levaram a desenvolver alternativas teórico-metodológicas às investigações que examinam os problemas sociais a partir de suas características objetivas. Diferentemente destas últimas investigações, a perspectiva construcionista, da qual compartilham os autores supracitados²³, preocupa-se não com as causas objetivas desses problemas, mas com o processo que leva, em certos momentos, determinadas condições a serem consideradas como problemas sociais.

De acordo com Spink e Frezza (2002), o construcionismo problematiza a noção de realidade. Se, por um lado, a realidade existe de fato, não é apenas o produto de nossa mente; por outro, ela não existe independentemente de nosso modo de acessá-la. “Isso significa que é o nosso acesso à realidade que institui os objetos que a constituem.” (p. 28). Ou seja, para essa perspectiva, as coisas não possuem valores nem significados intrínsecos. Quem as valora e as significa somos nós. Mas não a partir de um de algum critério transcendental, e sim a partir de esquemas, categorias, convenções, práticas e linguagens aprendidas e incorporadas ao longo de nossa trajetória social. Assim, se determinada condição é problemática, é porque alguém ou, melhor ainda, um ou mais grupos sociais, situados num determinado contexto sócio-histórico, assim a classificaram. Deste modo, podemos dizer que o construcionismo concebe a construção de um problema social como o resultado de um empreendimento coletivo, historicamente datado e culturalmente localizado. Mais concretamente, “[...] não como um espelho das condições objetivas, mas como eles são definidos e concebidos pela sociedade

²³ Uma vez que Spector e Kitsue afirmam que suas análises têm por base o interacionismo simbólico, cabe aqui um esclarecimento: adotamos o termo utilizado pelos últimos autores uma vez que, como veremos adiante, essa abordagem focaliza os processos sociais pelos quais as pessoas descrevem, explicam e dão sentido ao mundo, foco característico da perspectiva construcionista.

enquanto projeção de ‘sentimentos coletivos’.” (HILGARTNER; BOSK apud ROSEMBERG; ANDRADE, 2007, p. 258).

Ao conceber a construção de um problema social de tal forma, a perspectiva construcionista adota, como já antecipamos, um enfoque substancialmente diferente daquele desenvolvido pelo objetivismo. Nas palavras de Best e Loseke (2003a, p. 251, grifos do autor, tradução nossa),

em comparação com as abordagens *objetivistas* que examinam problemas sociais como condições objetivas do meio-ambiente, as abordagens construcionistas exploram como o sentido é criado por pessoas que dizem e fazem coisas para convencer outras de que um problema está à mão e que alguma coisa precisa ser feita. Claramente, as abordagens objetivistas e construcionistas diferem. As abordagens objetivistas estão preocupadas em como o mundo *é*, as abordagens construcionistas focam no como as pessoas *pensam* que o mundo *é*. As abordagens objetivistas levam a questões como: O que causa problemas sociais? O que deveria ser feito para eliminar estas condições? As abordagens construcionistas levam a questões como: Por que você se preocupa com certas coisas e não com outras que são, objetivamente falando, igualmente prejudiciais? Como construções bem-sucedidas modelam o mundo objetivo? Como elas influenciam nossos modos de avaliar e categorizar nossas experiências, nós mesmos, e aqueles que nos rodeiam?²⁴

Para ilustramos essas diferenças, tomemos um caso concreto: pessoas em situação de rua. Como analisaria este problema um objetivista e como o analisaria um construcionista? Certamente, o primeiro poderia analisá-lo de diversos ângulos. Caso o analisasse a partir de um viés funcionalista, possivelmente o interpretaria como sendo o resultado da desintegração de uma das partes que constituem a sociedade – a família, por exemplo²⁵. Já se o analisasse a partir de um viés marxista, possivelmente o interpretaria como sendo o resultado da busca burguesa pela maximização do lucro – que geraria salários baixos e desemprego²⁶. De qualquer modo, independentemente do viés escolhido, o que se busca aqui são as razões que

²⁴ “In comparison to *objectivist* approaches that examine social problems as objective conditions in the environment, *constructionist* approaches explore how meaning is created by people who say things and do things to convince others that a problem is at hand and that something must be done. Clearly, objectivist and constructionist approaches differ. Objectivist approaches are concerned with how the world *is*, constructionist approaches focus on what people *think* the world is. Objectivist approaches lead to questions such as: What causes social problems? What should be done to eliminate these conditions? Constructionist approaches lead to questions such as: Why do you worry about some things and not about others that are, objectively speaking, just as harmful? How do successful constructions shape the objective world? How do they influence the ways we evaluate and categorize our experiences, our selves, and those around us?”

²⁵ Como observam Coleman e Kerbo (2006), o funcionalismo concebe a sociedade como um organismo vivo, onde todas as partes deste organismo trabalham juntas a fim de mantê-lo vivo e saudável. Assim, problemas sociais seriam produzidos quando uma ou mais dessas partes não trabalham da forma como deveriam trabalhar.

²⁶ Como observam Coleman e Kerbo (2006), o marxismo concebe a sociedade com um espaço marcado pelo conflito de classe, onde burgueses e proletários possuem interesses econômicos antagônicos. Assim, problemas sociais seriam produzidos pela exploração dos últimos pelos primeiros.

levam determinadas pessoas a ficarem em tal situação, bem como as possíveis soluções para deixarem-na. Diferentemente, se esse problema fosse analisado por um construcionista, ele seria interpretado como sendo o resultado de um processo sócio-histórico complexo, que o alçou à condição de problema social. O que se busca compreender aqui é em que medida e como esta situação está sendo configurada como um problema social, bem como as implicações desta configuração. Ou ainda, compreender por que e por quem ela foi colocada nessa condição, no topo da hierarquia de interesses de uma dada sociedade.

De acordo com Best e Loseke (2003b), nas sociedades contemporâneas, esta hierarquia nunca é completamente estável, mas está em constante transformação. Assim, um fenômeno pode ser considerado, anos a fio, como natural ou, até mesmo, necessário e/ou benéfico para a sociedade e, depois, considerado um grave problema social. Exemplo disso são as punições físicas impostas às crianças, que têm deixado de ser vistas, ao menos nos Estados Unidos, como uma disciplina parental, um modo legítimo de fazê-las se comportar, para ser vistas como um abuso, uma violência (DAVIS, 2003).

Seguindo essa linha de raciocínio, Spector e Kitsue (1987) observam que, para que seja considerada um problema social, uma questão não tem de necessariamente corresponder às críticas e reivindicações (*claims*, na expressão consagrada em inglês) feitas a ela. Afinal, para os autores, problemas sociais não devem (e não podem) ser caracterizados como um tipo específico de condição, mas sim como uma classe de atividades voltada para *supostas* condições, que podem ser reais ou não. Por esta razão, podemos conceituar problemas sociais como “[...] o processo pelo qual membros de uma sociedade definem uma *suposta* condição como um problema social.”²⁷ (p. 75, grifo nosso, tradução nossa). Mais concretamente, como “[...] as atividades de indivíduos ou de grupos de fazer queixas e reivindicações com relação a algumas *supostas* condições.”²⁸ (p. 75, grifo nosso, tradução nossa).

Naturalmente, estas queixas e reivindicações devem ser persuasivas para convencer as pessoas de que uma suposta condição deve, de fato, ser considerada um grave problema social. Para tanto, elas podem ser feitas através de diversos modos, não necessariamente excludentes. Podem, por exemplo, ser verbalizadas. Isto ocorre quando um professor discorre em sala de aula sobre as consequências do uso prolongado das drogas, quando um *rapper* canta as mazelas da periferia ou, ainda, quando um jornalista escreve sobre os transtornos causados pelos engarrafamentos nos grandes centros urbanos. Elas podem, também, ser

²⁷ “[...] the process by which members of a society define a putative condition as a social problem.”

²⁸ “[...] as the activities of individuals or groups making assertions of grievances and claims with respect to some putative conditions.”

visuais. Uma foto de um soldado morto, com o corpo todo dilacerado, por exemplo, pode ser um instrumento poderoso na campanha contra uma guerra – como diz o provérbio: “uma imagem vale mais do que mil palavras”. Elas podem, ainda, ser de cunho mais comportamental, como quando ambientalistas se amarram em árvores para denunciar o desmatamento ou quando alguma personalidade faz greve de fome para chamar a atenção para determinado assunto. Evidentemente, estas últimas manifestações estão carregadas de elementos tanto visuais quanto verbais.

De acordo com Best (1987, 2003), também é recorrente observarmos o emprego de estatísticas na construção de problemas sociais. Os jornais, por exemplo, nos informam periodicamente sobre as taxas de desemprego, de homicídio, de mortalidade infantil etc. Em geral, essas taxas são percebidas como um fato, ou seja, como algo que independe de nós. Algo que é possível de ser coletado no mundo da mesma forma como coletamos conchas na praia. Quando lemos, por exemplo, que X% da população brasileira vive abaixo da linha da miséria, tendemos a crer que esse dado é uma representação fidedigna da realidade do país. Algo que não é passível de discussão – “contra números não há argumentos”, já dizia a máxima. No entanto, como nos recorda o autor, um dado estatístico é sempre uma produção humana, o produto de atividades sociais. Isto não significa, evidentemente, que estatísticas sejam, necessariamente, imperfeitas ou que estejam erradas. Mas significa que elas devem ser lidas criticamente.

Para produzir uma estatística é preciso, segundo Best (1987, 2003), fazer escolhas. Decidir o que contar (a amostra) e como contar (o método). Essas escolhas, como qualquer escolha, são arbitrárias²⁹ e possuem implicações para o resultado obtido. Por exemplo, se contabilizarmos como estupro apenas os casos em que há penetração peniano-vaginal ou peniano-anal não consentida, chegaremos a números muito inferiores do que se contabilizarmos como estupro também outros tipos de violência sexual, como a felação forçada. Deste modo, uma vez que estabelece a magnitude de um problema social, a definição da amostra e do método estatístico empregado é objeto de intensas lutas sociais. Lutas contempladas pela perspectiva construcionista de problemas sociais.

Embora profícua, esta perspectiva tem sido duramente censurada, tanto por críticos ditos “de direita” quanto por críticos ditos “de esquerda”. Os primeiros se queixam da relutância dessa perspectiva em reconhecer, por exemplo, que o terrorismo é realmente um problema social; os segundos que ela se recusa a aceitar que o imperialismo ou a opressão de

²⁹ Não no sentido de que não são fundamentadas (o que até pode ocorrer), mas no sentido de que poderiam ser outras, diferentes.

classe são realmente um problema dessa natureza. Embora diverjam acerca de quais são os “verdadeiros” problemas sociais, ambos os lados compartilham a crença de que determinados fenômenos possuem características empíricas que os transformam naturalmente em um problema. Com isso, convertem suas posições morais em algo tão axiomático que elas podem ser incorporadas sem problema aos pressupostos de sua teoria. O fenômeno X é um problema social porque é, independentemente de qualquer demonstração empírica. Como observa Becker (2009, p. 202), esses críticos “[...] querem ver suas concepções éticas incorporadas ao trabalho científico na forma de asserções factuais não inspecionadas, baseada no uso implícito de juízos éticos sobre os quais há um elevado grau de consenso.”

De acordo com Best (2000), a perspectiva construcionista também tem levado alguns pesquisadores – sobretudo os fenomenólogos mais radicais – a certos mal entendidos. O principal deles é o de, ao analisarem um problema social como uma construção social, justaporem a realidade objetiva do problema analisado ao seu caráter socialmente construído. Ou seja, o de extrapolarem os limites conceituais da categoria “construção social”, retirando-a do âmbito da sociologia do conhecimento. Como observa o autor, compreender um problema social como uma construção social não significa tomar sua realidade empírica como necessariamente imaginária e/ou arbitrária, mas sim focar o “[...] o processo social pelo qual as pessoas delineam e aplicam categorias para dar sentido ao mundo.”³⁰ (BEST, 2000, p. 3, tradução nossa). Por esta razão, seguindo Spector e Kitsue, ele adverte que, em uma perspectiva construcionista, é preciso fazer uma diferenciação clara entre a realidade objetiva de um problema social e as alegações feitas acerca dessa realidade, optando por um enfoque analítico que discuta o caráter socialmente construído do segundo ponto.

Levando em consideração essa advertência, consideramos a perspectiva construcionista de problemas sociais analiticamente fértil para esta tese uma vez que, como já observamos, ela escapa da abordagem “objetivista”, que considera extensão e gravidade indicadores objetivos e suficientes para delimitar e hierarquizar uma questão como um problema social (ROSEMBERG; ANDRADE, 2007). Abordagem que certamente pode nos levar a quatro problemas analíticos: em primeiro lugar, o de desconsiderar que, no processo de construção social de um problema social, as palavras e tipificações que utilizamos para construí-lo possuem consequências bastante concretas (LOSEKE; BEST, 2003a). A título de exemplo, na Alemanha nazista, Hitler recorreu a um discurso que desumanizava os judeus para legitimar sua exterminação em massa (BERGER, 2003).

³⁰ “[...] the social process by which people devise and apply categories to make sense of the world.”

Em segundo lugar, o de que, nesse processo, o modo como as queixas e reivindicações são feitas dependem – e muito – de para quem elas são feitas, ou seja, das instituições e dos agentes que se quer chamar a atenção (SPECTOR; KITSUE, 1987). A título de exemplo, para resolver um problema de enchentes, uma comunidade pode configurar esse problema como uma questão de transporte ou de saúde pública, dependendo da percepção que ela tem da disponibilidade das secretarias de transporte e de saúde de sua cidade para resolver o problema.

Em terceiro lugar, o de que essas queixas e reivindicações só poderão ser consideradas como tais se considerarmos seus contextos de produção, circulação e recepção (SPECTOR; KITSUE, 1987). Assim, uma longa explanação sobre as condições degradantes sob as quais vivem os “sem-teto” da cidade de São Paulo pode ser vista como uma insensatez numa aula de matemática, mas pode ser vista como legítima numa aula sobre problemas sociais ou numa passeata. Ainda, um desprezioso artigo jornalístico sobre as condições de higiene dos restaurantes paulistanos pode ser interpretado pelos agentes da vigilância sanitária como uma séria reivindicação por parte da mídia por melhores condições de higiene nos restaurantes da cidade.

Em quarto lugar, o de que existe uma infinidade de fenômenos com efeitos devastadores para uma parte expressiva da população e que não entram na agenda das políticas sociais (ROSEMBERG; ANDRADE, 2007). Podemos questionar, por exemplo, por que a questão do trânsito nas grandes cidades vem recebendo tanta atenção de nossas autoridades e do poder público enquanto que a da inserção das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho vem sendo sistematicamente ignorada.

Assim, ao escapar desses quatro problemas analíticos, consideramos que a perspectiva construcionista de problemas sociais nos permite problematizar a construção da violência envolvendo torcedores de futebol como um problema social, ao invés de simplesmente tomar esse problema como dado, evidente. E, ao fazer isso, nos permite levar a cabo a discussão central desta tese: a do potencial ideológico de discursos enunciados na construção desse problema.

1.3 A concepção de ideologia de John B. Thompson

Ao longo dos últimos dois séculos, o conceito de ideologia tem sido alvo de intensas batalhas, recebendo uma multiplicidade de significados. Ao analisar a história desses significados, Thompson (2000, p. 72) distingue dois tipos gerais de concepção de ideologia: a neutra e a crítica. A primeira delas compreende a ideologia como “[...] um aspecto da vida

social (ou uma forma de investigação social), entre outros, não [sendo] nem mais nem menos atraente ou problemático do que qualquer outro.” Assim, dessa perspectiva, um fenômeno considerado ideológico não é necessariamente enganador ou ilusório. Tampouco precisa estar ligado aos interesses de um grupo particular. Entre outros autores, essa concepção foi desenvolvida por Destutt de Tracy, Lênin, Lukács e Mannheim (na sua formulação geral da concepção total de ideologia).

A concepção crítica de ideologia, por sua vez, imputa aos fenômenos caracterizados como ideológicos um criticismo implícito ou sua própria condenação. Nas palavras de Thompson (2000, p. 73), “[...] concepções críticas são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo.” Assim, nessa perspectiva, todo fenômeno ideológico é enganador, ilusório e/ou parcial. Entre outros autores, essa concepção foi desenvolvida por Napoleão, Marx e Mannheim (na sua concepção restrita de ideologia).

Ao formular seu conceito de ideologia, Thompson (2000) insere-se nesse segundo grupo. Mantém, portanto, o sentido crítico do termo. No entanto, conforme veremos adiante, embora se apoie nas conceituações críticas anteriores, sua formulação abandona alguns dos temas implícitos nelas. Afinal, tenta captar o espírito de algumas dessas concepções, mas sem ligar-se à letra de nenhuma teoria particular. Thompson propõe, assim, uma conceituação de ideologia ao mesmo tempo construtiva – uma vez que procura “[...] desenvolver uma nova formulação do conceito de ideologia, ao invés de reabilitar alguma concepção anterior” (p. 72) – e modesta – uma vez que não tenta “[...] sintetizar as várias concepções de ideologia, como se a história complexa do conceito de ideologia pudesse ser trazida agora a uma culminância natural.” (p. 72).

Essa proposta conceitual de Thompson objetiva-se numa definição relativamente ampla de ideologia, que a compreende como o *sentido a serviço da dominação*³¹. A fim de precisar tal definição, o autor esclarece que o sentido com o qual está interessado é o sentido mobilizado pelas formas simbólicas³², que estão inseridas nos contextos sociais e circulando no mundo social. Além disso, destaca que uma situação pode ser descrita como de dominação quando relações de poder³³ são *sistematicamente assimétricas*, ou seja, “[...] quando grupos

³¹ Seguindo essa concepção, toda produção ideológica é, por natureza, hegemônica. Afinal, necessariamente, serve para manter a ordem social que favorece os agentes e grupos dominantes (THOMPSON, 2000).

³² Entendendo por formas simbólicas “[...] um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas lingüísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não lingüísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras)” (THOMPSON, 2000, p. 79).

³³ Entendendo por poder “[...] a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências.” (THOMPSON, 1998, p. 21).

particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.” (THOMPSON, 2000, p. 80).

A partir dessa definição de ideologia, uma forma simbólica será ideológica quando, num contexto sócio-histórico determinado, estabelecer e sustentar relações de dominação³⁴. Inversamente, será *contestatória* ou *crítica da ideologia* quando ajudar a minar essas relações. Assim, a interpretação do potencial ideológico ou contestatório de uma forma simbólica deve explicitar o vínculo entre os sentidos mobilizados por ela e as relações de dominação que esses sentidos mantêm ou subvertem. Deve, portanto, considerar os contextos sócio-históricos específicos nos quais essa forma simbólica é produzida, transmitida e recebida.

Ao considerar a importância desses contextos na interpretação da ideologia, a proposta analítica de Thompson (2000) nos possibilita evitar uma tendência, prevalente na literatura, de pensar a ideologia como uma característica ou atributo intrínseco de certas formas simbólicas ou sistemas simbólicos, tais como o conservadorismo, o comunismo etc. Em sua proposta, nenhuma forma simbólica é ideológica ou contestatória em si mesma: se ela é ideológica ou contestatória, e o quanto o é, depende da maneira como é usada e entendida em contextos sociais específicos. Por esta razão, de acordo com ele, esse enfoque pode nos levar “[...] a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num contexto e como radical, subversivo, contestador noutro. Pode levar-nos a ver o discurso sobre direitos humanos, por exemplo, como apoiando o status quo num contexto e como subversivo noutro.” (p. 18). Mais ainda, pode levar-nos a considerar uma mesma forma simbólica como ideológica sob certos aspectos e como contestatória sob outros. Ela pode, por exemplo, sustentar relações de dominação de gênero ao mesmo tempo em que mina relações de dominação de classe. Além do mais,

a própria presença da ideologia pode provocar sua contradição: as pessoas, ao invés de aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas sustentadas, podem contestar ou denunciar essas formas e relações, podem ridicularizá-las ou satirizá-las, podem procurar esvaziar

³⁴ “Estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.” (THOMPSON, 2000, p. 79). É importante esclarecermos aqui que, para Thompson (2000), a ideologia pode ser estabelecida e sustentada tanto pelos grupos e agentes dominantes quanto pelos dominados. É igualmente importante observarmos que o sentido não é a única maneira através da qual as relações de dominação são produzidas e mantidas. Elas também podem ser pelo hábito, pela indiferença, pela apatia ou pelo exercício da força bruta, através do massacre, da morte e da repressão. Essas outras maneiras, todavia, não devem ser vistas como formas de ideologia. Afinal, a fim de tornar útil analiticamente o conceito de ideologia, o autor defende que sua esfera de aplicação seja limitada.

qualquer força que as expressões ideológicas possam ter em circunstâncias particulares. (THOMPSON, 2000, p. 91).

Além de evitar a tendência supracitada, pensamos que o conceito de ideologia proposto por Thompson (2000) é pertinente para esta tese pois ele considera a participação ativa do sentido na constituição da realidade social – sem, todavia, perder de vista, como fizeram os teóricos das concepções neutras de ideologia, a discussão do entrecruzamento entre sentido e poder. Com isso, faculta-nos analisar e colocar em prática essa discussão sem nos conduzir necessariamente ao abstruso debate acerca da “falsa consciência”. Isso se deve pois, ao mesmo tempo em que segue a tradição de concepções críticas de ideologia, essa concepção rechaça a ideia de que toda ideologia seja intrinsecamente ilusória – colocando seu caráter enganador apenas como uma possibilidade contingente. Afinal, trata-se de uma concepção política de ideologia – uma vez que traz para o seu âmago a questão do poder – e não epistemológica – uma vez que nada diz acerca da questão da verdade, ou melhor, de como se conhece o mundo social. Escreve o autor:

não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que elas sejam ideológicas. Elas *podem* ser errôneas e ilusórias. De fato, em alguns casos, a ideologia *pode* operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia como tal. Ao tratar o erro e a ilusão como uma possibilidade contingente, ao invés de como uma característica necessária da ideologia, nós podemos aliviar a análise da ideologia de parte do peso epistemológico colocado sobre ela desde Napoleão. (THOMPSON, 2000, p. 76, grifos do autor).

Outra razão que nos faz crer na pertinência analítica da proposta de Thompson (2000) é o fato de ela não colocar a ideologia como necessariamente dependente das relações de dominação de classe. Pelo contrário, sua concepção de ideologia caracteriza-se justamente por uma abertura à análise da força simbólica de outras formas de dominação, derivadas ou não das relações de produção. Com isso, faculta-nos discutir ideologia(s) nos materiais discursivos sem, no entanto, reduzi-la(s) a mero(s) reflexo(s) das estruturas econômicas e sociais. Isso decorre do fato de Thompson partir de uma teoria social que, embora confira importância à luta de classes na análise das sociedades contemporâneas, considera centrais também outros conflitos estruturais, não os condicionando necessariamente às contradições entre o trabalho e o capital. Nas suas palavras:

[...] relações de classe são apenas *uma* forma de dominação e subordinação, constituem apenas *um* eixo da desigualdade e da exploração; as relações de classe não são, de modo algum, a *única* forma de dominação e subordinação. [...] Vivemos, atualmente, um mundo em que a dominação e subordinação de classe continuam a desempenhar um papel importante, mas em que outras formas de conflito são prevalentes e, em alguns contextos, de importância igual ou até maior. (THOMPSON, 2000, p. 77-78, grifos do autor).

Ao cortar o elo entre ideologia e dominação de classe – colocando-o somente como algo contingente e não necessário –, essa concepção de ideologia nos permite escapar do que Thompson (2000) denomina de “tese da ideologia dominante”. De acordo com ele, essa tese é sustentada por autores como Althusser, Poulantzas, Gramsci, Horkheimer, Adorno e Habermas e defende que as ideias e valores estabelecidos e difundidos pela classe dominante (ou classes dominantes) teriam um enorme poder de amalgamento. Com isso, cimentariam as relações sociais em torno de consensos e convergências, menosprezando, assim, a “[...] prevalência e a importância do dissenso e do desacordo, do ceticismo e do cinismo, da contestação e do conflito.” (p. 121-122). Consequentemente, ela sobre-estimaria em grande medida o grau em que as pessoas foram integradas com sucesso na ordem social existente³⁵. Ao não sobre-estimar esta integração, Thompson nos permite analisar as pessoas envolvidas na produção, transmissão e recepção dos materiais discursivos como agentes ativos – que, embora possam ser, até certo ponto, influenciados por essa produção, são capazes de manter certa distância afetiva e intelectual dela. Ou seja, são capazes de ter um pensamento crítico e independente, buscando sempre compreender e reinterpretar as mensagens que recebem. E, ainda que de modo implícito e quase que inconsciente, reformar-se e reentender-se a si próprios através dessas mensagens.

Por último, cabe notarmos que, ao indicar e investigar diversos modos de operação da ideologia – esquematizados no Quadro 1 –, Thompson (2000) também nos oferece um rico campo de investigação das estratégias de construção simbólica utilizadas nos materiais discursivos. Com isso, oferece-nos instrumentos analíticos capazes de desconstruir as categorias nativas ou rótulos empregados por essa produção para caracterizar os segmentos sociais que aborda. Permitindo-nos, assim, “desevidenciar” o fundo discursivo dessa produção, explicitando seus implícitos e avançando nas suas consequências lógicas e sociais (ROSEMBERG; ANDRADE, 2007).

³⁵ De acordo com Thompson (2000, p. 122, grifo do autor), “a reprodução contínua da ordem social depende, provavelmente, mais do fato de que os indivíduos estão inseridos numa variedade de contextos sociais diferentes, que eles levam suas vidas de maneira rotineiras e regulares que não são necessariamente informadas por valores e crenças abrangentes, e de que existe aí uma *falta de consenso* no ponto exato onde as atitudes opostas podem ser transferidas em ação política coerente” do que de um consenso com respeito a valores e crenças.

Quadro 1. Modos de operação da ideologia

<i>Modos Gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/ passivização
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro Estigmatização

Fonte: Baseado em THOMPSON, 2000, p.81.

Antes de desdobrarmos os elementos deste quadro, é preciso, segundo Thompson (2000), tecer três esclarecimentos. Primeiro, esses cinco modos de operação não são as *únicas* maneiras de a ideologia operar. Além do mais, eles não operam necessariamente de forma independente um do outro, mas podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e, em circunstâncias determinadas, a ideologia pode operar de outras maneiras. Segundo, a associação entre esses modos de operação e essas estratégias de construção simbólica não significa que essas estratégias estejam *unicamente* associadas com esses modos, ou que as estratégias não mencionadas não sejam relevantes. “O máximo que se pode dizer é que certas estratégias estão *tipicamente* associadas com certos modos, embora reconhecendo que, em circunstâncias particulares, toda estratégia dada pode servir a outros propósitos, e todo modo apresentado pode ser atualizado de outra maneira” (p. 81, destaque do autor). Terceiro, nenhuma dessas estratégias de construção simbólica é *intrinsecamente* ideológica.

Se uma dada estratégia é ideológica ou não, depende de como a forma simbólica construída através desta estratégia é usada e entendida em

circunstâncias particulares; depende do fato de a forma simbólica, assim construída, estar servindo, nessas circunstâncias, para manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação. (THOMPSON, 2000, p. 82).

Feito estes esclarecimentos, comecemos pela *legitimação*. Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas sendo tratadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio. Uma estratégia tipicamente associada à legitimação é a *racionalização*. Estratégia que envolve a construção de uma cadeia de raciocínio que busca defender, ou justificar, determinadas relações ou instituições sociais e, com isso, convencer uma audiência de que essas relações ou instituições são merecedoras de apoio. Outra estratégia típica é a *universalização*, que consiste em fazer crer que acordos institucionais que servem aos interesses de alguns servem aos interesses de todos. A legitimação também pode ser expressa através da *narrativização*, que trata de contar o passado e abordar o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável (THOMPSON, 2000).

Um segundo modo de operação da ideologia é a *dissimulação*. “Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes.” (THOMPSON, 2000, p. 83). A dissimulação pode ser expressa através de diferentes estratégias. Uma delas é o *deslocamento*, que consiste em se referir a determinado objeto ou pessoa através de um termo habitualmente empregado para se referir a um outro, transferindo, com isso, sua conotação positiva ou negativa. Outra estratégia típica é a *eufemização*, que consiste em descrever ou reescrever ações, instituições ou relações sociais de modo a despertar uma valoração positiva.

A dissimulação também pode ser expressa por meio de outra estratégia, ou grupos de estratégias, que podemos chamar de *tropo* – entendendo por tropo o uso figurativo da linguagem. Entre as formas mais comuns de tropo estão a sinédoque, a metonímia e a metáfora. A sinédoque consiste em juntar semanticamente a parte e o todo. Junção que se dá quando um termo que está no lugar de uma parte é empregado para se referir ao todo ou quando um termo que se refere ao todo é empregado para se referir a uma parte. Já metonímia “[...] envolve o uso de um termo que toma o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de uma característica relacionada a algo para se referir à própria coisa, embora não exista conexão necessária entre o termo e a coisa à qual alguém possa estar se referindo.” (THOMPSON, 2000, p. 85). A metáfora, por sua vez, consiste em aplicar um termo ou frase a um objeto ou ação à qual esse termo ou frase, literalmente, não podem ser aplicados.

Um terceiro modo de operação da ideologia é a *unificação*. “Relações de dominação podem ser estabelecidas ou sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.” (THOMPSON, 2000, p. 86). A unificação pode ser expressa, fundamentalmente, através de duas estratégias: a *estandardização* e a *simbolização da unidade*. A estandardização trata de propor um referencial padrão como fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica – como ocorre, por exemplo, quando um Estado desenvolve uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e linguisticamente diferenciados. Já a simbolização da unidade trata de construir símbolos de unidade, identidade e identificação coletivas – como as bandeiras ou hinos nacionais.

Um quarto modo, através do qual a ideologia pode operar, é a *reificação*. Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção de uma situação transitória e historicamente localizada como se ela fosse permanente, natural e atemporal. “Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que seu caráter social e histórico é eclipsado.” (THOMPSON, 2000, p. 87). Esse modo de operação pode ser expresso através da *naturalização*, que consiste em tratar uma criação social e histórica como um acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais. Ou através da *eternalização*, que consiste em esvaziar fenômenos sócio-históricos de seu caráter histórico, apresentando-os como permanentes, imutáveis e recorrentes. Ou, ainda, através da *nominalização* e da *passivização*. A nominalização consiste em transformar ações em nomes – como quando falamos em “desrespeito à lei” ao invés de “tal pessoa desrespeitou a lei.” Já a passivização consiste em colocar os verbos na voz passiva – como quando falamos que “a lei não foi cumprida” ao invés de “tal pessoa não cumpriu a lei”. Tanto uma quanto outra tende a construir acontecimentos na ausência de um sujeito que os produza.

Um quinto modo de operação é a fragmentação. Relações de dominação podem ser mantidas “[...] segmentado aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador.” (THOMPSON, 2000, p. 87). Aqui, uma estratégia típica de construção simbólica é a *diferenciação*. Estratégia que consiste em enfocar as diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando aquilo que os desunem e os impedem de desafiar as relações de dominação existentes. Outra estratégia típica é a do *expurgo do outro*, que envolve a construção de um

inimigo, seja ele interno ou externo. Este é caracterizado como mau e perigoso, uma ameaça contra a qual as pessoas são convocadas a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.

Seguindo as reflexões de Andrade e Rosemberg (ROSEMBERG; ANDRADE, 2007; ANDRADE, 2004), nesta tese, propomos a *estigmatização* como outro modo de operação da fragmentação. Estigmatização refere-se ao conceito proposto por Erving Goffman (1988) para designar a redução de uma pessoa ou grupo social a alguma “desvantagem” física moral ou social que lhe é imputada. Nas palavras do autor,

enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande [...]. (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Nesse sentido, podemos dizer que a estigmatização tende a tomar o todo pela parte – a tomar a pessoa ou grupo estigmatizado pelo seu atributo “defeituoso”³⁶.

Diferentemente do expurgo do outro, a estigmatização não constrói o estigmatizado necessariamente como um inimigo ameaçador. “Pelo contrário, ele pode ser tratado por meio de um dramático argumento contra a exclusão social, sobrevalorizando, contudo, os atributos socialmente discriminatórios.” (ANDRADE, 2004, p. 99). A estratégia do expurgo do outro, por sua vez, pode envolver a construção de um inimigo sem necessariamente estigmatizá-lo. Embora frequentemente essa estratégia implique a redução do “inimigo” às suas supostas imperfeições, ela pode envolver um argumento que justifique seu perigo através da sobrevalorização de suas “vantagens” – como ocorre, por exemplo, quando um poder estrangeiro é tratado como um ameaça mundial, contra a qual diversos povos devem se unir, devido à sua força bélica. Em relação à diferenciação, a estigmatização diferencia-se desta uma vez que não enfatiza necessariamente as diferenças e divisões entre as pessoas e grupos estigmatizados. Pelo contrário, estes são muitas vezes unificados numa mesma identidade coletiva “deteriorada”. A estratégia da diferenciação, por sua vez, não implica

³⁶ Aqui, é importante observarmos que o atributo em si não leva ao estigma, mas o atributo posto em uma linguagem de relações. Conforme observa Goffman (1988, p. 13), “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.”

necessariamente “[...] uma condição de inferioridade ou desigualdade social, apenas enfatiza a diferença.” (p. 99).

Conforme já observamos, a estigmatização, assim como as outras estratégias típicas de construção simbólica aqui apresentadas e os vários modos de operação da ideologia com os quais elas podem estar associadas, não estabelece necessariamente relações de dominação. Essas estratégias e modos de operação devem ser tomados apenas como orientações gerais que podem facilitar a análise dos materiais discursivos. Se os sentidos mobilizados por esses materiais são ideológicos ou contestatórios, é uma questão que só pode ser respondida pelo exame dos contextos específicos dentro dos quais esses materiais são produzidos, transmitidos e recebidos. Exame este que pode ser levado a cabo através do referencial metodológico proposto por Thompson.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos e justificamos o referencial metodológico adotado. Partindo da perspectiva de que “[...] a metodologia não tem *status* próprio, precisando ser definida em um contexto teórico-metodológico.” (LUNA, 2006, p. 14), definimos nossa metodologia a partir do referencial teórico apresentado no capítulo anterior. Dessa forma, não apenas adotamos a conceituação de ideologia do Thompson, como também assumimos sua proposta metodológica: a hermenêutica de profundidade (HP). Esta proposta fundamenta-se, como o próprio nome indica, na tradição da hermenêutica – que é oriunda dos debates literários da Grécia Clássica e que sofreu muitas transformações desde sua emergência há dois milênios. Entre os autores que desenvolveram essa tradição, Thompson (2000) destaca Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur como suas principais influências.

De acordo com o autor, “[...] *esses pensadores nos lembram, em primeiro lugar, que o estudo das formas simbólicas é fundamentalmente e inevitavelmente um problema de interpretação.*” (THOMPSON, 2000, p. 357, grifo do autor). Ou seja, que as formas simbólicas são construções significativas, que não podem ser bem compreendidas apenas através de análises estatísticas e objetivas, como querem alguns positivistas, mas exigem uma interpretação. Em segundo lugar, eles também nos lembram que “[...] *os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto [da investigação] são, como os próprios analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão.*” (p. 359, grifo do autor). Ou seja, que as interpretações propostas pelos analistas sociais se colocam numa posição de retroalimentação potencial, podendo, em princípio (e muitas vezes o são na prática), ser apropriadas por esses sujeitos, que depois também podem ser novamente analisados pelos analistas sociais e assim por diante. Em terceiro e último lugar, eles – mais especificamente Gadamer – também nos lembram que “[...] *os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas.*” (p. 360, grifo do autor). Ou seja, que não somos apenas observadores ou espectadores passivos da história, mas somos parte dela.

Entretanto, segundo Thompson (2000, p. 361), se Gadamer está certo ao “[...] enfatizar que os seres humanos estão sempre inseridos nas tradições históricas, é também importante

reconhecer que os resíduos simbólicos que incluem as tradições, podem ter características e usos específicos que mereçam análise posterior.” Como, por exemplo, no caso em que esses resíduos servem para obscurecer o presente, mascarando a repressão. Assim, de acordo com Thompson (2000, p. 362), é preciso oferecer “[...] orientações metodológicas de caráter mais concreto para o estudo das formas simbólicas em geral, e para a análise da ideologia em particular”. É esta convicção que o leva a desenvolver sua HP. A HP foi inicialmente desenvolvida por Ricouer, que tinha preocupações semelhantes às de Thompson. “A ideia subjacente à HP é que, na pesquisa social, como em outros campos, o processo de interpretação pode ser, e de fato exige que seja, mediado por uma gama de métodos explanatórios ou ‘objetivantes’.” (p. 362). Embora concorde com os objetivos gerais da obra de Ricouer, Thompson desenvolve um referencial metodológico que difere significativamente do dele. Afinal, de acordo com ele, “[...] Ricouer coloca demasiada ênfase no que ele chama de ‘a autonomia semântica do texto’, e como isso ele abstrai muito rapidamente das condições sócio-históricas em que os textos, ou as coisas análogas a textos, são produzidos e recebidos.” (p. 362).

Assim, Thompson desenvolve um referencial metodológico para o estudo das formas simbólicas que busca contemplar tanto as características estruturais dessas formas simbólicas quanto suas condições sócio-históricas. Mais concretamente, desenvolve um referencial metodológico que é coerente com sua concepção estrutural da cultura.

De acordo com essa concepção, a análise cultural pode ser elaborada como o estudo das formas simbólicas em relação aos contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas – resumidamente, é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas. (THOMPSON, 2000, p. 363).

Além de poder ser empregado neste tipo de análise cultural, este referencial, se focado nas inter-relações entre significado e poder, também pode ser empregado na análise da ideologia. Diante disso, sua adoção aqui se deve, primeiramente, porque se trata de uma metodologia coerente com o referencial teórico adotado. Em segundo lugar, a HP, como o próprio Thompson observa (2000), permite que seus conceitos e teorias possam ser trabalhados no âmbito dos problemas concretos, de análise prática. Além disso, pensamos que – ao contemplar na análise das formas simbólicas tanto suas características estruturais quanto

suas condições sócio-históricas – essa metodologia é uma alternativa adequada aos dois tipos de leituras que estamos especialmente interessados em evitar: as leituras “externalista” e “internalista”. Ambas são insuficientes para apreendermos criticamente as possíveis implicações dos discursos enunciados no material analisado. Afinal, a primeira levar-nos-ia a retirar apenas de sua localização sócio-histórica seus significados e decorrências, como se seu conteúdo e suas características estruturais não tivessem nada a dizer; enquanto que a segunda levar-nos-ia a colocá-los na condição de “o alfa e o ômega” da análise, como se fosse possível retirar deles mesmos – isoladamente de suas condições de produção, circulação e recepção – seu caráter ideológico ou subversivo. A opção pela HP se dá, assim, em função de ela nos permitir (re)interpretar esses discursos e suas possíveis implicações a partir da relação entre seus aspectos estruturais e conjunturais.

Seguindo a estrutura tradicional dessa metodologia, esquematizada na figura 1, dividimos nossos procedimentos metodológicos em três etapas, “[...] que devem ser vistas não como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo.” (THOMPSON, 2000, 365). Aqui cabe observarmos que, uma vez que estamos empregando a HP para analisar principalmente os aspectos ideológicos e críticos dos materiais discursivos, demos, seguindo sugestão do próprio Thompson (2000, p. 378), uma inflexão crítica a cada uma dessas etapas – usando-as “[...] com a finalidade de identificar o significado ao serviço do poder.” Na primeira delas (1), apresentamos o contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção dos materiais discursivos, enfocando as relações de dominação que caracterizam esse contexto; na segunda (2), analisamos as características estruturais desses materiais, indicando os possíveis sentidos mobilizados por essas características; e na terceira (3), (re)interpretaremos esses sentidos à luz das relações de dominação analisadas na primeira etapa.

Figura 1. Formas de Investigação Hermenêutica

Fonte: THOMPSON, 2000, p.365

2.1 Primeira fase da Hermenêutica de Profundidade: análise sócio-histórica

Esta primeira fase da HP tem como objetivo “[...] reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.” (THOMPSON, 2000, p. 366). Para Thompson, essa reconstrução pode ser feita em cinco níveis distintos de análise, dependendo do objeto e circunstâncias particulares da pesquisa. Em primeiro lugar, podemos “[...] identificar e descrever as *situações espaço-temporais* específicas em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas.” (p. 366, grifo do autor). Em segundo lugar, podemos analisar seus campos de interação³⁷, discutindo suas regras e convenções. Em terceiro lugar, podemos reconstruir o conjunto de regras, recursos e relações que constituem suas instituições. Em quarto lugar, podemos analisar as assimetrias, as diferenças e as divisões existentes nessas instituições e nos seus campos de interação. Em quinto e último lugar, podemos investigar os seus meios técnicos de transmissão e difusão.

Nesta tese, optamos por priorizar o segundo, o terceiro e o quarto nível de análise. Mais concretamente, optamos por caracterizar o processo nacional e internacional de construção do problema social sob investigação, focando seus agentes – jornalistas,

³⁷ Utilizado por Thompson como sinônimo daquilo que Pierre Bourdieu denominou de campo social.

acadêmicos, autoridades públicas, dirigentes desportivos e de torcidas organizadas – como atores sociais em articulação ou embate nesse processo. Nesta caracterização, discutimos o modo como esses agentes se relacionam, bem como as interpretações que dão ao problema em questão e as políticas voltadas a ele. Para realizar tal discussão, realizamos revisão bibliográfica sobre o assunto em bases de dados nacionais e internacionais.

2.2 Segunda fase da Hermenêutica de Profundidade: análise formal ou discursiva

Esta segunda fase da HP objetiva estudar as formas simbólicas como “[...] construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada.” (THOMPSON, 2000, p.34). Para Thompson (2000, p. 370), do mesmo modo que na análise anterior, “[...] existem várias maneiras de se conduzir a análise formal ou discursiva, dependendo dos objetos e circunstâncias particulares de investigação.” Entre os diversos métodos e tipos de análise mais amplamente conhecidos e empregados, destaca dois: 1 – *a análise semiótica*, que investiga “[...] as relações entre [os] elementos que compõe a forma simbólica, ou o signo, e [as] relações entre esses elementos e os do sistema mais amplo, do qual a forma simbólica, ou o signo, podem ser parte” (p. 370); 2 – *a análise discursiva*, que investiga as “[...] características estruturais e [as] relações do discurso.” (p. 371).

Em relação a este último tipo de análise, o autor observa que ele pode ser realizado por meio de muitos métodos diferentes. Destes, distingue quatro: 1 – *a análise da conversação*, que enfoca “[...] as propriedades sistemáticas de várias formas de interação linguística.” (THOMPSON, 2000, p. 372); 2 – *A análise sintática*, que se “[...] preocupa com a sintaxe prática ou a gramática prática – não com a gramática dos gramáticos, mas com a gramática ou sintaxe que atua no discurso do dia-a-dia.” (p. 372); 3 – *A análise da estrutura narrativa*, que busca “[...] identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa particular, ou elucidar seu papel na narração da história.” (p. 374) e 4 – *A análise argumentativa*, que objetiva “[...] reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso.” (p. 374).

Nesta tese, optamos por empregar uma análise discursiva que buscasse, entre outras coisas, identificar as escolhas léxicas, as figuras retóricas e os recursos sintáticos presentes nos materiais selecionados. A partir dessa identificação, discutimos como são simbolicamente construídas as condições que mobilizam o problema social sob investigação, como são construídos os envolvidos neste problema e como são construídas suas possíveis soluções. Os materiais discursivos foram obtidos através da coleta de documentos de domínio público e por

meio de realização de entrevistas. A fim de levar a cabo a análise aqui proposta, recorreremos às reflexões feitas por Thompson (2000) acerca das estratégias típicas de construção simbólica. Amparados na abertura teórico-metodológica da HP, também recorreremos a obras de outros autores – como Teun A. van Dijk (1997, 2003, 2008) – que consideramos particularmente relevantes para alcançar os objetivos da pesquisa.

2.3 Terceira fase da Hermenêutica de Profundidade: interpretação e reinterpretação

Esta terceira fase da HP “[...] interessa-se pela explicitação criativa do que é dito ou representado pela forma simbólica.” (THOMPSON, 2000, p.34). Objetiva, portanto, nas palavras do Thompson, “[...] explicar e elaborar o que [esta] diz, o que representa e o que lhe diz respeito.” (p. 34). Para tanto, apoia-se nos resultados das fases anteriores, indo, porém, além deles. Afinal, como diria o autor,

[...] a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por *síntese*, por construção criativa de possíveis significados [...] Ela transcende a contextualização das formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados, e o fechamento das formas simbólicas como construções que apresentam uma estrutura articulada. As formas simbólicas representam algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação. (THOMPSON, 2000, p. 375-376).

Nesta tese, direcionamos nossos esforços para a compreensão das possíveis implicações dos discursos enunciados no material analisado para o contexto caracterizado na primeira parte. Com isso, objetivamos empreender uma projeção da intervenção potencial desses discursos nesse contexto – analisando em que medida e como os sentidos mobilizados por eles subvertem ou, pelo contrário, estabelecem e sustentam relações de dominação. Assim, buscamos responder a perguntas do tipo: qual o seu potencial ideológico? Qual o seu potencial crítico? Será que esses sentidos estariam ajudando a direcionar as pautas dos debates sobre violência no futebol para as necessidades e interesses dos segmentos dominantes da sociedade? Ainda, será que estariam ajudando a produzir políticas de contenção dessa violência que se apoiam e estabelecem relações de dominação? Se sim, de que forma? Questões que começamos a responder já na próxima parte.

PARTE II

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

Nesta segunda parte, objetivamos descrever e analisar o contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção dos materiais discursivos que compõem o *corpus* desta pesquisa, focalizando seus agentes – jornalistas, acadêmicos, dirigentes desportivos, dirigentes de torcidas organizadas e autoridades públicas – como atores sociais em articulação ou embate no processo de construção do problema social sob análise. Para tanto, num primeiro momento (capítulo 3), caracterizamos tal processo no âmbito internacional, enfocando por quem, em que medida e como ele vem sendo interpretado e combatido na Europa e nos países sul-americanos de língua espanhola. Num segundo momento (capítulo 4), abordamos a formação e desenvolvimento desse processo no âmbito nacional.

De acordo com Thompson (2000, p. 193), contextualizar formas simbólicas implica considerar que elas, “[...] além de serem expressões para um sujeito (ou para sujeitos), são, geralmente, recebidas e interpretadas por indivíduos que estão também situados dentro de contextos sócio-históricos específicos e dotados de recursos e capacidades de vários tipos.” São estes recursos e capacidades que facultam alguém a interpretar o contexto em que está inserido e, a partir dessa interpretação, ter certo senso daquilo que é e daquilo que não é pertinente de ser dito, bem como significar e valorar aquilo que o outro diz. Nesse sentido, o que define as possibilidades de produção e recepção de um discurso não são exatamente as propriedades da situação social em que se encontram os usuários da linguagem, mas sim o modo como esses usuários interpretam e definem essas propriedades (VAN DIJK, 2003). Diante disto, é preciso destacar que os aspectos distinguidos do contexto sócio-histórico descrito nesta parte devem ser entendidos apenas como *potencialmente* relevantes para o processo de produção, recepção e valorização dos materiais discursivos analisados.

Conforme veremos adiante, esse processo é marcado por constantes trocas de acusações entre os diversos grupos sociais envolvidos nele. No contexto brasileiro, por exemplo, os torcedores organizados são invariavelmente acusados por jornalistas e autoridades públicas de serem os principais responsáveis pela violência no futebol. Adjetivos como “vândalos”, “marginais” e “vagabundos” são frequentemente utilizados para rotulá-los. Esses torcedores, por sua vez, costumam se colocar no lugar de “vítimas” desses grupos. A

polícia seria violenta e autoritária, enquanto que os jornalistas limitar-se-iam a abordar apenas seus aspectos negativos. Ao discutirmos essas trocas de acusações, levantamos e abordamos questões como: quem acusa quem e para quem? Acusa de fazer exatamente o quê? Em quais circunstâncias essas acusações são aceitas pelos outros?

Por um lado, essas trocas de acusações evidenciam o conflito e a divergência de opiniões. Por outro, esconde sua premissa consensual: a crença compartilhada por aqueles que delas participam de que, de fato, vale à pena debater a violência envolvendo torcedores de futebol. Desde o início, é preciso que alguém esteja disposto a fazer uma acusação e outro a rebatê-la. Isto nos leva a um segundo conjunto de problemas: por que há uma forte disposição e intenso engajamento de determinados grupos sociais em trocar tais acusações? Quais os interesses específicos de cada um desses grupos? Mais ainda, quem se alia a quem e por quê?

Para analisarmos esse processo acusatório de uma maneira mais aprofundada, seguramente é preciso não perder de vista que essas acusações são realizadas em espaços sociais marcados por profundas assimetrias e desigualdades sociais. As oportunidades e os recursos disponíveis para cada grupo envolvido nesse processo não são iguais. Alguns conseguem fazer-se escutar mais do que outros. Como ressalta Losecke (2008), existe uma forte hierarquia de importância e credibilidade no processo de construção de qualquer problema social, sendo que essa hierarquia, em geral, reproduz a estrutura da sociedade como um todo. Pessoas na base dessa estrutura – como os pobres ou as crianças – podem até fazer suas queixas e reivindicações, mas dificilmente serão ouvidas. Diante disto, podemos dizer que a questão aqui é, como diria Bourdieu (2003, p. 149), “[...] quem pode falar (de fato e de direito), a quem e como.”

Voltando ao exemplo dos torcedores organizados, eles são, conforme retomaremos adiante, sistematicamente excluídos dos lugares e situações legítimas de enunciação do discurso. Além disto, ao receberem rótulos estigmatizantes, como os supracitados, passam a ser, na expressão de Goffman (1988), “desacreditados”, perdendo grande parte de sua credibilidade social. Trata-se de locutores ilegítimos, que nem sempre possuem a oportunidade de se dirigir a destinatários legítimos, reconhecidos e reconhecedores. Mais ainda, trata-se de locutores que, quando possuem tal oportunidade, frequentemente têm de se comunicar a partir de lugares ilegítimos – como, por exemplo, num seminário, a partir da plateia e não da mesa de discussão (lugar de onde se fala com “autoridade”). Isto possui implicações profundas, como a perda de parte da força simbólica de suas declarações e denúncias. Afinal, como diria Thompson (2000), o valor simbólico de um discurso, isto é, a

estima que os receptores possuem em relação a ele, tende a ser definido em função do prestígio que estes conferem a quem o enuncia e ao lugar onde é enunciado.

A fim de descrever e analisar essas implicações e outros aspectos relevantes do contexto sócio-histórico sob análise, fizemos um levantamento bibliográfico sobre violência no futebol em âmbito nacional e internacional. Neste levantamento, consultamos 10 bancos de dados, indicados no quadro 2.

Quadro 2. Bancos de dados bibliográficos consultados para elaboração do contexto sócio-histórico

- . Arquivo particular de Felipe Tavares Paes Lopes;
- . A Scientific Electronic Library Online (www.scielo.org);
- . CD-ROOM “Levantamento da produção sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007”;
- . Banco de Teses da CAPES (<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>);
- . Biblioteca Central da Universidade Presbiteriana Mackenzie (<http://www.mackenzie.br/bibliotecas>);
- . Biblioteca da UNICAMP (<http://www.sbu.unicamp.br>);
- . Biblioteca da Universidade de São Paulo (<http://dedalus.usp.br>);
- . Biblioteca da Universitat Autònoma de Barcelona (<http://www.uab.cat/bib/>);
- . Biblioteca Karl A. Boedecker da FGV-SP (<http://www.fgvsp.br/biblioteca>);
- . Biblioteca Nadir G. Kfoury da PUC-SP (<http://biblio.pucsp.br>);

A escolha desses bancos de dados deve-se a motivos variados. O site da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi escolhido uma vez que o seu banco de teses permite o acesso aos resumos de todas as teses e dissertações defendidas no país desde 1987. O site SciELO, por sua vez, é uma biblioteca eletrônica de referência, que abrange uma vasta coleção de periódicos científicos brasileiros e de outros países da América Latina e Caribe. Já as bibliotecas da USP, PUC-SP, FGV-SP, Mackenzie e UNICAMP, além de serem de referência, estão localizadas na cidade de São Paulo, onde foi realizada esta pesquisa, ou próxima dela. Afora isto, possuem em seus acervos livros de autores brasileiros e estrangeiros – um importante tipo de produção não disponibilizado nem pelo Banco de Teses da CAPES nem pelo SciELO. A biblioteca da Universidade Autônoma de Barcelona é igualmente de referência, além de ter sido nesta universidade onde o autor desta tese realizou seu estágio-doutoral. Já o CD-ROOM “Levantamento da Produção sobre o Futebol nas

Ciências Humanas e Sociais de 1980 a 2007” catalogou 626 trabalhos que tratam do conhecimento relativo ao futebol nas Ciências Humanas e Sociais durante o período de 1987 a 2007, oferecendo um resumo de cada livro, artigo, dissertação e tese catalogados. Finalmente, o arquivo particular do autor possui algumas produções não encontradas em nenhum dos bancos de dados anteriores.

Embora este levantamento tenha sido realizado mais intensamente numa etapa inicial da pesquisa, retornamos aos bancos de dados indicados durante toda a sua realização. Isso se deve a três razões: em primeiro lugar, porque estes bancos são constantemente atualizados, podendo sempre apresentar novos trabalhos de nosso interesse. Em segundo lugar, porque a leitura dos sumários, artigos, livros, dissertações e teses disponíveis nesses bancos de dados, bem como a consulta a especialistas, nos levou frequentemente a leitura de outros trabalhos antes não contemplados. Em terceiro lugar, porque a produção de uma tese exige sempre diversas idas e vindas aos textos estudados.

Dito isto, cabe esclarecer que, nos bancos de dados consultados, utilizamos e cruzamos descritores e palavras-chave – indicados no quadro 3 – que variaram de acordo com o modo de organização e a terminologia dos locais.

Quadro 3. Descritores e palavras-chave utilizados para elaboração do contexto sócio-histórico

<i>aguante</i>	<i>hooligans</i>	rivalidade
<i>agresión</i>	<i>hooliganism</i>	<i>rivalry</i>
<i>aggression</i>	hooliganismo	<i>soccer</i>
agressão	legislação esportiva	torcedor
<i>barras-bravas</i>	<i>massb</i>	torcida organizada
comportamento agressivo	<i>masa</i>	torcida uniformizada
Estatuto do Torcedor	massa	ultras
<i>football</i>	multidão	<i>ultràs</i>
<i>fútbol</i>	<i>multitud</i>	violencia
futebol	<i>multitude</i>	violência
<i>hinchada</i>	<i>rivalidad</i>	<i>violence</i>

CAPÍTULO 3

CONTEXTO INTERNACIONAL DE CONSTRUÇÃO, TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL

Neste capítulo, descrevemos e analisamos o contexto sócio-histórico em que a violência envolvendo torcedores de futebol vem sendo definida como um problema social no âmbito internacional. Esta violência, praticada tanto nas arquibancadas quanto fora delas, tanto em dias de jogos quanto em dias em que não ocorrem jogos³⁸, não é recente nem restrita a algum país. Embora tenha adquirido sentido e feições distintas, sabemos que esse fenômeno ocorre há décadas, desde os anos anteriores à Primeira Grande Guerra, incidindo tanto em sociedades sob regimes autoritários como nas democráticas, tanto nas ditas “desenvolvidas” como nas “subdesenvolvidas” (FRANCO JÚNIOR, 2007; GIULIANOTTI, 1999, 2002; MURPHY, WILLIAMS, DUNNING, 1993, 1994; SANTOS, 2008). Prova disso é que

em fins de 1926 uma partida em Odessa, entre a equipe local e uma de Moscou, terminou em enorme tumulto. Em 1937, em Leningrado, houve distúrbios ainda maiores e soldados tiveram de cercar o gramado para impedir a invasão. [...] Em 1952, na Copa Rio, depois do confronto Peñarol e Corinthians o ônibus uruguaio foi apedrejado, o árbitro teve fratura no crânio. Em 1964, no último minuto de uma partida entre os selecionados do Peru e da Argentina, um tumulto provocou a morte de 318 torcedores, além de quinhentos feridos, na maior tragédia da história do futebol até hoje [...] Em 1946, durante partida entre Bolton Wanderers e Stoke City, uma briga resultou em 33 mortos e centenas de feridos. Em 1957, torcedores do Leeds saquearam os arredores do estádio em Paris onde se deu a final da Copa dos Campeões, entre seu time e o Bayern de Munique. Em 1977, foi a vez de seguidores do Manchester United provocarem distúrbios em Saint-Étienne, quando de uma partida pela Copa da UEFA. Em 1982, em Roterdã, na final da Copa dos Campeões entre Bayern e Aston Villa, os torcedores deste clube também provocaram problemas. Finalmente, tragédia anunciada, em 29 de maio de 1985, em Bruxelas, no estádio Heysel, na final da Copa dos Campeões entre Juventus e Liverpool, mais de uma hora antes de a partida começar a torcida inglesa atacou a italiana, deixando um saldo de 39 mortes e 270 hospitalizadas. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 190-191).

³⁸ Embora, evidentemente, ela ocorra com maior frequência em dias de jogos (informação verbal fornecida por Eric Dunning no Simpósio Internacional sobre Hooliganismo e Copa do Mundo de 2014, em Campinas, em maio de 2011).

Devido ao grande número de incidentes de violência que cercaram e ainda cercam o futebol, este esporte tornou-se objeto de interesse por parte de políticos, autoridades policiais, sociólogos e psicólogos já na passagem do século XX para o XXI (FRANCO JÚNIOR, 2007). No entanto, foi no final da década de 1960 que a violência envolvendo torcedores de futebol passou a mobilizar mais fortemente a atenção pública, notabilizando-se como um grave problema social, sobretudo no Reino Unido. A partir de então, o interesse por esse problema foi crescendo progressivamente, até chegar ao seu auge na década de 1980, quando ocorreu a tragédia de Heysel (GIULIANOTTI, 2002). Este problema foi construído ao longo de um extenso e complexo processo, do qual participa uma série de *claims-makers* e audiências (3.1), que estabelece e sustenta múltiplas interpretações das suas causas e consequências (3.2) e que mobiliza um vasto conjunto de políticas voltadas à sua contenção (3.3).

3.1 *Claims-makers* e audiências

Antes de descrevermos e analisarmos os *claims-makers* e as audiências envolvidos, no âmbito internacional, na construção do problema sob análise, é preciso, num primeiro momento, conceituarmos esses dois termos, indicando o que compreendemos por eles, bem como o modo como compreendemos sua relação. Conforme já observamos, adotamos a perspectiva construcionista de problemas sociais. Esta abordagem tem como uma de suas principais preocupações interrogar como e por que certas questões são, em determinados momentos, alçadas à condição de problemas sociais, tornando-se frequentemente foco de novas políticas sociais (BEST; LOSEKE, 2003c). Como existe uma verdadeira infinidade de questões que podem ser alçadas a essa condição, mas nem todas são – pelo contrário, apenas uma ínfima parte delas é –, podemos notar a ocorrência de embates sociais pela definição dos problemas sociais legítimos.

Nestes embates, temos dois agentes principais: os *claims-makers* e as audiências. Os primeiros são aqueles que constroem os problemas sociais, isto é, aqueles que “[...] buscam persuadir membros de uma audiência a considerar uma condição seriamente e a responder a ela como um problema social.”³⁹ (BEST; LOSEKE, 2003c, p. 39, tradução nossa). Estes competem entre si para chamar a atenção do público e convencê-lo de que suas reivindicações são legítimas e de suma importância. A título de exemplo: políticos, ativistas, cientistas,

³⁹ “[...] tries to persuade audience members to take a condition seriously and respond to it as a social problem [...]”

jornalistas etc. vivem disputando a atenção das pessoas para que elas conheçam e apoiem suas causas. Em determinados casos, no entanto, alguns *claims-makers* trabalham no sentido contrário e buscam convencer as pessoas de que um problema não existe. Lobistas da indústria tabagista, por exemplo, vivem argumentando que os adolescentes não são o público-alvo dos anúncios de cigarro (LOSEKE, 2008).

Naturalmente, as razões que mobilizam um *claim-maker* podem ser as mais variadas, elas vão desde motivações ditas “humanitárias”, passando pelo desejo de *status* e reconhecimento social, até a possibilidade de obter vantagens econômicas. Muitas vezes, diferentes grupos, motivados por diferentes razões, tornam-se *claims-makers* de um mesmo problema social. A Lei Seca nos Estados Unidos, por exemplo, foi apoiada tanto por religiosos moralistas quanto por industriais liberais, que pensavam que essa lei lhes forneceria uma força de trabalho mais manejável. O engajamento de cada *claim-maker* na causa levantada também pode variar bastante. Alguns deles fazem dessa atividade um trabalho em tempo integral, transformando, como diria Becker (2009), sua preocupação em sua ocupação, isto é, em um meio de sobrevivência como qualquer outro. Deste modo, quando atingem seus objetivos, logo saem em busca de situações que demandam nova preocupação.

As audiências, por sua vez, constituem o público-alvo dos *claims-makers* e incluem as pessoas que avaliam a credibilidade e a importância das reivindicações feitas por estes últimos (BEST; LOSEKE, 2003c; LOSEKE, 2008). Sendo assim, para uma reivindicação ser bem-sucedida, ela depende, evidentemente, da aceitação das audiências. Entre os múltiplos problemas sociais levantados, são elas que decidem aqueles que, de fato, devem ser considerados graves e, conseqüentemente, abordados e solucionados. É o seu “voto”, para fazermos uma metáfora com o jogo político, que decide quais são os problemas sociais “vencedores”, isto é, aqueles que são realmente problemáticos.

Entretanto, diferentemente do que ocorre numa eleição política, os “votos” das audiências não se equivalem. Algumas delas possuem um poder de decisão maior do que o de outras. Sendo assim, convencer um número grande de pessoas de que realmente um determinado problema é grave pode ser desnecessário. Muitas vezes, para que um problema seja abordado, é preciso que se atinja apenas um número pequeno de pessoas, desde que elas sejam influentes (LOSEKE, 2008). Por exemplo, se acreditamos que a violência no futebol está relacionada à falta de assentos nos estádios, não precisamos necessariamente convencer todos os torcedores disto. Basta que convençamos os dirigentes desportivos e as autoridades públicas responsáveis para que tomem as devidas providências. No caso, convencer os torcedores só serviria se eles efetivamente comessem a se mobilizar – fazendo protestos,

criando abaixo-assinados, escrevendo cartas para importantes jornais etc. – para solucionar o problema.

Em geral, pensamos que as audiências e os *claims-makers* constituem necessariamente grupos diferentes. No entanto, muitas vezes, um mesmo grupo social pode ser *claim-maker* e audiência de um mesmo problema social. A título de exemplo: ativistas costumam procurar a mídia para divulgar a causa que defendem e para obter uma cobertura ampla e favorável a ela. A mídia, neste caso, constitui a audiência dos ativistas. Mas ela também pode atuar como um importante *claim-maker* do problema levantado por eles. Afinal, ao abordá-lo, faz com que milhões de pessoas tomem conhecimento dele, colocando-o na agenda pública.

De acordo com Best e Loseke (2003c), para capturar a atenção das pessoas, os *claim-makers* “[...] têm de construir imagens das condições [do problema enfocado], das vítimas que são prejudicadas por ele e dos vilões (estruturas sociais, forças sociais ou individuais) que o causam.”⁴⁰ (p. 77, tradução nossa). Imagens que, evidentemente, envolvem um processo de categorização desses agentes. Segundo Vasilachis de Gialdino (2004), esse processo supõe escolhas que terão como consequência adjudicar-lhes “[...] determinados atributos, supor que realizam um conjunto de atividades, reconhecer-lhes alguns direitos e negar-lhes outros, exigir-lhes o cumprimento de certas obrigações.”⁴¹ (p. 125, tradução nossa). Como observa a autora, categorias sociais não são fixas, mas o produto de negociações, constituindo formas coletivas de compreensão das pessoas e de suas práticas.

Essas categorias definem termos como “prostituta”, “racista”, “pedófilo”, “drogado” e, no caso específico do futebol, como veremos melhor adiante, “*hooligans*”, “torcedores organizados”, “torcedores comuns” etc. Termos que estabelecem a extensão de um problema social na medida em que estabelecem o tipo e o número de pessoas que ele envolve. Segundo Best e Losecke (2003d), a fim de sensibilizar um maior número de pessoas para um problema, *claims-makers* costumam enfatizar o grande número de pessoas prejudicadas por ele. Uma estratégia usual é colocar toda a população na condição de “vítima” ou de “vítima potencial”. Por exemplo, quando os jornais afirmam que ninguém está imune à violência urbana. Essa estratégia costuma ser bem-sucedida na medida em que alguém que se vê nessa condição possui mais chances de se indignar. Afinal, caso contrário, é como diz o provérbio: “cada um com os seus problemas”.

⁴⁰ “[...] must construct images of conditions, the victims who are harmed by it, and the villains (social structures, social forces, or individuals) who cause it.”

⁴¹ “[...] determinados atributos, suponer que realizan un conjunto de actividades, reconocerle unos derechos y negarle otros, exigirle el cumplimiento de ciertas obligaciones.”

Além dessa estratégia, outra maneira para chamar a atenção das pessoas para um problema social é destacar o caráter extremo e hediondo de suas consequências. Para tanto, é preciso conferir-lhe uma dimensão melodramática. Nas palavras de Hilgartner e Bosk (apud ROSEMBERG; ANDRADE, 2007, p. 261), “o drama é a fonte de energia que dá vida ao problema social e sustenta o seu desenvolvimento.” É ele que cria uma “auréola de dignidade e moralidade” em torno das pessoas prejudicadas e caracteriza os responsáveis por tal prejuízo como personagens detestáveis (LOSECKE, 2000). É ele quem faz, portanto, com que as pessoas avaliem o problema social como algo errado, inaceitável e moralmente intolerável. Dramatizar um problema serve, assim, para revesti-lo da urgência da mobilização e indignação social na competição com outros problemas (ROSEMBERG; ANDRADE, 2007), estimulando as audiências a sentirem a sua gravidade e inaceitabilidade.

Mas a dramatização também pode servir a outros propósitos. Pode, por exemplo, ajudar a aumentar a audiência jornalística ou, ainda, a tornar mais atraente um trabalho científico. Embora seja o alicerce de muitos programas populares de entretenimento, o melodrama também influencia discussões consideradas mais sérias. De acordo com Best (1999), frequentemente os discursos políticos, as análises acadêmicas e os artigos jornalísticos adotam, ainda que implicitamente, uma abordagem melodramática. Esta abordagem, na perspectiva dele, pode confundir o público e dificultar a construção e a condução de políticas sociais adequadas. Na questão da criminalidade, por exemplo, o enfoque dado aos piores casos de violência urbana muitas vezes leva a crer que estes casos são mais habituais do que realmente são.

Segundo Loseke (2000), embora o melodrama ajude a convencer as audiências da gravidade de um problema, estas não são tão facilmente persuadidas. Afinal, dentre as múltiplas e complexas questões da vida social, elas têm de ser convencidas de que aquela questão específica constitui um problema social. Problema que não pode ser tolerado e que, conseqüentemente, tem de ser atacado e solucionado imediatamente. Além disso, elas também têm de ser convencidas de que seu diagnóstico é adequado, assim como de que a solução apresentada para ele é a melhor possível.

Frequentemente, as audiências são constituídas pelos formuladores de políticas públicas. A fim de alcançar transformações sociais mais amplas, os *claims-makers* visam muitas vezes intervir no processo de produção dessas políticas. Para tanto, ou buscam atuar diretamente na sua formulação ou na opinião de seus formuladores. No entanto, como nos adverte Best e Loseke (2003e), esses formuladores – políticos de uma forma geral – não necessariamente estão preocupados com as questões colocadas pelos *claims-makers*, isso vai

dependem do seu foco de interesse e do “clima político” do momento. Além do mais, mudanças sociais por meio de políticas públicas tendem a ser bastante graduais. Sendo assim, muitos *claims-makers* buscam essas mudanças transformando o “clima cultural”, isto é, a opinião das pessoas sobre os comportamentos e as pessoas envolvidas no problema social em questão. Para tanto, engajam-se, por exemplo, em campanhas para tornar um antigo hábito visto como positivo ou tolerável em algo inaceitável. Em alguns casos, como no dos motoristas alcoolizados nos Estados Unidos, os *claims-makers* são bem-sucedidos tanto na transformação das políticas públicas quanto no “clima cultural”. Muitas vezes, no entanto, isso não é possível. Afinal, como destaca Loseke (2008, p. 125), “[...] por causa da complexidade da vida social, a maioria dos *claims-makers* são apenas mais ou menos bem-sucedidos em transformar o mundo social.”⁴²

Se na esfera pública as audiências são frequentemente constituídas pelos formuladores de políticas públicas, na vida cotidiana, elas são formadas, de um modo geral, por todos nós. Quando estamos em sala de aula, quando lemos um periódico, quando assistimos ao telejornal ou quando presenciamos uma passeata, somos bombardeados por reivindicações, por questões que nos são apresentadas como problemas sociais da maior relevância e que, por isso mesmo, deveríamos nos preocupar. Evidentemente, como somos diferentes uns dos outros – marcados por diferenças de nacionalidade, gênero, raça, classe social, idade etc. e, conseqüentemente, por diferentes desejos, valores, necessidades e expectativas –, somos afetados diversamente por esse bombardeio diário. Enquanto algumas questões chamam mais a atenção de uns, outras chamam mais a de outros. E mesmo aqueles que compartilham as mesmas preocupações têm frequentemente opiniões diferentes e, até mesmo antagônicas, sobre elas. A título de exemplo: enquanto alguns defendem veementemente o desarmamento da população, o fim do comércio não apenas ilegal, mas também legal de armas; outros defendem, com a mesma veemência, o direito de cada cidadão portar sua arma.

Diante disso, é preciso, seguindo as análises de Lawrence T. Nichols (2000), destacar o caráter eminentemente seletivo, interessado e ativo das audiências. Estas não são compostas por receptores passivos, conformistas e facilmente modeláveis – meras esponjas que tudo absorvem do social –, mas por agentes críticos que confrontam suas experiências de vida com aquilo que é dito, avaliando a credibilidade e a importância do problema levantado. Trata-se de receptores seletivos, que dirigem sua atenção para este ou aquele aspecto da mensagem,

⁴² “[...] because of the complexity of social life, most claims-makers are only more or less successful in changing the social world.”

percebendo e retendo de modo distinto seus elementos⁴³. Como destaca o autor, as audiências podem, inclusive, compreender uma mensagem de forma contrária ao que o seu emissor acreditava estar dizendo. Seu exemplo é esclarecedor:

[...] quando, por exemplo, oficiais de órgãos governamentais de saúde enfatizam os perigos do consumo de cigarros, eles esperam que os ouvintes fiquem motivados a evitar seus males; ironicamente, audiências tais como adolescentes podem achar o ato de fumar mais atrativo por causa dos riscos anunciados.⁴⁴ (NICHOLS, 2000, p. 58-59, tradução nossa).

Se na vida cotidiana fazemos o papel de audiências; no dia-a-dia, também atuamos, em alguma medida, como *claims-makers*. Afinal, mobilizamos a atenção das pessoas para um determinado problema social quando participamos de passeatas, de debates, quando assinamos petições, quando escrevemos cartas para revistas e jornais ou, até mesmo, quando fazemos piadas ou conversamos com alguém sobre o assunto – seja um familiar, um amigo, um professor ou um desconhecido. Sendo assim, podemos participar da construção de um problema social ainda que não participemos necessariamente de atividades estratégicas que visem explicitamente à sua superação (NICHOLS, 2000).

Independentemente de participarmos ou não desse tipo de estratégia, quando atuamos como *claims-makers* nos engajamos em diferentes questões e de maneiras diferentes. Por exemplo, existem os que se engajam na “causa do aborto” e existem os que se engajam na “causa da legalização das drogas” e, entre esses, existem os “pró-aborto” e os “antiaborto”, os “pró-legalização” e os “antilegalização” (BEST; LOSEKE, 2003c). Diante disso, podemos dizer que existe uma verdadeira polifonia de vozes engajadas na construção de problemas sociais (NICHOLS, 2000).

Essa polifonia é composta por vozes diferentemente valoradas, que possuem alcance e força sociais bastantes desiguais. Afinal, vivemos numa sociedade estruturada, caracterizada “[...] por assimetrias e diferenças relativamente estáveis em termos de distribuição de, e acesso a, recursos de vários tipos, poder, oportunidades e chances de vida.” (THOMPSON, 2000, p. 198). Assim, no processo de disputa pela definição dos problemas sociais legítimos e pela suas soluções legítimas, o peso social da voz de cada agente envolvido nessa disputa não será, evidentemente, o mesmo.

⁴³ Sobre os fatores condicionantes da subjetividade no processo de recepção, sugerimos a leitura do quarto capítulo do livro “Ética na comunicação: da informação ao receptor” (BARROS FILHO, 1995).

⁴⁴ “When, for example, government health officials emphasize the dangers of cigarette smoking, they may expect that listeners will be motivated to avoid harm; ironically, audiences such as teenagers may find smoking more attractive because of the announced risks.”

Como nos recorda Loseke (2008), na maioria das vezes, as audiências avaliam a credibilidade e a importância das reivindicações feitas por um *claim-maker* a partir das ideias preconcebidas que formam dele. Diante disto, podemos dizer que, assim como há uma hierarquia de importância das audiências, pois umas são mais influentes do que outras, há uma hierarquia de credibilidade entre os *claims-makers*: alguns são mais “acreditáveis” do que outros. À força do argumento, se junta o *status* social de quem argumenta. Importa, portanto, não apenas o que é dito, mas quem diz. Mais ainda, de “onde” se diz. Uma coisa é uma autoridade pública escutar na rua o desabafo de uma mãe preocupada com a falta de creches, outra bem diferente é ela escutar essa mesma reclamação vinda de um prestigiado estudioso em educação feita num seminário internacional sobre o tema.

Em geral, essa hierarquia de credibilidade segue a hierarquia de credibilidade estabelecida na sociedade: aqueles que ocupam a base da “pirâmide social” são frequentemente colocados na condição de “desacreditados”. Além disto, possuem a desvantagem de ter menos acesso às audiências mais importantes. Por exemplo, pessoas em situação de rua, certamente, têm menos chances do que empresários do setor imobiliário de ter suas reclamações sobre as políticas de habitação ouvidas e atendidas pela classe política. No caso, a condição desprivilegiada dos primeiros pode impor-se como uma grande barreira para se chegar a audiências privilegiadas. Nas palavras de Nichols (2000, p. 60, tradução nossa),

[...] hierarquias sociais produzem desigualdades de oportunidade em relação às reivindicações. Aqueles que desfrutam privilégios baseados em gênero, raça/etnia, idade, religião, renda, ocupação ou outro critério frequentemente possuem abundantes recursos materiais que fornecem vantagens nos debates de problemas sociais.⁴⁵

Com isso, podemos dizer que, no processo de construção de um problema social, os agentes que possuem mais recursos materiais terão mais chances de fazer valer sua opinião, isto é, de se afirmar como importantes *claims-makers*. Isto não quer dizer, no entanto, que seus pontos de vista sempre prevalecerão nos debates. Afinal, como observa o autor supracitado, eles podem calcular mal suas chances e desperdiçar suas vantagens. Além disso, aqueles com menos recursos também podem – por diversas razões (religiosas, por exemplo) –

⁴⁵ “[...] social hierarchies produce inequalities of opportunity with regard to claims-making. Those who enjoy privileges based on gender, race/ethnicity, age, religion, income, occupation or other criteria often possess abundant material resources that provide advantages in social problems debates.”

recusar a aceitar as reivindicações dos primeiros. Ou ainda, podem superar a escassez material por meio da criatividade e do sacrifício.

De qualquer modo, entre os principais *claims-makers*, Best e Loseke (2003c) destacam três grupos: o primeiro deles é composto pelos movimentos sociais, que “[...] trabalham precisamente para convencer membros de uma audiência de que um problema social existe.”⁴⁶ (BEST; LOSEKE, 2003c, p. 40, tradução nossa). O segundo é o dos cientistas, que “[...] são atores críticos porque estão no topo da hierarquia da credibilidade [...]”⁴⁷ (p. 41, tradução nossa), o que quer dizer que suas reivindicações são vistas pela maioria das pessoas como simplesmente verdadeiras e legítimas. O terceiro é o dos meios de comunicação de massa, pela simples razão de que a maior parte das pessoas “[...] obtém a maior parte das informações sobre o mundo assistindo à televisão, surfando na Web, lendo revistas e assim por diante.”⁴⁸ (p. 41, tradução nossa). No contexto em que estamos trabalhando, os dois últimos grupos têm tido uma participação mais acentuada, assim como alguns outros grupos não sublinhados por Best e Loseke.

São diversos os *claims-makers* e as audiências envolvidos no processo de construção do problema da violência envolvendo torcedores de futebol. Destes, destacamos, em primeiro lugar, os meios de comunicação de massa. Segundo Loseke (2008), estes meios possuem uma relação de interdependência com outros *claims-makers*. Afinal, nem sempre seu trabalho é o de criar novos problemas sociais – como quando um repórter investigativo sai em busca de informações para escrever uma nova história. Muitas vezes, o trabalho do jornalista é o de apresentar, traduzir e “empacotar” as reivindicações feitas por outros *claims-makers* (políticos, ativistas sociais, acadêmicos etc.). Assim, se por um lado, os jornalistas precisam desses agentes para realizar seu trabalho; por outro, esses agentes também precisam dos jornalistas, uma vez que uma cobertura midiática pode ajudar – e muito – na divulgação de suas causas.

Esta relação de interdependência é, normalmente, marcada por assimetrias. Os ativistas sociais tendem, por exemplo, a depender mais dos meios de comunicação do que estes meios dos ativistas. Afinal, estes últimos são apenas mais uma fonte de informação possível para os jornalistas, enquanto que os meios de comunicação exercem forte influência sobre a opinião pública, impactando o modo como as pessoas pensam e se comportam. Conforme observa Thompson (2000, p. 285), “[...] para a maioria das pessoas hoje, o

⁴⁶ “[...] work precisely to convince audience members that a social problem exists.”

⁴⁷ “[...] are critical players because they are at the top of the hierarchy of credibility [...]”

⁴⁸ “[...] get most of their information about the world from watching television, surfing the Web, reading magazines, and so on.”

conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia.” Conhecemos, por exemplo, nossos líderes políticos e seus programas de governo através da televisão, rádio, internet etc. Do mesmo modo, “[...] nossas experiências dos acontecimentos que tiveram lugar em contextos que são, espacial e temporalmente remotos, desde greves e demonstrações até massacres e guerras é, em grande parte, mediada pelas instituições da comunicação de massa.” (p. 285) – alterando significativamente o modo como participamos do sistema institucionalizado do poder político.

Seguindo as análises de Thompson (1998, 2000), podemos dizer que essas instituições possuem uma participação decisiva na construção do problema social sob investigação, não apenas influenciando as políticas que visam solucioná-lo, mas, como observam Dunning, Murphy e Willians (1993, 1994), até mesmo influenciando o modo de se comportar dos torcedores. Nas palavras dos autores, “[...] os meios de comunicação não são observadores neutros da cena social. Eles são elementos ativos no desenvolvimento dos processos sociais e na definição dos problemas sociais.” (1993, p. 120).

Na Inglaterra, por exemplo, durante o período entre as grandes guerras até os anos sessenta, o comportamento dos torcedores era frequentemente elogiado pela imprensa local.

Mais particularmente, quando incidentes de mau comportamento por parte de torcedores estrangeiros ou por parte de torcedores de regiões não-inglesas do Reino Unido eram relatados na imprensa, estes relatos frequentemente incluíam afirmações do tipo “isto não poderia ocorrer aqui.”⁴⁹ (DUNNING; MURPHY; WILLIANS, 1993, p. 263, tradução nossa).

Esta abordagem da imprensa ajudou a reforçar o bom comportamento dos torcedores e a atrair torcedores não violentos para os estádios. Fenômeno que contribuiu para mobilizar novas matérias favoráveis aos torcedores, produzindo um “ciclo de retroalimentação”.

Já no final da década de 1950, com a chamada “crise moral” que afetava os jovens das classes populares⁵⁰, a imprensa passou a dar maior cobertura à violência no futebol, ampliando

⁴⁹ “More particularly, when incidents of misbehaviour by foreign fans or by fans from the non-English parts of the British Isles were reported in the press, the reports often included statements of ‘it couldn’t happen here’ variety.”

⁵⁰ Diferentemente de grande parte da literatura internacional sobre futebol, adotamos o termo “classes populares” e não “classes trabalhadoras” uma vez que este segundo termo carrega, a nosso ver, um preconceito de classe: o de fazer crer que as outras classes não são trabalhadoras. Tampouco adotamos o termo “classes operárias” porque o consideramos inexato, uma vez que não abarca um amplo universo de torcedores: aquele que é oriundo do proletariado e possui hábitos proletários, mas que hoje está no setor de serviços. Assim, optamos por utilizar o termo “classes populares”, que, segundo Bourdieu (1988), define-se pela quase ausência de capital, sob qualquer

o número de matérias sobre o assunto. Mas foi a partir da Copa do Mundo da Inglaterra, em 1966, que essa violência passou a, de fato, ganhar destaque nos noticiários. Neste período, os torcedores violentos ingleses não apenas passaram a chamar a atenção da imprensa internacional, como também começaram a ser tratados pelos jornais de seu país como uma séria ameaça para a reputação internacional da Inglaterra (MURPHY, WILLIAMS, DUNNING, 1993, 1994).

Ao se voltarem para a violência ocorrida nas arquibancadas, os jornais ingleses começaram a enviar seus repórteres aos estádios não apenas para cobrir as partidas, mas também para observar e relatar o comportamento do público. Graças a isso, foram amplificados significativamente os registros de episódios de violência – embora, segundo Murphy, Willians e Dunning (1994), no período tenha, de fato, ocorrido certo aumento desses episódios. Esta amplificação foi acentuada pela abordagem sensacionalista dada pela imprensa à questão – que, ao mesmo tempo em que reforçava a ideia de que os estádios eram lugares inseguros, marcados pela violência e barbárie, contribuía para atrair ainda mais torcedores violentos aos estádios.

Ao se definirem os dias de jogos e os estádios de futebol como alturas e locais onde se poderiam ocorrer confrontos e onde se poderia assistir à exibição de formas de agressividade tipicamente masculina, os media, em especial os tablóides nacionais, desempenharam um papel de relevo na estimulação e moldagem da evolução seguida pelo hooliganismo futebolístico. (MURPHY; WILLIAMS; DUNNING, p. 118).

Na década de 1980, os torcedores ingleses já eram internacionalmente conhecidos como os mais baderneiros e violentos do mundo. De acordo com Buford (1992), ao mesmo tempo em que noticiavam o vandalismo praticado por esses torcedores, os meios de comunicação de massa costumavam ignorar sistematicamente a violência praticada por torcedores de outros países, reforçando essa reputação. O trecho seguinte narra a experiência do autor em Turim, quando Manchester United e Juventus se enfrentaram em 1984, numa semifinal da Recopa, e nos exemplifica bem essa parcialidade na cobertura midiática.

O curioso nos homens da televisão e dos jornais era o seguinte: eles estavam a apenas poucos metros de distância dos mascarados torcedores da Juventus que atiravam mísseis. Podiam perceber que os torcedores ingleses estavam sendo alvejados – muita gente estava de joelhos segurando a cabeça. Não pude evitar o seguinte pensamento: demandaria pouco esforço deter um

tipo, dos agentes dessa classe. Agentes que, de acordo com o autor, encontram sua unidade, em grande medida, na aceitação da dominação, bem como na noção de virilidade, que orienta suas práticas e percepções.

indivíduo no momento em que ele levasse o braço para trás a fim de arremessar outro bastão, foguete, rojão, ou garrafa de cerveja; demandaria menos esforço ainda dar a eles um cutucão de leve; demandaria virtualmente esforço nenhum dizer uma ou duas palavras instando aqueles terroristas mascarados das arquibancadas a deixarem de se comportarem daquela maneira. Ninguém fez coisa alguma. E, a despeito do surrado argumento de que fazer isso seria intervencionismo – participar do evento que deveriam estar cobrindo –, para mim, na condição de um dos alvos, esse argumento não era dos mais convincentes. Eles não estavam preocupados em intervir no evento. Estavam procurando criá-lo: eles não apenas se isentavam de deter os torcedores mascarados que lançavam mísseis, como também não os fotografavam. Eram as imagens dos ingleses que eles queriam. Eles queriam as tatuagens inglesas; seus torços suados, desnudados até a cintura; seus dois dedos erguidos no ar; as expressões depravadas de seus rostos ao arremessarem de volta os objetos atirados neles. Italianos comportando-se como *hooligans*? Algo inaudito. Ingleses se comportando como ingleses? Isso sim era interessante! Lembro-me de ter pensado: se o dia tornar mais violento, quem deveria ser responsabilizado? Os ingleses, cujo comportamento na praça poderia ser considerado de tal modo provocativo que eles mereciam o tratamento que fosse? Os italianos, cujas boas vindas consistiam em dirigir insultos a seus visitantes? Ou se poderia atribuir parte da culpa a esses homens com seus equipamentos televisivos e câmeras, cujas imagens pouco representativas serviriam tão somente para reforçar aquilo que todos já esperavam de antemão? (BUFORD, 1992, p. 68-69).

A partir da década de 1990, após a adoção de uma série de medidas de combate à violência no futebol britânico, a imprensa passa novamente a abordar os estádios do Reino Unido – em especial os ingleses – como lugares seguros. Ao mesmo tempo em que a violência no futebol passa a ser objeto de preocupação pública constante em outras partes do mundo, o futebol inglês passa a ser visto como uma referência mundial. É, então, que é criado o mito de que não existe mais violência no futebol inglês. Como retomaremos adiante, a violência dentro dos estádios ingleses, de fato, diminuiu, no entanto ela ainda existe. Além do mais, grande parte dos combates entre torcedores migrou para fora dos estádios. Por esta razão, de acordo com Dunning (informação verbal)⁵¹, podemos dizer que, se na década de 1960 houve certo exagero do fenômeno da violência no futebol inglês, hoje esse fenômeno é subestimado.

No contexto sul-americano, a imprensa igualmente parece abordar o tema de forma rasteira e sensacionalista, variando um pouco de acordo com cada meio. Ao analisar a mídia colombiana, Eslava (2008, s.n., tradução nossa) afirma que

a abordagem do fenômeno por parte dos meios de comunicação de massa se dá a partir da rapidez que os formatos noticiosos específicos de cada meio exigem. O fenômeno no rádio adquire maior profundidade na medida em

⁵¹ Informação fornecida por Eric Dunning no Simpósio Internacional sobre Hooliganismo e Copa do Mundo de 2014, em Campinas, em maio de 2011.

que se permite, dada a sua relativa flexibilidade frente ao formato televisivo, estender o tempo destinado ao tratamento do fenômeno. Não obstante os níveis de análise e tratamento deste fenômeno não conseguem transcender os limites da moralidade enquistada dentro dos contextos sociais onde se desenvolvem. Portanto o produto destas “explicações” só contribui para seguir estigmatizando o fenômeno, esgotando-se em denúncias moralistas propensas a exigência de medidas inteiramente punitivas, que esgotam a complexidade do fenômeno em ações desarticuladas de vandalismo ou delinquência. O acompanhamento explícito realizado especialmente pela televisão dos fatos que a propósito dos enfrentamentos entre as barras, e onde se recorre aos meios interativos e mediáticos que permitem, por exemplo, deter as imagens nos momentos nos quais se apresentam as agressões, acompanhadas de ampliações sobre as tomadas e os enquadramentos ou círculos onde se enquadram os artefatos curtos e afiados com os quais se atacam os oponentes, são recorrentes, e se incorporaram dentro das estruturas narrativas do meio, como um elemento fundamental e determinante que busca garantir o impacto próprio das audiências frequentes destes noticiários.⁵²

Na Argentina, seguindo a tendência inglesa iniciada nos anos 60, a imprensa – sobretudo a televisão – tem, desde o final dos anos 80 e início dos anos 90, se voltado cada vez mais para as arquibancadas. A torcida tem sido integrada às transmissões televisivas das partidas a ponto de sua chegada e saída dos estádios, bem como seu comportamento ao longo das partidas, serem eventos registrados minuciosamente, momento a momento. Neste contexto, surgiu o programa *El Aguante*, dedicado exclusivamente ao que ocorre nas arquibancadas. De acordo com Salerno (2005), este programa constrói e prescreve os comportamentos legítimos e ilegítimos nas arquibancadas, assim como o modelo de torcedor ideal. Tal modelo refere-se a um torcedor que segue incondicionalmente a equipe, de modo autônomo e independente, e que é mais animado pelo espírito de competência e rivalidade simbólica do que propriamente física – o que faria dele um torcedor ao mesmo tempo fanático e pacífico.

⁵² “El abordaje del fenómeno por parte de los medios masivos de comunicación se da desde la inmediatez que los formatos noticiosos específicos de cada medio exigen. El fenómeno en la radio adquiere mayor profundidad en la medida en que se permite, dada la relativa flexibilidad frente al formato televisivo, extender el tiempo destinado al tratamiento del mismo. No obstante los niveles de análisis y de tratamiento de este fenómeno, no logran trascender los límites de la moralidad enquistada dentro de los contextos sociales donde se desarrolla. Por tanto el producto de estas “explicaciones” solo contribuyen a seguir estigmatizando el fenómeno, agotándose en denuncias moralistas proclives, a la exigencia de medidas enteramente punitivas, que agotan la complejidad del fenómeno en acciones desarticuladas de vandalismo o delincuencia. El seguimiento explícito realizado especialmente por la televisión de los hechos que a propósito de los enfrentamientos entre las barras, y donde se recurre a los medios interactivos y mediáticos que permiten, por ejemplo, detener las imágenes en los momentos donde se presenta las agresiones, acompañadas de ampliaciones sobre las tomas y los recuadros o círculos donde se encuadran los artefactos corto punzantes con los cuales se atacan a los oponentes, son recurrentes, y se han incorporado dentro de las estructuras narrativas del medio, como un elemento fundamental y determinante que busca garantizar el impacto propio de las audiencias frecuentes de estos noticieros.”

Este modelo de torcedor contrapõe-se, pelo seu aspecto independente e pacífico, ao dos *barras bravas*, analisado no próximo tópico. A violência física é abertamente condenada no programa e seus agentes estigmatizados como seres “irracionais” e “bestiais”. O futebol é postulado como um espetáculo “aberto” e “familiar”, abordado a partir de uma retórica machista, chauvinista e frequentemente intolerante. O verdadeiro torcedor seria aquele que é argentino⁵³, homem adulto⁵⁴ e não violento. O violento é basicamente construído como um não torcedor, um marginal travestido de torcedor.

Contrapondo-se, muitas vezes, a essa visão propagada pelos meios de comunicação, tanto sul-americanos quanto europeus, destacamos, em segundo lugar, os torcedores como um dos principais *claims-makers* e audiências do problema em questão. Como observa Giulianotti (2002, p. 89, grifos do autor),

desde meados da década de 1980, o futebol no Reino Unido e em outros lugares deu origem a culturas mais explícitas de resistência entre os torcedores. As representações mais importantes dessa nova cultura são os *fanzines* e as ISAs [Associação dos Torcedores Independentes] (Jary et al., 1991). Elas oferecem uma alternativa direta à “escola de jornalismo do *Pravda*”, tais como as revistas do clube e os programas do dia da partida, que evitam críticas a figuras influentes do futebol (Perryman, 1997). Os *fanzines* procuram fornecer uma imagem mais bem representativa dos pontos de vista dos torcedores do que as que se encontram correntemente na mídia, que constantemente expressam descontentamento com algum clube, seus guardiões e jogadores (Giulianotti, 1997a; Rowe, 1995, p. 160-165). [...] Os torcedores de futebol desenvolveram também fóruns mais organizados para proteger seus interesses. Depois de Hillsbough, a FSA surgiu como uma voz bem mais efetiva para os torcedores do que a antiga NFFSC, embora seus membros continuem poucos. No âmbito dos clubes, as ISAs do West Ham, do Manchester United e do Tottenham organizaram protestos contra as práticas comerciais mais ruidosas dos diretores de seus clubes, como a venda de grandes craques ou a inflação dos preços de admissão.

Esses torcedores mais participativos, envolvidos criticamente nos debates políticos sobre o futebol e que, de fato, participam e influenciam de algum modo as discussões sobre violência no futebol, o autor denominou de “pós-torcedor”. Nas suas palavras,

os “pós-torcedores” do futebol compartilham esta capacidade de reflexão, ironia e participação. Eles representam uma ruptura epistêmica nas formas mais antigas de torcida, particularmente na passividade do “torcedor”. Os “pós-torcedores” têm consciência da natureza construída das reputações dos torcedores e da tendência da mídia em exagerar ou inventar tais identidades.

⁵³ Retratado como o mais apaixonado, o que mais apóia, o que mais faz festa e o que possui as melhores cações.

⁵⁴ Crianças, mulheres e velhos são considerados torcedores legítimos, mas não os verdadeiros protagonistas das arquibancadas.

Eles adotam uma abordagem reflexiva ao interpretar as posições relativas de poder dos jogadores e dos clubes nas estruturas políticas do futebol nacional e internacional. Eles mantêm uma postura irônica e crítica em relação à propaganda que tem origem junto à direção e contra a relação que em geral é de simpatia entre este último e os meios de comunicação de massa. Os comentários dos “pós-torcedores” sobre seu jogador e clube favorito frequentemente acabam virando piada. Eles estão no epicentro dos movimentos das torcidas que pleiteiam a mudança da política do clube e de jogadores e diretores. Contudo, reconhecem que sua influência continua muito limitada nos corredores do poder do futebol. (GIULIANOTTI, 2002, p. 190).

Embora a maioria dos “pós-torcedores” faça parte da nova classe-média⁵⁵, trabalhe nas novas industriais de conhecimento e tenha formação acadêmica em ciências humanas, o autor nos adverte que esses torcedores não representam uma entidade homogênea. Pelo contrário, podem ser divididos em dois grupos antagônicos: o dos “tradicionalistas” e o dos “arrivistas”. Os primeiros são extremamente críticos ao processo de mercantilização do futebol e marginalização de torcedores mais antigos. Na Inglaterra e Escócia, eles vivem habitualmente nas regiões norte e contam com o apoio de atores, músicos e escritores como Sean Bean, Noel Gallagher e Harry Pearson. Já os segundos, diferentemente dos primeiros, criticam abertamente a torcida das classes populares. Na Inglaterra e Escócia, eles vivem habitualmente nas regiões sul e contam com apoio dos chamados “os *soccerati* de Londres”, grupo que reúne jornalistas, escritores e comediantes como Bill Buford, Martin Amis, Nick Hornby, Roddy Doyle, Simon Kuper, Emma Lindsey, Anne Coddington e David Baddiel.

Na América do sul e no sul da Europa, foram criadas, conforme retomaremos no tópico seguinte, outros tipos de estruturas de torcedores. Estruturas que ora entram em embate com os dirigentes e autoridades públicas; ora, em articulação. A relação dos torcedores com os jornalistas também é bastante híbrida. Se, como acabamos de ver, os *fanzines* e as *ISAs* contrapõem-se frequentemente ao discurso da “mídia oficial”, os torcedores também fazem uso desta para se promoverem. Na Inglaterra, por exemplo, os *hooligans* ganharam grande notoriedade pública com a publicitação de suas “façanhas” através dos meios de comunicação – que, por sua vez, ao publicitarem tais “façanhas”, visavam aumentar seus índices de audiência (MURPHY; WILLIAMS; DUNNING, 1994).

⁵⁵ Existem também, evidentemente, “pós-torcedores” nas classes populares. Inclusive, entre eles, vários considerados *hooligans*, que serão melhores abordados no tópico subsequente. Buford (1992), ao relatar um diálogo com um deles, nos oferece um exemplo ilustrativo: “O sócio de Keith Richards possuía uma desconcertante consciência de si próprio. Sabia o que um jornalista esperaria encontrar nele e comportava-se à altura. Trabalhava numa fábrica produzindo sabão em pó. ‘O perfil perfeito de um *hooligan*, não é?’, disse. ‘Alguém que trabalha a semana inteira num emprego maçante e mal pode esperar para sair numa tarde de sábado’.” (p. 105).

Esta relação entre torcedores e mídia, além de híbrida, é, seguramente, bastante assimétrica. Afinal, esta última tem uma influência bem maior no imaginário social – na percepção e na avaliação que as pessoas fazem de si mesmas e do mundo ao seu redor – do que os primeiros. Mais concretamente, possui muito mais “poder simbólico” do que eles, isto é, possui muito mais meios, habilidades e competências na produção e transmissão da informação, além de possuir mais prestígio, reconhecimento e respeito acumulado. Com isso, certamente, possui, como diria Thompson (1998, p. 24), mais chances de intervir no curso dos acontecimentos, de “[...] provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva.”

Além da mídia e dos torcedores, destacamos, em terceiro lugar, os dirigentes desportivos, como importantes *claims-makers* e audiências do problema social em questão. Conforme observa Giulianotti (2002), esses dirigentes – sobretudo os dos clubes – têm, no contexto europeu, tentado enfraquecer a relevância política dos fanzines e dos “pós-torcedores”,

[...] estabelecendo seus próprios “projetos comunitários” com “agentes comunitários”. Em poucos casos, como no Milwall, o projeto foi destinado a melhorar as relações entre o clube e a comunidade vizinha. Mais comumente, esses projetos são exercícios de relações públicas para a ala comercial do clube, com muita ênfase na construção de novos “mercados consumidores” e reconhecimento de talentos de jovens craques. (GIULIANOTTI, 2002, p. 29).

Embora venham tentando desestabilizar os fanzines, a relação entre os dirigentes dos clubes e os torcedores é, como já antecipamos, não apenas conflituosa, mas também de cumplicidade – sobretudo comercial. Afinal, com a acentuação da globalização econômica e esportiva das últimas décadas, os torcedores tornaram-se uma fonte de receita indispensável para os clubes.

Além dos dirigentes dos clubes, os dirigentes de federações e confederações também têm atuado intensamente no combate à violência no futebol. Na Europa, ressaltamos o papel da UEFA (*Union of European Football Associations*), aqui na América do Sul, da CONMEBOL (*Confederación Sudamericana de Fútbol*) e, em todo o mundo, da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*). Além destas instituições, também ressaltamos o papel da UNESCO (*United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*), do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu nesse combate.

Atuando dentro e fora destas últimas instituições, destacamos, em quarto lugar, as autoridades públicas como importantes *claims-makers* e audiências do problema social em questão. De acordo com David Garland (2008), essas autoridades têm adotado cada vez mais uma postura populista em matéria de política criminal. A fim de obter a cumplicidade da opinião pública, elas têm lançado mensagens punitivas a diversos setores da sociedade. Com isso, segundo o autor, os especialistas em política criminal têm perdido parte de sua influência na produção de leis e a opinião pública tem se tornado uma chave de referência. Nas suas palavras, atualmente, as políticas públicas de combate ao delito são construídas “[...] de uma maneira que parece valorar, sobretudo, o benefício político e a reação da opinião pública por cima do ponto de vista dos especialistas e das evidências das investigações.”⁵⁶ (p. 49).

Um bom exemplo de mensagem punitiva é a defesa da tese de que o endurecimento das penas leva necessariamente a redução das taxas de delito. Historicamente, esse tipo de política está associado aos partidos políticos considerados conservadores. No entanto, de uns tempos para cá, ela vem sendo objeto de defesa de partidos considerados progressistas, que buscam retirar vantagens eleitorais. Tem, assim, se formado “[...] um novo consenso rígido em torno de medidas penais que são percebidas como duras e agradáveis por parte do público.”⁵⁷ (p. 50).

Segundo Murphy, Willians e Dunning (1993), as autoridades públicas têm contado com um apoio substancial dos meios de comunicação para a implementação desse tipo de política de “lei e ordem”. No futebol, estas políticas visam, entre outras coisas, banir o álcool dos estádios. Políticos, promotores, comandantes da polícia etc. têm atuado numa verdadeira “cruzada moral” na defesa da Lei Seca, sustentando que o uso de álcool e drogas ilícitas pode levar a perda do autocontrole, ampliando as chances de o torcedor cometer atos considerados temerários.

Essa repressão ao uso de álcool e drogas ilícitas, evidentemente, não se circunscreve apenas ao contexto futebolístico. Existe uma longa história de tentativas de evitar esse uso. Nesta história, podemos identificar alguns valores que fornecem legitimidade para essas tentativas, sendo que o principal deles constitui um dos mais importantes componentes da chamada “ética protestante” e afirma que “[...] o indivíduo deveria exercer completa responsabilidade pelo que faz e pelo que lhe acontece.” (BECKER, 2009, p. 142). Ou seja,

⁵⁶ “[...] de una manera que parece valorar, sobre todo, el beneficio político y la reacción de la opinión pública por encima del punto de vista de los expertos y las evidencias de las investigaciones.”

⁵⁷ “[...] un nuevo consenso rígido en torno de medidas penales que se perciben como duras y agradables por parte del público.”

deveria exercer o controle sobre si mesmo. O autocontrole é, portanto, visto aqui como um bem. Trata-se do fundamento central dos argumentos das autoridades.

Estas atuam essencialmente como “criadores de regras”. Entretanto, como veremos melhor no próximo capítulo, parte delas possui outra função. A polícia, por exemplo, atua, sobretudo, como “impositora de regras” (BECKER, 2009). Ao exercer esse trabalho de aplicação da lei, a polícia, muitas vezes, entra em conflito com os torcedores transgressores. Mas não apenas com eles, também com aqueles que são assim previamente rotulados. Como sabemos, a aplicação da lei não é o resultado direto de sua violação. Há aqueles que a transgridem e não são punidos e há aqueles que, mesmo sem tê-la transgredido, recebem punições. Assim, a aplicação da lei é, em certa medida, seletiva. Ela vai depender de diversos fatores. Um deles, obviamente, é o de quem (supostamente) a violou. Grupos estigmatizados que carregam o estigma da violência, como alguns grupos de torcedores, costumam ser punidos com uma frequência muito maior, chegando, inclusive, a serem tratados violentamente pela polícia – o que, conseqüentemente, amplia a tensão entre eles.

No contexto argentino, Gil (2008) observa que a polícia constitui, inclusive, um “poder punitivo paralelo”, sendo muitas vezes percebida pelos torcedores como um “inimigo a combater”. Do mesmo modo, ao comentar a obra de Tilly, Giulianotti (2002, p. 101, grifo do autor) argumenta que,

no mundo em desenvolvimento, o Estado pode funcionar como uma forma de crime organizado, infligindo violência no público e, em seguida, fazendo com que ele pague impostos para proteção. Podemos aplicar essa noção da atividade de proteção à “segurança” nos campos de futebol. No mundo em desenvolvimento, fatalidades anormais nas arquibancadas são mais comumente causadas pelas tentativas da polícia de controlar os torcedores “violentos” do que pela própria violência das torcidas. No mundo desenvolvido, a ilusão de segurança é elaborada de maneira mais organizada, de modo que a *falta* de ação da polícia pode ser ao mesmo tempo fatal. Em Hillsborough, morreram torcedores de futebol devido às “medidas de segurança” introduzidas pelo Estado ostensivamente para proteger os torcedores de seus excessos.

Em outras palavras, o comportamento da polícia, tanto nos países ditos “desenvolvidos” quanto nos ditos em “desenvolvimento”, pode ser considerado como um dos responsáveis pela violência no futebol. Enunciando e denunciando esse comportamento, destacamos, em quinto e último lugar, o universo científico como um dos principais *claims-makers* e audiências do problema social sob investigação. Este universo costuma ocupar o topo da hierarquia de credibilidade na construção de qualquer problema social. Segundo

Loseke (2008), isto se deve, em larga medida, por conta do ideal de ciência feito pelas pessoas. O conhecimento científico é habitualmente visto como algo objetivo e desinteressado, imune aos valores e ambições políticas e pessoais dos cientistas.

Entretanto, conforme observa o autor, há tempos sabemos que esse ideal de ciência é insustentável. Afinal, o conhecimento científico está sempre imerso em teorias, expectativas, pontos de vista etc. Como nota Guba (1990), os valores medeiam necessariamente a produção científica, de tal modo que ela não pode ser vista como se possuísse uma existência inocente no mundo social⁵⁸. Ela é sempre o resultado de um processo social, marcado por relações de forças e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros. Nesse sentido, de acordo com Bourdieu (1997), a luta pela dominação no campo científico pode ser vista, ao mesmo tempo, como política e intelectual. A imposição de um novo referencial teórico traz reconhecimento e lucro social para seus defensores.

Estes usos sociais da produção científica, no entanto, nem sempre são conhecidos pelo grande público. Em geral, as pessoas ignoram o que ocorre nos bastidores da ciência (laboratórios, congressos, seminários, defesas de tese, comissões científicas etc.) e acabam não tomando conhecimento das contradições e confrontos que marcam o processo de construção do conhecimento científico. Este conhecimento é tido como inquestionável, como simples resultado do acúmulo gradativo de novos dados gnosiológicos.

Esta idealização da ciência é habitualmente reforçada pelo tratamento dado a ela pela mídia. Por um lado, os meios de comunicação desempenham um papel central na divulgação do conhecimento científico e das reivindicações baseadas neste conhecimento. Por exemplo, é através da televisão, da internet, da mídia impressa etc. que as pessoas têm acesso às polêmicas relativas às pesquisas com células-tronco. Por outro, essa divulgação é, muitas vezes, feita de modo a simplificar demasiadamente esse conhecimento. Como destaca Loseke (2008), normalmente as novas conquistas científicas são abordadas de maneira bastante otimista. Muitas das promessas feitas pela mídia desconsideram as incertezas e as contradições que marcam os debates científicos em torno delas. O que é mostrado é a “casca” do campo científico, raramente seus bastidores.

⁵⁸ Décadas atrás, por exemplo, o *Diagnostic and Statistical Manual* (DSM) – talvez o mais importante livro para a psiquiatria e para a psicologia (uma vez que contém a lista e as descrições “oficiais” das perturbações mentais) – considerava a homossexualidade um “desvio”. Hoje, esse manual deixou de rotular a homossexualidade desta maneira, trazendo consequências políticas, sociais e simbólicas para a vida dos homossexuais.

Estes também não costumam aparecer no discurso dos ativistas sociais⁵⁹, que frequentemente recorrem ao conhecimento científico para legitimar suas reivindicações. A apropriação feita do conhecimento científico pelos ativistas, no entanto, nem sempre agrada aos cientistas, que acusam os primeiros de, às vezes, tirar conclusões equivocadas desse conhecimento e fazer um uso perigoso dele⁶⁰. Não é por menos que, em certos momentos, a relação entre os dois grupo é de tensão (LOSEKE, 2008). Tensão que, no caso específico da produção científica sobre violência no futebol, também marca a relação dos cientistas com as autoridades públicas e com os dirigentes desportivos. Ao longo da história dos estudos sobre o tema, estes últimos têm sido acusados pelos primeiros de não lidarem corretamente com o problema.

Inicialmente, essa história foi marcada por uma ampla predominância dos estudos de origem britânica, com destaque para autores como Ian Taylor, Peter Marsh e Eric Dunning. Embora essa predominância já tenha sido atenuada, podemos dizer que “[...] o Reino Unido continua a ter uma influência dominante no campo internacional em matéria de financiamento e expansão dessa área de pesquisa.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 62). Influência que, em determinados momentos, levou a explicações etnocêntricas, com viés anglo-saxão, que desconsideram as especificidades culturais e históricas da violência envolvendo torcedores de futebol em outros lugares do mundo.

Conforme já notamos, foi na década de 1960 que os britânicos passaram a se interessar mais fortemente pela questão da violência no futebol. De acordo com Giulianotti (2002, p. 62), este aumento de interesse proporcionou “[...] aos teóricos uma grande plateia e (durante a década de 1980) uma garantida e invejável fonte de dinheiro.” Década em que Eric Dunning, ao lado de Patrick Murphy, John Williams, Joe Maguire, Ivan Waddington e outros colegas da Universidade de *Leicester*, desempenhou ampla hegemonia na sociologia do futebol. Prova disso é que, neste período, a chamada *Leicester School* recebeu fundos substanciais do Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais (*Social Science Research Council*) e do *Football Trust*. Já no final da década, observando certa modificação da personalidade violenta dos torcedores britânicos – sobretudo os ingleses – os sociólogos do Reino Unido foram estimulados a pesquisar outros aspectos da torcida, como os espectadores não violentos, por exemplo.

⁵⁹ Obviamente que, em muitos momentos, os próprios cientistas atuam como ativistas, fazendo reivindicações ou oferecendo suporte científico para a construção de determinados problemas sociais.

⁶⁰ Por exemplo, quando o darwinismo foi utilizado por alguns grupos racistas para apoiar a eugenia. Ou ainda, quando a filosofia nietzschiana foi utilizada para defender o nazismo. Evidentemente que não estamos sugerindo aqui que, entre os defensores dessas doutrinas, não havia cientistas. Como sabemos, muitos deles apoiaram tais doutrinas.

Se, no Reino Unido, a década de 1980 foi marcada pela hegemonia da *Leicester School*, no resto do mundo essa década foi marcada pelo desenvolvimento e consolidação de um processo de globalização dos estudos sobre o assunto. Prova disso é que, neste período, surgiram publicações em diversas partes do mundo: Áustria, Bélgica, Holanda, Argentina, Brasil, África etc. (GIULIANOTTI, 1999). Um dos principais efeitos desse processo de globalização foi o de mobilizar novas interpretações do assunto, salientando as diferenças culturais existentes entre torcedores nos âmbitos locais, nacionais e continentais (GIULIANOTTI, 2002). O que, consequentemente, colocou em xeque alguns dos pontos mais importantes das interpretações mais tradicionais.

3.2 Interpretações

São várias as interpretações da violência no futebol, tanto por parte dos acadêmicos, quanto por parte de outros *claims-makers* e audiências. Embora a maioria delas enfoque o comportamento violento de um único agente – o torcedor – não existe uma explicação padrão para tal comportamento. Pelo contrário, existe uma verdadeira variedade de explicações que enseja uma dupla categorização: as interpretações “internalistas” (3.2.1) e as “externalistas” (3.2.2)⁶¹. A nosso ver, tal variedade de explicações decorre do fato de elas não apenas serem mobilizadas por interesses e paradigmas distintos, mas porque, como sugere Giulianotti (2002), existem especificidades na cultura e no modo de se organizar dos torcedores considerados violentos nas diferentes regiões do mundo. Isto é, existe uma história de rivalidade violenta e de oposição simbólica própria a cada um deles.

Ao longo dos anos, essas histórias têm mobilizado um amplo e complexo processo de produção de categorias que visam tanto descrever quanto classificar e analisar esses grupos de torcedores ao redor do mundo. No Reino Unido e no norte da Europa, por exemplo, predominam os *hooligans*, torcedores que têm na prática do hooliganismo o objetivo central de suas vidas⁶². O hooliganismo, segundo Giulianotti (2002, p. 74), “[...] não se refere aos ataques de desordem ‘tradicionais’, mas à gênese social das diferentes subculturas da torcida e seu engajamento na violência constante e coletiva, inicialmente entre os torcedores de times rivais.” Muitas vezes, esta violência é apenas simbólica – através de cantos e gestos obscenos,

⁶¹ Aqui, como veremos a seguir, empregamos as categorias “internalistas” e “externalistas” de forma um pouco diferente do modo como as empregamos no capítulo 2.

⁶² Embora incorporada e utilizada por acadêmicos, o hooliganismo é uma categoria que foi criada por políticos e jornalistas (informação verbal fornecida por Eric Dunning no Simpósio Internacional sobre Hooliganismo e Copa do Mundo de 2014, em Campinas, em maio de 2011).

por exemplo –, mas ela também pode ser física – através de invasões de campo, confrontos diretos, bombardeios aéreos com pedaços de concreto, assentos quebrados, rojões etc. (DUNNING; MURPHY; WILLIAMS, 1993).

De acordo com Toledo (1996), os *hooligans* reúnem-se habitualmente em *pubs* e são divididos nas chamadas “firmas”. “Cada *firma* possui um determinado chefe, e um time chega a ter várias *firmas* estruturadas na forma chefe/comandados. Entretanto, nem todas as *firmas* constituem-se em termos de uma mesma, digamos, morfologia social” (p. 128, grifos do autor). Algumas delas, como os Sheffield United Blades, do time do Sheffield United, recrutam seus integrantes em uma mesma região. Outras, como os Chelsea Headhunters, do time do Chelsea, em diversas localidades.

Além de serem estruturados em várias “firmas”, os *hooligans* possuem uma conexão histórica com vários grupos de jovens: com os *mods*, com os *rockers*, com os *teddy-boys* e, principalmente, com os *skinheads*⁶³. Embora não haja necessariamente uma sobreposição entre estes últimos e os *hooligans*, tanto um grupo como o outro são frequentemente marcados pela xenofobia e pelo chauvinismo. Alguns *hooligans*, inclusive, possuem ligações estreitas com o partido fascista *National Front*, como nos indica Buford (1992)⁶⁴. Além disso, como veremos adiante, ambos os grupos vestiam-se de modo muito similar até a década de 1980.

Embora os *hooligans* possuam algumas características que parecem ter se mantido ao longo dos tempos, Giulianotti (2002, p. 73) observa que, “com base em uma mistura de pesquisa de campo em longo prazo e análise histórica feita por outros pesquisadores, podemos dizer que o *hooliganism* no futebol e no Reino Unido mudou imensamente ao longo dos anos.” Num primeiro momento, na virada do século XX, os clubes de torcedores não oficiais já causavam, segundo ele, desordem constante na Escócia, algo que foi acentuado posteriormente, nas décadas de 1920 e 1930, com as “gângues de navalha”, que acompanhavam os dois principais clubes escoceses: o Glasgow Rangers e o Glasgow Celtic.

⁶³ Que surgiram, de acordo com Costa, na década de 1960 como contraponto aos *hippies*. Nas suas palavras (apud TOLEDO, 1996, p. 127), “[...] a década de 60 não marcou apenas o aparecimento dos ‘skinheads’. Caracterizando-se por ser um momento de grandes transformações culturais, ela também foi a época do desejo de ‘revolução cultural’, da recusa à sociedade de consumo, de busca de renovação social, de desconfiança nas práticas políticas tradicionais, da afirmação da ‘não-violência’ e do ‘flower power’. Ligado a esses valores, surgiu o movimento ‘hippie’, que foi um fenômeno vinculado à classe média. [...] Ao mesmo tempo, quase como uma espécie de ‘contraponto’, grupos de jovens oriundos da classe operária passaram a se auto-afirmar com um estilo oposto ao dos ‘hippies’, não sendo, assim, de se estranhar que os ‘skinheads’ [cuja origem é predominantemente proletária] não gostassem deles e se opusessem a seu pacifismo [...]”.

⁶⁴ Na Hungria, os *hooligans* do Ferencváros chegaram até mesmo a fundar um partido político de extrema direita, ideia que, de acordo com Murad (2007, p. 57), “[...] encantou os adeptos do Feyenoord, a mais radical torcida da Holanda”.

Num segundo momento, durante as décadas de 1960 e de 1970, torcedores jovens, a fim de ganhar prestígio para seu grupo de *hooligans*, passaram a procurar ocupar “[...] a arquibancada atrás do gol [ou kop], que ‘pertencia’ a seus rivais. Invasões do gramado também ocorriam, particularmente quando seu time estava perdendo.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 74). Estas invasões, no entanto, diminuíram substancialmente com a segregação das torcidas adversárias nas arquibancadas no final dos anos sessenta. A partir de então, os combates passaram a ocorrer antes das partidas, nos *pubs* dos centros das cidades e arredores, ou depois delas, durante a escolta da polícia aos torcedores visitantes. Até hoje, estes provavelmente são os principais lócus de conflito entre os *hooligans*. Menos frequentes, mas não inexistentes, são os ataques aos veículos de torcedores adversários, entre grupos rivais que se encontram casualmente em trens ou estações de metrô ou de ônibus ou, ainda, entre torcedores de um mesmo grupo, oriundos geralmente de bairros ou vizinhanças diferentes (DUNNING; MURPHY; WILLIAMS, 1993).

Num terceiro momento, no início da década de 1980, os *hooligans* substituíram o velho visual agressivo, semelhante ao dos *skinheads* (cabelos raspados, botas Doctor Marten, múltiplos cachecóis etc.) por um estilo mais “descolado” (camisas Lacoste, moletons Fila, suéteres Armani, sapatos Rockport etc.) que dispensava as cores dos clubes e ajudava a evitar o controle da polícia. Nesse mesmo período, os torcedores da Inglaterra também tiveram sua reputação de violentos ampliada. Além disso, surgiu uma rede informal entre *hooligans* no Reino Unido e a dimensão nacionalista de identidade dos torcedores se intensificou no exterior.

Foi também na década de oitenta que, em contraposição principalmente aos *hooligans* ingleses, torcedores escoceses, irlandeses, noruegueses e dinamarqueses criaram uma forma mais gregária, bem-humorada, colorida e barulhenta de assistir às partidas de futebol, especialmente nos torneios no exterior. Os adeptos dessa torcida carnavalesca ficaram conhecidos

[...] por cantar intensamente em apoio ao time, e por uma amizade aberta mais do que uma hostilidade em relação aos torcedores rivais e aos anfitriões locais. Os torcedores carnavalescos são famosos também por suas roupas coloridas, muitas vezes extravagantes, tais como os que usam “roupas típicas do país”, munindo-se com suas cores e bandeiras nacionais, e pinturas no rosto. (GIULIANOTTI, 2002, p. 85).

Embora as práticas dos “torcedores carnavalescos” tenham ganhado fama de serem bastante distintas das dos *hooligans*, sendo usualmente apresentadas como paradigmaticamente opostas às dos últimos, elas compartilham algumas semelhanças.

Ambas são fortemente comprometidas em torcer para seus times; ambas consomem altos níveis de álcool, embora com consequências aparentemente diferentes. Outras semelhanças existem em termos de sua maior estratificação social. Por exemplo, o Tartan Army escocês tende a cair nos mesmos tipos de emprego e categoriais de idade que os grupos de *hooligans* no passado. Ambos incluem números significativos de membros das classes trabalhadoras mais altas e uma ampla maioria de homens jovens (Giulianotti, 1994a). As mulheres tendem a ser mais proeminentes numericamente no Tartan Army escocês do que entre os grupos de *hooligans*, mas ainda assim constituem uma pequena minoria (menos de 15%). Elas têm pouco impacto “feminilizante” sobre o comportamento dos homens uma vez que este envolve constantemente beber, falar palavrões, agressões por zombarias ou práticas tradicionalmente masculinas em relação a outras mulheres (Finn e Giulianotti, 1998). Finalmente, a pesquisa indica que alguns “carnavalescos” que torcem para a Escócia ou para a Alemanha são também *hooligans* dedicados no âmbito do clube. (GIULIANOTTI, 2002, p.86, grifos do autor).

Num quarto momento, a partir da década de 1990, aumentou, ao menos na Escócia, ainda mais a preocupação dos *hooligans* com a questão nacional. Inclusive, “[...] alguns grupos formados por esses torcedores suprimiram suas diferenças de clube para formar uma ‘gangue’ nacional, que age inclusive fora das partidas internacionais escocesas.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 75). Além disso, com o advento e popularização da internet e dos telefones celulares, a rede de informação entre os *hooligans* aumentou significativamente, criando-se novas conexões de *hooligans* de diferentes regiões do norte da Europa, como Alemanha e Holanda.

Se no Reino Unido e norte da Europa predominam os *hooligans*, no sul da Europa, mais especificamente na Itália, Espanha, Portugal, sul da França e ainda na ex-Iugoslávia, predominam os ultras⁶⁵. Estes são frequentemente concebidos como equivalentes da Europa

⁶⁵ Aqui, cabe observarmos que o termo “ultra” é rechaçado por alguns acadêmicos e grupos de torcedores espanhóis. Primeiro, porque, na Espanha, o termo ficou muito associado aos grupos de torcedores neonazistas, ainda que, inicialmente, ele não tivesse uma conotação política. Longe de estar associado à extrema-direita e ao racismo, ser ultra, num primeiro momento – mais precisamente no início da década de oitenta, quando começavam a surgir os primeiros grupos ultras na Espanha –, significava o máximo em animação e apoio incondicional à equipe. Entretanto, diante da mudança de significado, muitos grupos de torcedores – principalmente os abertamente antifascistas, como a torcida Herri Norte Taldea, do Athletic Club Bilbao – passaram a se automearem “anti-ultras”. Segundo, porque o termo é muito associado ao “estilo italiano” de torcer, que é rejeitado por alguns grupos de torcedores espanhóis, principalmente os do norte, que receberam maior influência britânica. Estes grupos consideram o “estilo italiano”, fortemente marcado pelas cores e

do sul dos *hooligans* da Europa do norte, sendo muitas vezes concebidos pelos jornalistas e até mesmo acadêmicos europeus como sem importância, por supostamente não se interessarem realmente pelo futebol, mas por frequentarem estádios “[...] meramente por uma oportunidade para dar vazão a suas emoções.” (KIRCHLER apud GIULIANOTTI, 2002, p. 79).

Ao analisar a história do movimento ultra na Itália, Florenzano (2010), apoiado na obra de Antonio Roversi, distingue três fases distintas. A primeira vai de meados dos anos sessenta até o final dos anos setenta e caracteriza-se por uma série de confrontos violentos entre grupos ultras rivais. A fim de combater esses confrontos, as autoridades italianas adotaram, em 1977, uma série de medidas de repressão, em especial a rígida divisão de torcidas dentro dos estádios.

Estas, em contrapartida, responderam com o deslocamento dos confrontos para áreas livres do controle policial, enquanto aceleravam o processo já em curso da militarização, consubstanciado na adoção de uma ‘lógica da guerra’, que as levava a planificar com antecedência a escolha do lugar da luta, a calcular o momento certo da ação, a delinear previamente a tática a ser empregada no combate, travado, doravante, fora das praças esportivas (Roversi, 1992, p. 55). (FLORENZANO, 2010, p. 156-157).

A segunda fase do movimento vai dos últimos anos da década de setenta até a metade da década de oitenta, período em que os ultras italianos passaram a discutir as regras dos conflitos, principalmente depois da morte de Vincenzo Paparelli, ocorrida em 28 de outubro de 1979. “Adepto da Lazio, simples pai de família, ele aguardava ao lado da esposa o início do *derby* quando foi atingido, na curva norte do Olímpico, por um *razzo* disparado da curva Sul onde se encontrava a torcida da Roma.” (FLORENZANO, 2010, p. 157, grifos do autor). Tal episódio explicitou a necessidade de se definir as armas, os atores e as circunstâncias das lutas entre os grupos ultras rivais. Diante dessas necessidades, os ultras italianos definiram, então, numa espécie de circular interna do movimento, que: “não se tocam nas mulheres, nos velhos e como quer que seja não se confronta quem não tem nada a ver e não tem a possibilidade de se defender.” (ROVERSI apud FLORENZANO, 2010, p. 157). Ou seja, a

coreografias, como artificiais, uma atividade que objetiva mais a repercussão publicitária, ou seja, colocar os próprios grupos nos meios de comunicação, do que apoiar propriamente a equipe. Assim, por consideraram o “estilo italiano” artificial, acabaram optando pelo “estilo inglês”, que prioriza a animação vocal, com numerosos cânticos, e a exibição das cores do clube por meio do uso das camisetas oficiais do mesmo (VIÑAS, 2005).

violência entre eles passava a assumir uma forma mais organizada, contrapondo-se à ideia predominante de que ela era caótica e aleatória.

A terceira fase do movimento vai do final da década de oitenta até os dias de hoje⁶⁶ e caracteriza-se

[...] pela fragmentação do universo ultra e pelo desregramento crescente do comportamento beligerante (Roversi, 1992, p. 126). Prenúncio das mudanças decisivas que a partir de meados dos anos oitenta viriam alterar as relações de poder na curva, ao lado do retrato de Che Guevara, cultuado pelos grupos hegemônicos, apareciam agora bandeiras com a efígie de Alex, a personagem central da *Laranja Mecânica*, referência para os novos grupos que se proclamavam Estado de Embriaguês, Loucura Contínua ou, ainda, Desequilibrados (Podaliri & Balestri, 1998, p. 95). (FLORENZANO, 2010, p. 158, grifo do autor).

Nesse período, a violência envolvendo ultras ganhou uma dimensão racial maior, fustigada pela ascensão da extrema direita

cada vez mais presente e ativa nos estádios onde as novas gerações de ultras ingressavam atraídas pela atmosfera de excitação dos confrontos, seduzidas pela mitologia do nazi-fascismo, dispostas a romper com a ordem normativa instituída pelas torcidas históricas (Roversi, 1992, p. 61). Sob o impacto conjugado desses fatores, a unidade da curva ruía e se estilhaçava em uma miríade de pequenos grupos: alguns de existência autônoma que se consolidavam imbuídos do propósito de criar novas formas de sociabilidade (Bromberger, 1995, p. 243); outros, no entanto, de existência mais errática e efêmera, sem qualquer outro propósito a não ser esquadrihar o território à espera de uma chance para o exercício da violência, sem consideração pelo equilíbrio das forças em combate, decididos a empregar todas as armas para abater o inimigo cuja identidade a encenação promovida em Verona desvelava sem disfarce. (FLORENZANO, 2010, p. 158-159).

Embora o racismo e a violência seja uma parte constante do repertório de alguns grupos ultras, Giulianotti (2002) sustenta que muitos desses torcedores não têm, todavia, o hooliganismo como objetivo central de suas vidas. Inclusive, determinados grupos – como alguns do Parma e da Juventus – chegam a ser considerados relativamente pacíficos. Além dessa diferença com os *hooligans*, a violência envolvendo os ultras guarda especificidades,

⁶⁶ De acordo com Florenzano (2010, p. 158), todavia, “[...] Carlos Podaliri e Carlos Balestri estabelecem, ainda, uma quarta fase para o movimento, assinalada pela morte de um torcedor do Genoa, em janeiro de 1995, esfaqueado nas imediações do estádio de Marassi, por ocasião da partida contra o Milan. O episódio recolocava em discussão a necessidade de código de comportamento dos grupos tradicionais (1998, p. 97-98).”

associando-se geralmente a: 1) rivalidades geoculturais, que quebram o senso de identidade nacional, como as que ocorrem na Itália e na ex-Iugoslávia⁶⁷; 2) a hostilidades medievais, como a que ocorre entre o norte e o sul desse mesmo país, especialmente nos jogos entre Atalanta e Napoli; 3) a tendências político-partidárias particulares, como direita/esquerda – por exemplo, enquanto a extrema direita é considerada particularmente forte entre os torcedores do Verona e da Lazio, a tradição comunista do Bologna costuma “[...] temperar o simbolismo e as animosidades dos *ultràs* do clube.” (p. 82); 4) a problemas com os clubes apoiados – os torcedores do Torino e da Fiorentina, por exemplo,

[...] se amotinaram após terem sido relegados ou depois da venda de grandes jogadores para clubes mais ricos. Outros grupos de torcedores atacaram jogadores no treino em suas casas devido a desempenhos persistentemente ruins. Torcedores do Real Madrid, Benfica, do Napoli, do Torino, do Roma e do Genova são exatamente alguns dos grupos *ultràs* que enfrentaram violentamente os jogadores e os dirigentes de seu clube quando os resultados ou a política administrativa não lhes agradavam. (GIULIANOTTI, 2002, p. 83).

Outra diferença entre os *ultras* e os *hooligans* é que os primeiros constituem uma forma de torcida mais jovem, organizada e participativa do que os segundos.

Enquanto os *hooligans* do norte da Europa abandonaram as cores e os símbolos dos clubes durante a década de 1980, os *ultràs* chegaram ao máximo da paixão audiovisual. Os *ultràs* se reúnem em cada curva (atrás dos gols) do estádio [...], horas antes do início da partida, e cobrem seu território com bandeiras que proclamam sua identidade e sua fidelidade ao clube. Alguns líderes *ultràs* utilizam microfones e pequenos amplificadores para liderar as músicas que cantam. Quando o time entra em campo ou faz gol os *ultràs* saúdam o momento com uma música mais intensa ou com fogos. Nuvens de fumaça espalham as cores do time; bombinhas e fagulhas deslumbram os sentidos. O grande momento do espetáculo pode incluir o desfraldar de uma enorme bandeira antes do jogo cobrindo um ou dois terços da curva. (GIULIANOTTI, 2002, p. 79).

⁶⁷ Embora aqui possamos dizer que essa quebra de senso de identidade nacional é, muitas vezes, motivada pelo desejo de se construir ou impor outra identidade. No caso da ex-Iugoslávia, por exemplo, Kischinhevsky (2004) observa que os *ultràs* dos clubes sérvios e croatas foram instrumentalizados por políticos separatistas e virtualmente transformados em grupos paramilitares. De acordo com ele, “um dos líderes da torcida do Estrela Vermelha, Zeljko Raznatovic, posteriormente conhecido como ‘comandante Tiger Arkan’, se tornaria um influente chefe de milícia, recrutando entre seus colegas de arquibancadas os soldados da Guarda Voluntária Sérvia, acusada de diversas atrocidades.” (p. 169).

Além de transformarem o espetáculo futebolístico numa experiência audiovisual mais colorida, ruidosa e excitante, os vínculos sociais que os ultras estabelecem com outros grupos de ultras são “[...] bem mais forma[is] e coletivamente orientado[s] do que as redes de ‘amizade’ informais existentes no âmbito individual [entre os *hooligans* do Reino Unido].” (GIULIANOTTI, 2002, p.81). Do mesmo modo, os ultras possuem uma relação mais estreita com os clubes que apoiam. Embora muitos deles não possuam uma relação formal,

o clube pode contribuir para as despesas de fabricação de grandes bandeiras (embora nos jogos ele possa ainda repreender os torcedores por cobrirem placas de publicidade com elas). Ele pode encontrar com os líderes dos *ultràs* e ajudá-los a vender suas mercadorias. Em alguns casos excepcionais, como o de Paolo Mantovani (proprietário da Sampdoria), o paternalismo do clube pode levá-lo a dar emprego no clube para os líderes dos *ultràs*. (GIULIANOTTI, 2002, p. 81).

Na Espanha, em 1998, essa relação de paternalismo e cumplicidade foi afetada com a eleição de Joan Laporta à presidência do F. C. Barcelona. Este adotou uma série de medidas contra a violência e contra a iconografia neonazista no *Camp Nou* (estádio do Barcelona), que acabou restringindo a atuação do principal grupo de ultras da equipe, os *Boixos Nois*. Estes se sentiram “vítimas” das medidas de Laporta e começaram a organizar uma série de manifestações contra ele, tanto fora quanto dentro dos estádios. Embora a maioria dos dirigentes dos clubes espanhóis tenha aplaudido as medidas de Laporta, poucos foram aqueles que as colocaram em prática, indicando certa dependência desses dirigentes do apoio dos ultras de suas equipes (VIÑAS, 2005).

Se no norte da Europa predominam os *hooligans* e no sul da Europa os ultras, nos países sul-americanos predominam os *barras bravas*⁶⁸ e os torcedores organizados. Estes últimos, que serão mais bem analisados no próximo capítulo, se fazem presentes nos estádios brasileiros. Já os primeiros se fazem presentes em todo resto do continente, podendo ser caracterizados como torcedores militantes (GIULIANOTTI, 2006). De acordo com Alabarces e colaboradores (2000), no contexto argentino, a origem dos *barras bravas* nos remete ao surgimento da violência política no país, em meados da década de sessenta. Não é por menos que, segundo eles, inicialmente esses torcedores foram comparados pela imprensa com a guerrilha urbana. Outra comparação recorrente feita ainda hoje é a com os *hooligans*.

⁶⁸ Aqui, cabe observarmos que, devido à carga valorativa que o termo *barras bravas* frequentemente carrega, alguns autores, sobretudo os argentinos, preferem se referir a esses grupos de torcedores por meio dos nomes nativos com que se identificam, tais como *hinchadas*, *pibes* ou *bandas*.

Embora em alguns aspectos assemelhem-se a estes últimos – como no fato de se desafiarem constantemente para saber quem são os melhores de briga –, os *barras bravas* possuem mais similaridades com os ultras do sul da Europa. Afinal, costumam animar as partidas com seus cantos eloquentes e espetáculos pirotécnicos – competindo entre si para saber qual grupo de torcedores (*hinchada*) é maior, qual incentiva mais sua equipe, qual faz a melhor festa e qual leva maior número de visitantes quando seu time joga fora de casa. Além do mais, a violência que os envolve está muitas vezes relacionada com o clube apoiado (GIULIANOTTI, 2002; ZUCAL, 2006).

Sobre este último aspecto, é preciso destacar que, embora a insatisfação com o clube apoiado esteja relacionada com a violência dos *barras bravas*, ela não é o único fator relacionado com tal violência. Pelo contrário, ao realizar um estudo etnográfico com integrantes da *hinchada* do Colegiales, um pequeno clube da Argentina, Zucal (2006) observa que a violência envolvendo os *barras bravas* também está intimamente associada ao *aguante*. De acordo com ele, essa expressão se refere “[...] à fidelidade à equipe, à atitude estoica de acompanhá-la sem se importar com a situação futebolística que atravessa.”⁶⁹ (p. 47, tradução nossa). Refere-se também à “[...] destreza corporal na luta e a resistência a dor ocasionada pelas feridas fruto da ‘batalha’.”⁷⁰ (p. 39, tradução nossa). Por esta razão, a prática de violência mais comum entre os *barras bravas* seriam os combates. Estes ocorreriam nas ruas, estações de trens, autopistas etc. e difeririam das outras formas de violência também praticadas por eles – como atirar pedras e outros objetos uns nos outros ou ainda fazer emboscadas utilizando armas brancas ou de fogo – por se tratar de uma ação de luta coletiva, onde o corpo dos combatentes é a única ferramenta de luta, sendo a utilização de armas de fogo “proibida”⁷¹. Ao tratar-se de uma luta altamente corporal, os combates seriam, portanto, espaços privilegiados de demonstração de *aguante*, uma possibilidade de aquisição de honra e prestígio para um *barra brava*.

Se alguns aspectos unem estes torcedores aos ultras, um parece distingui-los: a estrutura do futebol sul-americano, que confere a eles mais influência política sobre o clube apoiado. Nas palavras de Giulianotti (2002, p. 84), os clubes de futebol sul-americanos, sobretudo os argentinos,

⁶⁹ “[...] a la fidelidad al equipo, a la actitud estoica de acompañar a éste sin importar la situación futbolística que atraviese.”

⁷⁰ “[...] destreza corporal en la lucha y resistencia al dolor ocasionado por las heridas fruto de ‘la batalla’”

⁷¹ Embora seja preciso notar que existem diversos registros de conflitos envolvendo armas de fogo na Argentina e em outros países sul-americanos. Inclusive, esta seria uma das diferenças entre os *barras bravas* e os *hooligans* (informação verbal fornecida por Eric Dunning no Simpósio Internacional sobre Hooliganismo e Copa do Mundo de 2014, em Campinas, em maio de 2011).

são organizados como associações de membros particulares, em que os diretores são eleitos pelos membros das torcidas. Como os *barras bravas* tendem a ser o único agrupamento de torcedores de cada clube (e certamente os mais vociferantes), candidatos à diretoria frequentemente buscam seu apoio. Normalmente, o populismo do candidato envolve a distribuição de ingressos para os jogos e até mesmo dinheiro para as principais figuras dos *barras bravas* [...] Às vezes, os dirigentes dos clubes de futebol argentinos [e sul-americanos de um modo geral] são também ativos em políticas influentes, por intermédio de membros do partido ou da disputa nas eleições locais como candidatos individuais. Dessa maneira, sua associação com os líderes dos *barras bravas* é uma arma política intimidadora.

Barras bravas, ultras e *hooligans* possuem singularidades que, embora muitas vezes ignoradas, ensejam diferentes interpretações, como acabamos de indicar. No entanto, ainda que existam essas diferentes interpretações, podemos, como já antecipamos, esquematizar o conjunto de explicações para a violência envolvendo torcedores de futebol em duas categorias: as “internalistas” e as “externalistas”. Ainda que essa categorização possa incorrer em simplificações excessivas, consideramos que ela se justifica pelo seu poder de síntese e comparação – servindo de base para o mapeamento dos pressupostos implicados em cada uma delas.

3.2.1 Interpretações “internalistas”

De um modo geral, compreendemos por interpretações “internalistas” aquelas que explicam a violência envolvendo torcedores de futebol pela própria essência do jogo e/ou pelas condições enfrentadas pelo torcedor no próprio espetáculo futebolístico. Ou seja, para os “internalistas”, as causas dessa violência estão associadas à própria dinâmica e estrutura simbólica e psicológica do jogo e/ou no tratamento dado ao torcedor. Estes fatores são aqui o alfa e o ômega da análise, enquanto que as condições políticas, econômicas, sociais e culturais constituem, no máximo, seu “pano de fundo”.

Entre os diversos tipos de interpretações “internalistas”, destacamos, primeiramente, algumas explicações “oficiais”. De acordo com Dunning, Murphy e Williams (1993), essas explicações gozam – ao menos até meados da década de 1980 – de ampla aceitação das autoridades ligadas ao futebol. Para muitas destas autoridades, a causa da violência envolvendo torcedores de futebol seria a violência no campo de jogo ou a má atuação do árbitro ou o consumo de álcool e entorpecentes. Embora a maioria dos acadêmicos não discorde que esses fatores possam, em alguns momentos, facilitar o confronto entre os

torcedores, eles não deixam de considerá-los secundários, só podendo ser compreendidos num marco explicativo mais amplo. Afinal, há torcedores violentos que não bebem⁷² e torcedores pacíficos que bebem muito. Do mesmo modo, há partidas em que o árbitro atua bem e não há violência dentro de campo, mas há muita fora e vice-versa. Além do mais, muitas das brigas ocorrem antes das partidas.

No contexto acadêmico, destacamos, em primeiro lugar, as explicações psicológicas embasadas na obra de Gustave Le Bon. Para estas explicações,

[...] a vigorosa energia psíquica colocada na tarefa de torcer por um clube provoca aquilo que Gustave Le Bon chamou de fenômeno de contágio, fenômeno que ocorre em todo grupo no qual o vínculo emocional entre seus membros deriva ou é sustentado pelo vínculo emocional entre o grupo e o líder. [...] No contágio vertical, os gritos dos torcedores para seus jogadores funcionam em certa medida como o dos antigos romanos para os gladiadores, induzindo em certas circunstanciais a jogadas violentas por pura reação mecânica. Mais intenso é o contágio horizontal, devido à psicologia narcísica do torcedor, que se vê nos demais torcedores do mesmo clube. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 195-311).

Assim, os torcedores contagiados pelo comportamento de outros torcedores ou, até mesmo, pelo o que ocorre dentro do campo de jogo, iniciariam uma reação em cadeia que muitas vezes despertaria a agressividade que muitos psicólogos, biólogos, etnólogos e neurologistas dizem ser inerente ao ser humano. (FRANCO JÚNIOR, 2007). Esse despertar, por sua vez, estimulá-los-ia a transformar a guerra simbólica que é um jogo de futebol em guerra concreta contra outros torcedores. Nesse sentido, suas explicações parecem se aproximar, em alguma medida, às “oficiais”.

Em segundo lugar, destacamos as explicações do antropólogo, especialista em comportamento animal e humano, Desmond Morris (1981). De acordo com Franco Júnior (2007, p. 194), este autor “[...] interpretou o futebol como caça simbólica que substitui a caça dos primitivos, a caça esportiva dos séculos seguintes e a caça sangrenta das arenas antigas.” Neste contexto, os espectadores sentir-se-iam “[...] co-participantes dessa atmosfera tribal realizando o esforço físico de gritar, cantar, estimular, sob o sol ou chuva, em local agreste, imensa construção feia e pouco confortável com um gramado no centro onde ocorre a caça ritual.” (p. 195). A violência entre eles ocorreria justamente porque essa caça ritual levaria, em certas circunstanciais, à caça concreta ao adversário, transformando-o, de fato, em presa.

⁷² Inclusive, muitos destes não bebem justamente para brigar melhor.

Em terceiro lugar, destacamos o psicólogo social Peter Marsh e seus colegas de *Oxford* Rom Harré e Elisabeth Rosser. Amparando-se em técnicas de observação participante, em entrevistas qualitativas com jovens torcedores e contando com o apoio de Desmond Morris e do psicólogo Anthony Clare, esses autores sugeriram que a violência envolvendo torcedores de futebol ocorre quando estes últimos “[...] veem muitas das coisas que parecem rotineiras para o resto de nós como formas de desvalorizá-los.”⁷³ (MARSH; ROSSER, HARRÉ, 1994, p. 2, tradução nossa). Assim, essa violência seria, de certo modo, fruto de uma insatisfação que mobilizaria a agressividade contida em todos nós⁷⁴. Nesse sentido, o futebol constituiria um espaço privilegiado de manifestação ritualizada dessa agressividade latente e universal.

Essa agressividade, todavia, não possui para esses pesquisadores uma conotação apenas negativa. De acordo com Giulianotti (2002, p. 67), para eles, ela constitui também

[...] um aspecto da natureza humana útil, na verdade funcional; é parte de nossos instintos de sobrevivência. Se tolerada e fornecida as saídas sociais adequadas (como esportes ou as pequenas brigas), a agressão pode beneficiar qualquer sociedade, aumentando a integração social.

Deste modo, o hooliganismo deveria, na visão dos pesquisadores de *Oxford*, ser mais tolerado pelas autoridades britânicas. “Talvez, em última análise, tenhamos que viver com um pouco de agressividade.” (MARSH apud GIULIANOTTI, 2002, p. 67)⁷⁵. Afinal, além de funcional, a violência dos *hooligans* era, de acordo com eles, geralmente limitada ao

⁷³ “[...] they see many of things that seem routine to the rest of us as ways of devaluing them.”

⁷⁴ Perspectiva, aliás, que parece ser compartilhada por alguns *hooligans*. O seguinte diálogo entre um deles e Buford (1992, p. 105-106) é bastante indicativo: “Então, você imagina que somos movidos a quê?”, perguntou. ‘Se a gente’, falou sem esperar minha resposta, ‘não fizesse isso nos jogos de futebol, simplesmente acabaria fazendo em algum outro lugar. Acabaria fazendo sábado à noite no *pub*. É o que tá na gente, né?’ Seu olhar intenso, embora um pouco estudado, era de desdém. O que significa isso?, indaguei. O que é que está na gente? ‘A violência’, respondeu. ‘Todos nós temos por dentro. Ela só precisa de um motivo. Ela precisa de uma válvula de escape aceitável. E não importa qual. Basta alguma coisa. É quase uma desculpa. Mas a coisa tem de sair. Todo mundo tem isso por dentro’.”

⁷⁵ Corroborando, de certo modo, com esta linha de raciocínio, o seguinte trecho, retirado da fala de um *hooligan* para Buford (1992), parece sugerir uma relação entre o aumento de agressões com facas e o aumento na eficiência nos modos de reprimir os torcedores. “A polícia ficou tão eficiente [...] que estamos sob mais pressão do que antes. Nós simplesmente não temos o que costumávamos ter. No momento em que estoura uma briga somos imediatamente cercados por cães e cavalos. Foi por isso que todos começaram a usar facas. Imagino que possa parecer uma idiotice, mas pelo fato de o policiamento ter ficado tão eficiente, é preciso ir diretamente ao assunto quando se trata de causar o maior estrago possível no menor espaço de tempo, e a faca é o instrumento mais eficiente para um ataque rápido. Essas facas, aliás – pelo pouco tempo disponível –, se tornaram bastante simbólicas. Quando alguém é esfaqueado, isso representa uma importante vitória para o grupo responsável pelo esfaqueamento. Se o policiamento não fosse tão eficiente, estou certo de que o uso de facas acabaria.” (p. 109-110).

simbólico: a ameaças exageradas, a insultos ritualizados e a negação da masculinidade do adversário. Ou seja, estava sujeita a “regras de desordem”.

Hooligans infratores que estavam genuinamente interessados em ferir os adversários, conduzindo armas como facas ou amônia, por exemplo, eram considerados ‘desordeiros’ por seus companheiros e rotulados como ‘loucos’ para expressar seu caráter ‘ultrajante’. (MARSH et al. apud GIULIANOTTI, 2002, p.66).

Assim, existiria uma ordem entre os *hooligans* que seria internamente mantida por meio de uma pirâmide hierárquica dos integrantes.

Em seu vértice ficavam os Graduados, um grupo mais antigo de rapazes que tinham acumulado respeito e *status* e, assim, não requeriam mais condescendência ou apoio constante. Em vez disso, quem cuidava da “agressividade social” eram os Valentões, que eram mais jovens; abaixo deles estavam as crianças ou os inexperientes, que aprendiam a lidar com a interação da gangue do futebol e, provavelmente, iniciavam a “agressividade social” que, então, os Valentões procuravam converter em uma vitória simbólica para o grupo. Nas franjas dessa organização altamente estruturada estavam os que dispensavam maiores explicações, os Líderes do Coro e os Loucos. (GIULIANOTTI, 2002, p. 66).

Essa compreensão militaresca dos pesquisadores de *Oxford* acerca da organização dos *hooligans* não se restringiu aos circuitos acadêmicos, mas, pelo contrário, foi apropriada e amplamente difundida pela televisão britânica. Em 1977, por exemplo, a *BBC* exibiu um documentário chamado *Panorama*, que acabou se tornando bastante famoso dentro e fora da Inglaterra. Narrado por Anthony Clare, esse documentário aborda a organização e dinâmica dos *hooligans* do Millwall, um tradicional clube inglês, a partir de sua estrutura hierárquica (GIULIANOTTI, 1999).

Além de serem amplamente criticados por considerarem a violência um fenômeno a-histórico e não social, os pesquisadores de *Oxford* também foram criticados por separarem violência e ritual, como se os ritos protagonizados pelos torcedores antes, durante e após as partidas não carregassem concretamente uma alta carga de violência. Na crítica de Dunning e colaboradores (1993, p. 253, tradução nossa),

[...] Marsh e seus colegas subestimaram a gravidade da violência que às vezes está envolvida nas brigas entre torcedores rivais. Também negligenciaram os combates que ocorrem fora e longe dos campos e os bombardeios aéreos que ocorrem nas partidas de futebol e que regularmente incluem [...] o lançamento de projéteis perigosos.⁷⁶

Em quarto e último lugar, destacamos as explicações de autores como Canter, Comber e Uzzell. Conforme observa Franco Júnior (2007, p. 193), para eles, “[...] a violência do torcedor é simples resposta às condições concretas com que o tratam.”⁷⁷ Essa perspectiva, do mesmo modo que a anterior, também parece ter extrapolado os circuitos acadêmicos. Prova disso é que, como reconhece o sargento Graham Naughton, especialista em hooliganismo na *Football Intelligence Unit*, “[...] quando se tratam os torcedores como animais, eles acabam por se portar como animais.” (apud FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 194). Por um lado, essa explicação parece, em alguma medida, ser corroborada pela diminuição da violência nos estádios ingleses quando as grades que separavam as arquibancadas do campo foram retiradas. “A presença das grades transmitia aos torcedores a sensação de eles serem perigosos, precisarem ficar isolados, e isso estimulava a violência que de alguma forma se esperava deles.” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 194). Por outro lado, assim como as análises “oficiais” e dos pesquisadores de *Oxford*, esta tampouco foi poupada das críticas dos “externalistas”, sobretudo por subestimar os aspectos sociais e hermenêuticos do fenômeno.

3.2.2 Interpretações “externalistas”

Em oposição às interpretações “internalistas”, compreendemos por interpretações “externalistas” aquelas que explicam a violência envolvendo torcedores de futebol por razões políticas, econômicas, sociais e culturais mais amplas⁷⁸. Grosso modo, para os “externalistas”, as causas dessa violência estão associadas à própria dinâmica e estrutura do mundo

⁷⁶ “[...] Marsh and his colleagues underestimate the seriousness of the violence which is sometimes involved in the fights between rivals fans. They also neglect fighting outside and away from grounds, and the aerial bombardments which occur at football matches and which regularly include [...] the throwing of dangerous missiles.”

⁷⁷ Aqui, é interessante observarmos que, no contexto argentino, Alabarces e colaboradores (2000) interpretam a ação policial ou aquela produzida por agentes derivados da privatização do monopólio legítimo da violência como um dos principais fatores geradores de violência no futebol. Além dessa ação, os autores sustentam que essa violência também é uma decorrência de encontros entre grupos rivais pela disputa de uma supremacia simbólica ou uma reação frente a uma “injustiça” desportiva que supõe a reposição imaginária de um estado de justiça ideal.

⁷⁸ Evidentemente, essas interpretações variam um pouco de acordo com as singularidades culturais, políticas, econômicas e sociais de cada lugar. Por exemplo, um dos fatores apontados para a eclosão da violência no futebol peruano nos anos oitenta é a violência generalizada que se instaurou no país com os conflitos entre o Sendero Luminoso e as Forças Armadas (WOOD, 2009).

contemporâneo. Estas são o alfa e o ômega da análise, e não o jogo em si e/ou as instalações onde é realizado. Sendo assim, podemos dizer que o que era “figura” para os “internalistas” torna-se para os “externalistas” “pano de fundo” e vice-versa.

Entre os diversos tipos de interpretações “externalistas”, destacamos, primeiramente, a explicação “oficial” de que a violência no futebol seria uma decorrência direta do desemprego. Essa relação direta entre desemprego e violência é bastante criticada por alguns acadêmicos, que sustentam, entre outras coisas, que a delinquência não é determinada apenas pela falta de oportunidades socioeconômicas, mas também pelas interpretações feitas dessa falta de oportunidades. Reforçando as críticas feitas a essa relação, Dunning (informação verbal)⁷⁹ recorda-nos, inclusive, que, na década de 1930, a violência no futebol inglês era baixa e o desemprego grande, enquanto que, na década de 1960, a violência era alta e o desemprego baixo.

Além dessa explicação “oficial”, destacamos as explicações dadas pelo jornalista norte-americano Bill Buford. Motivado por sua curiosidade jornalística, o autor conviveu por quase quatro anos com *hooligans* ingleses. Esta experiência foi contada por ele em “Entre os vândalos” (1992), livro em que aborda os danos e os encantos da violência em massa. O próprio autor ficou contagiado pela experiência que ela proporciona⁸⁰. Conforme observa: experiência relativamente anônima, “[...] de existir com tamanha intensidade no presente que se torna possível a um indivíduo, por um breve intervalo, deixar de ser um indivíduo, dissolver-se no poder da multidão.” (p. 175). Esta, diz ele, “[...] existe em cada um de nós.” (p. 227). Nesse sentido, suas análises assemelham-se em larga medida as de Le Bon e seguidores.

Todavia, diferentemente destes últimos, a preocupação central do jornalista não consiste em explicar as causas dos comportamentos das multidões; mas descrever o quê consiste essa experiência. Experiência que, na visão dele, é humana, demasiadamente humana, para fazermos uso da máxima nietzschiana. Afinal, encontramos nas multidões todo tipo de pessoa, e não, como pensa Le Bon, apenas “[...] os morbidamente nervosos,

⁷⁹ Informação fornecida por Eric Dunning no Simpósio Internacional sobre Hooliganismo e Copa do Mundo de 2014, em Campinas, em maio de 2011.

⁸⁰ “A violência representa uma das experiências vividas com mais intensidade e, para aqueles capazes de se entregar a ela, um dos mais intensos prazeres. Ali, naquelas ruas de Fulham, senti, à medida que o grupo transpunha seu metafórico penhasco, o que me tornara literalmente desprovido de peso. Eu abandonara a gravidade, era muito mais poderoso do que ela. Senti-me pairando por sobre mim mesmo, capaz de atinar com tudo em câmara lenta e com absoluta riqueza de detalhes. Percebi, mais tarde, que estava como que drogado, num estado de euforia movido a adrenalina. E, pela primeira vez, sou capaz de compreender as palavras que descrevem essa vivência. Que a violência de massa era a sua droga. O que representou aquilo para mim? Uma experiência absoluta de plenitude.” (BUFORD, 1992, p. 188).

inflamáveis e os semiperturbados.” (BUFORD, 1992, p. 168). Embora sustente que qualquer um possa ser seduzido pelos encantos da violência em massa, Buford “[...] mostra como em quadro cultural e social difícil a violência latente aflora com facilidade.” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 1996). Ou seja, mostra que a violência envolvendo torcedores de futebol pode, em certa medida, ser explicada por fatores sociais e culturais. Nas próprias palavras do jornalista (1992, p. 12),

era óbvio que a violência representava um protesto. Fazia sentido que assim o fosse: as partidas de futebol ofereciam uma válvula de escape para frustrações de natureza profunda. Muitos jovens estavam desempregados ou jamais haviam conseguido colocação alguma. A violência, por conseguinte, era uma espécie de rebelião – rebelião social, rebelião de classe, alguma coisa.

Não é por menos que, como já vimos, ele faz parte dos chamados “os *soccerati* de Londres”, defendendo políticas para o futebol que atacam abertamente a torcida das classes populares e que buscam reformular os “[...] estádios de futebol em benefício de sua classe embasando-se no fato de que isso contribui para erradicar a ação de *hooligans* e possibilitar a possibilidade de mais mulheres e minorias étnicas.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 192).

No contexto acadêmico, destacamos, em primeiro lugar, as explicações fornecidas pelos sociólogos britânicos Stuart Hall, John Clarke e Ian Taylor. Todos eles compartilham a perspectiva marxista e desenvolveram explicações bastante parecidas para a violência em questão, sobretudo os dois últimos autores. De acordo com Giulianotti (2002), mais do que discutir as causas dessa violência, Hall analisou o processo de formação do temor público diante dela, que seria fruto do “pânico moral” criado pela imprensa durante os anos sessenta, associado à deterioração da economia inglesa no mesmo período.

Diferentemente de Hall, Clarke e Taylor abordaram diretamente as causas dessa violência. Para Clarke, durante os anos sessenta, uma conjunção entre dois fenômenos teria levado ao seu acirramento: a espetacularização e profissionalização do futebol (com instalações mais caras e confortáveis nos estádios e alta remuneração dos jogadores, por exemplo) e a ruptura dos laços que, antes da Segunda Grande Guerra, ligavam os jovens das classes populares aos mais velhos. Assim, para o autor, a desintegração das comunidades populares somada à resistência desses jovens à mercantilização do futebol seriam as principais causas do hooliganismo (GIULIANOTTI, 2002).

Já para Taylor, os dirigentes dos clubes, a fim de promover o futebol entre um público de classe-média mais rico e supostamente mais respeitável, submeteram o esporte a um longo e progressivo processo de aburguesamento, sendo sintomática sua espetacularização, profissionalização e internacionalização. De acordo com ele, este processo resultou na exclusão das classes operárias dos estádios e dos processos decisórios de seus clubes, que inicialmente seriam regidos em um sistema de democracia participativa. Diante dessa exclusão, Taylor, assim como Clarke, interpretou o hooliganismo como atos articulados de resistência à mercantilização do futebol (GIULIANOTTI, 2002).

Essa posição inicial, no entanto, foi revista por ele ao longo dos anos. Os *hooligans* deixaram de ser vistos como “lutadores resistentes” para serem interpretados como sérias “ameaças sociais”. Do mesmo modo, as melhores instalações dos estádios, inicialmente ridicularizadas por ele, passaram a ser vistas como uma questão de direitos humanos. Para seus críticos, tais como Giulianotti (2002), a principal falha de seu trabalho consiste na falta de sustentação empírica, o que pode tê-lo levado a interpretar as origens dos sistemas políticos dos clubes de futebol como democracias participativas e não como um negócio, onde os dirigentes protegiam seus interesses muitos mais do que iam atrás dos interesses dos torcedores.

Além das análises de Taylor, Clarke e Hall, destacamos, em segundo lugar, as explicações figuracionais dos autores da *Leicester School*. Eric Dunning, Patrick Murphy, John Willians e outros, apoiados na obra de Norbert Elias, explicaram a violência praticada pelos *hooligans* como “explosões descivilizadoras”, geradas por fragilidades econômicas e desigualdades sociais. Mais concretamente, pela não incorporação por parte dos segmentos menos favorecidos das classes populares inglesa dos valores e modos de conduta socialmente dominantes – ou, na expressão deles, “mais civilizados”. Os jovens oriundos desses segmentos encontrariam, no contexto do futebol, um espaço privilegiado para brigas, agressões e outras formas de violência⁸¹ – que, no seu meio-social, serviriam como um meio de afirmação pública de masculinidade.⁸²

Diferentemente das classes sociais mais “estabelecidas”, a prática da violência nesses segmentos não seria necessariamente motivo de vergonha. Pelo contrário, seria mais aberta,

⁸¹ Segundo os autores supracitados, os cinemas, os salões de baile e os lugares de veraneio nas praias também já foram espaços privilegiados para essas práticas, variando conforme a influência das diversas modas (DUNNING; MURPHY; WILLIANS, 1993).

⁸² Seguindo em até certo ponto este tipo de análise, Zucal (2006) discorre, no contexto argentino, sobre a relação entre o *aguante*, caracterizado no tópico 3.2.1, e a afirmação pública da masculinidade.

tolerada e, frequentemente, até mesmo motivo de orgulho. Isso se deve ao fato de que a eles seriam

[...] negados invariavelmente o *status*, o significado e a gratificação nas esferas educativa e ocupacional, as principais fontes de identidade, sentido e *status* de que dispõem os homens para subir na escala social.⁸³ (DUNNING; MURPHY; WILLIANS, 1993, p. 258, tradução nossa).

Além disso, haveria nesses segmentos menor controle das crianças e adolescentes por parte dos adultos. O fato de passarem grande parte do tempo nas ruas, socializando com outras crianças e adolescentes da mesma idade, os levariam “[...] a interagir agressivamente entre eles e a desenvolver hierarquias de domínio baseadas largamente na idade, na força física e na coragem.”⁸⁴ (DUNNING; MURPHY; WILLIANS, 1993, p.256, tradução nossa). Diante disto, Dunning, Murphy e Willians (1993, p. 259, tradução nossa) sustentam que os jovens desses segmentos

[...] por um lado, tendem racionalmente a buscar confrontos físicos porque estes representam para eles uma fonte de identidade, posição, sentido e excitação prazerosa. Por outro, tendem a responder agressivamente em situações ameaçadoras porque aprenderam a não exercer o grau de autocontrole que demandam as normas dominantes na sociedade britânica.⁸⁵

A partir de meados dos anos sessenta, esses jovens, segundo os autores, sentiram-se ainda mais atraídos a causar distúrbios e confusão dentro e fora dos estádios. Afinal, foi neste período que os periódicos ingleses começaram a publicizar mais fortemente a ideia de que os campos de futebol são locais inseguros, dominados por vândalos. Ao argumentarem que esses jovens são os principais responsáveis pela violência no universo do futebol, os pesquisadores de *Leicester* associaram as causas desse fenômeno às características específicas da estrutura interna desse segmento.

⁸³ “[...] lower working-class males are typically denied status, meaning, and gratification in the educational and occupational spheres, the major sources of identity, meaning and status available to men higher up the social scale.”

⁸⁴ “[...] to interact aggressively among themselves and to develop dominance hierarchies that are based largely on age, strength and physical prowess.”

⁸⁵ “[...] on the one hand, they tend rationally to seek out physical confrontations because these are, for them, a source of identity, status, meaning and pleasurable excitement. On the other hand, they tend to respond aggressively in threatening situations because they have learned not to exercise the degree of self-control that is demanded in this regard by the dominant norms of British society.”

De acordo com Giulianotti (2002, p. 70), esses pesquisadores “[...] atraíram fortes críticas dos companheiros acadêmicos sobre a maior parte dos pontos importantes.” Primeiro, pela adoção da obra de Elias, considerada por muitos inexata, evolucionista e etnocêntrica. Segundo, porque além de adotá-la, eles a teriam feito acriticamente, fabricando evidências para adaptar suas teses às dela. Terceiro, porque há uma série de pesquisas enfatizando as distintas histórias sociais do futebol ao longo do mundo, bem como a participação das classes médias e altas no hooliganismo, rompendo com a ideia de que a violência dos torcedores está intimamente associada às classes “mais baixas” e à sua socialização “grosseira”. Quarto, porque suas escolhas metodológicas parecem duvidosas, como, por exemplo, a realização da maior parte da pesquisa de campo com torcedores ingleses “oficiais” e com rapazes de um conjunto habitacional de pessoas carentes ou, ainda, a utilização de um documentário de televisão para sustentar seus argumentos-chave.

No entanto, apesar das críticas, a *Leicester School* tem exercido forte influência sobre a produção científica britânica e mundial acerca do assunto. Inclusive, os resultados de muitas dessas produções parecem oferecer subsídios empíricos para os seus principais argumentos, enfraquecendo alguns dos pontos levantados por seus críticos. Conforme veremos adiante, no Brasil, há, por exemplo, pesquisas indicando que os torcedores que se envolvem em atos de violência são, em sua grande maioria, homens, jovens e pertencentes às classes populares. Além do mais, é importante destacarmos que os pesquisadores de *Leicester* não negam o envolvimento de outras classes sociais no hooliganismo, apenas observam que se trata de uma minoria.

No que diz respeito às críticas à obra do sociólogo polonês, devemos notar que o próprio, na introdução à segunda edição do livro “El proceso de la civilización” (1988), rebate essas críticas – principalmente da acusação de sua obra ser evolucionista. Tal acusação provém da ideia de que ele teria empregado o conceito do mesmo modo como ele era pensado no século XIX, no sentido de progresso automático. Ideia, contudo, negada por ele, que observa, na supracitada edição, que sua obra se concentra nas mudanças estruturais de larga duração e que o modo como concebe “evolução” se diferencia da ideia metafísica que vincula tal conceito tanto com a ideia de uma necessidade metafísica quanto com uma finalidade teleológica.

Envolvidas neste debate e contrapondo-se às explicações da *Leicester School*, destacamos, em terceiro lugar, as análises produzidas e difundidas pelos autores mais ligados ao pós-modernismo. Para estes, a violência envolvendo torcedores de futebol seria uma

resposta ao isolamento contemporâneo. Mais precisamente, à ideia de que as sociedades atuais teriam perdido o efeito tranquilizante do mito, dos ritos sociais e do grupo. Assim, para conseguir algum tipo de inserção social, os torcedores ingressariam em clãs futebolísticos – como os *hooligans*, *ultras*, *barras bravas* e torcedores organizados –, adotando nova personalidade, “[...] que por se tornar estruturante ao indivíduo pode levá-lo a exageros em nome dela.” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 194). Ao analisar a violência envolvendo os *barras bravas* colombianos, por exemplo, Eslava (2008, s.p., grifo nosso, tradução nossa) observa que

o pertencimento quase exclusivo que estes jovens dedicam a sua *barra*, faz surgir sentimentos fortemente arraigados dentro de sua subjetividade, que se complementam com o sentir coletivo gerado nos momentos nos quais se eles se reúnem, para apoiar a equipe, seja na sua própria cidade ou em cidades estrangeiras onde se joga, e que reproduzem lógicas maniqueístas fundamentadas na oposição amigo – inimigo.⁸⁶

Seguindo, até certo ponto, essa linha de raciocínio, Giulianotti (2002, p. 77) observa que “[...] os sociólogos tenderam a subestimar os prazeres psicossociais da violência no futebol.”, além de sobre-estimarem as diferenças de classe envolvidas nesse fenômeno. Afinal, de acordo com ele, “[...] a pesquisa de campo com os *hooligans* do Reino Unido sugere que eles são muito mais incorporados à sociedade dominante do que estruturalmente excluídos dela.” (p. 76). Assim, o que explicaria a violência provocada por esses torcedores seria menos a sua condição socioeconômica e mais o prazer – social e historicamente adquirido – de enfrentar o perigo. Prazer tipicamente pós-moderno, assim como o isolamento contemporâneo. Nesse sentido, a violência do hooliganismo deveria ser circunscrita “[...] em uma categoria mais ampla de atividades de lazer arriscadas voluntárias, tais como mergulhar em oceano, asa-delta e *bungee-jumping*.” (p. 78). Esta perspectiva, assim como todas as outras explicitadas aqui, participa do “mercado explicativo” do problema social em questão, do qual decorre a competição pela solução mais legítima. Afinal, como já antecipamos no capítulo dois, o modo como um problema social é construído possui consequências para as políticas destinadas à sua contenção.

⁸⁶ “La pertencia casi exclusiva que estos jóvenes le profesan a su barra, hace que surjan sentimientos fuertemente arraigados dentro de su subjetividad, que se complementan con el sentir colectivo que se genera en los momentos en los cuales se congregan, para apoyar el equipo, ya sea en su propia ciudad o en ciudades foráneas donde este juega, y que reproducen lógicas maniqueas fundamentadas en la oposición amigo – enemigo.”

3.3 Políticas de contenção

Ao longo dos anos, várias estratégias para garantir a segurança dos torcedores e prevenir a violência no espetáculo futebolístico foram tomadas pelas autoridades no mundo inteiro. Em 1924, após uma série de pessoas terem se acidentado durante partidas da Copa da Inglaterra, foi promulgado, neste mesmo país, o primeiro relatório parlamentar sobre segurança nos estádios. “Ele recomendou a introdução de ‘grades’ em partes dos campos para separar multidões e reduzir seu movimento; o maior número de eventos deveria ser feito com ingressos numerados, de modo a controlar o tamanho do público.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 102). Em 1946, por conta do desastre no estádio do Bolton, que matou 33 e feriu centenas de pessoas, foi elaborado um novo relatório parlamentar, que, por sua vez, “[...] requisitou uma abordagem mais científica para estabelecer as capacidades dos estádios.” (p. 102).

Entre o final dos anos sessenta e início dos setenta, as autoridades inglesas desenvolveram uma política de segregação das torcidas, isolando-as do campo e das torcidas adversárias, a fim de evitar tanto o contato direto entre grupos rivais de torcedores nas arquibancadas como possíveis invasões no gramado. Mais concretamente, “[...] introduziram cercas ‘enjaulando’ os torcedores nas arquibancadas atrás dos gols e segregando os torcedores da casa dos visitantes em diferentes partes do campo.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 74). De acordo com autores de diferentes correntes (GIULIANOTTI, 1999, 2002; ELIAS; DUNNING, 1993), embora essa política tenha diminuído a violência dentro dos estádios, ela levou a um aumento significativo da violência fora deles. Nas palavras de Giulianotti (2002, p. 74), “aos poucos, a violência foi deslocada do campo, acentuando os diferentes sentidos de identidade dos grupos de *hooligans* e sua diferenciação formal do conjunto geral de torcedores.” Essa crítica por parte de diferentes acadêmicos parece sugerir certo desacordo do campo científico em relação às estratégias desenvolvidas pela polícia e dirigentes ingleses do período.

Em 1971, após o desastre no jogo entre Rangers e Celtic, que matou 66 e feriu 145 pessoas, foi elaborado o Relatório Wheatley, que “[...] recomendou um alvará mais severo para os campos de futebol e preparou caminho para a lei de proteção dos campos de futebol de 1975.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 102). Anos antes, em 1967, em toda a Europa, foi criado o CIF (Comitê Internacional de *Fair Play*), com um estatuto consultivo na UNESCO. Em 1972, foi criada a Aicus (Associação Internacional contra a Violência Associada ao Esporte). Em 1977, a Fundação Internacional Rika de Backer-Van Ocken. Em 1978, foi aprovada, pela UNESCO e pelo Movimento Olímpico, a Carta Internacional da

Educação Física e do Esporte. Em 1981, “[...] durante uma conferência de ministros de Esporte europeus do Conselho da Europa, foi recomendada a adoção de medidas preventivas contra a violência relacionada ao esporte.” (REIS, 2006, p. 56). Em 1984, a “Recomendación (84) 8” sobre o mesmo tema foi aprovada. Em 1985, após a tragédia de Heysel,

foram tomadas medidas em várias instâncias européias, tanto no setor público como no privado. A Uefa (Unión Europea de Fútbol Asociación), que é participante ativa da Comissão Permanente do Conselho da Europa, adotou medidas mais rigorosas de segurança nos estádios. O Parlamento da União Européia aprovou um *dictamen*, em 11/7/1985, sobre as medidas necessárias para a repressão do vandalismo e da violência em eventos esportivos. O Conselho da Europa, em 19/8/1985, realizou em Estrasburgo (França) a “European Convention on Spectator Violence and Misbehaviour at Sports Events and in Particular at Football Matches”, de membros convidados da “European Cultural Convention”. (REIS, 2006, p. 49).

A resolução do Parlamento Europeu aprovada em 1985 pedia a aplicação das seguintes medidas:

- a) Fortalecimento da coordenação internacional entre governos e as autoridades locais, corpo policial, organizações esportivas e outras instâncias antes, durante e depois do encontro esportivo.
- b) Proibição da venda ou do consumo de bebidas alcoólicas assim como bebidas em garrafas ou latas no interior dos estádios e imediações.
- c) Registro de todos os espectadores e confisco de todas as armas ou objetos que possam ser utilizados como tais, assim como das bandeiras e dos cartazes que contenham legendas que incitem a violência.
- d) Adaptação dos estádios às normas européias e a exclusão das competições internacionais dos estádios que não estiverem de acordo com as seguintes normas:
 - . Supressão de todos os materiais inflamáveis.
 - . Separação das torcidas que possam desencadear manifestações violentas.
 - . Instalação de sistemas de controle áudio-visual nas diferentes partes do estádio, incluindo corredores de circulação.
- e) Instalação de sistemas de controle legal da venda de ingressos, sancionando as revendas e seus clientes.
- f) Colocação dos torcedores: organização e vigilância do transporte dos torcedores dos clubes visitantes por trem ou por ônibus até o estádio e seu regresso; proibição do consumo de bebidas alcoólicas dentro dos transportes;
- g) Organização de espetáculos e atrações antes e depois dos jogos, assim como no descanso, para prevenir qualquer violência pela ociosidade do espectador. (DOC. A2 – 70/85 ESPANHA apud REIS, 2006, p. 54-55).

No mesmo ano, a UEFA, por meio de outro documento, também definiu as características de uma partida de alto risco:

- . todas as finais e semifinais das competições interclubes da Uefa.
- . os jogos finais do Campeonato da Europa de futebol.
- . os jogos em que os torcedores visitantes superarem 10% da capacidade do estádio.
- . os jogos em que o número de espectadores for superior a 50 mil.
- . quando a partida atrair espectadores vindos do país de origem da equipe visitante. (REIS, 2006, p. 59).

Além disso, sugeriu medidas semelhantes ou complementares às do Conselho da Europa.

Determinou a proibição da venda de 5% da capacidade total de lotação de setores sem assentos, determinando ainda que a venda de ingressos no dia de jogo se limitassem a no máximo dois por pessoa. Os organizadores deveriam divulgar o setor no qual os torcedores de cada time deveriam comprar seus ingressos, constatando o outro setor e, se for o caso, expulsos do estádio, com a ressalva de que a legislação deverá prever isso. (REIS, 2006, p. 59).

Além de solicitar as seguintes medidas:

1. Vigilância eficaz do estádio durante um período adequado antes do dia da partida e com suficiente antecipação do início do jogo; uma revista para a busca de materiais perigosos.
2. Controle eficaz da polícia na parte externa do estádio e alambrados a fim de impedir a introdução de objetos perigosos e a entrada de pessoas sem ingresso.
3. Controle eficaz do acesso das pessoas: para impedir a entrada de objetos perigosos, de pessoas sem ingresso ou em setor equivocado; para impedir e excluir do estádio potenciais promotores de distúrbios conhecidos e as pessoas que notadamente estejam sob efeito de álcool.
4. Serviço suficiente de segurança no estádio, assim como nos portões de entrada e nos alambrados que separam os estádios das calçadas. Este serviço de ordem deve estar presente antes do início da partida, durante e depois de as pessoas já terem deixado o recinto do espetáculo.
5. Separação dos torcedores no estádio.
6. Proteção do campo com um alambrado de 2,20m de altura e uma barreira adequada de policiais.

7. Policiais em patrulhamento na zona neutra (entre as duas torcidas) eventualmente com cachorros adestrados.
8. Proibição de introduzir bebida alcoólica no estádio.
9. Proibição de vender e distribuir bebidas alcoólicas no estádio e garantia de que bebidas não alcoólicas não estejam contidas em recipientes perigosos.
10. Recomendação da presença de policiais à paisana entre os torcedores.
11. Uma tropa especial da polícia, disposta a intervir durante um período anterior e posterior ao encontro, podendo estar destacada nos setores do estádio com maiores possibilidades de problema.
12. Liberação dos corredores e caminhos destinados ao público, com a finalidade de permitir uma intervenção rápida das forças policiais, das ambulâncias e do corpo de bombeiros.
13. Vigilância de todas as portas por um pessoal suficientemente numeroso com o fim de controlar a entrada e permitir a saída dos espectadores.
14. Impedir o espectador de circular livremente dentro do estádio além do setor para o qual comprou o ingresso.
15. Necessidade de um serviço adequado de monitores no estádio.
16. Instalação de equipamentos que permitem a identificação dos promotores de distúrbios (câmeras fotográficas, de vídeo etc.)
17. Caso as condições atmosféricas permitam, distração do público antes do jogo com a organização de partidas preliminares, outras demonstrações esportivas ou bandas de música.
18. Disponibilidade no estádio de locais adequados e de equipamento necessário para a polícia, as ambulâncias e o corpo de bombeiros.
19. Dotar o estádio com um sistema eficaz de comunicação. As equipes estrangeiras estão convidadas a incluir em sua delegação um locutor para transmitir as comunicações destinadas a seus torcedores, se necessário.
20. Designação de um local onde os objetos confiscados possam ser guardados e recuperados depois do jogo.
21. Elaboração de aviso para os espectadores nos seguintes moldes:
 - . Não tentem introduzir fogos de artifício nos estádios, sob pena de infração.
 - . Não lancem objetos.
 - . Não invadam o gramado antes, durante ou depois do jogo.
 - . Não ultrapassem o limite do decoro durante suas manifestações de alegria ou desaprovação do que vêem.
 - . Apóiem o serviço de segurança, que cumpre suas obrigações.
 - . Impeçam que o comportamento incorreto de uma minoria prive a maioria do prazer de assistir a um jogo de qualidade.
 - . Salvaguardem a boa reputação da sua equipe favorita mediante um comportamento adequado. (REIS, 2006, p. 59-61).

Além dessas solicitações, a UEFA, em conjunto com a FIFA, expulsou os clubes ingleses dos jogos na Europa. A partir dessas solicitações da UEFA e do Conselho da Europa, em 1988, foi criada no senado espanhol uma comissão especial para estudar a violência em espetáculos de futebol e de basquete. Esta comissão ouviu cinquenta e sete pessoas, entre representantes de setores esportivos, instituições e acadêmicos. Ela também analisou uma série de documentos de instituições de pesquisa espanhola e estrangeira sobre o assunto, além de realizar estudos da legislação espanhola e de direito comparado. Além disso, fez uma série de visitas a estádios de futebol e organizou “[...] várias reuniões com os funcionários da polícia, com empresas privadas de segurança, com os responsáveis pela segurança dos estádios e com os presidentes de alguns clubes.” (REIS, 2006, p. 52). Dela surgiu aquele que, segundo Reis (2006), é o mais importante documento sobre violência relacionada ao esporte já produzido na Espanha, o *Dictamen de la Comisión Especial de Investigación de la Violencia em los Espectáculos Deportivos com Especial Referencia al Fútbol*. De acordo com a autora, este documento

propôs 45 medidas preventivas, entre elas recomendação aos poderes públicos, às ligas profissionais, às federações esportivas, aos meios de comunicação etc. Como resultado dos trabalhos da comissão, também foram propostas importantes modificações na legislação espanhola, as quais foram, em sua maioria, contempladas na Lei de Esporte de 1990, conhecida por Lei n. 10/90, [...] além da reforma do Código Penal espanhol realizada em 1995. Os estudos também concluíram que a violência produzida na prática de esportes e as possíveis lesões conseqüentes dessa violência deveriam ficar sob júdice do Código Penal espanhol. Além disso, o coordenador de segurança, funcionário da Polícia Nacional do agrupamento da UIP (Unidad de Inspección Policial), envia após todos os jogos um relatório para a Central da Polícia Nacional em Madrid, de onde é elaborado um relatório descritivo com indicações de penas para os infratores. Este é levado em mãos pelo representante da Polícia Nacional na reunião semanal da Subcomissão de Informes e Infra-estruturas, que se reúne todas as semanas. Cabe a ela acatar ou não as sugestões das penas trazidas. Concluída a avaliação da pena a ser sugerida, ela é enviada ao delegado de governo da província onde ocorreu o episódio, para que este, acatando a sugestão, tome as devidas providenciais para a impetração da pena ao infrator. (REIS, 2006, p. 52).

Em 22 de dezembro de 1998, o Boletim Oficial da Espanha publicou a regulamentação da chamada Unidade de Controle Organizativo (UCO), que havia sido criada no marco jurídico pela “Lei de Deporte 10/1990”. Lei esta que trouxe “[...] uma série de medidas preventivas, cuja finalidade é combater a violência nos espetáculos esportivos, sendo a criação da UCO de fundamental importância para o sucesso do trabalho de segurança e

prevenção nos estádios espanhóis.” (REIS, 2003, p. 88). A UCO é a sala de comando da segurança de cada estádio espanhol, sendo a do estádio Camp Nou, do Barcelona F. C., a mais equipada e considerada modelo. Segundo o relato de Reis (2003, p. 88-89),

a UCO do estádio do Barcelona F. C. está instalada em uma sala ampla no ponto mais alto do estádio, com a parede frontal toda de vidro, de forma que possibilita a visão de, praticamente, todo o estádio para os policiais que trabalham nela. A sala é bem acondicionada, com temperatura agradável, possui 12 telas de vidro grande e quatro menores, que são controladas por quatro policiais especialistas no manuseio dos equipamentos. Estes são fixos em todos os jogos realizados naquele local. Para cada estádio espanhol, existe um Coordenador de Segurança, que deve ser um membro do alto escalão da polícia nacional, principal responsável por todo o esquema de segurança ao permanecer dentro da UCO durante todo o jogo. A UCO do Estádio do Barcelona tem o controle por computador do número de pessoas que entram no estádio por cada um dos 105 portões, que estão divididos por setores. O acesso ao estádio é feito através da apresentação da “entrada”, na qual consta um código de barras. Em cada portão, há um funcionário do estádio com um equipamento de leitura óptica. Após o registro da “entrada” pelo equipamento, o funcionário devolve a mesma para o espectador. Na sala da UCO, é permitida apenas a entrada e permanência dos policiais que trabalham com o sistema informatizado de segurança, dos Coordenadores de Segurança dos clubes que estão jogando e do Coordenador de Segurança do Estádio. O Coordenador de Segurança de cada Clube é designado pela presidência do mesmo no início de cada temporada. A UCO controla cem câmeras de vídeo, espalhadas por vários setores do estádio. Algumas dessas câmeras são móveis. No momento que antecede o jogo, quando os portões são abertos, a grande maioria delas está direcionada para os portões de acesso, de forma que qualquer ocorrência, durante a entrada dos espectadores no estádio, a UCO toma conhecimento e determina, através de rádios transmissores, todas as providências necessárias para solucioná-la. Durante a saída dos espectadores, as câmeras, mais uma vez, são direcionadas para os portões. Há, também, algumas câmeras instaladas na parte externa do estádio para o controle de possíveis ocorrências de violência ou de vandalismo nas imediações do estádio, principalmente após o término do jogo.

Seguindo o exemplo do caso espanhol, em Portugal, a partir de 1990

[...] foram publicados, entre leis, decretos-lei, decretos regulamentares e legislativos e portarias, cerca de 200 textos legais que abordam questões vão do regime jurídico das federações desportivas até o desporto escolar, passando por temas como a legislação fiscal, financiamento, espetáculos e desportivos entre outros. (SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO apud MURAD, 2007, p. 61).

Estes textos foram bastante significativos para o desenvolvimento da legislação desportiva do país, pois, até então, quase não havia nada sobre o assunto. Em 1998, passou a funcionar em Portugal

[...] o Conselho Nacional Contra a Violência no Desporto, presidido pelo Instituto Nacional do Desporto. Esse conselho é um órgão interdisciplinar integrado por representantes dos ministérios da Saúde, Educação, Administração Interna, de todas as áreas esportivas e reúne-se regularmente a cada mês. A iniciativa, emanada das hierarquias governamentais, envolve os três poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e acompanha uma tendência de toda a Comunidade Européia.

Na década seguinte, mais especificamente em 2004, foi disputado em Portugal o Campeonato Europeu de Futebol (Eurocopa), que, segundo Murad (2007), significou um divisor de águas para a história do futebol deste país. Afinal, para ele,

os trabalhos desenvolvidos com os “embaixadores de fãs”, a intervenção governamental em “áreas problemáticas”, o treinamento de policiais, a preparação de estudantes envolvidos com o evento, a formação pedagógica dos *stewards* e as campanhas educativas da comunicação social (mídia), entre outras, foram medidas de valorização da cultura do futebol e de instrumentalização científica da segurança pública. Atendendo à solicitação dos organizadores, o país uniformizou-se, entrou em campo e consolidou a força simbólica que o futebol sempre teve por ali. (MURAD, 2007, p. 54).

Na Inglaterra, ainda em 1986, refletindo o “espírito thatcherista” do período, foi elaborado o Relatório Popplewell (*Popplewell Report*), que fez novas recomendações de segurança: entre elas, maior policiamento à paisana, operações de espionagens dentro dos grupos de *hooligans* e adoção nos estádios dos circuitos internos de televisão (CITV). Paralelamente, o governo e os magistrados passaram a decretar sentenças mais severas de prisões aos torcedores violentos. Do mesmo modo que as medidas adotadas nos anos sessenta e setenta, esse relatório foi bastante criticado por acadêmicos, sobretudo por insistir na adoção dos CITV, que não conseguiram evitar e tampouco identificar os responsáveis pela tragédia de Heysel, e por não discutir a infraestrutura insegura dos estádios: “[...] as instalações decadentes das arquibancadas e as grades e cercas para o ‘controle da torcida’ indomável que ainda [eram] mantidas para enjaular os torcedores.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 103).

Essas críticas foram ainda mais reforçadas nos três anos seguintes, quando o futebol inglês passou pelos piores desastres em estádios – sendo o mais grave, em abril de 1989, na

partida entre Liverpool e Nottingham Forest. Embora o Sheffield Hillsborough, estádio da partida, fosse considerado um dos melhores da Inglaterra, contando com um excelente sistema de CITV, e nenhum torcedor estivesse bebendo em campo, noventa e seis torcedores foram tragicamente mortos.

Antes do início do jogo, milhares de torcedores do Liverpool, muitos deles sem ingressos, amontoaram-se do lado de fora do na Leppings Lane. A polícia montada procurou aliviar o congestionamento, abrindo os portões externos do campo, permitindo aos torcedores entrarem amontoados. A maioria dirigiu-se para a jaula da arquibancada central que já estava cheia. Quando o jogo começou, os torcedores comprimidos no perímetro cercado imploraram à polícia para abrir os portões da frente, simplesmente recebendo ordens, ridiculamente, para “recuar”. [...] O agente de polícia que estava no comando assistiu à tragédia da sala de controle, seu julgamento foi obscurecido pelo perigo exagerado do *hooliganism* e a reputação exagerada dos torcedores do Liverpool. Enquanto o desastre se desenrolava diante de seus próprios olhos, ele se recusou resolutamente a melhorar o sofrimento e a abrir os portões do perímetro, com medo de que os torcedores “invadissem” o gramado e atacassem os jogadores ou torcedores rivais. [...] [Quando] os policiais do comando finalmente mandaram abrir os portões [...] toda a extensão do desastre aos poucos tornou-se conhecida. (GIULIANOTTI, 2002, p. 104).

Essa tragédia teve impactos imediatos e profundos, sendo o mais emblemático deles o Relatório Taylor (*Taylor Report*), de 1990. Tal relatório recebeu total apoio na Câmara dos Comuns – principalmente dos parlamentares da oposição, integrantes do Partido Trabalhista – e recomendou que fossem realizadas mudanças estruturais importantes para humanizar o hábito de ir aos estádios. Recomendou, por exemplo, que os clubes escoceses da primeira divisão e os ingleses da primeira e segunda divisão colocassem assentos em seus estádios até o início da temporada 1994-1995⁸⁷. Para ajudar nos custos, o governo reduziria alguns impostos, como o das apostas no futebol. Além disso, o relatório recomendou que fossem retiradas as cercas dos estádios, medida que logo foi adotada pelos clubes.

Embora o relatório tenha inaugurado uma nova fase nas políticas voltadas ao futebol, ao longo de toda a década de 1990

[...] as medidas policiais contra o *hooliganismo* continuaram por intermédio de linhas telefônicas diretas para o público fazer “denúncias de *hooligans*”, criação de arquivos e bancos de dados centralizados pelo Serviço Nacional Criminal de Inteligência e a detenção (sem acusação formal) de torcedores

⁸⁷ Medida que, diga-se de passagem, já havia sido implementada em muitos dos estádios alemães e italianos, na época mais jovens e em melhores condições do que os britânicos (GIULIANOTTI, 2002).

com base a lei de Justiça Criminal e Segurança Pública de 1994. (GIULIANOTTI, 2002, p. 75).

Estas medidas também continuaram sendo adotadas em larga escala em outras regiões da Europa. Prova disso é que, em 1992, um grupo de examinadores do Conselho da Europa elogiou as estratégias espanholas de prevenção da violência no futebol, apontando os seguintes elementos como responsáveis pela sua eficácia:

1. O grande número de torcedores que compram seus ingressos para toda a temporada, os quais chegam a ser aproximadamente 90 % dos espectadores de uma partida nos dois maiores clubes espanhóis.
2. O considerável esforço realizado pelas diferentes autoridades para a melhoria da infra-estrutura dos estádios adequando-os às normas da Fifa, com seus assentos numerados e a implementação de sofisticados sistemas informatizados de segurança com câmeras de vídeo, portas eletrônicas em alguns estádios, controle de entradas com leitoras ópticas, a boa afluência dos espectadores no interior e exterior dos estádios, assim como a melhoria do sistema de som e dos alto-falantes. (REIS, 2006, p. 76-77).

Neste mesmo período, embora uma recomendação fundamental do relatório supracitado fosse de que as reformas nos estádios não deveriam ser usadas para elevar o preço dos ingressos – sobretudo os voltados para os mais pobres –, iniciou-se um processo de elitização do futebol britânico e europeu de um modo geral. Afinal, uma vez que

o trabalho de reforma reduziu significativamente a capacidade dos estádios, durante e depois de sua execução. [...] os clubes passaram a considerar assentos como recursos escassos, aumentando o preço dos ingressos em temporadas e reduzindo oportunidades de comprá-los na bilheteria. (GIULIANOTTI, 2002, p. 107).

Com isso, conseqüentemente, ocorreu certo afastamento das classes populares dos estádios; inversamente, torcedores mais ricos e, muitas vezes, menos apaixonados, passaram a ir com mais frequência aos jogos. “Outra conseqüência da reforma dos estádios foi a pacificação dos torcedores que realmente assistem ao jogo.”⁸⁸ (GIULIANOTTI, 2002, p. 109). Hoje, nos estádios do Reino Unido, “[...] os seguranças expulsam aqueles que se levantam e obstruem a visão dos outros. Os torcedores que gritam nas partidas de futebol

⁸⁸ Como já indicamos, essa pacificação nos estádios não foi acompanhada de uma pacificação fora deles. Quanto mais tem sido intensificada a vigilância nos seus interiores e arredores, mais os conflitos têm ocorrido deliberadamente longe deles (GIULIANOTTI, 2002).

podem ser acusados de transgredir a ordem pública de acordo com a legislação recente.”⁸⁹ (p. 110). Inclusive, após a introdução da Lei dos Tumultos no Futebol (*Football Disorder Act*)⁹⁰, a exclusão de torcedores causadores de violência dos estádios passou a ser mandatória em casos de condenação “[...] e, mais, independente de uma condenação criminal prévia, [ela] também pode ser pedida à corte pela polícia, através de uma queixa complementada com evidências convincentes.”⁹¹ (KLEIN, 2005/2006, p. 27). Desta forma, emoções mais “calmas” e “pessoais” nas arquibancadas “[...] substituíram a antiga paixão quase religiosa do carnaval das torcidas na arquibancada.” (GIULIANOTTI, 2002, p. 110).

Diante desta contenção forçada das emoções e da recente transformação dos campos de futebol em grandes áreas de compras e lazer, acadêmicos como Giulianotti (2002) têm sustentado que os estádios ingleses e europeus de um modo geral vêm exercendo cada vez mais um controle social sobre os torcedores. Seja exercendo um controle panóptico sobre eles, vigiando-os pelos sistemas de CCTV; seja “domesticando” suas ações, transformando-os em consumidores. “Antes dos jogos ou no intervalo, o espectador não passeia mais apenas para observar o resto dos torcedores; em vez disso, ele ou ela sai para tornar-se um consumidor que sai para olhar vitrines, analisando os produtos do clube.”⁹² (p. 113).

Na América do Sul, políticas voltadas ao assunto também vêm sendo formuladas e adotadas. Na Colômbia, por exemplo, a partir de 2004, a prefeitura de Bogotá apostou em uma alternativa institucional para controlar a violência no futebol: o programa *Goles en Paz*. De acordo com Eslava (2008, s.p., grifos nossos, tradução nossa),

⁸⁹ Já na Espanha, de acordo com Reis (2006, p. 79, grifo da autora), “no que tange ao direito de exclusão de espectadores com condutas reprováveis, é previsto por lei o impedimento da entrada de um espectador inoportuno, caso um juiz de direito assim o determine. Essa punição é mais fácil de ser aplicada aos torcedores *abonados* e sócios porque a identificação nesses casos é sempre possível. No caso dos espectadores que compram seus bilhetes nas bilheteiras nos dias de jogos, é mais difícil o uso do direito de exclusão. Existe um registro nacional centralizado de todas as sanções administrativas ou penais impostas, regionalmente, aos espectadores, o que facilita o trabalho do coordenador de segurança e da aplicação do impedimento supramencionado”.

⁹⁰ Adotada após conflitos violentos envolvendo *hooligans* ingleses na Bélgica e na Holanda, por ocasião da Euro 2000, e em Istambul e Copenhague, por ocasião de disputas de copas europeias de clubes (KLEIN, 2005/2006).

⁹¹ “Pela legislação atual, um torcedor punido com a exclusão dos estádios não só está fora dos jogos na Inglaterra, fora dos limites consideráveis dos espaços físicos de estádios, fora das estações metrô-ferroviárias e até mesmo fora dos pubs do entorno dos estádios com jogos, está também proibido de sair do país. É obrigado a entregar o passaporte na delegacia de polícia de onde vive, até cinco dias antes da partida internacional da Seleção Inglesa ou de seu clube, ou do início de uma competição internacional tipo Copa do Mundo. Só poderá retirá-lo trinta minutos antes do jogo (caso único) ou da final da competição. Não importa que apresente planos de visitar a vovó na Manchúria.” (KLEIN, 2005/2006, p. 27).

⁹² Ao comentar o caso espanhol, Reis (2006) indica-nos também outras formas atuais de controle dos torcedores: colocar os torcedores visitantes nas “quinas” dos estádios, onde é facilitada sua observação; revistá-los antes entrarem; proibir a venda de bebidas alcoólicas nos interiores e arredores dos estádios; e, por último, impor que “[...] o torcedor infrator compareça em juizado de plantão durante o horário das partidas de sua equipe, como sanção ao seu mau comportamento em espetáculos futebolísticos.” (p. 79). Esse tipo de sentença judicial, na perspectiva da autora, “[...] tem cumprido o seu papel punitivo e tem tido também a função de controle, já que tal obrigação impede os torcedores de entrar nos jogos de futebol.” (p. 79).

a aposta institucional desenvolvida a partir deste programa sugeria subir os níveis de tolerância por parte dos *barristas*, apelando a processos pedagógicos através de oficinas, de saídas de convivência, de reuniões periódicas entre os líderes das *barras* com a finalidade de estabelecer pactos de não agressão entre estas. Não obstante este programa foi acompanhado de medidas coativas para castigar os eventuais focos de violência oriundos das contendas futebolísticas [...]. A maioria de estas medidas apelam à impossibilidade de permitir o ingresso dos responsáveis pelos atos de violência às arquibancadas, o encarceramento ou perda da liberdade quando é cabida, a impossibilidade de entrar os artefatos necessários para garantir o espetáculo próprio das torcidas, tais como as tiras de papel, os extintores e as bandeiras de imensa magnitude.⁹³

Na Argentina, as autoridades têm insistido nas políticas de segregação das torcidas. Hoje em dia, por exemplo, está proibida a entrada de torcedores visitantes nos jogos da segunda, terceira e quarta divisão. Medida que, inclusive, já chegou a ser adotada no clássico entre Boca Juniors e River Plate, numa semifinal da Copa Libertadores da América. Em 2001, também ficou proibida a entrada de bumbos e grandes bandeiras, medida que foi progressivamente deixada de lado (SALERNO, 2005). Esta, assim como todas as outras medidas e interpretações apresentadas aqui, tem, até certo ponto, influenciado o modo como vem sendo conduzido o debate sobre as causas e as soluções para violência no futebol aqui no Brasil, nosso próximo assunto.

⁹³ “La apuesta institucional desarrollada desde este programa apuntaba a subir los niveles de tolerancia por parte de los barristas, apelando a procesos pedagógicos a través de talleres, de salidas de convivencia, de reuniones periódicas entre los líderes de las barras con el fin de establecer pactos de no agresión entre estas. No obstante este programa se acompaña de medidas coactivas para castigar los eventuales brotes de violencia surgidos a propósito de las contiendas futboleras [...] La mayoría de estas medidas apelan a la imposibilidad de permitir el ingreso de los responsables de los actos de violencia a las graderías, el encarcelamiento o pérdida de la libertad cuando a ello había lugar, la imposibilidad de entrar los artilugios necesarios para garantizar el espectáculo propio de estas, tales como las tiras de papel, los extintores y las Banderas de inmensas magnitudes.”

CAPÍTULO 4

CONTEXTO NACIONAL DE CONSTRUÇÃO, TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL

Neste capítulo, descrevemos e analisamos o contexto sócio-histórico brasileiro em que a violência envolvendo torcedores de futebol tem sido definida como um problema social. No Brasil, assim como no resto do mundo, essa violência não é recente. Embora algumas pesquisas (L!-IBOPE apud LANCE!, 2010; UERJ-UNIVERSO apud RANGEL, 2009) indiquem que o número de incidentes fatais tenha aumentado nas últimas décadas, existem registros de violência ligada ao futebol desde a implantação do esporte no país. Os torcedores dos times da zona sul carioca, por exemplo, já costumavam causar transtornos no início do século XX quando se deslocavam para assistir a partidas nos subúrbios da cidade. O traslado pela via férrea provocava “[...] inúmeras brigas e apedrejamentos, em uma recepção pouco amistosa por parte dos moradores da localidade.” (HOLLANDA, 2008, p. 380).

Além desses transtornos, o começo do século passado registra, de acordo com Murad (2007), diversos casos de violência – física e simbólica – contra torcedores e jogadores negros, mulatos e brancos pobres, ou seja, contra os segmentos menos favorecidos social e economicamente. Ficou emblemático, por exemplo, o célebre “jogo das pás de remo” ocorrido em 1923, quando torcedores do Vasco da Gama (que na época era o clube carioca associado às classes populares) foram agredidos por remadores do Flamengo, que utilizavam pás de remo como armas e instrumentos de ameaça e intimidação.

A violência nesse período, todavia,

[...] não foi somente resultado do enfrentamento direto de grupos sociais, mas, sobretudo, foi a ferramenta fundamental para a construção de um *ethos* social excludente, que era reconhecido e adotado pelas elites, bem como divulgado pela imprensa como modelo da sociedade que emergia. (SANTOS, 2008, p. 83).

A tradição elitista e racista no futebol brasileiro começa a esmorecer a partir de meados dos anos 1920⁹⁴ (MURAD, 2007). Entretanto, a maior popularização e democratização do nosso futebol não diminuem o número de incidentes de violência e

⁹⁴ Embora ainda hoje os cargos de técnico ou dirigente desportivo sejam basicamente ocupados por brancos.

acontecimentos fatais. Em 1943, por exemplo, em um jogo no campo do São Cristovão entre o Flamengo e o time da casa, as arquibancadas de madeira do pequeno estádio não suportaram a superlotação e ruíram, ocasionando a morte de oito torcedores. O incidente levou a interdição dos estádios de madeira e a idealização de uma solução de longo prazo para o futebol carioca, que consistiria na construção de um enorme estádio municipal: o Maracanã. Esta solução não impediu, no entanto, a continuidade dos distúrbios nas arquibancadas dos estádios do Rio de Janeiro. No início dos anos 1950, por exemplo, os torcedores do Flamengo, insatisfeitos após a inesperada derrota do clube para o Olaria, protagonizaram cenas de confusão nas arquibancadas do estádio do time da rua Bariri, arremessando garrafas, pedras e cascas de laranja contra a polícia e os torcedores locais (HOLLANDA, 2008).

No início da década de 1970, auge da ditadura militar, os conflitos no futebol brasileiro tornaram-se menos localizados e ganharam uma dimensão mais militarizada (MURAD, 2007). A edição da revista Placar de 27 de setembro de 1974 já ilustra situações extremas neste período:

[...] o homem sem um dos braços, armado com uma gilete, enfrenta ferozmente quatro policiais. Enquanto sua mão brande a lâmina com rapidez, os cassetetes açoitam seu corpo sem camisa. Sentindo que leva a pior, o torcedor passa a se autoflagelar, abrindo o próprio peito em sulcos de sangue. (AREOSA apud TOLEDO, 1996, p. 121).

Mas se a violência não é uma novidade nos estádios brasileiros, é apenas na década de 1980 que ela parece ter assumido uma dimensão pública maior, ganhando espaço nos principais periódicos e telejornais do país. Inicialmente, no começo da década, é a violência em âmbito internacional – principalmente aquela praticada pelos *hooligans* ingleses – que recebe maior atenção da imprensa nacional (HOLLANDA, 2008). Entretanto, em meados da década, esta se volta para a violência praticada aqui no Brasil, passando a associá-la a um grupo específico de torcedores: os chamados torcedores organizados. Isso se deu, sobretudo, em 1988, quando um dos dirigentes e fundadores da torcida organizada Mancha Alviverde⁹⁵, do Palmeiras, foi brutalmente assassinado. Como observa Toledo (1996, p. 32, grifos do autor),

⁹⁵ Na época, apenas “Mancha Verde”. De acordo com Murad (2007, p. 64), “[...] em 1995, a Promotoria Pública do Estado de São Paulo determinou a extinção das torcidas organizadas [...] começando pela Mancha Verde, do Palmeiras, cujos membros eram então chamados de *hooligans* brasileiros, alegando ser a solução para o problema de violência entre os torcedores, ‘já que as organizadas tinham se desviado de suas finalidades originais’. [...] Seis anos depois da proibição, em 2001, foi amplamente divulgado que a medida foi revista, porque a Mancha Verde (mudou de nome e chama-se Alviverde) de fato nunca deixou de existir.”

segundo muitos torcedores palmeirenses seu assassinato se deu por *vingança* de outras torcidas. Outra versão dada ao caso na época, veiculada nos jornais, foi a de que ele estava envolvido com entorpecentes. De qualquer forma, o caráter de *vingança* foi bastante acentuado nas explicações para esta tragédia, ficando circunscrita a um caso de retaliação pessoal e explicada como crime comum. No entanto, o simples fato de ele pertencer a um grupo visível, um ator que participa e atua nos limites do mundo do futebol profissional, que é uma Torcida Organizada, fez com que toda a imprensa esportiva exercesse forte pressão contra os torcedores organizados, deixando, portanto, o fato de ser relatado apenas como um crime comum. Nesses termos, colocaram o problema de forma mais pública.

Em meados da década de 1990, a violência envolvendo torcedores de futebol entra definitivamente para a agenda pública nacional. O trágico episódio da “batalha campal do Pacaembu”, em 1995, foi exibido e lembrado dezenas de vezes pelos meios de comunicação de massa, tornando-se o mais emblemático da época. Neste episódio, Palmeiras e São Paulo disputavam a final da Copa São Paulo de Futebol Júnior quando torcedores de ambos os times invadiram o gramado e se enfrentaram com paus, pedras e outros artefatos, resultando na morte de um torcedor e numa centena de feridos, dos quais mais de vinte policiais. A partir de então, o poder público começou a tomar uma série providências a fim de combater a violência no futebol.

Essas medidas, todavia, não impediram que novos confrontos ocorressem na última década. Pelo contrário, nesse período, o número de mortes de torcedores sofre um aumento substancial. De acordo com a pesquisa LI-Ibope (apud LANCE!, 2010), publicada em agosto 2010, das cinquenta e uma mortes ocorridas no futebol brasileiro⁹⁶ até então, quarenta e uma (80%) delas ocorreram na primeira década deste século. Segundo esse estudo, é nesse período também que os homicídios ligados ao futebol, antes mais concentrados em São Paulo, espalham-se pelo país⁹⁷. Já a pesquisa UERJ-Universo (apud RANGEL, 2009) indica que, entre 1999 e 2008, quarenta e dois torcedores foram mortos em confrontos com outros torcedores ou com a polícia, sendo que quatorze destes homicídios ocorreram apenas entre 2007 e 2008. A figura 2 indica alguns desses incidentes, além de apontar para outros casos de violência que repercutiram nos meios de comunicação a partir do ano 2000.

⁹⁶ Trata-se do número de fatalidades ligadas ao futebol, mesmo que indiretamente.

⁹⁷ São Paulo é o estado com maior número de mortes: 17. Mesmo número de óbitos somados em três estados: Minas Gerais (7), Rio de Janeiro (5) e Rio Grande do Sul (4) (LI-IBOPE apud LANCE!, 2010).

Figura 2. Alguns casos de violência

Um desses casos ocorreu em 2006, após o Corinthians ser eliminado pelo River Plate da Copa Libertadores da América. Torcedores corintianos, localizados em frente ao portão principal do estádio do Pacaembu, derrubaram o alambrado e tentaram invadir o campo. A polícia respondeu com bombas e golpes de cassetete, gerando feridos e confusão. No ano seguinte, durante jogo válido pela série C do Campeonato Brasileiro, parte do anel do estádio da Fonte Nova, em Salvador, desabou, provocando a queda de vários torcedores e deixando oito mortos. Dois anos depois, em 2009, no final do jogo entre Corinthians e São Paulo, por medida de segurança, a polícia impediu a saída dos corintianos antes que os são-paulinos deixassem o Morumbi, provocando confronto entre as partes. Na confusão, a polícia lançou bombas de efeito moral nos torcedores, que, assustados, recuaram derrubando quem estava atrás. Com isso, cerca de quarenta pessoas foram pisoteadas. Semanas depois, no Pacaembu, a torcida santista também entrou em conflito com a polícia, o que provocou nova confusão e corre-corre nas arquibancadas.

No mesmo ano, em partida válida pelas semifinais da Copa do Brasil entre Corinthians e Vasco, torcedores de ambos os clubes entraram em confronto na Marginal Tietê, antes do jogo, resultando na morte de um corintiano. Logo após o jogo, em represália ao assassinato, torcedores do Corinthians incendiaram um ônibus da torcida do Vasco. No final de 2009, na última rodada do Campeonato Brasileiro, torcedores do Coritiba, revoltados com o rebaixamento da equipe, destruíram parte das dependências do estádio Couto Pereira e invadiram o gramado, entrando em confronto com a polícia. Fora do estádio, uma mulher foi atingida por uma bomba caseira quando voltava para a casa de ônibus e perdeu parte da mão esquerda. No mesmo dia, na festa de comemoração do título do Flamengo, torcedores do clube carioca brigaram entre si e entram em confronto com a polícia.

No ano seguinte, em partida válida pelo Campeonato Paulista entre São Paulo e Palmeiras, foi registrada uma série de confrontos entre torcedores de ambos os times nas cidades de São Paulo, Santo André e Jundiaí. Durante as brigas, uma bomba explodiu antes de ser arremessada e um dos torcedores teve de ter sua mão direita amputada. Outro não resistiu aos ferimentos e morreu. Ao longo do mesmo campeonato, um torcedor da Ponte Preta foi baleado após a sua equipe enfrentar o Corinthians em Campinas. No mesmo dia, outro grupo de torcedores da Ponte Preta foi parar na delegacia após tentar invadir a sede de uma torcida organizada do Guarani. Na Bahia, um torcedor foi baleado na cabeça nos arredores do estádio Pituaçu, depois do clássico local entre Bahia e Vitória pelo campeonato estadual. Em Belo Horizonte, durante um evento de “vale-tudo”, ocorreu uma briga entre torcedores do Atlético Mineiro e do Cruzeiro. A briga deixou feridos e um torcedor foi assinado. Em Realengo, Rio

de Janeiro, antes do jogo entre Flamengo e Vasco pela 12^o rodada do Campeonato Brasileiro, dois torcedores foram baleados. No mesmo dia, houve também registros de tumultos em Bonsucesso, Zona Norte do Rio. Em Goiânia, também durante o Campeonato Brasileiro, um homem foi espancado por cerca de trinta torcedores do Goiás, depois da partida contra o Botafogo.

Os episódios relatados, assim como diversos outros, têm mobilizado o processo de construção do problema social em questão – sua entrada na agenda pública e nas pautas das políticas sociais. A fim de apresentarmos e discutirmos esse processo, estruturamos este capítulo do mesmo modo que estruturamos o anterior. Assim, num primeiro momento (4.1), abordamos os *claims-makers* e as audiências desse problema. Num segundo momento (4.2), voltamos nossa atenção para as interpretações dadas por esses agentes ao assunto. E, num terceiro momento (4.3), abordamos as políticas de contenção mobilizadas por essas interpretações.

4.1 *Claims-makers* e audiências

Assim como no resto do mundo, os principais *claims-makers* e audiências do problema social em questão são os jornalistas, as autoridades públicas, os dirigentes desportivos, os acadêmicos e os torcedores, mais especificamente os torcedores organizados. Em relação aos primeiros, Escher e Reis (2005) observam que a mídia, sobretudo a televisão, é hoje a principal fonte de receitas dos clubes, fazendo com que estes últimos se submetam quase que completamente aos seus interesses comerciais⁹⁸.

Diante disto, ressaltam os autores: “[...] como a venda de ingressos não é a principal fonte de receitas dos clubes, os dirigentes parecem não se importar com os torcedores, mantendo, assim, o estádio em forma decadente.” (ESCHER; REIS, 2005, p. 27). Banheiros sujos, falta de assentos, milhares de pontos cegos nas arquibancadas, poucas opções de lanchonetes, corredores estreitos que dificultam a circulação, longas e demoradas filas nas bilheteria, falta de sinalização adequada, escassez de vagas nos estacionamento próximos e dezenas de cambistas e flanelinhas nos arredores são problemas frequentes nos estádios brasileiros.

Além disso, o fato de a televisão ser a principal fonte de receitas dos clubes também faz com que os dirigentes marquem os jogos conforme o horário das emissoras. Assim, muitas

⁹⁸ Apenas para indicarmos o tamanho desta receita, o direito de transmissão do Campeonato Brasileiro de 2008 foi, segundo Erich Beting, editor-executivo do site “Máquina do Esporte” e comentarista do canal BandSports, vendido por USD\$ 220.863.500,00. Valor que, em 1998, era de USD\$ 60.000.000, 00 e, em 1987, de apenas USD\$ 3.000.000,00 (informação transmitida por email em 21/05/2009).

vezes, para se encaixar na grade de programação, os jogos são marcados em um horário bastante avançado, encerrando quase à meia-noite, o que dificulta bastante a volta do torcedor para casa. Afinal, nesse horário, o transporte público torna-se bastante complicado, mais escasso e inseguro.

A transmissão televisiva, não apenas tem levado nossos dirigentes a se importarem pouco com o torcedor que frequenta os estádios brasileiros, como também tem sido decisiva nos julgamentos desportivos atuais. Prova disto é que o atual Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) vem julgando os acontecimentos ocorridos dentro do campo com base na análise das imagens televisivas. Inclusive, diversos jogadores já foram punidos por causa dessas imagens, mesmo não tendo sido expulsos ou recebido qualquer advertência durante a partida (ESCHER; REIS, 2005).

Este e os outros fenômenos aqui relatados são indicativos de que a televisão passou a ser um elemento decisivo aqui no Brasil, e no mundo de um modo geral, na definição da organização e do modelo de futebol a ser seguido – influenciando tanto os modos de produção quanto os de veiculação e recepção desse esporte. Conforme assevera Betti (2001), o futebol transformou-se em um esporte *da* mídia, ou seja, feito para atender as exigências e necessidades desta última. Mais ainda, em um esporte que, quando transmitido, ganha características próprias, sobrepostas a do próprio esporte em si. As câmaras e microfones nos oferecem ângulos, imagens e sons que só são possíveis de serem experienciados em frente à “telinha”. Só através dela podemos ver, por exemplo, em close o suor escorrendo no rosto de nossos craques. Só através dela podemos sentir, portanto, uma série de sensações e emoções que não podemos vivenciar dentro do estádio.

Todavia, diferentemente do que poderíamos crer num primeiro momento, não é intenção da televisão recriar as emoções vividas dentro do estádio para o telespectador. Não existe uma transposição de afetos. Nas palavras de Escher e Reis (2005, p. 31),

você não se sente dentro do estádio assistindo uma partida pela TV. Na verdade, o que parece acontecer é exatamente o contrário, um processo inverso, uma tentativa de transpor emoções virtuais para dentro do estádio, com a proliferação de telões dentro do ambiente esportivo. Os novos estádios europeus, ultramodernos, já possuem telões para seus espectadores, que mesmo nesses lugares, ficam dependentes de imagens virtuais. Os torcedores assistem o real, mas legitimam esta assistência olhando para o telão.

Essa telespetacularização do futebol não significa, no entanto, que haja uma tendência inevitável ao esvaziamento dos estádios, que o torcedor não queira mais festejar e se

emocionar junto à multidão nas arquibancadas. A maioria dos estádios dos grandes clubes europeus permanece cheia e o Campeonato Brasileiro, apesar da desorganização, do alto preço dos ingressos, da má-conservação dos estádios, da violência, do baixo nível técnico e tático – causado pela venda prematura de nossos jovens craques para o exterior – vem registrando uma boa média de público se comparada com os anos anteriores. Prova disto é que a média de público do Campeonato Brasileiro de 2009 foi a maior desde 1987, conforme nos indica a figura abaixo.

Figura 3: Médias de público pagante no Campeonato Brasileiro

Fonte: Guia do Brasileirão 2011 da Revista Placar

A boa presença de público nos estádios brasileiros e estrangeiros nos sugere que, embora a virtualização seja um processo que tenha impactado fortemente o futebol, “[...] existe uma necessidade dos torcedores de fazerem parte do contexto do clube, a identificação dos torcedores passa pelo apoio ao clube, por se sentir importante ao mesmo, e para tanto é necessário estar junto com a equipe no estádio, não pela TV.” (ESCHER; REIS, 2005, p. 34). É preciso dizer “eu estava lá!”. “Eu apoiei meu time quando ele mais precisou!” “Eu nunca vou te abandonar!”, como cantam os fiéis corintianos. Faz parte do processo de autoafirmação dos torcedores (ou, ao menos, de parte deles) ser, também, protagonistas do evento, e não meros telespectadores anônimos. Vivenciar a experiência de assistir a uma partida de futebol num estádio lotado e compartilhar esta experiência com a multidão ainda causa uma emoção ímpar, muito diferente daquela proporcionada pela televisão.

Mas se a telespetacularização do futebol não chegou a afastar propriamente o torcedor dos estádios, ela, segundo Murad (2007), amplificou aqui no Brasil, do mesmo modo como ocorreu na Inglaterra, o fenômeno da violência no futebol – deixando a impressão de ser maior e mais grave do que em realidade o é. Nas palavras do autor,

contrariamente àquilo que é divulgado nos meios de comunicação e constadas representações coletivas, a imensa maioria das torcidas é constituída por um público pacífico, embora vibrante, apaixonado; e a maior parte dos atletas é dotada de um grau satisfatório de consciência profissional e de *fair play* (redução do número de cartões, segundo dados da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e da União de Associações de Futebol Européia – Uefa em 2004 e 2005), reforçado pelo crescimento médio de seu nível de cultura e escolaridade. Nessa variável o avanço é empiricamente observável e já está confirmado pela pesquisa universitária de diversas instituições. (MURAD, 2007, p. 34).

Ou seja, a violência existe, mas é praticada por uma minoria, que acaba parecendo ser maior por conta de sua sistemática presença nos meios de comunicação, isto é, por conta de sua telespetacularização. Seguindo as reflexões de Bourdieu (1997), esta telespetacularização está atrelada à busca encarnizada e desenfreada dos jornalistas pela audiência, que condiciona, em certa medida, os critérios de noticiabilidade. Afinal, sem audiência, ninguém tem interesse em investir em publicidade e, sem esta, as empresas jornalísticas não têm como ganhar dinheiro. Mas quais são exatamente esses critérios? Quais acontecimentos têm valor jornalístico e quais não têm?

Segundo Giró (2007), há um extenso repertório de critérios para decidir o que merece a categoria de “notícia” e o que não merece, sendo que alguns deles são comuns na maioria

das redações. Um primeiro critério é, evidentemente, não publicar matérias que prejudiquem os interesses da empresa jornalística, sobretudo os econômicos. E aqui é importante destacar que, em geral, os bancos são os principais acionistas dessas empresas e que, independentemente do que pensam os redatores, o editor-chefe tem sempre a palavra final. Ele pode tanto censurar quanto impor por decreto a publicação de uma matéria. Um segundo critério é se a divulgação da matéria fere alguém. Se ferir e se isto reforçar a posição do jornal, ela possui altas probabilidades de ser publicada. É bastante provável, por exemplo, que um jornal de oposição leve a público estatísticas sobre violência se estas prejudicarem a imagem do governo.

Um terceiro critério é o da proximidade. Quanto mais próximo do público for um acontecimento, maior será a probabilidade de ele repercutir nos meios de comunicação. Afinal, mais chances tem de chamar a atenção das pessoas, uma vez que possui uma relação mais direta com suas vidas. A situação do trânsito na cidade onde moramos costuma nos interessar mais do que a situação do trânsito em outras cidades, por exemplo. Um quarto critério é a surpresa: algo que é repentino – como muitos dos episódios de violência – costuma despertar o temor e a curiosidade das pessoas. A surpresa está intimamente ligada com o quinto e último critério: a novidade. Os jornalistas estão sempre em busca de novidades, do excepcional, do que não é ordinário, mas sim extraordinário, como diria Bourdieu (1997). Eles, de acordo com o sociólogo,

interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*. O que pode ser banal para os outros poderá ser excepcional para eles ou ao contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano, não é fácil... Daí o lugar que conferem ao extraordinário ordinário, isto é, previsto pelas expectativas ordinárias, incêndios, inundações, assassinatos, variedades. Mas o extraordinário é também e sobretudo o que não é comum com relação a outros jornais. É o que é diferente do ordinário e o que é diferente do que os outros jornais dizem do ordinário, ou dizem ordinariamente. É uma limitação terrível: a que impõe a perseguição do *furo*. (BOURDIEU, 1997, p. 26-27, grifos do autor).

Perseguição que faz com que esses profissionais frequentemente apresentem o conteúdo das matérias jornalísticas de modo simplificado. Além disto, saber por que algo ocorreu exige formação e tempo e estes são elementos custosos para os meios de comunicação (GIRÓ, 2007). Não é por menos que, volta e meia, a violência no futebol recebe

um tratamento sensacionalista, no qual são exploradas imagens impactantes, figuras retóricas fáceis e *slogans* que costumam encantar o senso comum.

Pimenta (1997), por exemplo, realizou um levantamento de 1.100 matérias publicadas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo, A Gazeta Esportiva, Folha da Tarde, Jornal da Tarde e Notícias Populares sobre o tema “futebol e violência entre torcidas organizadas” e encontrou as seguintes manchetes sobre o assunto: “Ações adversárias ameaçam e seqüestram seus inimigos.” (Folha de S. Paulo, 02/11/1988), “Até papa ameaçado pela torcida.” (Folha da Tarde, 27/05/1989), “A torcida inspirada no crime.” (O Estado de São Paulo 04/10/1992), “Terror uniformizado ameaça encanto do futebol.” (O Estado de São Paulo, 04/10/1992), “Massacre no Pacaembu! Corpos destroçados no gramado.” (Notícias Populares, 21/08/1995), “Vitória dos marginais.” (A Gazeta Esportiva, 21/08/1995), “Pacaembu vira uma Bósnia.” (Diário Popular, 21/08/1995), “PM nunca viu tanta violência” (Jornal da Tarde, 21/08/1995), “Futebol paulista é refém do vandalismo.” (O Estado de São Paulo, 21/08/1995).

Esse tratamento sensacionalista dado ao tema tem levado os torcedores organizados a tecer inúmeras críticas aos meios de comunicação. Críticas que, no entanto, não parecem tê-los impedido de se encantar com esses meios, com a possibilidade de aparecerem na “telinha” ou na primeira página do jornal. Possibilidade que, segundo Toro (2004), é reduzida ao papel de “vilão”, uma vez que esses torcedores são enunciados e denunciados como os principais responsáveis pela violência nos estádios⁹⁹. Papel que, de certa forma, está ligado ao fato de eles não possuírem voz na imprensa. Como nos indica o autor, eles não são utilizados como fontes jornalísticas, mas sim as autoridades policiais e públicas de uma forma geral, que não apenas fornecem informações detalhadas sobre a violência dos torcedores, mas que também emitem opiniões e explicações sobre o assunto.

Em relação a essas autoridades, podemos observar o engajamento do Ministério Público, de alguns políticos e da polícia no debate sobre a contenção da violência no futebol. No caso particular desta última, ela ocupa aqui, basicamente, dois papéis. O primeiro, e principal deles, é o de “impositor de regras”. O policial é, antes de tudo, aquele que impõe

⁹⁹ Aqui, cabe observar que o Manual de Redação e Estilo do LANCE! (2008) possui um tópico específico sobre a posição do jornal em relação a esses torcedores e à maneira de abordá-los. De acordo com o tópico, “o LANCE! é a favor da livre manifestação dos torcedores. Não é contra a formação de torcidas organizadas, desde que respeitem os limites da esportividade, da civilidade e da convivência pacífica. As organizadas, quando exercendo o papel de incentivo aos seus clubes e quando representativas da satisfação ou insatisfação do torcedor com desempenho dentro do campo, devem ser tratadas sempre como TORCIDAS. No entanto, quando grupos descambam para os conflitos, para a violência dentro e fora dos estádios, ameaçando a sua própria integridade e a de terceiros, trocam a camisa do torcedor pela da baderna, afrontam a lei e a ordem pública passam a ser chamados, nas páginas do LANCE!, de FACÇÕES.” (p. 22, destaques do autor).

uma regra ou, mais exatamente, o cumprimento da lei. “Quando as regras são alteradas, ele pune o que antes era comportamento aceitável, assim como deixa de punir o comportamento que foi legitimado por uma mudança nas regras.” (BECKER, 2008, p. 161).

A fim de justificar essa sua posição de “impositor de regras”, as autoridades policiais costumam, de acordo com o autor, enfrentar um duplo desafio.

Por um lado, [devem] demonstrar para os outros que o problema ainda existe; as regras que supostamente [devem] impor têm algum sentido, porque as infrações ocorrem. Por outro lado, [devem] mostrar que suas tentativas de imposição são eficazes e valem a pena, que o mal com que supostamente [devem] lidar está sendo de fato enfrentado adequadamente. (BECKER, 2008, p. 161-162).

Assim, quando estão em busca de mais recursos, seus argumentos oscilam, em geral, entre dois tipos.

Primeiro, dizem que, em decorrência de seus esforços, o problema a que se dedicam se aproxima de uma solução. Mas, ao mesmo tempo, dizem que o problema está talvez mais grave que nunca (embora não por culpa delas próprios) e requer um esforço renovado e intensificado para mantê-lo sob controle. (BECKER, 2008, p. 162).

Ao fazer estas afirmações, as autoridades policiais fornecem boa razão para a sua existência. Todavia, diferentemente do que geralmente diz a literatura acadêmica, podemos notar que essas autoridades não se limitam ao papel de “impositores de regras” – ao menos no universo do futebol. Afinal, aqui, elas – sobretudo aquelas que ocupam o topo da estrutura das corporações policiais – atuam também, ao lado das outras autoridades públicas supracitadas, como “criadores de regras”, participando ativamente do debate acerca do conteúdo das regras sociais. Muitas das atuais leis e medidas reguladoras da organização do espetáculo esportivo foram, por exemplo, formuladas em cima de discussões que contaram com a presença marcante de representantes da Polícia Militar (PM). Frequentemente, estes negociam com outros *claims-makers* o que pode e o que não pode ser feito dentro e fora dos estádios em dias de jogos.

Além de participar desta negociação, as autoridades policiais e as autoridades públicas de uma forma geral, em muitos momentos de nossa história, sobretudo no regime militar, utilizaram o futebol para legitimar o governo vigente. O ex-presidente Médici, por exemplo, apostou todas suas “fichas” na Copa do Mundo de 1970 a fim de ganhar popularidade e abafar um dos períodos mais autoritários da história nacional. Neste caso, como observa Ramos

(1984, p. 110), “o futebol foi cúmplice de prisões lotadas de presos políticos. Torturas e assassinatos conviveram com a Copa de 70”.

Entretanto, como nos recorda Juca Kfoury (1983), o Brasil também ganhou Copas do Mundo em períodos democráticos, como, por exemplo, em 1958 e 1962 com os então presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e nem por isso ambos escaparam de morrer com seus direitos políticos cassados. Além do mais, como observa Florenzano (2009 p. 25-26, grifo do autor),

[...] ao revistarmos um tema sobre o qual recaem todas as certezas erguidas pela tese do futebol como *ópio do povo*, deparamo-nos com uma significação imaginária social, que antagônica à visão de mundo imposta pelo regime militar, escapava-lhe ao controle, driblava a linha defensiva do aparato repressivo e alcançava as camadas populares, propagando-as, através delas, pelos diversos coletivos de atletas. [...] Inversamente à convicção consolidada pela historiografia de esquerda, o futebol da Seleção de 70 não se deixava manejar tão facilmente pelos grupos dominantes; não encerrava uma significação unívoca, ao contrário, estava muito longe de veicular uma mensagem ideológica isenta de ambiguidades, duplos sentidos e deslizamentos semânticos.

Assim, sem nos aprofundarmos muito na questão a fim de não perdermos nosso enfoque, podemos dizer que, embora explorados pelo regime militar, é possível questionarmos os efeitos sedativos e narcotizantes do tricampeonato de 1970 e do futebol de um modo geral. Como veremos melhor no próximo tópico, o futebol – sendo a experiência histórica da “Democracia Corintiana” um exemplo emblemático – pode ajudar a mobilizar e a organizar as pessoas numa coletividade politicamente atuante. O que nos indica certamente que ele não pode ser apropriado pelas autoridades públicas sem despertar certa ambiguidade e resistência por parte de outros setores da sociedade, como os torcedores organizados.

A relação entre estes últimos e as autoridades é constantemente marcada por tensões e conflitos. Após a “batalha campal do Pacaembu”, por exemplo, o promotor público Fernando Capez solicitou a extinção das torcidas organizadas Mancha-Verde, do Palmeiras, e Independente, do São Paulo. Tal solicitação foi acatada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo¹⁰⁰. As tensões e conflitos entre autoridades e torcedores organizados também pode ser observada nas constantes denúncias desses torcedores de exageros e abusos na ação da polícia. Entre os maus-tratos praticados pelos policiais, Santos (2004, p. 116) observa que os torcedores relatam, por exemplo, “[...] espancamento, ter a cabeça enfiada na bacia sanitária

¹⁰⁰ Para voltar aos estádios, essas torcidas acabaram tendo de ser refundadas com outros nomes. A Mancha-Verde tornou-se Mancha Alviverde e a Independente, Tricolor Independente.

do banheiro do estádio.” A hostilidade entre policiais e torcedores organizados é tamanha que, de acordo com a autora, gera frequentemente “[...] a guerra e a impessoalidade de maneira que eles parecem se perceber mais como inimigos, do que como fazendo parte de uma sociedade regida por contrato.” (p. 115).

A relação entre eles, no entanto, não é marcada apenas por conflitos. Antes dos clássicos e jogos mais importantes, são frequentes hoje em dia os encontros dos chefes de torcidas com o comando da polícia. Encontros estes que, por vezes, também ocorrem em outras oportunidades. No Brasil, como já indicamos, a violência no futebol tornou-se objeto habitual de discussões e debates a partir da segunda metade da década de 1980. Estas discussões e debates não se deram apenas na mídia, mas também em eventos que contaram com vários segmentos vinculados ao futebol. Em 1989, o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Jornal da Tarde (JT) promoveram um debate que contou com a presença de jornalistas, psicólogos, árbitros, cineastas e oficiais da polícia militar. Tal evento foi intitulado “Violência nos estádios: caso de polícia ou de política?”. Já em 1992, a TV Gazeta promoveu outro evento da mesma natureza, que contou com a presença de cronistas esportivos, técnico de futebol, da então sexóloga Marta Suplicy, do pugilista Maguila e do então secretário de segurança pública do Estado de São Paulo Pedro Franco Campos (TOLEDO, 2001).

Nestes dois eventos, os torcedores organizados tiveram um papel secundário, de espectadores apenas. No realizado na TV Gazeta, eles chegaram inclusive a protestar. Afinal, embora tivessem sido convidados a entrar no estúdio da referida TV, não foram autorizados a participar da discussão propriamente.

Membros de várias torcidas uniformizadas [Gaviões da Fiel, TUP – Torcida Uniformizada do Palmeiras, Camisa 12, Torcida Jovem do Santos, Leões da Fabulosa, TUSP – Torcida Uniformizada do São Paulo], convidadas a participarem do debate, recusaram-se a entrar em cena. Por meio de uma carta-manifesto assinada por seus presidentes, alegaram que não teriam “um tratamento compatível”, pois ficariam nas arquibancadas armadas no estúdio e não na mesa propriamente dita. (GAZETA ESPORTIVA apud TOLEDO, 2001, p. 138).

Em outubro de 1992, outro debate sobre o assunto foi promovido. Desta vez, organizado pela Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo (ACEESP). Embora a discussão não tenha ficado circunscrita apenas ao problema da violência, mas também tenha abrangido a visibilidade do futebol profissional enquanto investimento, empreendimento, espetáculo, entretenimento, lazer, reserva de mercado e domínio político, os torcedores, segundo Toledo (2001), jamais estiveram no centro da discussão das autoridades

de modo tão público. “Atualmente, avaliavam alguns, a própria sobrevivência do futebol passava também pelo comportamento nas arquibancadas.” (p. 130).

Tal evento lotou o auditório da Federação Paulista de Futebol (FPF), que recebeu inúmeras personalidades ligadas ao mundo do futebol. Os torcedores organizados mais uma vez tiveram de ficar na plateia, mas, desta vez, contaram ao menos com um microfone para que pudessem se manifestar. Na mesa de discussão, encontravam-se representantes do Conselho Arbitral, o então presidente da FPF, José Eduardo Farah, dirigentes de clubes, um representante da Secretária de Segurança Pública (SSP) e a PM, representada pelo major Resende. Esta distribuição espacial dos presentes, segundo o autor, “[...] denunciava claramente os atributos e atribuições de cada grupo participante.” (TOLEDO, 1996, p. 140),

Isto, certamente, nos indica que a relação estabelecida entre torcedores organizados e autoridades públicas e, também entre esses torcedores e dirigentes desportivos, era – e ainda é – bastante assimétrica no debate em questão. Nele, o “direito à palavra” não é igualmente distribuído. A possibilidade de um torcedor organizado tomar a palavra e ser ouvido parece ser bem menor do que a de uma autoridade ou dirigente. O primeiro não é não colocado na condição de um emissor legítimo, uma vez que não é dada a ele a possibilidade de falar de um lugar legítimo. A palavra que deve ser escutada, acreditada, obedecida não é a dele. Esta censura, ao mesmo tempo brutal e escondida, retira do seu discurso parte de sua força simbólica, uma vez que esta, como observa Bourdieu (2003), é definida em função do valor social do emissor. “O que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social.” (p. 155).

Esta relação assimétrica de posições não apenas era produzida e reproduzida pela distribuição espacial do evento, mas também parecia orientar as propostas nele apresentadas pelas autoridades e dirigentes. Assim, tais propostas, que serão mais bem analisadas no tópico 4.3, indicavam, segundo Toledo (1996), que se, por um lado, existia uma tendência por parte das autoridades e dirigentes de incorporar as torcidas organizadas no universo profissional; por outro, esta deveria “[...] ser imposta antes pelo controle desses torcedores que pela participação nas estruturas que organizam o esporte e o futebol.” (p. 144).

Nos anos subsequentes, esses eventos continuaram. Ainda nos anos 90,

o metrô de São Paulo, preocupado com a dimensão que poderiam atingir os atos de violência praticados em suas estações, realizou uma campanha de grande vulto, objetivando evitar maiores danos no patrimônio da empresa e transtornos a seus usuários. Reuniu-se com as “Torcidas Organizadas”, Polícia Militar, Federação Paulista de Futebol e Imprensa e colocou um

grupo de pesquisadores a campo, no sentido de detectar as prováveis razões para tais acontecimentos. (PIMENTA, 1997, p. 75).

Os próprios torcedores organizados, a FPF, os veículos da mídia e até mesmo a Legião da Boa Vontade (LBV) também ajudaram na promoção de outros eventos. Além destes, diversas outras reuniões entre os torcedores organizados e outros envolvidos na realização do espetáculo futebolístico, como a PM, vem ocorrendo. Conforme já observamos, esta tem realizado encontros antes da realização de grandes jogos com os torcedores organizados e, também, com os dirigentes desportivos.

Em relação a estes últimos, eles possuem uma relação bastante híbrida e conflituosa com a imprensa. Se, por um lado, os dirigentes desportivos são habitualmente convidados a participar de telejornais e programas esportivos, alimentando sua audiência¹⁰¹; por outro, são constantemente acusados pelos jornalistas de má gestão e de envolvimento com corrupção. Talvez, o mais emblemático caso de denúncia desta natureza tenha sido motivado por uma série de reportagens investigativas feitas, a partir de 1999, pelo jornal Folha de S. Paulo sobre o contrato entre a Nike e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF)¹⁰².

Esta série de reportagens mobilizou a instalação, em 2000, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para investigar a legalidade de tal contrato. Entre os maiores críticos do contrato, estavam os jornalistas Juca Kfoury, Flávio Prado, José Trajano e o ex-jogador e colunista da Folha de S. Paulo Tostão. Todos eles foram convocados a depor na CPI, que, após nove meses de trabalho, finalizou um relatório de 1, 6 mil páginas, mas sequer conseguiu levar o texto final à votação no plenário. De concreto, apenas algumas alterações no contrato em questão (RIBEIRO, 2007).

No mesmo ano, outra CPI foi instalada no Senado Federal a fim de, entre outras coisas, investigar as dívidas dos clubes brasileiros com o INSS, que atingiam a marca de quase 200 milhões de reais. O texto final de tal CPI pedia o indiciamento de dezessete pessoas. Entre elas, o então presidente da Federação Paulista de Futebol, José Eduardo Farah, e o técnico Vanderlei Luxemburgo. Também pedia o indiciamento do presidente da CBF,

¹⁰¹ A relação entre dirigentes e alguns jornalistas chega a ser tão estreita que, segundo Ribeiro (2007, p. 300), descobriu-se que “[...] a ratificação de Felipão foi feita a partir da opinião do polêmico [jornalista] Milton Neves, consultado por Ricardo Teixeira, presidente da CBF, sobre quem seria o nome ideal para assumir o cargo de técnico da Seleção no lugar de Leão [em 2001].”

¹⁰² “Segundo o jornal revelou, o contrato era altamente lesivo à Seleção, com cláusulas abusivas, como a que dava à Nike o direito de escolher locais e adversários para o Brasil em cinquenta jogos ao longo de dez anos. A maior polêmica de todas as ingerências do patrocinador sobre a seleção teria sido a decisão da Nike de obrigar Ronaldo a participar do jogo decisivo [da Copa do Mundo de 1998] contra os franceses, mesmo tendo acabado de sair de um hospital.” (RIBEIRO, 2007, p. 296).

Ricardo Teixeira, acusado de crimes como lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. Entretanto,

às vésperas da disputa de mais uma Copa do Mundo, em 2002, na Coreia e Japão, o governo brasileiro decidiu que era hora de colocar um ponto final nessa briga política pela moralização do futebol. Nos bastidores, antes mesmo da conclusão dos trabalhos das duas CPIs, o presidente Fernando Henrique Cardoso convenceu seu ministro de Esportes, o ex-jogador Pelé, a sinalizar uma trégua geral de todos os envolvidos, inclusive dele, envolvido no mar de lama que não deixava as primeiras páginas e programas de rádio e televisão. [...] Pelé agiu como um político experiente e tratou de seguir, rápido, a orientação do presidente. Surgiu então o que ficou conhecido como “pacto da bola”, um acordo que antes da disputa da Copa do Mundo de 2002 transformou-se em MP, Medida Provisória, editada pelo governo. Sugeriam-se mudanças radicais na política esportiva brasileira, como a responsabilização de dirigentes, criação de clubes-empresa e um novo calendário de competições quadrienal. (RIBEIRO, 2007, p. 298).

Mas se relação entre os dirigentes e a imprensa é bastante híbrida, a relação entre eles próprios também é frequentemente marcada por disputas políticas por clubes, cargos e participação na política partidária¹⁰³. Alianças, conchavos e controvérsias são frequentes nessas disputas. A relação entre os dirigentes e os acadêmicos também é marcada por tensões, visto que os segundos, muitas vezes, acusam os primeiros de serem corruptos e incompetentes.

No que diz respeito ao universo acadêmico, Toledo (2001) observa que, no Brasil, o futebol passou a ser estudado de modo mais sistematizado apenas na década de 1980¹⁰⁴. Dos estudos desta época, o autor destaca duas coletâneas: “Futebol e Cultura – Coletâneas de Estudos”, em que historiadores brasileiros e brasilianistas enfocam o futebol do ponto de vista de sua história social e política, e “Universo do Futebol”, no qual antropólogos vinculados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro traçam “[...] uma análise cultural do futebol, cujo interesse, em primeiro lugar, é rebater e criticar a noção do futebol como *ópio* e fator de *alienação* do povo e, em segundo lugar, inaugurar uma antropologia voltada para os fenômenos esportivos” (p. 142, grifos do autor).

¹⁰³ De acordo com Toledo (2001), são inúmeros os jogadores e dirigentes de futebol que entram para a política. Entre os últimos, destacamos a chamada “Bancada da Bola”, que reúne congressistas ligados aos clubes e federações. Tal bancada foi, em 2006, decisiva para a implementação da Timemania, uma polêmica loteria que tinha como propósito ajudar os clubes de futebol a financiar e pagar suas dívidas.

¹⁰⁴ Vale ressaltar, todavia, que, segundo Giglio e Spaggiari (2010, p. 295, grifos dos autores), “[...] as primeiras contribuições dentro das ciências humanas para o estudo do futebol datam da década de 1940: ‘O papel da magia no futebol’, de Mário Miranda Rosa (1994), e a resenha do sociólogo Luiz Aguiar Costa Pinto (1947) do livro de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro*, então recém lançados. Ambos foram publicados na revista *Sociologia*, primeiro periódico científico de ciências sociais no Brasil, editado pela então Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (atual FESPSP).”

Na década seguinte, mais exatamente a partir de 1994, o futebol, de acordo com o autor,

passou a ser tema de curso na grade curricular de ensino de graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro [...]. Antes, em maio de 1990, foi fundado o Núcleo de Sociologia do Futebol, no departamento de Ciências Sociais, que procura veicular trabalhos e contribuições através de um periódico. Já no Museu Nacional/RJ consta do *folder* de ingresso no programa de pós-graduação em antropologia social a área ‘antropologia do esporte’. Em universidade como a PUC-SP também se desenvolvem pesquisas urbanas voltadas para as práticas esportivas em núcleos cujo trabalho coletivo e cooperativo têm dado bons resultados do ponto de vista da ampliação do *corpus* etnográfico. (TOLEDO, 2001, p. 135).

É na segunda metade dos anos noventa que os estudos brasileiros sobre futebol começam a finalmente focar a questão da violência¹⁰⁵. Prova disso é que, na revisão bibliográfica realizada nas bases de dados apresentadas no quadro 1, não encontramos dissertações de mestrado ou teses de doutorado que abordam diretamente o assunto anteriores ao ano de 1990, sendo que a grande maioria dessas produções foi publicada a partir do final dos anos noventa¹⁰⁶.

O fato de existir certa defasagem temporal entre essa produção e a veiculação do tema na mídia – intensificada no Brasil a partir do final da década de 1980, como já sublinhamos – nos sugere que, no momento de constituição da agenda do problema social em questão, ou não houve participação de acadêmicos¹⁰⁷ ou, no caso de ter ocorrida essa participação, foi sem sustentação em pesquisas. Também nos sugere certa morosidade do campo científico brasileiro em antecipar sua atenção a temas de mobilização social. É possível, inclusive, que a atenção dada por ele ao assunto tenha, em certa medida, sido uma resposta a uma demanda imposta pelo campo jornalístico, o que nos apontaria para certa influência da produção mediática sobre as produções acadêmicas sobre o tema.

Como podemos observar na figura 4, destas produções¹⁰⁸, sete são da área de Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia), seis de Psicologia, quatro de Educação Física, duas de Ciências da Comunicação, duas de Educação, duas de História e uma de Saúde Coletiva,

¹⁰⁵ Estes estudos, no entanto, ainda ocupam apenas uma pequena parte dos estudos sobre futebol. Prova disto é que, de acordo com o “Levantamento da produção acadêmica sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007”, realizado pelo GEFUT (SILVA, 2009), apenas 6% da produção sobre o tema aborda a questão da violência.

¹⁰⁶ Num total de vinte e quatro produções encontradas, nove foram publicadas entre 1990 e 1999 e quinze entre 2000 e 2010.

¹⁰⁷ Hipótese corroborada pela ausência destes nos eventos supracitados.

¹⁰⁸ Incluindo apenas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

sendo que a maioria delas se concentra em universidades situadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Podemos dizer, assim, que, apesar de nenhuma área possuir o monopólio sobre o assunto, existe uma distribuição desigual desta produção pelo território nacional. Além disto, também podemos afirmar que há uma desproporção entre dissertações de mestrado e teses de doutorado. Afinal, das vinte e cinco produções encontradas, vinte e duas são mestrados e somente três são doutorados.

Figura 4. Áreas de concentração das teses e dissertações sobre violência envolvendo torcedores de futebol

Embora possamos dizer que já haja certo corpo de produções acadêmicas brasileiras sobre o assunto, elas parecem ainda não ter encontrado espaço nos principais periódicos científicos nacionais. Por exemplo, ao consultarmos o SciELO Brasil, encontramos apenas dois artigos que abordam diretamente o assunto¹⁰⁹. Esse corpo de produções também parece constituir um campo de estudos muito incipiente. Prova disso é que essas produções ainda são individuais e isoladas, sendo raras as citações, contraposições de ideias, discussões ou críticas a outras pesquisas nacionais. Além do mais, são poucos os grupos de pesquisa com produções contínuas no país, condição *sine qua non* para o acúmulo de conhecimento. Além de

¹⁰⁹ O “Levantamento da produção acadêmica sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007”, realizado pelo GEFUT (SILVA, 2009), identificou três artigos sobre o assunto. No entanto, como utilizou critérios diferentes de busca, estes não coincidem com os encontrados no SciELO.

obscurecer a visibilidade acadêmica da área, essa dispersão dos estudos brasileiros sobre o tema dificulta seu aprofundamento teórico-metodológico.

Podemos dizer que algumas obras, todavia, tornaram-se referência na área, tais como “Torcidas Organizadas de Futebol”, de Luis Henrique de Toledo (1996), “Torcidas Organizadas de Futebol: violência e auto-afirmação”, de Carlos Alberto Máximo Pimenta (1997), e “Futebol e violência”, de Heloisa Reis (2006). Esta última parece ser também umas das autoras que mais tem debatido o assunto fora do circuito acadêmico. Além de aparecer ocasionalmente na mídia, a professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) teve uma participação bastante importante no processo de criação da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (Consegue), que se será abordada no tópico 4.3. Outros autores que têm discutido o assunto na mídia são Bernardo Buarque de Holanda e Maurício Murad. Este também participou de uma comissão da UEFA para o controle da violência nos estádios. Todos esses autores têm repensando os torcedores organizados não apenas como símbolos da violência nosso futebol, mas também como uma organização social importante que cria novas redes de sociabilidade.

Em relação a estes torcedores, eles têm atuado ativamente no processo de construção do problema social sob análise, uma vez que participam, ainda que muitas vezes de um lugar ilegítimo, de reuniões e encontros com as autoridades a fim de definirem estratégias de segurança nos estádios brasileiros. Além deles, destacamos a participação da Associação Nacional dos Torcedores e Torcedoras (ANT) nas discussões relativas ao futebol brasileiro. Fundada em outubro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro, a ANT é uma organização nacional sem fins lucrativos e que conta com aproximadamente 3 mil associados. Seu objetivo principal é fazer frente à elitização e, conseqüente, mercantilização do futebol brasileiro, que, por excluir grande parte do povo brasileiro dos estádios, também pode ser considerada uma forma de violência. Conforme indica o site da associação (www.torcedores.org.br), sua luta é contra:

1. A exclusão do povo brasileiro dos estádios de futebol, fruto de uma política deliberada de diminuição da capacidade dos estádios, extinção de setores populares dos estádios e aumento abusivo dos ingressos.
2. O desrespeito à cultura torcedora com a extinção de áreas populares como a geral, onde há uma tradição própria de participação no espetáculo que inclui assistir ao jogo de pé (o que acontece na Alemanha).
3. A falta de transparência no futebol brasileiro, há décadas nas mãos de dirigentes incompetentes e corruptos; exigimos a democratização das decisões acerca do futebol brasileiro com a participação dos torcedores; por

exemplo: as sucessivas e milionárias reformas do Maracanã, feitas sem nenhuma consulta aos torcedores.

4. A exploração politiqueria do futebol visando eleger candidatos que aproveitam-se da sua popularidade para conseguirem mandatos contra o povo.

5. O controle das tabelas e horários dos campeonatos na mão da rede de televisão que há décadas detém o lucrativo monopólio das transmissões televisivas de jogos de futebol; horário máximo de 20h para o início das partidas durante a semana e 17h aos domingos.

6. A retirada de comunidades de trabalhadores em nome da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

7. A falta de meios de transporte dignos durante os dias de jogos; exigimos esquemas especiais em dias de jogos.

Esta luta tem sido realizada através de atos públicos, que eventualmente tem chamado a atenção da imprensa. Além da ANT, destacamos a atuação de um movimento similar, a Frente Nacional dos Torcedores (FNT). A FNT nasceu em dezembro de 2010, oriunda de uma ruptura da ANT. Como a primeira, tem realizado atos públicos contra a elitização do futebol e contra alguns dirigentes esportivos específicos, como o presidente da CBF Ricardo Teixeira. Sob o lema “Futebol, Alegria e Liberdade”, a FNT se propõe a combater o chamado futebol moderno e todas as mazelas decorrentes do mesmo. De acordo com o seu site (www.frentedostorcedores.com.br), a ordem diretriz da associação é defender a sobrevivência do “espírito torcedor” nos estádios brasileiros, lutando contra:

I - A elitização do futebol;

II - A criminalização da cultura torcedora;

III- A "venda" dos estádios públicos, e a improbidade administrativa nas reformas e construções de estádios;

IV- A diminuição da capacidade dos estádios e a extinção dos setores populares dos estádios;

V- Ingressos caros e inacessíveis às camadas populares;

VI- Ausência de transparência na organização do futebol brasileiro;

VII- Ausência de participação do torcedor nas decisões político-administrativas do futebol brasileiro;

VIII- A exploração politico-partidária do futebol, no sentido nefasto politiqueria eleitoral;

IX- O monopólio das transmissões de jogos;

X- Os horários absurdos dos jogos na perspectiva de jogo- "sobremesa de novela";

XI- A retirada, exclusão social, de comunidades carentes em nome de mega eventos esportivos;

XII- Excesso e abuso de autoridades policiais em eventos esportivos;

- XIII- Inexistência de esquema especial de transporte público digno em dias de futebol;
- XIV- A "Lei Seca" nos estádios;
- XV- A vedação, sem nenhuma fundamentação, de materiais para a festa nas arquibancadas(instrumentos musicais, bandeiras, etc.);
- XVI- A criminalização dos sinalizadores e fumaças, afinal, pirotecnia não pode ser crime;
- XVII - A corrupção em qualquer ambiente socio-esportivo;
- XVIII - [...] o desrespeito com a natureza, e o descumprimento das leis ambientais, bem como de todo sistema legal pátrio, sob a falsa justificativa de celeridade nos procedimentos dos mega eventos esportivos.
- XIX - [...] a modernização do futebol que, da forma atual, ignora o espírito torcedor e a razão de existir desse esporte.

A relação da FNT, bem como da ANT, com as torcidas organizadas, aparentemente tem sido harmoniosa. Além de possuírem muitas bandeiras comuns, alguns dos filiados dessas associações também pertencem a torcidas organizadas. As principais características e modos de atuação dessas torcidas constituem justamente nosso próximo assunto.

4.2 Interpretações

No Brasil, a violência no futebol é quase sempre associada a um grupo específico de torcedores: os chamados torcedores organizados, que possuem modos específicos de organização e de participação do espetáculo futebolístico. Embora sejam escassas as análises acerca das possíveis singularidades das rivalidades e oposições simbólicas entre esses torcedores em cada região do país, temos um corpo de produções razoável acerca de suas diferenças e semelhanças com outros tipos de torcedores considerados violentos ao redor do mundo. A violência praticada pelos torcedores organizados é explicada de diferentes maneiras pelos *claims-makers* e audiências apresentados acima. Do mesmo modo que no capítulo anterior, essas explicações podem ser categorizadas em interpretações “internalistas” (4.2.1) e “externalistas” (4.2.2).

Antes de entrarmos na discussão acerca dessas explicações, é importante esclarecermos que tal discussão não se confunde com as análises realizadas na parte III. Enquanto que na referida parte estamos interessados em analisar o modo como o problema social em questão é, hoje em dia, simbolicamente construído; no presente tópico, apenas objetivamos indicar algumas das principais ideias que têm sido defendidas nas últimas décadas sobre o assunto. E, com isso, oferecer ao leitor uma espécie de “fundo histórico discursivo”.

A (re)construção desse “fundo histórico” é indispensável para a compreensão dos materiais analisados na parte III, afinal, a partir da perspectiva assumida por nós, nenhum discurso subsiste num vazio ontológico. Pelo contrário, todo discurso participa de uma tradição discursiva que o influencia e que, em certa medida, é influenciada por ele, constituindo, portanto, uma interpretação de uma interpretação (THOMPSON, 2000). Sendo assim, podemos dizer que esses materiais estão inseridos em um “campo pré-interpretado”, ou seja, em um contexto mais abrangente de explicações sobre o problema social em questão, participando de, e dialogando com, um debate que tem história.

Por conta dessa diferença de objetivos, os referidos materiais são diferentes dos analisados neste tópico. Enquanto o *corpus* da parte III limita-se a produções discursivas produzidas nos anos de 2009 e 2010, o *corpus* deste tópico engloba produções das duas últimas décadas. Além disto, enquanto o primeiro é constituído por artigos publicados em jornais de grande circulação e entrevistas, o segundo é constituído, fundamentalmente, por produções acadêmicas.

Feito este esclarecimento, também é importante, antes de enfocarmos o debate acerca das causas da violência no futebol brasileiro, apresentar algumas características dos torcedores organizados apontadas pela literatura especializada. Os torcedores organizados nem sempre estiveram presentes nos estádios brasileiros. Eles surgiram num momento em que o futebol já era uma paixão nacional, massificada pelo rádio. De acordo com Pimenta (1997, p. 65), “[...] não há uma cronologia exata de surgimento de grupos de torcedores organizados em torno do futebol no Brasil; no entanto, tem-se uma unanimidade entre os estudiosos, em apontar a década de 40 como marco inicial desses movimentos.” No Rio de Janeiro, por iniciativa do torcedor Jaime Rodrigues de Carvalho, nasceu aquela que é considerada a primeira torcida organizada do Brasil, a Charanga¹¹⁰ do Flamengo. “Em São Paulo, o agrupamento de torcedores simpatizantes de agremiações esportivas começa entre os são-paulinos, inspirados por Manoel Porfírio da Paz e Laudo Natel.”¹¹¹ (p. 64). Isto se deu em 1940, quando, um ano após Manoel Raymundo Paes de Almeida fundar a chamada Grêmio São Paulino, foi fundada a TUSP, Torcida Uniformizada do São Paulo. Pouco depois, ainda 1942, “[...] o jornal a Gazeta Esportiva e a rádio Gazeta promoveram o primeiro torneio entre torcidas uniformizadas de São Paulo.” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 79).

¹¹⁰ O termo “charanga”, de acordo com Santos (2004, p. 78), “[...] designa as pequenas bandas que freqüentam os estádios do Rio de Janeiro e do Nordeste do país.”

¹¹¹ Este último tornar-se-ia, mais tarde, governador do Estado de São Paulo.

Embora estes agrupamentos de torcedores sejam considerados os primeiros “organizados” no Brasil, eles, como nos indicam diversos autores (PIMENTA, 1997; SANTOS, 2004; TOLEDO, 1996, 2010), diferem bastante das torcidas organizadas atuais. Em primeiro lugar, porque não tinham uma estrutura burocrática e seus vínculos se davam diretamente com o clube de futebol, que muitas vezes financiavam suas despesas. Em segundo lugar, porque estavam muito associados a “torcedores símbolos”, que “[...] representavam toda a torcida do time e tinham prestígio na imprensa.”¹¹² (SANTOS, 2004, p. 78). Em terceiro lugar, porque a identificação de seus integrantes era apenas com o clube do coração, e não com o próprio agrupamento, como ocorre hoje em dia. Em quarto e último lugar, porque muito raramente se envolviam em distúrbios e ações violentas. Pelo contrário, a Charanga do Flamengo, por exemplo, não apenas “[...] permitia a participação das mulheres – numa época em que o futebol era visto como um esporte só para homens – [como] condenava com veemência possíveis atos de violência nas arquibancadas e procurava evitar o uso palavrões nos campos de futebol.” (PIMENTA, 1997, p. 66)¹¹³. A imprensa esportiva e os dirigentes dos clubes, inclusive,

[...] prestigiavam esses grupos de torcedores justamente por acreditarem que eles formavam um núcleo civilizado no meio da massa, com atribuições específicas para além do incentivo aos times, quais sejam o de coibir e fiscalizar outros torcedores, inibindo o mau comportamento generalizado. De fato, esses grupos uniformizados respondiam aos interesses daqueles que dirigiam os espetáculos, os ‘cartolas’ e à imprensa esportiva, e cumpriam, na visão de muitos, uma função normativa. (PIMENTA, 2010, p. 178).

Em comum com os torcedores organizados atuais, estes agrupamentos de torcedores tinham apenas “[...] o fato de acompanharem o time onde quer que ele fosse, planejar o espetáculo com antecedência, entre outras práticas.” (SANTOS, 2004, p. 79).

As torcidas organizadas como as conhecemos hoje são um fenômeno relativamente recente, sendo que as primeiras surgiram no final da década de 1960 e início da década de 1970.

¹¹² Segundo Santos (2004), os torcedores símbolos geralmente eram oriundos da organização institucional do futebol (políticos, funcionários de ligas e federações, dirigentes etc.) ou de certa “espontaneidade popular”, como a Elisa do Corinthians ou a tia Laura do São Paulo.

¹¹³ Na Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil, Jaiminho, o então chefe da Charanga, chegou, inclusive, a ser convocado pelos organizadores da Copa: “[...] sua função seria comandar, controlar, educar e civilizar a torcida brasileira no estádio do Maracanã durante a partida final do torneio entre Brasil e Uruguai [...]” (MONTEIRO, 2003, p. 57).

Nesse período, o Brasil caminha a passos largos em busca de desenvolvimento econômico e na medida em que a cidade de São Paulo avança no processo de aceleração urbana, as massas passam a ter um comportamento diferenciado nas arquibancadas dos estádios e começam a cobrar dos clubes, dos jogadores e dos dirigentes um melhor desempenho. A identificação desses grupos é percebida pela vestimenta, pela virilidade, pelos cânticos de guerra, pelas transgressões das regras legais, pelas coreografias, pelo sentimento de pertencimento ao grupo, etc. As restrições sócio-econômicas às pessoas que desejam fazer parte parece que não existem, dependendo apenas de formalizar e contribuir mensalmente, como é ao se tornar sócio de um clube de lazer. (PIMENTA, 1997, p. 66).

Já na primeira metade da década de 1990, as torcidas organizadas crescem significativamente. De 1991 a 1995, as principais torcidas organizadas de São Paulo, por exemplo, quadriplicam o seu quadro associativo: a Mancha Alviverde salta de 4.000 filiados para 18.000, a Tricolor Independente de 7.000 para 28.000 e a Gaviões da Fiel de 12.000 para 46.000. Destes novos filiados, a grande maioria é constituída de jovens entre 12 a 18 anos de idade (PIMENTA, 2000, 2003). Na década seguinte, os números de filiados das torcidas organizadas continuam subindo, e, em alguns casos, praticamente dobram. Em 2009, a Gaviões da Fiel atinge a marca de aproximadamente 85.000 sócios e a Tricolor Independente de 40.000 (SOARES; VINIC; DUARTE, 2009).

Embora esses números sejam significativos, Murad (2007) observa que, ainda assim, os torcedores organizados constituem apenas uma ínfima parte da totalidade dos torcedores. Seu exemplo é o Rio de Janeiro.

Neste ambiente urbano com quase 6 milhões de habitantes na cidade e mais de 14 milhões no estado, e tão sensível a magia do futebol, [...] os torcedores organizados e devidamente registrados não passam de 140 mil, segundo os arquivos da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (Astorj) [no] ano de 2001. (MURAD, 2007, p. 35).

As torcidas organizadas nos seus moldes atuais guardam muitas semelhanças com os *barras bravas* do resto da América do Sul e com os ultras do sul da Europa. Como veremos melhor adiante, embora, em geral, não manifestem xenofobia e/ou racismo¹¹⁴, como às vezes o fazem estes dois últimos grupos de torcedores¹¹⁵, elas compartilham e difundem, do mesmo

¹¹⁴ Uma das raras exceções parece ser parte da torcida do Grêmio, que se refere, ainda hoje, a do Internacional como “macacos”. A polícia gaúcha já identificou, inclusive, movimentos neonazistas infiltrados em torcidas organizadas gremistas.

¹¹⁵ De acordo com Freitas (2007, p. 18), na Argentina, por exemplo, “[...] a xenofobia e o racismo são persistentes nos gritos das torcidas, fato que muito raramente aparece nas cantigas dos estádios brasileiros. Por exemplo, para os argentinos o Outro, no aspecto étnico, são os paraguaios, os bolivianos (devido à predominância do biótipo indígena) e os brasileiros (devido à influência negra na composição da população).

modo que eles, certa “masculinidade agressiva”, que frequentemente as leva a discriminar os homossexuais – “[...] como já fizeram algumas torcidas organizadas do Flamengo em relação a um grupo auto-denominado Flagay, torcida que foi extinta pelos próprios flamenguistas após a sua fundação.” (MONTEIRO, 2003, p. 71).

Outro ponto comum entre os torcedores organizados e esses dois grupos de torcedores é que eles costumam transformar o espetáculo futebolístico – com suas imensas faixas, bandeiras, adereços, instrumentos musicais e coreografias de todos os tipos – numa experiência audiovisual extremamente estimulante. Além de constituírem um “[...] mecanismo ativo de pressão perante o clube e [...] um componente ativo do jogo de futebol; gradativamente ganham corpo, assumindo um espaço cada vez maior para suas manifestações no estádio e na sociedade.” (PIMENTA, 1997, p. 67).

Neste ponto, as greves, piquetes e boicotes das torcidas organizadas cariocas no início dos anos oitenta a fim de, entre outras reivindicações, exigir a diminuição do preço das entradas são emblemáticas. Tal iniciativa resultou no surgimento da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ), que propunha formalizar a relação entre essas torcidas e legitimá-las como uma força corporativa com influência na estrutura de poder do futebol (HOLLANDA, 2008).

Outra iniciativa emblemática foi a fundação da Confederação Nacional das Torcidas Organizadas (CONATORG), no final de 2010, que atualmente reúne algumas das principais torcidas organizadas brasileiras. A CONATORG tem promovido e participado de eventos para discutir os rumos do futebol brasileiro – como o I Seminário do Estatuto do Torcedor, realizado em Brasília – e atuado ativamente em campanhas contra a elitização do futebol e contra a criminalização do torcedor. Além disso, tem feito uma série de manifestações contra o atual presidente da CBF Ricardo Teixeira, como as realizadas na última rodada do primeiro turno do Campeonato Brasileiro de 2011. Especificamente em São Paulo, a CONATORG tem negociado com as autoridades públicas locais a volta das bandeiras com mastros no estado, proibidas desde 1995¹¹⁶.

Além da criação da ASTORJ e da CONATORG e das ações promovidas por essas entidades, são emblemáticas a greve promovida, em 1978, pela Torcida Uniformizada do

Quanto ao último povo, são chamados de *los macaquitos*, recurso verbal que recorre a [sic.] desumanização como forma de desprezo. É intrigante constatar que mesmo em jogos entre clubes nacionais a referência aos paraguaios, bolivianos e brasileiros, como forma de insulto, é frequente.”

¹¹⁶ A volta das bandeiras com mastros nos estádios paulistas estava prevista em um artigo do projeto de lei nº 177/2010, de autoria do deputado estadual Enio Tatto (PT-SP). Embora esse projeto tenha sido aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo em agosto de 2011, o artigo e todos os seus incisos foram posteriormente vetados pelo governador Geraldo Alckmin, sob o argumento de que as bandeiras poderiam servir como armas em confronto envolvendo torcedores.

Palmeiras (TUP) contra os desmandos da diretoria do clube; as críticas da Torcida Jovem do Santos à fórmula do Campeonato Paulista de 1981; ou ainda, mais recentemente, o boicote promovido, no Campeonato Paulista de 2010, pela Leões da Fabulosa, maior torcida organizada da Portuguesa, contra o aumento do ingresso cobrado pela diretoria do clube para os jogos contra os clubes considerados “grandes”.

Igualmente emblemática é a história dos Gaviões da Fiel, considerada a torcida organizada mais antiga do país – evidentemente, considerando apenas aquelas que possuem as feições atuais. Fundada em 01/07/1969 por um grupo de torcedores que se conheceu nas gerais do estádio do Pacaembu¹¹⁷, os Gaviões surgiram “[...] com o objetivo de fiscalizar e apontar todos os erros praticados pelos dirigentes do S. C. Corinthians Paulista, auto-intitulando-se assim os representantes da nação corinthiana junto à Instituição-Clube.” (PIMENTA, 1997, p. 67). No período, o presidente do Corinthians era “[...] o Sr. Wadi Welu e que, na ótica de certos torcedores, realizava um trabalho incorreto. Insatisfeitos, começaram a cobrar do comandante da nação corinthiana atitudes mais sensatas e satisfatórias para o sucesso do clube.” (p. 67). Nas palavras de Roberto Daga, sócio número 3 dos Gaviões, a começarem exigir o fim da “[...] ditadura que também predominava no Corinthians” (www.gavioes.com.br).

Os integrantes dos Gaviões se reuniam

nas arquibancadas em dias de jogos do “Timão” portanto faixas, bandeiras, camisetas do clube, instrumentos de percussão, e [passavam] a protestar contra o Sr. Wadi. Em alguns momentos surgiam os capangas contratados pelo presidente corinthiano para bater nos reivindicantes, arrancar-lhes os pertences, sob a alegação de que ali era lugar para torcer e não para protestar. O presidente do Corinthians, percebendo que aquele grupo era “Fiel” e resistia às pressões, resolveu propor a criação de uma “Torcida Organizada”, porém o grupo não aceitou a proposta. Continuaram a fazer uso da violência para manter o grupo nas arquibancadas, até que um dia esse grupo levou uma faixa ao estádio dizendo: “Os ‘Gaviões’ jamais acabarão”. Sob pressão e na intenção de reivindicar uma administração mais séria à frente dos negócios do Corinthians, nasce a “Gaviões da Fiel”, que se tornou a “Torcida Organizada” de maior respeito nos estádios de futebol. (PIMENTA, 1997, p. 68).

Durante a década de 1970, ainda que às vezes tenham adotado uma atitude ambígua em relação ao quadro político do clube, dispensando ao time um apoio que ocasionalmente

¹¹⁷ Setor que ficava em frente à antiga caixa acústica, onde hoje está localizado o “tobogã”.

confundia-se com o respaldo ao então presidente, Vicente Matheus¹¹⁸ (FLORENZANO, 2009), os Gaviões seguiram lutando pela democracia no Corinthians, defendo o voto do sócio-torcedor¹¹⁹. Luta esta que, no final da década, extrapolou os limites do clube. Em 1979, foram eles quem, pela primeira vez, desfraldaram em grande público uma faixa pela anistia no Brasil. Isso se deu num jogo entre Corinthians e Santos, quando mais de 110 mil pessoas lotaram as arquibancadas do Morumbi (KFOURI, 1983). No relato de seu ex-presidente Douglas Deúngaro, mais conhecido como “Metaleiro”, (apud SANTOS, 2004, p. 36),

numa época de ditadura, a Gaviões foi a primeira entidade que abriu uma faixa – “anistia ampla e irrestrita” – para cem mil pessoas. Na época o pessoal que estava saindo do país veio pedir para a Gaviões, porque eles aceitaram a idéia Gaviões. Eles disseram que ninguém tinha coragem de abrir uma faixa para cem mil pessoas: “você vão ter que abrir” e os Gaviões compraram a briga. [...] Na época foi todo mundo para o banquinho do Doi-Codi. O presidente na época era o Julião e os policiais vieram aqui e pegaram todo mundo. Ninguém tinha feito isso na época da ditadura, então, os Gaviões deram uma força diferente das outras torcidas.

Embora, como observa Florenzano (2009), tal ato fosse, não apenas uma tomada de consciência dos Gaviões contra o autoritarismo dos militares, mas também o resultado de uma disputa pelo poder na própria torcida,

[...] a faixa içada na trincheira alvinegra assinalava o alinhamento progressivo desta com o conjunto das forças democráticas que iriam desencadear, no início de 1984, o movimento pelas Diretas-Já, ponto de convergência dos movimentos sociais, políticos e culturais engajados na transformação do país. (FLORENZANO, 2009, p. 417).

Nesta época, início dos anos 1980, a luta política dos Gaviões amplificou-se e ligou-se, de certo modo, a dos atletas corinthianos ligados à chamada “Democracia Corinthiana”, que retomou e aprofundou certa tradição de autonomia no futebol brasileiro, instaurando o autogoverno coletivo da equipe e reivindicando o direito do jogador em se constituir em um sujeito ativo no processo decisório do clube e do universo futebolístico. Esta relação entre os Gaviões e tal movimento, no entanto, não se deu sem alguns conflitos.

¹¹⁸ Que, embora tenha participado da oposição ao Wadhi Helu, ao assumir a presidência em substituição ao Miguel Martinez, acusado de descalabro administrativo, passou a “[...] centralizar as decisões e passar por cima do clube a fim de impedir qualquer possibilidade de alternância no poder.” (FLORENZANO, 2009, p. 414-415).

¹¹⁹ Proposta feita na campanha de 1971 para a presidência do Corinthians pelo candidato Miguel Martinez, da chapa oposicionista Revolução Corinthiana. Tal proposta visava instituir uma categoria de torcedor que, com mensalidade pequena (não mais do que 20% do salário vigente em São Paulo), daria direito ao voto. Embora eleito, Martinez nunca tirou a proposta do papel (FLORENZANO, 2009).

Permeadas pelas tensões decorrentes dos resultados colhidos em campo, mediadas pelos discursos difundidos pelos órgãos de imprensa contrários à experiência inovadora deflagrada no Parque São Jorge, enquadradas ainda, pela violência que atravessava a sociedade brasileira de uma porta a outra e que amiúde desaguava nos estádios de futebol, tais relações apresentavam níveis elevados de incompreensão e mal-entendidos, sem a exclusão do exercício da coerção física. (FLORENZANO, 2009, p. 418).

Já no início da década de 1990, os Gaviões aproximaram-se dos movimentos sociais – notadamente dos movimentos de sem-teto e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mais recentemente, em 2007, eles – conjuntamente com outras torcidas organizadas do Corinthians (como a Camisa 12, a Pavilhão 9, a Estopim da Fiel, a Coringão Chopp e a Fiel Macabra) e com corintianos não filiados a torcidas organizadas – promoveram ampla campanha¹²⁰ contra o então presidente do Corinthians, Alberto Dualib, e seu vice, Nesi Curi. Entre outras coisas, ambos eram acusados de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha pelo Ministério Público Federal, no período da parceria Corinthians/*Media Sports Investment* (MSI)¹²¹. Além de exigirem o afastamento de ambos os dirigentes da presidência do clube e suas expulsões do quadro associativo, os Gaviões, por meio do movimento “Fora Dualib”, também intensificaram sua luta histórica por maior democracia no clube, exigindo eleições diretas para a presidência. No final de 2008, o Conselho Deliberativo do clube já havia atendido a todas as exigências do movimento supracitado.

Se as torcidas organizadas atuam como mecanismos de pressão sobre os clubes e sobre a sociedade em geral, elas também são, em alguns momentos, aliciadas pelos dirigentes desportivos. Ingressos facilitados, ajuda com transporte, acesso privilegiado aos jogadores, participação em reuniões de direção etc. são instrumentos utilizados na tentativa de “docilizá-las”. Evidentemente que nem sempre isto funciona e que muitas das torcidas organizadas mantêm sua independência política. De qualquer modo, ainda assim, elas frequentemente são percebidas como instituições privilegiadas dentro do universo futebolístico.

Além de vistas como privilegiadas, essas instituições, como já antecipamos, são frequentemente percebidas como agremiações criminosas. Embora simplista e estigmatizadora, esta percepção baseia-se em uma relação concreta, a de alguns torcedores organizados com a violência. Como afirma Pimenta (1997, p. 67), as manifestações das

¹²⁰ Que incluiu passeatas, protestos nas arquibancadas, no clube, na internet etc.

¹²¹ Parceria que foi do final de 2004 até julho de 2007, quando o Conselho Deliberativo do Corinthians decidiu por unanimidade seu fim. Embora graças a ela o Corinthians tenha trazido para a temporada de 2005 jogadores de destaque como Nilmar, Roger, Carlos Alberto, Mascherano e Tevez, conquistando o seu quarto título nacional, ela resultou num dos maiores escândalos do futebol brasileiro. Além de ter contribuído com uma das maiores tragédias da história do clube, a queda para a série B, no final de 2007.

torcidas organizadas “[...] passam pela busca de auto-afirmação, do poder, das transgressões às regras sociais convencionadas, da violência como um elemento de superioridade etc.” Os próprios Gaviões foram, em determinados momentos, associados a atos de violência e vandalismo, assim como tantas outras torcidas organizadas. De acordo com o autor, a Mancha Alviverde, nasceu, por exemplo, “[...] com o seguinte lema: ‘A Mancha foi feita pra dar porrada, pra dar porrada em Gavião’.” (p. 69). Sendo que, nas suas palavras,

a alusão ao ‘Gavião’ pode ser entendida no sentido figurado. O objetivo da “Mancha” era mostrar que se tratava de um grupo de jovens fortes e corajosos que não temia ninguém. Assim, àqueles que estivessem predispostos a se confrontar com ela, seria uma honra testar a dignidade masculina do grupo. Dali para frente, nasceu uma “Torcida” visualmente agressiva. (PIMENTA, 1997, p. 69).

Ao analisar as torcidas organizadas do Rio de Janeiro, Murad (2007) observou um dado novo e preocupante: um segmento infiltrado nessas torcidas, que constitui uma minoria

perigosa, armada, treinada e, pior, articulada com outras “tribos” urbanas envolvidas com distintas práticas de violência com a divisão e a ocupação territorial das cidades, com o tráfico de drogas e de armas, o que trouxe uma novidade a partir de 2005: os conflitos entre torcedores do mesmo time e até dentro da mesma torcida. (MURAD, 2007, p. 35).

Esta minoria seria constituída por jovens de

idade entre 14 e 25 anos; maioria de desempregados ou na “informalidade”; provenientes de quase todas as faixas de renda e escolaridade, em especial da chamada classe média baixa e da 5ª série do ensino fundamental à 2ª do ensino médio, embora haja universitários também; predomínio de homens com a 10% a 15% de mulheres; ligações com drogas, gangues urbanas e o crime organizado a partir de 1990; comunicação em rede, pela internet; treinamento em lutas marciais e o uso de táticas militares. (MURAD, 2007, p. 35).

De acordo com o autor, a fim de combater essa minoria clandestina, as próprias torcidas organizadas têm promovido movimentos de denúncia, combate e pacificação. Campanha esta que pode ser vista, inclusive, em praticamente todos os sites das grandes torcidas organizadas do país e no site oficial das torcidas organizadas brasileiras (www.organizadasbrasil.com). Assim, embora os torcedores organizados sejam frequentemente classificados pela mídia como *hooligans*, a maioria deles, na perspectiva de

diversos autores (PIMENTA, 1997; TOLEDO, 1996), guarda diferenças significativas em relação a esses últimos.

Em primeiro lugar, porque formam entidades jurídicas. As torcidas organizadas

[...] são regidas por estatutos que determinam o modelo de regras burocráticas básicas a serem respeitadas, fazendo-se necessário, então, eleger periodicamente um presidente, compor uma diretoria e um conselho deliberativo. Na medida em que a torcida ganha corpo, aumenta consideravelmente ao seu redor o número de simpatizantes que se tornam sócios e contribuem financeiramente para a manutenção da organizada que, por sua vez, promove festas reuniões, coloca à disposição dos associados ônibus em dias de jogos, descontos em ingressos, entre outras atividades. (TOLEDO, 1996, p. 74-75).

Em segundo lugar, porque, ao tomarem o caminho institucional, os torcedores organizados não primam nem pela transgressão deliberada nem pelo anonimato. Pelo contrário, “[...] almejam um lugar dentro do futebol profissional como participantes oficiosos do espetáculo, não negar o futebol como entretenimento ou lazer, ainda que parte de suas ações o fazem.” (TOLEDO, 1996, p. 130). Assim, buscam “[...] assumirem-se como instituições representativas e legítimas de uma parcela das torcidas dos times.” (p. 130). Para tanto, procuram legitimar-se diante de outros setores da sociedade, participando de eventos como o carnaval oficial e dialogando e negociando com outras instituições e grupos – como a polícia e a imprensa¹²².

Em terceiro lugar, porque não apenas possuem um vínculo mais estreito com outros setores da sociedade, mas porque também possuem um vínculo dessa natureza com outros grupos de torcedores. Segundo Monteiro (2003), esse vínculo visa “[...] à troca de apoio e infra-estrutura, não envolvendo nenhum compromisso político ou mesmo ‘ideológico’.” (p. 86). Na perspectiva de Santos (2004), tal vínculo é regido por uma lógica subjacente, que é a “[...] da diferenciação em consequência de uma massificação intensa; por conseguinte, a aparência é um fator decisivo de agregação, pois as torcidas organizadas fazem amizades com aquelas que são diferentes delas.” (p. 100). Assim, uma torcida organizada de um clube de massa, pode, muitas vezes, estabelecer vínculos com torcidas organizadas de clubes menos populares em outros estados. De acordo com a autora,

¹²² Neste ponto, é provável que os torcedores organizados possuam, inclusive, também diferenças significativas em relação aos *barras bravas*. Embora ignoremos análises mais aprofundadas acerca dessas possíveis diferenças e tampouco seja nossa proposta realizá-las, cabe, aqui, ao menos indicar que, enquanto o supracitado site oficial das torcidas organizadas brasileiras (www.organizadasbrasil.com) defende abertamente a paz nos estádios, como já assinalamos; o dos *barras bravas* da Argentina (www.barras-bravas.com.ar) conta com uma seção dedicada exclusivamente a narrar as últimas brigas entre *hinchadas* (torcidas) rivais.

existem afinidades entre os corinthianos e algumas facções das organizadas flamenguistas, os são-paulinos com os cruzeirenses e alguns flamenguistas, a Torcida Jovem do Santos com os torcedores do Fluminense. A torcida do Palmeiras, por sua vez, é amiga das torcidas do Vasco e do Atlético Mineiro. É comum ver torcedores trajando uniformes vascaínos no meio dos palmeirenses, contudo isso não acontece com torcedores de outros times. Pois já vi, por exemplo, os torcedores do Palmeiras arrancarem a camisa do Flamengo de um rapaz que estava no Parque Antártica, rasgando-a logo em seguida, sob aplausos de outros torcedores. Essa prática de alianças entre os torcedores, que parece contrariar a rivalidade costumeira do jogo e das torcidas, pode ser elucidada através da final do Campeonato Brasileiro de 1997, decidida entre Palmeiras e Vasco. Em São Paulo, os palmeirenses compraram os ingressos para os vascaínos, fato que ocorreu da mesma forma no Rio de Janeiro. Em ambos os estados, as duas torcidas entraram e saíram dos estádios abraçadas e unidas, a despeito da importância e, conseqüentemente, da rivalidade que um campeonato desse tipo acaba tendo para os torcedores e os clubes. (SANTOS, 2004, p. 99).

Em quarto lugar, porque contam geralmente com uma sede. É lá, e não em bares ou *pubs* (lócus habitual de encontro dos *hooligans*), onde se confraternizam e jogam conversa fora. Nas sedes, promovem festas, churrascos e reuniões. É lá, também, de onde partem as caravanas em dias de jogos. Em alguns casos específicos, como no dos Gaviões da Fiel, que participa do desfile de escolas de samba da cidade de São Paulo, as sedes também servem para ensaios carnavalescos ¹²³.

Em quinto lugar, porque, diferentemente de muitos *hooligans*, os torcedores organizados não possuem um envolvimento político com partidos de extrema direita e/ou com “[...] projetos ideológicos nacionalistas, bem como [com] uma concepção mais ostensiva, de negação e enfrentamento, diante das instituições sociais.” (TOLEDO, 1996, p. 130). Pelo contrário, em alguns casos, como no dos Gaviões da Fiel e no da Camisa 12, este envolvimento é, em grande medida, rechaçado. Prova disso é que ambas as torcidas – além de possuírem uma história ligada aos ideais democráticos, como no caso supracitado da faixa em prol da anistia – combatem abertamente o racismo. Ambas possuem, por exemplo, enormes “bandeirões” com dizeres contra o racismo. “Bandeirões” que, em datas como o dia da consciência negra, são levados ao estádio.

¹²³ Ao estudar as torcidas organizadas de Minas Gerais, Praça e colaboradores (2010a) observam que a dinâmica das sedes é bem difusa. Nas torcidas organizadas “[...] com menor número de integrantes, reuniões periódicas e encontros antes dos jogos [representam] as únicas formas de convivência entre os associados nas sedes. Nas [torcidas organizadas] Galoucura e Máfia Azul, as sedes [têm] um funcionamento diário, oferecendo aos associados atividades como musculação, oficinas de dança e música, aulas de luta, sendo notado [...] um constante fluxo de pessoas nestes espaços.”

Aqui, vale salientar que, de acordo com Santos (2004, p. 95), “[...] muito embora algumas torcidas, como é o caso dos Gaviões, [...] atualmente [realizem] práticas beneficentes, elas não tem um projeto, ou seja não há nenhum desejo de transformar a sociedade.” Assim, como observa Toledo (1996, p. 123, grifos do autor),

salvo alguma opinião esparsa, eventuais adesões em campanhas de determinados políticos, ou ainda a participação individual, mas também, em alguns casos, coletiva nos movimentos mais abrangentes, tais como ocorreu em 1984 nas *Diretas Já*, Movimento *pró-impeachment* em 1992, as representações políticas desses torcedores se enquadram, de modo geral, dentro de um ideário popular mais amplo. Sob este aspecto, mesmo quando criticam os políticos não estão *negando o sistema* ou se contrapondo ao Estado ou a qualquer ordem constituída.

Em sexto e último lugar, porque utilizam vestimentas – bonés, camisetas, jaquetas etc. – que os relacionam a suas torcidas, enquanto que, como observamos no capítulo anterior, os *hooligans* atualmente sequer utilizam vestimentas que os relacionam a seus clubes. Tampouco utilizam faixas, bandeiras, instrumentos musicais e outros artefatos muito utilizados pelos torcedores organizados. Sobre os aspectos simbólicos das torcidas organizadas, Santos (2004) observa que se trata, inclusive, de um dos aspectos mais importantes na definição dessas torcidas, afinal marca o reconhecimento e a diferença entre elas. “Tal fato, reforça e expressa o compromisso e o pertencimento com o grupo, posto que os símbolos demarcam diferenças e identidades, solidificando oposições e solidariedades.” (p. 91). Neste ponto, a adoção da figura de René Barrientes pela torcida Galoucura, do Atlético-MG, é emblemático. Afinal, trata-se do responsável pela morte de Che Guevara, símbolo de uma importante torcida rival, a Máfia Azul, do Cruzeiro (PRAÇA; SILVA, 2009).

O ponto comum entre os torcedores organizados e os *hooligans* é que ambos os grupos tendem a acompanhar os clubes apoiados em qualquer situação e lugar. Além do mais, segundo Pimenta (1997), esses dois grupos manifestam cânticos de guerra e de exaltação da violência, além de buscarem a defesa de suas territorialidades e afirmar um determinado ideal de masculinidade. Às vezes, também promovem ações com aspectos militarescos, armando emboscadas para atacar as torcidas adversárias e dispersando-se sorrateiramente para evitar o confronto com a polícia. Estas ações, como outros tipos de violência, são usualmente explicadas a partir de uma perspectiva “internalista”.

4.2.1 Interpretações “internalistas”

Como vimos nos capítulo anterior, as interpretações “internalistas” são aquelas que explicam a violência envolvendo torcedores de futebol pela própria essência do jogo e/ou pelas condições enfrentadas pelo torcedor no próprio espetáculo futebolístico. No Brasil, como nos sugere Gianoli (1996), os principais representantes do “internalismo” têm sido os próprios torcedores organizados. De acordo com o autor, enquanto os torcedores não organizados costumam afirmar que a violência no futebol é decorrente do quadro econômico e social brasileiro, os organizados costumam afirmar que essa violência é decorrente da rivalidade entre eles, “uma coisa normal”. “Os organizados acham que a violência entre torcedores organizados é uma coisa do futebol. Disseram que as brigas entre as torcidas sempre vão acontecer por causa ‘*desse negócio de pegar boné, camisa de torcida, bandeira etc.*’.” (p. 175, grifo do autor).

Ao entrevistar representantes dos Gaviões da Fiel, da Mancha Alviverde e da Tricolor Independente, Pimenta (2000, 2003), por sua vez, nos indica que esses torcedores consideram sim os aspectos políticos, sociais e econômicos na produção da violência nas arquibancadas, mas destacam outros três fatores preponderantes: a influência da mídia, os ingredientes do próprio jogo (como a rivalidade entre eles) e, principalmente, “[...] as teias de relação desenvolvidas nos eventos esportivos, abrangendo desde a estrutura dos estádios até a ação da polícia” (2000, p. 125). Nas palavras do presidente de honra da Mancha Alviverde, Paulo Serdan (apud PIMENTA, 2000, p. 125),

[...] um detalhe do juiz, um detalhe do bandeirinha, um detalhe do policiamento. É uma série de detalhezinhos que vai insuflar a 'torcida' e vai criar um clima de guerra. Você chega num estádio e não tem água para beber, não tem banheiro para ir [...], um guarda que é um pouco violento [...], um bandeirinha que vira para trás e tira um barato com a cara da 'torcida' ou o próprio diretor de clube que o seu time faz gol, ele vira para a 'torcida' e tira um barato, então é uma série de detalhes que faz você sair do sério [...].

O comportamento dos diretores de clubes também tem sido duramente criticado por parte dos jornalistas, que veem na troca de insultos entre eles um estímulo para a violência nas arquibancadas. Dois dias antes da segunda decisão da Copa do Brasil de 2009, por exemplo, o vice-presidente de futebol do Internacional, Fernando Carvalho, apresentou à imprensa um DVD com supostos erros de arbitragem a favor do Corinthians. De acordo com ele, haveria

um “inconsciente coletivo” favorecendo a equipe paulista. Carvalho ainda se mostrou indignado com faixas do tricampeonato do Corinthians que estariam sendo vendidas em São Paulo antes da decisão. Para ele, tratar-se-ia de outra provocação do rival.

A diretoria do Corinthians respondeu argumentando que as faixas eram piratas e que, portanto, o clube não tinha nenhuma responsabilidade sobre elas. Além disto, por meio de nota em seu site oficial, também afirmou que repudiava a apresentação do DVD, uma vez que tal ato tiraria o foco principal da decisão – a partida disputada dentro do campo – e que não passaria de uma forma indisfarçável de pressionar a arbitragem. Esta troca de farpas entre as diretorias – sobretudo a atitude tomada pelo vice-presidente do Internacional – foi vista por boa parte da mídia paulista e, até mesmo, gaúcha como uma forma desnecessária de acirrar os ânimos já exaltados das torcidas.

Embora o campo jornalístico não deixe de denunciar a responsabilidade dos diretores esportivos na violência no futebol, alguns de seus agentes habitualmente colocam os fatores externos ao espetáculo futebolístico como os principais responsáveis por essa violência. Conforme veremos adiante, exceto em algumas séries de reportagens – como a publicada pelo *Jornal dos Sports* no início da década de 1950, que associava a violência nas arquibancadas ao suposto caráter irracional e irascível de toda multidão, que, em certos momentos, seria contagiada e inflamada pela violência que ocorre dentro de campo (HOLLANDA, 2008) – os jornalistas geralmente colocam os fatores econômicos e legais como os principais desencadeadores da violência no futebol. A infraestrutura dos estádios, como a falta de um bebedouro ou de um banheiro decente, destacada pelo presidente de honra da Mancha na citação acima, nem sempre são colocados pela imprensa como fatores mobilizadores dessa violência. Tampouco são habitualmente considerados pelas autoridades esportivas e policiais nas suas análises.

Os acadêmicos, por sua vez, costumam ressaltar as péssimas condições enfrentadas pelos torcedores nos estádios brasileiros. Por exemplo, em estudo sobre as torcidas organizadas dos principais clubes do Distrito Federal, Rafael Rangel Soffredi e Aldo Antonio de Azevedo (2008, p. 90) afirmam que a violência no futebol é causada pela “[...] falta de segurança e outros fatores que geram insatisfação no público e podem vir a causar uma explosão de raiva, como é o caso dos aspectos estruturais dos estádios, sem inocular as torcidas organizadas de sua parcela de culpa.” Alguns acadêmicos também enxergam na própria dinâmica do futebol um elemento gerador de violência. Todavia, em geral, eles tendem a enfocar os fatores externos. Sem dúvidas, eles são a figura de suas análises. Análises “externalistas”, objeto do tópico que se segue.

4.2.2 Interpretações “externalistas”

Conforme observamos no capítulo anterior, interpretações “externalistas” são aquelas que explicam a violência envolvendo torcedores de futebol por razões econômicas, sociais e culturais mais amplas. No Brasil, entre os principais representantes do “externalismo”, temos os jornalistas e as autoridades. De acordo com Pimenta (1997), estes dois grupos enxergam na pobreza a principal causa da violência no futebol. Para eles, haveria, basicamente, duas soluções possíveis: a erradicação da pobreza ou a ação das instituições jurídico-penais a fim de punir os responsáveis, isolando-os do convívio do resto da sociedade. A fala do oficial militar Sérgio de Souza Merlo (apud PIMENTA, 1997, p. 144) é emblemática:

só a prevenção não é suficiente [...]. Há necessidade dessa punição imediata e é por isso que nós batemos na tecla e em todas as entrevistas que são dadas, tem esse sentimento de que a gente procure criar um organismo a nível de judiciário para que exista uma punição imediata.

A criação de novos organismos judiciários e a transformação do direito penal não é, todavia, uma unanimidade entre autoridades e jornalistas. Conforme pudemos notar na revisão bibliográfica realizada, alguns deles avaliam que o problema não está nas leis existentes, mas na falta de vontade e/ou competência das autoridades públicas de aplicá-las. Mais exatamente, na impunidade. “Nossas leis bastam. É necessário aplicá-las”, escreve, por exemplo, o ex-secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos (1996, p. 13). Também pudemos notar que alguns jornalistas e algumas autoridades relacionam a impunidade com o anonimato. Para estes, o anonimato produziria a certeza da falta de punição, que estimularia a ação violenta de alguns torcedores. Entre os que estabelecem esta relação, temos o ex-secretário de Estado dos Negócios de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo, Antônio Bragança Retto. Diz ele

urge, pois, neutralizar as ações ilícitas daqueles que ousam em conjunto, ou ainda, aos que induzem o encorajamento recíproco às contravenções e, que aglutinam essa **multidão sem rosto** que objetivava a baderna coletiva. Basta! O esporte não pode e não deve ser usado como canal dessas manifestações espúrias, quando o anonimato do agente inflama a multidão, tomando para si a sensação do poder em meio aos grupos afins. (RETTO, 1996, p. 41, grifo do autor).

Outra relação frequentemente estabelecida é entre impunidade e corrupção. Na perspectiva de Arlindo Chinaglia (1996), deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores

(PT) de São Paulo e autor do projeto de Lei 4869/09, que estabelece regras para prevenir e punir atos de violência nos estádios de futebol,

a corrupção, envolvendo até mesmo os organismos do judiciário e das polícias, gera sentimentos de revolta e a convicção de impunidade, fazendo crescer a espiral da violência. O exemplo vem de cima, das autoridades maiores, perpassando todas as estruturas inferiores e se institucionalizando. No caso específico do esporte, muitos dirigentes do futebol, nas Federações e nos Clubes, não contam com o respeito dos profissionais do esporte, da imprensa e do conjunto da sociedade. (CHINAGLIA, 1996, p. 46).

Um ponto que também parece quase consensual entre jornalistas e autoridades é a responsabilidade das torcidas organizadas sobre a violência no futebol. Embora nem todos concordem com sua extinção, esta é uma tese habitualmente defendida. O promotor público Fernando Capez (1996), que, como já vimos, denunciou em 1995 as torcidas organizadas Mancha-Verde e Independente, entende, por exemplo, que as torcidas organizadas desvirtuaram-se de suas finalidades iniciais, convertendo-se em entidades de caráter ilícito, e que, por esta razão, deveriam ser dissolvidas. O jornalista Flavio Prado é outro que sistematicamente critica a atuação dos torcedores organizados. Críticas reforçadas por diversos outros jornalistas e veículos de comunicação. A revista *Veja São Paulo*, por exemplo, em matéria de capa publicada em 17 de junho de 2009 (SOARES; VILIC; DUARTE, 2009), classificou esses torcedores de “marginais da arquibancada”, “quadrilhas uniformizadas”, que “aterrorizam” os estádios e as ruas de São Paulo. Já a *Folha de S. Paulo*, como veremos adiante, vem, desde meados da década de 1980, abordando esses torcedores como os principais “vilões” de nossos estádios.

No campo acadêmico, praticamente todos os autores brasileiros seguem o viés “externalista”. Entre eles, Maurício Murad, que inicia o seu livro “A violência e o futebol” (2007) afirmando que este esporte “[...] não é violento em si, ao contrário daquilo que muitas vezes transparece no imaginário popular e na *espetacularização* da mídia.” (p. 11, grifo do autor). Com isso, não apenas critica as investigações que fazem uso do noticiário como única fonte de material empírico para a compreensão do fenômeno da violência no futebol, como também propõe uma análise do fenômeno situando-o em um contexto mais amplo: o da violência humana e histórica de uma forma geral. Ao fazer isto, observa que a impunidade e a corrupção seriam aspectos “[...] multiplicadores das precondições históricas, políticas e existenciais da intolerância articulada com a agressividade.” (p. 178). Para o autor, embora menor do que a violência em outras instituições da sociedade, a violência no futebol é

bastante preocupante e tem de ser combatida. Reeducação, prevenção e punição seriam as medidas necessárias para a sua contenção.

Polemizando com Murad, Ricardo Pinto dos Santos (2008) afirma, em sua dissertação de mestrado, que a violência faz parte do espetáculo futebolístico. Embora não defenda que a dinâmica do jogo seja a principal razão para ela, observa que “[...] como não podemos pensar o futebol dissociado de outras esferas, como a social, a econômica, a cultural e principalmente das escolhas pessoais, devemos prever a violência como sendo uma de suas possibilidades.” (p. 87). Partindo desta ideia, faz uma análise dos primórdios do futebol no Rio de Janeiro e em Buenos Aires e, ao realizar tal análise, polemiza ainda mais com Murad ao observar que os atos de efetiva e explosiva violência no futebol carioca no início do século XX seriam muito mais frequentes do que ele afirma ser. Tese que, de certo modo, corrobora com as investigações da *Leicester School* acerca da origem da violência no futebol.

Essas investigações embasam as análises que Rosana da Câmara Teixeira (2004) tece no livro “Os perigos da paixão”, oriundo de sua dissertação de mestrado. Nesta obra, a autora estuda, através da observação etnográfica, o universo das torcidas organizadas dos grandes clubes do futebol carioca e afirma, corroborando com as reflexões de Norbert Elias, que “parece particularmente boa a concepção de que um jogo de futebol, mais do que um passatempo ou divertimento, seja uma forma de excitação em que os espectadores simulam embates, liberando com moderação, certas emoções.” (p. 173). Partindo, então, do pressuposto que o futebol simula embates, a autora levanta a seguinte questão: por que essas simulações, às vezes, convertem-se em embates concretos? Para respondê-la recorre novamente à obra de Elias e observa que

[...] a função compensadora da excitação através do jogo aumenta na medida em que as inclinações sérias e ameaçadoras diminuem. Isso significa que o esporte se constitui numa espécie de antídoto ao excesso de controle e tensões dos indivíduos, fazendo-os liberar moderadamente as emoções. Na excitação séria, as pessoas podem perder o autocontrole e tornarem-se uma ameaça, tanto para si próprias como para os outros, ao passo que aquela promovida pelas atividades de lazer, não apenas seria despojada de perigo, como pode ter um efeito catártico. Contudo, o autor [Norbert Elias] admite a possibilidade da última forma transformar-se na primeira, suscitando o que denominou de *jatos de descivilização*. (TEIXEIRA, 2004, p.171-172, grifo da autora).

As investigações da *Leicester School* igualmente embasam as análises de Heloisa Reis e Thiago Escher (2006). Para os autores, a violência no futebol tem suas raízes na nossa estrutura social. “É gerada socialmente, e é parte de um todo.” (p. 68-69). Embora suas

explicações enfoquem causas estruturais mais amplas, os pesquisadores não deixam de considerar como geradores de violência alguns fatores intrínsecos à própria estrutura simbólica e psicológica do jogo, às próprias condições enfrentadas pelo torcedor nos estádios brasileiros e à (falta de) organização do nosso futebol.

Entre estes últimos fatores, Reis (2006) destaca a inadequação dos horários das partidas, que, em dias úteis, por exemplo, tem início às 21h45, para atender as exigências de uma emissora de televisão. Com isso, haveria um intervalo de tempo grande entre o final do expediente do de trabalho e começo do jogo, possibilitando “[...] o consumo de álcool e drogas pelas ruas antes do início da partida, bem como a prática de depredações em vias públicas, freqüentes em dias de jogos.” (p. 90). Destaca também a atuação dos agentes de segurança pública, que, com seus excessos de autoridade e truculência, estimulariam o torcedor a reagir de forma violenta, seja física ou simbolicamente.

No que diz respeito aos aspectos estruturais mais amplos, a autora aponta para as condições socioeconômicas dos torcedores organizados como um dos principais fatores mobilizadores da violência. Em sua maioria, estes torcedores seriam jovens oriundos das classes populares e envolver-se-iam em atos de violência e vandalismo a fim de serem conhecidos e reconhecidos nas suas comunidades. A violência seria, assim, uma das poucas possibilidades de afirmação identitária desses torcedores – sobretudo, se considerarmos, como afirma a autora, que vivemos numa sociedade cada vez mais individualista e desprovida de significados e valores tradicionais (como os familiares e religiosos).

Embora afirme que a violência no futebol esteja intimamente ligada a esses jovens, é importante ressaltar aqui que a autora não propõe, em momento algum, o fim das torcidas organizadas. Pelo contrário, acredita, juntamente com Escher, que

a tentativa de retirada das torcidas organizadas dos estádios enfraquece o que poderia ser uma forma de organização social, que teria um papel importante na luta e na resistência contra os despautérios organizacionais do nosso futebol, se não fosse o seu caráter inconstitucional. (REIS; ESCHER, 2006, p. 90).

Também embasado nas análises da *Leicester School*, Marcel de Almeida Freitas (2007), ao analisar entrevistas que realizou com torcedores do Cruzeiro e do Atlético Mineiro, relaciona a lógica interna das torcidas organizadas à socialização de gênero dos adolescentes. De acordo com o autor,

as normas de combate em tais grupos são semelhantes ao sistema de vendeta que persiste em muitas culturas mediterrâneas; nesse sistema, um indivíduo que é desafiado por um elemento de um grupo rival sente que está em cheque não apenas sua honra, mas a de todo o grupo e por esta razão outros membros do clã se inserem no conflito. Isso fornece inexpugnável indicação do alto grau de identificação dos indivíduos com os grupos a que fazem parte. Logo, os indivíduos e grupos se atacam mutuamente nas imediações dos estádios simplesmente porque portam a insígnia que caracteriza o time contendor. (FREITAS, 2007, p. 7).

Tais ataques poderiam ser entendidos, entre outras coisas, como o resultado de um estilo masculino agressivo socialmente produzido, próprio das classes populares, que possuem menores índices de escolaridade. Estilo que, nas suas palavras, “[...] pode ser compreendido como resposta configuracional à mudança de equilíbrio no poder e nos papéis entre os sexos, o que entre outras coisas, trouxe o enfraquecimento do patriarcado.” (FREITAS, 2007, p. 9). A violência no futebol seria, então, produzida, em grande medida, por este enfraquecimento.

Outro autor que faz uso do aporte teórico-metodológico da *Leicester School*, associando certo tipo de masculinidade agressiva à violência no futebol, é Rodrigo de Araujo Monteiro (2003). Em pesquisa etnográfica realizada com torcedores da Raça Rubro-Negra, maior torcida organizada do Flamengo, conclui que a violência entre os torcedores organizados pode ser atribuída a certo *ethos* guerreiro, ou seja, a “um tipo de comportamento que privilegia o confronto violento, a agressividade viril e sobretudo a demonstração de superioridade física sobre o outro.” (p. 110). *Ethos* este que, no caso específico do Rio de Janeiro, não se aplicaria apenas às classes populares, como propunha à referida escola, mas também às classes média e média alta – onde podemos encontrar “[...] os brigões das boates das zonas oeste e sul, ou certos grupos de jiu-jítsu, ou ainda os chamados *pit-boys*, jovens cuja imagem está associada a cães ferozes e violentos.” (p. 111).

Seguindo o enfoque da masculinidade, Gustavo Andrada Bandeira (2009), em sua dissertação de mestrado, discute o modo como as masculinidades são vivenciadas e representadas nos estádios de futebol. Para isso, utiliza como referencial teórico os estudos culturais e de gênero pós-estruturalistas e como material empírico quatro jornais da cidade de Porto Alegre, além de observações de oito jogos do Campeonato Gaúcho de 2008. Suas análises indicam que, neste contexto específico, a homofobia e a violência física podem ser compreendidas como formas de sociabilidade. Diante disto, observa que “[...] a violência no futebol, muito além de atitudes individualmente ‘incorretas’, está relacionada com discursividades sobre confrontos esportivos, relações entre identidade e alteridade e construções específicas de masculinidades.” (p. 75). Ou seja, ela estaria, de certo modo,

vinculada à construção de um modelo específico de masculinidade. Modelo que, inclusive, faria com que muitos jornalistas e pesquisadores sobre o assunto não enxergassem a homofobia como forma de violência em nossos estádios.

Carlos Alberto Máximo Pimenta (1997, 2000, 2003), por sua vez, afirma que a violência envolvendo torcedores de futebol não pode ser compreendida apenas a partir de fatores estritamente econômicos ou ligados à classe social dos envolvidos. Tampouco pode ser explicada negando o “[...] esvaziamento do sujeito social, em especial dos agrupamentos de jovens, instaurado no processo de construção de uma ‘sociedade atomizada’ [...] e impulsionado pelos traçados ideológicos dos governos militares.” (2000, p. 126). Para ele,

três aspectos se convergem para justificar e explicar a *violência* entre “torcidas”: a juventude, cada vez mais esvaziada de consciência social e coletiva; o modelo de sociedade de consumo instaurado no Brasil, que valoriza a individualidade, o banal e o vazio; e o prazer e a excitação gerados pela violência ou pelos confrontos agressivos. (PIMENTA, 2000, p. 126, grifo do autor).

Estes três aspectos fariam parte de um processo em curso de cultura da violência no Brasil e teria, nas suas palavras, possibilitado

[...] a abertura das portas para o surgimento de um novo sujeito, não limitado às classes mais desfavorecidas. Sujeito violento, carente e alienado que – no sentido político e cultural do termo – busca sua identidade social e auto-afirmação, lançando mão da violência e da agressão. (PIMENTA, 1997, p. 28).

Para chegar a tais conclusões, o autor investigou reportagens, inquéritos policiais, publicações científicas, campanhas pela paz nos estádios, jornais das torcidas organizadas, bem como realizou entrevistas com diversos agentes do mundo futebolístico.

Recorrendo a procedimentos metodológicos um pouco diferentes, como o registro etnográfico através da observação direta e da observação participante, Luiz Henrique de Toledo (1996) chega a conclusões não muito diferentes das de Pimenta. Inclusive, as referências deste último ao primeiro são significativas. Além de desconstruir a ideia de que os torcedores organizados seriam meros equivalentes brasileiros dos *hooligans* ingleses, apontando que a violência observada no primeiro grupo não consiste no principal motivo para sua agregação, o autor conclui que

[...] os fenômenos da transgressão e violência, veiculados de forma dramática através do futebol, fazem parte da própria experiência urbana mais

ampla vivenciada nas cidades brasileiras: segregação espacial, desigualdades sociais, concepções sobre justiça, e a polícia. (TOLEDO, 1996, p. 134).

Com isso, além de refutar a ideia de que a violência no futebol estaria ligada apenas à pobreza econômica, também refuta outras duas ideias: a finalista, que entende que a violência no futebol brasileiro tem como principal causa a própria sociedade brasileira – ela é que seria violenta –; e a psicológica, que entende que esta violência tem como principal causa a falta de maturidade do torcedor brasileiro.

Seguindo em certa medida as análises de Toledo, Tarcyanie Cajueiro dos Santos (2004) também critica a ideia de que os torcedores organizados sejam os equivalentes brasileiros dos *hooligans* ingleses. Ao se debruçar sobre o universo dos primeiros, analisa a violência

[...] através da autonomização, cada vez mais intensa na cultura jovem, na medida em que, ao deixarem de ser perceber como rivais, elegendo torcedores de times contrários aos seus como inimigos, os membros das diferentes torcidas promovem a desumanização do *outro*. Além disso, a violência coletiva praticada por esses grupos de jovens, em sua espetacularização, também parece nos indicar o êxtase de pertencimento, principalmente, quando a violência é televisionada e visibilizada através dos meios de comunicação. (SANTOS, 2004, p. 103-104, grifo da autora).

Sobre este último ponto, a autora nos indica, conforme já observamos anteriormente, certo fascínio dos torcedores organizados pelos meios de comunicação. “Aparecer no jornal e na televisão, virar notícia (se boa ou má, não importa) significa para muitos torcedores organizados uma senha de acesso ao reconhecimento e ao estrelato.” (SANTOS, 2003, p. 80). Diante disto, segue ela, “ocorre mais do que uma reação imitativa dos espectadores pela assimilação da mídia, do que fala Baudrillard, o transe é gerado pelo *feedback*, estabelecido entre a imagem e a realidade.” (2004, p. 120).

Ou seja, a autora defende aqui a ideia de que há uma espécie de confusão dos torcedores entre sua expressão e sua representação, como se eles não conseguissem se reconhecer como sujeitos de suas próprias ações. “[...] Tudo se passa como se eles, similarmente a uma ‘cena de televisão’, não tivessem a consciência de estarem batendo nas pessoas, muitas vezes, até a morte.” (SANTOS, 2004, p. 120). Esta confusão seria, segundo ela, “[...] consequência da abnegação patológica. Ou seja, de um sentimento onde as pessoas não são mais afetadas pelos acontecimentos, na medida em que esse fenômeno decorre da

perda de si e da indiferença aos outros.” (p. 120). Nesse sentido, a violência não estaria no próprio jogo de futebol, mas operaria e perpassaria toda a sociedade.

Outra autora que nos indica o papel dos meios de comunicação na violência no futebol é Elizabeth Murilho da Silva (1996). Baseada nas obras de Jean Baudrillard e nas da *Leicester School*, bem como em análises que realizou de jornais esportivos e de entrevistas de pessoas do meio esportivo, ela observa que a mídia tem “espetacularizado” e dado grande visibilidade ao comportamento violento dos torcedores organizados, tornando estes os principais protagonistas do espetáculo futebolístico – e não mais os jogadores. Nas suas palavras,

[...] em muitos casos, as ações violentas atribuídas às torcidas organizadas ganham uma visibilidade na imprensa capaz de desviar as atenções do resultado do jogo do seu time. Muitas vezes esses conflitos são mais comentados do que a vitória ou a derrota dos clubes de sua preferência. (SILVA, 1996, p. 177).

Além de observar este fenômeno, a autora também propõe uma explicação da violência no futebol que passa principalmente “[...] pelas formas de inserção do jovem na sociedade, que desde os anos 60 sofreu uma profunda transformação, fazendo com que esses se constituíssem em grupos segundo laços de afinidades e passassem a buscar espaço para suas expressões.” (SILVA, 1996, p. 180-181). Ou seja, para ela, a violência no futebol pode e deve ser compreendida como uma das formas de expressão desses laços de afinidade.

Apoiado nas análises de Silva, de Pimenta e de Toledo, Carlos Eduardo Capestrani (2009) faz, em sua dissertação de mestrado, uma análise etnográfica da torcida organizada Tricolor Independente, do São Paulo. Ao fazer tal análise, nos indica que, após a “Batalha Campal do Pacaembu”, que resultou em quase 10 anos de proibição das atividades da torcida, ocorreu uma alteração nas formas de agrupamento de seus filiados. Eles “[...] passaram a formar subgrupos regionalizados para realizar caminhadas até o estádio ou outro local pré-combinado juntando as partes e formando a totalidade do grupo organizado.” (p. 80). Isto teria levado a uma regionalização dos conflitos. Além disso, o autor também observa que, embora tenha tido de assumir o compromisso de maior tolerância com as torcidas adversárias para poder voltar aos estádios, a Tricolor Independente, assim como outras torcidas organizadas, segue fazendo das manifestações festivas um instrumento de transgressão. Instrumento que possibilitaria “[...] movimentos de confronto e resistência a um sistema social por exclusão, desigualdade e impunidade.” (p. 82).

Marcelo Kischinhevsky (2004), por sua vez, aborda, em sua tese de doutorado, a responsabilidade da imprensa na violência no futebol. Para ele, tanto as redes autônomas de

torcedores quanto a chamada “grande imprensa” possuem um amplo potencial de incitação ao ódio. Em sua opinião, as mensagens veiculadas por essas mídias, por mais que pareçam não mobilizar grandes afirmações de identidades nacionais, regionais ou locais, exercem uma função central no estabelecimento de alteridades positivas ou negativas. Sendo assim, de acordo com ele,

a pluralidade das mediações da indústria da informação deve ser uma bandeira e uma preocupação constante, proporcionando espaços para o exercício das representações identitárias e das diferenças. Um teatro para encenação de enredos de inclusão social, e não de fragmentação e chauvinismo. (KISCHINHEVSKY, 2004, p. 178).

A relação entre futebol e mídia também é abordada por Bernardo Buarque de Hollanda (2008). Em sua tese de doutorado, o autor analisa a formação das torcidas organizadas do Rio de Janeiro a partir de relatos orais enunciados em entrevistas individuais e da leitura de periódicos esportivos. Ao fazer isto, constata, entre outras coisas, que o *Jornal dos Sports*, já na década de 1940, debate a questão da infraestrutura dos estádios brasileiros – sobretudo os de pequeno porte, onde as arquibancadas, ou parte delas, ainda eram de madeira.

Constata também que, neste período, o jornal passa a veicular uma campanha pela “moralização” do futebol brasileiro, avaliando que as soluções para a violência no esporte passariam pelo fim da impunidade e pelo estabelecimento de punições exemplares. No início de 1950, segundo ele, o jornal inicia uma série de reportagens sobre o comportamento das multidões nos estádios. Reportagens calcadas explicitamente na obra de Le Bon, que, como já observamos no capítulo anterior, sustenta que uma pessoa imersa na multidão perde sua individualidade e é mais facilmente contagiada pelo comportamento dos outros, dando vazão a seus desejos reprimidos. Afora isto, o autor observa que

os diversos atores do futebol — jogadores, juízes, técnicos e dirigentes — também eram tidos [pelo jornal] em certos momentos como co-responsáveis pelos incidentes, pois serviam de centelha à irrupção da cólera do público. Assim, a postura violenta no gramado contribuía, de forma mimética, para impelir a conduta inflamada dos espectadores nas tribunas. (HOLLANDA, 2008, p. 390).

Além de analisar o discurso do jornal sobre o comportamento dos torcedores, o autor também analisa como a secção chamada “Bate-Bola”, destinada às cartas dos leitores, aciona e concretiza o que, apoiado na obra de Foucault, denominou de “genealogia da moral torcedora”. Esta secção, de acordo com ele, não se restringia a um mero dispositivo retórico,

em que os torcedores tripudiavam uns aos outros, mas era um espaço onde “[...] os torcedores estabeleciam uma conversa por escrito que parecia ter consequências práticas, concretas, desdobradas quer no âmbito discursivo quer no âmbito da vivência das emoções nos estádios.” (p. 414). Ou seja, de certo modo, estabelecia e sustentava suas ações – inclusive as violentas.

O tratamento dado pela imprensa à violência também é abordado por Camilo Aguilera Toro (2004). Em sua dissertação de mestrado, o autor analisou como o jornal Folha de S. Paulo deu visibilidade aos torcedores organizados durante o período 1970-2003. Ao fazer isto, observa que, a partir de meados da década de 1980, estes torcedores passaram a ser censurados pelo jornal, sendo vistos como geradores de violência, que seriam um dos fatores do afastamento dos torcedores dos estádios no período. Segundo ele, esta censura tornou-se ainda mais intensa em meados da década de 1990, quando o jornal “[...] perde interesse do espetáculo das arquibancadas, primando as torcidas organizadas como conteúdo noticioso ligados a fatos de violência urbana e desordem pública.” (p. 59). Diante disto, observa que, embora a violência não possa ser considerada fantasiosa ou apenas um efeito da mídia, ela é um modo predominante através dos quais estes torcedores “[...] tornam-se assunto *noticiável*, isto é, a operação por meio da qual o jornalismo confere a um acontecimento qualquer status de notícia, de informação.” (p. 55, grifo do autor).

As torcidas organizadas seriam, portanto, para o jornal, as grandes “vilãs” nos incidentes de violência. Estes incidentes “vitimizariam” principalmente à família brasileira, que seria o público legítimo do futebol e também um instrumento de pacificação dos estádios. Uma das soluções apontadas pelo jornal – sobretudo através do jornalista Juca Kfoury – seria o aumento no preço dos ingressos, uma vez que os torcedores organizados seriam identificados como pertencentes às classes populares. Toro (2004), do mesmo modo que Silva, também indica que o fenômeno da violência no estádio é “espetacularizado”, abordado pelo jornal a partir de ilustrações gráficas e fotos marcantes. Além disso, observa que é visto como algo aberrante e anômalo e que os torcedores organizados são abordados através de uma linguagem que nos remete ao universo militar. Prova disto é que expressões como “ordens”, “comandantes” e “comandados” seriam bastante comuns para designá-los.

Constatação semelhante faz David Cintra Sobrinho (2005). Em sua dissertação de mestrado, observa que os torcedores organizados são construídos, fundamentalmente, como torcedores violentos. Por esta razão, eles perceberiam a mídia como um instrumento de manipulação. O autor também afirma que esses torcedores – e os torcedores de uma forma geral – não possuem voz na mídia, “[...] aparecem como plano de fundo para um cenário em

que as transformações atléticas são o mote quase único da reportagem”. (p. 225-226). Conscientes disto, os torcedores buscariam se manifestar através da festa ou da violência – quando, sobretudo no segundo caso – conseguem chamar sua atenção.

Além de tratar da mídia, a dissertação de mestrado de Flávia Toledo Ladeira (2009) analisa a ação de outros agentes – tais como o Ministério Público, o Governo Federal e a Polícia Militar – no processo de construção social das torcidas organizadas como um problema público. Para tanto, recorre principalmente à abordagem teórica proposta por Howard Becker e Joseph R. Gusfield. Ao realizar a análise proposta, autora conclui, entre outras coisas, que

percebemos que as rotulações presentes nos discursos dos agentes da lei e da ordem ou empresários morais e nos meios de comunicação prejudicam a imagem do torcedor organizado, fazendo com que as agremiações existentes sejam vistas com temor e repugnância na sociedade. Além disso, promovem a disseminação do pensamento popular de a solução para esse problema seja a extinção. (LADEIRA, 2009, p. 21).

Saindo um pouco da questão da mídia e assumindo um enfoque mais psicanalítico, baseado, sobretudo, na obra de Freud, Alexandre Nicolau Luccas (1998) aborda a violência em questão como sendo, do mesmo modo que qualquer outro tipo de violência, um fenômeno próprio do tecido social e das relações humanas, ou seja, como sendo uma das potencialidades presentes na ação humana. Mais ainda, a partir da realização de entrevistas com quatro grupos de torcedores: torcedores organizados que praticam a violência; torcedores organizados contrários à violência; torcedores não organizados que praticam a violência e torcedores não organizados contrários à violência, conclui que as torcidas organizadas de futebol

[...] são como todos os grupos humanos, apenas uma possibilidade para o sujeito de se identificar a alguns valores. São estes valores que estão em questão, quando o sujeito se associa a algum grupo. E os valores, as instituições e identificações que estão presentes no futebol e nas torcidas são muito mais amplos que os delimitados pela violência. (LUCCAS, 1998, p. 50)

Conclui também que as situações de briga protagonizadas por essas torcidas não são gratuitas nem espontâneas. Elas não decorreriam “[...] do que escapa ao controle, que é a forma como a violência é pensada pela sociedade e mídia para as torcidas organizadas. Não se trata de algo infreado.” (LUCCAS, 1998, p. 27). Na verdade, essas situações estariam diretamente vinculadas ao controle estrito pelo grupo – isto as mobilizaria em alguma medida.

Outro autor que assume o enfoque psicanalítico é Roberto Romeiro Hryniewicz (2008). Apoiado principalmente em Freud e na Escola de Frankfurt, sobretudo em Adorno, aborda, em sua dissertação de mestrado, o torcedor que não pertence às torcidas organizadas. Ao fazer isto, investiga o que leva esses torcedores a torcer, o que não apreciam nos times e torcedores rivais, os sentimentos envolvidos no ato de torcer e a alienação advinda desta prática. Além disto, investiga como os níveis de escolarização desses torcedores incidem sobre esses aspectos. Para realizar tais investigações, entrevista um grupo de dezesseis torcedores não filiados a torcidas organizadas. Ao entrevistá-los, observa que há uma maior devoção ao clube de coração, alienação e tendência à barbárie e preconceito entre os escolarizados – o que, segundo ele, nos indica que atualmente a escola oferece um tipo de educação que pode levar a este tipo de atitude. Desta maneira, conclui afirmando que a educação “[...] hoje tem a aparência de um adestramento e cada vez que o indivíduo tenta sair fica ainda mais preso. Ele acaba por buscar na alienação essa saída, a única opção que a sociedade lhe dá.” (p. 124).

Também a partir de um enfoque psicanalítico, Henrique Figueiredo Carneiro e Márcia Batista dos Santos (2008) desenvolvem um ensaio sobre a lei e o estado de anomia que, de acordo com eles, têm caracterizado as torcidas organizadas. Embasados especialmente em Freud e Lacan, os autores defendem a ideia de que a violência dessas torcidas aparece como “[...] saída do sujeito ante um espaço social em que todos mandam e nenhuma ordem é estabelecida como forma de limitar os diversos poderes paralelos que vão se constituindo.” (p. 109). Assim, no ponto de vista deles, “[...] pode-se pensar a violência como sintoma inerente ao processo social que tem sofrido um esvaziamento de ideais, que não se sabe qual é a lei da hora e o que ela dita. Daí abre-se espaço para que poderes paralelos assumam o comando, gerando uma indistinção entre as forças.” (p. 110).

Ainda no campo da Psicologia, mas assumindo uma postura teórica vinculada aos pressupostos de Henri Tajfel, Zartú Giglio Cavalcanti (2002) realiza, em sua tese de doutorado, entrevistas com torcedores organizados a fim de compreender sua identidade social. Ao fazer isto, discute alguns dos aspectos simbólicos da violência que os envolve. Mais concretamente, discute os estereótipos e preconceitos como fatores de diferenciação entre os diferentes grupos de torcedores organizados, isto é, como elementos discursivos que os distinguem e mobilizam a rivalidade entre eles. Neste ponto, assim como alguns dos autores já citados, também traz a mídia para suas análises. Segundo o autor, esta é “[...] um elemento componente do contexto futebolístico que corrobora com a afirmação das mesmas categorias de preconceitos, juízos de valores e estereótipos [...]” (p. 78-79).

A rivalidade entre os torcedores organizados também é abordada por Manuel Gustavo Gianoli, em sua dissertação de mestrado. Ao buscar caracterizar o torcedor brasileiro e suas formas de participação, o autor, como já observamos, nos indica que, para estes torcedores, a violência faz parte do próprio futebol ou, melhor dizendo, da própria rivalidade entre eles. Já para aqueles que denominou de “torcedores de poltrona” essa violência seria decorrente das condições políticas e econômicas; enquanto que para as “tietes” seria da impunidade. “Elas disseram que ninguém fazia nada para contê-los [torcedores organizados] e que a impunidade fazia com que esses rapazes agissem dessa maneira.” (1996, p. 174).

Tulia Cristina Ferraz de Assis (2008) parece chegar à conclusão similar a de Gianoli no que diz respeito à visão dos torcedores organizados. Tomando como base a teoria das representações sociais, a autora, em sua dissertação de mestrado, busca conhecer as representações da violência nas torcidas organizadas, aos olhos dos próprios torcedores organizados. Para tanto, realiza entrevistas semidiretivas e aplica questionários em torcedores organizados de duas tradicionais equipes do estado de Goiás. A partir disto, conclui que esses torcedores compreendem a violência como o resultado da rivalidade existente entre eles.

Nancy Cardia (1996) é outra autora que apresenta possíveis explicações da psicologia social para a compreensão da identidade social dos torcedores organizados, bem como para o seu comportamento coletivo violento. Baseando-se em grande medida nas análises da *Leicester School*, a autora sugere que está ocorrendo uma desumanização do torcedor adversário nas arquibancadas brasileiras. Isto se daria pois o torcedor violento seria um torcedor jovem, oriundo das classes populares, e que teria na participação das torcidas organizadas uma das únicas fontes de autoestima e respeito.

Assim, com sua identidade social construída numa classe social que estabelece normas e valores que aceitariam a violência como instrumental, e com essa identidade profundamente ligada à torcida e ao time, estes torcedores naturalizariam o uso da violência como um modo de eliminar o torcedor adversário, visto como uma ameaça à própria existência, e como um modo de fortalecer os laços entre eles. Neste sentido, como observa a autora “[...] ao contrário da participação em ações de violência coletiva onde o anonimato é um fator importante, é importante ter visibilidade para poder comprovar a coragem e valentia a fazer jus ao respeito.” (CARDIA, 1996, p. 86).

Para coibir a violência destes torcedores, a autora propõe “[...] medidas de médio e longo prazo [que] implicam um maior envolvimento da sociedade na geração de alternativas de lazer sadias para os jovens e eventualmente para que possam viver suas necessidades de estar em grupo.” (CARDIA, 1996, p. 87). Assim, ao invés de propor a simples extinção das

torcidas organizadas, a autora enfatiza a necessidade de alternativas que possam desenvolver a autoestima e a identidade individual e social dos jovens oriundos das classes populares. Entre estas alternativas, destaca mais áreas livres e equipamentos nas periferias dos grandes centros para que esses jovens possam praticar o futebol e outros esportes, como o vôlei e o basquete.

As análises de Cardia parecem, em certo sentido, resumir como o campo acadêmico nacional vem abordando a violência no nosso futebol. Assim como a maioria de seus colegas, a pesquisadora apoia-se no referencial teórico-metodológico da *Leicester School*, enfoca o comportamento das torcidas organizadas e não aponta a extinção dessas torcidas como solução, além de não estabelecer discussões ou críticas a outras pesquisas nacionais. Como já indicamos, são raras as citações e contraposições de ideias de nossos pesquisadores a outros pesquisadores brasileiros. Do mesmo modo são raros os estudos brasileiros que enfocam outros agentes envolvidos na violência em nosso futebol além dos torcedores organizados. Não encontramos, por exemplo, etnografias acerca dos grupos de policiais que fazem o policiamento nos estádios. Esta é uma das muitas lacunas de nossa literatura. Literatura que participa, do mesmo modo que os discursos já apresentados, do processo de construção de políticas de contenção da violência em nosso futebol.

4.3 Políticas de contenção

Embora a primeira legislação desportiva do Brasil seja de 1941¹²⁴, é somente na primeira metade da década de 1990 que foram criados os primeiros instrumentos legais que dispõem especificamente sobre medidas de prevenção e repressão dos fenômenos de violência relacionados ao espetáculo esportivo. Nossa atual Constituição Federal, de 1988, limita-se a afirmar que é dever do Estado promover práticas desportivas formais e não formais, determinando que o Poder Público incentive o lazer como forma de promoção social. Já a nossa legislação esportiva específica¹²⁵, apenas diz que o espectador de futebol se compara ao consumidor de um modo geral (REIS, 2006).

Diante destas limitações, os

[...] Ministérios do Esporte e da Justiça tiveram a iniciativa de promover o Seminário sobre Segurança nos Estádios no dia 24/3/2003 e uma reunião com um grupo técnico no dia 25/3 com o objetivo de elaborar o que ficou

¹²⁴ Trata-se do Decreto-Lei nº 3.199, sancionado em plena II Guerra Mundial e em pleno Estado Novo. Esta primeira norma orgânica foi regulamentada por intermédio de dois decretos-leis (o de nº 5.342, de 1943, e o de nº 7.674, de 1945) e manteve-se vigente até a primeira reforma da legislação (Lei nº 6.251, de 1975) (MURAD, 2007).

¹²⁵ Primeiro, veio a Lei Zico (nº 8.672/93), em 1993; depois, a Lei Pelé (nº 9.615/98), em 1998; e, finalmente, a nova redação desta última, a Lei nº 9.981/00, em 2000 (MURAD, 2007).

denominado *Carta de Brasília: recomendações para a formulação e implementação de uma Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Estádios*. (REIS, 2006, p. 100-101, grifo da autora).

Entre outras coisas, a “Carta de Brasília” definiu uma série de ações de responsabilidade do Governo Federal para a redução dos índices de acidentes e criminalidade nos estádios de futebol brasileiros. Dessas ações, Reis (2006) destaca a criação da “Consegue” (Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos), que, dez meses após a publicação da carta, já havia sido formalizada pelo decreto presidencial nº 4.960 de 19/01/2004. Segundo a autora, embora constitua um grande avanço em matéria de legislação específica, essa comissão multidisciplinar não conseguiu escapar de alguns problemas.

A comissão foi nomeada com dez membros e o desconhecimento público de vários deles coloca em dúvida o cumprimento legal do decreto, pois a exigência de os cinco representantes da comunidade civil serem autoridades de notória experiência no tema não pôde ser comprovada. Dos nomeados, apenas o tenente-coronel Marcos Cabral Marinho, ex-comandante do policiamento em estádios da capital paulista, é indubitavelmente uma reconhecida autoridade no tema. (REIS, 2006, p. 104).

Hoje em dia, o que temos em relação a normas de proteção e defesa do torcedor é a Lei nº 10.671/03, mais conhecida como Estatuto do Torcedor (BRASIL, 2003). Sua entrada em vigor foi um marco na história esportiva do país. Afinal, “[...] apesar de o futebol já ter chegado ao país em forma de espetáculo, de ser há duas décadas uma das mercadorias mais rentáveis do capitalismo, no país até 2003 não havia leis que regulamentassem a promoção do esporte como espetáculo.” (REIS, 2003, p. 98). O Estatuto do Torcedor foi inicialmente proposto, em 2002, pela Comissão de Educação Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados como projeto de Lei nº 7.262/02. Depois tramitou no Senado Federal como Projeto de Lei nº 1/03, sendo sancionado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 15/05/ 2003.

Recentemente, esse estatuto passou por algumas modificações. Em 27 de julho de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.299, que buscou complementá-lo.

O curioso é que tanto no primeiro quanto no segundo [estatuto], a elaboração não contou com a presença dos maiores interessados e envolvidos em suas implicações, ou seja, os próprios torcedores. As torcidas organizadas, enquanto agrupamentos que necessitam, devido à sua particularidade no cenário esportivo, não tiveram também sua parcela de contribuição na elaboração desta lei. (PRAÇA et al. 2010a, s/p).

Conforme retomaremos adiante, algumas das modificações causaram e seguem causando polêmica, como o artigo que responsabiliza civilmente essas torcidas pelos danos provocados por seus associados nos locais do evento esportivo, em suas imediações ou nos trajetos de ida e volta. Praça e colaboradores (2010b, s/p) identificaram, por exemplo,

uma dúvida quanto ao possível uso desses dados para checar o passado criminal dos indivíduos, o que desencorajaria aqueles que têm alguma pendência legal a realizá-lo. Além disso, foi relatado que o cadastramento demandaria tempo e daria muito trabalho para as [torcidas organizadas], o que poderia gerar ônus para as agremiações, principalmente aquelas com grandes números de associados.

Contudo, talvez a medida que mais tenha causado discussão e questionamento foi a de realização de um cadastramento nacional dos torcedores, que acabou não sendo aprovada. De acordo com a proposta, para assistir a uma partida, todo torcedor maior de 16 anos teria de apresentar na entrada um cartão magnético que teria a sua impressão digital – o que, a princípio, dificultaria a ação dos cambistas.

O Estatuto do Torcedor está dividido em 12 capítulos, que tratam das seguintes questões: capítulo I, das disposições gerais; capítulo II, da transparência na organização; capítulo III, do regulamento da competição; capítulo IV, da segurança do torcedor participe do evento esportivo; capítulo V, dos ingressos; capítulo VI, do transporte; capítulo VII, da alimentação e da higiene; capítulo VIII, da relação com a arbitragem esportiva; capítulo IX, da relação com a entidade de prática desportiva; capítulo X, da relação com a justiça desportiva; capítulo XI, das penalidades; capítulo XI-A, dos crimes; e capítulo XII, das disposições finais e transitórias. O capítulo IV, que aborda mais diretamente a questão da segurança do torcedor, estabelece o seguinte:

Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas. (Vigência)
Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

I - estar na posse de ingresso válido; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

V - não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VI - não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VII - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VIII - não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza; e (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

IX - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão:

I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;

II - informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente:

- a) o local;
- b) o horário de abertura do estádio;
- c) a capacidade de público do estádio; e
- d) a expectativa de público;

III - colocar à disposição do torcedor orientadores e serviço de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local:

- a) amplamente divulgado e de fácil acesso; e
- b) situado no estádio.

§ 1º É dever da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III, bem como reportá-las ao Ouvidor da Competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.

~~§ 2º Perderá o mando de campo por, no mínimo, dois meses, sem prejuízo das sanções cabíveis, a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo que não observar o disposto no caput deste artigo. (Revogado pela Lei nº 12.299, de 2010).~~

Art. 15. O detentor do mando de jogo será uma das entidades de prática desportiva envolvidas na partida, de acordo com os critérios definidos no regulamento da competição.

Art. 16. É dever da entidade responsável pela organização da competição:

I - confirmar, com até quarenta e oito horas de antecedência, o horário e o local da realização das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior;

II - contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio;

III – disponibilizar um médico e dois enfermeiros-padrão para cada dez mil torcedores presentes à partida;

IV – disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida; e

V – comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.

Art. 17. É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.

~~§ 1º Os planos de ação de que trata o caput:~~

§ 1º Os planos de ação de que trata o caput serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão e dos órgãos responsáveis pela segurança pública, transporte e demais contingências que possam ocorrer, das localidades em que se realizarão as partidas da competição. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

I - serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão; e

II - deverão ser apresentados previamente aos órgãos responsáveis pela segurança pública das localidades em que se realizarão as partidas da competição.

§ 2º Planos de ação especiais poderão ser apresentados em relação a eventos esportivos com excepcional expectativa de público.

§ 3º Os planos de ação serão divulgados no sítio dedicado à competição de que trata o parágrafo único do art. 5º no mesmo prazo de publicação do regulamento definitivo da competição.

~~Art. 18. Os estádios com capacidade superior a vinte mil pessoas deverão manter central técnica de informações, com infra-estrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente. (Vigência)~~

Art. 18. Os estádios com capacidade superior a 10.000 (dez mil) pessoas deverão manter central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 19. As entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes respondem solidariamente com as entidades de que trata o art. 15 e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste capítulo. (BRASIL, 2003, p. 5-7).

Esse capítulo, assim como o Estatuto como um todo, tem sido objeto de estudo de algumas pesquisas. Silva e colaboradores (2007a), por exemplo, sustentam que, em 2006, ainda havia um grande desconhecimento dos torcedores em relação às determinações do Estatuto¹²⁶. Esse desconhecimento também foi observado por Mezzadri e colaboradores

¹²⁶ 120 torcedores foram entrevistados – destes, 66,7% disseram não conhecer o Estatuto.

(2011), em pesquisa realizada durante os anos de 2006 e 2007. Após aplicarem 87 questionários em jogos realizados na cidade de Curitiba, concluíram que

[...] a grande maioria dos torcedores não têm conhecimento aprofundado sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, mesmo aqueles que afirmaram conhecer suas disposições (34 indivíduos totalizando 39,08% do público entrevistado) deixaram transparecer que apenas sabem da existência da mesma, mas não conhecem a fundo suas particularidades. (MEZZADRI et al, 2011, p. 414).

De acordo com os autores, esta falta de conhecimento do Estatuto reflete “[...] um traço característico da sociedade brasileira, que, em geral, não exige seus direitos, deixando de exercer sua cidadania.” (MEZZADRI et al, 2011, p. 414). Reis (2010, p. 115), por sua vez, destaca que tal falta pode estar relacionada à “[...] ausência de um programa de divulgação da lei por parte dos governos e das entidades promotoras de espetáculos esportivos.” Outra pesquisa que nos indica desconhecimento do Estatuto do Torcedor por parte dos torcedores é a desenvolvida por Nicácio e colaboradores (2009), em 2007. Após entrevistarem 495 torcedores na cidade de Belo Horizonte, os autores descobriram que 50,5% deles apenas tinha ouvido falar no Estatuto. Também descobriram que o conhecimento adquirido sobre ele foi obtido, principalmente, através dos meios de comunicação de massa (televisão, em primeiro lugar; rádio, em segundo; e jornais, em terceiro). Silva e colaboradores (2007a) também notaram uma boa aceitação do Estatuto, mesmo entre aqueles que afirmaram não conhecê-lo¹²⁷. Além disso, puderam observar que, no referido período, o documento era apenas parcialmente cumprido (ao menos no estádio estudado, o Mineirão)¹²⁸. Essa observação é corroborada por Reis (2010), que, durante cinco anos, investigou o cumprimento da Lei, concluindo que aproximadamente 50% de seus artigos e incisos não são respeitados.

Em outro artigo, Silva e colaboradores (2007b) sustentam que o Estatuto pretende instaurar um novo *ethos* no esporte, tentando restringir ou modificar comportamentos e hábitos dos torcedores. O Art. 22 – que diz que é direito do torcedor que todos os ingressos emitidos sejam numerados e que ele deve ocupar o local correspondente ao número que consta no ingresso – seria uma prova disto. Afinal, segundo os autores, “o hábito de sentar-se em um lugar numerado e marcado em um jogo de futebol não é difundido no Brasil.” (p. 7). Neste mesmo artigo, também afirmam que outra faceta dessa mudança de *ethos* é a tentativa de igualar o torcedor ao consumidor. Lembram, por exemplo, que o Art. 40 determina que “a

¹²⁷ Embora os autores tenham identificado um significativo grupo contrário a alguns de seus pontos.

¹²⁸ Em artigo mais recente, Silva e colaboradores (2009) relatam o sistemático desrespeito ao Estatuto na fila para comprar ingressos para a final da Copa Libertadores da América de 2009, entre Cruzeiro e Estudantes.

defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo observará, no que couber, a mesma disciplina da defesa dos consumidores em juízo [...]” (BRASIL apud SILVA et al., 2007, p.8). De modo similar, Campos e colaboradores (2008, p. 15) sustentam que, “afeito à lógica da sociedade de consumo, o [Estatuto do Torcedor] revela quais são às expectativas (ou parâmetros) em relação ao comportamento dos torcedores adequando-os a um modelo de ‘torcedor-consumidor’.”

Aldo Antonio Azevedo (2008) é outro autor que destaca a intenção do legislador de, ao elaborar o Estatuto, conceber o torcedor como um consumidor. Além de destacar esse ponto, o autor propõe interpretar a Lei à luz das teorias de Durkheim, Foucault e Elias. A partir do primeiro, compreende o Estatuto “[...] enquanto norma jurídica que tem por finalidade regular o comportamento e as condutas sociais nas praças de esportes, [exercendo] um controle social coercitivo sobre os torcedores, para manter a ordem e a coesão social.” (p. 37). Ressalta, todavia, que, sob essa visão, “[...] a garantia da coesão social depende de que os indivíduos não violem ou resistam a esse poder coercitivo.” (p. 37). A partir do segundo, equipara o estádio de futebol ao “dispositivo panóptico”, compreendendo-o como um espaço de controle e vigilância, “[...] onde a distribuição dos corpos é regulada pela normatização e táticas disciplinares.” (p. 40). Nesse sentido, “[...] toda a tecnologia de organização do espaço do estádio para o controle e vigilância dos torcedores estaria a serviço do poder de uma norma: [o Estatuto do Torcedor].” (p. 40). Assim, nesta perspectiva,

[...] a educação do torcedor seria uma função do poder público e o exercício de algumas técnicas de vigilância no estádio contribuiriam para garantir o direito dos próprios torcedores, sendo que o [Estatuto do Torcedor] exerceria uma parte daquela função, por intermédio do poder de punir os comportamentos violentos dos torcedores com base na Lei.” (AZEVEDO, 2008, p. 41).

Já a partir da obra de Elias, entende que o Estatuto

[...] consiste em um produto das interdependências entre um conjunto de indivíduos na sociedade, em especial para o esporte. O próprio jogo seria um modelo de regramento construído a partir de tais relações, de tal forma que as permissões, proibições e limites teriam uma função social a desempenhar, que é controle das tensões e dos impulsos violentos dos indivíduos no estádio de futebol. Nesse espaço das relações entre torcedores, policiais, dirigentes esportivos e outros agentes do espetáculo é que os primeiros regulatórios do Estatuto do Torcedor foram construídos e nesse espectro serão aplicados. (AZEVEDO, 2008, p. 43).

Embora o Estatuto do Torcedor seja um marco na história esportiva do país, antes de sua entrada em vigor, uma série de medidas pontuais já vinha sendo adotada nos estádios dos diversos estados brasileiros. Na década de 1940, por exemplo, o presidente da Federação Metropolitana de Futebol (FMF), Vargas Netto, decretou a proibição das arquibancadas de madeira nos estádios cariocas. Já na década de 1970, o regime militar iniciou um ciclo de construção de grandes estádios – principalmente na região Nordeste – que, além de servirem de propaganda para o regime, visavam receber multidões com mais conforto e segurança. No entanto, não impediram uma série de desastres, como o ocorrido na reinauguração da Fonte Nova em 1971, quando inúmeros acidentes decorrentes da superlotação levaram à interrupção do jogo (HOLLANDA, 2008).

Além disso, há mais de trinta anos as torcidas adversárias são separadas nas arquibancadas, chegam por vias diferentes e entram por diferentes portões. No estádio, além de não poderem circular livremente pelos diversos setores, são segmentadas por grades, cordões de isolamento e barreiras de policiais, que funcionam como um elemento inibidor (PIMENTA, 1997). Em alguns casos, geralmente quando times de menor tradição recebem os chamados “grandes”, ainda é possível vermos torcedores dos dois times dividindo os setores mais caros, como as cadeiras numeradas. No entanto, isto não é o mais habitual.

Outra medida que também vem sendo adotada há muito tempo nos estádios brasileiros é a revista antes da entrada. Esta é feita pela PM e visa apreender materiais considerados perigosos. Até mesmo livros, por serem inflamáveis, estão proibidos de entrar. Também é feito pela PM um controle na parte externa do estádio a fim de impedir a entrada de torcedores sem ingresso¹²⁹. Além disso, hoje em dia, nossos principais estádios estão equipados com sistemas de CITV e possuem grades ou fossos que separam os torcedores do campo de jogo.

Fora dos estádios, os ônibus das torcidas organizadas têm sido obrigados a partir de suas sedes, além de serem escoltados nos trajetos de ida e volta. Os horários e datas da tabela também vêm sendo programados de modo a evitar confrontos entre torcedores de clubes rivais – dificilmente são marcados jogos em casa de dois times “grandes” de uma mesma cidade, num mesmo dia. Quando o Corinthians, por exemplo, joga quarta-feira à noite no

¹²⁹ Em 1991, inclusive, foi criado, no Rio de Janeiro, o Grupamento Especial de Policiamento de Estádios (GEPE). Embora tendo como atribuição policial qualquer evento realizado em estádio ou ginásio, durante a maior parte do tempo o GEPE está voltado para jogos de futebol. De acordo com Alvito (2006, p. 470), “na prática, isto quer dizer um policiamento voltado com muita atenção para as chamadas ‘torcias organizadas’, cujos membros são cadastrados pelo GEPE e vigiados de perto antes, durante e depois das partidas.”

Pacaembu, o Palmeiras costuma jogar terça ou quinta-feira no Palestra Itália. Quando ocorre de coincidirem as datas, os horários são alterados de modo a evitar o cruzamento dos torcedores nas estações de trem, ônibus e metrô. Se ambos os times jogam numa mesma noite em São Paulo, aí a tendência é um jogar por volta das 19:00hs/ 19:30hs e o outro entre 21:30hs/ 22:00hs.

Em dias de clássico, toda uma operação especial vem sendo montada. O número de policiais destacado nestes dias é substancialmente maior e são divulgadas com antecedência as vias de acesso ao estádio que cada torcida deve tomar. Muitas vezes também não são vendidos ingressos para os clássicos no dia do jogo – quando isto ocorre, raramente os ingressos vendidos são disponibilizados na bilheteria do próprio estádio. Em alguns lugares do país, como no estado de São Paulo, podemos notar uma tendência de não mais dividir a carga de ingressos entre as torcidas, como ocorria anteriormente. Por determinação do Ministério Público Estadual, os clubes visitantes têm ficado com apenas 5% dos ingressos. Já em Minas Gerais, os clássicos têm sido realizados apenas com a torcida do clube mandante – medida tomada depois que o Mineirão foi interditado para reformas para a Copa de 2014, obrigando Cruzeiro e Atlético a se enfrentarem em estádios menores.

O estado de São Paulo possui, inclusive, um longo histórico de medidas inovadoras, mas nem sempre bem-sucedidas de prevenção da violência no futebol, sendo que o ano de 1996 foi particularmente importante. Afinal, após vários incidentes de violência, ocorridos em jogos realizados na cidade de São Paulo nos anos de 1994 e 1995, a FPF tomou algumas providências inéditas para prevenir a violência no Campeonato Brasileiro. Entre elas,

1. Proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, em jogos na cidade de São Paulo.
2. Proibição da entrada de materiais como instrumentos de som, bandeiras, faixas e qualquer vestimenta que identificasse as torcidas organizadas ou uniformizadas.
3. Proibição da entrada de menor de idade, desacompanhado de pais ou responsáveis, no estádio do Morumbi, em São Paulo. Esta medida foi mais tarde estendida para outros estádios de São Paulo. (REIS; ESCHER, 2006, p. 73-74).

Em abril de 2008, a primeira medida foi adotada em todo o país, o que gerou bastante polêmica. Em primeiro lugar, porque inicialmente houve fiscalização contra a venda de bebidas alcoólicas apenas nas arquibancadas – não nos camarotes. “Diante da gritaria contra o absurdo da diferença entre ricos e pobres, os braços da lei se estenderam.” (DAMATO, 2009, p. 3). Em segundo lugar, porque, por conta de um contrato milionário entre a Budweiser

(fabricante de cervejas) e a FIFA, que prevê a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante as Copas do Mundo até 2014, o Comitê Organizador Local (COL) da Copa do Mundo no Brasil determinou, em junho de 2009, que as cidades-sedes terão de fazer leis para liberar a venda de álcool nos estádios brasileiros durante o evento.

A segunda medida, no entanto, já deixou de vigorar. Hoje em dia, podemos ver novamente os torcedores organizados portando suas vestimentas e festejando com suas baterias, “bandeirões” e faixas nos estádios de São Paulo – apenas bandeiras com mastros permanecem proibidas¹³⁰. Entretanto, isto não ocorre sem algumas restrições. Baseando-se num relatório da Comissão Paz no Esporte (KLEIN, 2005/2006), dos ministérios do Esporte e da Justiça, a FPF adotou um projeto piloto para o Campeonato Paulista de 2007, implementando uma série de ações válidas até hoje. Entre outras ações, esse relatório recomendou que as torcidas organizadas ocupassem um espaço específico para elas, não permitindo que, em outros lugares do estádio, haja circulação de torcedores portando qualquer forma de identificação de torcida organizada. Para adentrar tais espaços, ficou definido que o torcedor teria de possuir o “cartão torcedor”, obtido através de seu cadastramento na FPF.

Além disso, o Ministério Público do Estado de São Paulo determinou que todas as torcidas organizadas do estado teriam de possuir CNPJ, registrar o estatuto da entidade em cartório, fazer seu registro na FPF, bem como orientar seus associados a realizar o cadastramento individual para obtenção do “cartão torcedor”. Mais recentemente, desde o final de 2011, também passou a vigorar em São Paulo a Lei nº 14.590, que determinou, entre outras coisas, que “os estabelecimentos que realizam a venda de ingressos para as partidas oficiais de futebol deverão identificar os respectivos compradores.” (SÃO PAULO, 2011). Esta última medida tem causado filas e transtornos, atrasando a entrada nos estádios, o que tem gerado críticas dos torcedores e da imprensa. As determinações do Ministério Público para as torcidas organizadas igualmente têm recebido críticas, especialmente dos torcedores organizados. Os Gaviões da Fiel, por exemplo, argumentam, por meio do seu site (www.gavioes.com.br), que, para diminuir a ocorrência da violência em dias de jogos, é preciso tomar uma série de outras medidas, como o cumprimento do próprio Estatuto do Torcedor.

Embora a entrada dos torcedores organizados nos estádios se dê hoje por portões separados, conforme recomenda o projeto supracitado, dentro das arquibancadas, eles

¹³⁰ A volta das bandeiras com mastros estava prevista em um dos artigos do Projeto de Lei nº 177/10, do deputado Enio Tatto-PT, que deu origem a Lei nº 14.590 (SÃO PAULO, 2011). Este artigo, no entanto, foi vetado pelo governador Geraldo Alckmin.

possuem acesso a outros setores. No Pacaembu, por exemplo, os torcedores organizados entram pelo portão do setor amarelo do estádio, mas alguns deles optam por acompanhar a partida do setor verde, como é o caso das torcidas corintianas Pavilhão Nove, Fiel Macabra e Coringão Chopp. Isto nos indica certo afrouxamento do projeto em questão. Projeto que mantém uma política segregacionista e que, assim como muitas das medidas já tomadas no estado de São Paulo e no Brasil, segue um longo histórico de ações com um viés repressivo – que, certamente, estão intimamente ligadas ao modo como o problema social sob análise tem sido definido e demarcado. Os sentidos mobilizados na construção desse problema constituem justamente o objeto da próxima parte.

PARTE III

ANÁLISE FORMAL OU DISCURSIVA

Nesta terceira parte, buscamos descrever e analisar a organização interna dos materiais discursivos: suas características estruturais, seus padrões e suas relações. Mais concretamente, buscamos discutir como que os *claims-makers* constroem as condições que mobilizam o problema social sob investigação (capítulo 5), como eles constroem os envolvidos neste problema (capítulo 6) e, finalmente, como eles constroem suas possíveis soluções (capítulo 7). Antes de detalharmos como foi realizada esta descrição e análise, é importante, explicitar como foi realizada a construção do *corpus* da pesquisa.

Tal como já sugerimos, o *corpus* escolhido para estudar o atual debate em torno da violência envolvendo torcedores de futebol é composto por discursos enunciados por jornalistas, dirigentes desportivos, dirigentes de torcidas organizadas, acadêmicos e autoridades públicas. Nossa opção por estudá-los deve-se ao fato de eles serem, conforme já indicamos na parte II, os principais *claims-makers* do problema social em questão.

A opção por estudar seus discursos é uma opção ao mesmo tempo teórica e política. Teórica porque são escassos os estudos que enfocam o que esses agentes dizem acerca da violência – a maioria debruça-se sobre o comportamento violento de alguns torcedores. Política porque esta tese busca combinar uma atitude de solidariedade com os oprimidos com uma atitude de oposição e dissidência contra aqueles que abusam do discurso com o fim de estabelecer e sustentar relações de dominação. Tal atitude não se dá, evidentemente, fraudando dados ou assumindo uma postura acrítica, mas sim na escolha daquilo que será estudado. E a escolha por estudar discursos daqueles que habitualmente ocupam posições de poder – como os jornalistas, dirigentes desportivos, acadêmicos e autoridades públicas – faculta-nos problematizar suas “verdades”.

Além do mais, a escolha por também estudar discursos de dirigentes de torcidas organizadas dá voz a quem participa do debate, mas com um poder mais limitado. Afora isto, faculta-nos ter uma visão mais ampla acerca dos argumentos empregados neste debate. A escolha por estudar esses discursos também se justifica uma vez que consideramos que as ideologias podem ser estabelecidas e sustentadas não apenas pelos segmentos dominantes da sociedade, mas também pelos dominados. Diferentemente do que às vezes se supõe, as ideologias são difíceis de serem combatidas justamente porque encontram eco nesses últimos

segmentos. Nesse sentido, consideramos particularmente interessante a discussão sobre como discursos de dirigentes de torcidas organizadas se entrecruzam com relações de dominação.

Uma vez justificada a opção por estudar os *claims-makers* supracitados, cabe, agora, indicarmos as estratégias empregadas para obtermos narrativas que fossem representativas e significativas de seus discursos. Duas estratégias foram adotadas. A primeira foi buscar material sobre o tema em documentos de domínio público, ou seja, em produtos sociais tornados públicos. Estes documentos, de acordo com Peter Spink (1999), possuem grande potencial de circulação de sentidos e de reestruturação dos espaços institucionalizados de interação. Além disto,

eticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia, ou, no âmbito das redes sociais, pelos argumentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas. (SPINK, 1999, p. 136).

Os documentos de domínio público podem assumir diversas formas, tais como diários oficiais, arquivos variados, jornais e revistas, anúncios, publicidade, manuais de instrução, relatórios anuais etc. Nesta tese, trabalhamos com textos opinativos publicados em jornais de grande circulação – mais exatamente, na Folha de S. Paulo e no diário esportivo Lance!¹³¹ (quadro 4)¹³². Trabalhar com textos de jornais de grande circulação se justifica uma vez que, como já observamos na parte II, a chamada “grande imprensa” constitui um *locus* privilegiado para o debate em torno de problemas sociais. Nosso acesso aos textos jornalísticos opinativos se deu por meio de um levantamento no banco virtual de dados da Folha de S. Paulo

¹³¹ O jornal Folha de S. Paulo foi fundado em 19 de fevereiro de 1921, com o nome de Folha da Noite. De acordo com o “Novo manual da redação” do jornal (FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 17), “era um vespertino que esperava atrair leitores nas classes médias urbanas e na classe operária.” Feito na cidade de São Paulo e com irradiação nacional, o jornal diz buscar realizar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista (FOLHA DE S. PAULO, 1992). Atualmente, a Folha está presente não só nas bancas, mas também na internet (<http://www.folha.uol.com.br/>) e é o segundo jornal mais vendido no país. Em 2010, obteve uma circulação média diária de 294.498 exemplares (IG, 2011). O diário esportivo Lance!, por sua vez, começou a ser publicado no dia 23 de outubro de 1997 e, assim como a Folha, também está presente na internet (<http://www.lancenet.com.br>). Segundo o seu “Manual de Redação e Estilo” (LANCE!, 2008, p. 7), o jornal “[...] tem caráter nacional, que se concretiza em edições regionais, com foco nos temas esportivos locais. Assim, as edições de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte mantêm uma série de assuntos e páginas em comum, com a proposta de se fazer a melhor cobertura do esporte no Brasil e no mundo. Mas sempre reservam espaço destacado e dão ênfase aos conteúdos locais, na busca de atender as necessidades de cada leitor.” (LANCE!, 2008, p. 7). No final de 2005, o Lance! já era um dos jornais mais vendidos em bancas do país, com uma circulação diária média de 128 mil exemplares (STYCER, 2009). Em 2010, sua circulação diária foi de 94. 683 exemplares (IG, 2011).

¹³² A fim de que o leitor possa julgar a pertinência das análises realizadas deste material, anexamo-lo no final do texto.

(<http://www.folha.uol.com.br/>)¹³³, no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no arquivo pessoal do autor¹³⁴.

¹³³ Onde utilizamos e cruzamos os seguintes descritores e palavras-chaves: agressão, comportamento violento, Estatuto do Torcedor, futebol, legislação esportiva, massa, multidão, rivalidade, torcedor, torcida organizada, torcida uniformizada, vandalismo, violência.

¹³⁴ A escolha desses bancos de dados deve-se a motivos variados. O banco virtual da Folha de S. Paulo disponibiliza todo o acervo do jornal. Já o acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo é um dos mais completos do país e disponibiliza as edições do Lance! até o final de 2009. O arquivo pessoal do autor, por sua vez, possibilitou o acesso às edições de 2010 desse mesmo jornal. Aqui, cabe observarmos que essas edições não foram encontrados em acervos públicos. No momento da consulta, o acervo da biblioteca Mário de Andrade, por exemplo, disponibilizava apenas os números publicados até 2007.

Quadro 4 – Textos analisados¹³⁵

Autor	Dados sobre o autor	Título	Veículo	Data
André Kfoury	É jornalista. Trabalhou na rádio Jovem Pan. Atualmente trabalha na ESPN Brasil, onde é repórter e âncora do programa SportsCenter. Também é colunista do Lance!.	Pérolas reais	Lance!	11/09/2010
Aurélio Miguel	Ex-judoca campeão olímpico e conselheiro do São Paulo F. C. e vereador da Câmara Municipal de São Paulo pelo PR.	Risco ou só alegria? ...por outro lado...	Idem	26/08/2009
Benjamin Back	Participou do programa Bola na Rede, na Rede TV. É colunista do Lance!, blogueiro do Lancenet! e faz parte do Estádio 97, programa da Rádio Energia 97.	Cartolas organizados	Idem	19/02/2009
Idem	Idem	O problema não está no Jason	Idem	13/08/2009
Idem	Idem	Deram espaço, agora aguentem...	Idem	03/12/2009
Idem	Idem	A punição foi justa, mas...	Idem	17/12/2009
Idem	Idem	A violência está na impunidade!	Idem	25/02/2010
Bernardo Borges Buarque de Hollanda	É professor adjunto da Escola Superior de Ciências Sociais e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. É autor dos livros "O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro" e "O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego" e editor da Revista Esporte & Sociedade.	Torcidas-empresas	Folha de S. Paulo	28/02/2010
Idem	Idem	Arquibancadas do ódio	Idem	30/05/2010
Idem	Idem	O cerco policial às organizadas é uma missão complexa	Idem	16/09/2010
Clóvis Rossi	Foi editor-chefe do Estado de S. Paulo. É repórter especial e colunista da Folha de S. Paulo.	O medo venceu a alegria	Idem	19/02/2009
Contardo Calligaris	Italiano radicado no Brasil. Leciona na Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA), e na New School of New York (EUA). É psicanalista e colunista da Folha de S. Paulo.	Torcer ou pensar, eis a questão	Idem	24/06/2010
Eduardo Carlezzo	É advogado e professor e diretor do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD).	Tolerância zero no papel	Lance!	15/08/2010
Fernando Santos	É jornalista. Trabalhou na Folha de S. Paulo, Agora São Paulo e Folha da Tarde. Atualmente é colunista e editor executivo do Lance!, além de assinar colunas nos portais Terra e Starmedia.	Salve-se quem puder!	Idem	18/02/2009
Folha de S. Paulo	Jornal editado na cidade de São Paulo e o de maior circulação do país.	Todos Fichados	Folha de S. Paulo	15/03/2009
Idem	Idem	Futebol Civilizado	Idem	02/08/2010

¹³⁵ Os textos na íntegra estão disponíveis no anexo 1.

José Geraldo Couto	É crítico de cinema, tradutor e colunista da Folha de S. Paulo, onde publica semanalmente uma coluna sobre futebol.	Barbárie e cidadania	Idem	27/02/2010
José Luiz Portella	Foi secretário estadual dos Transportes Metropolitanos, de São Paulo, secretário executivo do Ministério do Esporte e considerado um dos idealizadores do Estatuto do Torcedor. É colunista do Lance! e da Folha de S. Paulo.	Jogo de cena	Lance!	25/02/2009
Idem	Idem	Mesma coisa, tudo uma coisa só	Idem	10/06/2009
José Paulo Florenzano	É professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e autor dos livros “A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro” e “Afonsinho e Edmundo. A rebeldia no futebol brasileiro” e organizador do livro “Futebol: espetáculo do século”.	A comunidade moral	Folha de S. Paulo	28/02/2010
Idem	Idem	Los macaquitos	Idem	30/05/2010
José Roberto Wright	Ex-arbitro de futebol e comentarista da Rede Globo e colunista do Lance!	Violência e omissão	Lance!	17/02/2009
Idem	Idem	Finalmente algo foi feito	Idem	13/12/2009
Juca Kfour	Foi diretor das revistas Placar e Playboy, comentarista esportivo do SBT e da Rede Globo, participou do Programa Cartão Verde, da Rede Cultura, foi apresentador do programa Bola na Rede, na Rede TV, colunista do O Globo e do Lance! e apresentou o programa de entrevistas Juca Kfour, na rede CNT. Atualmente trabalha na ESPN-Brasil, é apresentador do programa CBN EC, da rádio CBN, é blogueiro do UOL e colunista da Folha de S. Paulo.	De quem é a culpa	Folha de S. Paulo	19/02/2009
Idem	Idem	O ministro e as carteirinhas	Idem	15/03/2009
Idem	Idem	A Violência que alimenta	Idem	07/06/2009
Idem	Idem	Memórias, drogas e violência	Idem	14/12/2009
Idem	Idem	A punição ao Coritiba	Idem	28/12/2009
Idem	Idem	A banalização da morte	Idem	25/02/2010
Idem	Idem	Cumpra-se	Idem	29/07/2010
Idem	Idem	Ira organizada	Idem	21/10/2010
Lance!	Diário desportivo que tem caráter nacional e é um dos jornais mais vendidos do país.	Uma última chance de agir	Lance!	13/03/2009
Luiz Fernando Gomes	Editor e colunista do Lance!	Demagogia e irresponsabilidade	Idem	17/10/2010
Luiz Henrique de Toledo	É coordenador do programa de pós-graduação em antropologia social da UFSCar e professor adjunto na mesma universidade. É autor dos livros “Lógicas no futebol”, “No país do futebol” e “Torcidas organizadas de futebol”. Organizou o livro “Visão de jogo: antropologias das práticas esportivas”.	Os sem-política	Folha de S. Paulo	28/02/2010
Luiz Paulo Telles	Quando o artigo foi publicado, o primeiro era ministro da Justiça e o	Segurança e cidadania em eventos	Idem	11/08/2010

Barreto e Felipe de Paula	segundo secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.	esportivos		
Marcelo Damato	Trabalhou na Folha de S. Paulo. É colunista do Lance! e blogueiro do Lancenet!	Por uma greve de torcedores	Lance!	19/02/2009
Idem	Idem	É o fim dos brigões? ...por outro lado...	Idem	15/03/2009
Idem	Idem	Polícia também é parte do problema	Idem	24/03/2009
Idem	Idem	Cartolas preferem ódio à paz	Idem	26/03/2009
Idem	Idem	Regra dos 5% pune os bons e atrai encrenca	Idem	26/04/2009
Idem	Idem	Este pode ser o ano do torcedor	Idem	10/05/2009
Idem	Idem	Depois da violência vem a dúvida	Idem	07/07/2009
Marcos Marinho	Ex-comandante do Segundo Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Desde 2005, é chefe da Comissão de Arbitragem da Federação Paulista de Futebol (FPF).	É o fim dos brigões? Por um lado...	Idem	15/03/2009
Idem	Idem	Violência sem fim. Por um lado...	Idem	07/06/2009
Idem	Idem	Risco ou só alegria? Por um lado...	Idem	16/08/2009
Marília Ruiz	Trabalhou na Folha de S. Paulo, Record, Band, Band News e no programa Bola na Rede, da RedeTV. É comentarista do programa Belas na Rede, na RedeTV. Quando o artigo foi publicado, era colunista do Lance!.	Que graça tem gol em W.O?	Idem	25/03/2009
Mateus Benato	Editor do Lance!	É possível torcer sem matar ou morrer?	Idem	07/06/2009
Mauro Beting	Foi comentarista da Rádio Gazeta, SporTV, ESPN e Rede Record. É comentarista na Rádio e TV Bandeirantes, na TV Lance! e Rádio Lance!. Apresenta programas sobre futebol na TV Esporte Interativo e no Bandsports. Também é colunista do Agora São Paulo e do Lance!, além de escrever mensalmente no FutLance!	Estádio de sítio	Idem	20/02/2009
Orlando Silva	Foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), secretário Nacional de Esporte Educacional, secretário Nacional de Esporte Educacional e secretário-executivo do Ministério do Esporte. Filiado ao PCdoB. Quando o artigo foi publicado, era ministro do Esporte.	É hora de virar o jogo	Folha de S. Paulo	22/03/2009
Paulo Castilho	Promotor do Juizado Especial Criminal, do Ministério Público do Estado de São Paulo.	Violência sem fim ...por outro lado...	Lance!	07/06/2009
Paulo Vinicius Coelho	Foi repórter da Placar, repórter especial, colunista e diretor-executivo do Lance! É colunista da Folha de S. Paulo e comentarista e chefe de reportagem da ESPN-Brasil.	Os bandidos estão vencendo	Folha de S. Paulo	22/02/2009
Roberto Assaf	Colunista do Lance!	Vigiar, enquadrar e punir	Lance!	17/03/2009
Idem	Idem	Problema é a certeza da impunidade	Idem	09/06/2009

Rodrigo Cerqueira	Editor e colunista do Lance!	Que sirva de exemplo!	Idem	20/12/2009
Romeu Tuma	Foi delegado de polícia, diretor geral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de São Paulo e superintendente e diretor geral da Polícia Federal, também de São Paulo. Foi eleito senador em 1994 e reeleito em 2002. Quando o artigo foi publicado, cumpria seu segundo mandato de senador e estava filiado ao PTB-SP.	O controle da violência envolve toda a sociedade	Idem.	05/07/2009
Sérgio Cabral	Foi vereador pelo PMDB-RJ e conselheiro do Tribunal de Contas, do Rio de Janeiro. Trabalhou nos jornais Diário da Noite, Diários Associados e Última Hora e ajudou a criar O Pasquim. É colunista do Lance!	Sonhar não custa nada	Idem	07/06/2009
Silvio Torres	Foi relator da CPI CBF/Nike, em 2001. É secretário estadual da Habitação, de São Paulo. Quando o artigo foi publicado, era deputado federal pelo PSDB-SP e presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara.	Segurança nos estádios e respeito ao torcedor	Idem	20/12/2009
Tostão	Ex-jogador de futebol. É comentarista da Rádio Jovem Pan e colunista da Folha de S. Paulo.	Contradições humanas	Folha de S. Paulo.	18/02/2009
Valdomiro Neto	Editor do Lancenet! e colunista do Lance!	Quem tem medo do Jason?	Lance!	26/08/2009
Walter Falceta Jr.	Jornalista. Trabalha no Estado de S. Paulo.	Um filho no estádio em noite de vandalismo	Idem	07/07/2009
Xico Sá	Participa do programa Cartão Verde, da TV Cultura, escreve para o Yahoo, onde possui a coluna Modos de Macho & Modinhas de fêmea e é colunista da Folha de S. Paulo.	Túmulos do futebol	Folha de S. Paulo	05/06/2009

Neste levantamento, limitamo-nos a selecionar textos publicados no período 2009-2010. Isto se deve, em primeiro lugar, ao fato de o foco desta tese ser o atual debate em torno do problema social em questão. Não temos aqui a pretensão de analisar possíveis ciclos opinativos ao longo de um amplo período de tempo. Em segundo lugar, porque, no referido período, o debate público em torno desse problema acentuou-se. Entre outras razões, isto se deve a alguns episódios marcantes de violência – como o ocorrido na última rodada do Campeonato Brasileiro de 2009 – e à sanção da Lei n. 12.229, em junho de 2010, que modificou o Estatuto do Torcedor.

Por meio deste levantamento, tivemos acesso a vários textos de jornalistas, a alguns textos de autoridades públicas e de acadêmicos e a apenas um texto de dirigente desportivo. Não encontramos textos de torcedores organizados. O fato de praticamente não termos encontrado textos assinados por dirigentes desportivos foi bastante surpreendente para nós uma vez que eles são uns dos principais responsáveis pela promoção e organização do espetáculo futebolístico. O fato de não termos encontrado textos assinados por torcedores organizados, por sua vez, era algo esperado. Afinal, como já nos indicavam alguns estudos científicos comentados na primeira parte, os torcedores organizados quase não possuem voz na mídia.

É importante observarmos que os textos selecionados não são necessariamente de diferentes autores. Dos sessenta e um selecionados, oito deles são, por exemplo, de autoria do jornalista Juca Kfoury. Consideramos que isso não constitui propriamente um problema para esta tese uma vez que ela está situada no campo da pesquisa qualitativa e não quantitativa. Ou seja, nossa intenção aqui não é contar opiniões, mas, ao contrário, é explorar o espectro de opiniões e as (diferentes) visões sobre o tema em questão. Como observam Bauer e Gaskell (2000), enquanto a pesquisa quantitativa está preocupada em descrever a distribuição de atributos já conhecidos no espaço social, a pesquisa qualitativa está preocupada em tipificar atributos desconhecidos. No nosso caso, estamos preocupados em apresentar a variedade de pontos de vista sobre violência no futebol e aquilo que fundamenta e justifica esses pontos de vista. E um mesmo autor pode assumir pontos de vistas distintos em diferentes textos – seja explorando outros aspectos do tema, seja assumindo outra posição sobre o mesmo aspecto.

Também é importante observarmos que a maioria dos textos selecionados foi escrita e publicada logo após a ocorrência de episódios que envolviam agressões físicas praticadas por torcedores. Embora não seja nosso objetivo analisar detalhadamente o processo de agendamento do tema na mídia, não podemos deixar de mencionar que tal fato é um indicativo de que a cobertura jornalística do problema é, basicamente, reativa: espera a

violência eclodir para informá-la e debatê-la. Além do mais, é um indicativo de que essa cobertura contempla, fundamentalmente, a violência física e pessoal.

É igualmente importante observarmos que, entre os textos selecionados, há tanto editoriais quanto artigos e colunas de opinião. Enquanto os editoriais manifestam os princípios gerais e as teses orgânicas do jornal, os artigos e as colunas de opinião são produzidos por colaboradores ou convidados – em geral, personalidades e especialistas – e não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Grosso modo, podemos dizer que o editorial é a opinião do jornal, enquanto que os artigos e colunas de opinião são opiniões que são publicadas e podem ser lidas no jornal¹³⁶. Deste modo, diferentemente dos artigos e colunas de opinião, o editorial possui representatividade institucional. Na comparação de Borrat (apud GIRÓ; JARQUE, 2007), são como mensagens institucionais que o dirigente de um partido comunica em nome do próprio partido.

A importância dos editoriais, segundo Giró e Jarque (2007, p. 18, tradução nossa),

[...] não advém de uma eventual atenção massiva que, na prática, o grande público não lhes dedica (apenas uma pequena parte dos leitores lhes dedica seu tempo), mas, por um lado, do fato de que os políticos os leem, com a concomitante capacidade de influência que isto comporta. E, por outro lado, do fato de quem determina o conteúdo dos editoriais – a direção, com ou sem os chefes de redação – é também quem determina em última instância a primeira página – que com frequência constitui toda uma tomada de posição política – e determina, também largamente, as orientações das manchetes das páginas interiores. Tanto as manchetes da primeira página como as das páginas interiores são de suma importância na hierarquia jornalística da informação e têm uma grande influência na opinião pública.¹³⁷

Além de coletar textos opinativos, realizamos entrevistas com alguns dos *claims-makers* supracitados, que foram gravadas e, posteriormente, transcritas¹³⁸. Como observa

¹³⁶ Todavia, é preciso observar que estes últimos, em geral, seguem a linha editorial do jornal. Primeiro, porque um jornal costuma dar voz somente àqueles que compartilham de seus princípios e interesses – sobretudo econômicos. Segundo, porque se ocorre a um articulista fixo (que é funcionário do jornal) contradizer em seus textos a opinião oficial do jornal, ele sabe que poderá perder o emprego (GIRÓ, 2007).

¹³⁷ “[...] no se deriva de una eventual atención masiva que, en la práctica, el gran público no les dedica (sólo una pequeña parte de los lectores les dedica su tiempo), sino, por una parte, del hecho de que los políticos sí que los leen, con la concomitante capacidad de influencia que ello comporta. Y, por otra, del de que quien determina el contenido de los editoriales – la dirección, con o sin los jefes de redacción – es también quien determina en última instancia la portada – que con frecuencia constituye toda una toma de posición política – y determina, también en grandes líneas, las orientaciones de los titulares de las páginas interiores. Tanto los titulares de portada como los de las páginas interiores son de suma importancia en la jerarquía periodística de la información y tienen una gran influencia en la formación de la opinión pública.”

¹³⁸ A transcrição buscou ser um registro tão detalhado quanto possível do material gravado. Buscamos, portanto, registrar as falas literalmente, mantendo gírias, expressões, turpilóquios etc. A fim de que o leitor possa julgar a racionalidade das análises realizadas das transcrições, anexamo-las no final do texto.

Haguet (2007, p. 86), uma entrevista pode ser definida como um “[...] processo de interação entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.” Interação em que essas duas pessoas – entrevistado e entrevistador – quase sempre levam em conta o que o outro diz, tentando adequar sua própria linha de argumento e de ação ao discurso do outro e, assim, ajustar seu próprio discurso em desenvolvimento ao que escuta e crê que o outro espera que ele diga. Em outras palavras: uma entrevista constitui um espaço representado de posições, onde se definem expectativas sobre o comportamento do outro e se antecipam expectativas desse outro sobre o próprio comportamento. É nessa confluência de expectativas – do entrevistado e do entrevistador – que ela ocorre.

A realização de entrevistas se justifica por duas razões. Primeira, caso nos restringíssemos a apenas analisar os textos selecionados nos levantamentos descritos acima, alguns importantes *claims-makers* ficariam de fora da nossa pesquisa – como já observamos, encontramos somente um texto de dirigente desportivo e nenhum de torcedor organizado. Segunda, as entrevistas nos permitiriam explorar mais detalhadamente alguns importantes aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa. A maioria dos textos encontrados enfoca somente aspectos muito específicos do problema social sob investigação. Por exemplo, enquanto a maioria dos textos de autoridades públicas enfoca soluções para o problema, os de acadêmicos, em geral, enfocam suas causas.

A seleção dos entrevistados baseou-se no conhecimento prévio que tínhamos dos *claims-makers* mais atuantes¹³⁹ e em sugestões dadas por informantes privilegiados. Através desse conhecimento e dessas sugestões, fizemos uma lista com nomes de possíveis entrevistados. Em seguida, consultamos, via email, essas pessoas sobre a possibilidade de participarem da pesquisa.

O resultado da consulta foi, em certa medida, frustrante. Muitos não responderam e outros tantos se negaram a dar entrevistas – inclusive, jornalistas e acadêmicos, profissionais que têm a entrevista como uma de suas principais ferramentas de trabalho. Entre os que se recusaram a dar entrevistas, alguns alegaram não se considerar especialista no tema. Esta alegação pareceu-nos particularmente estranha uma vez que essas mesmas pessoas escrevem e participam de debates públicos sobre o problema. Por outro lado, se não houve a adesão esperada, alguns importantes *claims-makers* mostraram-se interessados e disponíveis para

¹³⁹ Aqui é importante destacarmos que a revisão bibliográfica realizada para a parte anterior foi fundamental para conhecermos quem são as pessoas envolvidas no debate em questão.

participar da pesquisa¹⁴⁰ – entre eles, dirigentes desportivos e de torcidas organizadas. Uma vez indicado esse interesse e disponibilidade, agendamos as entrevistas para datas e locais que fossem convenientes para o entrevistado (quadro 5).

¹⁴⁰ Aqui é importante destacarmos que dois desses *claims-makers* (Erich Beting e Ricardo Mello) são amigos de longa data do autor desta tese. Esta observação é importante uma vez que a distância social percebida entre os interlocutores é um aspecto potencialmente relevante para a situação comunicativa. Entre outras coisas, ela tende a controlar a variação dos pronomes pessoais para a segunda pessoa (você vs. senhor/a) – como ocorreu nas entrevistas realizadas para esta tese.

Quadro 5 – Entrevistas realizadas¹⁴¹

Entrevistado	Dados sobre o entrevistado	Local	Data
André Azevedo	Presidente da Dragões da Real e presidente do conselho da CONATORG.	Sede da Dragões da Real.	28/10/2011
Erich Beting	Jornalista esportivo. Criou em 2005 a Máquina do Esporte, veículo que trata de negócios do esporte no Brasil. Atua como comentarista do BandSports e é blogueiro do UOL. Também é consultor editorial da Universidade do Futebol e professor dos cursos de pós-graduação em Gestão e Marketing Esportivo da Universidade Gama Filho, da Universidade Trevisan e da Universidade Anhembi-Morumbi.	Cafeteria próxima ao escritório do entrevistado.	23/04/2010
Heloisa Reis	Professora livre-docente da Universidade Estadual de Campinas. Possui artigos, capítulos de livro e livros sobre esporte, em geral, e sobre violência no futebol, em particular. Coordena o projeto de pesquisa “O torcedor organizado e as políticas públicas de prevenção da violência relacionada ao futebol”. Participou do processo de criação da Consegue.	Sala da entrevistada na Faculdade de Educação Física na Universidade Estadual de Campinas.	15/04/2010
Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro	Presidente do Santos F. C.	Sala do apartamento do entrevistado	06/08/2011
Marcos Ferreira	Vice-presidente da Mancha Alviverde.	Sala da diretoria da Mancha Alviverde.	07/10/2011
Pulguinha	Presidente da CONATORG e segundo secretário dos Gaviões da Fiel.	Sala da diretoria dos Gaviões da Fiel	08/09/2011
Ricardo Mello	Trabalha no “Sou da Paz” – instituto que busca influenciar a atuação do poder público e de toda a sociedade frente à violência – e é conselheiro do Santos F. C.	Sala do apartamento do entrevistador.	30/04/2010
Tatinho	Filiado aos Gaviões da Fiel. Quando concedeu a entrevista, era o tesoureiro da instituição.	Sala da diretoria dos Gaviões da Fiel.	27/04/2010

¹⁴¹ As transcrições das entrevistas estão disponíveis no anexo 2.

A fim de realizar as entrevistas, desenvolvemos um roteiro (ANEXO 3) ou, como prefere Gaskell (2000), um tópico guia que desse conta dos objetivos e fins da pesquisa, ao mesmo tempo em que criasse um referencial fácil e confortável para a discussão. Uma das estratégias adotadas para fazer com que a entrevista deslanchasse foi começá-la com questões bem simples e abertas. O tópico guia foi, como sugere o termo, apenas um guia, ou seja, esforçamo-nos, na medida do possível, para não nos tornarmos um escravo dele e considerar temas importantes que fossem surgindo ao longo da entrevista, mas que não poderiam estar presentes em um planejamento ou expectativa anterior. Em alguns momentos, as perguntas guias deram origem a perguntas específicas, como um funil. Em outros, elas foram adaptadas ou modificadas. Por exemplo, houve casos em que uma pergunta foi dividida em duas e casos em que duas foram reunidas em uma só.

Também elaboramos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 4) que explicitava aos entrevistados os objetivos da pesquisa e os seus compromissos éticos¹⁴² - entre eles, o de manter o anonimato na produção final do texto, caso isto fosse solicitado. Solicitação esta que não foi feita por nenhum dos entrevistados - razão pela qual seus nomes e sobrenomes foram revelados¹⁴³.

Uma vez explicitados os processos de construção do *corpus* da pesquisa, cabe, agora, apresentarmos e justificarmos o modo como ele foi analisado. Para tanto, apoiamo-nos nas reflexões de Thompson acerca dos modos de operação da ideologia (sistematizadas no quadro 1). Além disto, adotamos algumas ferramentas de análise desenvolvidas por outros autores - em especial, Teun A. van Dijk (1997, 2003, 2008). A adoção dessas ferramentas justifica-se uma vez que elas nos oferecem possibilidades analíticas complementares às desenvolvidas por Thompson, auxiliando-nos na tarefa de compreender as complexas estruturas dos materiais discursivos.

Assim, fazendo uso dessas ferramentas e do estudo de Thompson acerca dos modos gerais de operação da ideologia, desenvolvemos uma análise em duas etapas. Na primeira etapa, identificamos e classificamos os principais argumentos - explícitos e implícitos - empregados em cada material discursivo, sendo que “chamamos de implícita uma informação quando pode ser inferida de um texto (isto é, de seu significado), sem que o texto a tenha

¹⁴² Este termo, assim como o tópico guia, foi enviado para o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPH) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que deu o aval para a realização desta pesquisa.

¹⁴³ Aqui, cabe destacarmos que os entrevistados Tatinho e Pulguinha, todavia, preferiram que suas falas fossem identificadas através destes apelidos uma vez que se trata do modo como são conhecidos nos Gaviões da Fiel.

expressado de maneira explícita.”¹⁴⁴ (VAN DIJK, 2003, p. 155, tradução nossa). De acordo com van Dijk (1997), o estudo dessas informações é particularmente importante, pois grande parte do que é informado por um discurso não se expressa de forma explícita. Por esta razão, segundo ele, “a análise do ‘não dito’ é às vezes mais revelador do que o estudo do que em realidade se expressa no texto.”¹⁴⁵ (p. 34, tradução, nossa).

Para identificar e classificar esses argumentos, estruturamos essa etapa em dois momentos. Inicialmente, inferimos de cada um dos materiais discursivos proposições – explícitas e implícitas – que resumem seu conteúdo. Por seu caráter de síntese, chamamos essas proposições de macroproposições (VAN DIJK, 1997, 2003; GIRÓ; JARQUE, 2007). No caso específico dos artigos, deduzimos uma macroproposição que sintetiza a tese principal (macroproposição central) e outras que sintetizam as estratégias argumentativas que fundamentam a tese. Em muitos casos, escolhemos também outras macroproposições que consideramos relevantes para alcançar os objetivos da análise, ainda que estas não sejam centrais ou embasem a macroproposição central. No caso das entrevistas, listamos as principais macroproposições sem, no entanto, estabelecer uma macroproposição central. Afinal, diferentemente de um artigo, uma entrevista tende a não ter uma tese principal.

Num segundo momento, agrupamos as macroproposições em três categorias temáticas: “condições”, “envolvidos” e “soluções”. Para nos auxiliar na realização desta primeira etapa, utilizamos uma ficha para cada material discursivo¹⁴⁶. Uma ficha composta de três partes. Na primeira parte, apresentamos alguns dados gerais sobre a entrevista ou artigo: nome do entrevistado, local e data de realização da entrevista (no caso das fichas para entrevistas) e autor, título, veículo, data da publicação e página (nas fichas de artigos). Na segunda parte, destacamos as macroproposições (M1, M2, M3...) das entrevistas e artigos e, no caso específico destes últimos, também a sua macroproposição central (MC). Na terceira parte, reagrupamos essas macroproposições de acordo com as temáticas supracitadas.

¹⁴⁴ “[...] Llamamos implícita a una información cuando puede ser inferida de un texto (esto es, de su significado), sin que el texto la haya expresado de manera explícita.”

¹⁴⁵ “El análisis de lo ‘no dicho’ es a veces más revelador que el estudio de lo que en realidad se expresa en el texto.”

¹⁴⁶ As fichas estão disponíveis no anexo 5.

Quadro 6 – Exemplo de ficha de entrevista

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	
LOCAL	
DATA	

Quadro 7 – Exemplo de ficha de artigo

DADOS GERAIS	
AUTOR	
TÍTULO	
VEÍCULO	
DATA DE PUBLICAÇÃO	
PÁGINA	

Quadro 8 – Exemplo de ficha de entrevista

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
M1.
M2.
M3. [...]

Quadro 9 – Exemplo de ficha de artigo

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
M1.
M2.
M3. [...]
MC.

Quadro 10 – Exemplo de ficha de entrevista e artigo

ANÁLISE DE NÍVEL 2	
CONDIÇÕES	
1 –	
2 –	
3 – [...]	
ENVOLVIDOS	
1 –	
2 –	
3 – [...]	
SOLUÇÕES	
1 –	
2 –	
3 – [...]	

Na segunda etapa da análise, comparamos e analisamos os argumentos presentes nos materiais discursivos sobre essas temáticas. Para tanto, estruturamos esta etapa em dois momentos. Num primeiro momento, reunimos todas as posições sobre cada uma dessas temáticas e as reagrupamos por epígrafes que as condensam. As posições referentes à temática “condições” foram reagrupadas em “comportamento de grupo ou de massa”, “organização do evento futebolístico”, “impunidade”, “falta de interesse em resolver o problema” e “falta de cidadania, desigualdade e insatisfação social”; as referentes à temática “envolvidos” foram reagrupadas em “treinadores e atletas”, “torcedor comum”, “consumidor”, “famílias”, “sociedade”, “torcedor violento”, “jornalistas” e “autoridades públicas e dirigentes desportivos”; e as referentes à temática “soluções” foram reagrupadas em “penalização das torcidas organizadas”, “criminalização da violência, da fraude desportiva e do cambismo”, “elaboração e implementação de planos de ação, emissão de ingressos numerados e agilidade na venda de ingressos”, “cadastramento nacional do torcedor”, “restrição ou proibição da presença da torcida visitante”, “especialização da polícia”, “qualificação do jornalista esportivo e elaboração e aplicação de um Termo de Reajuste de Conduta” e “investimento em educação, diminuição da desigualdade social e fortalecimento do diálogo”.

Num segundo momento, destacamos as diferenças e similitudes entre as posições reagrupadas sob a mesma epígrafe, enfocando as estratégias de construção simbólica empregadas na construção dos argumentos desenvolvidos por cada uma dessas posições. Para tanto, realizamos uma discussão acerca, entre outras coisas, da sintaxe, das escolhas léxicas e das figuras retóricas utilizadas na construção desses argumentos. Além dessa discussão, consideramos pertinente mencionar aquilo que é omitido nos materiais discursivos. Afinal, conforme já observamos no capítulo 1, a estratégia da dissimulação pode ser realizada, por exemplo, ocultando informações – como ocorreu na construção das condições do problema social em questão, que discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

CONSTRUINDO AS CONDIÇÕES

Neste capítulo, descrevemos e analisamos os principais argumentos – explícitos e implícitos – acerca das condições que mobilizam a violência no futebol. Para tanto, da mesma forma que na parte anterior, optamos por dividir esses argumentos em duas categorias: condições “internas” (5.1) e condições “externas” (5.2). As primeiras referem-se àquelas ligadas à própria estrutura e dinâmica do jogo de futebol e/ou àquelas enfrentadas pelo torcedor no estádio e no trajeto de ida e volta. Já as segundas referem-se àquelas que não se esgotam no jogo ou no evento desportivo. Grosso modo, trata-se das razões econômicas, sociais e culturais mais amplas, ligadas à estrutura do mundo contemporâneo, em geral, e ao contexto brasileiro, em particular.

Antes, contudo, é interessante observarmos que, em alguns momentos, o problema da violência no futebol é simbolicamente construído como sendo um fenômeno praticamente onipresente, atingindo as diferentes regiões do país. Os seguintes trechos são emblemáticos: “em cada estado ou na maioria das cidades do Brasil, existem vários – diria até centenas – atos de covardia e brigas, antes, durante e após as partidas. Dentro e fora dos estádios.” (José Roberto Wright¹⁴⁷); “[...] na origem de tudo está o que deveria preocupar um presidente da CBF o tratamento animal que se dá ao torcedor em todos, repita-se em todos os estádios brasileiros.” (Juca Kfour¹⁴⁸). Em certa medida, o diagnóstico feito aqui universaliza o problema e, com isso, faz crer que sua solução é de interesse de todos os brasileiros.

Também pudemos perceber que diversos *claims-makers* interpretam o problema como sendo relativamente recente¹⁴⁹, sugerindo que houve um tempo em que as condições eram

¹⁴⁷ Artigo “Finalmente algo foi feito”.

¹⁴⁸ Artigo “A violência que alimenta”.

¹⁴⁹ Somente três *claims-makers* afirmam explicitamente o contrário, como é o caso do artigo assinado por Luiz Henrique de Toledo. Escreve o autor: “eles [torcedores] passaram a ser motivo de preocupação mais detida de parte dos poderes públicos, da imprensa e daqueles que organizavam os eventos, em virtude da intolerância e das rixas que, diga-se de passagem, já existiam desde a época do amadorismo anterior aos anos 30. Os jornais não se cansavam de censurar as ‘desinteligências’ frequentes promovidas pelo mau comportamento generalizado.” Bernardo Buarque de Hollanda, no artigo “Torcidas-empresas”, argumenta, por sua vez, que o que ocorreu foi, na verdade, “[...] uma mudança na dinâmica espacial dos confrontos entre torcidas organizadas. Se, até o final dos anos 80, as torcidas se confrontavam com mais frequência dentro dos estádios, a partir do decênio seguinte, a crescente vigilância em seu interior levou à sistematização das brigas para fora das arenas.” Já Pulguinha, na

melhores, em que não havia (ou não havia tanta) violência e vandalismo. Essa ideia, às vezes, é explicitamente indicada por meio do uso de marcadores temporais, como “hoje” ou “nos últimos dias”. Outras vezes, aparece na escolha dos vocábulos e tempos verbais empregados. Por exemplo, o artigo “A violência que alimenta”, de Juca Kfoury, observa que “os estádios de futebol *viraram* faixas de ódio [...]” (grifo nosso). Já o artigo de Romeu Tuma sustenta que “as arenas [...] *estão se transformando* em campo de batalha.” (grifo nosso). O artigo de Orlando Silva, por sua vez, diz que os conflitos “[...] *têm transbordado crescentemente* para o entorno das arenas e mesmo para as rotas de acesso a elas.” (grifo nosso). Tanto “viraram” quanto “estão se transformando” e “têm transbordado crescentemente” denotam uma mudança de estado.

Por um lado, ao invés de apresentar o fenômeno da violência no futebol como a-histórico e atemporal, como parte de uma tradição eterna e aceitável, a ideia de que essa violência é recente confere ao presente especificação contemporânea, construindo-o como um devir e não como pura repetição. Por outro lado, pode reforçar uma espécie de amnésia social, que idealiza o passado, conferindo a ele um estado de paz que, como indicam algumas pesquisas apresentadas e discutidas na parte II, nunca existiu propriamente¹⁵⁰. De acordo com elas, embora a referida violência tenha, de fato, aumentado nas últimas duas décadas, desde os primórdios do futebol no país temos exemplos de casos de violência praticada pelo e contra o torcedor.

5.1 CONDIÇÕES “INTERNAS”

Entre as causas “internas” ao jogo de futebol ou ao evento futebolístico discutidas nos materiais discursivos, destacamos, primeiramente, o comportamento de grupo ou de massa (5.1.1) e, em um segundo momento, a falta de estrutura e planejamento dos eventos futebolísticos (5.1.2).

entrevista concedida a nós, sustenta que “a diversidade do futebol ela é existente, ela é histórica. Mas você vê há cinquenta anos atrás como que era a sociedade, como que era a convivência dos homens, dos seres, tinha aí a violência e a diversidade do futebol tinha até um limite. Aí você olha pra década de oitenta, de noventa, quando nossa geração começou a chegar. Pô, eu ia pra jogo de futebol com meus pais na década de oitenta pra noventa já existia a diversidade no futebol, meu pai já requer, já requeria devidos cuidados, e hoje depois de vinte anos depois, a gente tem uma outra sociedade mais violenta, onde na verdade, o jovem na verdade, ele começa a ter a sua independência mais cedo, a cidade hoje a perca de valores dentro de uma normalidade pra todo mundo...”

¹⁵⁰ O fato de o resultado dessas pesquisas ter sido amplamente ignorado por diversos *claims-makers* não acadêmicos é indicativo de certa falta de absorção desses agentes do conhecimento científico sobre o assunto.

5.1.1 Comportamento de grupo ou de massa

Em alguns materiais discursivos¹⁵¹ o comportamento de grupo ou de massa é apontado como um dos fatores geradores de violência no futebol. Conforme já observamos na parte anterior, essa é uma explicação recorrente na literatura científica sobre o tema. O comportamento de grupo ou de massa, aliás, é uma antiga preocupação das Ciências Humanas, especialmente da Sociologia e da Psicologia Social. Foram diversos os autores que se debruçaram sobre o assunto. Entre eles, Scipio Sighele, Gabriel Tarde, Gustave Le Bon, José Ortega y Gasset, Wilhelm Wundt e Sigmund Freud (JUSTICIA; SIXTO, 2002). No plano da interdiscursividade, é interessante notarmos que, ainda que nenhum desses autores seja explicitamente citado, a maior parte dos discursos aqui abordados apresenta um alto grau de compartilhamento e repetição de ideias que são centrais no pensamento de alguns desses autores. Tomemos os exemplos abaixo:

enfim, acho que também talvez tenha um certo prazer do ser humano pela guerra, pelo confronto. Acho que talvez isso seja um componente também, que não sei muito bem de onde vem, mas que de alguma forma está presente em muitas culturas e que na nossa está também, né? Esse certo prazer pela guerra, pela rivalidade até as últimas consequências, uma coisa meio... uma convulsão coletiva de extravasar, de... Acho que esse é um componente também, que aí não é social, é mais... não sei se psicológico, tem a ver com um instinto mais agressivo do homem. (Ricardo Mello).

É, eu acho que o futebol tem, entre outras características, de despertar os instintos mais primitivos do ser humano. Facilmente compreensível, porque remonta aos tempos do homem da caverna, em que a disputa pela caça, pela prole, pela mulher, se fazia de forma violenta. Na medida em que a civilização foi evoluindo, as disputas e as competições continuaram, os torneios de lança na Idade Média envolviam essencialmente a matriz da violência. E cada vez que você adiciona a isso o tempero do coletivo, do anonimato, da multidão, esses instintos, por mais regramento que possa ter havido no aprimoramento da civilização, isso volta à tona de uma maneira quase que incontrolável. Então, eu acho que [é] essa associação de paixão e de instinto primitivo com a sensação de ser o vencedor de uma disputa. A história do Tarzan quando vencida um leão, ele erguia os punhos ao alto, com a cabeça do leão mostrando o resultado da sua vitória. E aí é a vitória do coletivo, quer dizer um clube de futebol que consegue reunir personagens

¹⁵¹ Nos artigos de Tostão, de Paulo Castilho, de Contardo Calligaris, de Orlando Silva, no artigo “A violência que alimenta” de Juca Kfoury, no artigo “Arquibancadas do ódio”, de Bernardo Buarque de Hollanda, nos artigos “Violência sem fim. Por um lado...” e “Risco ou só alegria? Por um lado...”, de Marcos Marinho, e na entrevista concedida por Ricardo Mello, na concedida por Erich Beting, na concedida por André Azevedo e na concedida por Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro.

tão diferentes numa paixão inexplicável à luz da razão acaba gerando esse processo de fundamentalismo, que eu acho muito grave e muito sério e que ofende a ideia que eu tenho do esporte. (Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro).

E, às vezes, a questão de estar envolvida com massa, e ela [a pessoa] poder se esconder através da massa, ela acaba, às vezes, exagerando, como expor, como extrapolar essa raiva contida e acaba tendo algum ato violento. (André Azevedo).

Porque eu continuo achando, geralmente, esse comportamento vem em grupo. Eu sempre uso um exemplo, quando eu dou palestra, dou aula, falo um pouquinho dessa questão, que é a questão... o que eu falo é sobre a visão de quem gerencia isso, ou seja, o organizador do espetáculo. Eu sempre uso como exemplo a venda de ingresso para um show do U2 que teve no Brasil, acho que em 2007, foi feita uma venda de ingresso, o ingresso mínimo era duzentos e tantos reais, numa loja apenas do Pão de Açúcar, acabou o ingresso, saiu um quebra-pau na Marginal Pinheiros. Teve que fechar a Marginal Pinheiros. Agora, você vai me dizer que era uma pessoa de baixa renda, que representava um grupo... Não. Insatisfação em relação a algum negócio. Então, o torcedor que briga não é só o torcedor de torcida organizada, ele pode estar ali em algum momento "xis" em seis pessoas e se achar valente por conta de estar em seis pessoas e brigar, pode coincidir ou não de ser de uma torcida uniformizada. Muitas vezes é porque tem essa característica, eles vão em grupo para o jogo. (Erich Beting).

A Copa acontece só a cada quatro anos, ou seja, as rivalidades são esporádicas, não se cristalizam. Além disso, os adversários da Copa são variados, distantes e diferentes de nós, enquanto, em geral, os humanos gostam de odiar seus vizinhos. Justamente, quando existe uma rivalidade estabelecida entre duas seleções nacionais, é entre países próximos, com similitude de destino, como Brasil e Argentina. Mas mesmo esse tipo de rivalidade "tradicional" não se compara com o ódio que opõe as torcidas de clubes da mesma cidade e do mesmo Estado. Essas torcidas são vítimas dos piores efeitos do grupo sobre o pensamento e os critérios morais do indivíduo. O que é efeito de grupo? Exemplo: UM jovem playboy entediado não colocaria fogo num índio que dorme num abrigo de ônibus. QUATRO playboys entediados são capazes disso; é possível, aliás, que os quatro se reúnam justamente para, juntos, autorizar-se a fazer algo que, separados, eles nunca fariam. Vamos agora a um jogo entre São Paulo e Corinthians (ou qualquer dupla de rivais da mesma cidade). O torcedor corintiano, que está do meu lado, bem antes que a bola role, já roga pragas à torcida do São Paulo, que são "a bicharada" ou "os bambis". Nosso corintiano, uma vez extraído de sua torcida, não imagina, obviamente, que todos os são-paulinos, jogadores e torcedores, sejam "viados". Tem mais: na grande maioria dos casos, na sua vida "real", fora do estádio, ele tampouco pensa que a opção sexual de alguém possa servir de insulto, ou seja, ele não acredita que os são-paulinos sejam bichas e não acredita que "bicha" seja um insulto. Meu amigo torcedor, aliás, poderia ser ele mesmo homossexual; tanto faz, não por isso ele deixaria de gritar "bicha-raaaada". O mesmo vale para um são-paulino e seus gritos contra a torcida corintiana. Resumindo, por fazer parte

da torcida e para se integrar nela, o torcedor diz ou grita algo que não tem nada a ver com o que ele pensa quando pensa sozinho (que, cá entre nós, é o único jeito de pensar). (Contardo Calligaris).

Em relação ao vocabulário empregado, notemos que o primeiro fragmento é marcado pela fraseologia psicológica, expressa em termos como “prazer”, “componente psicológico” e “instinto”. Este último termo também aparece repetidamente no segundo fragmento. Usualmente “instinto” significa “impulso interior” ou “impulso natural” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001) e nos remete à ideia de algo que é, ao mesmo tempo, inato, independente da razão e necessário às necessidades de sobrevivência. Esta significação enseja aqui a percepção de que os entrevistados compreendem o fenômeno da violência como um acontecimento também de tipo natural¹⁵². Acentuamos o “também” visto que, conforme os entrevistados sublinham em outros trechos das entrevistas, eles igualmente consideram os aspectos sociais e culturais do fenômeno.

Em certa medida, essa compreensão do fenômeno assemelha-se com o pensamento de Le Bon, que articula a ideia de instinto com a questão do comportamento de grupo. Na visão do autor, o sentimento de invencibilidade que uma pessoa adquire quando faz parte de uma massa de pessoas o leva a ceder a seus instintos. Estes seriam favorecidos pelo anonimato e pelo desaparecimento das responsabilidades individuais (JUSTICIA; SIXTO, 2002). Esta relação entre anonimato e instinto é explicitamente articulada no segundo fragmento. Para Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, toda vez que se adiciona o “tempero do coletivo, do anonimato, da multidão”, os instintos mais primitivos do ser humano vêm à tona.

No terceiro fragmento, o termo “instinto” não aparece, no entanto a questão do anonimato também é abordada¹⁵³: envolvido e escondido na massa, o torcedor poderia vir a

¹⁵² Esta naturalização da violência também pode ser percebida na fala de Marcos Ferreira. Diz o entrevistado: “[...] essa questão de violência ela tá também associada ao ser humano. Eu acho que a violência ela é... O ser humano em si é... de dentro dele ele já é uma pessoa violenta ou também uma pessoa boa, então depende do momento que tá acontecendo ali, ela transmite aquilo, ela transborda aquilo ou não.”

¹⁵³ Além de aparecer nesses fragmentos, essa questão é abordada por Orlando Silva – “[...] o ‘anonimato’ que, como sabemos, estimula a ação de baderneiros, aumentando a possibilidade de confrontos.” – e por Marcos Marinho, no artigo “Risco ou só alegria? Por um lado...”. Neste último texto, o anonimato serve para o autor justificar o veto em 2009 da Polícia Militar à entrada nos estádios de São Paulo de torcedores são-paulinos com a máscara do Jason, personagem que nunca morre nos filmes de terror “Sexta-feira 13”. Para Marcos Marinho, “a máscara atrapalha bastante pois não permite justamente a identificação das pessoas nos estádios de futebol. [...] Esse tipo de manifestação infelizmente contribui para o anonimato do torcedor dentro do estádio.” Aqui, também é interessante observarmos que a questão do anonimato articula-se implicitamente com um tema que retomaremos adiante: a sensação de impunidade. Afinal, o anônimo pode ser definido como aquele que permanece desconhecido, que não tem sua identidade revelada (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001) e que, portanto, crê que não será punido.

“extrapolar” uma “raiva contida”. O uso do adjetivo “contido” suscita aqui a ideia de “latência”, de algo que é reprimido. Nesse sentido, a agressividade seria anterior à sua própria manifestação. No quarto fragmento, a questão do sentimento de invencibilidade, da qual trata Le Bon, fica mais evidente, especialmente no seguinte trecho: “ele pode estar ali em algum momento ‘xis’ em seis pessoas e se achar valente por conta de estar em seis pessoas e brigar.”

O quinto fragmento também repercute o pensamento de Le Bon ao mobilizar a ideia de sugestionabilidade. Para o pensador francês, a sugestionabilidade é uma das características do comportamento coletivo que leva os integrantes de uma massa a realizarem condutas que não realizariam em outros contextos. A massa faria desaparecer a personalidade consciente de cada um de seus integrantes, como se eles se encontrassem em um estado de hipnose (JUSTICIA; SIXTO, 2002). Embora Contardo Calligaris não empregue em momento nenhum o vocábulo “sugestionabilidade”, essa ideia atravessa todo o seu artigo. A conclusão é particularmente indicativa: “[...] por fazer parte da torcida e para se integrar nela, o torcedor diz ou grita algo que não tem nada a ver com o que ele pensa quando pensa sozinho (que, cá entre nós, é o único jeito de pensar).”

Notemos que aqui a ideia de sugestionabilidade aparece intimamente relacionada com a ideia de irracionalidade, também presente no pensamento de Le Bon. O grupo é percebido por Contardo Calligaris como algo que possui características completamente diferentes das pessoas que o formam. No grupo, as pessoas seriam levadas a fazer coisas que não fariam caso estivessem sozinhas. Elas agiriam sem pensar. Nesse sentido, podemos dizer que o seu artigo, da mesma forma que Le Bon, coloca a irracionalidade como uma característica genérica e natural do comportamento de grupo. Ao fazer isto, Contardo Calligaris define, ainda que implicitamente, esse comportamento em termos de ação animalésca. Afinal, na cultura ocidental, “[...] as pessoas se vêem como tendo controle sobre os animais, e é a capacidade especificamente humana de atividade racional que coloca os seres humanos acima dos outros animais e lhes propicia esse controle.” (MELO RESENDE; RAMALHO, 2001, p. 113). Ou seja, ao definir o comportamento de grupo em termos de irracionalidade, o autor retira o aspecto propriamente humano desse comportamento, além de impor-lhe um sentido negativo, visto que projeta os problemas e tensões do futebol na sua natureza.

Dessa naturalização e generalização da irracionalidade, podemos extrair três consequências: primeira, uma denegação da culpa – se a irracionalidade é uma característica do comportamento de grupo, então não podemos responsabilizá-lo pela mesma. Segunda, uma

negação da voz – posto que quando as pessoas agem em grupo o fazem de forma irracional, então elas não têm nada a dizer, nada de significativo para expressar. Terceira, uma legitimação da repressão – se em grupo as pessoas agem irracionalmente e, muitas vezes, violentamente, então devemos combater com firmeza o agrupamento de pessoas (JUSTICIA; SIXTO, 2002).

Outro aspecto levantado por alguns *claims-makers* acerca do comportamento de grupo é a questão da rivalidade. É interessante notarmos que esta questão muda significativamente o enfoque dos discursos analisados acima. Aqui, o que se discute não são propriamente os efeitos do grupo sobre seus integrantes, mas como se desenvolve a dinâmica da relação de oposição entre grupos adversários. Ou seja, o enfoque recai agora sobre as relações intergrupais e não mais intragrupais. Começemos pela análise do artigo “Arquibancadas do ódio”, de Bernardo Buarque de Hollanda.

Nesse artigo, o autor trata da questão da dramatização das rivalidades entre grupos de torcedores dentro dos estádios. Depois de descrever o surgimento de uma “cultura torcedora” nos estádios franceses na década de 1980, o autor conclui que, “quando se observa a evolução da ‘subcultura torcedora’ no Brasil e na França, deve-se atentar para as influências externas de trocas e reciprocidades entre grupos, mas também para aspectos sociais internos que os antropólogos chamam de dramatização”. No Rio de Janeiro, conforme observa, muitas das torcidas organizadas têm se estruturado “[...] em torno dessa lógica de violência e de rivalidade entre favelas que matam jovens diariamente”. É interessante notarmos que a rivalidade entre essas torcidas é associada pelo autor a fenômenos sociais e culturais mais amplos. Nesse sentido, embora enfoque a dramatização das rivalidades dentro do estádio, ele não deixa de abordá-la como algo que, em certo sentido, reproduz a dinâmica e estrutura social do mundo contemporâneo. Nas suas palavras: “como vários ritos contemporâneos das sociedades democráticas de massa, o futebol põe em cena valores e símbolos que estão presentes no cotidiano”.

O artigo assinado por Tostão igualmente associa a questão da rivalidade a fenômenos sociais e culturais mais amplos. Analisemos o trecho abaixo:

além da guerra urbana e da ida dos marginais para os estádios, a violência dentro e fora dos campos ocorre por causa da hostilidade entre os dirigentes, da pressão que sofrem os atletas e os treinadores para vencer de qualquer

jeito e do exagerado destaque que a mídia dá às rivalidade [sic.] entre os grandes clubes de um Estado. Na emoção de uma partida, muitos atletas, mal-educados e pressionados por todos os lados, esquecem os valores éticos e o respeito pelo adversário e mostram todo o ódio e a agressividade humana.

Notemos que dirigentes e mídia são tratados aqui como os responsáveis por acirrar a rivalidade entre os grandes clubes, participando, com isso, do processo desencadeador da violência. Sendo assim, ainda que o autor recorra ao termo potencialmente estigmatizante “marginais” para se referir aos torcedores que cometem atos de violência, ele desnaturaliza a rivalidade, mostrando que ela é o produto de um processo sócio-histórico com agentes muito bem definidos. Ao chamar a atenção para a (ir)responsabilidade de dirigentes e mídia, o autor complexifica o fenômeno da violência, indicando que grupos que habitualmente ocupam posições de poder podem, ainda que não intencionalmente, estar estimulando confrontos violentos.

É interessante notarmos que a ideia de que esses confrontos estão ligados à questão da rivalidade não aparece na fala dos dirigentes de torcidas organizadas entrevistados, conforme era nossa hipótese inicial, dado que algumas pesquisas descritas na parte II (ASSIS, 2008; GIANOLI, 1996; PIMENTA, 2000) indicam que essa é uma das explicações recorrentes dadas pelos torcedores organizados. No entanto, ela aparece, ainda que implicitamente, na defesa de jogos com uma torcida só, que voltaremos a abordar adiante. Afinal, se a solução passa por jogos sem a torcida adversária, é porque esta causa problemas – ou, ao menos, seu encontro com a torcida do clube mandante¹⁵⁴. Além da questão da rivalidade, pudemos constatar que fatores relacionados com a organização do evento futebolístico também são apontados como geradores de violência.

¹⁵⁴ Contudo, é bom lembrar que, em determinados jogos, é possível observarmos a convivência pacífica de torcedores visitantes com os torcedores do time da casa, ou seja, a violência não é uma decorrência natural da rivalidade. Em jogo pela fase de grupos da Copa dos Campeões de 2010, por exemplo, o autor desta tese esteve presente no *Camp Nou*, estádio do Barcelona, para acompanhar a equipe catalã contra o Copenhague. Lá, observou inúmeros torcedores dinamarqueses torcendo lado a lado com os catalães. Diferente do que ocorre frequentemente no Brasil, o clima não era nem um pouco hostil. Pelo contrário, os dinamarqueses torciam e cantavam sem serem ofendidos ou ameaçados. Na saída, o clima também era bastante festivo e tranquilo. Apesar da derrota por dois a zero, os torcedores dinamarqueses formavam grandes filas nas barracas fora do estádio para comprar alguma lembrança do evento. O cachecol e a camisa do “Barça” pareciam ser os produtos mais vendidos. Aqui no Brasil, os jogos entre torcidas consideradas “irmãs” também costumam ser tranquilos. Conforme já mencionamos na parte anterior, na final do Campeonato Brasileiro de 1997, por exemplo, a despeito da importância da ocasião, as torcidas do Palmeiras e do Vasco entraram e saíram unidas do estádio. Além do mais, em São Paulo, os palmeirenses compraram ingressos para os vascaínos, que, por sua vez, fizeram o mesmo para os palmeirenses no jogo realizado no Rio de Janeiro.

5.1.2 Organização do evento futebolístico

Uma explicação recorrente para a violência no futebol é que as condições enfrentadas pelo torcedor no evento desportivo contribuem para a mobilização dessa violência. Tal explicação reafirma o ponto de vista de alguns *claims-makers* engajados no debate internacional sobre o tema, como os já citados acadêmicos Canter e Uzzel e o sargento Graham Naughton. De certa forma, diversos materiais discursivos¹⁵⁵ abordam essas condições. Entre elas, o horário das partidas, a falta de estrutura dos estádios brasileiros, a falta de planejamento do transporte coletivo nos dias de jogos e a violência policial. Em alguns casos, esses aspectos são tratados isoladamente; em outros, relacionados e sobrepostos. Observemos os trechos abaixo:

eu acho que o primordial problema, a primeira causa que para mim existe na questão da violência, é o torcedor não ser tratado com dignidade. Isso parte de todos os lados: da mídia, dos organizadores do jogo, de alguns torcedores que não... que dão motivo para isso, da polícia, do policiamento, da segurança envolvida com o espetáculo – que parte um pouco da questão pública, de segurança pública e parte um pouco da questão do próprio organizador de dar mais conforto. Eu sempre falo: a partir do momento que o torcedor for mais bem tratado dentro de um espetáculo, de uma vivência de um jogo de futebol, naturalmente você vai reduzir essa questão da violência. Por quê? Porque hoje ir para um jogo de futebol é uma luta, desde o começo. Você se prepara, cinco horas antes você está preparado pra isso, por quê? Porque é transtorno o tempo inteiro. É dificuldade de acesso, é dificuldade de localização dentro do estádio, incerteza em relação à preservação de lugar, de ingresso, de tudo. Claro, o torcedor pode não querer ficar em um lugar fixo, pode querer mudar, primeiro ver em um lado... Tudo bem. Isso aí tudo, ok. Mas o cara tem que ter o conforto de ter tudo no lugar, tudo funcionando. E o futebol se acostumou desde sempre a não se preocupar com isso. Cria ali o espaço, o cara vai de qualquer jeito porque ele ama aquilo e dane-se. Então, a partir do momento que é dane-se essa relação, você não está nem um pouco preocupado em melhorar a vida do torcedor, aí cria todo o ambiente propício para você ter a violência. Então, pra mim apontar a principal causa da violência é o descaso com o torcedor. O que mais leva a isso é o descaso com o torcedor, você não se preocupar em tratá-lo bem. (Erich Beting).

¹⁵⁵ Os artigos “A violência que alimenta”, “O ministro e as carteirinhas”, “A banalização da morte”, “De quem é a culpa” e “Memórias, drogas e violência”, de Juca Kfoury, o editorial “Futebol civilizado”, da Folha de S. Paulo, os sete artigos de Marcelo Damato, os dois artigos de José Luiz Portella, os artigos de Fernando Santos, de Mauro Beting, de Paulo Castilho, de José Geraldo Couto, de Marília Ruiz, de Mateus Benato e de Paulo Vinícius Coelho e as entrevistas do Tatinho, do Marcos Ferreira, do Ricardo Mello, do André Azevedo, do Erich Beting e da Heloisa Reis.

Mas eu acho que ela [a violência] tá atrelada a um monte de fatores. Um deles é a má conduta da polícia, a segurança do estádio eu acho que ela não é adequada a multidões. Eu acho que a gente tem também o problema do estádio, que você é maltratado, você não tem um assento adequado, um banheiro adequado, uma alimentação, o ingresso do jogo é caro, pra você comprar o ingresso é caro [...] (Marcos Ferreira).

Quando eu estava falando do social, tem a ver com o desrespeito, que a pessoa vive muitos desrespeitos na sua vida cotidiana e acho que vive esses desrespeitos também no estádio, por quem produz esse espetáculo: na hora de comprar ingresso, na hora que a polícia chega de qualquer jeito. Então, acho que tem esse componente também. Ele é muito desrespeitado, como cidadão, como torcedor, por quem organiza tudo isso também. (Ricardo Mello).

[...] na origem de tudo está o que deveria preocupar um presidente da CBF o tratamento animalesco que se dá ao torcedor em todos, repita-se em todos os estádios brasileiros. Com a óbvia contrapartida do comportamento animalesco dos torcedores, nas chamadas torcidas organizadas e nas numeradas das elites, basta lembrar episódios recentes com as equipes da CBN, no Pacaembu, da Sportv, na Vila Belmiro e da ESPN Brasil, no Couto Pereira, em Curitiba. (Juca Kfoury¹⁵⁶).

Interpretar a violência do torcedor como uma resposta às condições concretas que ele enfrenta pressupõe conceber tais condições em termos negativos. Uma análise léxica é esclarecedora aqui. No primeiro trecho, o entrevistado refere-se, por exemplo, à ida ao estádio através do substantivo “luta”, que conota dificuldade. A própria palavra “dificuldade” é empregada duas vezes, assim como os termos “transtorno”, “incerteza” e “descaso”. O emprego dessas palavras suscita a ideia de que o torcedor é “vítima” da (des)organização do futebol brasileiro. Ideia que é igualmente suscitada no segundo, no terceiro e no quarto trecho. Notemos, por exemplo, o emprego do adjetivo “maltratado” (no segundo), o uso repetido da palavra “desrespeito” (no terceiro) e a aplicação do adjetivo “animalesco” (no quarto). Este último coloca metaforicamente o torcedor na condição de animal, tratado com brutalidade e estupidez.

Na análise do material, pudemos notar que, ao criticarem o tratamento dado ao torcedor, alguns *claims-makers* enfatizam o (mau) comportamento da polícia. Os extratos transcritos abaixo são ilustrativos:

¹⁵⁶ No artigo “A violência que alimenta”.

[...] às vezes você vai a estádio de futebol, antes de você ter uma atitude que abone a sua conduta, que tipo... que a polícia possa querer te repreender de alguma forma, isso já é feito com antecedência, ele já te trata como animal antes de você ter errado e isso gera um círculo viciosos porque daí o cara se sente... com raiva do tratamento e acaba gerando mais violência. (André Azevedo).

O que se viu no Pacaembu é mais uma prova de que a Polícia Militar é parte do problema e não parte da solução, como deveria ser. É claro que não é ela quem inicia os conflitos, mas em vez de encerrá-los, provoca mais confusão pois age sem senso de medida. A PM só vai mudar se adotar os princípios básicos que funcionam em quase todos os lugares civilizados. O primeiro é que cidadão não é inimigo. O confronto tem que ser a última das opções, apenas para proteger outras pessoas ou patrimônio. E deve ser encerrado assim que esse risco passar. O segundo é que a torcida organizada não é uma associação criminosa. É claro que tem muito baderneiro. Mas lá tem todo tipo de gente. É preciso conhecer as pessoas. O terceiro é que a polícia precisa se fazer entender pelos torcedores e não apenas descer o cassete. E a PM não se comunica nem usa megafones. Aliás, os policiais não se comunicam nem entre eles. E, sem comunicação interna, a tropa não tem comando. Basta olhar as imagens do confronto para ver que cada policial decidiu por sua conta até que ponto queria que os torcedores santistas recuassem. Alguns exageraram além de qualquer limite. Davam borrachada quando não dava para recuar mais, pois já tinha gente caída e sendo pisoteada. A PM está longe de ser a única ou mesmo a maior responsável, mas dos responsáveis é a única que age em nome do povo e paga por ele. Por isso, seu comportamento é o mais inaceitável. (Marcelo Damato¹⁵⁷).

Eu não sei, velho, o que acontece. É complicado. Algumas respostas a gente não tem. A gente vai para o Batalhão de Choque, velho, conversar lá, todo jogo que tem a gente vai lá e mostra o vídeo que vai levar e que não vai. Cara, veio um pessoal aqui fazer uma entrevista e pediram a nota que eu desse para polícia em dia de clássico. Eu disse, mano, eu vou dar zero para aquele PM que está atuando em dia de clássico e que não aceita argumentar, que já agride. Agora, para aquele PM que me atende lá no Batalhão, que é o comandante Almir, que é o major Leandro, é o major [?]¹⁵⁸, são caras que são sérios e que tentam ajudar... É difícil a gente falar bem de polícia, essa é grande verdade, mas lá os caras são homens, o trabalho é sério. A gente vai lá a gente é atendido, a gente é ouvido, a gente é respeitado lá. Só que, infelizmente, mano, hoje em dia, o que se conversa lá, não acontece na porta do estádio. Isso é um problema que a Polícia Militar reconhece. O Batalhão de Choque reconhece isso. Por causa do despreparo da polícia. Não pode, mano, aquele cara que invade presídio para conter rebelião, aquele cara que faz ronda para trocar tiro com traficante, para trocar tiro com bandido, ir lidar com torcida organizada. Não existe isso! Isso custa dinheiro e é do

¹⁵⁷ Artigo “Polícia também é parte do problema”.

¹⁵⁸ Trecho incompreensível.

conhecimento da gente, que o Batalhão de Choque está fazendo um treinamento para praça desportiva, pô, da hora! (Tatinho).

A crítica à atuação da polícia é significativa visto que aponta para os possíveis erros e enganos daqueles que habitualmente ocupam posições de poder. Em relação ao primeiro extrato, notemos novamente o emprego de uma construção metafórica que associa a condição do torcedor a de um animal, valorando negativamente a forma como é tratado pela polícia. Em relação segundo trecho, ainda que o autor afirme que o comportamento (violento) da polícia é o mais inaceitável de todos, ele destaca que ela não é a única nem mesmo a maior responsável pelo fenômeno, sinalizando que existem outros agentes envolvidos nele. Isto é, que a polícia é apenas parte do problema, como diz o próprio título do artigo. Além de não reduzir o problema à violência policial, o autor advoga implicitamente a favor de iniciativas de aproximação, diálogo e convivência, sustentando que a opção precipitada pelo conflito, a visão preconceituosa em relação ao torcedor organizado e a falta de comunicação interna e externa da polícia são fatores geradores dessa violência.

Em relação ao terceiro extrato, a crítica feita pelo entrevistado não é generalizada para toda a polícia. Para Tatinho, o problema não são os policiais que recebem os torcedores organizados no Batalhão, mas os que trabalham nos estádios. Os primeiros são, inclusive, elogiados: “são caras que são sérios e que tentam ajudar... É difícil a gente falar bem de polícia, essa é grande verdade, mas lá os caras são homens, o trabalho é sério. A gente vai lá a gente é atendido, a gente é ouvido, a gente é respeitado lá”. A expressão “a gente” expande a opinião do autor para um sujeito coletivo com contornos vagos (MAINGUENEAU, 2008). Essa opinião é construída através da conjunção “mas”. Num primeiro momento, somos conduzidos a pensar que o entrevistado vai falar mal da polícia, no entanto, o uso de tal conjunção nos leva a concluir que não devemos fazê-lo. Nesse sentido, o “mas” possibilita a oposição à interpretação argumentativa que o entrevistador, ou outro destinatário qualquer da entrevista, poderia vir a ter (MAINGUENEAU, 1997).

Os policiais que trabalham nos estádios, por outro lado, são qualificados por Tatinho como intolerantes e “despreparados”. O fato de eles serem vistos desta forma implicitamente prevê que o problema dos policiais violentos não é de “caráter”, mas sim de aprendizagem. Esses policiais são, conforme observa, preparados para outra função. Ao situar o problema como uma questão de (falta de) preparo, o entrevistado nos remete à questão da (in)competência.

Competência significa soma de conhecimentos e habilidades e pertence ao universo da eficácia e da eficiência, ou seja, relaciona-se tanto à habilidade de alcançar metas e ao mesmo tempo evitar resultados inesperados (eficácia) quanto à habilidade de escolher os meios mais adequados para alcançar objetivos (eficiência) (BRESSER-PEREIRA, 2003). Logo na introdução de seu artigo, Mauro Beting sugere que as autoridades são incompetentes, pois não possuiriam os conhecimentos necessários para minimizar a violência nos estádios e a insegurança pública.

Não sei como minimizar a violência nos estádios e a insegurança pública. Mas tenho certeza que as autoridades sabem tanto quanto eu. Ou porque não conhecem o tema. Ou porque temem quem treme ruas e arquibancadas. Ou porque teimam em fórmulas falidas, interesses desinteressantes ao esporte, nomes e números que não passam de estatísticas frias e falhas.

Parágrafos adiante, o autor observa, do mesmo modo que Tatinho, que a polícia é despreparada, além de mal paga: “eles [minorias violentas das torcidas organizadas] deixam os campos em estádio de sítio. Tomados por baderneiros ou por polícias mal treinados e mal pagos”. O despreparo da polícia aparece também na fala de Heloisa Reis, que articula a questão à violência simbólica. De acordo com a autora, as agressões físicas entre torcedores tendem a começar com o agravamento de uma violência simbólica. Embora considere que essa violência faça parte do jogo, sendo até mesmo necessária para o espetáculo futebolístico, a entrevistada observa que, quando permanece por um período de tempo em que as animosidades vão perdendo o controle, ela pode trazer “[...] danos de dimensões incontroláveis e imensuráveis”. Para ela, as autoridades não reconhecem a violência simbólica como um problema e não intervêm no momento em que deveriam agir:

como por omissão e por desconhecimento, ou melhor, incompetência, os agentes de segurança não intervêm no momento em que tem que ser feita a intervenção, no caso da violência simbólica, isso acaba tendo um desdobramento que pode chegar – e tem chegado, infelizmente – a perdas de vidas.

Além de discutir a questão da violência simbólica, a entrevistada aborda outro ponto pouco discutido nos materiais analisados: os horários dos jogos¹⁵⁹. Este também seria um grande problema. Uma forma de violência contra o torcedor.

E o horário de jogos também é um grande problema, e isso também é uma violência, do meu modo de ver. Começa-se a discutir no Brasil, eu estou contente com isso, um horário limite para o início e término do jogo, eu acho prudente entre 8 e 9 horas, o que é muito melhor do que a sugestão anterior de São Paulo, mas eu penso que os jogos deveriam começar às 8 horas da noite – ao menos que o Brasil se transforme um dia numa Espanha, que eu tenho alguma esperança [que acontecerá], no sentido da vida, pública, do trajeto, de você poder viver a cidade – e você passe a ter segurança para estar na ruas até 1 hora da manhã, aí tudo bem, né?

Ao configurar a questão do horário como uma violência, Heloisa Reis enfoca o sofrimento e os danos produzidos pela realização de jogos em horários considerados inapropriados. Todavia, é importante notarmos que o horário não é definido ele mesmo como um problema, mas como um problema para o contexto brasileiro. Em relação a esse contexto, a professora salienta, em outros trechos da entrevista, a falta de estrutura dos estádios e a falta de planejamento do transporte coletivo. O artigo “Jogo de cena”, de José Luiz Portella, igualmente aborda a questão da incompetência operacional. Para o autor, o problema da violência no futebol é, sobretudo,

[...] um problema de operação. A mesma sociedade, com as mesmas características, consegue produzir outros eventos sem a violência do futebol. [...] A principal medida é seguir o plano de Ação do artigo 17, do Estatuto do Torcedor. Fazer um plano de ação operacional com todos os responsáveis pelo evento tendo seus papéis definidos de forma sintonizada e harmônica. [...] O resto vem com a excelência da operação no dia.

No entanto, de acordo com ele,

[...] enquanto persistir o jogo de cena da CBF, das federações, de dirigentes e de parte da imprensa, não se acaba com a violência nos estádios. Entidades,

¹⁵⁹ Outro *claim-maker* a abordar o tema é Erich Betting. Para o entrevistado, “[...] a influência da mídia na determinação de horário de transmissão de jogo é maléfica”.

organizações e dirigentes procuram se eximir das respectivas responsabilidades. Federações e clubes não cumprem a lição de casa para oferecerem segurança e conforto.

A expressão “jogo de cena” denota aqui representação teatral, sugerindo fingimento. Além de não cumprir com as suas responsabilidades, dirigentes e autoridades buscariam dissimulá-las. Autoridades que, no artigo de Paulo Vinícius Coelho, são tratadas como inexperientes.

Em São Paulo, quem hoje cuida da violência nos estádios entrou no assunto há pouco tempo. Seja o promotor Paulo Castilho, seja Arnaldo Hossepian ou o coronel Hervando Velozo, da PM. O maior especialista paulista na guerra das torcidas é o coronel Marcos Marinho. Sua função atual? Diretor de árbitros!

O artigo de Mateus Benato, por sua vez, expressa indignação com a falta de ação de dirigentes e autoridades. “Você leu ou ouviu algum discurso de cartola, promotor ou político nos últimos dias? Nem precisava... Todos falaram o que sempre falam. Esse é justamente o problema: muito blábláblá e pouca atitude!”. Conforme pudemos observar na análise do material, evidentemente, essa indignação não é igualmente expressa pelos próprios dirigentes e autoridades: são poucas e bastante moderadas as autocríticas feitas por eles. Estas podem ser vistas, por exemplo, no artigo de Paulo Castilho. Diz o promotor logo na introdução: “temos que repensar nosso trabalho. Precisamos de uma Polícia mais especializada, de um promotor só para esses casos [de violência], de uma Justiça mais especializada”. O tom de indignação empregado pelo jornalista supracitado está presente também em diversos dos discursos que abordam aquelas que convencionamos chamar de condições “externas”.

5.2 Condições “externas”

Entre as causas “externas” ao jogo de futebol ou ao evento futebolístico, destacamos, em primeiro lugar, a impunidade (5.2.1); em segundo lugar, a falta de interesse político (5.2.3) e, em terceiro lugar, a falta de cidadania e a desigualdade social (5.2.4).

5.2.1 Impunidade

Impunidade significa falta de castigo e há séculos é vista como um fator que pode levar ao delito. Desde a Antiguidade, o brocardo latino já dizia: “a impunidade estimula a delinquência: *Impunitas peccandi illecebra*” (CARVALHO FILHO, 2004, p. 181). Já em meados do século XVI, no Brasil, “[...] a impossibilidade da aplicação da pena de morte nas próprias capitanias incomodava as autoridades locais e era considerada fator de incentivo à criminalidade.” (p. 185). Seguindo essa lógica, diversos *claims-makers* apontam para a impunidade como uma das principais causas da violência no futebol. Explícita ou implicitamente, podemos observar esse argumento em vários artigos¹⁶⁰ e na fala de alguns entrevistados¹⁶¹. Esta observação corrobora, em certa medida, com as análises de Pimenta (1997), que, como já vimos no capítulo 4, indica que a impunidade está na “ordem do dia” dos *claims-makers* – principalmente de jornalistas e autoridades.

Em geral, os materiais discursivos apresentam como óbvio o argumento de que a impunidade gera violência, ou seja, o impõem dogmaticamente, sem justificá-lo. A violência seria uma decorrência quase que natural da impunidade. Não há, na maioria dos textos e entrevistas analisados, maiores problematizações acerca da relação entre esses fenômenos. O artigo de Marcos Marinho é um bom exemplo disto. Diz ele no primeiro parágrafo:

a impunidade é o que alimenta este tipo de atitude [violenta] entre os torcedores. Leis mais ágeis são um caminho para você combater a violência diretamente. Nós precisamos de medidas efetivas para apurar os fatos e realmente punir os agressores.

Em momento algum, o autor justifica sua posição ou apresenta exemplos que corroborem seu argumento. Assim, faz crer que a impunidade necessariamente alimenta a violência – o que naturaliza e, conseqüentemente, reifica esse processo. Tal reificação é reforçada pelo fato de o autor eclipsar o(s) agente(s) responsável(is) pela impunidade. Notemos que, no trecho acima, o autor emprega a estratégia da nominalização e fala em “a

¹⁶⁰ Nos artigos de Romeu Tuma, de Paulo Castilho, de Clóvis Rossi, de Marília Ruiz, de Mateus Benato, de Paulo Vinicius Coelho, de Rodrigo Cerqueira, de Tostão, de Silvio Torres, nos dois artigos de Marcos Marinho, nos dois artigos de Roberto Assaf, nos artigos “A punição foi justa, mas...”, “Cartolas organizados”, “O problema não está no Jason” e “A violência está na impunidade”, de Benjamin Back, nos artigos “A banalização da morte”, “A punição ao Coritiba”, “Memórias, drogas e violência” e “Cumpra-se”, de Juca Kfoury, no editorial “Futebol civilizado”, da Folha de S. Paulo, e no editorial “Uma última chance de agir!”, do Lance!.

¹⁶¹ Do Tatinho e da Heloisa Reis.

impunidade”, sem mencionar quem seria(m) o(s) responsável(is) por ela. Ao longo do texto, estes são, no máximo, sugeridos. No terceiro parágrafo, ele sustenta que “a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e a FPF precisam trabalhar juntas, assim como o Poder Legislativo na criação de novas leis.” Aqui, temos um indício de que, talvez, para o autor, essas instituições não estejam tão articuladas como deveriam, o que estaria impedindo o fim da impunidade.

Outro artigo que naturaliza a relação entre impunidade e violência é o de Marília Ruiz. Assim ela começa o seu texto: “Impunidade. Essa é a maior mazela do futebol, do país, das crianças mal-educadas... Da anarquia!” Aqui, a autora coloca a impunidade na condição de causa de todos os males sem, todavia, ao longo do resto do texto, explicar como exatamente se dá essa relação. Trata-se da maior mazela de todas e ponto. As razões e as maneiras em que ela é mobilizada não são discutidas nem sugeridas. É interessante observarmos também que a autora emprega a palavra “anarquia” como sinônimo de “bagunça”, o que pode indicar crença na importância da tutela governamental no combate à violência no futebol.

Já o artigo “A punição ao Coritiba”, de Juca Kfoury, propõe uma explicação para a impunidade. “Trata-se de examinar o DNA da impunidade no país”, diz o autor. Este “[...] tem muito a ver não só com o velho jeitinho, mas, ainda, com um sentimento até generoso, o da pena.” No texto “A culpa é de quem”, Juca Kfoury aborda outra questão fundamental: a quem interessa a impunidade e a violência no futebol? Na sua visão, dirigentes, políticos, o Ministério Público de São Paulo, policiais e até parte da imprensa são cúmplices da violência. Se, de fato, houvesse interesse desses agentes em resolver o problema, provavelmente ele já teria sido resolvido. Afinal, de acordo com ele, as soluções são tão óbvias, “[...] como é óbvia a nenhuma vontade, por aqui, e há mais de dez anos, de solucionar a selvageria [...]”.

Além de naturalizada, a impunidade é, às vezes, construída a partir da estratégia da eternalização. Alguns *claims-makers* esvaziam do fenômeno seu caráter sócio-histórico, cristalizando-o de tal forma no mundo do futebol e no dia-a-dia do país que somos levados a crer que ele se prolongará indefinidamente no tempo. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que sustentam a ideia de rotina, ou seja, de que a impunidade é um fenômeno permanente e recorrente, esses discursos reafirmam a imutabilidade da situação, sugerindo certo fatalismo, como exemplificam os trechos a seguir: “Mas não pensem que algo mudará depois desses episódios. O rapaz assassinato será mais um na estatística e o assunto estará em pauta por

semana [sic.] e depois cairá no esquecimento, como de praxe.” (Benjamin Back¹⁶²). “Torcedores de todas as equipes já mataram e morreram em todos os grandes centros do futebol brasileiro. E tudo continua do mesmo jeito que está!” (Mateus Benato). “A morte do torcedor do Atlético-MG quando se dirigia ao Mineirão é mais uma que vai se somar a tantas outras já ocorridas. Lamentavelmente, não vejo luz no fim do túnel em se tratando de covardias e violência.” (José Roberto Wright¹⁶³).

Em alguns textos, o fatalismo é construído como uma decorrência lógica das ideias de resignação e conformismo. Como é sabido, o conformismo leva à aceitação de uma situação, à estagnação, o que, conseqüentemente, nos faz crer que tudo deve permanecer como está, ou seja, que o futuro está destinado a ser igual ao presente. Os trechos abaixo são ilustrativos.

Por mais que tenhamos a obrigação de persistir, de insistir, de não desistir, é o leitor, o ouvinte, o telespectador que nem quer mais saber desses episódios. É como se todos estejam [sic.] convencidos de que o Estado brasileiro é ausente e incompetente para cuidar da questão. (Juca Kfour¹⁶⁴).

No Brasil, as irregularidades são mais frequentes, por causa da impunidade e da prática disseminada do jeitinho brasileiro. Pior, mesmo as pessoas de bem se acostumam com tudo isso. Poucas ficam indignadas com o absurdo da violência urbana e nos estádios, com os abusivos gastos no Pan-Americano, com as agressões entre os jogadores durante as partidas, com as pessoas que jogam lixo nas ruas pelas janelas de seus carros de luxo, que estacionam em filas duplas e com tantas outras coisas comuns no cotidiano. (Tostão).

Polemizando com este segundo artigo, o artigo de Clóvis Rossi, publicado no dia seguinte, levanta, sem responder, a seguinte questão: “as pessoas acostumam-se ou sentem-se absolutamente impotentes diante de ‘tudo isso’?”. Já na entrevista realizada com Tatinho, o entrevistado fala da necessidade de punir, porém descartando que esta seja realizada através da violência policial.

Enquanto o cara não tiver punição, o cara souber que se ele fizer uma merda, digamos assim, ele não vai dar nada, vai continuar. [...] É onde eu falei, tem

¹⁶² Artigo “A violência está na impunidade!”.

¹⁶³ Artigo “Violência e omissão”.

¹⁶⁴ Artigo “A banalização da morte”.

que punir, mas não, de repente o cara cruza o cara pelo pescoço, já quebra ele no pau ali, se tiver algum estrago pessoal nele ali ele não vai ligar.

É interessante notarmos que, segundo Carvalho Filho (2004, p. 181),

do ponto de vista estritamente jurídico, a impunidade é a não aplicação de determinada pena criminal a um caso concreto. A lei prevê para cada delito uma punição e quando o infrator não é alcançado por ela – pela fuga, pela deficiência da investigação ou, até mesmo, por algum ato posterior de “tolerância” – o crime permanece impune.

Já do ponto de vista político, seu significado é mais amplo.

Fala-se em impunidade não apenas quando se verifica a incapacidade ou falta de disposição de o Estado fazer prevalecer a punição estabelecida, mas também quando a própria lei e/ou o magistrado que a aplica são considerados benevolentes para com determinado ato criminal. (CARVALHO FILHO, 2004, p. 181).

Ou seja, se juridicamente a impunidade diz respeito à não aplicação da lei, politicamente ela diz respeito à falta de leis e magistrados mais rigorosos. Pudemos observar ambas as perspectivas no material analisado¹⁶⁵, tal como é ilustrado pelos seguintes trechos: “O que precisa mudar também é a aplicação das leis. Hoje existe no Brasil uma sensação de impunidade muito grande.” (Marcos Marinho). “Basta que o nosso arcaico código penal seja mudado, que as leis sejam cumpridas, que haja fiscalização e que a maldita impunidade acabe neste país.” (Benjamin Back¹⁶⁶). “Uma legislação específica contra a violência está para ser votada em Brasília. Por que sempre demora tanto? E, mesmo com a lei vigente, por que a coisa não melhora?” (Mateus Benato). “Há 20 anos, todo mundo sabe que a legislação específica é a única medida concreta para diminuir a violência e a sensação de impunidade.” (Paulo Vinicius Coelho). “Hoje, muitos atos violentos deixam de ser punidos por não estarem

¹⁶⁵ Aqui, cabe destacarmos que todos os materiais discursivos onde observarmos a adoção de um ponto de vista político de impunidade são anteriores à sanção da Lei 12.299, que complementa o chamado Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03), ou seja, suas críticas dirigem-se à antiga legislação.

¹⁶⁶ Artigo “A violência está na impunidade!”.

previstos na legislação. Somente uma ação mais rigorosa ajudará a acabar com a sensação de impunidade que impera nos estádios.” (Romeu Tuma).

Também pudemos observar que alguns *claims-makers* falam em “certeza de impunidade”, “sensação de impunidade” ou “descrédito em relação à impunidade”. Tomemos os seguintes exemplos: “o grande problema nisso tudo é a certeza da impunidade.” (Roberto Assaf¹⁶⁷). “Pois o grande problema é a certeza da impunidade” (Roberto Assaf¹⁶⁸). “Mas, muito pior do que a impunidade, é a sensação de que ninguém é punido, e essa sensação segue intacta na sociedade.” (Paulo Vinicius Coelho). “Hoje existe no Brasil uma sensação de impunidade muito grande.” (Marcos Marinho¹⁶⁹). “O descrédito do brasileiro em relação à impunidade que impera nesse país é tão grande que a maioria das pessoas, além de não acreditar em mais nada, também nem liga mais quando o nada acontece.” (Benjamin Back¹⁷⁰).

Os substantivos “certeza”, “sensação” e “descrédito” sugerem aqui que o problema não é a impunidade em si, mas a sua percepção. Se a impunidade não fosse percebida, talvez ela não gerasse violência. Trata-se de uma perspectiva analiticamente profícua, visto que ela pode ensejar uma série de reflexões, tais como sobre o papel dos meios de comunicação na construção da sensação de impunidade. Esse tipo de reflexão, no entanto, não foi levado a cabo pelos autores. Em contrapartida, a possível falta de interesse em resolver o problema da violência foi abordada por alguns *claims-makers*¹⁷¹.

5.2.2 Falta de interesse em resolver o problema

A noção de interesse remete-nos a algo útil ou vantajoso e denota um elemento de reflexão e cálculo. De acordo com Bresser-Pereira (2003), o interesse constitui uma pressuposição comum a todas as escolas sociológicas e econômicas, sendo o elemento que move as pessoas e explica o comportamento. Nas palavras do autor, “os interesses podem ser egoístas ou levar em conta os interesses de outros, mas estarão sempre na base de qualquer explicação para os fenômenos sociais e para como eles se modificam” (p. 210). Seguindo essa

¹⁶⁷ Artigo “Vigiar, enquadrar e punir”.

¹⁶⁸ Artigo “Problema é a certeza da impunidade”.

¹⁶⁹ Artigo “É o fim dos brigões? Por um lado...”.

¹⁷⁰ Artigo “A punição foi justa, mas...”.

¹⁷¹ Por Pulguinha, André Azevedo, Walter Falceta Jr., José Roberto Wright (no artigo “Violência e omissão”), José Luiz Portella (no artigo “Mesma coisa, tudo uma coisa só”), Marcelo Damato (nos artigos “Por uma greve de torcedores” e “Cartolas preferem ódio à paz”) e Juca Kfourri (nos artigos “A violência que alimenta” e “De quem é a culpa”).

tendência explicativa, Pulguinha é enfático ao discorrer sobre o fenômeno da violência no futebol: “todo mundo ganha com isso, você entendeu? E ganha até quando morre um jovem no futebol! Então, na verdade, é uma grande hipocrisia, você entendeu?” Já André Azevedo observa que “[...] hoje eles se importam mais em vender pacote de pay-per-view do que trazer o torcedor pra dentro do estádio”. Além dos dirigentes da CONATORG, José Roberto Wright, Marcelo Damato, Walter Falceta Jr., Juca Kfoury e José Luiz Portella interpretam os interesses como um elemento explanatório importante na avaliação desse fenômeno. Em parte, ele seria mobilizado porque autoridades, dirigentes e alguns jornalistas têm interesse na manutenção do fenômeno.

José Roberto Wright, no artigo “Violência e omissão”, defende uma legislação específica para combater a violência no futebol e argumenta que ela não sai porque não é do interesse de alguns. “Há tempos é pedida uma legislação específica para combater a violência no futebol. Nada sai. Não existe o interesse de alguns.” O uso da voz passiva apaga os sujeitos que pedem uma legislação específica, eliminando as referenciais contextuais acerca desse pedido. De modo similar, o uso do pronome indefinido “alguns” elimina as referenciais sobre aqueles que não possuem interesse em que saia tal legislação. Essa referência é dada linhas depois, quando o autor afirma que “no dia em que os políticos brasileiros deixarem de pensar somente em si e resolverem atuar em mudanças na legislação criminal que punam rigorosamente esse [sic.] covardes, o povo agradecerá.” Ao mesmo tempo em que generaliza a falta de atuação dos políticos brasileiros, o autor não especifica aqui quais mudanças seriam essas, apenas que elas devem ocorrer. Mudanças estas que são legitimadas por ele através da estratégia da universalização: ao escrever que o “povo agradecerá”, faz crer que tais mudanças são justas e dignas de apoio uma vez que seriam do interesse de todos.

Já Marcelo Damato, em “Cartolas preferem ódio à paz”, sustenta que os dirigentes desportivos “nada fazem pela segurança e conforto dos seus torcedores nos estádios alheios. Mas se esbaldam para revidar seus ‘feridos’. Pelo ódio, manipulam seus torcedores.” Assim, segue ele, os dirigentes “[...] agem como políticos. Para ficar bem com os eleitores, têm sempre um inimigo externo.” Ou seja, por detrás da suposta incitação ao ódio, da criação de inimigos, haveria um interesse “eleitoreiro”. De forma similar, em “Por uma greve de torcedores”, o autor afirma que os dirigentes – assim como as torcidas organizadas e a polícia – têm uma dificuldade notória em assumir seus erros, por menor que eles sejam. De acordo com ele, esses agentes não estão realmente preocupados em acabar com a violência, apenas em “tirar o corpo fora” e “inocentar a si mesmos”. O exemplo abaixo é ilustrativo:

muito se fala que desde o tumulto de domingo no Morumbi, São Paulo, Corinthians, Gaviões e PM não fizeram outra coisa que tirar o corpo fora. Algumas coisas são certas. Ninguém assumiu sua parcela de responsabilidade. E cada lado apresentou explicações que os inocentaram a si mesmos. [...] Todos os lados reduzem o peso de seus e enfatizam os do lado contrário. Na verdade, ninguém busca que a violência não se repita, mas apenas que quando isso ocorrer seu lado não seja responsabilizado.

Aqui, o autor enuncia e denuncia a estratégia discursiva adotada pelas partes envolvidas no conflito ocorrido no Morumbi. Tal estratégia envolveria a apresentação positiva de si mesmo e a negativa do outro. Nesta apresentação, polícia, torcedores organizados e dirigentes retirariam a importância de seus erros e equívocos e destacariam a dos outros. É interessante notarmos que, ao enunciar e denunciar essa estratégia discursiva, o autor mostra como o discurso pode estar a serviço da reprodução do problema da violência.

Walter Falceta Jr., por sua vez, aborda outro episódio: a já comentada briga entre torcedores do Vasco e do Corinthians após o segundo jogo da semifinal da Copa do Brasil de 2009. Ao abordá-lo, sentencia: “exigi-se hoje uma ação afirmativa, de longo prazo, com ampla participação de Ministério do Esporte, CBF, federações, policiais, judiciário, entidades de apoio à juventude, psicólogos, pais e torcedores.” Para, em seguida, observar: “mas resta a pergunta: será que há alguma disposição para a constituição de um projeto duradouro e interativo de paz nos estádios?” E prontamente responder: “quem acompanha o esporte Bretão duvidará. Pela frente, consideradas as declarações da promotoria, prevê-se mais pirotecnia regulamentarista e punitivista e – quem sabe – a paz dos cemitérios.” Além de lançar dúvida sobre a verdadeira disposição de dirigentes e autoridades, o autor critica aqui a prática punitivista. Com o substantivo “pirotecnia”, faz crer que tal prática serve, na verdade, para encantar a opinião pública, assim como uma queima de fogos usualmente encanta as pessoas. Tratar-se-ia, portanto, de uma espetacularização da questão. Já com a expressão “paz dos cemitérios”, indica que, com esse tipo de medida, a violência no futebol persistirá, que os envolvidos com a questão só encontrarão a paz depois de mortos.

A ideia de que muito daquilo que é dito e feito no combate à violência no futebol tem, na verdade, a função de encantar a opinião pública também está presente no discurso de José Luiz Portella, conforme podemos observar no seguinte fragmento do artigo “Mesma coisa, uma coisa só”:

toda vez que a violência traz um evento fatal renasce a indignação exasperada; que dura três dias e se acaba com a próxima rodada. Brotam propostas imediatas, propostas midiáticas, oportunismo, vociferações para conquistar a audiência. Raramente, se vê alguém pesquisar antes de propor, estudar, levar adiante, não esmorecer. Jogo de uma torcida só é uma negação, do futebol, mas e aí? A ideia não é ir a raiz, resolver. Isso custa sacrifício, esforço, ralação. Aparecer é a questão. A autoridade pública colabora muito quando, em vez de exercer o papel de Estado, prefere promover-se, eleger-se.

Além de criticar as autoridades públicas por querer se promover, o autor observa, no referido artigo, que “os poucos que repelem o sistema têm o defeito das esquerdas antigas: a cissiparidade” e que “concorrem para o problema os dirigentes que, sabendo da mudança necessária, não a fazem, alegando que mudar prejudicaria o próprio clube.” Estes problemas estariam, na percepção dele, interligados.

É tudo uma coisa só. Têm a mesma raiz, a mesma triste origem: a falta de vergonha na gestão do futebol. Um deslize vai alimentado o outro e tudo se sucede por irradiação. Nada ocorreria por tanto tempo se cada vergonha não sustentasse a outra. São vasos comunicantes. [...] bastaria alguém mudar para valer que o sistema iria mudando todo até que houvesse uma restauração. Não precisaríamos mais tratar com oportunismo cada vez que houvesse um caso fatal.

Notemos que o autor adota aqui uma compreensão funcionalista do mundo social, como se esse mundo constituísse um “sistema” integrado. Compreensão esta que torna a solução para a violência no futebol o resultado inevitável de uma mudança de uma das partes do “sistema”. Nesse sentido, há uma naturalização do fenômeno, que também ocorre na equiparação implícita feita aqui entre o mundo social e o mundo biológico. Conforme retomaremos no capítulo subsequente, essa equiparação é recorrente no material analisado e aqui é expressa, entre outras formas, através do verbo “alimentar”, que atribui aos “deslizes” na gestão do futebol dotes e qualidades de um animal. Este verbo também aparece no título do artigo “A violência que alimenta”, de Juca Kfoury, assim como trecho onde o autor afirma

que a simulação de indignação com a morte de torcedores dá empregos e alimenta demagogias, ao mesmo tempo em que deixa nu o tamanho da incompetência, e do cinismo, de autoridades e cartolas. Porque se tem gente que se sustenta na exploração dos ditos torcedores organizados, é sempre bom não perder de vista que do outro lado da violência até elege deputados, capazes de iludir os incautos do me engana que eu gosto.

Com o substantivo “dissimulação”, Juca Kfoury sugere que a indignação com a morte de torcedores não é verdadeira, que se trata de um fingimento. Um fingimento que “dá empregos”. Além de duvidar da sinceridade dessa indignação, o autor constrói os torcedores organizados como explorados, minimizando o seu potencial político-transformador, conforme retomaremos no capítulo subsequente. O autor também observa que a violência elege deputados¹⁷², que seriam capazes de iludir os “incautos do me engano que eu gosto”. Ao assim descrever os eleitores de tais deputados, o autor deslegitima sua escolha político/eleitoral, fazendo crer que ela não é digna de apoio.

No artigo “De quem é a culpa”, Juca Kfoury evidencia suas críticas ao Ministério Público paulista, censurando a relação estreita de promotores com dirigentes desportivos, conforme podemos notar no extrato reproduzido abaixo:

[...] um quarto poder, o Ministério Público, em São Paulo, alterna representantes para cuidar do assunto que vão da esperteza desmedida à ingenuidade que beira à simploriedade, embora sempre com a marca do deslumbramento pela proximidade com o poder dos cartolas e suas benesses, uma camisa autografada aqui, um camarote refrigerado ali e, quem sabe, uma candidatura a deputado para fazer parte das bancadas da bola que se espalham pelo país e se reúnem numa voz só em Brasília.

As críticas feitas pelo jornalista também atingem os torcedores organizados, dirigentes desportivos, polícia e imprensa.

É óbvia a nenhuma vontade, por aqui, e há mais de dez anos, de solucionar a selvageria, que tem como protagonistas torcedores violentos e fanáticos, cartolas despreparados e provocadores, policiais destreinados e de estopim curto, mídia cúmplice ao botar lenha na fogueira e espaço a quem não deve tê-lo, por representar seitas e não o torcedor comum – esse pobre coitado abandonado ao próprio azar quando resolve ir a um jogo de futebol.

¹⁷² Aqui, cabe lembrar que, como já indicamos na parte II, algumas autoridades públicas, como o promotor público Fernando Capez, ganharam notoriedade ao engajarem-se no combate à violência no futebol. Notoriedade que, no caso do promotor em questão, ajudou a promovê-lo politicamente, alavancando sua candidatura a deputado estadual em São Paulo.

Ao tratar como “óbvia” a falta de vontade de resolver o problema da violência no futebol, o autor, ao mesmo tempo em que desqualifica as soluções adotadas até então, impõe o seu ponto de vista como “evidente”, “incontestável”, o que contribui para legitimá-lo. Também no plano léxico, o substantivo “selvageria” é uma metáfora que vincula semanticamente o referido problema ao mundo animal, naturalizando o fenômeno. Essa vinculação mobiliza uma ideia nova, que, conforme retomaremos adiante, também é abordada em outros materiais discursivos, a de que o Brasil é um país precariamente civilizado. Em certo sentido, essa ideia remete-nos aos temas tratados no tópico subsequente.

5.2.3 Falta de cidadania, desigualdade e insatisfação social

Na análise do material, pudemos notar que tanto a falta de cidadania quanto a desigualdade e a insatisfação social são apontadas como fatores geradores da violência no futebol brasileiro¹⁷³. Especificamente em relação à questão da cidadania, é importante recordarmos que essa concepção floresceu “[...] em diversos períodos históricos – na Grécia e na Roma antigas, nos burgos da Europa medieval, nas cidades do Renascimento.” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 73). Embora influenciadas por essas concepções antigas, a cidadania moderna possui um caráter próprio e é frequentemente definida como um “[...] conjunto de práticas que definem uma pessoa como membro de pleno direito dentro de uma sociedade.”¹⁷⁴ (GINER, DE ESPINOSA, TORRES, 2006, p. 119, tradução nossa). De um modo geral, os *claims-makers* que abordam a questão da cidadania enfatizam-na como incorporação dessas práticas, ou seja, como incorporação dos direitos e deveres básicos, civis e políticos. A não incorporação desses direitos e deveres seria, portanto, um fator gerador de violência.

Embora esses discursos nem sempre articulem a (falta de) cidadania a uma questão de classe social, notemos que o argumento guarda certa semelhança com as análises propostas pelos autores da *Leicester School*. Conforme já discutimos no capítulo 3, esses autores interpretam o hooliganismo como “explosões de barbárie”. “Explosões” motivadas pela não incorporação dos segmentos menos favorecidos das classes populares inglesas dos modelos e

¹⁷³ Os materiais discursivos que abordam ao menos um desses aspectos são os artigos do Romeu Tuma, do Mauro Beting, do Clóvis Rossi, do José Geraldo Couto, do Tostão, do Walter Falceta Jr e do Luiz Henrique de Toledo e as entrevistas do Tatinho, do Marcos Ferreira, do Ricardo Mello, do Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, do Erich Beting e da Heloisa Reis.

¹⁷⁴ “[...] conjunto de prácticas que definen a una persona como miembro de pleno derecho dentro de una sociedad.”

normas dominantes de controle das emoções. Tais segmentos não apenas tolerariam melhor práticas violentas, como, inclusive, em determinadas circunstâncias, enxergariam nessas práticas um motivo de orgulho e de afirmação de um determinado tipo de masculinidade.

Entre os materiais discursivos que abordam a questão da (falta de) cidadania, destacamos, primeiramente, o artigo de José Geraldo Couto. O título já é bastante indicativo: “Cidadania e Barbárie”. Neste artigo, o autor sustenta, basicamente, que não há “soluções mágicas” para a violência. Afinal, de acordo com ele, “o Brasil não se civilizará da noite para o dia, não apagará por decreto os desajustes sociais, a ignorância, a cidadania precária”. Aqui o Brasil é colocado como um país que não é civilizado e os desajustes sociais, a ignorância e a cidadania precária como problemas complexos que levam tempo para serem resolvidos. A ideia de que não há “solução mágica” indica que qualquer solução que não leve em conta essa complexidade e que pretenda resolver o problema de uma hora para outra é ilusória.

Contrapondo-se, em certa medida, ao artigo de José Geraldo Couto, José Luiz Portella, no artigo “Jogo de cena”, critica explicitamente a ideia de que o problema da violência seja gerado por desajustes sociais. De acordo com ele, é um equívoco

[...] a ideia de que o problema vem de uma sociedade desajustada onde existem vândalos e pessoas insanas. Não há solução para este mundo louco. Se fosse assim, perderíamos a capacidade de arbítrio. E se prestaria para qualquer um justificar qualquer coisa.

O autor emprega aqui uma cadeia de raciocínio que parte da negação de um argumento fatalista – o de que “não há solução para este mundo louco” – para justificar o seu ponto de vista: o de que há sim solução para a violência no futebol. Ao defender essa ideia, aponta, consequentemente, para o aspecto transitório do fenômeno. O artigo de Walter Falceta Jr. também aborda a questão da (falta de) cidadania. Reivindica o autor no décimo parágrafo: “urge o investimento planejado em educação para a cidadania, para a vida em sociedade.” O que pressupõe, evidentemente, que hoje em dia a cidadania ainda é precária. O artigo de Luiz Henrique de Toledo, por sua vez, fala em “falta de cidadania esportiva”, defendendo a tese de que esta é decorrente da despolitização de longo prazo que se impinge ao torcedor e que as mortes no futebol estariam “[...] relacionadas ao desmonte da dimensão lúdica do jogo e ao esgarçamento da sociabilidade em uma sociedade armada.”

Já o artigo de Tostão observa que “[...] é frequente ver pessoas, no futebol e em todas as atividades, participando de atividades solidárias, posicionando-se contra as injustiças e, ao mesmo tempo, tendo comportamento ganancioso e pouco ético no cotidiano.” Aqui o autor expõe a complexidade do problema, mostrando que “as contradições estão em todas as partes”. Ao fazer isso, aproxima-se, de alguma forma, das denominadas “teorias do conflito”¹⁷⁵, visto que essas teorias consideram o conflito algo estrutural e as contradições um elemento central de toda a sociedade (SÁNCHEZ DE HORCAJO; UÑA, 1996).

O artigo de Romeu Tuma, por sua vez, aborda tema correlato ao da cidadania. Conforme voltaremos a discutir no capítulo 7, o autor sustenta que o controle da violência no futebol passa pela educação e pela conscientização das pessoas, o que pressupõe, em primeiro lugar, que falta educação e conscientização e, em segundo lugar, que essa falta mobiliza a violência. André Azevedo igualmente interpreta a (falta de) educação como um fator determinante para a mobilização do fenômeno.

Não sai da minha cabeça, uma coisa minha, eu posso tá enganado, como todo mundo se engana, que parte muito mais pra questão social. Não sei porque... de educação... Porque eu tenho pessoas na torcida, que fazem parte na torcida, com um grau de instrução maior, tenho pessoas formadas, pessoas que trabalham... e elas tem uma mentalidade diferente. E, às vezes, aquelas que não têm é... ou não teve a oportunidade de ter um estudo, de ter uma educação, de ter uma formação tão boa, já tá mais voltada pra expor a sua raiva de uma outra maneira. Então eu acho que o motivo principal é a questão social mesmo, a questão de desemprego e, principalmente, de educação. Eu acho que, se a pessoa partir do princípio de ter educação, ela pode ser torcedor organizado, pode ter... pode ser qualquer coisa que ela vai agir de uma forma diferente. [...]. Sei lá, eu acho que... eu gosto de partir tudo do princípio da educação: se a educação fosse boa e fosse uma coisa mais... uma coisa boa, né, que eu acho que não é uma coisa boa, eu acho que, se a educação fosse melhor, eu acho que a gente teria menos problema com violência.

De forma similar, Pulguinha associa a questão da violência à formação de valores na sociedade. Quando lhe foi perguntado sobre quais seriam as principais causas da violência envolvendo torcedores, respondeu o seguinte:

¹⁷⁵ Teorias que têm como precursor Maquiavel e que foram posteriormente desenvolvidas por autores como Bodino, Hobbes, Hume, Ferguson, Turgot, Marx, Dahrendorf, Coser, entre outros (SÁNCHEZ DE HORCAJO; UÑA, 1996).

porra, eu entendo a formação na sociedade como... O ser individualista. É... Entendo também que o espírito venha com vários aspectos cada um e alguns mais, com alguns menos, e aí entendo também como a sociedade que a gente vive, né? [...] onde, na verdade, o jovem na verdade, ele começa a ter a sua independência... mais cedo, a cidade hoje a perda de valores dentro de uma normalidade pra todo mundo... que me espanta, e aí a gente tem, né, a falta de políticas públicas, falta de investimento social, entendeu?, a desigualdade de classes... Enfim, e aí a gente tem o jovem que a gente tem, que é a grande maioria que é da classe média pra periferia, que é o público da torcida organizada, entendeu? É só você entender a formação de valores desses jovens que você não vai se espantar de ter um monte de “cabeça de bagre”, entendeu?, com tendência a dar paulada no outro porque o cara torce pro Palmeiras ou pro São Paulo, meu velho, você entendeu?

Afora a questão da formação de valores, podemos observar, no fragmento acima, que o entrevistado entende que faltam políticas públicas e investimento social, além de perceber a desigualdade como um fator gerador de violência. Percepção compartilhada por Heloisa Reis.

A questão ainda, que é de difícil solução, principalmente nos países periféricos, de uma grande desigualdade social. Dizia-se que a pobreza era um problema nos anos 70 e 80, mas a partir dos 90 o problema não é a pobreza e sim a desigualdade, porque a globalização e os apelos midiáticos para o consumo despertam nos jovens a necessidade de adquirir produtos completamente supérfluos, mas eles vão em busca disso, e isso incentiva a violência, porque para ter acesso a isso é necessário atividades, às vezes, criminosas.

Diferentemente de uma explicação mais “individualizante”, aqui o problema da violência recai na ordem estrutural da sociedade. Através de apelos midiáticos, esta criaria nos jovens necessidades sem oferecer oportunidades de supri-las. No plano da interdiscursividade, podemos afirmar que esta perspectiva aproxima-se, em grande medida, da corrente “situacionista”, que explica a taxa de criminalidade entre os pobres “[...] pela limitação de oportunidades que enfrentam, associada, ao mesmo tempo, à idéia de que o sucesso social seria passível por todos.” (ANDRADE, 2004, p. 34). Além da entrevistada, Ricardo Mello e Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro também articulam o problema da violência no futebol com a ordem estrutural da sociedade.

Eu acho que existe uma causa que é social, no seguinte sentido: eu acho que muitas pessoas vivem em uma situação de extrema vulnerabilidade, uma situação de vida bastante tensa, na sua vida cotidiana mesmo, por conta das

condições, muitas vezes, ou materiais ou de condições de vida que muitas vezes não são dignas, e isso vai gerando uma revolta. Eu vejo isso não só nos campos, mas eu vejo, de um modo geral, existe isso na periferia. Existem alguns grupos que estão revoltados e têm razão para estarem revoltados. E eu acho que o futebol talvez seja um momento de extravasar tudo isso. Não acho que dá para culpar só o fator social, por que a gente também vê isso em países ricos, onde a condição de vida é melhor, mas eu acho que, especificamente no Brasil, esse é um componente que é relevante sim. Ou seja, uma revolta social latente. (Ricardo Mello).

Aí você tem um problema de natureza social muito claro. Você tem a torcida organizada formada por classes sociais da base da pirâmide, que, muitas vezes, reprimem isoladamente o seu sentido de revolta diante de um prato feito que lhe é profundamente injusto, mas que na hora que se reúnem com outros companheiros da mesma situação social, liberam, naturalmente, essa revolta diante do cenário social injusto da qual eles são as principais vítimas. Isso se manifesta no comportamento agressivo das organizadas. [...] Quando você, nesse caldo cultural, reúne é um conjunto unificado pra um sentimento quase irracional de paixão, você tem os elementos principais para que, diante de determinada situação, ecloda o sentido da vingança, o sentido da revolta. Então, esse componente de natureza social precisaria ser pensado também como as origens dessa... que, na verdade, não são brasileiras, a gente tende uma visão mais local. (Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro).

Notemos que ambas as falas definem a ordem social estabelecida em termos negativos (“situação de extrema vulnerabilidade”, “situação de vida bastante tensa”, “condições de vida que muitas vezes não são dignas”, “prato feito que lhe é profundamente injusto”, “cenário social injusto”), construindo uma relação causal entre essa ordem social e o estado anímico das pessoas prejudicadas por ela (“vítimas revoltadas”). Inclusive, a ideia de revolta é sistematicamente repetida (“gerando uma revolta”, “grupos que estão revoltados e têm razão para estarem revoltados”, “revolta social latente”, “sentido de revolta”).

Embora não fale em revolta, Erich Beting aborda ideia similar e fala em “insatisfação social”. Nas suas palavras: “[...] obviamente, uma questão de reflexo de uma insatisfação social em geral. Não é só, obviamente, o que aconteceu ali dentro de campo, tem uma carga de várias outras coisas que vem junto dessa história toda e que está envolvida nessa questão.” Já Marcos Ferreira limita-se a observar que, ainda que seja muito prático para um torcedor organizado afirmar que a violência no futebol ocorre por culpa da sociedade, as condições sociais têm sim “[...] um fator de culpa também.”

Tatinho, por sua vez, ressalta que a desigualdade social é ela mesma uma forma de violência contra o torcedor. Perspectiva que se aproxima bastante das reflexões de Galtung –

especialmente da ideia de “violência estrutural” – e que joga luz em aspectos menos visíveis do problema da violência no futebol. Aspectos estes que frequentemente são obscurecidos por outros materiais discursivos.

Agora, vamos ver o papel do torcedor nisso daí. O torcedor não tem transporte, o torcedor paga caro no ingresso, o torcedor não tem emprego pra poder trabalhar, pra poder comprar o ingresso, pra levar a família dele e ver o futebol. Então é uma série de fatores que é uma violência. Pô, é uma violência você chegar com o seu filho e você não conseguir ser atendido no hospital público. É uma violência. É uma violência o cara sair do jogo meia noite e vinte, igual aconteceu quinta-feira agora, e não conseguir ir pra casa. Porque se a gente vive num país democrático, o cidadão que mora lá em Ferraz de Vasconcelos e é corintiano, ele tem o direito de ver o jogo de futebol do Corinthians aqui no Pacaembu. E hoje em dia ele não pode. Porque no caminho pode ser assaltado, ele pode ser alvejado por uma bala perdida. Então, quer dizer, essa violência eles num, eles preferem não comentar. [...] Então quer dizer, mas por quê? Porque o Corinthians sempre foi caro! Aí entra aquele negócio da desigualdade social, que já existe. Como é que você quer, se pega um cara, velho, que sai lá do extremo leste, do extremo sul, o cara tá desempregado, ele não tem uma opção de lazer, ele não tem, não adianta o governo, o estado, a prefeitura vir falar, não tem! O cara levanta, ele não tem a opção de dar... É difícil ele dar o básico pro filho: escola, uma educação normal. O lazer, então, nem se fala, cara. Ele vai levar o filho dele no máximo que ele vai conseguir levar é no parque. Pro moleque ficar jogando uma bola ali. O moleque não consegue ir num cinema, num teatro, nada! E como torcedor de futebol... Por isso aqui fala-se, a gente fala que o país, que o Brasil é o país do futebol. E é!, certo? Mas tá acabando. Infelizmente, tá acabando. Você vê, hoje em dia tá cinquenta reais num ingresso. Em alguns campos oitenta? Quanto é o salário mínimo? Quanto que o cara não paga de aluguel? Certo, se o cara tiver dois filhos, ele vai ter que escolher um jogo. Então, quer dizer, dentro de um país democrático, a gente vive sob uma opressão se você for ver bem direito, que é uma forma de violência! E isso, ninguém fala! Eles se preocupam com tantas outras coisas, porque é os marginais, é os vândalos...

No trecho acima, podemos perceber que o torcedor é sistematicamente colocado na condição de “vítima”. Ele é aquele que sofre com diversos tipos de violência. O modo como o torcedor e outros agentes envolvidos no problema da violência no futebol são simbolicamente construídos certamente nos diz muito sobre as posições dos *claims-makers* em relação a esses agentes e suas atividades. Esta construção constitui justamente o objeto da discussão do próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

CONSTRUINDO OS ENVOLVIDOS

Neste capítulo, descrevemos e analisamos os principais argumentos – explícitos e implícitos – utilizados pelos *claims-makers* para definir e caracterizar os envolvidos no problema social em questão. De um modo geral, tais argumentos separam aqueles que consideram ser prejudicados pelo problema daqueles que consideram seus responsáveis. Os primeiros seriam merecedores de compaixão e proteção; enquanto que os segundos de reprovação e punição. Essa polarização simbólica criada por boa parte dos *claims-makers* possui um caráter nitidamente maniqueísta e nos faculta afirmar que os primeiros são frequentemente construídos como “vítimas” (6.1) e os segundos como “vilões” (6.2), para empregarmos os termos utilizados por Losecke (2008). Antes de nos aprofundarmos na construção dessas personagens, vale reforçar que essas categorias (“vítimas” e “vilões”) foram definidas em função das imagens estabelecidas nos materiais discursivos e não da nossa visão dos envolvidos¹⁷⁶. Conforme discutiremos adiante, consideramos que essa polarização oferece uma visão muito reduzida e simplista do problema, que, em determinadas condições, pode passar por cima de relações de dominação¹⁷⁷.

Feito este esclarecimento inicial, cabe observarmos também que, na caracterização dessas personagens, praticamente todos os *claims-makers* recorreram à dramatização do problema. Palavras e expressões que evocam imagens fortes e que estimulam o sentimento de solidariedade e compaixão em relação aos primeiros e de medo e aversão em relação aos segundos foram amplamente utilizadas. Analisemos alguns dos trechos mais emblemáticos:

no último domingo, dia de clássico contra o Cruzeiro, um torcedor do Atlético-MG morreu assassinado. Foi um tiro. E as imagens da selvageria no Morumbi depois de São Paulo e Corinthians foram de dar medo e, por um milagre, tudo não terminou numa tragédia ainda maior. (Benjamin Back¹⁷⁸).

¹⁷⁶ Por esta razão, optamos por escrevê-las entre aspas.

¹⁷⁷ Aqui, todavia, é preciso esclarecer que, inapropriadamente, utilizamos as expressões “culpado/s” e “vítima/s” em algumas entrevistas, o que pode ter estimulado os entrevistados a estabelecerem tal polarização.

¹⁷⁸ Em “cartolas organizados”.

As cenas que o mundo inteiro assistiu após a partida entre Coritiba e Fluminense foram deprimentes! Nada justifica aqueles atos covardes de vandalismo e selvageria, afinal, o Coxa perdeu na bola. (Benjamin Back¹⁷⁹).

[...] as cenas vistas na TV de mais uma briga entre torcedores no clássico paulista foram deprimentes! Um torcedor morreu após levar um tiro na cabeça. O outro foi covardemente espancado. Por sinal, imagens essas chocantes, em que um torcedor do São Paulo caído no meio da rua recebeu durante vários minutos uma enorme quantidade de chutes na cabeça. (Benjamin Back¹⁸⁰).

Dois fatos especialmente degradantes ocorridos no fim do Campeonato Brasileiro de futebol são preocupantes: os atos de vandalismo em Curitiba, no estádio Couto Pereira, e os tumultos nas filas para a compra de ingressos para o jogo Flamengo x Grêmio, no Maracanã. Eles produziram cenas que chocaram a opinião pública, com repercussão negativa em todo o mundo. Foram ocorrências que demonstraram que o Brasil, organizando-se para sediar a Copa de 2014, está totalmente despreparado quando se fala em segurança nos estádios e na total ausência de respeito aos direitos e confortos dos torcedores. (Silvio Torres).

É preciso muito mais do que [...] se revoltar com os pares de tênis que sobraram na entrada de acesso da arquibancada no Morumbi onde corintianos e policiais pareciam israelenses e palestinos na Faixa de Gaza. (Fernando Santos).

O estádio de futebol e seus arredores viraram faixas de ódio, de covardia coletiva, de extravasamento da idiotia e do que de mais sombrio pulsa na alma humana, embora, registre-se, seja a minoria dos torcedores que assuma tal papel. (Juca Kfour¹⁸¹).

Nos seis extratos, as escolhas léxicas ajudam a dar forma ao “drama” vivido pelos torcedores dentro e fora dos estádios brasileiros evidenciando o sofrimento humano produzido pela violência no futebol. No primeiro, a expressão “de dar medo” evoca a noção de “perigo”, enquanto que o substantivo “selvageria” denota “irracionalidade”, sugerindo que a cena descrita é “sem propósito”. Tal sugestão serve para torná-la ainda mais condenável e revestir seus protagonistas com a imagem da maldade. Afinal, nada explicaria aquilo que fizeram. O substantivo “selvageria” é igualmente empregado no segundo extrato, onde também podemos

¹⁷⁹ Em “A punição foi justa, mas...”.

¹⁸⁰ Em “A violência está na impunidade!”.

¹⁸¹ Em “A violência que alimenta”.

notar o emprego dos adjetivos “covardes” e “deprimentes”. Estes acrescentam ao episódio descrito a desaprovação do autor em relação ao ocorrido.

No terceiro extrato, observamos novamente o emprego de “deprimentes”, assim como do adjetivo “chocantes”. Já no quarto, notamos o uso do termo “degradante”. Esses adjetivos cumprem função similar aos empregados no segundo fragmento, a de expressar as impressões (negativas) do autor. Ainda no quarto extrato, é interessante ressaltarmos que o autor não se mostra preocupado apenas com o drama em si, mas também com a sua repercussão. Esta preocupação fica particularmente clara quando afirma que houve “[...] repercussão negativa em todo o mundo.” Tal preocupação é reforçada na sentença subsequente, quando ele lembra que o Brasil está se organizando para sediar uma Copa do Mundo. No quinto fragmento, observamos um deslocamento das conotações negativas dos conflitos que ocorrem na Faixa de Gaza para o conflito ocorrido no Morumbi entre corintianos e policiais. Finalmente, no sexto e último extrato, podemos notar o emprego de uma linguagem hiperbólica, que reveste os estádios com a imagem do dantesco. Imagem que, ao mesmo tempo em que contribui para estigmatizar seus responsáveis, ajuda a criar um sentimento de inaceitabilidade em relação à situação de suas “vítimas”.

6.1 “Vítimas”

No material analisado, observamos a construção de cinco grupos de “vítimas”: os treinadores e atletas (6.1.1), o “torcedor comum” (6.1.2), o consumidor (6.1.3), as famílias (6.1.4) e a sociedade (6.1.5).

6.1.1 *Treinadores e atletas*

A maioria dos materiais discursivos que abordam as figuras dos treinadores e atletas¹⁸² as coloca na condição de “vítimas” da violência de alguns torcedores. Os seguintes trechos são exceções: “Está mais do que na hora de dirigentes, imprensa, jogadores e torcedores se mobilizarem em algo concreto e sem médias ou hipocrisias e fazerem alguma coisa para

¹⁸² Tais figuras são abordadas nos artigos de Sérgio Cabral, de Mauro Beting, de Tostão, de André Kfourir, de Luiz Fernando Gomes, no artigo “Los macaquitos”, de José Paulo Florenzano, nos artigos “Cartolas organizados” e “Deram espaço, agora agüentem...”, de Benjamin Back, e na entrevista concedida por Pulguinha.

mudar esse cenário ‘Mad Max’ que vem tomando o futebol brasileiro.” (Benjamin Back¹⁸³). “[...] os jogadores também muitas vezes não contribuem com um bom exemplo.” (Pulguinha). Enfoque diferente dos fragmentos transcritos abaixo:

também sonho que os jogadores serão respeitados, como seres humanos e profissionais, pois é muito triste saber que o jogador Diguinho teme as manifestações da torcida do Fluminense e, por isso, tem medo de sair à rua. Logo ele, vítima de uma tuberculose (não é um resfriadinho, é tuberculose) e de um estiramento na coxa, após a transferência para as Laranjeiras. (Sérgio Cabral).

Semana passada tivemos mais um lamentável acontecimento envolvendo membros de torcida organizada intimidando e agredindo um jogador de futebol. A vítima da vez foi Vagner Love, atacante do Palmeiras. Infelizmente, atitudes como essa não serão nem a primeira nem a última vez que acontecerão. Claro, isso em clubes que dão a liberdade, espaço ou seja, que são coniventes com os torcedores organizados. [...] No entanto, nada, mas nada justifica uma agressão. Se o jogador não está rendendo o que se esperava dentro de campo, ou se a impressão que passa é que o cara não está nem aí para nada, quem deve tomar as devidas medidas é a diretoria do clube e não torcedor ameaçando, intimidando e batendo em atleta dentro do banco, shopping, ou seja lá qual for. Tudo bem que o futebol mexe com a emoção, o fanatismo, porém, citando o exemplo mais recente do próprio Vagner Love, é mais do que óbvio que o jogador não entra em campo para perder, logo essa cobrança selvagem em cima do atleta é totalmente abominável. (Benjamin Back¹⁸⁴).

No primeiro fragmento, de partida, o autor emprega o verbo “sonhar”, sugerindo que os jogadores não são respeitados como seres humanos e profissionais e que, em um mundo ideal, a situação seria diferente. Em seguida, ele narra a história do jogador Diguinho, ilustrando para o leitor como a violência praticada por torcedores contra jogadores pode afetar concretamente a vida destes últimos. De acordo com Loseke (2008), personalizar as “vítimas” de um problema social pode ser muito útil para captar a atenção da opinião pública. Afinal, frequentemente queremos saber em detalhes como que determinadas condições podem afetar a vida das pessoas e tais detalhes podem ser mais facilmente visualizados em uma história pessoal de vidas individuais do que em números e estatísticas. Além de personalizar as “vítimas” da violência contra jogadores, o autor dramatiza sua situação. Ao mesmo tempo em que é descrito como alguém que “teme”, que “tem medo”, o jogador Diguinho é apresentado

¹⁸³ Artigo “Cartolas organizados”.

¹⁸⁴ Artigo “Deram espaço, agora agüentem...”.

como “vítima de uma tuberculose”. Notemos que, nesta apresentação, o autor emprega um parêntese que reforça a gravidade da doença. A combinação da imagem da doença grave com a da ameaça produz uma terceira imagem – a do sofrimento –, que serve para convencer o leitor a avaliar a situação descrita como intolerável.

No segundo fragmento, igualmente podemos notar uma personalização da “vítima”. O autor aborda a violência praticada contra atletas a partir do caso concreto do jogador Vagner Love. De saída, ele indica sua reprovação ao caso qualificando-o como “lamentável”. Reprovação que é posteriormente reforçada através do uso dos adjetivos “selvagem” e “abominável”. Tal caso é construído como o resultado de uma prática regular, que adquiriu um caráter de rotina. Notemos, por exemplo, que o autor fala em “mais um” acontecimento, destacando, em seguida, que este não foi o primeiro nem o último. Esse caráter de rotina é definido por ele em termos negativos, através do advérbio “infelizmente”. Os agentes (supostamente) responsáveis pela violência contra os jogadores são destacados por ele ao longo de todo o artigo. Estes seriam os torcedores organizados e os dirigentes desportivos, que, na sua visão, são “coniventes” com os primeiros. A responsabilidade dos dirigentes desportivos na violência contra atletas também é abordada no artigo de André Kfourri.

Alexandre Kalil, presidente do Atlético Mineiro, avançou o sinal ao misturar sinceridade com responsabilidade. “Os jogadores tem que se cuidar, sim. O Atlético não é brinquedo. E se eles tomarem um cacete na madrugada não vai fazer mal nenhum”, avisou. O futebol brasileiro carece de mais dirigentes com as intenções de Kalil. E menos frases incendiárias como essa, exemplo de quando o torcedor toma o lugar do cartola. No Brasil, a violência não precisa de estímulo. Nem a idiotice dos que a praticam “em nome” de um distintivo. Kalil encheu o tanque dos desocupados que patrulham a noite de Belo Horizonte atrás de jogadores que precisam ser apresentados ao profissionalismo. Deu-lhes autorização para fazer, com truculência, o que o clube tem obrigação de impor com autoridade.

É interessante notarmos que, em certo sentido, o autor complexifica o problema. Ao invés de serem apresentados como pessoas puras – absolutamente inocentes – os jogadores do Atlético Mineiro são colocados no lugar daqueles que não agem profissionalmente. Já os torcedores “que patrulham a noite de Belo Horizonte atrás de jogadores” seriam estimulados pelo presidente do clube. Para construir a situação abordada, o autor recorre, entre outras estratégias, à metáfora. Fala, por exemplo, em “frases incendiárias”. Um incêndio tem a particularidade de se propagar rapidamente e de causar sérios prejuízos. É como se houvesse

uma violência latente – “a violência não precisa de estímulo, nem a idiotice dos que a praticam.” – que pode ser facilmente ativada, precisando apenas de “combustível” – “encheu o tanque dos desocupados.” – para, como uma chama, se alastrar, ameaçando seriamente a ordem social.

Já o artigo “Los macaquitos”, de José Paulo Florenzano, centra-se na questão do racismo. Embora discorra, principalmente, sobre a violência simbólica da torcida contra atletas, o autor não deixa de mencionar as ofensas entre os últimos. Escreve ele: “desfraldadas nas arquibancadas, as bandeiras da intolerância também são empunhadas dentro de campo por atletas identificados com suas mensagens.” Diante disto, podemos dizer que os atletas insultados são caracterizados como “vítimas” tanto da ação de torcedores quanto da ação de outros atletas. Essa caracterização, no entanto, não constrói esses torcedores como agentes passivos. Ao invés de alimentar a imaginação do leitor com a imagem do atleta negro coitadinho, que merece o altruísmo e a piedade, o autor constrói esses atletas como agentes ativos, que têm confrontado os insultos sofridos.

As reações de Grafite, no Morumbi, em abril de 2005; de Elicarlos, no Mineirão, em junho de 2009; e de Manoel, no Palestra Itália, em abril de 2010, rompem com o tom de resignação que envolve a questão e exprimem o advento de novos *atores* em um *palco* que, no entanto, possui uma lógica própria. [...] Eis o *teatro* do futebol. Enquanto parte do *público* emite urros e atira bananas ao palco para afirmar uma diferença irreduzível, outra parte pinta o rosto de preto por solidariedade. Já a crítica tenta retirar o peso das manifestações invocando a lógica que estrutura o *espetáculo*. De um lado, atletas brancos reincidem nos insultos raciais sob a justificativa de que tais xingamentos pertencem à cultura supostamente imutável do futebol. De outro, os atores negros reivindicam o direito de repactuar as regras do jogo, contestar os códigos de comportamento e colocar em questão as armas utilizadas para prevalecer sobre o adversário. Assim, em vez de *show de menestréis*, propõem e transformam o futebol no *teatro experimental* onde sujeitos autônomos definem os *papéis* e as relações que desejam viver. (grifos nossos).

Podemos observar que, no trecho acima, o autor recorre à estratégia do tropo. Esta estratégia é expressa através de uma metáfora específica, a do teatro. Metáfora que implica a aplicação de termos retirados do universo teatral ao que ocorre no universo do futebol. Os vocábulos utilizados são bastante sugestivos: “atores”, “palco”, “teatro”, “público”,

“espetáculo”, “show de menestréis”, “teatro experimental”, “papéis”. Ao mesmo tempo em que pode mobilizar a ideia de “fingimento”, de “falsa realidade”, a metáfora do teatro pode revestir o futebol com a imagem do rito. Conforme já notamos na parte II, uma das interpretações correntes do esporte é que ele é guerra simbólica. Esta interpretação de que o futebol simboliza esse sacrifício coletivo que é a guerra é sugerida pelo autor no meio do texto, quando cita Christian Bromberger. De acordo com ele, para este autor,

convém relativizar o significado das manifestações nos estádios, interpretando-as segundo a lógica da confrontação agonística entre as torcidas como "teatralização exuberante do ódio ao adversário". Mas quando a manifestação se volta contra o atleta da própria equipe, a lógica da rivalidade é subvertida pela ideologia do racismo, conforme revela a trajetória de Fernando Marques da Silva.

Até aqui, destacamos os argumentos e as propriedades semânticas dos textos que abordam as figuras dos treinadores e atletas. Consideramos importante também mencionarmos aquilo se omite nesses textos. Nenhum deles sequer levanta a possibilidade de, em alguns casos, o comportamento desses agentes servir como estímulo para a violência que ocorre nas arquibancadas. A violência abordada é unilateral: sempre do torcedor contra o atleta, nunca o contrário. É importante recordarmos, por exemplo, que existem estudos – citados e comentados na parte II – que afirmam que a violência dentro do campo de jogo pode, por um efeito de contágio, estimular a violência fora dele. Conforme observa Loseke (2008), a parcialidade na construção de problemas sociais é uma forma de fazer com que as audiências sintam simpatia por um determinado grupo em detrimento de outro. No caso em questão, por treinadores e atletas em detrimento dos torcedores violentos. Esta parcialidade na construção da violência no futebol é igualmente expressa na contraposição recorrentemente estabelecida entre “eles”, torcedores violentos, e “nós”, “torcedores comuns”.

6.1.2 “Torcedor comum”

Entre os agentes incluídos na condição de “vítimas” da violência no futebol é dada certa proeminência à figura do torcedor. Em geral, ele é caracterizado como alguém que sofre com a ação violenta de outros torcedores, com a violência policial e com a falta de infraestrutura dos estádios brasileiros. Ou seja, como alguém que é mal tratado no evento

futebolístico, conforme já adiantamos no capítulo anterior. O artigo “Memórias, drogas e violência”, de Juca Kfoury, por exemplo, observa que é “desnecessário dizer que o torcedor brasileiro continua a ser tratado feito gado no Pacaembu, no Morumbi, no Maracanã e no Couto Pereira...” Já o artigo “Salve-se quem puder”, de Fernando Santos, observa que “a briga do não-é-comigo que levou ao trágico final do clássico entre São Paulo e Corinthians no último domingo apenas revela o abandono que não apenas o torcedor, mas o cidadão comum vive nos dias de hoje.” O editorial “Futebol civilizado”, da Folha de S. Paulo, por sua vez, afirma que “os riscos de conflitos e a falta de condições adequadas na maior parte dos estádios afastam o público, brutalizam o esporte e diminuem as receitas que poderiam ser obtidas na bilheteria.”

Em outros momentos, o torcedor também é construído como sendo “vítima” de determinadas políticas de contenção. Conforme retomaremos no capítulo subsequente, a proposta de realizar um cadastramento nacional dos torcedores, por exemplo, é vista por alguns *claims-makers* como uma medida que criminaliza o torcedor. Mas não é qualquer torcedor que é percebido como “vítima”. Em geral, apenas o torcedor que não pratica a violência e aquele que não pertence a torcidas organizadas¹⁸⁵. Quando perguntamos, por exemplo, a Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro sobre quem seriam os principais prejudicados pela violência no futebol e quais seriam as principais consequências dessa violência, ele respondeu o seguinte:

[...] eu acho que um afastamento natural do torcedor não organizado do estádio – especialmente aquele que pretende levar o filho, portanto formar o futuro torcedor, porque é absolutamente razoável que um pai tenha preocupação com a integridade física do filho. As mulheres naturalmente receiam esse tipo de conflito e tendem a se afastar dos estádios, o que também é uma pena.

No universo do futebol, o torcedor que não pertence à torcida organizada é usualmente designado através da categoria “torcedor comum”. Conforme pudemos notar na análise do material, essa categoria é reproduzida por alguns *claims-makers*¹⁸⁶. Os trechos a seguir são ilustrativos: “[...] o *torcedor comum* – esse pobre coitado abandonado ao próprio azar quando

¹⁸⁵ Exceção feita aos torcedores organizados entrevistados, que, conforme retomaremos adiante, colocam as próprias torcidas organizadas na condição de “vítimas” da violência no futebol.

¹⁸⁶ Por Juca Kfoury (nos artigos “De quem é a culpa” e “Ira organizada”), Mauro Beting, José Geraldo Couto, André Azevedo e Pulguinha.

resolve ir a um jogo de futebol.” (Juca Kfour¹⁸⁷, grifo nosso). “Hoje em dia, é o *torcedor comum*, não vinculado a nenhuma organizada, que é discriminado, enfrentando dificuldades muito maiores para conseguir ingresso, acesso ao estádio, segurança.” (José Geraldo Couto, grifo nosso). “Tão enxotados, chutados, chateados, xingados que viramos *torcedores comuns*’.” (Mauro Beting, grifo nosso).

A categoria “torcedor comum” estabelece uma divisão dicotômica entre torcedores “comuns” e “não comuns”. “Comum” é um termo polissêmico, ou seja, assume diversos sentidos, podendo ser empregado de diversas formas. Todavia, em geral, utilizamos “comum” como um adjetivo que significa “habitual”, “ordinário”. Ou ainda, como sinônimo de “geral”, “maioria”. Se assumirmos essas acepções, então podemos dizer que ser um “torcedor comum” é uma questão meramente estatística. Tal torcedor é aquele que está na média. Contudo, nos materiais discursivos, além de um fato (estar ou não estar na média), essa categoria designa um valor. Afinal, carrega consigo uma apreciação acerca da condição desse torcedor. Como lamentam os extratos acima, o “torcedor comum” é aquele que é “enxotado”, “chutado”, “chateado”, “xingado”, “discriminado”, um “pobre coitado abandonado ao próprio azar”.

Tal constatação nos remete às reflexões de George Canguilhem (1990) sobre o normal e o patológico¹⁸⁸. Como sustenta o filósofo e médico francês, o normal é visto, ao menos através da ótica da tradição filosófica realista, como um padrão que é tomado como um ideal. O patológico, por sua vez, seria o que escapa desse padrão e que, conseqüentemente, é considerado indesejável. Nesse sentido, a divisão entre torcedores “comuns” e “não comuns” parece seguir a lógica da divisão entre o normal e o patológico – o que nos sugere certa absorção do universo do futebol da referida tradição. Afinal, ao mesmo tempo em que se refere a uma maioria, a categoria “torcedor comum” valoriza essa maioria positivamente. Trata-se, como sugerimos acima, de um torcedor que deveria ser protegido, bem tratado, respeitado, cuidado. Por sua vez, o torcedor-organizado, isto é, aquele que não é “comum”, é igualmente qualificado como diferente e valorado negativamente, uma vez que é visto como alguém que precisa ser corrigido, endireitado. Trata-se de um inimigo.

Em geral, a essa complexa estratégia de expurgo do torcedor organizado, na qual ele é colocado como um “outro” que ameaça a “nós”, “torcedores comuns”, é sobreposta à

¹⁸⁷ Em “De quem é a culpa”.

¹⁸⁸ Sobre essas reflexões, sugerimos a leitura do segundo capítulo do livro “Nada sobre nós sem nós” (CORDEIRO, 2011).

estratégia de naturalização. Naturalização que se realiza, fundamentalmente, pela falta de colocação das aspas na palavra “torcedor comum”, como ocorre nos artigos supracitados de Juca Kfourie e de José Geraldo Couto. Ao não aspeá-la, os autores fazem crer que a condição de “comum” desse torcer é algo natural, algo dado, reforçando a convivência com a divisão estabelecida entre torcedores “comuns” e “não comuns”. Afinal, as aspas constituem um signo tipográfico que serve, entre outras coisas, para marcar uma palavra como estranha, para questionar seu caráter totalmente apropriado (MAINGUENEAU, 1997; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). Assim, a colocação das aspas implicaria, aqui, que o termo “comum” estivesse sendo aplicado a um objeto ao qual ele, a princípio, não poderia ser realmente aplicado, ou seja, que ele estaria sendo usado apenas de maneira aproximativa.

É interessante apontarmos que André Azevedo e Pulguinha também empregaram a categoria “torcedor comum”. O emprego dessa categoria por parte dos dirigentes da CONATORG é indicativo de que ela está cristalizada no universo do futebol. A regularidade com que é utilizada parece ter feito com que seu uso tenha sido aceito passivamente entre os próprios torcedores organizados, não sendo mais objeto de discussão e questionamento. Aliás, vale observar aqui que nenhum artigo ou entrevistado contestou ou denunciou a divisão dicotômica criada por essa categoria, o que reforça a ideia de que ela adquiriu um caráter de hábito ou rotina. No caso específico de Pulguinha, embora tenha empregado passivamente a categoria “torcedor comum”, o entrevistado destaca que esse torcedor também contribui para a produção da violência. Diz ele: “É... muito se fala dos problemas das torcidas organizadas, mas o torcedor comum também... ele traz, ele contribui muito com essa diversidade: nos gestos, nas palavras, é... em muitas visões equivocadas do problema... enfim, o torcedor comum contribui com isso também.”

No texto “A banalização da morte”, Juca Kfourie refere-se ao “torcedor comum” através de outra expressão: “trouxedor desorganizado”. De acordo com ele, essa expressão foi inventada pelo jornalista José Roberto Torero. Conforme observa no primeiro parágrafo, “[...] o colunista inventou uma palavra, ao inventar trouxedor.” Palavra que, como sugere no parágrafo seguinte, designa um “desamparado”. A expressão “trouxedor desorganizado” faz um jogo de palavras com as palavras “trouxa” e “torcedor”. Por um lado, esse jogo de palavras serve para enunciar e denunciar o tratamento dado a esse torcedor. Ele é feito de “trouxa”. Por outro lado, estigmatiza-o com a pecha daquele que é facilmente iludido, daquele que se deixa passar para trás. Como afirma o autor no terceiro parágrafo, “por mais que tenhamos a obrigação de persistir, de insistir, de não desistir, é o leitor, o ouvinte, o

telespectador que nem quer mais saber desses episódios [de violência].” A referida expressão também faz um trocadilho com a palavra “desorganizado”. Trocadilho que dá margem a uma dupla interpretação: o torcedor “desorganizado” pode ser interpretado tanto como aquele que não é filiado a uma torcida organizada quanto como aquele que, literalmente, não é organizado, que não possui um grupo organizado para reivindicar os seus direitos. Direitos que, na percepção de alguns *claims-makers*, devem ser resguardados na medida em que o torcedor também é um consumidor.

6.1.3 Consumidor

A condição de consumidor do torcedor é sublinhada em alguns materiais discursivos¹⁸⁹. Consumidor é aquele que consome, “aquele que adquire mercadorias, riquezas e serviços para uso próprio ou de sua família; comprador, freguês, cliente”, conforme define o dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001). De algum modo, podemos dizer que o consumidor não é uma personagem nova na história da humanidade. De acordo com Taschner (1995, p. 4), “do ponto de vista sociológico, o conceito de consumidor poderia ganhar sentido em nossa sociedade desde o momento em que, através da divisão social do trabalho, regularizam-se as trocas dos produtos desse trabalho.” No entanto, segue a autora, “[...] a emergência do consumidor como categoria social visível é um fenômeno bem mais recente.” (p. 4). É somente no século XIX, no dito “primeiro-mundo”, que surgem as primeiras medidas de defesa do consumidor. Mas é mesmo a partir do final da segunda Guerra Mundial que os movimentos em sua defesa decolam. Primeiro, nos Estados Unidos, espalhando-se, em seguida, para outros países¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Nos artigos de Mateus Benato, de Rodrigo Cerqueira, de Mauro Beting, de Luiz Henrique de Toledo, no editorial “Futebol civilizado”, da Folha de S. Paulo e na entrevista do Tatinho.

¹⁹⁰ No Brasil, esses movimentos aportaram nos anos setenta, período em que o país se encontrava em meio a um processo de modernização acelerada, que abraçava a estrutura do Estado ao mesmo tempo em que vivia um contexto autoritário. Antes disso, havia apenas alguma legislação para proteger o consumidor, que, além de esparsa, não foi feita em nome do consumidor enquanto tal. Com a chegada de tais movimentos, uma série de medidas passou a ser realizada. Em 1976, no estado de São Paulo, foi criado um grupo executivo do governo “[...] que colhia as queixas dos consumidores e as encaminharia às entidades que pudessem resolver o problema e as usaria como subsídio para a elaboração de políticas.” (TASCHNER, 1995, p. 34). Tal grupo seria, daí para frente, chamado de PROCON. Em 1978, “[...] o III Congresso de Propaganda, em S. Paulo, aprovou por aclamação o código de auto-regulamentação publicitária, que foi implementada em 1980 pelo então criado CONAR (Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária.” (p. 34). Em 1988, a nova Constituição, em suas disposições transitórias, determinou que o Congresso deveria elaborar um Código de Defesa do Consumidor, que acabou sendo aprovado pelo Congresso em 1990 e sancionado pelo então presidente Fernando Collor. Em 11/03/1991, o referido código entrou em vigor.

Gerados pela própria dinâmica das sociedades, os movimentos em defesa do consumidor parecem, segundo Taschner (1995), ligar-se a uma postura crítica em relação à qualidade de vida na chamada “sociedade de massas”, que não faz mais uma contestação global à sociedade em sua totalidade (como era mais recorrente até maio de 68), mas contesta somente aspectos específicos dessa totalidade. É nessa tradição crítica que os discursos que interpretam o torcedor a partir de sua condição de consumidor estão inseridos. Essa tradição, como observa a autora, possui um lado conservador, uma vez que não questiona o capitalismo. Ao menos em princípio, aceita-o como um dado da realidade, naturalizando um padrão de acumulação que pode ser altamente perverso. Cabe recordarmos aqui que o consumidor vale pelo seu poder de compra; e o poder de compra, principalmente num país marcado por profundas injustiças sociais e econômicas como o Brasil, é bastante desigual.

Essa aceitação do capitalismo como um dado da realidade parece também ligar-se a uma inversão observada nos materiais discursivos em questão. Nesses materiais, o torcedor é visto como alguém que deve ter seus direitos de cidadão assegurados porque é consumidor e não o contrário: porque é cidadão deve ter seus direitos de consumidor respeitados. Nesse sentido, o que lhe confere título de cidadania é a sua condição de consumidor e não de ser humano. Em última análise, ele deve ser protegido porque faz o capital circular, produzindo riqueza e gerando lucro. A conclusão do artigo de Rodrigo Cerqueira é emblemática: “além de cobrar, é preciso oferecer algo ao torcedor. Ele, acima de tudo, é um consumidor daquele produto. Gera lucro!” O quarto parágrafo do editorial “Futebol Civilizado”, da Folha de S. Paulo, parece seguir lógica similar: “sabe-se que as partidas de futebol no Brasil ainda são eventos organizados de maneira precária, em desrespeito aos direitos básicos do consumidor e em contradição com os interesses econômicos dos próprios clubes, entidades esportivas e jogadores.”

Essa transformação do torcedor em consumidor é, todavia, criticada pelo artigo de Luiz Henrique de Toledo. Escreve o autor: “o desinvestimento orquestrado que se faz na cultura do torcer – transformada em mera coadjuvante da maquinaria do consumo compulsivo – também não colabora para o processo de cidadania esportiva, sobretudo às portas dos megaeventos que se avizinham por aí.” “Orquestrado” mobiliza, aqui, a ideia de que a falta de investimento na cultura do torcer é algo “planejado”, “calculado”, como se o torcedor estivesse sendo “manipulado”. Já “coadjuvante” é uma metáfora que combina semanticamente o universo do futebol com o mundo do teatro, indicando que a cultura do torcer desempenha um papel secundário na “maquinaria do consumo compulsivo”.

“Maquinaria”, por sua vez, remete a um mundo mecânico, conduzido por alguém, reforçando semanticamente a ideia de “manipulação”; enquanto que o adjetivo “compulsivo” reveste o consumo com a imagem da “repetição”, da “irracionalidade”, da “falta de controle”.

Mas se a defesa dos direitos do consumidor possui um lado conservador, não podemos nos esquecer que ela também pode conter um potencial transformador. Afinal, pode conseguir com que os governos estabeleçam uma série de leis e procedimentos que ampliam os direitos do cidadão, que passa a contar com uma maior proteção do Estado, ao menos enquanto ocupa a posição de consumidor. No caso específico do material analisado, essa defesa traduziu-se, algumas vezes, em apelos para que o torcedor recorde desses direitos e faça valê-los, fiscalizando e cobrando autoridades e dirigentes. O artigo de Mateus Benato, por exemplo, ao comentar os futuros investimentos que serão realizados para a Copa do Mundo de 2014, observa que

na ganância de dinheiro que vai rolar até lá, é preciso de nós – os consumidores – e as autoridades fiscalizemos como as verbas serão empregadas. Uma fatia generosa deveria ser direcionada para a área de segurança, mas não apenas para o evento do mundial, e sim como legado permanente para o Brasil.

Embora não empregue a palavra “consumidor”, o editorial “Todos fichados”, da Folha de S. Paulo, mobiliza ideia similar. Lemos logo na introdução: “quando cartolas e autoridades se reúnem para promover uma Copa do Mundo no Brasil, ao cidadão, em especial na condição de contribuinte, é recomendável dose extra de desconfiança.” Aqui, assim como no trecho supracitado, é importante observarmos que, à defesa do consumidor (ou do contribuinte), é sobreposto um julgamento de descrença em relação ao comportamento de dirigentes e autoridades, que, como já vimos no capítulo anterior, são, muitas vezes, vistos como corruptos e, principalmente, incompetentes.

Tatinho, por sua vez, menciona a condição de consumidor dos torcedores organizados para defender e justificar a importância desses torcedores dentro do universo do futebol. “Só que a gente tem uma importância grande nesse processo, porque somos consumidores, pagamos nossos ingressos.” A condição de consumidor conferiria força política a essas torcidas, o que, segundo o entrevistado, incomoda muita gente. “A gente tem força política. A

gente tem força financeira, porque a gente movimenta. A gente é consumidor. Somos uns consumidores ativos. Presentes. Então tudo isso incomoda muita gente.”

Segundo Taschner (1996-97), o potencial transformador da defesa do consumidor pode ser mais global do que se imagina. Isto ocorre especialmente quando o consumidor emprega sua força política através do boicote econômico – como, por exemplo, quando boicota produtos de consumo vendidos por empresas que empregam o trabalho infantil. Em casos como esse, “em vez de ser inibida por uma cultura do consumo, a cidadania parece ter chances de ser melhorada ou ampliada por ela.” (p. 198). No futebol, no entanto, a situação seria outra. De acordo com alguns *claims-makers*, as famílias deixaram de frequentar os estádios por conta da violência, produzindo prejuízos para os clubes, mas nem por isso o problema teria sido solucionado.

6.1.4 Famílias

Pudemos notar que em determinados materiais discursivos¹⁹¹ as famílias são tratadas como uma das principais “vítimas” da violência no futebol. Em geral, nesses materiais, argumenta-se que as famílias foram afastadas dos estádios e que é preciso trazê-las de volta. Conforme observa Orlando Silva, “o objetivo do Torcida Legal [...] é levar *as famílias de volta* aos estádios, com segurança e conforto.” (grifo nosso). Já na visão de Silvio Torres, “condições precisam ser criadas para que *as famílias voltem* a frequentá-los, e que se tornem um espaço de convivência democrática.” (grifo nosso). Eduardo Carlezzo, por sua vez, sustenta que “a nova lei, aplicada de forma eficiente, não só tornará as arenas mais bem frequentadas como incentivará a *volta das famílias* e terá reflexo importante na bilheteria, receita ainda mal explorada pelos clubes.” (grifo nosso).

A primeira observação a se fazer aqui é que a ideia de que as famílias foram afastadas dos estádios pressupõe que o perfil do público que vai aos jogos não é mais o mesmo. Os extratos supracitados empregam, por exemplo, o verbo “voltar”, que conota uma mudança de estado ou de prática. Em algum momento do passado, as famílias frequentavam os estádios, mas agora não o fazem mais. Em certo sentido, essa preocupação com a família parece ir ao encontro das necessidades da indústria cultural, uma vez que a socialização das crianças em eventos esportivos é importante para o estabelecimento de um futuro mercado consumidor e

¹⁹¹ Nos artigos de Orlando Silva, Eduardo Carlezzo, Silvio Torres, Romeu Tuma, Clóvis Rossi e Walter Falceta Jr. e no artigo “Cartolas organizados”, de Benjamin Back, e na entrevista do Tatinho.

reprodução do consumo esportivo (GIULIANOTTI, 2002). Todavia, mais do que simplesmente sugerir que não notamos mais a presença de pais e mães acompanhados de filhos pequenos em partidas de futebol, essa ideia de que as famílias não frequentam mais estádios nos leva a crer que o frequentador de hoje não é digno de ser considerado “gente de família”. Notemos, por exemplo, que, no último trecho, o autor sugere que os estádios não são bem frequentados. Ao mesmo tempo em que estigmatiza os atuais frequentadores de estádios, apresentando-os como se fossem más pessoas, essa ideia os interliga numa identidade coletiva (“gente que não é de família”), independentemente das diferenças que possam separá-los.

Outra observação a se fazer aqui é que a referida ideia também parece estabelecer e sustentar a crença de que “gente de família não pratica delito”. Crença que, implicitamente, prevê que o entorno afetivo familiar funciona como um mecanismo de controle, ou seja, que a família é o pilar fundamental da sociedade. Ideia difundida pelo cristianismo e que encontra eco no pensamento criminológico, principalmente nas ideias de Travis Hirschi. Para o autor, o autocontrole é um dos principais mecanismos inibidores da ação delitiva, sendo o resultado da socialização que se realiza, em primeiro e mais importante lugar, na família (ZAFFARONI, 2005).

Assim, vista como o pilar fundamental da sociedade, a família é compreendida a partir de “[...] um sentido que o cristianismo no Ocidente soube cultivar: a memória dos desconhecidos que já se foram, o sacrifício pelos desconhecidos que hão de vir...”¹⁹² (REYES, 2009, p. 1207, tradução nossa). Não é por menos que, no imaginário social, tal termo está frequentemente ligado à ideia de afeto, convivência, união, proteção, sendo muitas vezes utilizado de forma figurativa com um sentido positivo. Quando achamos um lugar agradável e tranquilo, por exemplo, empregamos a expressão “lugar família”. Conforme retomaremos no tópico 6.2, esse sentido enseja uma polarização simbólica nitidamente maniqueísta: ao mesmo tempo em que reveste as “vítimas” da violência no futebol com uma áurea de dignidade moral, desumaniza os torcedores que praticam a violência. Afinal, além de praticá-la, esses torcedores praticá-la-iam contra “gente de família”, contra “gente do bem”. Essa polarização é acentuada se tivermos em mente que, habitualmente, a família é representada através de figuras que inspiram fragilidade, como a das mulheres e crianças. Nesse sentido, além de violento, o torcedor seria também “covarde”, dado que agiria contra pessoas “indefesas”. Tal polarização fica patente no fragmento transcrito abaixo:

¹⁹² “[...] un sentido que el cristianismo en Occidente ha sabido cultivar: la memoria de los desconocidos que ya se fueron, el sacrificio por los desconocidos que han de venir...”

a violência nos campos de futebol mostra duas faces perversas. A primeira é a ação de vândalos, que tumultuam as arquibancadas e colocam em risco a multidão. A segunda é o afastamento das famílias dos estádios. Assim, o brilho da festa perde espaço para o medo. (Romeu Tuma).

O discurso de que as famílias foram afastadas dos estádios implicitamente também faz crer que o torcedor violento é destituído de laços familiares, como se tratasse de uma pessoa sem raízes e sem relações primárias. Na entrevista concedida a nós, Heloisa Reis enuncia e denuncia esse engano. Diz ela: “torcedor organizado também tem família, 95% vive com pai, mãe, tio, avô ou filhos. Então, é um discurso vazio [aquele que fala em ‘gente de família’].” Outro entrevistado que aborda o tema é Tatinho. O dirigente dos Gaviões da Fiel enfoca o impacto da violência na família do torcedor que se envolve em conflitos violentos e é assassinado. Este enfoque é interessante uma vez que rompe, em certa medida, com a polarização citada e ilustrada acima ao indicar que esse torcedor, conforme também defende a professora entrevistada, possui laços familiares. Além disso, confere visibilidade ao sofrimento da “outra” parte e não apenas ao “nosso”.

Felipe: [...] eu queria saber, da sua perspectiva, quais são as principais consequências da violência envolvendo torcedores, da violência no futebol?

Tatinho: Meu, a consequência ela é... ela é muito triste, cara. A consequência é lamentável, porque chora a família. Eu vejo mais pela família, porque a violência... quando a gente pensa em violência no futebol, é alguém que perde a vida, é alguém que é agredido, é alguém que é agredido de uma forma tão violenta que não consegue mais ser uma pessoa normal, quando toma alguma porrada na cabeça... Mano, a pior consequência que se tem é a família, velho. Por que você visita o... O que que... Eu não sabia o que dizer para a mãe do menino. Fui lá como representante da torcida, junto com meus amigos aqui, meu, vou falar o que para aquela mãe que está enterrando o filho dela ali, que saiu para ver um jogo, sabe? Moleque com dezenove anos, com uma puta perspectiva de vida. Então, velho, eu falo para você, é a família. Na minha opinião, é a maior consequência disso tudo. Perde o clube, perde a torcida, perde até a Polícia, porque fica ali estampado o atestado de incompetência do [?]¹⁹³, porque não conseguiu dar a segurança, o Ministério Público, perde todo mundo. Mas, para mim, quem mais perde, infelizmente, é a família, por que a gente... Eu sou de uma formação católica, onde a família é importante, aqui a gente preza pela família, aqui a gente recebe família. Tem caso da família toda ser sócia, tem uma história dentro da torcida. Então, cara, é muito triste quando você vê uma mãe chorando, ou um irmão chorando por que perdeu o cara em uma partida de futebol, morto de uma forma violenta. Porque você, você morrer em um acidente de carro, você morrer de qualquer outra coisa, de uma doença, é diferente de você saber que um companheiro seu... Para você ver como me pega, e eu não era

¹⁹³ Trecho incompreensível.

nem parente do cara. Mas era corintiano, igual eu, poderia ter sido eu, ou meu irmão que faz parte... Morrer a paulada, morrer com uma parada de ferro na cabeça, tiro na cara, por causa de futebol, mostra o tamanho da intolerância que existe. Não é fácil não, o negócio é muito difícil, mas eu vejo dessa forma, quem mais perde nisso tudo aí, a maior consequência é a família.

O extrato acima é carregado de termos e imagens impactantes, que conferem uma dimensão altamente dramática às consequências do episódio narrado. Conforme o entrevistado já havia antecipado em outro trecho da entrevista, o jovem assassinado a que ele se refere é o torcedor corintiano morto por torcedores do Vasco antes do segundo jogo das semifinais da Copa do Brasil de 2009. Este mesmo episódio é comentado no texto de Walter Falceta Jr. Com o sugestivo título “Um filho no estádio em noite de vandalismo”, seu artigo descreve o drama vivido por ele e por seu filho nesse dia.

Noite gelada de junho. Dei um presente ao meu filho: a possibilidade de acompanhar seu Corinthians na grande disputa contra o Vasco, pela semifinal da Copa do Brasil. No gramado uma beleza de embate. A equipe cruz-maltina aguerrida vendeu caro o empate. À saída das numeradas, no entanto, tivemos de passar pela grade que nos separava dos torcedores cariocas. Uma garrafa d’água, atirada pelos visitantes, me passou por cima dos ombros. Outra logo foi explodir sobre uma cadeira vazia. Houve revide. Xingamentos e alterações. Aí, já na escada, pertinho da grade, ouvimos um courinho: “Pau, pau, pau! Pipocou na Marginal.” Depois, na algaravia, ameaças do tipo: “Vem pro Rio que vai morrer mais um gambá.” Alguns copiavam gestos do crime, levantando o polegar e estendendo o indicador, configurando revólveres imaginários. Na rua, logo depois, a multidão foi atravessada por carros de polícia e um caminhão de bombeiro. Somente em casa soubemos das escaramuças da Ponte das Bandeiras e da morte do rapaz, abandonado por seus próprios confrades corintianos. A história segue sinistra e muito mal narrada, repleta de contradições. Tão estarrecedor quanto o ato de violência é a substituição do fato mestre. Com meu filho, o sadio debate deveria versar sobre a boa forma de Felipe, a ausência de André Santos e o esquema de Mano Menezes. No entanto, discutimos apenas o assunto marginal. Esse rapaz morto, anônimo ainda no dia seguinte, também era filho. Também era filho de alguém. E isso nos assusta...

O trecho acima é estruturado como uma narrativa que se assemelha a uma fábula. Não no sentido de ser uma invencionice, uma estória com personagens animais que agem como seres humanos. Mas no sentido de ser uma narrativa que se aproveita da descrição de uma série de situações – situações que, gradativamente, vão piorando, tornando-se catastróficas – para sugerir uma reflexão de ordem moral. A história começa com a possibilidade de ver uma

grande disputa. No meio, as coisas começam a sair erradas: garrafas d'água começam a ser atiradas, xingamentos são proferidos e ameaças são feitas. No final, o desenrolar trágico: o conhecimento do assassinato de um torcedor. Desenrolar que leva o autor a concluir que este não deveria ser o assunto para se discutir com o filho após uma partida de futebol. Pelo contrário, o “sadio” seria uma partida que acabasse sem brigas e mortes. Uma partida que, ao seu final, levasse ambos (pai e filho) a versarem sobre a própria partida. Sobre o que ocorreu dentro de campo.

Além da estrutura do extrato, é interessante observarmos, aqui, as escolhas léxicas empregadas pelo autor. Principalmente nas linhas finais, quando diz que o torcedor assassinado “também era filho de alguém. E isso nos assusta...” O “também” é utilizado aqui como um advérbio que expressa condição de equivalência, de similitude. O que assusta, portanto, é essa proximidade. A possibilidade de ter o próprio filho assassinado. Esse sentimento de empatia, sentido e provocado pelo autor, coloca qualquer pai e qualquer mãe na condição de “vítima” potencial da violência no futebol. As “vítimas” aqui não são apenas as famílias que deixaram de ir aos estádios, mas qualquer uma que possa ter o filho assassinado. Com isso, o problema social em questão é amplamente estendido. Como vão sustentar alguns discursos, ele não se limita ao universo do futebol, mas abarca toda a sociedade.

6. 1.5 *Sociedade*

Nos materiais discursivos¹⁹⁴ em que a sociedade é colocada na posição de “vítima” da violência no futebol, podemos notar que, em alguns casos, ela é construída como “vítima” potencial e, em outros, como “vítima” concreta. No primeiro caso, o argumento central é que toda pessoa, indiscriminadamente, pode ser atingida por essa violência. Afinal, ela não ocorre somente dentro dos estádios, mas, também, fora deles: ela pode ocorrer nas estações de trens, dentro dos vagões de metrô, no meio das ruas, em bares, praças... enfim, em qualquer lugar da cidade. Conforme já relatamos na parte II, na última rodada do Campeonato Brasileiro de 2009, por exemplo, uma mulher que voltava para casa de ônibus foi atingida por uma bomba caseira arremessada por torcedores do Coritiba indignados com o rebaixamento da equipe. Tal episódio acabou lhe custando parte da mão esquerda.

¹⁹⁴ Os artigos de Clóvis Rossi, de Tostão e os artigos “A banalização da morte”, “A punição ao Coritiba” e “De quem é a culpa”, de Juca Kfoury, bem como as entrevistas do Tatinho, do Pulguinha, do Ricardo Mello e da Heloisa Reis.

De acordo com Loseke (2008), quando qualquer pessoa é colocada na posição de “vítima” potencial, o processo de “vitimização” é visto como aleatório. Assim como a mulher que perdeu parte da mão esquerda, qualquer um que estivesse circulando pelas ruas de Curitiba depois do jogo poderia ter sido vítima da violência dos indignados torcedores. Esta percepção de aleatoriedade, segundo o autor, pode estimular as *audiences* a avaliarem as “vítimas” como merecedoras de compaixão, dado que elas, supostamente, não fizeram nada para merecerem estar nessa situação. Foram escolhidas ao acaso. O extrato abaixo, retirado da entrevista realizada com Heloisa Reis, ilustra bem essa ideia de “vítima” potencial.

Eu penso que [a principal “vítima” da violência no futebol] é a sociedade toda. Por que assim, você tem um agravamento em quem vive perto do estádio e nos trajetos dos torcedores. Mas a sociedade toda, por que, se por um lado, você pode não estar diretamente envolvido com aquele problema, você pode ser uma vítima, se você por acaso estiver desavisado e estiver com uma camisa de uma determinada cor, que não agrada um determinado grupo de pessoas, você pode sofrer tipos de violência se você for confundido com algum outro rival.

No caso dos discursos que constroem a sociedade como “vítima” concreta da violência envolvendo torcedores, o argumento central é que, ainda que os efeitos dessa violência não sejam tão visíveis como no episódio descrito acima, ela, de alguma forma, prejudica concretamente toda a população. Por exemplo, quando torcedores depredam um ônibus municipal, este ônibus terá de ser consertado e ficará fora de circulação. O que trará prejuízos para os cofres públicos e para o cidadão que não poderá utilizá-lo. Além de ser prejudicada pela violência efetiva, a população também seria prejudicada concretamente pela violência potencial. Por exemplo, em dias de jogos, por conta do temor de possíveis brigas e atos vandalismo, um grande contingente de policiais tem de ser deslocado para os estádios e redondezas, deixando de atender áreas carentes de segurança. Na entrevista concedida a nós, Ricardo Mello sugere que esse temor já é em si mesmo uma violência, o que nos remete à ideia de “violência psicológica”, de Galtung. De acordo com o conselheiro do Santos, esse temor também afetaria a população na medida em que a levaria a se recolher no espaço privado.

Felipe: Me diz uma coisa, você já falou um pouco disso no seu discurso, falou que o próprio torcedor violento, aquele que cometeria atos de violência seria de alguma forma vítima também. Eu te pergunto, quem mais você destacaria como vítima dessa violência, da violência envolvendo torcedores de futebol?... Quem são as principais vítimas desse fenômeno, dessa prática?

Ricardo: Eu acho que os torcedores, todos os torcedores, os que vão no estádio e os que gostariam de ir e deixam de ir, mas eu acho que... a sociedade como um todo, porque ela vai também... Esse clima de medo, de insegurança, vai, cada vez mais, deixando as pessoas mais dentro do mundo privado. Tem um certo esvaziamento do mundo público porque o encontro com o outro às vezes é permeado pela violência, então, claro que o cara que sofre uma violência no estádio... eu não sei se isso se encerra ali, sabe? Mas isso vai gerando uma certa... que ele sofra ou que ele tenha medo de sofrer. Às vezes dá quase na mesma. Não dá na mesma porque quem sofre, enfim, tem, às vezes, danos físicos, tem uma questão mais complicada, mas o medo sem sofrer já é uma violência. E esse cara vai... Acho que, um modo geral, a sociedade vai se retraindo para os espaços privados, mesmo para os lazeres privados, para os condomínios, para os shoppings, para os lugares onde não há esse encontro público tão significativo, tão fervoroso que é ir a um estádio de futebol. Então, acho que, de um modo geral, isso vai... essa retração da dimensão pública, eu acho bem ruim para a sociedade. E isso vai gerando uma... a gente vai ficando cada vez mais distante de resolver os problemas.

Tatinho e Pulguinha são outros entrevistados que sustentam que toda a sociedade “perde” – para empregarmos uma expressão utilizada por ambos – com a violência no futebol

Felipe: Então eu vou finalizar, fazer uma última questão para você, que já estava um pouco implícita nessa tua resposta agora, mas quem são as principais vítimas da violência?

Tatinho: As principais... Então, é mais ou menos parecido a... as vítimas somos todos nós. A vítima acaba sendo o próprio torcedor, a própria entidade, a própria Polícia, também, porque envolve um contexto. Eu vejo dessa forma, quando acontece uma coisa assim, quando acontece uma violência exagerada – se é que dá para classificar violência, né velho? Violência é violência – todo mundo perde. Todo mundo perdeu. Perdeu a Polícia que não conseguiu chegar a tempo, perdeu o Ministério Público que não fez nada para que isso não acontecesse, perdeu a entidade, perdeu o torcedor, perdeu a família do torcedor. Para mim, todo mundo perde.

Felipe: Me diz uma coisa, você falou... discutimos um pouco das causas, falamos um pouco dos agentes envolvidos, eu te pergunto agora: do teu

ponto de vista, quais são, quem são os principais prejudicados por essa violência? Pela violência no futebol?

Pulguinha: Pô, toda a sociedade, né?

Felipe: Toda a sociedade?

Pulguinha: Toda, porque... primeiramente quem tá envolvido, é consequentemente, pô, todo mundo que tá em torno do processo, seja o torcedor comum, seja o torcedor organizado, aí tem hoje as consequências pra entidade, que fere milhões de pessoas que gostam disso, que não compartilha com isso, é todo mundo quer saber esse tipo de notícia como a imprensa passa em casa, se chateia, porque qualquer ato é... de violência choca e não agrada ao espírito, não agrada ninguém, você entendeu? E na verdade todo mundo perde, entendeu? A cidade perde. O futebol perde. É... famílias perdem. Todo mundo, né?

Ambos os argumentos – tanto o que interpreta a sociedade como “vítima” potencial quanto como o que a interpreta como “vítima” concreta – operam através da estratégia da universalização. Afinal, do ponto de vista deles, não se trata de um problema que prejudica apenas alguns torcedores, mas de um problema que prejudica, ou que pode prejudicar, toda a população. Aqueles que frequentam e aqueles que não frequentam estádios. Aqueles que gostam e aqueles que não gostam de futebol. Ricos e pobres. Homens e mulheres. Adultos e crianças. Diante dessa generalização, resolver esse problema passa a ser visto como algo que serve ao interesse de todos – o que ajuda a sensibilizar um maior número de pessoas, dado que mais gente se vê incluída nele.

Um artigo que exemplifica o uso da referida estratégia é o de Orlando Silva. O título já é bastante sugestivo: “É hora de virar o jogo”. Trata-se de uma metáfora extraída do universo do futebol que pressupõe que, até o momento, estamos perdendo o jogo para a violência. Já no corpo do texto, somos informados que o governo está adotando uma série de medidas que busca “[...] atender as justas reivindicações da sociedade, especialmente daqueles que comparecem com frequência aos estádios.” Como se, de alguma forma, toda a população estivesse envolvida com o problema. Também somos informados que a situação é extensa e grave. Esta informação nos é dada no segundo parágrafo, quando o autor escreve que os conflitos

[...] têm transbordado crescentemente para o entorno das arenas e mesmo para as rotas de acesso a elas. A gravidade desse tema fica evidente quando observamos os prejuízos ao patrimônio de pessoas e instituições e, o que é pior, o número crescente de feridos e mortos.

Neste trecho, o autor não especifica os crescimentos mencionados. Quantos casos de confrontos fora dos estádios ocorriam antes e quantos ocorrem agora? Qual era o número de mortos e feridos e qual é o atual número? Tampouco apresenta pesquisas que corroborem suas afirmações. Estas últimas aparecem categoricamente representadas como verdades, expressas com grande autoridade. Nesse sentido, ele fundamenta seu argumento na legitimidade de sua posição de então ministro do Esporte.

Mas se a sociedade é percebida como “vítima” da violência no futebol, como nos trechos acima, ela também é percebida, às vezes, como parte do problema. Essa parece ser, por exemplo, a percepção de Erich Beting. Afinal, ao mesmo tempo em que defende que o principal prejudicado por essa violência é o próprio futebol¹⁹⁵, o entrevistado sustenta que não há um único culpado.

Quem é o culpado? São todos. [...] Então, você vai falar “tem um culpado”. Não tem um culpado, são vários: você tem o torcedor que briga, você tem o torcedor que vira violento quando está em grupo, você tem o policial que não sabe reagir em uma situação de dificuldade ali, o policial que maltrata o torcedor porque está acostumado com isso, o dirigente que não está nem um pouco se importando se o torcedor está sendo bem tratado ou não, a mídia que não está nem um pouco preocupada com a responsabilidade dela em formar a opinião das pessoas... Enfim, você vai olhando e você chega num momento que você diz “somos todos culpados”, então vamos melhorar isso? O próprio torcedor, de não exigir melhoria. Isso é uma coisa que eu sempre falo... é difícil... é claro, isso é uma paixão, eu vou querer ver jogo do Corinthians todo final de semana, do Palmeiras, do Santos, do São Paulo, de quem quer que seja, por quê? Porque eu amo aquilo, aquilo faz parte da minha vida. Agora, eu posso me indignar, eu posso cobrar melhoria.

¹⁹⁵ Empregado metaforicamente como uma personificação dos agentes envolvidos com o esporte, conforme podemos notar no seguinte fragmento: “Eu acho que a vítima acaba sendo o próprio futebol. O próprio futebol. Pelo seguinte: é claro que você vai ter pessoa que não tinha nada a ver com essa história sendo vitimada fisicamente por isso, ou moralmente, enfim... Mas tem a questão da agressão direta, mas eu acho que se você analisar no contexto geral de tudo, quem perde é o próprio futebol, porque diminui a boa imagem que ele tem... Tudo aquilo que eu até citei rapidamente, mas é... a cadeia do futebol como um todo é prejudicada por uma imagem que às vezes não corresponde à total realidade, que não corresponde ao sentimento geral, e que denigre o produto do futebol. Então, a partir do momento que o torcedor fica violento e vai cobrar violentamente do jogador que é o melhor do time, esse jogador fala assim: ‘peraí, eu não estou aqui para isso. Eu vou para algum lugar em que eu seja bem tratado.’ E aí aquele time perde esse jogador. Então, qual é a vítima? Naquela hora é aquele time ou aquela torcida que ficou sem aquele jogador, e o próprio jogador. Agora, ao fazer isso, quem está perdendo na verdade é o futebol como um todo. Seja por que o cara chega e fala “parei, estou indo para o exterior jogar porque lá eu sou bem tratado. E aí? Você vai fazer o quê? Peraí, o torcedor está prejudicando o próprio time, está prejudicando o próprio... teoricamente, aquele combustível dele, aquela paixão... A mídia fica sem um bom atleta para falar sobre ele, aí o torcedor não vai acompanhar o time porque o time cai de qualidade, no fim quem está perdendo é o futebol. Então, se a gente for olhar onde estoura tudo, onde vitima tudo isso, vai ser dentro do futebol.”

Nenhum torcedor faz isso. Então você vai... Isso daí é o que eu acho, você não tem como ver um culpado, são todos culpados.

A mesma ideia é defendida por Juca Kfourí. No artigo “De quem é a culpa”, o jornalista é enfático: “A CULPA é minha, é sua, é dos poderes executivos, legislativos e judiciários. A culpa é de todos nós.” (destaque do autor). Já no artigo comentado no capítulo anterior, “Punição ao Coritiba”, ele defende que o sentimento de pena seria comum entre os brasileiros e que esse sentimento contribuiria para manter a impunidade no país. Consequentemente, os brasileiros seriam, em certa medida, responsáveis pela violência no futebol, dado que ela seria reforçada pela impunidade. Em artigo também comentado no capítulo anterior, Tostão sustenta que as contradições estão em todas as partes e que é frequente ver as pessoas participando de atividades solidárias ao mesmo tempo em que possuem um comportamento pouco ético no cotidiano. No futebol, a violência dentro e fora dos estádios, ocorreria, em certa medida, por conta dessas contradições.

Ao colocar a sociedade como parte do problema, os discursos supracitados, por um lado, fragmentam a responsabilidade pela violência no futebol, contribuindo, de certa maneira, para a sua reprodução. Afinal, como diria Juca Kfourí¹⁹⁶, “[...] quando a culpa é de todos, passa a ser de ninguém e a vida segue, como se morrer ou se ferir gravemente num estádio, fosse coisa corriqueira, uma coisa nossa, como tantas outras, a impunidade entre elas.” Por outro lado, esses discursos ajudam a complexificar o problema, pois apontam para alguns de seus fatores sociais e culturais mais amplos, não o interpretando simplesmente como o resultado das ações de um único inimigo. Nesse sentido, afastam-se do discurso predominante, que habitualmente constrói o binômio maniqueísta “nós do bem” contra “eles do mal”, “vilanizando” aqueles que consideram ser os responsáveis pela violência no futebol.

6.2 “VILÕES”

No material analisado, observamos a construção de três grupos de “vilões”: os torcedores violentos (6.2.1), os jornalistas (6.2.2) e os dirigentes desportivos e autoridades públicas (6.2.3).

¹⁹⁶ No artigo “De quem é a culpa”.

6.2.1 Torcedor violento

Ainda que em diferentes níveis, praticamente todos os *claims-makers* dirigem forças de oposição ao torcedor violento. De um modo geral, esse torcedor é qualificado através de expressões depreciativas como “vândalo(s)”, “baderneiro(s)”, “vagabundo(s)” e “marginal(is)”, conforme exemplificam os seguintes trechos: “*Vândalos, baderneiros*, como queiram chamar, protagonizaram cenas de guerra em um estádio de futebol.” (Rodrigo Cerqueira, grifos nosso). “Além da guerra urbana e da ida dos *marginais* para os estádios, a violência dentro e fora dos campos ocorre [...]” (Tostão, grifo nosso). “A praça é dos *vândalos* assim como o céu é do monóxido de carbono.” (Xico Sá, grifo nosso). “Sem medidas duras para conter a ação dos *baderneiros*, nossos estádios estão condenados a ficar cada vez mais vazios.” (Silvio Torres, grifo nosso). “[...] são raros os *vagabundos* que têm interesse em futebol.” (Roberto Assaf¹⁹⁷, grifo nosso). “[...] ‘o anonimato’ [...] estimula a ação de *baderneiros*, aumentando a possibilidade de confrontos.” (Orlando Silva, grifo nosso). “Não faz muito tempo, a sala da diretoria do Palmeiras foi invadida por *vândalos* que quebraram o que viram pela frente.” (Luiz Fernando Gomes, grifo nosso). “[...] foram presos 15 *marginais* que criaram atos de barbárie após o jogo entre Coritiba e Fluminense, pela última rodada do último Campeonato Brasileiro.” (José Roberto Wright¹⁹⁸, grifo nosso).

Além de sugerirem menosprezo pelo torcedor violento, essas expressões vinculam esse torcedor única e exclusivamente à sua condição de delinquente. Com isso, contaminam toda a sua identidade social com a marca de um de seus comportamentos: aquele que é visto como desviante. O torcedor violento não faria apenas coisas ruins, mas seria essencialmente ruim. Sua “maldade” é naturalizada. Naturalização que é frequentemente reforçada no material analisado na medida em que muitos dos discursos nele enunciados não informam sobre os contextos psicossociais e socioeconômicos em que esse torcedor está inserido. Muitas vezes, trata-se de uma pessoa que não teve acesso a uma educação adequada e que se encontra em uma situação de pobreza e discriminação. Nos dias de jogos, tem de voltar para casa em horários em que praticamente não há mais transporte público; enfrenta grandes filas para conseguir um ingresso; sofre com a falta de infraestrutura da maioria dos estádios brasileiros; além de frequentemente ser “vítima” do despreparo e da truculência da polícia. Ao apagarem as condições que mobilizam a agressividade do torcedor violento, esses discursos nos levam a crer que ela é “sem propósito” – sinalizando uma “maldade inata”. Esse torcedor

¹⁹⁷ Artigo “Vigiar, enquadrar e punir”.

¹⁹⁸ Artigo “Finalmente algo foi feito”.

seria mau, perigoso e ameaçador. Um sujeito incapaz de sentir algo que não seja ódio e raiva. Tratar-se-ia, portanto, não de um ser humano complexo – dotado de potencialidades, limitações e defeitos –, mas de um inimigo, contra o qual somos chamados a resistir ou a expurgar¹⁹⁹.

O expurgo do outro se sobrepõe, na maioria das vezes, à estratégia da diferenciação na construção desse “inimigo”. No artigo “Violência sem fim. Por um lado...”, de Marcos Marinho, por exemplo, o uso repetido do pronome da primeira pessoa do plural – principalmente quando seguido do verbo “precisar” – cria uma polarização entre um “nós”, sociedade, e um “eles”, torcedor violento. “Nós precisamos de medidas efetivas para apurar... O que nós precisamos é de um processo investigativo para saber...” Essa polarização traz duas consequências: faz crer que esse torcedor não participa da sociedade e que ele constitui uma ameaça a ela. Ou seja, imprime-lhe as marcas da diferença e da ameaça, estigmatizando-o. Ainda que não tenha sido uma escolha do autor, a manchete do texto – “violência sem fim” – e a foto que o acompanha – de um ônibus da torcida do Vasco em chamas, após ser incendiado por um corintiano – reforça essa polarização²⁰⁰. O trecho “[...] vemos a presença de alguns torcedores com armas para realmente aniquilar o seu rival.” também ajuda a estigmatizar esses torcedores. Afinal, a escolha do verbo “aniquilar” – assim como a manchete e a foto do texto – projeta a ideia de devastação, de que os torcedores violentos produzem uma desordem social incontrollável.

Essa polarização simbólica também pode ser observada no artigo de Silvio Torres. Como já observamos na introdução do capítulo, nesse artigo, o autor manifesta grande preocupação com a repercussão negativa da violência no futebol brasileiro no resto do mundo. Ainda que implicitamente, essa preocupação coloca o torcedor violento na condição de

¹⁹⁹De certa forma, a entrevistada Heloisa Reis enuncia e denuncia esse expurgo. Diz ela: “a gente tem que ter uma radicalidade na crítica dos nossos políticos, dirigentes e essas instituições que representam o Estado, mas o torcedor também é responsável. Mas não é o único responsável como é dito pelo discurso midiático. Mas, por um outro lado, numa perspectiva mais radical, eles são responsáveis por que são indivíduos que têm que ser responsabilizados civilmente, mas eles também são vítimas de uma escola de pouca qualidade, de um capitalismo selvagem, de uma falta de politização que existiu... talvez isso tenha uma grande relação com o aumento da violência, por que você tinha, até a nossa abertura democrática, você tinha instâncias onde os jovens se associavam e se educavam politicamente.” Ricardo Mello igualmente responsabiliza o torcedor violento ao mesmo tempo em que o coloca na condição de “vítima”. “E eu acho que o torcedor também tem uma parcela de culpa nessa história, né? O cara que vai lá para quebrar tudo, para extravasar, ele é vítima de uma certa forma, mas ele também é responsável e culpado também por isso.”

²⁰⁰Cabe observar, no entanto, que, quando trata de criticar o modo como as torcidas organizadas são abordadas, o autor abandona a estratégia de polarização simbólica. Diz ele no último parágrafo: “[...] pode ser o momento da sociedade repensar o papel das torcidas organizadas no futebol brasileiro.” Aqui, não somos mais “nós”, incluindo ele, que deve “repensar o papel das torcidas organizadas”, mas a categoria abstrata “sociedade”. Categoria que dilui e despersonaliza o agente da ação.

inimigo da nação como um todo. Afinal, ele é aquele que está nos desafiando, que macula a imagem do país no estrangeiro. De acordo com Losecke (2008), uma das formas de dramatizar um problema social é justamente criando esse tipo de polarização. Mais concretamente, caracterizando-o como um confronto entre o bem e o mal, no qual somos convocados a escolher um dos lados e a contestar sistematicamente o outro.

Os torcedores violentos são contestados de diversas formas. Alguns *claims-makers* negam, por exemplo, sua condição mesma de torcedor, argumentando que eles não se interessam, de fato, por futebol. Tomemos alguns exemplos. “Porque são raros os vagabundos que têm interesse em futebol. Muitos deles sequer entram nos estádios, tendo como único desejo promover confusão, nas ruas, em bares, ônibus, trens, ou locais estratégicos, marcados previamente, desafiando a tudo e a todos.” (Roberto Assaf²⁰¹). “Não sei se, por idealismo ou por ingenuidade, sonho com um dia em que os torcedores de futebol seriam todos a favor do futebol, dos seus clubes e do respeito humano.” (Sérgio Cabral). “O país ressent-se também de leis duras para conter e punir os vândalos, camuflados de torcedores.” (Silvio Torres). O adjetivo “camuflado” denota, aqui, dissimulação, esconder-se sob falsas aparências – como se fosse condição necessária para ser torcedor não ser violento. Ideia criticada por algumas pesquisas – discutidas na parte I – que veem fortes indícios de que o torcedor violento, para o bem ou para o mal, é um dos mais envolvidos com o futebol e com o seu clube de coração.

O artigo “De quem é a culpa”, de Juca Kfoury, por outro lado, sublinha que os torcedores violentos são “fanáticos”. Embora rompa com a ideia de que esses torcedores não gostam verdadeiramente de futebol, o adjetivo “fanáticos” igualmente deslegitima suas ações, pois mobiliza a ideia de uma adesão cega, que pode levar a extremos de intolerância (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001). Já no artigo “A violência que alimenta”, o autor observa que esses torcedores constituem uma minoria, que, do seu ponto de vista, é “[...] facilmente identificável e isolada da sociedade.” Ao definir os torcedores violentos desta forma, o autor parece sugerir que a resolução do problema não é difícil.

Esse problema é frequentemente construído através da metáfora da guerra, que é empregada para se referir ao torcedor violento, a suas ações e as consequenciais destas sobre os outros torcedores e sobre o restante da sociedade. Vejamos alguns exemplos: “a única medida prática após a *guerra* entre a polícia e a torcida do Corinthians, domingo passado, foi a indicação do promotor Arnaldo Hossepian Júnior para apurar o que houve no Morumbi.”

²⁰¹ Artigo “Vigiar, enquadrar e punir”.

(Paulo Vinicius Coelho, grifo nosso). “A semana foi marcada pela *morte* de um torcedor e de não sei quantos *feridos* numa *batalha* sem o menor sentido, em que os vencedores não conquistaram absolutamente nada, nem para eles nem para os seus clubes. Foi um caso escandaloso de *violência pela violência*.” (Sérgio Cabral, grifos nossos). “E pior: além de um ônibus queimado no Pacaembu e de dezenas de torcedores detidos por uma *guerra* na Marginal Tietê, um torcedor foi *assassinado*. Mais um...” (Mateus Benato, grifos nossos). “O Brasileirão teve sua emocionante fase final manchada por mais um triste capítulo de violência no futebol. Vândalos, baderneiros – como queiram chamar – protagonizaram *cenas de guerra* em um estádio de futebol.” (Rodrigo Cerqueira, grifo nosso). “São brasileiros *corajosos* que se *arriscam* a sair de casa para ir aos estádios. Mas as arenas, que deveriam ser palcos de emoções, estão se transformando em *campo de batalha*.” (Romeu Tuma, grifos nossos). “O ambiente profissional que aos poucos vai se implantando no futebol não poderia permitir, por exemplo, que os clubes de futebol fossem *reféns* de suas próprias torcidas organizadas não tomassem medidas com *medo de retaliação*.” (Eduardo Carlezzo, grifos nossos). “O governador fluminense, Sérgio Cabral, gosta de futebol, é vascaíno militante e desconhece que o Maracanã é uma *praça de guerra*.” (Juca Kfour²⁰², grifo nosso). “Então, se você está em um jogo de futebol que infelizmente vira uma *praça de guerra*, você esqueceu do futebol, você vai falar da briga.” (Erich Beting, grifo nosso). “Deixamos o estádio virar *front*.” (Mauro Beting, grifo nosso).

A metáfora da guerra, tanto real como latente, é reforçada semanticamente pelo emprego de uma série de vocábulos normalmente utilizados para descrever ou evocar esse tipo de situação, tais como: o adjetivo “corajosos”, o verbo “arriscar”, os substantivos “batalha”, “campo de batalha”, “morte”, “medo”, “violência”, “feridos”, “reféns”, “front” etc. Ao sugerir uma relação de semelhança entre os estádios de futebol e uma praça de guerra, a metáfora em questão reveste esses espaços com a imagem da hostilidade, da desordem e do perigo ao mesmo tempo em que oculta outras características tradicionalmente imputadas a eles: como a festa, a alegria e a celebração. Desta forma, impõe sobre eles um sentido negativo. O extrato retirado do artigo de Rodrigo Cerqueira, por exemplo, diz que as “cenas de guerra” “mancharam” a fase final do Campeonato Brasileiro. Aqui, o verbo “manchar” assume um sentido figurado denotando “macula”, “desonra”. Já o extrato retirado do artigo de Sérgio Cabral fala em “batalha sem o menor sentido” e “em caso escandaloso de violência pela violência”. Falas que fazem crer numa gratuidade da violência, negligenciando as

²⁰² Em “De quem é a culpa”.

motivações por “detrás dela”. Negligência que, como já sugerimos acima, pode mobilizar a ideia de “maldade inata”.

O extrato retirado do artigo de Romeu Tuma, por sua vez, é particularmente interessante para analisarmos a associação semântica da ideia de perigo com a prática de ir aos estádios. Tal associação é realizada, principalmente, através do emprego do adjetivo “corajosos”, utilizado para qualificar os torcedores que vão aos estádios, e do verbo “arriscar”, empregado para se referir à ação de ir aos estádios. O parágrafo seguinte do artigo reforça essa ideia ao empregar o verbo “tumultuar” e o substantivo “risco”, quando o autor afirma que vândalos “[...] tumultuam as arquibancadas e colocam em risco a multidão”. Já o extrato retirado do artigo de Paulo Vinicius Coelho enfatiza a “guerra” entre torcedores e policiais. Posto que a polícia, em geral, é vista como a instituição que visa, como define o dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 2249) assegurar “[...] a ordem, a moralidade e a segurança em uma sociedade.”, a “guerra” dos torcedores contra a polícia pode, por uma questão de inferência, ser estendida à toda a sociedade. Uma guerra “deles” contra “todos nós”.

Outra metáfora empregada para se referir aos torcedores violentos, às suas ações e às consequências destas para os outros é a metáfora da geometria, que compara semanticamente essas ações com o campo do espaço e das figuras. Analisemos o seguinte trecho: “Não obstante, a cada ano, em cidades como Goiânia, São Paulo ou Belo Horizonte, é possível identificar ao menos uma dezena de mortos que se originam dessa *espiral* de violência” (Bernardo Buarque de Hollanda²⁰³, grifo nosso). O termo “espiral” refere-se “[...] a uma linha curva, plana aberta, que dá indefinidamente voltas ao redor de um ponto distanciando-se mais dele em cada uma delas.”²⁰⁴ (VASILACHIS DE GIALDINO, 2004, p. 145, tradução nossa). Diante disto, podemos dizer que a aplicação da metáfora da geometria sugere aqui que o fenômeno da violência no futebol se mostra em rápida, contínua e constante expansão, podendo alcançar consequências inesperadas e imprevisíveis. O que, certamente, contribui para aumentar sua importância e gravidade; sua dimensão dramática e trágica.

Uma terceira metáfora empregada é a da natureza, que identifica o torcedor violento em termos de ações animais e/ou patológicas. No segundo caso, a sociedade, em geral, e o universo do futebol, em particular, são equiparados a um organismo vivo, “[...] como um

²⁰³ Em “O cerco policial às organizadas é uma missão complexa”.

²⁰⁴ “[...] a una línea curva, plana, abierta, que da indefinidamente vueltas alrededor de un punto alejándose más de él en cada una de ellas.”

sistema que persiste em virtude da propensão espontânea de seus componentes a manter o funcionamento desse sistema como unidade.”²⁰⁵ (VASILACHIS DE GIALDINO, 2004, p. 144, tradução nossa). Trata-se, portanto, de uma interpretação da vida humana como um sistema de tipo orgânico, onde as partes e elementos estão em relação funcional com o todo, determinando e sendo determinado por ele (DE HORCAJO; UÑA, 1996). Aqui, o mundo social é apresentado de um ponto de vista biológico, como se ele padecesse de uma enfermidade, no caso a violência praticada por torcedores. Estes são construídos como corpos estranhos que devem ser extraídos do “corpo social”.

Por um lado, a metáfora da natureza parece aproximar-se dos discursos embasados no pensamento de Le Bon, discutidos no capítulo anterior, uma vez que tanto a animalização quanto a patologização do comportamento violento expulsam esse comportamento do campo racional, retirando seu aspecto propriamente humano. Por outro lado, ela se contrapõe, em certo sentido, à metáfora da guerra, visto que a organização em termos de atitude bélica geralmente supõe uma forte racionalidade (ALABARCES et al., 2000). Nesse sentido, essas metáforas acabam produzindo um paradoxo dentro do debate em questão: a violência é, ao mesmo tempo, interpretada como racional e irracional²⁰⁶. Entre outros lugares, a metáfora da natureza pode ser observada nos seguintes extratos:

com certeza esses *animais* não representam a grande maioria da torcida do Coritiba, no entanto, por causa de alguns, todos infelizmente vão pagar. (Benjamin Back²⁰⁷, grifo nosso).

A Inglaterra tinha seus vândalos: os hooligans. Como sempre, uma minoria ativa. E acabou com eles. Hoje, lá se assiste a futebol sem alambrado. É preciso combater o *lado podre*. Não, eliminar o *doente* para extirpar a *doença*. (José Luiz Portella²⁰⁸, grifos nossos).

Toda vez que os confrontos entre os torcedores terminam em morte, como ocorreu nesta semana em São Paulo, *proliferam* as soluções salvadoras. [...] Associações populares com *raízes* e *tentáculos* nos bairros pobres de São Paulo, agremiações como a Gaviões da Fiel, a Mancha Alviverde e a

²⁰⁵ “[...] como un sistema que persiste en virtud de la propensión espontánea de sus componentes a manter el funcionamiento de ese sistema como una unidad.”

²⁰⁶ É interessante notarmos que ambas as metáforas, a da guerra e a da natureza, também estão presentes no discurso dos meios de comunicação argentinos acerca da violência no futebol (ALABARCES et al., 2000), sugerindo a existência de um “fundo discursivo comum” na construção do problema.

²⁰⁷ Artigo “A punição foi justa, mas...”.

²⁰⁸ Artigo “Jogo de cena”.

Independente contam com dezenas de milhares de filiados e desenvolvem atividades que transcendem o futebol. [...] Por exemplo: é urgente que seja *implantada* no Congresso a alteração do Estatuto do Torcedor que, entre outras coisas, responsabiliza civilmente as organizadas pelas ações de seus *membros*. [...] Com a mudança na lei e na atitude da Justiça e da polícia, as organizadas terão de se civilizar na marra, *incorporando-se* à sociedade e deixando de ser as aterrorizantes *excrescências* que se transformaram. (José Geraldo Couto, grifos nossos).

No primeiro extrato, o substantivo “animais” é utilizado para identificar os torcedores violentos. Ao mesmo tempo em que passa por cima da condição humana desses torcedores – impondo-lhes um sentido negativo –, essa identificação autoriza e legitima o controle social sobre eles. Afinal, conforme observam Resende e Ramalho (2006, p. 113), “na cultura ocidental, as pessoas se veem como tendo controle sobre os animais, e é a capacidade especificamente humana de atividade racional que coloca os seres humanos acima dos outros animais e lhes propicia esse controle.”

No segundo extrato, a expressão “lado podre” refere-se ao torcedor violento enquanto que o adjetivo substantivado “doente” refere-se ao futebol e o substantivo “doença” à violência. A referência ao mundo da patologia confere aqui ao torcedor violento e às suas ações uma condenação moral. Afinal, como já notamos no tópico 6.1.2, o patológico não é apenas aquilo que escapa do padrão, mas é também aquilo que é valorado negativamente e que precisa ser corrigido. Ao tratar a violência como uma enfermidade, José Luiz Portella legitima, ainda que implicitamente, estratégias que se propõem a “sanar”, “curar”, “purificar” o futebol. No parágrafo seguinte, ele reforça sua condenação moral às ações de violência ao afirmar que “quem sofre é o bom torcedor, a maioria”.

No terceiro extrato, logo na introdução, José Geraldo Couto emprega o verbo “proliferar”, que significa literalmente “gerar prole”, “reproduzir-se”, “ter filho” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001). Com isso, reporta-se, de partida, ao universo da biologia. Em seguida, recorre aos substantivos “raízes” e “tentáculos”. Enquanto o primeiro reveste o vínculo geográfico e social das torcidas organizadas com uma “roupagem semântica” extraída do universo da botânica; o segundo faz alusão ao universo da zoologia. Na sentença subsequente, emprega o verbo “implantar” que novamente nos remete ao universo das plantas. Depois, refere-se aos filiados dessas torcidas com o substantivo “membro”, como se eles fossem um apêndice de um corpo vivo – no caso a própria torcida. Logo em seguida, utiliza o verbo “incorporar”, que denota aquilo que dá ou toma corpo (HOUAISS; VILLAR;

FRANCO, 2001), sendo que o corpo aqui é a própria sociedade. Um corpo doente por causa da falta de cidadania, dos desajustes sociais e da ignorância, conforme indica em outros momentos do texto. Finalmente, termina o artigo descrevendo as torcidas organizadas como “aterrorizantes excrescências”, como se elas fossem um tumor saliente que se pressupõe muito preocupante.

Frequentemente, essas torcidas são, do mesmo modo que no artigo citado acima, associadas à violência no futebol. São comuns os discursos que fundem os torcedores organizados e os torcedores violentos numa mesma figura, colocando a violência como um elemento consubstancial também aos primeiros²⁰⁹. Antes de analisarmos como essa associação é construída e seus possíveis efeitos, é preciso recordar que: a) nem todos os torcedores violentos são filiados a torcidas organizadas; b) nem todo torcedor organizado é violento e c) os torcedores violentos (filiados ou não às torcidas organizadas) o são em diferentes níveis e praticam diferentes tipos de violência (como a física e a simbólica). A partir deste esclarecimento inicial, podemos afirmar que essa associação é simplista, dissimuladora e abusiva. Simplista porque reduz a complexidade do problema. Dissimuladora porque o torcedor violento que não é filiado à torcida organizada desaparece de cena, ficando na penumbra. Abusiva porque a identidade do torcedor organizado pacífico é contagiada pela ação violenta de alguns torcedores organizados. Em última instância, tal contaminação reveste todos os torcedores organizados com a imagem da violência e da delinquência. Imagem que é particularmente evocada na descrição abaixo:

as imagens, por exemplo, de uma torcida organizada do Corinthians chegando ao Morumbi no domingo passado, *davam medo*. O semblante daquelas pessoas era *do mais puro ódio*, seus rostos mostravam uma *fúria* de quem estava indo para uma *guerra* e não para uma simples partida de futebol. Lembrou-me até alguns desses *movimentos fundamentalistas* que *queimam bandeiras* e *conclamam a morte*. E isso não é “privilégio” de uma parte da torcida corintiana. O espírito é o mesmo *para todos*. (Benjamin Back²¹⁰, grifos nossos).

²⁰⁹ Em certa medida, isto é feito por Tostão, Paulo Vinícius Coelho, Mateus Benato, Luis Fernando Gomes, Eduardo Carlezzo, José Geraldo Couto, Contardo Calligaris, José Roberto Wright (em “Finalmente algo foi feito”), José Paulo Florenzano (em “A comunidade moral”), Bernardo Buarque de Hollanda (em “Uma missão complexa” e “Arquibancadas do ódio”), Juca Kfourri (em “Ira organizada”, “Cumpra-se” e “A banalização da morte”) e Benjamin Back (“Cartolas organizados”, “Deram espaço, agora aguentem” e “A punição foi justa, mas...”).

²¹⁰ Artigo “Cartolas organizados”.

As expressões utilizadas para descrever os torcedores organizados – imagens que “davam medo”; semblantes “do mais puro ódio”; rostos que “mostravam uma fúria de quem estava indo para uma guerra” – evocam aqui a ideia da maldade, do perigo e da ameaça. Essa ideia é reforçada com a associação desses torcedores aos “movimentos fundamentalistas que queimam bandeiras e conclamam a morte.” Essa associação desloca as conotações negativas mobilizadas por esses movimentos para os torcedores organizados, reforçando o seu expurgo. No final do trecho, há uma sobreposição entre a estratégia do expurgo do outro e um movimento de generalização: não são apenas alguns torcedores que dão medo, mas todos eles: “o espírito é o mesmo para todos”.

Além das expressões analisadas acima, pudemos observar, na análise do material, uma série de categorias depreciativas usualmente empregadas para identificar os torcedores organizados. Os seguintes trechos são emblemáticos: “O presidente do Corinthians deu um grande número de ingressos para o jogo de domingo para a *turma barra-pesada*. Essa relação perniciosa, que acontece em muitos clubes, contribui para a violência. Esses torcedores se sentem protegidos, poderosos e acima das leis.” (Tostão, grifo nosso). “Porque faltam inteligência, prevenção, repressão e punição para tratar da violência entre as *gangues travestidas de torcedores de futebol*, gente que se espalha pelos estádios, pelas adjacências deles, longe deles, bem longe deles, pelo país afora.” (Juca Kfour²¹¹, grifo nosso). “O problema é que, por causa de meia dúzia de *bandidos organizados*, imagens como as duas fotos menores [de um ônibus em chamas e de uma fila de torcedores presos], também ao lado, aterrorizam os apaixonados pela bola.” (Mateus Benato, grifo nosso). “O futebol é sinônimo de alegria, arte, entretenimento, e não lugar para *alguns bandos ou facções*, como queiram, extrapolarem suas frustrações em forma de violência e até com técnicas terroristas.” (Benjamin Back²¹², grifo nosso). “Aí sim, tanto o clube no seu envolvimento com as *facções organizadas*, quanto alguns de seus torcedores, talvez pensassem um pouco mais antes de cometer tais absurdos.” (Benjamin Back²¹³, grifo nosso). “Há um projeto de lei para que seja considerado crime quando o torcedor estiver indo ao estádio portando paus e barras de ferro, como aconteceu. Por esse projeto, a *facção* poderia ser responsabilizada criminalmente e até punida.” (Paulo Castilho, grifo nosso). “E as *gangues travestidas de torcidas* são o maior impulso dessa violência.” (Luiz Fernando Gomes, grifo nosso).

²¹¹ Em “A banalização da morte”.

²¹² Em “Cartolas organizados”.

²¹³ Em “A punição foi justa, mas...”.

As expressões “turma barra-pesada”, “gangues”, “bandidos organizados”, “facção” e “facções organizadas”, empregadas nos trechos acima, igualmente reduzem as torcidas organizadas à sua dimensão violenta e contraventora e levam o leitor a fazer inferências desfavoráveis em relação aos integrantes dessas torcidas e, conseqüentemente, a considerar a necessidade de modificar o sistema de segurança, controle e sanção desses torcedores. Além disto, essas expressões reúnem os torcedores organizados em grupos informes, apagando as diferenças e divisões que existem entre eles. Nesse sentido, podemos dizer que elas despersonalizam esses torcedores, consolidando sua identidade social (deteriorada²¹⁴) em detrimento de sua identidade pessoal. Ao fazerem isto, ao mesmo tempo em que reduzem a singularidade de cada torcedor organizado, exacerbam a diferença de todos eles em relação ao resto da sociedade, sobre-estimando a diferença “deles” em relação a “nós”.

Uma vez que realiza este processo de identificação interna e distinção externa, podemos dizer que essa contraposição “nós/eles” é construída através das estratégias de simbolização da unidade e da diferenciação. Mais ainda, também podemos compreendê-la como uma expressão particular de um processo maior de estigmatização: de um lado, temos um grupo rotulado de “desviante” e, de outro, os admitidos como “normais”. Essa contraposição é, amiúde, reforçada com o uso repetido da primeira pessoa do plural aliado ao uso repetido da terceira do plural, conforme exemplifica o seguinte trecho: “Uma das cenas mais impressionantes do domingo passado foi o canto ‘a violência voltou’. Não *nos avisaram* se algum dia ela foi embora, mas, pelo visto, *os uniformizados tiveram* essa impressão.” (Paulo Vinicius Coelho, grifos nossos).

No trecho supracitado, é interessante observamos que o autor emprega o termo “uniformizados” e não “organizados”. Este termo é cunhado por ele ao longo de todo o artigo e privilegia a dimensão estética ou visual das torcidas organizadas em detrimento de sua dimensão social e política. Afinal, enquanto “organizado” remete à ideia de uma instituição estruturada, que age de maneira regular e que possui interesses sociais, políticos etc.; “uniformizados” remete ao tipo de vestuário (padronizado e distintivo) utilizado pelos torcedores organizados. O artigo “Ira organizada”, de Juca Kfoury, igualmente passa por cima da dimensão social e política desses torcedores. Ao se referir a eles, o autor coloca aspas no adjetivo “organizados”, indicando que a ideia de organização não coincide com a ideia que ele

²¹⁴ Termo empregado por Goffman em “Estigma” (1998).

faz desses torcedores. Luiz Fernando Gomes é outro autor que recorre ao uso das aspas, conforme ilustra o extrato abaixo:

até que ponto é tolerável que um bando de “torcedores” invada um clube, apresente à diretoria uma lista de nomes que quer fora do time e ainda intimide fisicamente jogadores e dirigentes. [...] Recentemente, no auge da crise com os insucessos do time de Ricardo Gomes, até o São Paulo, quem diria, abriu o portão para o “protesto” da “torcida”.

Ao colocar entre aspas as palavras “torcedores”, “protesto” e “torcida”, o autor atrai a atenção do leitor para essas palavras e, concomitantemente, abre uma espécie de falha no próprio discurso, sugerindo que elas são empregadas na falta de palavras melhores. O que está implícito aqui é que os torcedores organizados não podem ser interpretados como torcedores de verdade e que o protesto que eles realizaram tampouco deve ser entendido como um protesto de fato. Ou seja, as aspas constituem, no caso, um artifício para expressar o expurgo do torcedor organizado. Inversamente, no artigo “Torcidas-empresas”, elas servem para o autor tomar certa distância desse processo expurgatório, indicando que ele não o considera completamente legítimo. Escreve Bernardo Buarque de Hollanda: “quase sempre, a pedra de toque para a solução do problema recai na interdição das torcidas, por meio da simples extinção jurídica ou da proscrição dos ‘baderneiros’.” É interessante notarmos que a operação de distanciamento realizada aqui ajuda a proteger o autor de uma possível crítica do leitor, que poderia esperar um distanciamento dele frente ao rótulo empregado.

A dimensão social e política dos torcedores organizados obscurecida em alguns materiais discursivos é objeto de análise de Heloisa Reis. Diz a entrevistada:

[...] até a nossa abertura democrática, você tinha instâncias onde os jovens se associavam e se educavam politicamente. As torcidas organizadas, as primeiras, elas nascem com essa proposta. Mas esse princípio tem sido perdido, então, uma questão que eu vou falar agora – vai ter um segundo seminário das torcidas organizadas no Rio de Janeiro – é uma coisa que eu pretendo chamar a atenção deles. Se, por um lado, a mídia os criminalizou, junto com as autoridades, se, de fato, membros de suas torcidas contribuem para isso, por um outro lado, eles estão bastante disponíveis para trabalhos de assistência social e também não são percebidos por isso. Mas onde estão as ações educativas e de formação política, que eu entendo que toda instituição que trabalhe com jovem tem que propor? Do compromisso social...

Embora reconheça o trabalho de assistência social feito pelas torcidas organizadas, a professora questiona o trabalho de ação educativa e formação política feito nessas torcidas. Dois pontos são particularmente interessantes de serem analisados nesse questionamento. Primeiro, o trabalho de assistência social é percebido como algo diferente do trabalho de ação educativa e formação política. No entanto, se entendermos a política como uma atividade que diz respeito ao poder e que fornece mecanismos para a tomada de decisões, não seria o trabalho de assistência social também uma ação educativa e de formação política? Uma vez que a professora não aprofundou o assunto e nós tampouco insistimos nele ao longo da entrevista, não fica claro que formação seria essa. Um trabalho dessa natureza pode, evidentemente, tanto instrumentalizar o torcedor para sua emancipação quanto servir para aliená-lo. Segundo, também é interessante observarmos que a professora situa historicamente essa falta de ação educativa e de formação política.

Erich Beting, por sua vez, associa o trabalho assistencial feito pelas torcidas organizadas a uma tentativa de melhorarem a própria imagem. “Por isso que eu falo, quem melhor soube se adaptar, vamos dizer assim, a essa realidade de violência foi a própria torcida organizada, para tentar melhorar a imagem dela, algumas até realizando trabalhos sociais e tudo mais.” Esse trabalho teria também contribuído para diminuir a violência dentro dos estádios.

Eu acho que melhorou muito, a questão da violência, no sentido de que... melhorou não – é até uma tese que eu defendo, quem melhor sabe se posicionar marketeiramente é a torcida organizada. Então, ela, usando os elementos que ela tem à disposição, fez com que o torcedor não mais brigasse dentro do estádio. Briga dentro do estádio praticamente não acontece, ela acontecesse muito longe do estádio, diga-se de passagem, que é para tentar desvincular isso da torcida organizada, da torcida uniformizada. Muitas vezes, os crimes, as coisas que a gente vê acontecendo são exatamente do torcedor organizado, mas, quase sempre em uma ação isolada, ou teoricamente isolada. É raro, hoje, você ver o que acontecia há questão de quinze anos, que é, dentro do estádio, um quebra-pau absurdo porque o outro torce para o outro time. Isso as torcidas souberam... não é a polícia que melhorou, o mau trato ao torcedor continua. Não é o dirigente que se conscientizou, que deu melhor condição e tudo mais. Não. O sistema continua praticamente o mesmo, as torcidas fizeram o trabalho de marketing para elas que é não ficar tão associadas à violência dentro do estádio. Então, violência dentro do estádio praticamente diminuiu muito. Você não vê mais

na arquibancada aquele corre-corre, uma movimentação, bomba explodindo dentro do estádio... isso também vem, obvio, mérito de fiscalização, tudo mais... Só que mudou um pouco a maneira como ocorre essa violência hoje.

Em outro trecho da entrevista, o jornalista trata das singularidades das torcidas organizadas. Para ele, elas não são representativas da torcida do clube, visto que tem uma maneira particular de agir. Destaca também a estrutura hierárquica dessas torcidas e o seu “peso social”.

A torcida organizada, ela é... eu sempre costumo dizer: ela não é o braço representativo da torcida do clube. Ela é uma parcela que age de uma maneira “xis” em relação ao clube. Assim como o torcedor da numerada age de outra forma e tudo mais. A questão é: ela se identifica como um grupo, ela tem diversas falhas, diversos problemas, diversos comportamentos condenáveis, inclusive de ligação com o tráfico de drogas, de ligação com um monte de coisas... que algumas coisas você consegue comprovar, outras não consegue, enfim... Mas a gente sabe, quem tem por experiência própria de já ter vivido próximo ou dentro mesmo desses grupos, ou por estar dentro de estádio e ver isso acontecer, enfim... Agora, a própria torcida organizada, pela maneira hierárquica em que ela é construída, ela fez trabalhar de uma forma em que tem comando. Se a gente for ver... eu sempre brinco que o torcedor uniformizado, as torcidas uniformizadas são geralmente muito mais bem organizadas estruturalmente, com hierarquia, respeito à hierarquia, do que o próprio clube. E aí, o que acontece? Há uma voz de comando e uma voz que inibe atos que vão contra a torcida. E até mesmo um código de ética, se é a gente pode colocar, simplificar a questão, mas um código de conduta em que o torcedor que é pego fazendo coisas que, vamos dizer, inflijam a regra ali estabelecida, está fora do grupo. E claro, qual é a grande representatividade? As torcidas uniformizadas às vezes têm um peso social importante, que é o torcedor se sentir parte de um grupo. Então, ela desempenha esse papel que o torcedor comum, dentro do estádio, não tem. A torcida uniformizada, ela tem isso. Agora, esse cara geralmente é um cara que às vezes precisa extravasar certas coisas que faz com que a torcida tenha esse cunho mais violento, mais complexo e tudo mais.

A dimensão social e política das torcidas organizadas também é abordada por José Geraldo Couto. Escreve o autor: “extingui-las [as torcidas organizadas] sumariamente privaria milhares de jovens de ter, bem ou mal, um esboço de socialização, de sentimento de pertencer a uma coletividade e de se identificar com ela, num país em que os laços de organização

social são tão frouxos.” Ao mesmo tempo em que aborda a dimensão social e política dessas torcidas, o autor discute sua dimensão violenta, colocando-as na condição de instituições que não são plenamente civilizadas e que não estão incorporadas à sociedade. Assim começa o último parágrafo: “com mudança na lei e na atitude da Justiça e da polícia, as organizadas terão de se civilizar na marra, incorporando-se à sociedade [...]”. Aqui o autor passa por cima dos trabalhos realizados por essas torcidas para a paz e para uma maior integração social. Conforme já vimos na parte anterior, há diversos indicativos de que elas seguem hoje o “caminho institucional”, possuindo vínculo estreito com outros setores da sociedade e buscando assumir-se como um agente importante e representativo no universo do futebol.

Além de destacar essas duas dimensões das torcidas organizadas, o autor observa que

elas se habituaram, nos últimos anos, a uma situação paradoxal. De um lado, são estigmatizadas por grande parte da mídia e da opinião pública quase como agremiações criminosas ou milícias paramilitares. Por outro lado, contam com uma série de privilégios concedidos pelos clubes (ingressos facilitados, ajuda com transporte, participação em reuniões de direção) e até pela PM, que escolta seus membros na entrada ao estádio em dias de jogos.

Ao mesmo tempo em que afirma que as torcidas organizadas são estigmatizadas quase como agremiações criminosas ou milícias paramilitares, posicionando-se contrariamente ao discurso predominante sobre elas, o autor dissimula certos aspectos da realidade dessas torcidas ao empregar o eufemismo “privilégios”. Conforme já observamos na parte II, é fato que esses torcedores, muitas vezes, possuem preferência na compra de ingressos, têm acesso privilegiado aos jogadores e direção e são escoltados pela PM. No entanto, também é fato que eles possuem uma série de obrigações que outros torcedores não possuem e que essa escolta é feita não apenas para protegê-los, mas, sobretudo, para vigiá-los. Nesse sentido, ela é muito mais um mecanismo de controle do que propriamente um privilégio. Além do mais, é preciso lembrar que esses torcedores carecem, de fato, de mais proteção do que os outros torcedores, uma vez que eles estão mais sujeitos à violência. Em geral, são eles o alvo de emboscadas de torcedores rivais.

A ideia de que as torcidas organizadas recebem privilégios também é defendida nos artigos “Deram espaço, agora aguentem...”, de Benjamin Back, e “Demagogia e irresponsabilidade”, de Luiz Fernando Gomes. Tomemos os seguintes exemplos:

[...] é inadmissível que presidente constantemente com membros de torcidas organizadas, que libere dinheiro para desfiles de carnaval, que banque ônibus e ingressos para caravanas, que peça para torcedor entrar no circuito em certas contratações de jogadores, que permite a entrada deles em concentração para dar “palestras motivacionais”, enfim essa via de duas mãos é muito perigosa. Ou melhor, é um verdadeiro pacto com o diabo. [...] O mínimo que se espera de um dirigente é que ele seja sério e que não crie vínculos com torcidas organizadas que, por sua vez, se autodenominam independentes. Não deveriam nem ter contato com os cartolas e muito menos aceitar qualquer tipo de benefício, sejam eles quais forem. Caso contrário, o termo independente ficará apenas nas faixas da torcida. (Benjamin Back).

[as torcidas organizadas] sempre contaram no mínimo com a cumplicidade de diretorias. Foram décadas de distribuição gratuita de ingressos, de financiamento de viagens, bandeiras e uniformes. Privilégios que os sócios legítimos, que pagam em dia suas mensalidades, que contribuem para sustentar o futebol, nunca tiveram o direito de desfrutar. (Luis Fernando Gomes).

Ao mesmo tempo em que mobilizam a ideia de que dirigentes desportivos e torcedores organizados são parceiros, ambos os trechos valoram negativamente essa parceria. Enquanto no primeiro ela é qualificada como “inadmissível” e “muito perigosa”; no segundo, o substantivo “cumplicidade” reveste-a com a imagem do crime. Nesses trechos, a identidade dos dirigentes desportivos é contagiada pelo vínculo com os torcedores organizados. “É um verdadeiro pacto com o diabo.”, escreve Benjamin Back. Esse contágio é um dos efeitos típicos do estigma: aquele que convive com o estigmatizado tende a ser estigmatizado também. Isso fica particularmente claro no trecho em que o referido autor escreve que “o mínimo que se espera de um dirigente é que ele seja sério e que não crie vínculos com torcidas organizadas [...]”. Ou seja, se um dirigente estabelece tal vínculo, ele não é sério. Outro efeito típico do estigma é a legitimação do exercício do controle social sobre o estigmatizado. A conclusão do artigo de Luis Fernando Gomes é ilustrativa:

felizmente, há quem tenha acordado. Vez por outra há recaídas como as citadas aqui, que atrasam a transformação. Mas os programas de sócio-torcedores dos clubes – Grêmio e Inter à frente – têm mudado essa relação, pendido a balança para quem só quer torcer de verdade. Depois da barbárie que interditou o Couto Pereira, o Coritiba foi ainda mais longe: proibiu

símbolos de organizadas nos seus jogos e, na medida do que a legislação permite, tenta restringir a presença dos vândalos em campo.

O artigo “Torcidas-empresas”, de Bernardo Buarque de Hollanda, por sua vez, não interpreta as torcidas organizadas como instituições que estão à margem da sociedade, como faz o de José Geraldo Couto. Pelo contrário, essas torcidas estariam em plena sintonia com o processo acelerado de mercantilização do futebol atual, convertendo-se, como diz o título, em empresas. Escreve o autor:

[...] a aparente barbárie que evoca o comportamento violento das torcidas constitui apenas sua franja superficial. Quando se discute o problema, pouco se atenta para o fato de que as torcidas organizadas não estão apenas na contramão dos princípios desportivos ou nos antípodas do futebol mercantilizado moderno. De forma homóloga à lógica dos clubes-empresas, as agremiações de torcedores se tornaram elas próprias torcidas-empresas. Orbitam em torno dos clubes – razão de existirem –, mas são também autônomas, com sedes, símbolos, legendas, cânticos e logotipos que traduzem uma identidade à parte. Seguindo o etos comercial, as torcidas organizadas converteram-se em lugares de negócios, passando a se valer do marketing, do merchandising e da oferta de uma série de produtos ligados a suas grifes. Elas competem, assim, com o material dos clubes e atendem à demanda de seu público consumidor, adolescentes e jovens seduzidos pelo pertencimento a uma coletividade. A expansão em âmbito nacional das torcidas acarreta ainda o recrutamento de mais simpatizantes, o que leva ao seu alargamento simbólico-territorial, à semiprofissionalização de seus quadros e à formação de uma complexa rede de relações sociais.

Em consonância com essa ideia de que as torcidas organizadas não estão à margem da sociedade, o artigo de Luiz Henrique de Toledo defende que essas torcidas são o reflexo da sociedade, reproduzindo seus sucessos e fracassos.

Assim como as organizadas não reproduzem toda a extensão do torcer, elas também não contêm todas as variáveis que explicam a violência tomada como linguagem de todos. Ambientadas e nutridas nas dinâmicas de poder, as organizadas reproduzem os sucessos e fracassos das organizações sociais que conformam o que visualizamos por sociedade. Nenhum destes aspectos lhes faltam: burocracia, hierarquias, lógicas de distinção, comprometimentos políticos com projetos coletivos próprios ou negociados com outros atores, discurso da parlamentarização das relações e, obviamente, violência instrumental nutrida por masculinidades hegemônicas, homofóbicas, e intolerâncias já esparramadas por toda a sociedade. O problema não são as organizações em si. No geral, o comportamento belicoso e intolerante se

manifesta de modo mais desgarrado, individualizante e descompromissado com qualquer projeto coletivo, descentralizando práticas e comportamentos que fogem em muito ao controle das elites torcedoras. [...] Embora as imagens dos últimos acontecimentos mostrem hordas de torcedores se digladiando, não há guerra ali, não há cadeia mecânica de mando e obediência.

Neste trecho, é particularmente interessante observarmos que o autor evoca a metáfora da guerra, mas para negá-la. Essa negação é construída a partir de um raciocínio lógico que parte da premissa implícita de que a guerra é um evento organizado – com hierarquia e comando – e que justifica a ausência de guerra entre torcedores a partir do argumento de que “as imagens dos últimos acontecimentos” não mostram essa organização. Este argumento é, para empregarmos a expressão de Toulmin (2006), a garantia da conclusão. Tal raciocínio serve para reforçar a tese do autor de que o “problema não são as organizações em si”. Afinal, seguindo o seu raciocínio, se os conflitos violentos entre os torcedores fossem uma decorrência do modo como as torcidas organizadas estão estruturadas, então eles seguiram a lógica da guerra, com uma cadeia de mando e obediência. Afinal, trata-se, no seu modo de ver, de organizações sociais hierárquicas. É justamente porque esses conflitos “fogem em muito ao controle das elites torcedoras”, que eles assumem esse aspecto desorganizado.

José Paulo Florenzano, no artigo “Comunidade moral”, igualmente comenta a metáfora da guerra. De acordo com ele, inspiradas em tal metáfora, as torcidas organizadas do Brasil, assim como os ultras da Itália, a partir dos últimos anos da década de 1960, “[...] abandonaram a condição de simples espectadores da partida de futebol para desempenhar o papel de protagonistas do espetáculo que elas próprias criavam e desenvolviam.” Para o autor, “violência e participação se constituem, portanto, nos fatores decisivos do universo das organizadas.” Além de complexificar essas torcidas, apresentando-as como organizações multifacetadas, é interessante observarmos a estratégia de legitimação empregada pelo autor. Para defender a metáfora da guerra, o autor evoca vozes de outros autores e estudos, conforme indicam os seguintes trechos: “Lá como cá, abandonaram [...] inspiradas pela ‘metáfora da guerra’, *como mostra a perspectiva antropológica de Alessandro Dal Lago*.” (grifo nosso), “De fato, *como mostram os estudos feitos na Itália*, os jovens torcedores logo enveredaram pela estrada do antagonismo violento, militarizaram-se, adotaram a ‘lógica da guerra.’” (grifo nosso).

Notemos que as vozes evocadas veem acompanhadas do verbo “mostrar”. “Mostrar” é aquilo que “evidencia”, que “torna patente”, “indubitável”, que “revela” (HOAUISS; VILLAR; FRANCO, 2001), como se houvesse uma realidade oculta que é trazida à tona. A linguagem realista empregada aqui serve para forçar o leitor a aceitar o argumento do autor. Não se trata de uma interpretação entre outras possíveis, mas de um “fato” que foi descoberto, ou seja, de uma “verdade”. Nesse sentido, podemos dizer que, para legitimar seu argumento, o autor coloca o leitor na condição daquele que deve ser submetido, e não na condição daquele que deve ser convencido. Além de legitimar aquilo que é dito por ele próprio, essas evocações legitimam, em certa medida, as próprias vozes evocadas, conferindo-lhes importância. Afinal, elas são aquelas que “mostram”. No entanto, ainda que nada mostrassem, o simples fato de serem evocadas já poderia indicar que o autor lhes atribui alguma importância²¹⁵.

Os artigos “Torcer ou pensar, eis a questão”, de Contardo Calligaris, e “Ira organizada”, de Juca Kfoury, por sua vez, buscam, através do tropo, vincular as torcidas organizadas à ideia de irracionalidade, impondo a elas um sentido negativo. O primeiro se pergunta, por exemplo, “por que é possível torcer na Copa do Mundo sem ser *devorado* pela *irracionalidade* que afeta as torcidas organizadas de nossos clubes?” (Contardo Calligaris, grifos nossos). A figura de linguagem utilizada aqui é a metáfora. Mais concretamente, a já comentada metáfora da natureza. Através do uso do particípio “devorado”, o autor, ao mesmo tempo em que reifica a irracionalidade – tratando-a como uma coisa ou um animal que tem agência, que devora –, reveste as torcidas organizadas com a imagem da destruição.

²¹⁵ As referências a outras pesquisas são, inclusive, uma constante nos artigos dos acadêmicos. Tais referências são indicativas de que esses agentes conferem mais importância ao que outros acadêmicos dizem e pensam do que às opiniões de qualquer outro *claim-maker*. É importante observarmos, no entanto, que todos os autores citados no material analisado são estrangeiros, o que reforça o que já havíamos antecipado na parte II, de que o campo de estudos sobre violência no futebol é ainda incipiente no Brasil. Os trechos a seguir são ilustrativos. “Visto por esse prisma, o estereótipo da ‘horda de bárbaros embriagados’ transfigurava-se, *segundo o sociólogo Antonio Roversi*, em uma ‘comunidade moral’.” (José Paulo Florenzano em “A comunidade moral”, grifo nosso), “De fato, *como diz o sociólogo Antonio Roversi*, juízos acusatórios e categoriais morais impedem a compreensão do quadro dinâmico das torcidas.” (José Paulo Florenzano em “A comunidade moral” grifo nosso). “*Conforme muitos estudiosos já assinalaram*, a violência – bem como a busca por sua sublimação – é um componente agonístico liminar, constitutivo da sociedade e da atividade esportiva.” (Bernardo Buarque de Hollanda em “Torcidas-empresas”, grifo nosso), “*Segundo o sociólogo Paul Yonnet*, a ‘fabricação das rivalidades’ na virada da década de 1980 para 90 vai opor nacionalmente Marselha e Paris.” (Bernardo Buarque de Hollanda em “Arquibancadas do ódio”, grifo nosso). “Ao pesquisar a chegada do rock inglês em terras gaulesas, *o sociólogo Patrick Mignon acabou por se deparar* com o fenômeno hooligan em seu país.” (Bernardo Buarque de Hollanda em “Arquibancadas do ódio”, grifo nosso). “*Como assinala o sociólogo Norbert Elias*, a esfera do lazer representa, na sociedade, um enclave onde as normas de comportamento são em parte suspensas de sorte a proporcionar o ‘descontrole controlado das emoções’.” (José Paulo Florenzano em “Los macaquitos”, grifo nosso). “Mas, *acrescenta Christian Bromberger*, convém relativizar o significado das manifestações nos estádios, interpretando-as segundo a lógica da confrontação agonística entre as torcidas como ‘teatralização exuberante do ódio ao adversário’.” (José Paulo Florenzano em Los “Macaquitos”, grifo nosso).

No segundo artigo, podemos notar o uso figurativo da linguagem já no título: “Ira organizada”. Trata-se de uma metonímia, que, ao empregar o substantivo “ira” no lugar de “torcida”, reveste a imagem das torcidas organizadas com a ideia de ódio e rancor. Ideia que, por extensão de sentido, vai derivar “vingança” ao longo do texto. Isto ocorre quando o autor narra dois episódios em que diz ter recebido ameaças de torcedores organizados por conta de reportagens. Conforme já sugerimos, o discurso da irracionalidade pode trazer algumas consequências. No caso, pode levar a uma negação da voz das torcidas organizadas e à legitimação de sua repressão. Afinal, se os torcedores organizados são irracionais, então eles não têm nada de significativo a dizer e devem ser combatidos com firmeza.

Sobre o artigo de Juca Kfoury, também é interessante notarmos que a sua macroproposição central – que defende que seria melhor se os torcedores organizados se indignassem e se mobilizassem contra a corrupção e mentira dos políticos ao invés de fazer ameaças ao autor – coloca os torcedores organizados na condição de passivos, que não possuem iniciativa diante dos fenômenos sociais, culturais e políticos mais amplos. O pressuposto aqui é que esses torcedores não se mobilizam contra a corrupção e mentira dos políticos, o que oculta as suas diversas lutas políticas. Também é interessante observarmos que o autor estabelece a já citada dicotomia entre esses torcedores e o “torcedor comum”: “por mais que seja confortável imaginar que os ditos organizados possam representar os torcedores comuns, a verdade está longe disso.”

O artigo “Estádio de sítio”, de Mauro Beting, também estabelece essa dicotomia, além de destacar que, ainda que sejam uma minoria, os torcedores violentos são dominantes nas torcidas organizadas.

Tão poderosos viraram que ameaçam os demais torcedores, cartolas e treinadores. Quem não seguir o jogo deles está fora. Está ferido. Mas essa é a minoria ruidosa e raivosa das organizadas; a maioria silenciosa das uniformizadas (fardadas?) é do bem. Gente boa que expia a fama da gente ruim que domina. Pelo mal ou pelo pior.

O artigo “A violência está na impunidade!”, de Benjamin Back, por sua vez, posiciona-se explicitamente a favor das torcidas organizadas. Escreve o autor: “Particularmente, eu não sou contrário às torcidas organizadas e muito menos a realizar clássicos com uma torcida só. [...] Enfim, o problema no Brasil não é a violência nos estádios

e muito menos as torcidas organizadas.” Outro *claim-maker* que apresenta uma posição favorável a essas torcidas é Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro. Ao mesmo tempo em que trata os torcedores organizados como “vítimas” de um cenário social injusto, o dirigente entende que eles são protagonistas do espetáculo futebolístico e um dos insumos para a boa qualidade do jogo. Essa compreensão dos torcedores organizados serve para fundamentar e, consequentemente, legitimar o apoio que ele oferece – na forma de distribuição gratuita de ingresso e de fornecimento gratuito de transporte – às torcidas organizadas do Santos. Conforme podemos notar no fragmento transcrito abaixo, esse raciocínio lógico é estabelecido, entre outras formas, a partir do uso repetido do conectivo argumentativo “então”, que valida a transição de tal compreensão para o apoio estabelecido.

Mas eu entendia que eles eram protagonistas e, portanto, ajudá-los a participar do espetáculo era entendê-los como um dos insumos pra boa qualidade do jogo que a gente iria promover. *Então* ofereci a eles... [...] Eu os via tão importantes quanto os personagens do espetáculo propriamente dito. *Então* passamos a distribuir, em função do tamanho das torcidas, uma cota de ingressos gratuitos, como um dos insumos do espetáculo. Se eu pago recepcionista, se eu pago bilheteiro, pago também ingressos para a torcida prestigiar o time e empurrar o time pra frente. Ofereci a eles a possibilidade da gente fornecer transporte, porque a grande maioria das torcidas organizadas é feita por gente de padrão social muito humilde, muito baixo, e é um ato de heroísmo se deslocarem pro Rio de Janeiro pra assistirem uma partida numa noite chuvosa, como nessa quarta-feira enfrentado uma Via Dutra por sete, oito horas, sacrificando o seu descanso, muitas vezes o seu próprio trabalho, e eles arcarem ainda com o custo do transporte.

Finalmente, no discurso dos torcedores organizados entrevistados, as torcidas organizadas são construídas também como “vítimas”, ainda que elas não sejam vistas como totalmente inocentes, como fica particularmente claro nos exemplos transcritos abaixo:

[...] torcida organizada *não é composta por santo*, você ainda vai ver assuntos é... envolvendo torcida organizada, *só que* eu quero que você passe aí essa imagem no seu trabalho pra todo mundo que tem os erros como tem a política, como tem até padres pedófilos, é... corrupção policial, milícia, essas coisas todas. (André Azevedo, grifos nossos).

É... eu posso dizer pra você que em torcida organizada *não tem cem por cento de pessoas santas, mas* também não tem cem por cento de pessoas malvadas. Eu acho que existem os dois lados. (Marcos Ferreira, grifo nosso).

Não somos santos, não tem santinho aqui nenhum, por diversas vezes fizemos... conduzimos a torcida de forma não legal, inaceitável, fomos punidos por isso, assumimos a culpa, *mas* pera aí, tá entendendo? (Tatinho, grifos nossos).

A ideia de que os torcedores organizados não são “santos” está presente nos três fragmentos e opera como um discurso de autocrítica. Por um lado, este discurso indica que os entrevistados se mostram conscientes de que as torcidas organizadas nem sempre possuem uma conduta exemplar e irrepreensível. Por outro lado, indica também que eles se mostram conscientes das acusações feitas a eles. Nos três trechos, a autocrítica parece fazer parte de uma estratégia de defesa, servindo como um movimento de autoapresentação positiva – que coloca os próprios locutores na condição daqueles que têm consciência dos próprios erros – para introduzir ressalvas em relação às críticas feitas a eles. Notemos que a ideia de que “nas torcidas organizadas não têm só santo” vem acompanhada da locução adversativa “só que” (no primeiro trecho) ou da conjunção “mas” (no segundo e terceiro). Tanto essa locução quanto essa conjunção possibilita a oposição a uma generalização que o destinatário poderia vir a fazer em relação ao comportamento dessas torcidas, ao mesmo tempo em que introduz uma asserção positiva em relação a elas. Conforme segue afirmando Tatinho, as torcidas organizadas possuem muitos outros aspectos além da violência e estes não são reconhecidos.

Né, meu, às vezes, a torcida organizada, ela tem um trabalho durante o ano inteiro bom, maravilhoso, onde a gente desenvolve diversos trabalhos sociais, mas fora desse contexto, a gente foi em vários jogos, não teve uma briga, não teve uma morte, não teve um confronto, também não teve esse reconhecimento, eu vejo que isso também pesa. Pesa! Porque, velho, você pega um jovem de quinze, dezesseis anos, que o perfil da torcida organizada é esse. [?]²¹⁶ até os trinta anos, é que é o pessoal que mais frequenta as torcidas organizadas. O cara vem, ele não tem, ele tem que um ter uma motivação, ela tá se autoafirmando ali, perante a sociedade. É assim que [?]²¹⁷, tem punk, tem gótico, tem torcida organizada. Só que a gente tem uma importância grande nesse processo, porque somos consumidores, pagamos nossos ingressos, e... aquele jogo... de quarta-feira à noite, chuvoso, que vai passar na telinha da Globo à noite, onde ninguém quer ir, quer ficar com a

²¹⁶ Trecho incompreensível.

²¹⁷ Trecho incompreensível.

família, tomando um chocolate quente, vendo o Corinthians [?]²¹⁸, a gente tá lá no jogo. Nesse momento, o torcedor organizado ele não é lembrado, infelizmente!

A ruptura com esse maniqueísmo habitual com que são tratadas as torcidas organizadas serve de contraposição ao processo de estigmatização sofrido por essas torcidas. Este processo é explicitamente enunciado e denunciado por André Azevedo, conforme ilustra o fragmento a seguir:

[...] mano, eu te juro, eu não to aqui pra defender torcida organizada, acho que torcida organizada tem vários defeitos, o que eu não concordo é com o estigma que torcida organizada é violenta. [...] Só que é muito fácil ter uma câmara de TV e pegar uma imagem de uma briga entre polícia e torcida, todo mundo vai falar que a torcida tá errada, sem antes saber a verdade. Hoje o estigma que se criou em torcida é... às vezes você vai a estádio de futebol, antes de você ter uma atitude que abone a sua conduta, que tipo... que a polícia possa querer te repreender de alguma forma, isso já é feito com antecedência, ele já te trata como animal antes de você ter errado e isso gera um círculo viciosos porque daí o cara se sente é... com raiva do tratamento e acaba gerando mais violência. Então, eu acho que a gente paga uma conta que... [...] a gente está cansado de ver protestos de professores, de outros segmentos, que às vezes acabam em violência e tipo a visão de quem tá de fora é diferente, como se um torcedor fosse protestar, ele não tivesse o mesmo direito que um professor, entendeu? E às vezes cai na pancada, e a marginalização acontece só pro lado do torcedor. Então... a gente... eu falo pra todo mundo: somos vencedores, porque a gente luta contra tudo e contra todos, porque mais que a gente acerte, a gente vai estar sempre errado. Isso é a maior... A maior dificuldade que a gente tem é o preconceito que a gente sofre.

Notemos que o entrevistado se mostra aqui claramente consciente de dois efeitos provocados pelo processo de estigmatização em questão: a legitimação da repressão policial – “[...] antes de você ter uma atitude que abone a sua conduta, que tipo... que a polícia possa querer te repreender de alguma forma, isso já é feito com antecedência, ele já te trata como animal antes de você ter errado [...]” – e a negação da voz dos torcedores organizados – “[...] a gente está cansado de ver protestos de professores, de outros segmentos, que às vezes acabam em violência e tipo a visão de quem tá de fora é diferente, como se um torcedor fosse protestar, ele não tivesse o mesmo direito que um professor, entendeu?”

²¹⁸ Trecho incompreensível.

Marcos Ferreira, por sua vez, aborda outro efeito desse processo de estigmatização: a generalização da culpa.

Mas, num modo geral, a torcida organizada, porque hoje existe o Estatuto do Torcedor, existe outros termos junto ao Ministério Público, então qualquer ato de violência que ocorre em jogos de futebol, consequentemente a torcida organizada ela vem sendo culpada, então ela pode ser banida dos estádios. A Mancha, hoje, ela tá suspensa, banida por um caso que ocorreu em Presidente Prudente, recente agora. As pessoas que contem na diretoria, elas podem ser presas, responder judicialmente por isso e civilmente também, então eu acho que o maior prejudicado no fim é a torcida organizada.

De forma similar, Pulguinha destaca que os torcedores organizados seriam “[...] os primeiros a pagar.” Por esta razão, a maioria desses torcedores – “[...] que não gosta disso, que tem a torcida com um fim sadio de torcer pro Corinthians, e viver o universo do futebol com as amizades [...]” – acabaria sendo prejudicada pela violência no futebol. Além de destacar isso, o presidente da CONATORG sustenta que “muito do que tem hoje no plano preventivo, que as autoridades trabalham, quem oferece isso são as lideranças das torcidas organizadas nos planos preventivos.” Aqui, as torcidas organizadas são colocadas na condição daquelas que ajudam, daquelas que contribuem com as autoridades, enfim, são definidas em termos positivos, diferentemente dos jornalistas que, conforme veremos a seguir, são criticados pelo entrevistado.

6.2.2 Jornalistas

Ao longo da entrevista concedida a nós, Pulguinha deixa claro sua insatisfação com a atuação dos jornalistas, sobretudo, em véspera de clássico²¹⁹. “Eu não vejo a imprensa contribuindo com uma nova cultura. [...] Eu na vejo nada partindo da imprensa na véspera de clássico, eu não vejo... ao contrário, a imprensa apimenta a semana toda o clássico [...]”. Com o verbo “apimentar”, o entrevistado sugere que os jornalistas estimulam a rivalidade e a violência, ideia que também está presente no discurso de outros *claims-makers*, conforme retomaremos adiante. A professora Heloisa Reis, por sua vez, critica os jornalistas por outra

²¹⁹ Além dele, Heloisa Reis, Erich Beting, Mauro Beting, Tostão, José Luiz Portella, Benjamin Back (no artigo “Cartolas organizados”) e Juca Kfoury (nos artigos “A banalização da morte” e “De quem é a culpa”) criticam o comportamento dos jornalistas.

razão. Quando lhe perguntamos sobre as principais causas da violência no futebol, disse achar que,

[...] atualmente, é a impunidade, a falta de conhecimento das autoridades e dos agentes de segurança sobre o problema, e incluo, também, os jornalistas, que são os grandes responsáveis por formação de opinião, e inclusive os grandes responsáveis por incentivar jovens violentos a participar de torcidas organizadas, por que, na medida em que eles dizem que torcidas organizadas... generalizam que elas sejam espaços só de criminosos, eles estão chamando criminosos para essa organização, o que eu acho muito complicado.

Embora a professora assuma claramente a responsabilidade do enunciado – notemos que, de partida, ela adota a primeira pessoa do singular –, é interessante observarmos que, na construção do argumento, ressoam vozes de outros autores. Conforme ela explicita em outro momento da entrevista, e conforme podemos notar na análise da sua produção científica, seu referencial teórico são as análises dos pesquisadores de *Leicester*. E são essas análises que, em certa medida, estão presentes aqui. Como já indicamos na parte II, tais pesquisadores sugerem que, ao configurar os estádios como espaços de criminosos, os meios de comunicação britânicos contribuíram para atrair criminosos para esses espaços. Ideia bastante similar com a defendida acima, de que a mídia está atraindo criminosos para as torcidas organizadas ao configurá-las desse modo. Tal ideia é particularmente interessante uma vez que joga luz na responsabilidade daqueles que, em geral, ocupam o lugar do acusador (jornalistas) na ação daqueles que, por sua vez, habitualmente ocupam o lugar do acusado (torcedores organizados) no debate sobre violência no futebol. Para empregarmos uma metáfora do mundo jurídico, são os primeiros que, agora, sentam no banco dos réus.

Mas não são apenas os acadêmicos e os torcedores organizados que criticam a atuação da mídia. Esta também é criticada por alguns jornalistas. Conforme escreve Juca Kfour²²⁰, a mídia é cúmplice da violência no futebol “[...] ao botar lenha na fogueira e dar espaço a quem não deve tê-lo, por representar seitas e não o torcedor comum.” A metáfora “botar lenha na fogueira” expressa a ação da mídia, conotando “estímulo” à violência. Notemos também que a mídia é colocada, ao mesmo tempo, na posição daquela que deve representar o “torcedor comum” e na daquela que não deve dar espaço a alguns, o que fere, evidentemente, o

²²⁰ No artigo “De quem é a culpa”.

princípio jornalístico de dar voz a todas as partes. A ideia de que a mídia estimula a violência também aparece no artigo de Tostão – “[...] a violência dentro e fora dos campos ocorre por causa [...] do exagerado destaque que a mídia dá às rivalidades entre os grandes clubes de um Estado.” –, na entrevista concedida por Erich Beting – “a mídia não está preparada para debater em outro nível. Como ela, sem perceber, enfatiza a rivalidade, enfatiza a agressividade entre os torcedores. Não precisa promover o melhor dos mundos, mas também você tem que ter um cuidado com o que você está falando.” – e no artigo de Mauro Beting – “[A violência é] alimentada pela mídia (sim, eu também) que prefere sangue a suor, ibope a ideias, embates a debates, e que dá cartaz a quem merece Alcatraz, dá holofote a quem quer holocausto, e não dá a pelota devida àquele que é tudo e é tratado como nada: o torcedor.”

Essa crítica dos jornalistas ao próprio campo profissional enseja uma dupla interpretação. Por um lado, ela pode ser entendida como uma estratégia de ataque a um determinado modelo de jornalismo. Conforme observam Barros Filho e Sá Martino (2003, p. 114), “[...] cada corrente [jornalística] pretende alcançar a dominação tendencial do campo, destituindo os concorrentes de sua razão de ser. Isto é, que seu capital profissional é menor, falível, portanto, inútil.” Por outro lado, ela também serve para legitimar a própria atividade jornalística, afinal, conforme observam os autores, “o exercício da autocrítica garante a impressão de autonomia, de independência e do livre procedimento dos agentes do campo, afastando do debate as estrutura de campo que, em grande parte, condicionam a prática real.” (p. 112).

Mas não é sempre que a imprensa é colocada na condição de “vilã”. No artigo “Ira organizada”, Juca Kfoury coloca a si próprio na condição de vítima das torcidas organizadas. Isto é feito através de dois relatos: um sobre um episódio em que o autor diz ter sido ameaçado por integrantes da TUP, do Palmeiras, por conta de uma reportagem em que ele denunciava o então jogador do time Mário Sérgio de ter atuado dopado mais vezes do que fora pego. E outro em que diz que certa vez os Gaviões da Fiel, do Corinthians, entoaram em coro “ê, ê, ê, o Juca vai morrer”, porque a revista Placar, que ele dirigia, “[...] tinha dado um título de matéria dizendo ‘A fiel verde está feliz’, alusão à torcida palmeirense que era a de melhor presença nos estádios em 1989, apesar dos então já 12 anos de fila.” Além das torcidas organizadas, o autor critica, no artigo supracitado e em outros, as autoridades públicas e os dirigentes esportivos.

6.2.3 Autoridades públicas e dirigentes desportivos

As autoridades públicas e os dirigentes desportivos²²¹ são habitualmente percebidos como parte constitutiva do problema. De certa maneira, em diversos materiais discursivos²²², esses agentes são incluídos no papel de “vilões”. Tal avaliação negativa coloca em xeque a credibilidade daqueles que habitualmente ocupam posições de poder. Longe de serem vistos como os paladinos da paz, autoridades e dirigentes são, da mesma forma que os jornalistas, acusados de estimularem a violência, conforme podemos notar nos seguintes trechos: “[A violência é] incendiada por amadores clubistas que soltam notas oficiais quentes como se fossem frias.” (Mauro Beting). “Os dirigentes nada fazem pelo conforto e segurança dos seus torcedores nos estádios alheios. Mas se esbaldam para revidar seus ‘feridos’. Pelo ódio, manipulam torcedores.” (Marcelo Damato²²³). “Para completar, alguns dirigentes, com declarações totalmente isentas de inteligência, em nada ajudam. Pelo contrário, eles que pregam tanto profissionalismo, mas que nas entrevistas parecem vestir camisas de torcidas organizadas, apenas estão acirrando ainda mais o terror.” (Benjamin Back²²⁴). “[Os cartolas] estimulam a visão religiosa do futebol, em que a paixão justifica tudo – violência, apego ao poder e gastos sem controle.” (Marcelo Damato²²⁵).

Além de serem acusados de estimularem a violência, autoridades e dirigentes são frequentemente acusados de não estarem realmente interessados em resolver o problema ou de serem incompetentes para resolvê-lo, conforme já discutimos no capítulo anterior. No

²²¹ Cabe destacarmos que estes são, muitas vezes, designados pelas expressões “cartola(s)” e “cartolagem”, que nos remetem às origens elitistas do futebol, quando os jogadores muitas vezes usavam gravatas e os dirigentes, cartolas. Os exemplos são ilustrativos: “Quando *cartolas* e autoridades se reúnem para organizar uma Copa do Mundo no Brasil [...]” (Folha de S. Paulo, “Todos Fichados”, grifo nosso). “[...] ao mesmo tempo em que deixa nu o tamanho da incompetência, e do cinismo, de autoridades e *cartolas*.” (Juca Kfourir, “A violência que alimenta”, grifo nosso). “Não bastasse, ainda convivemos com *cartolas* que freqüentam as quadras dessas gangues e lá discursam com palavras hostis [...]” (Juca Kfourir, “A banalização da morte”, grifo nosso). “[...] pouco mudaram a vida da *cartolagem*, tanto que não tem nenhum *cartola* preso, como seria de se esperar.” (Juca Kfourir, “O ministro e as carteirinhas”, grifos nossos). “[...] que tem como protagonistas torcedores violentos e fanáticos, *cartolas* despreparados e provocadores [...]” (Juca Kfourir, “De quem é a culpa”, grifo nosso). “[...] todos os que tinham sido processados, discriminados etc. pela *cartolagem* nacional. [...] Lula errou em sua previsão e, pior, anda de braço dado com a *cartolagem* que, então, denunciou.” (Juca Kfourir, “Memórias, drogas e violência”, grifos nossos). “É a definitiva e conclusiva admissão da incompetência dos *cartolas* que se metem em coletivas cheias de nhenhênhem [...]” (Marília Ruiz, grifo nosso). “Você leu ou ouviu discurso de algum *cartola*, promotor ou político nos últimos dias?” (Mateus Benato, grifo nosso).

²²² Nos sete artigos de Juca Kfourir, nos cinco de Benjamin Back, nos sete de Marcelo Damato, nos dois de José Luiz Portella, nos dois de José Roberto Wright, no editorial “Todos Fichados”, da Folha de S. Paulo, no editorial “Uma última chance de agir”, do Lance!, nos artigos de André Kfourir, de Mauro Beting, de Valdomiro Neto, de Luis Fernando Gomes, de Marília Ruiz, de Mateus Benato, de Fernando Santos, de Tostão, de Paulo Vinicius Coelho, de Xico Sá, de Walter Falceta Jr. e de Rodrigo Cerqueira e nas entrevistas do Tatinho, do Ricardo Mello e da Heloisa Reis e do Erich Beting.

²²³ Em “Cartolas preferem ódio à paz”.

²²⁴ Em “Cartolas organizados”.

²²⁵ Em “Este pode ser o ano do torcedor”.

contexto específico do futebol paulista, eles são acusados de adotarem medidas proibitivas, que limitariam a festa nas arquibancadas do estado. Os fragmentos abaixo são ilustrativos:

caretice! Essa é a dama estraga-prazeres que anda, com seu sorriso fúnebre, dando as cartas no futebol paulista. É a principal conselheira no futebol paulista. É a principal conselheira das autoridades, uma espécie de Rasputin, uma eminência parda que manda e desmanda. Cochicha no ouvido das cúpulas de governo, Polícia Militar e Ministério Público que arquibancada não é lugar de carnaval. E assim está feito. Bandeiras e instrumentos foram banidos na década de 90. Para reprimir os vândalos, apaga-se a luz do salão. E nas entrelinhas fica o recado: não temos como coibir a violência sem coibir a fanfarra. [...] Leitor amante do futebol eu te convido a uma experiência. Em um domingo, vá ao Morumbi. No outro, ao Maracanã. E perceba o que a caretice está fazendo no estado bandeirante. Veja a diferença flagrante nos carnavais. (Valdomiro Neto).

O futebol paulista, no que diz respeito à estrutura e ao desempenho dentro de campo, é inquestionável. Porém suas arquibancadas estão cada vez mais frias e sem graça! Muito, mas muito diferente do que acontece no Maracanã, principalmente nos jogos do Flamengo. A alegria, as bandeiras, as belas homenagens aos ídolos do passado, as faixas que exigem respeito à Nação e aquelas figuras das mais bem humoradas que fazem da própria transmissão de TV um componente a mais. Já em São Paulo querem jogar a poeira para debaixo do tapete, como se a proibição de todos esses ingredientes fizesse com que a violência acabasse. Ora, não seria muito mais lógico prender e punir o cidadão que vai a uma partida de futebol para causar problemas ou querer matar o outro apenas porque torce para um time diferente do seu? Não, pelo jeito é mais fácil acabar com a diversão do torcedor de bem... [...] As autoridades por aqui atuam com muito mais rigor nas consequências do que nas causas, e quem paga por isso é o torcedor do bem, aquele que faz do futebol uma festa. (Benjamin Back²²⁶).

As duras críticas feitas aos dirigentes desportivos e autoridades públicas não são, todavia, uma unanimidade. Aurélio Miguel, por exemplo, ainda que discorde do veto feito, em 2009, pela Polícia Militar de São Paulo da entrada de são-paulinos com a máscara do Jason nos estádios do estado, observa que “há que se ouvir os argumentos e respeitar o trabalho da Polícia Militar.” Já o artigo “O cerco policial às organizadas é uma missão complexa”, de Bernardo Buarque de Hollanda, destaca os esforços das autoridades policiais na construção da paz e redução das tensões. Escreve o autor:

²²⁶ Artigo “O problema não está no Jason”.

dentre as tentativas de controle da escalada do fenômeno, assinale-se, no Rio, a criação do Grupo Especial de Policiamento em Estádios e a recente fundação da Federação de Torcidas Organizadas do Rio. [...] A ação de ontem evidencia uma mudança de estratégia. As operações policiais quase sempre se restringiram ao monitoramento nos dias de jogos, a novidade parece ser a disposição preventiva ante os conflitos, com o emprego da "inteligência", a fim de evitar embates programados. É um primeiro passo no reconhecimento da complexidade do quadro atual, fruto do crescimento das organizadas. Os líderes perderam o controle dos associados e optaram por segmentar espacialmente sua estrutura organizacional, mediante a divisão em territórios que seguem a lógica das zonas geográficas da cidade. No caso do Rio, as bases territoriais das torcidas receberam nomes bélico-militares, como pelotões e esquadrões, entre outras denominações mais ou menos intimidadoras. Tais subgrupos deram origem a lideranças locais, conhecidas no meio como monitores, que detêm uma espécie de autonomia perante o "poder central". É em torno dessa dinâmica complexa, segmentada e territorial que a polícia tem se concentrado, tentando impedir brigas cujo cenário são regiões específicas.

Além de Bernardo Buarque de Hollanda, diversas autoridades públicas²²⁷ e o presidente do Santos, Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, sublinham os trabalhos que eles próprios têm realizado para a contenção da violência. A crítica em relação ao próprio campo de atuação observada no discurso de alguns jornalistas não foi, portanto, igualmente observada nos discursos desses agentes. Pelo contrário, praticamente todos eles valoram positivamente as ações promovidas por eles próprios e/ou por seus pares. De uma forma geral, esses discursos de autopromoção – ou de autoapresentação positiva (VAN DIJK, 2003, 2008) – articulam duas ideias: a de que o problema da violência está mais grave do que nunca e a de que, ao mesmo tempo, os esforços que estão sendo realizados para solucioná-lo estão trazendo bons resultados²²⁸. Por exemplo, o artigo do então ministro do Esporte Orlando Silva começa destacando que há um número crescente de feridos e mortos relacionados à violência no futebol para, em seguida, descrever um conjunto de iniciativas que ele próprio e outras autoridades – como o presidente da República, os Ministérios do Esporte e da Justiça, a Confederação Brasileira de Futebol, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – têm tomado para, nas suas palavras, “[...] garantir mais segurança e conforto aos torcedores nos estádios de futebol.”

²²⁷ Conforme notamos nos artigos de Silvio Torres, de Orlando Silva, de Paulo Castilho, de Romeu Tuma, de Luiz Paulo Teles Barreto e Felipe de Paula e nos dois de Marcos Marinho.

²²⁸ Conforme já observamos na parte II, segundo Becker (2009), essa estratégia discursiva também é usualmente empregada pelas autoridades policiais para justificar a sua função.

Já o artigo do então ministro da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto, e do então secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Felipe de Paula, enfatiza a importância da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 para a sociedade brasileira e a necessidade de rever algumas práticas vigentes em nossas competições desportivas, como a violência. Em seguida, defende que o governo tem iniciado amplo “[...] trabalho na área de segurança e cidadania em eventos esportivos, reconhecendo a importância do esporte na cultura nacional e proporcionando ao torcedor, desde já, um ambiente de paz.” Entre as ações promovidas pelo governo, enfatiza a sanção de lei que alterou o Estatuto do Torcedor e a criação, no Ministério da Justiça, de “[...] um grupo de trabalho para avaliar boas práticas, montar estrutura curricular adequada ao treinamento de equipes de segurança, realizar operações-modelo e detalhar com precisão e precedência o orçamento necessário.”

O artigo “É o fim dos brigões? Por um lado...”, de Marcos Marinho, por sua vez, adota uma dupla estratégia: a de autoapresentação positiva e a de apresentação negativa do outro, sobrepondo ambos os discursos. Ao defender algumas propostas feitas pelo governo – como o cadastro dos torcedores e a punição criminal para quem incitar ou praticar a violência –, o autor comenta que “as mudanças não vão elitizar o futebol brasileiro. É apenas um novo conceito no qual as pessoas precisarão se enquadrar. *Quem é do bem vai aprovar essas medidas* porque isso acaba com aquele torcedor que se esconde. Tenha certeza disso.” (grifo nosso). Este comentário desqualifica aquelas pessoas que divergem do governo e que, por esta razão, podem se transformar num desafio real a ele. Nesse sentido, fica clara a fragmentação por expurgo do outro, visto que a finalidade do autor é desacreditar as forças de oposição.

Também podemos observar essa dupla estratégia na fala de Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro. Ao mesmo tempo em que destaca as coisas boas de si mesmo – colocando-se na condição daquele que “contribui” para a prevenção da violência; que “dialoga” com os torcedores; que “insiste” na convivência e relacionamento respeitoso; e que “ensina” os princípios da democracia e convivência –, o entrevistado aponta para as coisas negativas da gestão anterior, sugerindo que ela era “promíscua” e que essa promiscuidade é “deplorável”.

Mas como dirigente esportivo sou obrigado a conviver, e procurei *dar a minha contribuição* em relação a isso, hoje a torcida do Santos, que continua vibrante como sempre, ela não tem sido objeto de brigas nem no estádio nem fora dele. Se você acompanhar o comportamento das organizadas do Santos desde que a gente assumiu pra cá, inclusive e especialmente na Vila Belmiro, nunca mais houve um conflito, nunca mais houve um confronto,

porque a gente no diálogo com eles insiste nessa tese da convivência, do relacionamento se não afetuoso, pelo menos respeitoso com a convicção do adversário. Acho que isso é ensinar um pouco os princípios da democracia, da convivência, da convivência entre os contrários. [...] Havia também uma certa promiscuidade ancestral no relacionamento dos dirigentes com as torcidas que envolvia dinheiro. Então o mecenato fazia parte da cultura do relacionamento das organizadas com os dirigentes. E nós que sempre deploramos... o clube tem que andar pelas suas próprias pernas, não faz sentido o clube ser objeto da colaboração monetária do dirigente, porque isso dá a ele a sensação de que ele é o dono do clube, e cria um vínculo que não é saudável para uma associação que não tem um dono, os donos são todos os sócios efetivamente.

O discurso de autoapresentação positiva de algumas autoridades públicas também envolve a dissimulação, sendo esta efetuada de duas maneiras. Primeira, passando por cima dos erros e abusos que elas, algumas vezes, cometem. Ou, melhor dizendo, ignorando-os pura e simplesmente. Neste ponto, o artigo de Romeu Tuma é emblemático. Ao mesmo tempo em que afirma categoricamente que “o controle da violência nos estádios deve envolver *toda* a sociedade.” (grifo nosso), o autor cala-se sobre a responsabilidade daqueles que promovem, organizam e coordenam os eventos esportivos. Limita-se a dizer que é preciso educar e conscientizar as pessoas. Nada fala, por exemplo, sobre a violência policial, sobre os horários impostos pela televisão, que dificultam a volta para casa do torcedor, da responsabilidade dos dirigentes desportivos na má conservação da maioria das arenas desportivas do país etc. Aqui, a omissão esconde a (falta de) responsabilidade desses agentes, desviando nossa atenção para apenas parte do problema: o torcedor violento.

Segunda, efetua-se suavizando esses equívocos e abusos. Isto se dá principalmente através do emprego de eufemismos. Tomemos dois exemplos. Paulo Castilho diz que “precisamos de uma Polícia mais especializada, de um promotor só para esses casos, de uma justiça especializada”, ou seja, descreve a incompetência como “falta de especialização”. Já o artigo “Violência sem fim. Por um lado...”, de Marcos Marinho, afirma que “a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e a FPF precisam trabalhar juntas, assim como o Poder Legislativo na aprovação de novas leis” ao invés de falar em desorganização ou desunião dessas instituições.

Ao não exporem sua falibilidade, dirigentes e autoridades se eximem da responsabilidade pelas ações que realizaram ou omitiram. Assim, a avaliação positiva das ações acaba se concentrando nas tentativas de evitar um problema que, possivelmente,

contribuíram para produzir. Conforme discutiremos mais detalhadamente no próximo capítulo, algumas das propostas do Ministério Público e dos Poderes Executivo e Legislativo são duramente criticadas por diversos *claims-makers*.

CAPÍTULO 7

CONSTRUINDO AS SOLUÇÕES

Neste capítulo, descrevemos e analisamos os principais argumentos – explícitos e implícitos – empregados nos materiais discursivos acerca do que deve ser feito para solucionar (ou ajudar a solucionar) o problema da violência envolvendo torcedores de futebol. Esses materiais abordam tanto medidas dispostas no assim chamado novo Estatuto do Torcedor (7.1) quanto outras propostas, tais como o cadastramento nacional de torcedores, a realização de jogos sem torcida visitante e a especialização da polícia (7.2). Antes de discutirmos esses argumentos, é importante reforçarmos que o objeto de análise da primeira parte não é propriamente o referido estatuto, mas sim o que os materiais discursivos dizem sobre algumas medidas previstas nele, isto é, como esses materiais constroem simbolicamente tais medidas e quais argumentos empregam para defendê-las ou criticá-las. Do mesmo modo, o objeto de análise da segunda parte não é propriamente as outras propostas, mas sim o que o é dito sobre elas.

Feito este esclarecimento inicial, cabe observarmos também que vários dos discursos enunciados antes da sanção da Lei 12.299, que modificou o Estatuto do Torcedor, defendem a necessidade de mudar a legislação: “Há 20 anos, todo mundo sabe que a legislação específica é a única medida concreta para diminuir a violência e a sensação de impunidade.” (Paulo Vinicius Coelho). “Hoje, muitos atos violentos de torcedores deixam de ser punidos por não estarem previstos na legislação.” (Romeu Tuma). “Leis mais ágeis são um dos caminhos para você combater a violência diretamente.” (Marcos Marinho²²⁹). “E o país ressentido-se também de leis duras para conter e punir os vândalos, camuflados de torcedores.” (Silvio Torres). “Há tempos é pedida uma legislação específica para o futebol. Nada sai. [...] No dia em que os políticos [...] resolveram atuar em mudanças na legislação criminal, que punam esse [sic.] covardes, o povo agradecerá.” (José Roberto Wright²³⁰).

Outros sustentam que, além de modificar a lei, é preciso aplicá-la corretamente: “Basta que o nosso arcaico código penal seja mudado, que as leis sejam cumpridas, que haja

²²⁹ Em “Violência sem fim. Por um lado...”.

²³⁰ Em “Violência e omissão”.

fiscalização e que a maldita impunidade acabe neste país!” (Benjamin Back²³¹). “Estas propostas do governo são muito interessantes, porém isso resolve apenas parte do problema. [...] O que precisa mudar hoje também é a aplicação da lei.” (Marcos Marinho²³²). “A sugestão é que faça se valer as leis. [...] Enquanto não tiver leis que funcionam e realmente o cara seja punido, a polícia preparada para lidar com o torcedor... [a violência persistirá]” (Tatinho). “As medidas que serão assinadas hoje pelo presidente da República [...] também registram avanços. [...] [Mas] não basta propor, é preciso fazer cumprir. De novas leis, projetos, MPs, portarias e regulamentos, este país está farto.” (Lance!).

Há ainda aqueles que enfocam somente a necessidade de se aplicar as leis já existentes: “[...] as medida [sic.] para identificar os violentos podem ser facilmente impostas com a expedição de ingressos inteligentes e com a eficaz implantação dos lugares numerados, como está na lei. (Juca Kfour²³³). “É questão de cumprir a lei e deixar de passar a bola de lado. (José Luiz Portella²³⁴). “Está aí o Estatuto do Torcedor para ser usado como instrumento de defesa.” (Fernando Santos).

Essa defesa do endurecimento penal – seja através do enrijecimento da lei, seja através de sua aplicação mais rigorosa – é vinculada, em geral, à ideia de impunidade, discutida no capítulo 5²³⁵. A indignação e o trauma produzido pela experiência do medo mais a sensação de que os responsáveis por essa experiência não são devidamente punidos dá lugar a exigência de que medidas sejam tomadas imediatamente²³⁶. Neste ponto, o texto “Violência sem fim. Por um lado...”, de Marcos Marinho, é emblemático. Nele, o autor desenvolve um movimento racional que vai do ser ao dever ser:

²³¹ Em “A violência está na impunidade!”.

²³² Em “É o fim dos brigões? Por um lado...”

²³³ Em “O ministro e as carteirinhas”.

²³⁴ Em “Jogo de cena”.

²³⁵ Embora seja uma tendência predominante nos materiais discursivos, é importante notarmos que essa defesa não é unânime – em especial, entre os acadêmicos. Por exemplo, no artigo “Torcidas-empresas”, Bernardo Buarque de Hollanda escreve que “quase sempre, a pedra de toque para a solução do problema recai na interdição das torcidas, por meio da simples extinção jurídica ou da proscrição dos ‘baderneiros’. Como se isso fosse apenas uma questão de norma – e não, principalmente, de costume –, os decretos vêm redundando em sucessivos fracassos.” Já na entrevista concedida a nós, Heloisa Reis afirma que “[...] infelizmente o que você vê no discurso, principalmente hoje, do Ministério Público – que acho que melhorou muito o trabalho com as torcidas – mas é um discurso apenas punitivo.”

²³⁶ Não é por menos que todos os artigos – “A punição foi justa, mas...”, de Benjamin Back, “A punição ao Coritiba”, de Juca Kfour, e “Que sirva de exemplo!”, de Rodrigo Cerqueira – que abordam às punições dadas ao Coritiba pelos episódios de violência ocorridos em razão do rebaixamento do clube apóiam tais punições.

a impunidade é o que alimenta este tipo de atitude entre os torcedores. Leis mais ágeis são um dos caminhos para você combater a violência diretamente. Nós *precisamos* de medidas efetivas para punir realmente os agressores. [...] O que nós *precisamos* é de um processo investigativo para saber quem estava participando e se existe algum envolvimento das lideranças das torcidas. A Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e a FPF *precisam* trabalhar juntas, assim como o Poder Legislativo na aprovação de novas leis. A alteração do Estatuto do Torcedor vai ser fundamental. (grifos nossos).

A partir das premissas “a impunidade existe” e “ela é o que alimenta a violência” somos levados a concluir que “precisamos de leis mais ágeis”, sendo a alteração do Estatuto do Torcedor um ponto determinante. Aqui, o âmbito do “ser” é o da impunidade, enquanto que o do “dever ser” é o da aprovação de leis mais eficazes. Esse movimento é explicitado ao longo do texto com o verbo auxiliar “precisar”, que constrói textualmente uma “ponte” entre a violência no futebol e sua solução.

Dos discursos enunciados após a sanção da referida lei, quase nenhum critica as modificações realizadas no Estatuto do Torcedor ou aborda a necessidade de se fazer mais modificações na legislação²³⁷. Quatro deles explicitam seu apoio às modificações para depois exigir sua aplicação rigorosa:

se o Estatuto do Torcedor já era bom, agora ficou melhor. [...] Resta fazer pegar. Porque o que virou lei quase oito anos atrás pegou apenas em parte, como o campeonato nacional em pontos corridos, por exemplo, mas, muitíssimas coisas ficaram apenas e desgraçadamente no papel. (Juca Kfour²³⁸).

O Estatuto do Torcedor, a regulamentação da lei – a mesma que pode levar o tal Capitão Léo a ser condenado – é claramente um avanço. Mas, enquanto houver a tolerância irresponsável e demagógica da cartolagem, não há lei que bote ordem na casa. (Luis Fernando Gomes).

²³⁷ Observamos uma crítica em relação a estas modificações somente na entrevista concedida por Pulguinha, que também critica a falta de aplicação do Estatuto. Diz o entrevistado: “um exemplo: a maior lei do futebol é o Estatuto do Torcedor e é comprovado que mais de 50% dos termos e parágrafos não funcionam. Isso é comprovado em tese, em pesquisa, é... e uma das referências disso é uma pesquisa da doutora Heloisa Reis da UNICAMP. Ela tem isso num trabalho vasto no Brasil todo e isso é comprovado. A gente assina isso embaixo como viventes da prática. O Estatuto do Torcedor que é a maior lei que a gente poderia estar trabalhando, ela não funciona 50%. Agora se inseriu a questão da regulamentação das torcidas organizadas, que pra mim tá servindo muito mais de palanque das autoridades pra sociedade num tema... do que para verdadeiras resoluções. Eles tão seguindo a lógica de vamos administrar em cima de punições, de uma linha severa, isso aí é ditatorial, é equivocado. Não vai funcionar. [Há] um grande risco de não funcionar.”

²³⁸ Artigo “Cumpra-se”.

O novo Estatuto do Torcedor, promulgado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste mês, implantará um sistema de tolerância zero aos criminosos que permeiam o futebol. A garantia existe no papel, mas só a fiscalização dos órgãos públicos e sua aplicação pelo Judiciário poderão colocar o esporte brasileiro de forma inédita em padrão de primeiro mundo. (Eduardo Carlezzo).

São elogiáveis as medidas sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aperfeiçoam o Estatuto do Torcedor. [...] É preciso que a legislação seja rigorosamente aplicada – e o quanto antes – para que seus efeitos já estejam integrados ao cotidiano do esporte na Copa de 2014. (Folha de S. Paulo²³⁹).

As constantes referências à lei sugerem uma sobrecarga de expectativas em relação a ela e colocam, de certa forma, a solução da violência no futebol “nas mãos” dos legisladores e daqueles que devem fazer valer as leis, ou seja, dos “criadores” e “impositores de regras”, para utilizarmos as expressões empregadas por Becker (2008). A solução passaria necessariamente por esses agentes, pela burocracia especializada dirigida pelo Estado. Nesse sentido, a solução para o problema social sob análise viria “de cima para baixo”, sem necessariamente envolver as outras pessoas implicadas nele. Perspectiva que parece coincidir, em larga medida, com a ideia moderna de que o combate ao crime deve ser levado a cabo por “especialistas”, isto é, de que tudo o que se necessita é um marco legal abstrato e logicamente erigido e uma resposta reativa ao delito (GARLAND apud AZEVEDO, 2006).

Além das constantes referências à lei, é importante notarmos que, ao discutirem possíveis soluções, vários materiais discursivos evocam experiências realizadas fora do país, promovendo um diálogo entre o que ocorre no exterior e o que ocorre no Brasil. A menção a essas experiências pode ser vista, por exemplo, nos dois editoriais da Folha de S. Paulo e no artigo de Orlando Silva: “A experiência internacional demonstra que o combate à violência nos estádios exige o endurecimento da legislação para punir condutas inadequadas e a adoção de sistemas de monitoramento dos estádios [...]” (Orlando Silva). “A proposta levou em conta a experiência internacional, que demonstrou a necessidade de normas específicas para identificar e punir frequentadores envolvidos em atos de violência.” (Folha de S. Paulo²⁴⁰). “A experiência internacional demonstra que a violência nos estádios se combate com ações

²³⁹ Editorial “Futebol civilizado”.

²⁴⁰ Editorial “Futebol Civilizado”.

convencionais das autoridades policiais e judiciárias e com um mínimo de adaptação nas leis penais.” (Folha de S. Paulo²⁴¹).

No plano léxico, é interessante analisarmos a escolha do verbo “demonstrar”, empregado nos três trechos. Neles, a ação da “experiência internacional” é definida em termos positivos. Implicitamente, quando sustentam que essa experiência “demonstra”, os autores a colocam na condição de “bem-sucedida”, convertendo-a em um modelo a ser seguido. Com isso, a “experiência internacional” é legitimada ao mesmo tempo em que se torna legitimadora – fundamentando aquilo que os autores consideram que deve ser feito no Brasil.

Além do plano léxico, não podemos deixar de mencionar aquilo que é omitido pelos editoriais da Folha de S. Paulo e pelo artigo de Orlando Silva. Em momento algum, esses textos consideram as singularidades socioculturais e econômicas do Brasil e da “experiência internacional”. Sequer informam o leitor sobre onde e quando essa experiência foi realizada²⁴². Tampouco explicam por que ela é bem-sucedida. Afirmam que ela “demonstrou” o que deve ser feito, mas não mostram como demonstrou. Não indicam os critérios utilizados na avaliação dessa experiência nem citam qualquer tipo de fonte. Nesse sentido, o jornal e o ministro fundamentam o argumento na sua própria autoridade. Com isso, tratam o leitor como uma pessoa que deve ser submetida (à sua autoridade) e não como uma pessoa capaz de ser convencida.

Mas se a “experiência internacional” é descontextualizada nos textos supracitados, ela é situada em outros. Tomemos alguns exemplos:

conforme reportagem publicada neste Lance! no dia 10 deste mês, um modelo de segurança que funciona com muita eficiência é o adotado no Amsterdam Arena, estádio do Ajax. Por lá, nada de centenas de policiais dentro dos estádios. Pelo contrário, quase não há. A questão que funciona é a abordagem integrada, um trabalho de cooperação entre clube, polícia, governo e organização do jogo. Esse trabalho tem todo um estudo de comportamento sobre o tipo de torcedor que frequenta o local. Um mapeamento de tudo o que pode acontecer para que as autoridades possam ficar atentas aos baderneiros. Quem pisar na bola, jamais terá outra oportunidade no estádio. Dentro da Amsterdam Arena, um grupo de comissários, chamados Stweards, são os encarregados por dar segurança e todo o tipo de informação aos torcedores. E, acredite, funciona! Dá para imaginar jogos sem policiais nas arquibancadas e/ou nos gramados por aqui?

²⁴¹ Editorial “Todos fichados”.

²⁴² No máximo, podemos inferir que se tratam das medidas implementadas na Grã-Bretanha nos anos noventa, dado que essas medidas são usualmente vistas e citadas como referência.

Pois é, mas é uma tendência que se espalhou por toda a Europa. Além dos Stewards, de toda a abordagem integrada, mapeamento dos torcedores, o medo da punição e o rigor no cumprimento das leis afasta os perigos dos estádios. Baderneiros têm em todos os lugares. Porém, alguns já aprenderam que suas ações podem ter graves consequências com ele mesmo. (Rodrigo Cerqueira).

Muito se usa o exemplo de Europa quando se fala quando se administrou os problemas dos *hooligans*. Administrou, mas é um trabalho permanente, sabemos que é um trabalho que acontece até hoje. Então, na verdade, não é que administrou, criou-se uma política pra combater isso, teve um investimento, né? (Pulguinha).

Por mais que em outras partes do mundo, onde a situação era pior (na Inglaterra, por exemplo), a vontade de resolver o problema tenha resolvido o problema. E sem soluções mágicas, sem proibir ninguém de ir aos estádios, com exceção dos que são pegos cometendo violências e exemplarmente punidos por cometê-las. E como? Com ações inteligentes que começam pela prevenção, que seguem com rigorosa repressão e culminam com severa punição. (Juca Kfour²⁴³).

A transformação ocorrida na Inglaterra é bem marcante. Há vinte anos, o ambiente hostil que resultou em dezenas de torcedores mortos levou o governo a adotar medidas severas que fizeram a paz retornar aos estádios. Eles passaram por uma ampla reforma, com lugares demarcados, ingressos numerados, câmaras flagrando toda a movimentação dentro e imediações dos estádios, os alambrados foram derrubados e decretado o fim dos fossos. E severas punições foram impostas aos dirigentes de clubes que infringissem as determinações. Hoje, o que se vê nos estádios ingleses é o que sonhamos ver no Brasil: famílias inteiras assistindo a jogos de futebol em meio a todo conforto e sem perigo das badernas de desordeiros. (Silvio Torres).

A Inglaterra tinha seus vândalos: os hooligans. Como sempre, uma minoria ativa. E acabou com eles. Hoje, lá assiste-se à futebol sem alambrado. É preciso combater o lado podre. Não, eliminar o doente para extirpar a doença. (José Luiz Portella²⁴⁴).

O primeiro trecho aborda a experiência realizada na Amsterdam Arena; os outros quatro, na Inglaterra. Conforme já destacamos na parte anterior, na década de 1990, alguns lugares da Europa – em particular, a Grã-Bretanha – adotaram políticas de prevenção da violência no futebol que, por um lado, contribuíram para reduzir os incidentes de violência

²⁴³ Em “De quem é a culpa”.

²⁴⁴ Em “Jogo de cena”.

física dentro dos estádios e arredores; mas, por outro, levou a certa pasteurização no modo de torcer, elevou o preço dos ingressos, além de não conter a violência entre torcedores longe dos estádios. Recordemos que, hoje em dia, os *hooligans* têm, inclusive, adotado um visual menos “agressivo” a fim de justamente despistar as forças policiais. Podemos dizer, portanto, que os trechos supracitados, de certa forma, passam por cima das controvérsias mobilizadas pelas experienciais que descrevem e defendem²⁴⁵.

Esse ocultamento pode ser interpretado tanto como o resultado de uma idealização por parte dos autores do que ocorre fora do Brasil – o que indicaria falta de conhecimento da literatura científica internacional sobre o assunto – quanto como uma estratégia consciente de dissimulação dos possíveis aspectos negativos daquilo que defendem. Independentemente de qual tenha sido a causa desse ocultamento, ele reduz a complexidade do problema. Os textos não problematizam as experiências inglesas e holandesas. Tratam-nas como boas sem levantar uma questão central: boas para quem? O principal efeito disto é que, ao só mostrarem os aspectos positivos dessas experiências, reforçam sua legitimidade. Apontar para outra direção, para as controvérsias que elas levantam, certamente, “complexificaria” o problema, no entanto retiraria a “força simbólica” de tais experiências. Ao serem definidas apenas em termos positivos, elas possuem mais chances de serem vistas como justas e dignas de apoio.

7.1 Soluções previstas no Estatuto de Defesa do Torcedor

Entre as medidas dispostas atualmente no Estatuto do Torcedor que foram discutidas pelos materiais discursivos, destacamos, primeiramente, as que versam sobre a penalização das torcidas organizadas (7.1.1). Em um segundo momento, abordamos as que versam sobre a criminalização da incitação e prática da violência, da manipulação dos resultados das partidas e da prática do cambismo (7.1.2). Em um terceiro e último momento, enfocamos as que versam sobre a implementação de planos de ação referentes a transporte, segurança e contingências, que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos (7.1.3).

²⁴⁵ De todos os materiais discursivos, somente a fala da professora Heloisa Reis sinaliza que o hooliganismo ainda existe na Inglaterra, bem como em outros países. Diz a entrevistada, “mas o normal, que você vê no trabalho dos jornalistas, é uma reprodução de um discurso falso, que não tem mais... Tem *hooliganismo* na Inglaterra, tem *hooliganismo* em outros países. Não sei se você viu o documentário, que, aliás, é fantástico, da BBC, da última Copa do Mundo...”

7.1.1 Penalização das torcidas organizadas

Frequentemente percebidas como uma das principais “vilãs” da violência no futebol, as torcidas organizadas constituem o alvo de algumas das propostas para a solução do problema. De alguma forma, a percepção negativa feita dessas torcidas parece mobilizar a formulação dessas propostas. Isto fica particularmente claro no seguinte trecho: “infiltradas e, às vezes, comandadas por verdadeiros marginais, [as torcidas organizadas] acabaram com o sossego do verdadeiro torcedor. Devemos apoiar a desativação desse foco de guerreiros fajutos. Fora, organizadas!” (José Roberto Wright²⁴⁶). Aqui, a solução passa pela desativação das torcidas organizadas; todavia, em geral, os materiais discursivos enfatizam os mecanismos legais que permitem sua penalização – mais exatamente, o capítulo XI do Estatuto do Torcedor. Neste capítulo, o Art. 39-B afirma que essas torcidas devem responder “[...] civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer um dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento.” (BRASIL, 2003, p. 12-13).

Dos materiais discursivos que citam e comentam o tema, a grande maioria posiciona-se favoravelmente à medida²⁴⁷. Entre seus apoiadores, há tanto artigos escritos antes da sanção da Lei 12.299 quanto artigos escritos depois dela. Em relação aos artigos escritos antes, observamos que a legitimação da medida é expressa através da estratégia de racionalização, que, nesses casos, é estruturada formalmente a partir de três proposições, das quais se obtém por inferência uma quarta. Primeiramente, a violência no futebol é construída em termos negativos. Para tanto, alguns textos recorrem à dramatização, estratégia já analisada no capítulo anterior. Depois, as alterações previstas no Estatuto do Torcedor são colocadas na condição de solução do problema. Em seguida, é indicado que, entre outras coisas, essas alterações incluem e preveem a responsabilização civil das torcidas organizadas – levando-nos a concluir que tal responsabilização é positiva. Os trechos abaixo são ilustrativos:

dois fatos especialmente degradantes ocorridos no fim do Campeonato Brasileiro de futebol [...] produziram cenas que chocaram a opinião pública, com repercussão negativa em todo mundo. [...] E o país ressentido também de leis duras para conter e punir os vândalos, camuflados de torcedores.

²⁴⁶ Artigo “Finalmente algo foi feito”.

²⁴⁷ Tal medida é abordada no artigo “Cumpra-se”, de Juca Kfoury, no editorial “Futebol civilizado”, da Folha de S. Paulo e nos artigos de Romeu Tuma, Silvio Torres, Paulo Castilho, José Geraldo Couto, Eduardo Carlezzo e Luiz Paulo Telles Barreto e Felipe de Paula. A entrevistada Heloisa Reis e o entrevistado Tatinho também abordam o assunto. Este último é o único que se posiciona contrariamente à medida.

Legislação para esse fim chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, mas não teve ainda seguimento no Senado. Trata-se do projeto de lei n. 451/95, que resultou do aproveitamento de sugestões contidas em propostas que tramitavam na Câmara. [...] O projeto torna as torcidas organizadas pessoas jurídicas de direito privado. Elas serão responsabilizadas civilmente pelo comportamento de seus associados, assim terão de arcar com os prejuízos que seus sócios causarem em estádios ou em até 5 km de distância. (Silvio Torres).

Mas as arenas, que deveriam ser palcos de emoções, estão se transformando em campos de batalha. [...] Para reverter esse quadro, a Câmara aprovou alterações no Estatuto do Torcedor (PL 82/09) [...] A responsabilidade das torcidas organizadas aumenta com as alterações feitas pela Câmara dos deputados e já aprovadas pela Comissão de Cultura Esporte do Senado, no mês passado. A associação de torcedores passa a responder civil e penalmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos que seus integrantes causarem dentro ou nas imediações dos estádios, inclusive, no trajeto de ida e da volta. [...] A medida punirá aqueles que vão aos jogos apenas para brigar e promover atos de vandalismo. (Romeu Tuma).

Essa questão é muito grave. [...] Com a mudança na legislação, já aprovada no Congresso, vamos aumentar o rigor e o combate à violência. Há um projeto de lei para que seja considerado crime quando o torcedor estiver indo ao estádio portando paus e barras de ferro, como aconteceu. Por esse projeto, a facção pode ser responsabilizada criminalmente ou até banida. (Paulo Castilho).

TODA VEZ que os confrontos entre torcedores terminam em morte, como ocorreu nesta semana em São Paulo, proliferam as soluções salvadoras. [...] O que fazer então? Parto do princípio de que não há solução mágica. [...] Mas algumas mudanças podem e devem ser implantadas o quanto antes. Por exemplo: é urgente que seja aprovada no Congresso a alteração do Estatuto do Torcedor que, entre outras coisas, responsabiliza civilmente as organizadas pelas ações de seus membros. Isso é básico. Se um sujeito com uma camisa da Gaviões ou da Mancha agride ou mata alguém, deve ser preso julgado e punido como qualquer criminoso. Mas, além disso, a entidade a que ele pertence e em nome da qual diz estar “combatendo”, tem que responder à Justiça. (José Geraldo Couto, destaque do autor).

Os artigos publicados depois da Lei 12.299 também legitimam a possibilidade de se penalizar as torcidas organizadas através da racionalização. No caso, eles constroem um raciocínio estruturado formalmente a partir de duas proposições, das quais se obtém uma terceira por dedução. Primeiro, a sanção da referida lei é elogiada ou apresentada como inevitável. Depois, somos informados que, entre outras coisas, ela responsabiliza civilmente essas torcidas pela ação de seus associados. Com isso, somos levados a concluir que essa

medida é positiva. Ou seja, o sentido positivo atribuído ao todo (Estatuto do Torcedor alterado) é simbolicamente transferido para uma de suas partes (responsabilização das torcidas organizadas), justificando-a.

São elogiáveis as medidas sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aperfeiçoam o Estatuto do Torcedor. [...] A reforma do diploma legal supre uma carência da legislação, que não descia a aspectos característicos dos espetáculos esportivos. Em relação às torcidas organizadas, por exemplo, se policiais detivessem um ônibus com torcedores e encontrassem uma bomba caseira, o artefato seria recolhido, mas o grupo estaria livre para entrar no estádio. Com as novas normas, o ingresso será vetado. (Folha de S. Paulo²⁴⁸).

LULA APERFEIÇOOU, no fim do segundo mandato, a primeira lei que assinou no começo do primeiro. Se o Estatuto do Torcedor já era bom, agora ficou melhor. Lacunas que sempre foram usadas para justificar a impunidade dos violentos, foram devidamente preenchidas por artigos rigorosos com quem semeia o medo em estádios e imediações. Banimento dos estádios, prisão, responsabilização das ditas torcidas organizadas, com o cadastramento obrigatório de seus membros, aleluia!, acabaram as desculpas que redundavam em liberdade dos meliantes. (Juca Kfour²⁴⁹, destaque do autor).

Quanto ao eixo legislativo, destaca-se a recente sanção de lei que altera o Estatuto do Torcedor. [...] Não temos dúvidas de que esta é evolução legislativa importante para a melhoria das condições do espetáculo ofertado ao torcedor. Foram propostas medidas abrangentes de prevenção e repressão à violência, que vão de ajustes administrativos a adequações penais. Dentre outras providências, o projeto define as entidades responsáveis pela prevenção da violência nos esportes. O projeto traz o conceito de torcida organizada e delimita sua responsabilidade, redistribui obrigações das entidades envolvidas na organização das competições e estabelece deveres do torcedor no recinto esportivo. (Luiz Paulo Teles Barreto; Felipe de Paula).

Não há alternativa que não a implantação de uma lei de tolerância zero. A Lei nº 12.299 define claramente o que é uma torcida organizada e determina que ela mantenha um cadastro atualizado de seus membros contendo informações necessárias para sua plena identificação. [...] Outra determinação importante concerne à responsabilização civil da torcida organizada, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer um dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas mediações ou no trajeto de ida e volta para o evento. (Eduardo Carlezzo).

²⁴⁸ Editorial “Futebol civilizado”.

²⁴⁹ Em “Cumpra-se”.

Entre os materiais discursivos que criticam a medida, a entrevista de Tatinho é emblemática. Diz o entrevistado:

então a gente bate na tese de que vamos punir o indivíduo, não a entidade. Certo! E hoje em dia eles punem mais a entidade. No momento, hoje, os Gaviões estão punidos. Estão com um problema que teve... supostamente, porque até agora ninguém sabe quem foi, ninguém prova quem foi. [...] Mas, quando eu conheci ele, conheci ele através de um debate, ele colocou um projeto pra ser inserido aí na lei do futebol, no Estatuto do Torcedor, onde tem um parágrafo lá A e B, onde diz que vai punir a entidade quando o torcedor organizado devidamente identificado for pego cometendo um crime. Pô, isso é um absurdo, velho, tá ligado? [...] Pô, por favor, promotor aplica isso aí na política! Se aplicar na política, fudeu, velho! Como é que vai fazer, então? Pegar um cara colocando dinheiro na cueca, vai tirar todo mundo! E na Polícia Militar, então?! Falei pra ele, “promotor, aplica isso aí na polícia, cara!” Primeiro PM que nós pegamos sendo corrupto, ou extorquindo dinheiro nosso, porque a gente paga certos estádios aqui, se a gente não pagar, a gente não entra, certo? A gente já tentou lutar contra isso, mas é difícil. É preferível preservar nossa integridade física, porque, infelizmente, aqui ainda é isso o que acontece. Falei para ele: “promotor aplica isso na PM, cara. Vão fazer uma estátua sua de bronze e vão colocar lá na Paulista ou na Praça da Sé. Porque você vai consertar a política, você vai consertar a Polícia Militar. Agora, porra, mano, o torcedor lá em Ferraz de Vasconcelos, sócio dos Gaviões, de repente faz uma merda lá no dia do jogo, o senhor quer punir a entidade. Pô, está errado. Traz ele para cá, pois a gente tem um estatuto, dentro desse estatuto, a gente tem as nossas punições para ele, ele vai ser excluído da torcida, as autoridades vão punir ele do jeito que tem que ser punido, está resolvido o problema. Eu quero ver esse cara fazer de novo. Eu quero ver o cara fazer de novo. Porque ele vai preso uma vez... na terceira ele não vai [?]”²⁵⁰ Ele vai ficar preso mais tempo.” Então, quer dizer, eu acredito, mano, que depende mais deles do que de nós. A nossa parte a gente faz, a gente tenta fazer, tenta conduzir. A gente erra e acerta, como qualquer um. Mas enquanto eles não enxergarem que tem que depender deles...

Embora os elementos não orais não constituam propriamente nosso objeto de análise, nesse trecho específico é interessante apontarmos tanto para alguns elementos cinéticos quanto para alguns elementos vocais, pois eles são muito indicativos do estado anímico do entrevistado e, conseqüentemente, da importância conferida por ele ao assunto. As palavras foram enunciadas de forma rápida e em um alto volume e foram acompanhadas de

²⁵⁰ Trecho incompreensível.

movimentos e gestos bruscos, sinalizando a indignação do entrevistado com a medida em questão. No plano léxico, essa indignação é expressa, por exemplo, através do emprego repetido de interjeições como “pô” ou “porra” ou, ainda, por meio de expressões como “isso é um absurdo”. É interessante observarmos também a lógica do argumento: a fim de deslegitimar a medida, o entrevistado argumenta que ela não é aplicada em outros setores da sociedade, como política e polícia. Assim, sua injustiça recairia no fato de ela não ser universal. Além da penalização das torcidas organizadas, outra medida prevista no Estatuto do Torcedor bastante discutida pelos *claims-makers* é a criminalização da violência, da fraude desportiva e do cambismo.

7.1.2 Criminalização da violência, da fraude desportiva e do cambismo

O capítulo X-A do Estatuto do Torcedor discorre sobre crimes. Neste capítulo, o Art. 41-B prevê de um a dois anos de reclusão e multa para quem “[...] promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos.” (BRASIL, 2003, p. 13). Todos os materiais discursivos²⁵¹ que citam e comentam o tema – cinco anteriores à sanção da Lei 12.299 e três posteriores – se posicionam favoravelmente à medida, conforme nos indicam os trechos abaixo:

hoje, muitos atos violentos de torcedores deixam de ser punidos por não estarem previstos na legislação [...]. Para reverter esse quadro, a Câmara dos Deputados aprovou alterações no Estatuto do Torcedor [...]. O projeto prevê de um a dois anos de reclusão, além de multa para o infrator. (Romeu Tuma).

E o país ressenete-se também de leis duras para conter e punir os vândalos, camuflados de torcedores. Legislação para esse fim chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, mas não teve ainda seguimento no Senado. [...] São previstas medidas severas: quem promover tumulto, praticar a violência ou portar instrumentos perigosos em eventos esportivos poderá ficar preso por até dois anos. (Silvio Torres).

²⁵¹ O editorial “Uma última chance de agir”, do Lance!, o artigo “Cumpra-se”, de Juca Kfoury, os artigos de Luiz Paulo Telles Barreto e Felipe de Paula, de Romeu Tuma, Sívio Torres, Orlando Silva, Eduardo Carlezzo e a entrevista concedida por Heloisa Reis.

NOS ÚLTIMOS DIAS, os brasileiros tomaram conhecimento de um conjunto de medidas para garantir mais segurança e conforto aos torcedores nos estádios de futebol. São iniciativas que vão contribuir, também, para o cumprimento das providências assumidas com a Fifa (Federação Internacional das Associações de Futebol) para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. [...] A proposta prevê punição para quem promover tumulto, praticar a violência, invadir local restrito aos competidores. (Orlando Silva, destaque do autor).

E está em trâmite no Senado, o PL 082 que prevê a criminalização de atos de violência por indivíduos e pelas torcidas – o que é necessário. É tardio já esse projeto de lei, e a morosidade... (Heloisa Reis).

As medidas que hoje serão assinadas pelo presidente da República – muitas delas defendidas por este LANCE! desde o início de sua existência – também registram avanços. Especialmente no que pese à criminalização e o combate à baderna e aos cambistas, a busca da segurança física dos estádios. (Lance!).

Com base em política criminal que se pretende mais efetiva, o projeto inova ao prever como possível sanção para a promoção de violência em eventos esportivos a pena impeditiva de comparecimento a local em que se realizem competições. (Luiz Paulo Telles Barreto; Felipe de Paula).

Lacunas que sempre foram usadas para justificar a impunidade dos violentos, foram devidamente preenchidas por artigos rigorosos com quem semeia o medo em estádios e imediações. Banimento dos estádios, prisão [...] alelulia!, acabaram as desculpas que redundavam em liberdade dos meliantes. (Juca Kfour²⁵²).

A nova lei, aplicada de forma eficiente, não só tornará as arenas mais bem frequentadas como incentivará a volta das famílias e terá reflexo importante na bilheteria, receita ainda mal explorada pelos clubes. Além das famigeradas organizadas, a nova lei combaterá outras atitudes incoerentes com o nível de excelência que sonhamos para o nosso esporte mais apaixonante. A punição contra torcedores que, por inúmeras razões, não resistem à tentação de poder adentrar ao campo, seja apenas para “aparecer” ou, nos casos mais graves, para agredir jogadores ou árbitros se encaixa na lista de medidas plenamente necessárias. Aos que assim agirem, pena de reclusão de um a dois anos de prisão e multa. (Eduardo Carlezzo).

De um modo geral, tal medida, assim como a responsabilização civil das torcidas organizadas, é legitimada através da estratégia de racionalização, construindo uma cadeia de

²⁵² Artigo “Cumpra-se”.

raciocínio dedutivo similar a um silogismo. Primeiro, as alterações previstas no Estatuto do Torcedor são colocadas como a solução para o problema; depois, é afirmado que, entre outras coisas, elas incluem e preveem a criminalização da promoção do tumulto, da incitação ou prática da violência e da invasão dos locais restritos aos competidores – o que nos leva a concluir que tal criminalização é positiva. Outro ponto comum com a responsabilização em questão é que ela é uma medida que vai ao encontro do afã punitivo predominante nos materiais discursivos. A observação deste afã corrobora, em certa medida, com as análises de Garland (2008) sobre política criminal. Conforme já indicamos na parte II, o autor sustenta que, nos dias de hoje, existe certo consenso em relação à adoção de medidas de caráter punitivo.

A defesa da adoção de tais medidas pode ser observada tanto no discurso de autoridades públicas e dirigentes desportivos quanto no de jornalistas, torcedores organizados e acadêmicos: “Agora, não vamos falar sobre os maus torcedores. Não precisa nem ser dito. Existe, tem que ser pego, punido e excluído da entidade. Pra mim, isso é assunto resolvido.” (Tatinho). “Mas existe antes de tudo a necessidade de se punir rigorosamente os baderneiros, encarcerando e sentenciando, dentro é claro do que está previsto em lei.” (Roberto Assaf²⁵³). “O futebol brasileiro só vai resolver esses problemas quando os dirigentes trabalharem para isso e afastarem os que seguem uma regra básica: não cometemos crimes não para não sermos punidos, mas por ser errado.” (Marcelo Damato²⁵⁴). “Faltam muitas coisas no futebol brasileiro. Uma delas é a punição severa aos responsáveis.” (Rodrigo Cerqueira). “A receita é identificar os baderneiros e bani-los das partidas de futebol – para sempre, nos casos mais extremos.” (Folha de S. Paulo²⁵⁵). “Resta, portanto, já que não se previne, a punição.” (Juca Kfour²⁵⁶).

Os dois últimos trechos nos parecem particularmente interessantes de serem analisados. O penúltimo defende uma pena perpétua – expressa no “para sempre” – que segue a lógica atual de muitos elaboradores de políticas criminais, que pensam a pena como um mero mecanismo de castigo e contenção. Pensamento que difere do paradigma moderno de controle penal, que propõe a aplicação da pena como uma forma de educar e, posteriormente, reinserir o apenado na sociedade (GARLAND, 2008). Já o último trecho legitima a punição sob o argumento de que não há prevenção. Implicitamente afirma que, se houvesse prevenção,

²⁵³ Artigo “Vigiar, enquadrar e punir”.

²⁵⁴ Artigo “É o fim dos brigões? ...Por outro lado...”.

²⁵⁵ Editorial “Todos fichados”.

²⁵⁶ Artigo “Memórias, drogas e violência”.

não seria necessária a punição. Nos artigos “Cumpra-se” e “De quem é a culpa”, Juca Kfourri deixa mais explícita sua posição acerca daquela que pensa ser a solução para a violência no futebol. Nestes artigos, defende a combinação de medidas preventivas, repressivas e punitivas. Escreve no primeiro artigo: “E como? Com ações inteligentes que começam pela prevenção, que seguem com rigorosa repressão e culminam com severa punição.” Escreve no segundo: “Porque faltam inteligência, prevenção, repressão e punição para tratar da violência entre as gangues travestidas de torcedores de futebol.”

Embora a maioria dos materiais discursivos que trata da questão da punição enfoque o torcedor violento e a criminalização de suas ações (violentas), como os trechos supracitados, alguns materiais²⁵⁷ também citam e defendem a criminalização da manipulação dos resultados da partida e/ou da prática do cambismo – ambas previstas no capítulo X-A do Estatuto do Torcedor.

Também estarão sujeitos às penas da lei aqueles que forjarem resultado de competições, manipulando as partidas e tirando o brilho do espetáculo. O cambista, que vende ingressos por preço acima do estampado nos bilhetes, poderá igualmente ser punido, sendo que a pena será agravada caso a prática seja conduzida por dirigentes de clubes. As penalidades previstas no projeto de lei vão de reclusão de seis meses a seis anos. No caso de réus primários, a prisão será substituída por banimento dos estádios. (Orlando Silva).

Por fim, com a vigência destas novas normas, não mais teremos a inusitada e infeliz situação em que os envolvidos no grande escândalo da armação dos jogos do Campeonato Brasileiro de 2005 tenham saído impunes em função da inexistência de uma lei penal aplicável aos respectivos atos por eles praticados, conforme a interpretação feita do poder judiciário. (Eduardo Carlezzo).

[O projeto que altera o Estatuto do Torcedor] traz também alterações no âmbito penal, visando reduzir a violência nos estádios e garantir a idoneidade das competições. Tipifica condutas como a corrupção visando alterar resultado de competição, a fraude nos resultados e a venda de ingressos por preço superior ao estampado no bilhete. (Luiz Paulo Telles Barreto; Felipe de Paula).

²⁵⁷ Os artigos de Orlando Silva, de Eduardo Carlezzo e de Luiz Paulo Telles Barreto e Felipe de Paula, o artigo “É o fim dos brigões? Por um lado...”, de Marcos Marinho e o editorial “Futebol civilizado”, da Folha de S. Paulo.

Passam a ser consideradas crime, que poderá ser punido com prisão e multa, práticas como a manipulação de resultados de jogos, a venda de ingressos por cambistas e a violência promovida por torcedores. (Folha de S. Paulo²⁵⁸).

Agora a organização dos eventos, a estrutura do estádio e outros fatores devem acompanhar também esse progresso ao combate à violência, manipulação de resultados e ação de cambistas em eventos desportivos. (Marcos Marinho²⁵⁹).

Já o artigo “É o fim dos brigões? ...por outro lado...”, de Marcelo Damato, lança dúvida sobre as medidas. Escreve o autor:

o projeto de lei lançado pelo governo para combater cambistas, violência de torcidas e manipulação de resultados é mais um passo nessa [sic.] longo caminho que o futebol brasileiro percorre há 12 anos e quase só tem colhido fracassos: o de acreditar que a lei é capaz de mudar a realidade. Isso não acontece. A lei só funciona quando as pessoas querem que ela funcione. Não adianta pessoas que se acham iluminadas baixar medidas e esperar que todos vão seguir. [...] Deter a manipulação pela mera criminalização é outra quimera. De tudo o combate aos cambistas é o que tem maior chance de funcionar, mas apenas se a PM decidir agir, o que tem acontecido muito raramente. E só serão pegos os cambistas pé-na-rua, não os que trabalham em escritórios e cobram sobrepreço.

Neste trecho, podemos observar mais uma vez a construção de um movimento racional similar a um silogismo. A partir da proposição (explícita) “a lei não é capaz de mudar a realidade” e da proposição (implícita) “a criminalização da manipulação dos resultados e do cambismo será lei”, obtemos por inferência a conclusão: “essa criminalização não irá funcionar”. No plano léxico, essa conclusão é reforçada pela palavra “quimera”, que reveste a criminalização da manipulação dos resultados com a ideia de fantasia, de algo que não possui uma ligação com a realidade. A expressão “cambista pé-na-rua” também reforça essa conclusão, pois nos remete à ideia de que o cambista que será “pego” é aquele que atua na rua e que possui menor importância no sistema de venda ilegal de ingressos. Outro ponto interessante de ser analisado aqui é que a primeira proposição – que afirma que a lei não é capaz de mudar a realidade – vai de encontro à já comentada sobrecarga de expectativas que

²⁵⁸ Editorial “Futebol civilizado”.

²⁵⁹ Artigo “É o fim dos brigões? Por um lado...”.

diversos *claims-makers* possuem em relação ao potencial transformador da legislação. Expectativas depositadas, por exemplo, nos planos de ação.

7.1.3 Elaboração e implementação de planos de ação, emissão de ingressos numerados e agilidade na venda de ingressos

O capítulo V do Estatuto do Torcedor aborda a questão dos ingressos. Neste capítulo, o Art. 20 prevê, entre outras coisas, agilidade e amplo acesso à informação na venda de ingressos, estabelecendo que, “nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, cinco postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.” (BRASIL, 2003, p. 8). Ainda que não cite explicitamente a Lei, Ricardo Mello defende uma melhora no tratamento dado ao torcedor, enfatizando a necessidade de agilizar a venda de ingressos, disponibilizando vários guichês e postos de venda para o torcedor.

Eu acho que também tem uma ação a curto prazo que é você [...] melhorar, de modo geral, o tratamento dado ao torcedor. [...] Ter vários guichês, postos de venda... Esse é um momento, inclusive, em que a violência também está presente. Na hora em que você tem 500 mil pessoas em uma fila única, que fica dez horas ali, aquilo ali, então... Isso é uma coisa de curto prazo, que dá para fazer.

Afirmar que melhorar o tratamento dado ao torcedor produz efeitos em curto prazo contribui, em certa medida, para legitimar a ação. Afinal, de uma forma geral, a urgência em diminuir a violência no futebol é vista como um imperativo. Diferentemente das medidas discutidas anteriormente, a ampliação da agilidade na venda de ingressos não possui um caráter punitivo; pelo contrário, ela visa proteger o torcedor e não castigá-lo. Além dessa observação, é importante notarmos que, ao defender a medida, o entrevistado coloca as longas filas e o longo tempo de espera nelas como uma forma de violência, afastando-se, portanto, de uma concepção estreita do fenômeno, que o reduz à agressão física.

Além de prever agilidade na venda dos ingressos, o capítulo V do Estatuto do Torcedor também determina, no Art. 22, que são direitos do torcedor que “todos os ingressos sejam numerados.” (BRASIL, 2003, p. 8). Em “Este pode ser o ano do torcedor”, Marcelo Damato defende que os ingressos marcados são um avanço, pois atraem “[...] um tipo de

público que se afastou, aqueles que veem o futebol não como religião nem guerra, pelo qual vale a penas [sic.] bater e apanhar, mas como um jogo apaixonante, pelo qual sofrer até que é legal, mas apenas pelo que ocorre em campo.” Tal público, segundo o autor, beneficia o futebol: “felizmente para o futebol, os clubes precisam desses torcedores, porque eles pagam um pouco mais para serem tratados como seres humanos.” Aqui podemos notar uma cadeia de raciocínio veladamente elitista, que faz crer que o torcedor que frequenta os setores populares dos estádios é violento. Afinal, estaria disposto a bater e apanhar pelo seu clube do coração.

Diferentemente de Marcelo Damato e Ricardo Mello, o artigo “Jogo de cena”, de José Luiz Portella, e o artigo “Salve-se quem puder!”, de Fernando Santos, não tratam da questão dos ingressos, mas abordam outra medida de caráter não punitivo presente no Estatuto do Torcedor: a elaboração e implementação de planos de ação. Conforme determina o Ar. 17 do Estatuto, “é direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes à segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.” (BRASIL, 2003, p. 7). Tais planos devem ser elaborados pela

[...] entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão e dos órgãos responsáveis pela segurança pública, transporte e demais contingências que possam ocorrer, das localidades em que se realizarão as partidas da competição. (BRASIL, 2003, p. 7).

Além disto, ele deve ser apresentado “[...] previamente aos órgãos responsáveis pela segurança pública das localidades em que se realizarão as partidas da competição.” (BRASIL, 2010, p. 7). A execução dessa medida é, na perspectiva de José Luiz Portella, de fundamental importância para a contenção da violência. Nas suas palavras: “a principal medida é seguir o Plano de Ação do artigo 17, do Estatuto do Torcedor. [...] Isso já elimina 90% das chances de ocorrências da violência. O resto vem com a excelência da operação no dia.” No entanto, para Fernando Santos, ela não vem sendo aplicada corretamente. Pergunta o autor: “onde está o plano de jogo, o plano de segurança, o plano que garante que cada torcedor irá voltar são e salvo para a casa?”

Seguir tal plano é uma ação basicamente preventiva, visto que ela busca antecipar as condições que podem mobilizar a violência a fim de evitá-la, ou seja, busca gerenciar riscos e reduzir danos. Em vez de perseguir, processar e punir o torcedor violento, aqui o objetivo é

precipitar situações de violência. Para empregarmos as palavras de Garland (2008, p. 370), é “[...] reduzir a oferta de eventos criminosos através da minimização de oportunidades, da intensificação de controles situacionais e da evitação de situações criminogênicas.” Ao defender a adoção de tais planos, Fernando Santos e José Luiz Portella parecem, assim, reconhecer os limites do “modelo punitivista”, sustentado por diversos *claims-makers*. Diferentemente da maioria dos artigos publicados antes da sanção da Lei 12.299, seus textos não pedem por mais leis, por mais punições ao torcedor violento, mas pelo cumprimento de uma medida preventiva por parte daqueles que habitualmente ocupam posições de poder. Aqui o problema não é a lei, mas a incompetência daqueles que deveriam fazer valê-la, daqueles que deveriam organizar a competição esportiva e zelar pela paz.

No plano retórico, é interessante notarmos, no artigo de José Luiz Portella, o uso persuasivo dos números. 90% é uma porcentagem alta, redonda e fácil de guardar. Não há nenhuma fundamentação na afirmação de que a realização de um plano de ação elimina em 90% as chances de ocorrer um episódio de violência. Desta forma, esta porcentagem parece servir, basicamente, como um elemento retórico para convencer o leitor da importância de realizar tal plano. Conforme analisaremos na próxima parte, paradoxalmente, o autor enuncia e denuncia esse uso retórico dos números. No caso, empregado na defesa da redução dos ingressos destinados à torcida visitante – medida esta não prevista na lei.

7.2 Soluções não previstas no Estatuto de Defesa do Torcedor

Entre as medidas que atualmente não estão dispostas no Estatuto do Torcedor e que foram discutidas pelos *claims-makers*, destacamos, primeiramente, a proposta de criar um cadastro nacional de torcedores (7.2.1). Em um segundo momento, abordamos a proposta de restringir ou proibir a presença da torcida visitante (7.2.2). Em um terceiro momento, enfocamos a proposta de criar uma polícia especializada em eventos esportivos. (7.2.3). Em um quarto momento, discutimos a proposta de melhorar a qualificação dos jornalistas esportivos e a de elaborar e aplicar um Termo de Reajuste de Conduta (7.2.4). Em quinto e último momento, centramo-nos nas propostas de ampliar o investimento em cidadania, de fortalecer o diálogo entre as partes envolvidas no debate em torno da violência no futebol e de combater a desigualdade social (7.2.5).

7.2.1 Cadastramento nacional do torcedor

Diversos artigos foram escritos com o debate acerca do cadastramento nacional dos torcedores como “pano de fundo”. Este debate teve grande visibilidade pública em 2009, quando o Ministério do Esporte anunciou a medida dentro de um pacote de ações que visava garantir mais segurança e conforto ao torcedor. Inclusive, um dos editoriais analisados da Folha de S. Paulo foi inteiramente dedicado ao cadastramento, indicando a importância conferida pelos meios de comunicação ao tema. O Ministério do Esporte tinha como intenção inicial colocar a medida em vigor no campeonato Brasileiro de 2010, o que acabou não ocorrendo. Depois de receber diversas críticas, ele decidiu abandonar a ideia.

Dos dez *claims-makers*²⁶⁰ que abordam o assunto, três²⁶¹ posicionam-se favoravelmente à proposta, definindo-a fundamentalmente em termos positivos²⁶². Esta definição ajuda a desviar a atenção do seu aspecto incriminador e potencialmente estigmatizante. Entre os defensores da proposta, destacamos, primeiramente, a fala de Ricardo Mello. Conforme podemos notar no exemplo abaixo, o entrevistado recorre à estratégia da eufemização, descrevendo o cadastramento como “uma possibilidade de conveniência”.

Eu, por exemplo, eu gosto de uma política proposta pelo Governo Federal de você cadastrar os torcedores, não só as organizadas, mas de um modo geral. Inclusive transformar isso em uma possibilidade de conveniência: o cara comprar isso pela internet, numa lotérica, você ter um cartão de torcedor, para que você possa identificar mais facilmente quem está no estádio.

Em outro trecho da entrevista, o conselheiro do Santos relativiza a eficiência da proposta, afirmando que ela, talvez, não vá na “raiz do problema”. Todavia, segue defendendo sua adoção caso fique comprovado que ela resulta em “[...] economia de vidas, economia de incidentes.” Ainda que se mostre consciente da dificuldade de fazer valê-la, Marcos Marinho igualmente obscurece, por meio da eufemização, os aspectos negativos da proposta, descrevendo o cartão torcedor como “algo inovador”. Nas suas palavras: “o cartão torcedor é

²⁶⁰ Marília Ruiz, Ricardo Mello, Orlando Silva, Roberto Assaf (no artigo “Vigiar, enquadrar e punir”), Marcos Marinho (no artigo “É o fim dos brigões. Por um lado...”), Juca Kfoury (no artigo “O ministro e as carteirinhas”), Marcelo Damato (no artigo “É o fim dos brigões? ...por outro lado...”), Benjamin Back (nos artigos “A violência está na impunidade!” e “Cartolas organizados”), Lance! e Folha de S. Paulo (no editorial “Todos Fichados”).

²⁶¹ Ricardo Mello, Marcos Marinho e Orlando Silva.

²⁶² O Lance! parece ser o único a adotar uma postura neutra, limitando-se a afirmar que o cadastramento nacional e a obrigatoriedade da carteira de torcedor são “decisões polêmicas”.

algo inovador. Nenhum país do mundo tem algo parecido. É claro que vai levar tempo, mas é uma ótima proposta.” A interjeição “é claro” reforça a ideia de que o cartão torcedor não trará resultados imediatos. Contudo, quando ele trará, não é especificado pelo autor. Essa falta de especificação poderá vir a servir como um mecanismo de proteção contra cobranças futuras.

Já no artigo assinado por Orlando Silva, a dissimulação e a estratégia da legitimação aparecem sobrepostas. Conforme discutimos no capítulo anterior, nesse artigo, o ministro defende as ações promovidas por ele próprio e por outras autoridades públicas.

NOS ÚLTIMOS DIAS, os brasileiros tomaram conhecimento de um conjunto de medidas para garantir mais segurança e conforto aos torcedores nos estádios de futebol. São iniciativas que vão contribuir, também, para o cumprimento das providências assumidas com a Fifa (Federação Internacional das Associações de Futebol) para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. As medidas buscam atender a justas reivindicações da sociedade, especialmente daqueles que comparecem com frequência aos estádios. Esses querem apreciar o espetáculo e se divertir. [...] No mesmo dia, foi assinado um termo de cooperação técnica entre os Ministérios do Esporte e da Justiça, a Confederação Brasileira de Futebol, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Esse documento estrutura a ação pública no sentido de garantir mais segurança e conforto aos torcedores. O acordo estabelece a instalação de um sistema de controle de acesso e monitoramento do público nos estádios de futebol das séries A e B. Câmeras serão instaladas nos estádios para facilitar o acompanhamento de qualquer eventualidade e acabar com o "anonimato", que, como sabemos, estimula a ação de baderneiros, aumentando a possibilidade de confrontos. Um cadastro nacional de torcedores -simples, desburocratizado e utilizando as tecnologias disponíveis- facilitará o acesso aos estádios e agilizará a compra de ingresso para os jogos. (destaque do autor).

A legitimação é expressa aqui por meio do apelo às regras estabelecidas (pela FIFA) e através do apelo ao caráter universal das medidas. Elas são construídas como se servissem ao interesse de todos: do torcedor, em particular, e da sociedade, em geral. Após legitimar o conjunto das medidas, o autor descreve e defende cada uma delas em particular. Ao tratar do cadastramento e da instalação de câmeras, ele define as medidas como “um sistema de controle de acesso e de monitoramento do público.” A defesa desse controle vai ao encontro da tendência, apontada por Giulianotti (2002) e comentada por nós na parte II, das autoridades públicas de pensar a solução para a violência no futebol através de dispositivos de vigilância “panópticos”. Outro ponto importante é que o autor afirma que o cadastramento será simples e

desburocratizado e – “[...] utilizando as tecnologias disponíveis – facilitará o acesso aos estádios e agilizará a compra de ingresso para os jogos.” – sem, no entanto, explicar como exatamente se dará isso.

Entre os *claims-makers* que criticam a ideia, Benjamin Back sustenta, no artigo “Cartolas organizados”, que o “[...] cadastramento de torcedores não resolve nada e muito menos funciona...” Já no artigo “A violência está na impunidade!”, observa que o cadastramento faz parte dessas “enxurradas de medidas que não resolvem absolutamente nada.” Aqui, podemos observar mais uma vez o emprego da metáfora da natureza. Conforme já discutimos no capítulo anterior, a associação de uma determinada ação com fenômenos da natureza reveste essa ação com as propriedades desse fenômeno. No caso específico das enxurradas, elas possuem a particularidade de serem abundantes, incessantes e repentinas. Também podemos observar que o autor define essas “enxurradas de medidas” em termos negativos, uma que, segundo ele, elas “não resolvem absolutamente nada”. Como ele mesmo as define mais para frente, “são ‘conversa para boi dormir’”. Ou seja, trata-se de uma mentira, de uma lorota. Neste ponto, o autor é taxativo, não justificando, em momento algum, seu ponto de vista. Nesse sentido, podemos dizer que ele impõe ao leitor seu ponto de vista como uma certeza, forçando-o a aceitá-la.

O artigo “Vigiar, enquadrar e punir”, de Roberto Assaf, é outro que critica o cadastramento dos torcedores. No caso, o autor constrói uma cadeia de raciocínio que parte da premissa que os torcedores violentos atuam fora do estádio para, depois, concluir que a medida não atinge seu público-alvo.

Alguém dirá que a proposta do governo de criar, por exemplo, um cadastramento para os torcedores, acabará açambarcando os baderneiros, e que assim eles também serão identificados e depois punidos. Pois é esse, justamente, o xis da questão. Porque são raros os vagabundos que têm interesse em futebol. Muitos deles sequer entram nos estádios, tendo como único desejo promover confusão, nas ruas, em bares, ônibus, trens, ou locais estratégicos, marcados previamente desafiando a tudo e a todos. Logo, de nada adiantará cadastrar 50 milhões de torcedores se os vagabundos continuarem agindo à vontade. Não adianta detê-los, dar-lhes uns cascudos, e soltá-los depois de duas ou três horas.

O artigo “O ministro e as carteirinhas”, de Juca Kfoury, amplia a discussão e aborda também os possíveis usos políticos da medida. O título já é bastante sugestivo, indicando-nos que o corpo do texto relaciona a medida com o seu autor. Analisemos o seguinte trecho:

a carteirinha do torcedor é um bom exemplo. Proposta pelo ministro do Esporte, que, quando presidiu a UNE, fez da carteirinha de estudante uma festa, a do torcedor quer impedir, já no ano que vem, que a sua mãe, raro leitor, possa entrar num estádio brasileiro com capacidade de receber mais de 10 mil torcedores. Isso mesmo. Se a senhora sua mãe quiser ir ao Morumbi, ao Pacaembu, ao Prudentão, só poderá ir se estiver devidamente cadastrada, nos mínimos detalhes, algo que não passa de tola burocracia e, há quem diga na OAB, é até inconstitucional. Ainda mais que as medidas para identificar os violentos podem ser facilmente impostas com a expedição de ingressos inteligentes e com a eficaz implantação dos lugares numerados, como está na lei. Mas estamos em começo de fim de governo e o ministro do Esporte, que passou mais tempo como bajulador de cartolas e como papagaio de pirata, a exemplo de seu antecessor do mesmo PC do B, tem sonhos eleitorais, talvez como senador, ao menos como deputado. É hora, pois, de jogar para a plateia, mas jamais para a torcida, a verdadeira, composta por gente comum, como você. Como num passe de mágica, resolver o problema da violência em torno do futebol que assola o país, de norte a sul e de leste a oeste, entrou na ordem do dia. Coisa séria, para valer, mesmo que tardiamente, quase não há, porque coisa séria, para valer, é artigo com o qual não se trabalha.

O autor recorre aqui às estratégias de racionalização e do expurgo do outro para defender o seu ponto de vista. Estratégias que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Começemos pela análise da última: o expurgo do outro é expresso nas críticas feitas ao ministro – que abarca tanto o seu passado como presidente da UNE quanto a sua recente atuação no Ministério do Esporte. No plano léxico, essa estratégia envolve a escolha das expressões como “bajulador de cartolas” e “papagaio de pirata”. Segundo o dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001), bajulador é aquele lisonjeia a fim de obter vantagens. Já “papagaio de pirata” é um termo coloquialmente empregado para se referir às pessoas que buscam aparecer na TV, ficando atrás de jornalistas, quando estes estão fazendo uma matéria, ou seja, refere-se àquelas pessoas que querem aparecer a qualquer custo. Como um efeito em cadeia, essa caracterização (negativa) feita do ministro contagia (negativamente) suas ações. Mais exatamente, contagia o cadastramento nacional de torcedores, que é descrito como sendo uma encenação. Ideia esta mobilizada, por exemplo, quando o autor afirma que essa proposta “é jogar para a plateia” ou quando afirma que ela surge como num “passe de mágica”.

A estratégia de racionalização é expressa no apelo feito pelo autor à possível ilegalidade da proposta: “[...] há quem diga na OAB, é até inconstitucional.” Conforme sustenta Webber (apud THOMPSON, 2000), o apelo às regras dadas é um tipo de fundamentação sobre o qual uma afirmação de legitimidade pode estar baseada. A sentença seguinte – “ainda mais que as medidas para identificar os violentos podem ser facilmente impostas com a expedição de ingressos inteligentes e com a eficaz implantação dos lugares numerados, como está na lei” – reforça a crítica ao cadastramento, persuadindo o leitor de que a aplicação da lei já é suficiente. Esse apelo à ilegalidade da proposta também pode ser observado no texto “É o fim dos brigões? ...por outro lado...”, de Marcelo Damato, e no editorial “Todos fichados”, da Folha de São Paulo. “O cadastramento dos torcedores foi tentado muitas vezes e nunca funcionou. E já há forte questionamento sobre sua legalidade.” (Marcelo Damato). “[...] Barrar a entrada de uma pessoa num evento público porque ela não tem um ‘cartão de torcedor’ parece abertamente inconstitucional.” (Folha de S. Paulo).

O editorial supracitado também procura deslegitimar o cadastramento dos torcedores colocando em dúvida sua viabilidade financeira e a lisura do investimento. Analisemos o seguinte fragmento:

QUANDO CARTOLAS e autoridades se reúnem para promover uma Copa do Mundo no Brasil, ao cidadão, em especial na condição de contribuinte, é recomendável dose extra de desconfiança. [...] Implementar o cadastro nacional, imprimir milhões de cartões magnéticos e instalar catracas "inteligentes" nos estádios não é barato. Mas o governo promete que a carteirinha sairá de graça – para o torcedor. Pretende destinar dinheiro dos impostos à aventura? Que suspeitos de sempre serão beneficiados com o monopólio da impressão de carteirinhas e outras facilidades? (destaque do autor).

Podemos notar aqui o emprego da estratégia do expurgo do outro, na qual dirigentes desportivos e autoridades públicas são construídos como um outro que está ameaçando a sociedade como um todo. Esta oposição é sobreposta à ideia de corrupção, de tal modo que os dirigentes e autoridades são identificados como corruptos potenciais. Enquanto a escolha das palavras “desconfiança”, “aventura” e “suspeitos” mobilizam a ideia de perigo; as palavras “beneficiados” e “facilidades” sugerem a ideia de vantagem indevida. Também é interessante observarmos o emprego da palavra “sempre”, que mobiliza a ideia de rotina ao mesmo tempo

em que expressa certo fatalismo, sugerindo uma imutabilidade da situação de corrupção e, também, de impunidade no país²⁶³.

Além do problema da corrupção, o editorial argumenta que a proposta em questão não possui fundamentação suficiente: “ao que consta, contudo, poucos se puseram a verificar se, para atingir a pacificação nos estádios, é mesmo necessária tamanha elucubração cibernética.” Outro argumento empregado para criticar a proposta é que ela “[...] inverte a lógica: em vez de fichar apenas os suspeitos, os torcedores violentos, ficham-se todos.” De alguma forma, este argumento já está expresso no título do texto – “Todos fichados” –, parecendo constituir sua macroproposição central. Esta macroproposição enuncia e denuncia a unificação dos torcedores na condição de pessoas potencialmente perigosas. Unificação que estigmatiza o torcedor criminalizando-o. Ao posicionar-se contra essa criminalização, o jornal oferece ao leitor um discurso alternativo ao do controle panóptico do Estado sobre o cidadão.

O artigo de Marília Ruiz é outro que se posiciona contra esse controle. O terceiro parágrafo do texto é particularmente interessante para analisarmos como a autora constrói esse posicionamento. Escreve ela:

assunto [violência] que foi elevado a problema nacional pela “invenção” do cadastro NACIONAL dos torcedores. Isso, cadastramento das organizadas, dos não organizados, dos malandros, dos padres, dos vândalos e também da minha vó Cida. Não, não é a solução. Nem quem pensou no documento milagroso. (destaque da autora).

O uso das aspas na palavra “invenção” indica que o termo está sendo utilizado de modo aproximado. Já a grafia em caixa alta da palavra “nacional” serve para destacá-la, indicando a abrangência da medida, que é criticada na frase seguinte. Tal crítica é mobilizada, sobretudo, através da interjeição “isso”, que exprime a indignação da autora com a interligação de pessoas e grupos sociais tão distintos e estabelece um diálogo com o leitor denotando um “é isso mesmo, você não entendeu errado...” Essa crítica é explicitada na

²⁶³ Se o editorial “Todos fichados” relaciona a proposta de fazer um cadastramento nacional de torcedores com a corrupção, o artigo de Tostão limita-se a sustentar que a corrupção é uma das causas das irregularidades que ocorrem no país. “No Brasil, as irregularidades são mais frequentes, por causa da impunidade e da prática disseminada do jeitinho brasileiro.” Além de não tecer maiores considerações sobre o assunto, o autor refere-se à corrupção através do eufemismo “jeitinho brasileiro”. Com isso, faz crer que ela é parte constitutiva da “natureza” do brasileiro. Ideia que carrega alta carga de preconceito e retira a responsabilidade moral dos agentes corruptos. Afinal, se todos nós somos corruptos, a pilhagem é só uma questão de oportunidade.

sentença seguinte: “Não, não é a solução.” Em seguida, o emprego da metáfora “documento milagroso” ironiza a medida. Embora aqui a autora não empregue as aspas, a partir do que foi dito anteriormente, compreendemos que o sentido conferido ao documento é figurado. Mais concretamente, que ele é o oposto ao modo como o documento é definido, ou seja, que a ideia de “milagre” não pode ser aplicada.

Se o cadastramento nacional dos torcedores acabou não sendo implementado, as torcidas organizadas passaram a ser obrigadas a manter um cadastro atualizado de seus associados pelo novo Estatuto do Torcedor. De acordo com o Art. 2o-A,

[...] a torcida organizada deverá manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações: I - nome completo; II - fotografia; III - filiação; IV - número do registro civil; V - número do CPF; VI - data de nascimento; VII - estado civil; VIII - profissão; IX - endereço completo; e X - escolaridade. (BRASIL, 2003, p. 1).

Tal obrigatoriedade foi citada e defendida por um artigo, o de Romeu Tuma. Escreve o autor: “o texto prevê que essas organizações [torcidas organizadas] deverão manter o registro atualizado com dados pessoais, fotos, endereço e grau de escolaridade. A medida punirá aqueles que vão aos jogos apenas para brigar e promover atos de vandalismo” (Romeu Tuma). Da mesma forma que o cadastramento nacional de torcedores, essa medida parece mobilizar uma mensagem estigmatizante: essas pessoas são potencialmente perigosas. Além disso, transfere, de certo modo, a responsabilidade da prevenção da violência para as torcidas organizadas, obrigando-as a vigiar e controlar a ação de seus associados.

O fato de essa obrigatoriedade praticamente não ter sido comentada nos materiais discursivos, não provocando as mesmas críticas feitas ao cadastramento nacional dos torcedores, parece ser um indicativo de que, de um modo geral, os *claims-makers* não consideram os torcedores organizados pessoas com os mesmos direitos do que os outros torcedores. A “inversão da lógica” enunciada e denunciada pelo editorial “Todos fichados” parece ser aceita quando aplicada aos primeiros. Em certa medida, isso parece ser o resultado da estigmatização sofrida por esses torcedores.

Conforme já analisamos na parte I, o estigma atribui às pessoas e aos grupos sociais estigmatizados a condição de não serem completamente humanos (GOFFMAN, 1988). Ou

seja, ele desumaniza e, ao desumanizar, subtrai direitos dos desumanizados. Nesse sentido, o estigma imputado ao torcedor organizado ao mesmo tempo em que “deteriora” a “identidade social” desse torcedor, autoriza o exercício do controle sobre ele. Mais concretamente, legitima a aplicação de normas especiais sobre eles, consagrando a violação do princípio constitucional da igualdade. Estigma este que parece, em certa medida, também sustentar a proposta de restringir ou proibir a presença da torcida visitante.

7.2.2 Restrição ou proibição da presença da torcida visitante

Conforme notamos na parte II, no Brasil e em alguns outros países, vêm ocorrendo um aumento progressivo da restrição à presença da torcida visitante, principalmente em jogos considerados de risco, como os clássicos. Duas medidas que têm sido discutidas – e que, inclusive, já foram adotadas em alguns jogos – são a realização de jogos com apenas 5% da torcida visitante e a realização de jogos com a presença apenas da torcida do clube mandante. Neste caso, a torcida visitante ficaria proibida de entrar nos estádios. Em comum, ambas as medidas pressupõem que o torcedor visitante é um problema e, embora sejam basicamente preventivas, uma vez que sua finalidade é impedir o encontro entre torcedores adversários, elas também podem ser interpretadas como medidas punitivas. Afinal, diminuem (no caso da primeira) ou retiram (no caso da segunda) a liberdade do torcedor de acompanhar seu clube nos jogos fora de casa.

De qualquer forma, independentemente da interpretação feita, elas seguem uma tendência mundial de pensar e combater o delito. De acordo com Garland (2008), o pensamento criminológico do pós-guerra compreendia o delito como o resultado de privações – seja de uma educação adequada ou de uma socialização familiar satisfatória ou de oportunidades de trabalhos ou de um tratamento apropriado de uma disposição psicológica “anormal” – enquanto que atualmente compreende-se o delito, sobretudo, como o resultado de um controle social inadequado. O delito seria, assim, uma decorrência de “oportunidades delitivas” ou de “situações de crime”. Situações geradas, por exemplo, pelo encontro de torcidas adversárias.

Dado que atualmente as torcidas visitantes – principalmente em jogos considerados de risco – são constituídas em boa parte por torcedores organizados, essas medidas parecem visar principalmente a esses torcedores. Isso fica particularmente claro no artigo “Jogo de cena”, de

José Luiz Portella, quando o autor afirma que é um equívoco “[...] crer que, ao forçar o jogo de uma torcida, você punirá as organizadas e os dirigentes de clubes e de federações, expondo-os ao ridículo.” Especificamente em relação à proposta de realizar jogos com uma única torcida, esta é citada e comentada por treze artigos²⁶⁴, sendo criticada pela maioria deles²⁶⁵. Desses treze artigos, alguns também abordam e criticam a medida de destinar apenas 5% dos ingressos à torcida visitante²⁶⁶. Esta última proposta também é objeto de análise do entrevistado Ricardo Mello:

Eu acho que, ainda que paliativa, porque ela não vai talvez na raiz, mas do ponto de vista da sua praticidade, eu acho que você reduzir a torcida visitante tem uma função sim, porque é mais fácil você controlar a chegada e a saída do estádio, que é um momento crítico onde a violência acontece. Então, de alguma forma, acho que é mais fácil você criar política... A polícia criar políticas para controlar multidão. Quando você está falando de cinco mil torcedores que [...] e não de trinta contra trinta. Então acho eu essa é uma política...

Embora se mostre consciente de que a resolução do problema é mais complexa do que a redução da torcida visitante e que esta medida é “paliativa”, o entrevistado a justifica afirmando que é mais fácil controlar cinco mil do que trinta mil pessoas. No momento seguinte da entrevista, afirma que se “tiver um efeito prático comprovado”, ela deve, de fato, ser adotada. Para José Luiz Portella, o problema reside justamente nessa falta de comprovação. Escreve ele: “não existe estudo, nenhuma base científica ou experimental para afirmar que 5% não dão problema. É um baita chute!” O emprego da expressão “baita chute” reforça a falta de fundamentação da proposta.

Marcelo Damato, em “Regra dos 5% pune os bons e atrai encrenca”, desenvolve outra crítica. Para ele, essa medida “[...] estigmatiza tanto os torcedores que afasta as boas pessoas e transforma o estádio num templo de fanatismo, no pior sentido da palavra.” Assim, conforme o título do artigo já sugere, ao invés de diminuir a ida de torcedores violentos aos estádios, ela

²⁶⁴ Pelos artigos de Paulo Castilho, Mauro Beting, Clóvis Rossi, Marília Ruiz, José Geraldo Couto, Xico Sá, pelos dois artigos de José Luiz Portella, pelo artigo “Regra dos 5% pune os bons e atrai encrenca”, de Marcelo Damato, “A violência que alimenta”, de Juca Kfour, “A violência está na impunidade!”, de Benjamin Back, “Violência sem fim. Por um lado...”, de Marcos Marinho, e “Cartolas organizados”, de Benjamin Back.

²⁶⁵ Pelos artigos de Clóvis Rossi, Mauro Beting, Marília Ruiz, José Geraldo Couto, Xico Sá, pelos dois artigos de José Luiz Portella, e pelos artigos “A violência que alimenta”, de Juca Kfour e “A violência está na impunidade!”, de Benjamin Back.

²⁶⁶ Os artigos de Clóvis Rossi, Marília Ruiz e os artigos “Regra dos 5% pune os bons e atrai encrenca”, de Marcelo Damato, e “Jogo de cena”, de José Luiz Portella.

teria até incentivado. Consequentemente, o efetivo policial não teria sido reduzido; pelo contrário, em alguns casos, teria sido ampliado. Diante disso, ele conclui que “se é para gastar mais, manter ou até acirrar o clima de guerra e beneficiar aqueles torcedores dispostos a matar ou morrer pelo seu time, então é melhor transformar esse 5% em zero e fazer jogos de uma torcida só.”

Notemos que esta conclusão coloca implicitamente os torcedores visitantes – que frequentam jogos em que apenas 5% dos ingressos são reservados a eles – na condição de assassinos potenciais (estariam “dispostos a matar”). Além do mais, os coloca na condição de “beneficiados”, como se ficar territorialmente confinado num espaço geralmente delimitado por altas grades, atravessados por portões que muitas vezes são abertos somente uma hora depois de o jogo terminar, sob vigilância permanente por parte de uma autoridade exterior, fosse um favorecimento²⁶⁷. Ao descrever uma situação negativa em termos positivos, o autor recorre aqui à estratégia da eufemização. Também podemos afirmar que, em certo sentido, ele legitima os “jogos de uma torcida só” ao sugerir que esta medida é melhor do que a que tem sido adotada.

A realização desses jogos, todavia, é criticada por outros *claims-makers* por negar a possibilidade de convivência entre torcedores adversários. Os trechos abaixo são ilustrativos:

também não é solução confinar torcidas visitantes. Pior: não é a solução de ignorar a existência dos torcedores rivais em “jogos de uma torcida só”! É o fim do que s-i-g-n-i-f-i-c-a clássico. É o fim da rivalidade (não da animosidade!). É o fim da graça de entender por que o amor pode ser alvinegro ou alviverde (ou de qualquer outra cor). É literalmente o fim. Agora só falta inventar o clássico W.O. (Marília Ruiz).

Sou totalmente contra jogo de uma torcida só. É a negação do espírito do esporte: competição com convivência. Só o adversário dá sentido à disputa. (José Luiz Portella²⁶⁸).

Está em discussão o veto ao que é uma das maiores graças do futebol, a possibilidade de gozar o torcedor adversário (sou pré-antigo, do tempo em que havia apenas adversários, não inimigos como hoje). Refiro-me à ideia

²⁶⁷ É interessante notarmos que os espaços reservados para os torcedores visitantes guardam, hoje em dia, consideráveis semelhanças com os guetos, descritos e analisados por Wacquant (2003). Afinal, assim como os guetos, esses espaços servem de “gaiola”, por assim dizer, para um grupo socialmente percebido como perigoso.

²⁶⁸ Artigo “Jogo de cena”.

de limitar a apenas 5% a venda de ingressos aos torcedores do time que não é mandante da partida. Se é que não se vai chegar à proibição total da presença de mais de uma torcida no mesmo estádio. Significa o seguinte: desistimos de conviver com o "outro". É preciso bani-lo, como fazem vários países com os imigrantes ilegais. Aqui, ilegais somos nós mesmos, se torcemos para o Corinthians e jogamos no Morumbi ou se torcemos para o São Paulo e jogamos no Parque Antártica. (Clóvis Rossi).

Os autores fundamentam aqui sua oposição às propostas na ideia de que a convivência com o diferente (torcedor adversário) é desejável. Nesse sentido, a convivência é definida em termos positivos e a fragmentação em termos negativos. O último trecho constrói, inclusive, uma analogia com a situação dos imigrantes ilegais e com o modo como eles são tratados. Através dela, o autor transfere simbolicamente a condição (negativa) desses imigrantes para o torcedor. É interessante notarmos que essa defesa da convivência está em sintonia com a Carta Internacional da Educação Física e Desportos das Nações Unidas, de 1978. Entre outras coisas, esta destaca que o esporte deve promover a aproximação entre os povos e as pessoas, assim como a solidariedade e a fraternidade, o respeito e a compreensão mútuos (UNESCO, 1978)²⁶⁹.

José Geraldo Couto é um dos autores que criticam a proposta de proibir a presença da torcida visitante. Para ele, essa ideia é “[...] antes de tudo burra, porque os combates não costumam ocorrer dentro dos estádios, mas em ruas, praças, estradas, estações de metrô. Com a restrição, prosseguiriam ocorrendo, talvez até mais acirrados.” O autor constrói aqui uma cadeia de raciocínio que envolve dois argumentos para fundamentar o seu ponto de vista. O primeiro sustenta que a medida não é o meio mais adequado para acabar com as brigas; enquanto que o segundo sustenta que ela pode trazer resultados (negativos) inesperados. A partir das definições estabelecidas de eficiência e eficácia no tópico 5.1.2, podemos dizer que o autor deslegitima a proposta apontando tanto para sua ineficiência (primeiro argumento) quanto para a sua ineficácia (segundo argumento).

Já Juca Kfoury, no artigo “A violência que alimenta”, ironiza a medida:

²⁶⁹ Assim, ao invés de afastar as torcidas rivais, talvez fosse o caso de aproximá-las. A partir de três experimentos distintos, realizados nas décadas de 1940 e 1950, com crianças entre 11 e 12 anos, Muzafer Sherif (1974) já nos indicava que uma possível solução para a violência e hostilidade entre grupos rivais seja a produção de metas supra-ordenadas, ou seja, metas que possam ser alcançadas somente através da cooperação entre os grupos. Segundo o autor, ao cooperarem entre si, grupos rivais tendem a aproximarem-se uns dos outros e a se hostilizarem cada vez menos. Estratégias de aproximação, que estabeleçam situações de cooperação entre torcidas rivais, foram, contudo, sistematicamente ignoradas pelos *claims-makers*, que não abordaram o tema, exceto alguns dirigentes de torcidas organizadas.

e a PM paulista, junto com a competente autoridade do Ministério Público, passa a defender jogos com uma torcida só. Mas para um ônibus com corintianos no trajeto de mais de uma dezena de ônibus com vascaínos. Só pode ser por gosto, pois ninguém será capaz de convencer um observador isento que um ônibus com mulheres dentro, prepare uma emboscada nem para outro ônibus, que dirá para mais dez.

O uso da conjunção “mas” contrasta a ideia de que o Ministério Público é “competente” com o episódio descrito. Tal contraste serve para indicar ao leitor que o Ministério Público é, na verdade, o oposto da forma como é definido, ou seja, que a ideia de “competência” não pode ser aplicada a ele. A expressão “só pode ser por gosto” reforça a ironia.

O artigo “A violência está na impunidade!”, de Benjamin Back, por sua vez, afirma que “[...] a sugestão de realizar os clássicos com apenas a torcida mandante é assinar a própria sentença de incompetência, é atestar que jogar a poeira para debaixo do tapete é a melhor solução. Triste!” Com a expressão “jogar poeira para debaixo do debate”, o autor indica que tal sugestão mascara o problema, não o resolvendo de fato. Já com a sentença final “Triste!”, expressa seu desejo de que as coisas fossem diferentes. O artigo de Marília Ruiz apresenta argumento muito semelhante, além de expressar o mesmo sentimento. Escreve a autora:

é a definitiva e conclusiva admissão da incompetência dos cartolas que se metem em coletivas cheias de nhenhêném, a cada seis meses, quando são apresentadas ‘propostas para paz nos estádios’. É a definitiva e conclusiva admissão de que somos animais irracionais. É a instituição do ‘estado de natureza’ puro – estado anterior à constituição da sociedade civil. ‘É o homem lobo do homem’, de Thomas Hobbes. É triste. Muito triste.

Neste trecho, a autora se coloca claramente na condição de sujeito da tristeza enunciada, indicando que essa enunciação coincide com a sua voz. Além dela, é possível “ouvirmos” outras vozes, que são evocadas para realizar funções diversas. Notemos que a expressão “propostas para paz nos estádios” é colocada entre aspas, o que marca a sua alteridade. Quem diz que aquilo que é proposto constitui uma proposta para paz nos estádios (e não outra coisa) não é a autora, mas sim um outro – os “cartolas”, no caso. Ao marcar essa

alteridade, a autora indica que não assume completamente a responsabilidade pelo enunciado, questionando a adequação de tais propostas. Nesse sentido, podemos interpretar a colocação das aspas aqui como uma estratégia de expurgo das referidas propostas. Notemos também que, no trecho acima, há ecos da fraseologia filosófica: “animais irracionais”, “estado de natureza”, “homem lobo do homem”, são algumas expressões características do vocabulário desse campo do saber. A autora repete e se apropria dessas expressões, integrando ao seu discurso a voz do filósofo Thomas Hobbes, citado explicitamente no final do texto. Ao fundir a voz deste último com a sua, a autora insinua que domina um discurso prestigioso, construindo para o leitor uma imagem de si mesma como erudita, o que ajuda a legitimar seu ponto de vista.

O artigo de Xico Sá igualmente critica a ideia de se realizar jogos com uma torcida só ativando uma diversidade de vozes interessantes de serem analisadas.

AMIGO TORCEDOR , amigo secador, é triste, mas São Paulo, terra de muito samba, choro e rock'n'roll, está virando o túmulo do futebol. Foi a primeira a proibir cerveja, depois proibiu batucada, bandeiras... E, de tanto proibir, fez dos clássicos os incríveis jogos de uma só torcida. Palmas! O pior: tantas proibições só proibiram a alegria, a prova dos nove do velho Oswald, o maior colunista de esportes da história paulistana (vide o jornal "O Homem do Povo"), e nada de proibir a dita cuja, a violência, essa dama bruta que toca o terror e sempre aparece travestida de velha da foice. [...] Pelo menos uma boa lição disso tudo aprendemos: proibir não é o caminho, não adianta, talvez o segredo esteja no seu contrário. Em liberar geral, como na mais sensata, e ainda utópica, política antidrogas. Vigiar e punir, essa obsessão barata, nunca foi o truque, só provocou mais desgraças mundo afora. (destaque do autor).

De partida, o autor inclui o leitor no texto de forma pessoal e afetiva, chamando-o de “amigo”. Com isso, busca sua cumplicidade, para envolvê-lo no seu ponto de vista. Ponto de vista explicitado em seguida: de tanto proibir, São Paulo estaria virando o “túmulo” do futebol²⁷⁰. O substantivo “túmulo” é empregado metaforicamente e mobiliza a ideia de morte. “Morte” do “futebol-alegria”, do “futebol-festa”. O adjetivo “triste”, usado para se referir a essa “morte”, serve para defini-la em termos negativos. A descrição feita de São Paulo – “terra de muito samba, choro e rock’n’roll” – evoca implicitamente a música “Meu caro

²⁷⁰ É interessante notarmos que os artigos “Risco ou só alegria?...por outro lado...”, de Aurélio Miguel, “Quem tem medo do Jason?”, de Valdomiro Neto, e “O problema não está no Jason”, de Benjamin Back, empregam argumento similar para criticar o veto, em 2009, da Polícia Militar paulista à entrada de são-paulinos com a máscara do Jason nos estádios do estado. Basicamente, os três artigos argumentam que as autoridades públicas paulistas têm acabado com o carnaval nas arquibancadas, deixando-as mais frias e sem graça.

amigo”, de Chico Buarque, e reforça a ideia de que, assim como no período da ditadura militar, tema abordado nessa canção, hoje, o futebol se encontra marcado por restrições e proibições: já não se pode beber cerveja, fazer batucadas, levar bandeiras...

Proibições que são ironizadas pelo autor na sentença seguinte, quando ele pede “palmas” para a realização de clássicos com uma torcida só. Tal pedido contrasta com aquilo que é dito até então, sugerindo que ele deve ser interpretado de modo figurado. Mais concretamente, como um absurdo. Se, num primeiro momento, o autor evoca outra voz (a de Chico Buarque) para fundi-la com a sua; na construção dessa ironia, ele ativa um enunciário virtual – espécie de *alter ego* –, do qual não se faz responsável, para ridicularizá-lo (BLANCAFORT; VALLS, 2008). A ironia serve aqui, portanto, como um recurso para expurgar a medida. Além da ironia, o autor emprega a estratégia da sinédoque ao afirmar que São Paulo “foi a primeira a proibir cerveja, depois proibiu a batucada, bandeiras...” Quem, concretamente, realizou tais proibições não foi São Paulo, mas sim algumas autoridades de São Paulo. Nesse sentido, o autor usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte.

Após o pedido de palmas, o autor evoca explicitamente o escritor Oswald de Andrade e desenvolve aquela que consideramos a macroproposição central do texto: proibir não é a solução. A proibição serviria somente para acabar com a alegria, não impediria a violência. Ela, portanto, não é o caminho, eis a lição que “[...] disso tudo aprendemos.”, afirma ele. Notemos que, aqui, o verbo “aprender” é empregado na primeira pessoa do plural, universalizando o aprendizado. Não foi somente o autor quem aprendeu, mas todos nós. Com isso, a aprendizagem ganha a legitimidade de um saber coletivo.

No final do trecho, o autor apresenta uma possível solução: “liberar geral”. Esta aparece como uma decorrência lógica de seu raciocínio: se proibir não é o caminho, “[...] talvez o segredo esteja no seu contrário.” O advérbio “talvez” relativiza o ponto de vista do autor. Ele não é apresentado como o único possível, mas apenas como uma possibilidade. Já o substantivo “segredo” coloca a solução no lugar daquilo que está oculto e que, por isso, deve ser revelado. Nesse sentido, há uma reificação da solução, afinal ela é tratada como uma coisa, que ainda não foi descoberta. Outro ponto interessante de ser analisado é o paralelo feito com a política antidrogas, definida como “[...] sensata, e ainda utópica.” O adjetivo “sensato” indica o juízo favorável do autor a tal política, enquanto que o advérbio “ainda” situa o aspecto “utópico” da medida no tempo. Na frase final, o autor novamente faz coincidir

uma outra voz com a sua – a de Michel Foucault. Esta serve para revestir o seu argumento de legitimidade e expressar a “moral da história”.

Entre os que defendem a proposta de jogos com apenas a torcida mandante, destacamos, primeiramente, o artigo “Cartolas organizados”. Nele, Benjamin Back começa afirmando que mudou de posição em relação ao assunto²⁷¹: “nunca fui a favor de que os clássicos tivessem apenas uma torcida, no caso, a do mandante. Mas, infelizmente, mudei de opinião.” O advérbio “infelizmente” sugere que o autor lamenta a própria mudança de opinião, justificada linhas depois: “Pois é... como nada do que foi feito até hoje deu resultado, então que nos clássicos apenas uma torcida entre no estádio. Se não resolver, em breve será melhor jogar com os portões fechados! O que, diga-se de passagem, do jeito que andam as coisas...” Aqui, ao mesmo tempo em que nega qualquer resultado positivo no combate à violência no futebol, o autor evoca certo fatalismo, sugerindo que as coisas não vão mudar.

O artigo “Violência sem fim. Por um lado...”, de Marcos Marinho, também defende a proposta.

Hoje, infelizmente, a possibilidade de ter apenas a torcida do clube mandante nos estádios é uma das alternativas para se diminuir para se diminuir este tipo de incidente já que hoje vemos a presença de alguns torcedores com armas para realmente aniquilar o seu rival.

O marcador temporal “hoje”, empregado duas vezes no extrato, confere especificação contemporânea à medida. Ela não é colocada como uma solução permanente e atemporal, mas como uma solução para o presente. Com isso, o autor abre a possibilidade de ela ser apenas transitória, não a cristalizando no tempo. Além disso, abre a possibilidade de ela não ser a única. Observemos que ele afirma que ela é “uma das alternativas”, o que pressupõe que existem outras. Também é interessante notarmos o emprego do advérbio “infelizmente”. Com ele, o autor, ao mesmo tempo em que expressa seu descontentamento com a necessidade de aplicação da medida, “desarma” o leitor crítico à medida, mostrando de antemão que ele reconhece que ela não é a ideal. Em outras palavras, ao expressar seu sentimento de infelicidade, o autor se antecipa a uma possível reação negativa para conseguir uma reação positiva. No plano da lógica, é interessante observarmos que a posição defendida pelo autor

²⁷¹ Conforme já vimos, no artigo “A violência está na impunidade!”, o autor se posiciona contra a medida.

parece contradizer a tese central de seu texto: a de que a impunidade é o que alimenta a violência no futebol. Afinal, se o problema é a impunidade, não seria o caso de punir apenas os torcedores armados e não o conjunto dos torcedores visitantes?

O artigo de Paulo Castilho, por sua vez, apresenta outra razão para proibir a presença da torcida visitante: os altos custos para o governo. A partir da estratégia de racionalização, o autor constrói uma cadeia de raciocínio que vai do “ser econômico” – “[...] a vinda de torcedores de outros locais tem um custo absurdo para o Governo [...]” – para o “dever ser político” – deve-se, portanto, proibir a presença desses torcedores. Em outras palavras, o autor justifica uma política restritiva apelando ao aspecto financeiro. Este vem antes; depois vem a liberdade do torcedor.

Nesse movimento de legitimação da proposta, a estratégia de racionalização sobrepõe-se à estratégia de universalização. Para o autor, a torcida visitante é um problema *para todos*. Escreve ele: “mas a torcida única é um modo de evitar esse problema. É melhor para todos, metrô, trem”. Ao observar que se trata de um problema *para todos*, o autor amplifica as consequências da presença das torcidas, universalizando suas vítimas potenciais. Não é apenas um problema para as autoridades policiais ou para os organizadores do evento, mas para toda a sociedade. Todos nós perdemos com a presença dela. Assim como perdemos, segundo o autor, com a falta de especialização da polícia, conforme veremos no próximo tópico.

7.2.3 Especialização da polícia

Diferentemente do discurso predominante, o enfoque da proposta de especializar a polícia²⁷² recai sobre os ditos “impositores de regras”. A polícia não é somente a solução para o problema, ela também é parte dele. De uma forma geral, essa proposta aparece como uma decorrência da ideia de que a polícia age de forma inapropriada. Por exemplo, na entrevista concedida a nós, Tatinho acusa a polícia de ser intolerante e agressiva, ao mesmo tempo em que defende sua especialização: “a gente bate na tecla que precisa se criar uma polícia especializada para praça desportiva.” Conforme já foi mencionado, Marcelo Damato também critica a ação da polícia. No artigo “Depois da violência vem a dúvida”, o autor afirma que

²⁷² Essa proposta é defendida por Tatinho, Heloisa Reis, Erich Beting, Mauro Beting, Paulo Castilho, Paulo Vinicius Coelho e Marcelo Damato, no artigo “Depois da violência vem a dúvida”.

“[...] enquanto a polícia não conseguir ser mais eficiente, não se poderá confiar nem sequer nos seus relatos”, o que implica dizer que a solução do problema passa pelo aumento da eficiência da polícia. Paulo Castilho é mais explícito: “precisamos de uma polícia especializada, de um promotor só para esses casos, de uma Justiça mais especializada.”

Já Mauro Beting destaca que é preciso, ao mesmo tempo, aparelhar a inteligência policial e desmilitarizar e desarmar a polícia que atua nas praças desportivas.

A ideia já foi lançada pelo Ministério do Esporte, ainda em 2003. Um batalhão específico para estádios. Sem farda, sem choque, sem tropa. Apenas orientação, prevenção, educação, respeito. Tudo aquilo que muitos não fazem, e quase todos da torcidas não prezam. A polícia ficaria apenas com a vigilância urbana, trabalhando coordenadamente com o batalhão específico dos estádios. Desmilitarizando e desarmando as praças esportivas, um primeiro passo está dado. Mas ainda é preciso pacificar esquinas e asfaltos. As ruas seguem em pedra, em pau, em pé de guerra. Algo que a prática de “jogos de uma torcida” não ajuda. Até porque o meio do futebol não se ajuda. Para dar certo, é preciso aparelhar a inteligência policial – o que não é uma contradição em termos. É algo que funciona com estrutura (dinheiro) e paciência (dinheiro).

Paulo Vinicius Coelho, por sua vez, observa que “em São Paulo, quem hoje cuida da violência nos estádios entrou há pouco tempo no assunto.” Para, em seguida, criticar o fato de que aquele que considera ser o maior especialista paulista no assunto exercer outra função: “o maior especialista paulista na guerra das torcidas é o coronel Marcos Marinho. Sua função atual? Diretor de árbitros!”. E, depois, sentenciar: “não se acaba com a violência sem entender do assunto.” Heloisa Reis e Erich Beting também defendem uma melhor qualificação da polícia. Diz a professora:

acho que os maus policiais têm que ser punidos e que nós temos que ter pressão de uma polícia especializada. Eu não acredito, e tomara que eu esteja errada, por que está mais difícil ter uma nova polícia do que a Polícia Militar se reestruturar e se qualificar mais. Mas eu acho que a solução para os agentes públicos de segurança é a formação de uma nova polícia aos moldes da polícia nacional, onde só são contratadas pessoas universitárias, com uma formação mais forte de...

Diz o jornalista:

acho que um dos pontos primordiais hoje é criar uma polícia especializada para trabalhar em dia de jogo. Isso, para mim, é ponto um. Por quê? Porque o torcedor é maltratado pelo policial. Ele não é bem tratado e isso só gera mais violência. Policial vem com uma carga de necessidade de extrapolar a violência no trabalho, que é um erro absurdo, que é um erro de partida. Ah, precisa pagar mais para esse policial? Paga-se mais para o policial. Paga-se, cria-se uma situação melhor, um ambiente melhor, um conforto melhor para todo mundo. [...] A pergunta é simples: quero chegar com facilidade, quero ou parar meu carro com segurança ou ter uma estação de metrô na esquina do estádio. É isso que eu quero. Então, peraí, o que que a gente precisa mobilizar? Eu quero ser... quando eu entrar lá eu ser tratado bem, não ter um cara me revistando e falando “vai vagabundo, anda, não sei o que e tal”. Não. Quero ter um cara que olhe para mim e fale “bom dia, bem vindo, que legal ter você aqui com a gente... Posso olhar sua bolsa para ver se não tem nenhum objeto? Porque aqui a gente...” Pode e tal. Pronto. São pequenas atitudes que melhorariam muito a vida do cara. Agora, do jeito que é hoje, é tudo largado.

Neste último fragmento, fica clara a ideia do entrevistado de que o torcedor deve ser mais bem tratado. Entre outras formas, a construção dessa ideia se dá no plano da interdiscursividade: enquanto a ativação da voz da “polícia real” – “vai vagabundo, anda, não sei o que e tal.” – serve para ilustrar o tratamento dado ao torcedor; a ativação da voz da “polícia ideal” – “bom dia, bem vindo, que legal ter você aqui com a gente... Posso olhar sua bolsa para ver se não tem nenhum objeto?” – serve para exemplificar como deveria ser esse tratamento. A ideia de que o torcedor deve ser mais bem tratado, aliás, é uma ideia recorrente na fala do entrevistado. Conforme ele sublinha em outro momento da entrevista, trata-se de uma questão de “recolocação do torcedor num outro patamar.” O entrevistado, assim como Heloisa Reis, defende também a ideia de que resolução para o problema recai sobre a mídia.

7.2.4 Qualificação dos jornalistas esportivos e elaboração e aplicação de um termo de reajuste de conduta

Ao se voltarem para a responsabilidade dos meios de comunicação na produção da violência, os entrevistados supracitados enfatizam a necessidade de melhorar a qualificação dos jornalistas esportivos.

Então, aí vem uma questão que eu acho que é de educação, do jornalista. Ele precisa entender primeiro a importância do que ele faz, o peso que tem o que

ele fala, o que ele escreve, o que ele irradia. Ele precisa entender, e aí está uma coisa complexa, que, geralmente, a própria mídia é a que mais exige desempenho e resultado dos times, e ele gera uma carga de estresse para o torcedor, para o próprio time que acaba somatizando para esse negócio. Então, “ah, não pode perder determinado jogo...”. Não, peraí. Você tem que entender que perder e ganhar faz parte da vida. O outro pode jogar melhor, o outro pode ser melhor que você, você pode ser derrotado por azar, ou por sorte você ganhar. Então, esse é o típico ponto que eu acho que falta uma maturidade da mídia para entender, para descarregar paixão. [...] E aí que vai, onde é que passa essa melhoria da mídia? Passa por uma tentativa da própria mídia de se entender como formadora de opinião. Que é um exercício extremamente complexo dentro da profissão. Extremamente complexo... [...] Também, não acho que é uma solução simples, mas passa por um entendimento maior da mídia da responsabilidade que ela tem. A partir do momento que ela chega e fala assim “não, esse jogo é uma guerra...”. Então, peraí. O que que traz esse discurso? O que que vai trazer para o sentimento do torcedor ao ir para o jogo? Há dez anos o outro... Isso daí eu acho que até faz parte da brincadeira, mas “há dez anos o Corinthians não vence o Palmeiras em um clássico”... A mídia usa isso como combustível. Real. É extremamente real. Mas, vamos dizer assim, é algo que o torcedor usa para pilhar o outro, mas a mídia, às vezes, quando começa a martelar de uma forma, com esse intuito também, que descamba para o outro lado. Uma coisa que eu vejo que tem melhorado um pouco na questão da mídia é o entendimento de que muito do jornalismo esportivo é entretenimento, é brincadeira, é ter a emoção, ter a alegria e tudo mais, só que dentro de um espírito de levar menos a sério as coisas. Eu acho que durante muitos anos a mídia levou-se muito a sério, mais até do que às vezes precisava ser. E para mim, hoje, o exemplo clássico de quem tem mudado isso é o Tiago [Leifert], dentro da Globo, ao promover brincadeira, ao querer fazer o seguinte: “nós ganhamos hoje como amanhã vamos perder”. E se os próprios dirigentes começarem a bater nesse discurso, a própria mídia vai ser induzida a chegar nesse discurso. A gente ganha e a gente perde, não tem história, faz parte do jogo. É por isso que é tão legal. Até porque quando todo mundo começa a ganhar tudo, quando um só começa a ganhar tudo, fica chato, fica previsível, perde a graça, perde a graça mesmo. Quer coisa melhor do que foi o Campeonato Brasileiro do ano passado? [...] Agora, precisa passar talvez por uma reeducação ou uma reforma da maneira como se faz o jornalismo no esporte. Só que você não pode perder a essência do que seria, teoricamente, fazer o correto. Só que, hoje, em nome da emoção, ou pior, da não emoção, você só enfatiza toda rivalidade, tudo que vai acabar descambando numa violência. (Erich Beting).

Bom, eu acho que os jornalistas, eles mostram um problema de formação, quando eles trabalham com o jornalismo esportivo, por que é incrível que 98% das escolas não tenham curso de jornalismo esportivo. Não sei se é de seu conhecimento, o jornalista esportivo, quando ele inicia num veículo... [...] Quer dizer, os primeiros empregos, os mais mal remunerados são os dos jornalistas esportivos. E ele tem que cobrir inúmeras questões. E, de repente, pode cair na cabeça, num final de semana, uma questão de violência, e tem que tratar aquilo rapidamente. Então, eu acho que são poucos os profissionais comprometidos, e que têm condições de trabalho para se qualificarem. Mas, também, mesmo sem ter as condições de trabalho, eu penso que você não pode deixar de se qualificar para aquilo que você está se

propondo. Então, o que eu tenho tido de experiências, que são em números importantes, eu já tive mais de cento e cinquenta aparições nos três tipos de mídia – imprensa, radiofônica e televisiva – o que eu mais me deparei... O que eu menos me deparei foi com pessoas qualificadas e que tinham se preparado para pensar o tema e para discutir o tema. O que eu mais encontrei, infelizmente, foram pessoas bastante preconceituosas, com jargões, com conceitos pré-concebidos, e tentando que a universidade reafirmasse essas questões. E aí eu penso que o espaço que o futebol tem – não só no Brasil, como nos países que mais jogam futebol – midiático, é um espaço imenso. Tem pesquisa na Espanha que mostra que 75% do espaço da TV esportiva é do futebol. E eu penso que o jornalista tem um papel importantíssimo na sociedade tanto para fazer com que a sociedade, e que os políticos, e que o Estado deem respostas aos fatos, e acho que a gente tem vivenciado isso, o Governo do Rio de Janeiro se mobiliza de tanto a imprensa querer soluções. Mas é necessária uma qualificação para... São poucos os que se dispõem a isso. (Heloisa Reis).

O fato de a proposta para a solução da violência no futebol recair aqui sobre aqueles que habitualmente têm acesso privilegiado aos discursos públicos sugere que esses agentes têm desempenhado, na percepção dos entrevistados, um papel decisivo na constituição do fenômeno da violência no futebol, conforme já havíamos adiantado no capítulo anterior. A proposta de melhorar a qualificação dos jornalistas esportivos pressupõe que esses profissionais devem ser mais conscientes acerca das implicações de sua atividade profissional e pode contribuir para que eles desenvolvam estratégias discursivas de dissensão e resistência. Além dessa observação, é importante notarmos que, ainda que critiquem a atuação desses profissionais, ambos os entrevistados destacam que tem havido uma melhora, sinalizando um estado de mudança. Além de abordar a formação do jornalista esportivo, Heloisa Reis menciona a necessidade de estabelecer um Termo de Reajuste de Conduta, conforme indica o fragmento transcrito abaixo:

Felipe: Professora, para finalizar, quando eu te perguntei acerca do que deveria ser feito com os responsáveis, com os principais responsáveis pela violência no futebol, a senhora já listou algumas soluções, eu te pergunto: a senhora acrescentaria mais alguma, a senhora destacaria alguma dessas soluções? Quais são as principais?

Heloisa: Eu acrescentaria uma que eu acabei não falando que é a necessidade de se construir um pacto com alguns agentes desse espetáculo, que é, principalmente, do meu modo de ver, os jornalistas. É impressionante, eu tenho cobrado isso nas minhas participações em atividades promovidas pelo Ministério do Esporte, nesses últimos quatro anos, três anos e meio, por que

ainda não acabou a gestão, o atual ministro ele teve o interesse de fazer eventos chamando as torcidas organizadas. Isso é inédito, tem todo um reconhecimento muito grande, mas, incrivelmente, os jornalistas nunca foram chamados. Do meu modo de ver, como pode ser visto nos meus textos e entrevistas, eu acho que os jornalistas são os principais responsáveis pela violência. E quando você tem um diálogo com os jornalistas mais ortodoxos, mais conservadores, eles entendem como querem entender – acho que por questões ideológicas – [pensam] que eu estou propondo uma volta à censura. E não é nada disso. Eu não acho que seja censura não divulgar sequestros que não são mais divulgados pela mídia, os suicídios que ocorrem no metrô de São Paulo, com alguma frequência, não são noticiados, a depredação do Metrô de São Paulo. E isso acho que não é censura. Isso é um pacto para que a gente consiga minimamente diminuir um problema social grande.

Felipe: Para eu entender melhor, no que consistiria este pacto?

Heloisa: Consistiria em um Termo de Reajuste de Conduta, que é um documento que o Ministério Público faz normalmente entre partes envolvidas, em que os jornalistas, a partir de um debate exaustivo, pudessem contribuir com o seu trabalho a partir de alguns termos de conduta. Por exemplo: não generalizar torcedores organizados como marginais, vândalos, criminosos; não usar palavras que incitem a violência; não usar imagens repetidas por mais de cinco segundos de cenas de violência em jogos de futebol; não dar destaque aos criminosos que cometem delitos em dias de futebol, por que todas as pesquisas internacionais mostram que o principal motivo, ou o que mais motiva o *hooligan* – que não é o torcedor organizado, que é um tipo especial, um tipo específico – o que mais motiva ele continuar sendo *hooligan* é a possibilidade de destaque na mídia. Ele persegue isso a vida toda, é um troféu as aparições e tal. Então, uma política europeia, Tratado Europeu, e os países que implementaram políticas nacionais, como a Inglaterra e a Espanha, que são os países que eu mais conheço, eles fizeram um pacto dessa natureza e é perceptível que diminui o incentivo de pessoas violentas se aproximarem ou quiserem participar em dias de jogos. Então, é a isso que eu estou me referindo. Mas, eu também observo, falando na imprensa escrita, que houve uma melhora bastante significativa. Eu tenho uma coleção aqui de jornais, que vão desde o começo dos anos 90, e você via, pelo menos na imprensa campineira, que eu acompanhei mais, você via chamadas, de títulos da primeira página, assim, da parte inferior, chamando os torcedores para a batalha: “Hoje, a grande batalha”. Se referindo, por exemplo, ao derby campineiro que tem rivalidade muito grande. Então, você vê a substituição de uma série de palavras, quer dizer, não sei se intuitivamente, ou por conta de uma auto-reflexão, ou por conta mesmo das críticas que são grandes que a gente faz na mídia, aos jornalistas, houve uma mudança sensível. Outra mudança perceptível foi o discurso da principal TV brasileira em relação a como tratar o problema, por que eu falei inúmeras vezes isso para eles e realmente percebi mudanças, inclusive com a menção de alguns jornalistas mais conservadores: “Ah! Vamos fazer como é na Espanha, a gente não vai mostrar invasão de campo”. Então, isso acho que

é... Eu tenho visto mais resultados da mídia se comportar diferente em relação ao que a universidade tem criticado e sugerido do que do próprio poder público.

A entrevistada observa aqui que a proposta de pôr em prática um Termo de Reajuste de Conduta tem sido entendida por jornalistas considerados mais conservadores como uma forma de volta à censura. No plano argumentativo, notemos que uma das estratégias utilizadas por ela para legitimar o termo é a já comentada evocação da experiência internacional. Também é importante observarmos que, ao mesmo tempo em que pode contribuir para evitar o recrudescimento da violência física, o referido termo pode contribuir para “virar a mesa” em favor daqueles que, nas circunstâncias atuais, são excluídos das posições de poder, como os torcedores organizados. Afinal, conforme observa a professora, entre outras coisas, ele orientaria os jornalistas a não generalizar esses torcedores como marginais, vândalos ou criminosos. Mas, do ponto de vista dela, não é só a produção jornalística que carece ser melhorada, mas também a qualidade da escola pública, como discutiremos no tópico subsequente.

7.2.5 Investimento em educação, diminuição da desigualdade social e fortalecimento do diálogo

Finalmente, entre as sugestões de medidas propostas nos materiais discursivos, destacamos a ampliação dos investimentos em educação, a diminuição da desigualdade social e o fortalecimento do diálogo entre as diversas partes envolvidas no debate sobre violência no futebol. Dez *claims-makers*²⁷³ comentam ao menos uma dessas ações, sendo que quase todos eles defendem a necessidade de sua realização para tornar a coexistência mais pacífica dentro e fora dos estádios brasileiros. Em certo sentido, essas três ações contrapõem-se ao modelo interpretativo predominante, que situa a solução para o problema no incremento do controle e da repressão. Na análise do material, observamos que, entre aqueles que defendem tais medidas, a entrevistada Heloisa Reis propõe as três conjuntamente.

²⁷³ Heloisa Reis, Ricardo Mello, Walter Falceta Jr., José Luiz Florenzano, Luiz Henrique de Toledo, Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, André Azevedo, Tatinho, Pulguinha, Marcelo Damato (no artigo “Por uma greve de torcedores” e o Lance!).

Eu penso que o Estado tem um papel importantíssimo e está deixando de fazer sua parte quando ele tem reunido em associações de jovens torcedores – que a maioria é jovem – ele está perdendo uma grande oportunidade de contribuir para a formação e para a melhoria da vida de jovens homens, que são a principal categoria que traz problemas [?²⁷⁴] para a violência em dias de jogos. Então, eu tenho sugerido, já há algum tempo, e falado em várias ocasiões, que é necessária uma política de Estado em parceria com as torcidas organizadas. Espero ainda ver isso. E eu acho que tem que ter a construção e a consolidação de uma política nacional de prevenção da violência, onde todos os aspectos vão estar sendo perseguidos e vão estar sendo fiscalizados, porque seria uma comissão administrativa, aos moldes do que tem na Espanha, que estaria, então, cobrando cumprimentos tanto dos torcedores como dos dirigentes, como das autoridades. Essa comissão, felizmente, foi criada. Chama-se “Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Estádios”. Ela foi criada em 2004, por um decreto presidencial, por sugestão minha, no ano 2003, no Ministério do Esporte. E, lamentavelmente, os políticos de plantão entendem que não é o melhor caminho para a elaboração dessa política. Eu lamento, acho que se passaram mais quatro anos e outra gestão, pretendo dizer isso para o Ministro, daqui uns quinze dias, que ele perdeu a grande chance de sair do Ministério com uma política consolidada, como poderia ter feito há quatro anos. Mas fez outras coisas importantes, também. Mas eu penso que, num âmbito macro, a melhoria da condição econômica do país, a diminuição da desigualdade social e a melhoria significativa da qualidade da escola pública contribuiriam muito, por que a violência não é do futebol, ela não é do esporte, ela é uma violência social, que seria minimizada com essas questões.

Neste trecho, a entrevistada mostra-se consciente da responsabilidade do Estado na resolução do problema. Prova disto é que emprega o adjetivo superlativo “importantíssimo” para destacar seu papel nessa resolução. O fato de defender que o Estado faça parceria com os torcedores organizados sugere respeito por esses torcedores, que são tratados não como marginais passíveis de serem ainda mais apartados da sociedade, mas como importantes agentes na construção da solução do problema, ou seja, como pessoas que merecem e devem ser ouvidas. Aí está clara a legitimação desses torcedores como sujeitos de direito. No final do trecho, ela emprega o advérbio “muito”, salientando a importância que confere à necessidade de reduzir a desigualdade social e de melhorar significativamente a educação. Além dela, Ricardo Mello é outro entrevistado que enfatiza a necessidade de reduzir essa desigualdade.

²⁷⁴ Trecho incompreensível.

Agora, enfim, essa raiz social aí, eu acho que ela depende de uma redução da desigualdade, da melhoria da condição de vida das pessoas, enfim... Que a sociedade também consiga criar formas de sublimar de certa forma essa causa da violência, esse prazer pela guerra aí. Enfim, encontrar outras formas de extravasar isso. Acho que isso também tem a ver com o âmbito individual, cultural, não sei...

Sobre a questão da melhoria da educação, defendida pela professora, é interessante destacarmos que a solução não passa aqui pela mudança normativa, mas sim pela transformação das condições educacionais que permitam o desenvolvimento autônomo do torcedor violento. Conforme podemos observar no fragmento abaixo, Walter Falceta Jr. é outro *claim-maker* que advoga a proposta.

Não se pode resumir o trabalho da autoridade à privação do prazer do espetáculo e à extinção da festa. Urge o investimento planejado para a educação em cidadania, para a vida em sociedade. Não se pode alegar que o rico futebol não tenha recursos para um programa dessa natureza. Exige-se hoje uma ação afirmativa, de longo prazo, com ampla participação de Ministério do Esporte, CBF, federações, polícias, judiciário, entidades de apoio à juventude, psicólogos, pais e torcedores.

A posição do autor é construída a partir de duas negações: a primeira delas refuta a perspectiva segundo a qual “o trabalho da autoridade pode se resumir à privação do prazer e do espetáculo e à extinção da festa”; enquanto que a segunda refuta a alegação de que “o futebol não possui recursos para o investimento planejado para a educação em cidadania.” Com essas refutações, o autor torna claro o distanciamento e a acentuação conflituosa entre a sua posição e o modelo repressivo de combate à violência no futebol. A oposição a esse modelo e a legitimação de um modelo mais preventivo é estabelecida através da estratégia da universalização. A ausência de marcas do locutor produz um efeito de generalização, que incorpora o autor num coletivo indefinido, através do qual ele justifica sua posição (BLACANFORT; VALLS, 2008). Não é ele quem “exige” uma ação afirmativa de longo prazo, mas esse coletivo. Além de universalizada, essa exigência é, nesse sentido, reificada, dado que ela ocorre na ausência de um sujeito definido que a produza.

Em relação aos materiais discursivos que abordam o fortalecimento do diálogo, destacamos também o artigo “A comunidade moral”, de José Luiz Florenzano. Assim como o artigo de Walter Falceta Jr., este emprega a estratégia da reificação. No caso, expressa através

da nominalização. Escreve o autor: “[...] além do combate imprescindível e sem tréguas à impunidade dos atos brutais, o enfrentamento do problema atual pode incluir a criação de novos canais de participação e espaços de debate.” Observemos que parte da sentença é transformada em nome. O autor fala em “enfretamento do problema atual” ao invés de “X deve enfrentar o problema atual”, construindo a ação na ausência de um sujeito que a produza. Além de analisarmos o modo como sua proposta é simbolicamente construída, é interessante notarmos que ela busca dar voz a todas as partes, estabelecendo possibilidades de aproximação e confiança entre elas, o que pode promover empatia e compreensão. O artigo de Luiz Henrique de Toledo, no entanto, é mais pessimista. Diz ele: “não bastam reuniões administrativas para resolver a conduta torcedora neste ou naquele jogo em específico.”

Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, por outro lado, destaca como o diálogo com as torcidas organizadas do Santos tem ajudado a diminuir a violência nos jogos do time. Para fundamentar seu ponto de vista, o presidente do clube evoca a voz da promotoria e da Polícia Militar, conforme podemos observar no fragmento transcrito abaixo:

nós abrimos um diálogo direto com as torcidas organizadas. [...] Eu me lembro que há uns seis meses antes da gente assumir, houve uma partida emblemática de Santos e Corinthians na Vila Belmiro, em que, por orientação da PM, os torcedores corintianos pararam os seus carros no estacionamento de um hipermercado, localizado a uns dois quilômetros lá do estádio, e os torcedores do Santos das organizadas descobriram e no final da partida atocaiaram os torcedores corintianos no estacionamento do hipermercado, gerando uma violência sem sentido, houve um reboiço no meio da loja, clientes, mulheres, tiveram que se esconder até na câmara frigorífica, porque começou uma batalha campal, em que foram presos cem integrantes das organizadas. E eu disse que isso não podia se repetir, isso era lamentável, isso longe de ser um serviço ao Santos, era um desserviço ao Santos e ao esporte. Eles compreenderam e hoje a gente mantém um diálogo absolutamente solidário e o Santos tem um comportamento próximo do exemplar, *segundo o reconhecimento da própria promotoria e da Polícia Militar*. (grifo nosso).

Já o editorial “Uma última chance de agir”, do Lance!, lamenta a inexistência de uma ouvidoria nacional, onde os torcedores pudessem denunciar os descumprimentos do Estatuto do Torcedor. “Era louvável a intenção do ministério de criar, na Secretaria do Futebol, uma ouvidoria nacional, fórum de denúncia dos descumprimentos do Estatuto. Era, pois não foi

incluída no projeto.”²⁷⁵ Por sua vez, o artigo “Por uma greve de torcedores”, de Marcelo Damato, coloca a solução do problema nas mãos dos torcedores. Já que as instituições que deveriam resolver os problemas do futebol não os resolvem, o torcedor deveria, no seu ponto de vista, fazer greve.

Mas os cidadãos não podem esperar que essas instituições se decidam fazer terapia. É preciso dar um recado claro, fazer greve, ainda que branca. Não ir a estádios sem condição de higiene e segurança. Não comprar mais produtos de clubes que maltratam seus torcedores. Não aceitar que o clube dê incentivo a torcidas envolvidas com violência. A situação do futebol só vai mudar quando as pessoas tomarem o problema para si.

A criação de uma ouvidoria e a realização de greves são medidas que não foram abordadas pelos dirigentes de torcidas organizadas entrevistados. No entanto, todos eles enfatizam a importância do diálogo para a contenção da violência. Analisemos os seguintes trechos:

eu não quero te dar a solução aqui, mas acho que tinha que ter algum debate amplo... que envolva os torcedores, que envolva o governo, que envolva setores de educação, setores... e discutir os valores. [É assim] que a gente começa a trabalhar para as gerações futuras, isso eu acho que é um dos pontos. Outro ponto é a questão atual, e como a gente trabalha os valores atuais, essa diversidade atual? Como que a gente vai falar com a sociedade com uma nova linguagem para buscar uma nova cultura? Tem que se pensar numa nova linguagem para isso! (Pulguinha).

Então, quer dizer, cara, eu vejo a solução assim, mano, ao invés deles quererem oprimir, eles contribuírem, sabe? Fazer parceria com a torcida organizada. Vai ser muito mais... a solução é bem melhor assim do que da forma que eles querem fazer. Porra, mano, eu [...] eu tenho maior respeito por ele, mas às vezes a gente fica confuso. A gente não sabe se ele quer ajudar ou se quer atrapalhar. Tá ligado? Ele nunca conversou com a gente, nunca participou, nunca foi torcedor organizado. Conhece pouco! Hoje ele até conhece. [...] Vamos conversar, a gente vai passar para o Ministério Público o que de [...] ²⁷⁶ de choque, o que funciona. A gente já fez isso várias vezes e continua fazendo, né? A gente espera que um dia isso aconteça, cara. Eu vejo... O Gaviões tem quarenta anos de história, a gente tem diversas

²⁷⁵ Aqui é importante destacarmos que, ainda que não exista essa ouvidoria, o capítulo XI do Estatuto do Torcedor prevê que a comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva poderá, dentre outras medidas, ocorrer mediante a instalação de uma ouvidoria estável (BRASIL, 2003).

²⁷⁶ Trecho incompreensível.

fases aí em que a gente participou ativamente da política do Brasil, inclusive, que a gente teve participação nas Diretas, a gente está sempre envolvido em causas sociais aí, inclusive da política do Estado, da Prefeitura e do Brasil. A gente nasceu... Quando o Gaviões nasceu, o Brasil atravessava uma ditadura, certo? Os nossos fundadores foram perseguidos igual... bem dizer igual aos nossos políticos que foram perseguidos, porque a diretoria do Corinthians contratava capangas para pegar os nossos fundadores quando eles se reuniam para tentar bolar uma estratégia para tentar derrubar uma ditadura que existia no clube há vários anos, liderada pelo Seu Wadih Helu. E o Gaviões, ele já nasceu assim, cara. Tá ligado? Nasceu uma influência monstruosa, meu, dentro do futebol, dentro da política interna do Corinthians, que nenhuma torcida do Brasil aqui tem. Eles escutam o que a gente fala e a gente espera que isso aconteça com a Polícia, com o Ministério Público, com o governador, com o presidente da Federação, que ele escute o que a gente tem para dizer, as nossas sugestões... Que pelo menos ele escute, pelo menos para tentar resolver. A partir do momento que o torcedor souber que ele vai ser punido, cara, é natural que o resultado seja diminuir a violência. A partir do momento que ele sabe que o policial não vai... que ele vai ser mais tolerante, o cara que vai estar com ele vai respeitar a prisão do outro. Mano, não vamos nos intrometer porque tava errado. Tava lá usando entorpecente, tentou pular catraca, o policial abordou ele e levou ele para lá. Eu acho que esse é o caminho. Eu vejo a solução assim, desse jeito. A gente vai trabalhando para tentar acontecer, seja num segmento, no outro, as pessoas que dão espaço... Por isso que eu falo, no Batalhão de Choque a gente tem esse espaço e eles escutam, tanto que, pô meu, não é por nada, não apareceu da cabeça do major colocar a tropa dele para fazer um curso para atender futebol, seja o que for... O Batalhão de Choque tem uma importância mostra dentro da cidade, né, cara? [alguém interrompe a entrevista e fala algo para Tatinho]. Eu vejo dessa forma. (Tatinho).

Ó, eu vou ser sincero pra você, eu acho que a gente não tem uma solução para acabar com a violência, que envolve todos os segmentos. Hoje, a gente já tenta minimizar. Nós criamos uma confederação de torcida, que chama CONATORG, onde nós temos um bom relacionamento, coisa que às vezes as pessoas de casa não sabem. Por exemplo, eu sou presidente da Dragões, tenho muita amizade com o presidente da Mancha, com a diretoria da Mancha, com a Gaviões da Fiel, com torcidas de outros estados. É... hoje, eu, vou dizer eu, mas tem outros presidentes e diretores de torcida também, mas eu tenho contato com setenta, oitenta, por cento das torcidas do país, não só de São Paulo. A gente conversa e através desse contato hoje a gente minimiza o problema, porque a gente sabe que, às vezes, você tá na frente é... de trezentas, quatrocentas, quinhentas pessoas, você não tem como você... Uma coisa que eu falo pra todo mundo: você nunca [deve] prometer algo que você não pode cumprir, porque eu não sei o que passa na cabeça de uma dessas quinhentas pessoas. Então o que que a gente faz, a gente conversa pra se evitar o cruzamento, pra fazer caminhos diferentes. E a gente vem tendo sucesso com isso, entendeu? Ao longo desse um ano e meio da CONATORG a gente é... não melhorou porque a polícia, o Ministério Público melhorou, melhorou porque a gente começou a se entender, a conversar mais e a minimizar os problemas. (André Azevedo).

Bom, é... primeiro que acho que a primeira solução seria a prevenção, né?, o fato preventivo. Acho que conversa-se diariamente com órgãos que competem a segurança do estádio, como já é feita atualmente, né? Hoje todos os jogos clássicos em São Paulo é... antecipadamente a gente faz uma reunião com o Batalhão de Choque, com as lideranças de outras torcidas também, de torcidas rivais, então eu acho que a prevenção é a melhor coisa para você combater [a violência]. E a conscientização também. Eu acho que você tem que conscientizar seus sócios que a torcida organizada não é um local onde a gente vai abrigar marginais ou pessoas que querem promover o tumulto. Então a gente procura fazer também, com isso... acho que ações sociais, projetos sociais... então você acaba tirando aquele garoto que, de repente, entrou só por causa de violência ou pra praticar a violência pra levar pra um outro mundo, entendeu? (Marcos Ferreira).

Em relação ao primeiro trecho, o uso inicial da conjunção “mas” institui um afrontamento entre a expectativa criada inicialmente por Pulguinha – de que ele não daria uma resposta para o problema (visto que ele afirma não querer dá-la) – e o fato de ele, em seguida, oferecê-la. Em certo sentido, a resposta passaria pelo debate e pela discussão de “valores”. Ao enfatizar a questão dos “valores”, o entrevistado sugere que a violência e a possibilidade de reduzi-la têm a ver com elementos culturais. Em relação ao segundo, notemos, primeiramente, que Tatinho recorre à estratégia da legitimação para fundamentar a necessidade das autoridades públicas de estabelecerem diálogo e parceria com as torcidas organizadas. Ele justifica essa necessidade posicionando os Gaviões da Fiel como uma instituição influente e que possui importância histórica e política dentro e fora do universo do futebol. Além disto, é interessante observarmos que o entrevistado não expurga essas autoridades, reconhecendo, por exemplo, o papel do Batalhão de Choque nesse processo. De acordo com ele, o Batalhão escuta os torcedores organizados, como teria ocorrido no caso do curso para policiais que trabalham com o futebol.

Em relação ao terceiro trecho, observemos, primeiramente, que André Azevedo nega que haja uma solução definitiva. Todavia, destaca que a criação da CONATORG e o diálogo estabelecido entre os dirigentes de torcidas organizadas já têm minimizado o problema. A ênfase nesse diálogo rompe com a ideia – frequentemente difundida no e pelo senso-comum – de que torcedores organizados adversários são inimigos e se odeiam. De acordo com o entrevistado, existe, inclusive, uma relação de amizade com diretores de torcidas adversárias²⁷⁷. Ao abordar essa relação de amizade e enfatizar a importância do diálogo

²⁷⁷ Aqui é preciso destacar que esse ponto foi igualmente abordado por Pulguinha e Marcos Ferreira num bate-papo informal que tivemos depois das entrevistas. Inclusive, o telefone do André Azevedo foi fornecido pelo primeiro.

estabelecido entre eles, ele constrói, no nível simbólico, uma unidade que interliga os torcedores organizados. Afinal, estes compartilhariam objetivos comuns. Nesse sentido, podemos dizer que o entrevistado recorre à estratégia da unificação. Estratégia que serve aqui para transformar os torcedores organizados em parte da solução do problema (a minimização da violência seria uma decorrência da união entre eles), legitimando-os como participantes efetivos no exercício do poder. Legitimação que desafia a ideia de que a solução deve vir de “cima para baixo”. Conforme destaca no final do trecho, a violência “[...] não melhorou porque a polícia, o Ministério Público melhorou, melhorou porque a gente começou a se entender, a conversar mais e a minimizar os problemas.”

Em relação ao quarto fragmento, podemos notar que Marcos Ferreira propõe, fundamentalmente, dar continuidade ao diálogo já estabelecido com as autoridades públicas, o que implicitamente prevê que esse diálogo tem dado certo. Além do diálogo, o vice-presidente da Mancha Alviverde fala em “conscientizar” os sócios das torcidas organizadas e descreve algumas ações que eles mesmos – dirigentes de torcidas organizadas – estariam realizando a fim de promover essa conscientização. Ao trazer essas ações para o debate, o entrevistado ajuda, em certo sentido, a quebrar com o processo de estigmatização sofrido pelos torcedores organizados, minando a situação de dominação que esses torcedores se encontram, o que torna o seu discurso potencialmente crítico da ideologia, nosso próximo assunto.

PARTE IV

INTERPRETAÇÃO/ REINTERPRETAÇÃO

Nesta quarta e última parte, buscamos explicitar as possíveis conexões entre os sentidos mobilizados pelos discursos analisados na parte anterior e as relações de dominação que caracterizam os contextos descritos na parte II. Mais concretamente, buscamos, à luz desses contextos, interpretar o potencial ideológico desses discursos (capítulo 8), bem como seu potencial crítico ou contestatório (capítulo 9). Essa interpretação é, basicamente, um processo de síntese criativa. É um processo de síntese pois procura juntar os resultados das análises anteriores – parte II e III – mostrando como os sentidos mobilizados pelos discursos em questão servem para manter ou minar relações de dominação. E é um processo criativo pois “[...] envolve a construção ativa do sentido, a explicitação criativa do que está representado ou do que é dito. O sentido é determinado e predeterminado através de um processo contínuo de interpretação.” (THOMPSON, 2000, p. 379).

O processo de interpretação desenvolvido aqui é simultaneamente um processo de reinterpretação. Afinal, conforme já observamos no capítulo 4, os discursos analisados são parte de um “campo pré-interpretado”. Sendo assim, como qualquer discurso, eles mesmos já constituem uma interpretação. Mais exatamente, trata-se de interpretações que são recebidas e reinterpretadas por outras pessoas e que participam de, e dialogam com, um debate que possui história. E como uma reinterpretação de um campo pré-interpretado, o processo de interpretação realizado aqui é necessariamente arriscado e cheio de conflitos. É arriscado porque o significado de uma forma simbólica não é dado de antemão. Ele não é fixo nem determinado. E é cheio de conflitos pois “[...] oferecer uma interpretação é projetar um significado possível, um dentre muitos significados possíveis que podem divergir, ou conflitar com outro.” (THOMPSON, 2000, p. 380).

Esse conflito potencial, no entanto, não envolve apenas a projeção de um significado possível. Estamos no campo da interpretação da ideologia e a interpretação da ideologia, conforme observa Thompson (2000, p. 380), envolve também “[...] a afirmativa de que o significado serve, em certas circunstâncias, para estabelecer e sustentar relações de dominação.” Nesse sentido, a interpretação da ideologia pode intervir na vida social, ou seja,

pode intervir nas próprias relações sociais que o objeto de interpretação sustenta. Interpretar uma forma simbólica como ideológica “[...] é abrir a possibilidade à crítica, não apenas de outras interpretações (inclusive as interpretações dos que constituem o mundo social), mas também das relações de dominação em que esses sujeitos estão inseridos.” (p. 380).

CAPÍTULO 8

POTENCIAL IDEOLÓGICO DOS DISCURSOS

Neste capítulo, discutimos o potencial ideológico dos materiais discursivos. Mais concretamente, discutimos em que medida e como eles estão a serviço da dominação. Conforme mostramos na parte III, alguns textos defendem que a impunidade é um dos fatores que produz violência no futebol. Em determinados momentos, essa defesa reafirma a imutabilidade da situação, gerando certo ceticismo e, conseqüentemente, um sentimento de conformismo e resignação. A impunidade seria um fenômeno tão recorrente, estaria tão entranhada na estrutura da sociedade brasileira, que somos levados a crer que não podemos fazer coisa alguma, que o problema não possui solução, que tudo continuará do jeito que está. O conformismo e a resignação podem, aqui, debilitar e, até mesmo, paralisar o debate. Afinal, se não podemos mudar nada, por que continuar discutindo, agindo, protestando?

A profunda desconfiança lançada por diversos *claims-makers* em relação ao caráter e, sobretudo, à competência e à vontade de dirigentes e autoridades de resolver o problema da violência no futebol e avançar em outros assuntos relacionados ao esporte pode ser, igualmente, contraproducente, pois pode afastar o torcedor do processo político de gestão de clubes, federações e outras instituições ligadas ao futebol profissional. Afinal, dificilmente alguém bem-intencionado será incentivado a entrar num grupo onde as pessoas são sabidamente desonestas e só agem em causa própria. “Eu não me misturo com esse tipo de gente”, pode pensar o torcedor. Nesse sentido, tal desconfiança pode criar obstáculos para a participação crítica e construtiva do torcedor, ajudando a manter intacta a estrutura social do universo do futebol – talvez, seja exatamente isso que desejam aqueles que ocupem suas posições de poder.

A difusão da ideia de que a irracionalidade é uma característica natural do comportamento de grupo ou de massa igualmente pode criar obstáculos para essa participação, uma vez que ensina a percepção de que a coletividade torcedora não tem nada de significativo a dizer. Com isso, deslegitima antecipadamente qualquer tipo de contestação ou reivindicação que ela possa fazer dentro ou fora dos estádios. A difusão dessa ideia também pode contribuir para manter os torcedores numa situação de dominação ao representar como

justo e digno de apoio o controle das autoridades públicas sobre eles. No meio da massa, os torcedores agiriam de forma irracional e, muitas vezes, violenta, logo seriam pessoas potencialmente perigosas, que devem ser controladas e submetidas às ordens das autoridades policiais. Neste ponto, não é de se estranhar que, cada vez mais, seja adotado aqui no Brasil o novo paradigma mundial de construção e reformas de estádios, que, através de diversos mecanismos de controle, busca suplantir a participação ativa do torcedor por uma perspectiva mais passiva e distanciada (GIULIANOTTI, 2002).

No entanto, talvez ainda mais nefasto para o debate seja o fato de diversos *claims-makers* adotarem uma narrativa estigmatizadora. O torcedor violento é frequentemente reduzido à condição de “vagabundo”, “baderneiro” e “marginal”. Com isso, toda sua identidade social é contaminada pela marca da delinquência. Esse torcedor não é alguém que, entre outras práticas, envolve-se em atos de violência; ele é a encarnação da própria violência, a personificação da maldade. Longe de ser interpretada como o resultado de um acontecimento social, histórico e cultural, a violência é, assim, atribuída a um defeito moral ou de caráter. Com isso, o debate perde em conhecimento sobre as especificidades de vida que levam esses torcedores a agirem violentamente, tornando mais difícil qualquer possibilidade de empatia. O torcedor violento é o “outro”, aquele que ameaça o “torcedor comum” e as “famílias”, aquele que, portanto, deve ser submetido, que deve perder. Ao concentrar no “outro” a origem do próprio sofrimento, esses discursos dificultam, conseqüentemente, a possibilidade de construção de iniciativas de aproximação, diálogo, confiança e convivência para evitar mais violência. Não parece ser por acaso que esse tipo de iniciativa quase não foi mencionado pelos *claims-makers*, exceção feita aos torcedores organizados entrevistados e a alguns outros poucos agentes.

Conforme tentamos mostrar, essa narrativa estigmatizadora atinge também a identidade social de um grupo específico de torcedores: as torcidas organizadas. Formadas em sua maioria por homens jovens com poucos recursos financeiros e materiais, essas torcidas não são apenas um segmento em situação de vulnerabilidade social, mas, principalmente, em situação de vulnerabilidade simbólica. Mais do que qualquer outro grupo de torcedores, essas torcidas estão sujeitas ao estigma da violência e seus correlatos. Prova disto é que são comuns os discursos que fundem o torcedor violento e o torcedor organizado numa mesma figura, convertendo-os em sinônimos.

Ao mesmo tempo em que apagam a ação violenta de outros torcedores, oferecendo uma visão muito parcial do fenômeno da violência no futebol, esses discursos contagiam a imagem das torcidas organizadas com a marca da delinquência, como se todos os seus filiados fossem violentos, e não apenas uma minoria. Ao invés de serem vistas como instituições que abrigam diversos tipos de pessoas e que se envolvem com uma enorme variedade de atividades, as torcidas organizadas são construídas como “gangles”, “facções”, “agremiações criminosas”, “bandidos travestidos de torcedores”. Enfim, elas são o inimigo a ser combatido. Como no caso da falta de menção a iniciativas de diálogo, não parece ser por acaso também o amplo apoio dado ao Art. 39-B do Estatuto do Torcedor, que cria dispositivos que facultam penalizar essas torcidas.

Tampouco é de se surpreender que nenhum *claim-maker* posicione-se contrariamente ao Art. 2-A do mesmo estatuto, que obriga essas torcidas a manter um cadastro atualizado de seus filiados. Recordemos que a proposta de criar um cadastro nacional dos torcedores foi duramente criticada, sendo ironizada e ridicularizada por diversos *claims-makers*. Assim, enquanto a criminalização do torcedor não filiado a uma torcida organizada parece causar indignação – sobretudo de alguns setores da mídia – a criminalização do torcedor organizado parece ser vista com naturalidade. O estigma opera justamente desta forma: desumaniza e, ao fazer isto, autoriza o controle social sobre aquele que é desumanizado. Podemos dizer, portanto, que, ao legitimar mecanismos legais de controle e penalização específicos para os torcedores organizados, os discursos que os estigmatizam contribuem para estabelecer e sustentar relações de dominação das autoridades públicas sobre eles.

Mas os efeitos do estigma que marca esses torcedores vão (ou podem ir) além. Primeiro, porque o estigma tem o potencial de produzir aquilo que foi chamado de “contágio osmótico”, que se refere ao medo da contaminação pelo convívio social (AMARAL, 1994). Uma imagem que, talvez, ilustre bem esse efeito potencial é a do leproso. Assim como este, o estigmatizado é usualmente tido como alguém cujo convívio é maléfico, pois pode gerar efeitos perniciosos e contagiosos. A partir da ideia de “contágio osmótico”, podemos considerar a hipótese de que o estigma sofrido pelas torcidas organizadas pode estar afastando dessas torcidas pessoas bem-intencionadas, que não querem ser vistas como delinquentes ou que temem se tornarem um depois do convívio com os torcedores organizados. Por outro lado, esse estigma também pode estar servindo de atrativo para pessoas mal-intencionadas, que desejam cometer atos delituosos ou simplesmente serem reconhecidas por isso. Como diz o ditado: “diz-me com que andas e te direi quem és”.

Segundo, porque, de certo modo, esse estigma contribui para diminuir o poder político dos torcedores organizados. Conforme já indicamos na análise sócio-histórica, esses torcedores praticamente não possuem voz na mídia nem em outros lugares onde é realizado o debate público em torno das questões relativas ao futebol profissional. Não é difícil inferir que o descrédito estabelecido em relação a eles subtrai seu “direito à palavra”: faz deles uma fonte de informação e reflexão ilegítima e, por isso, não consultada. Mais ainda, mesmo nos casos em que eles são consultados, sua palavra perde em força simbólica, pois é contaminada por esse descrédito. Nesse sentido, ao enfraquecer ou, até mesmo, destruir a reputação dos torcedores organizados, os discursos que os estigmatizam contribuem para minar a credibilidade deles e, conseqüentemente, reduzir sua capacidade de mobilizar apoio e de interferir nos processos decisórios acerca das políticas de contenção da violência no futebol, em particular, e nos arranjos institucionais do futebol profissional, de uma maneira geral. Ao fazerem isso, esses discursos reproduzem a dominação dos outros *claim-makers* sobre esses torcedores.

Terceiro, porque esse estigma tem o potencial de contaminar grupos sociais mais amplos. Baseando-se nas análises de Waxman sobre pobreza e estigma, Andrade (2004) observa que o julgamento feito do pobre desacreditado (que pode ser o “criminoso”, o “menino de rua”, a “puta” etc.) tem um efeito em onda ou em cadeia, como uma pedra que cai dentro da água, que segue para toda a pobreza, numa espécie de contaminação. Nesse sentido, podemos supor que o estigma que marca o torcedor organizado (tomado como um pobre desacreditado) pode estar contaminando todos os torcedores pobres – principalmente os jovens – convertendo esses torcedores em sinônimo de suspeitos ou, pior, de bandidos. Diante disto, ele pode estar contribuindo para a manutenção de um conjunto mais amplo de relações de dominação: dos não pobres sobre os pobres.

Na sociedade da qual participamos, a relação entre pobres e não pobres está estruturada assimetricamente, e essas relações assimétricas são, em grande medida, reproduzidas no interior do universo do futebol profissional. Conforme já indicamos na parte II, essa reprodução é expressa, por exemplo, pelo crescente processo de elitização pelo qual passa o futebol atualmente, marcado, entre outras coisas, por uma política deliberada de exclusão dos setores populares dos estádios e por um aumento abusivo do preço dos ingressos. Se considerarmos que algumas das demandas sociais e políticas das torcidas organizadas são altamente contestatórias a esse processo – como o combate a esse aumento abusivo – então somos levados a perceber que sua estigmatização pode estar reforçando a

dominação dos não pobres sobre os pobres também ao minar sua força política, e não somente por conta do efeito supracitado.

Além do mais, nesse contexto de elitização do futebol, as torcidas organizadas surgem como associações populares, que podem possibilitar que torcedores pobres participem efetivamente das decisões do clube de coração e da gestão do futebol profissional, de tal modo que seus anseios e necessidades sejam levados em consideração. Ao criar obstáculos para essa participação, a estigmatização das torcidas organizadas, certamente, contribui para a marginalização desse torcedor. De certo modo, esse processo de marginalização parece ser também sustentado pelos discursos que procuram defender os direitos do torcedor pela sua condição de consumidor. Afinal, eles acabam assumindo acriticamente a ideia de que o direito de cidadania está intrinsecamente atrelado à prática de consumo. Assim, se a cidadania é garantida pelo poder de compra, o pobre, por conseguinte, é um “cidadão de segunda-classe”.

Diante do exposto, podemos afirmar que o atual debate em torno da violência no futebol tem mobilizado, de certa forma, a ideologia. Afinal, parte dos discursos nele enunciados contribui para a reprodução de relações de dominação, legitimando mecanismos de controle social sobre a coletividade torcedora e marginalizando os torcedores organizados, em particular, e os torcedores pobres, em geral. Ao mobilizar a ideologia, esse debate, ao invés de ajudar a construir a convivência, acirra a violência. Afinal, a partir da concepção de violência assumida nesta tese, toda relação de dominação pode ser considerada uma forma de violência, na medida em que limita o potencial de intervenção das pessoas ou grupos dominados no curso dos acontecimentos. Aqui, dois fios teóricos fundamentais desta tese parecem, então, se entrelaçarem: os conceitos de ideologia e de violência.

Em produções mais recentes, Galtung (2003) desenvolve o conceito de “violência cultural”. Tal conceito refere-se aos aspectos simbólicos da nossa existência que são utilizados para justificar e legitimar a violência, seja ela pessoal ou estrutural. A ideologia mobilizada pelo debate em questão poderia ser considerada, portanto, como uma forma de violência cultural contra os torcedores organizados e contra os torcedores pobres. No entanto, ela é mais do que isso, pois, conforme tentamos mostrar ao longo de toda a análise discursiva, a legitimação é apenas um dos seus modos de operação. A produção ideológica aqui analisada também fragmenta, dissimula, reifica... A partir desta constatação, fomos levados a pensar se não seria útil para a compreensão do referido debate a ampliação do conceito de violência

cultural para *o sentido a serviço da violência*, tornando a legitimação apenas um dos seus modos de operação e não parte constitutiva da conceituação.

Com essa ampliação, poderíamos abordar a questão do entrecruzamento entre os sentidos mobilizados pelos materiais discursivos e as relações estabelecidas de dominação no universo do futebol sem nenhum prejuízo, ao mesmo tempo em que poderíamos discutir como esses sentidos podem estar contribuindo para produzir e reproduzir outras formas de violência. Para compreendermos se, em que medida e como eles estabelecem e sustentam as diversas formas de violência, a conceituação de ideologia de Thompson é insuficiente uma vez que a dominação é apenas uma entre outras formas de violência. A conceituação de violência cultural, de Galtung, é igualmente insuficiente, pois desconsidera que o discurso pode estar a serviço da violência não apenas legitimando essa prática, mas também empregando outras estratégias de construção simbólicas.

Essa discussão entre os discursos enunciados no debate em questão e as suas possíveis relações com as diversas formas de violência praticadas pelo e contra o torcedor escapa, todavia, do escopo desta tese, que enfoca apenas as relações entre sentido e dominação. A reformulação proposta do conceito de violência cultural serve aqui, portanto, apenas como exercício de reflexão teórica para abrir caminho para novos enfoques de pesquisa e estimular a produção de novos argumentos. Nas páginas que seguem, fiquemos, assim, com a questão do potencial crítico do material analisado.

CAPÍTULO 9

POTENCIAL CRÍTICO DOS DISCURSOS

Neste capítulo, discutimos o potencial crítico ou contestatório dos materiais discursivos analisados. Mais concretamente, discutimos em que medida e como eles subvertem relações de dominação. O primeiro ponto a ser assinalado é que existe uma condenação consensual da violência física. Em momento algum, esta é definida em termos positivos. Além disso, é importante assinalarmos que, embora possua um aspecto conservador, conforme já indicamos no capítulo anterior, a tendência de pensar o torcedor como consumidor possui um lado contestatório, pois serve para cobrar das autoridades e dirigentes uma mudança no (péssimo) tratamento dado ao torcedor brasileiro dentro e fora dos estádios.

Também é importante destacarmos que se, por um lado, a desconfiança profunda lançada por diversos *claims-makers* sobre as autoridades e dirigentes pode ser contraproducente, pois pode afastar o torcedor do processo político de gestão do futebol profissional; por outro, não podemos deixar de reconhecer que essa desconfiança coloca em xeque a credibilidade dos primeiros, expondo sua falibilidade. Nesse sentido, essa desconfiança possui, para o debate, um caráter crítico ou contestatório, pois ela representa uma forma de resistência e protesto contra grupos que ocupam posições de dominação.

Além do mais, essa desconfiança retira o torcedor violento ou organizado da condição de único culpado pela violência no futebol e, ao fazer isso, abre a possibilidade para se buscar soluções criativas, que visem a outros envolvidos no problema social em questão, e não somente a uma das partes. Aqui, dirigentes e autoridades também devem melhorar e ser corrigidos. Recordemos, por exemplo, que, ao criticar a ação da polícia, alguns *claims-makers* sugerem que a solução do problema passa também por uma maior especialização desta.

De forma similar, os discursos que acusam dirigentes e jornalistas de estimularem a violência em véspera de jogos considerados importantes complexificam o problema, indicando que esses profissionais são corresponsáveis pelos casos de violência no futebol. Neste ponto, a entrevistada Heloisa Reis chega até mesmo a sugerir que a solução passa pela

formulação e aplicação de um Termo de Reajuste de Conduta, que normatize o trabalho dos jornalistas.

Outro ponto importante de ser considerado aqui diz respeito à defesa da criminalização da fraude desportiva e da prática do cambismo. Tal defesa possui uma dimensão crítica, pois, de certa forma, representa um modo de contestação de alguns *claims-makers* a um conjunto de práticas consideradas lesivas ao torcedor. Também possui uma dimensão desta natureza a condenação feita ao cadastramento nacional dos torcedores, dado que, de certo modo, ela pode contribuir para minar a dominação exercida pelas autoridades públicas sobre os torcedores, constituindo, num plano mais amplo, uma forma de resistência ao controle do Estado sobre o cidadão, que é visto pelos críticos da medida como algo negativo.

Conforme já discutimos no capítulo 7, diferentemente dessa proposta de cadastramento, as propostas de restrição ou extinção da torcida visitante parecem visar, principalmente, ao torcedor organizado, que, muitas vezes, constitui a maior parte da torcida visitante. Nesse sentido, as críticas feitas a elas por alguns *claims-makers* constituem uma forma de resistência – ainda que parcial e não articulada como tal – à dominação das autoridades públicas sobre os torcedores organizados. Igualmente crítica à dominação exercida pelas autoridades públicas é a proposta de ampliar o diálogo entre as diversas partes envolvidas no problema. Afinal, esta proposta desafia a ideia de que a solução deve vir de “cima para baixo”, como se as autoridades agissem sempre “no melhor interesse do torcedor”.

Tanto essas últimas críticas quanto as feitas ao cadastramento nacional dos torcedores são particularmente interessantes de serem analisadas, pois indicam que, no debate em torno da violência no futebol, a própria mobilização da ideologia tem, de certa maneira, provocado a sua contradição, ou seja, a sua crítica. Ao invés de aceitarem passivamente a proposta de algumas autoridades públicas de ampliar o controle do Estado sobre o torcedor, diversos *claims-makers* contestaram e denunciaram esse aumento, que é visto como abusivo – inclusive, ridicularizando-o e satirizando-o. Sendo assim, o que, a princípio, visava persuadir uma audiência a fim de angariar apoio, acabou provocando revolta e protesto. Nesse sentido, para empregarmos o dito popular, podemos afirmar que “o tiro saiu pela culatra”.

Também podemos afirmar que a ideia de que o combate à desigualdade social é uma das soluções para o problema é contestatória às condições socioeconômicas do país. Por sua vez, a proposta de ampliar o investimento planejado em cidadania e educação é crítico às condições educacionais do país, que são vistas como insatisfatórias. Desde que esse

investimento não vise à “normalização” ou “domesticação” do torcedor, ele, muito provavelmente, possui um potencial transformador, pois pode permitir o seu desenvolvimento autônomo. Assim como o combate à desigualdade social, este investimento não pode ser tomado isoladamente, pois, neste caso, pode frear soluções mais imediatas e concretas. Afinal, no momento em que a solução passa por transformações mais gerais e estruturais, podemos ser levados a crer que não podemos fazer nada no curto prazo, o que pode ajudar a manter tudo do jeito que está.

Diante do exposto, podemos afirmar que o atual debate em torno da violência no futebol também tem mobilizado críticas e intervenções desafiadoras e transformadoras do *status quo*. Afinal, parte dos sentidos mobilizados nesse debate contribui para a subversão de relações de dominação, contestando as condições sociais, econômicas e educacionais do país, a forma de atuação dos meios de comunicação, das autoridades públicas e dirigentes desportivos, bem como o tratamento dado ao torcedor. Como a relação de forças entre essas dimensões críticas e as ideológicas analisadas no capítulo anterior se comportará com o decorrer do tempo, é uma questão em aberto. Certamente, para respondê-la com mais precisão, será necessário uma análise mais prolongada do debate e das maneiras como ele transforma o universo do futebol.

Por último, consideramos pertinente observar que, assim como os aspectos ideológicos mobilizados pelo debate acirram a violência, as intervenções críticas mobilizadas por ele ajudam na construção da paz. Afinal, se a paz é a negação da violência e toda relação de dominação é uma forma de violência, então todo discurso que contesta essa relação contribui para o estabelecimento da paz. Ao desenvolver o conceito de “violência cultural”, analisado no capítulo anterior, Galtung (2003) também desenvolve o conceito de “paz cultural”, que seria o seu contrário. A “paz cultural” refere-se, assim, àqueles aspectos de uma cultura que são utilizados para justificar e legitimar a paz. Da mesma forma que o primeiro conceito, este também nos parece ser analiticamente limitado por trazer para sua conceituação apenas um dos modos de operação da crítica à ideologia, a legitimação. Diante disto, se no capítulo anterior sugerimos uma definição ampliada de violência cultural, neste capítulo, propomos o mesmo com o conceito de paz cultural, definindo-o como *o sentido a serviço da paz*. Com isso, convertemos novamente a legitimação em apenas um dos modos de operação possíveis, ao invés de colocá-la como parte constitutiva de uma conceituação.

A reformulação desses dois conceitos, certamente, pode ser considerada como ingênua ou, pior, como um atrevimento indevido. No entanto, gostaríamos de lembrar que, conforme afirma o próprio Galtung (2003), quando desenvolvemos um estudo científico, uma de nossas principais tarefas deve ser nos libertar de uma das mais nefastas formas de violência: a violência cultural acadêmica. Por mais que ocupe um lugar central no desenvolvimento do pensamento social e político, nenhuma obra ou conceito está imune de críticas e reformulações. Em última instância, é a discórdia que estimula a reflexão e o debate de ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos potenciais ideológico e crítico do atual debate público em torno da violência no futebol brasileiro constitui uma tarefa central para a crítica das relações de dominação estabelecidas e sustentadas nesse e por esse debate. Nosso objetivo aqui jamais foi o de estudar os discursos sobre essa violência porque eles são “interessantes” de serem estudados, mas sempre tivemos “[...] o propósito explícito de contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados.” (VAN DIJK, 2008, p. 16). Uma coisa é estudar formalmente a estrutura de um discurso, outra coisa é fazê-lo com igual rigor, mas visando mostrar como tal estrutura pode contribuir para oprimir, excluir e dominar. Foi contra as mais diversas formas de dominação no universo do futebol que escrevemos esta tese. Afinal, como diria Thompson (2000, p. 416), “a interpretação da ideologia possui uma conexão intrínseca com a crítica à dominação.”

Gostaríamos, todavia, de reforçar, nestas linhas finais, que, ao tratarmos do potencial ideológico do debate em questão, não quisemos, de forma alguma, sugerir que a ideologia é a única maneira pela qual as relações de dominação no universo do futebol são mantidas. Afinal, essas relações certamente são sustentadas de maneiras muito diversas e por meio de diferentes fatores. Por exemplo, podemos suspeitar que algumas dessas relações são mantidas pelo fato de certas práticas terem sido seguidas durante muito tempo e com tal regularidade que simplesmente converteram-se em hábito. Do mesmo modo, gostaríamos de salientar que, tampouco, quisemos sugerir que as perspectivas e pontos de vistas analisados aqui sejam os únicos existentes e, muito menos, que eles sejam intrinsecamente ideológicos ou críticos. Conforme buscamos destacar ao longo de toda a tese, não podemos derivar o caráter ideológico ou crítico de uma produção simbólica dela mesma: se ela é ideológica ou não, isso vai depender das circunstâncias sócio-históricas específicas em que ela é produzida, transmitida e recebida (THOMPSON, 2000).

No entanto, ainda que exista tal variação contextual, podemos dizer que é possível ter certa compreensão geral de como, no atual cenário do futebol brasileiro, a ideologia é mobilizada através de determinadas construções discursivas. Assim, especialmente aqueles que ocupam posições de poder nesse cenário “[...] devem ter um entendimento acerca de quais as possíveis ou prováveis consequências de seus discursos sobre as representações sociais de seus receptores.” (VAN DIJK, 2008, p. 33). Conforme tentamos demonstrar nesta tese, há

pouca dúvida, por exemplo, que a repetida ênfase e o enfoque nas características “desviantes” ou criminais dos torcedores organizados criam e confirmam atitudes discriminatórias contra esse torcedor. Também há pouca dúvida de que a generalização em relação à falta de vontade e competência de dirigentes e autoridades de resolver o problema, aliada à ênfase na imutabilidade da situação, pode levar a um sentimento de resignação contraproducente. Diante disto, a falta de uma relação causal direta entre estrutura discursiva e ideologia não pode servir de desculpa para uma prática discursiva discriminatória e irresponsável. O debate público sobre violência no futebol pode e deve ser orientado por princípios éticos. Sem nenhuma pretensão de exaustividade, citamos alguns:

- Atentar para o fato de que o torcedor é, antes de tudo, cidadão, de tal modo que seus direitos devem ser resguardados independentemente do estabelecimento de relações de consumo;
- Atentar para o fato de que a maioria dos torcedores organizados não é delinquente, do mesmo modo que existem também torcedores violentos que não pertencem a torcidas organizadas;
- Atentar para o fato de que as torcidas organizadas possuem muitos outros aspectos além da violência;
- Atentar para o fato de que os dirigentes dessas torcidas têm realizado trabalhos para a paz;
- Atentar para o fato de que a sistemática rotulação negativa dessas torcidas desumaniza seus filiados e pode atrair torcedores mal-intencionados para elas, assim como afastar torcedores bem-intencionados;
- Atentar para o fato de que encontramos torcedores violentos em todas as classes sociais;
- Atentar para o fato de que a violência não é necessariamente um atributo perene ao caráter dos torcedores que agem violentamente, mas a decorrência de uma situação contingencial;
- Atentar para o fato de que autoridades públicas e dirigentes desportivos não constituem necessariamente um grupo homogêneo, podendo haver entre eles diferenças significativas de comportamento e de comprometimento com a resolução do problema;

- Atentar para o fato de que a sistemática rotulação negativa desses agentes suprime essas diferenças e pode afastar o torcedor do processo político de gestão de clubes, federações e outras instituições ligadas ao futebol profissional;
- Atentar para o fato de que o problema da violência no futebol não é imutável;
- Atentar para o fato de que a veiculação de prognósticos fatalistas, que reafirmam a imutabilidade das condições atuais do problema, pode levar ao conformismo;
- Atentar para o fato de que medidas de contenção da violência física podem ser estruturalmente violentas, reproduzindo relações de dominação;
- Atentar para o fato de que a produção discursiva sobre violência no futebol, mesmo no caso daquelas que buscam denunciar essa violência, podem servir para acirr-la;
- E, finalmente, atentar para o fato de que esse problema complexo e que, para uma melhor compreenso dele, preciso dar voz a todas as partes envolvidas.

Uma vez estabelecidas essas propostas de princpios ticos, e tendo em mente que o fazer cientfico , em grande medida, cumulativo, gostaramos de encerrar esta tese abrindo novas perspectivas de abordagem do tema. Considerando os novos eventos desportivos que esto por vir aqui no Brasil – especialmente a Copa do Mundo de 2014 – muito provvel que o debate em torno da violncia no futebol ganhe “novos captulos”, com a entrada de novos *claims-makers* e de novas questes. A recente discusso em torno da liberao de bebida alcolica em tal evento, por exemplo, parece ter reacendido a discusso sobre a relao entre lcool e violncia. J a entrada em cena de novas associaes de torcedores – como a ANT e a FNT – parece ter trazido com mais fora para o debate a questo da elitizao do esporte. Diante disto, os prximos anos parecem ser particularmente promissores para quem deseja seguir com as reflexes sobre o tema.

Outro enfoque de pesquisa que nos parece particularmente interessante de ser levado a cabo a anlise histrica dos ciclos opinativos sobre a violncia no futebol brasileiro desde a chegada do esporte no pas. Outra possibilidade de pesquisa seria abordar as imagens utilizadas para retratar essa violncia. Seria igualmente interessante o desenvolvimento de uma investigao sobre como os discursos analisados nesta tese tm sido apropriados e utilizados pelos torcedores que no participam – ou que participam com menos visibilidade e

influência – do debate em questão. Será que esses torcedores reproduzem e compactuam com tais discursos? Como esses discursos têm afetado a vida desses torcedores e a sua relação com o futebol?

Do mesmo modo, seria muito profícuo realizar uma análise mais aprofundada acerca do potencial ideológico e crítico dos documentos e leis que embasam as atuais políticas de segurança nos espetáculos futebolísticos no Brasil. Será que os objetivos dessas políticas respondem realmente as necessidades e interesses das pessoas diretamente afetadas por elas? Sem dúvida, o questionamento desses objetivos é crucial para a revisão da avaliação inicial dessas políticas – o que é um ponto chave para sua reformulação e criação de novos programas e projetos de prevenção da violência no futebol. Também é de fundamental importância sabermos um pouco mais sobre as percepções que o torcedor que se envolve sistematicamente em atos de violência têm sobre o problema. Será que ele o reconhece como um problema e, se sim, por que se envolve? Como ele articula o próprio entendimento da violência com a produção discursiva predominante sobre ela? Finalmente, seria bastante interessante conhecermos melhor o que pensam os policiais que trabalham em dias de jogos. Será que a violência policial não estaria atrelada, por exemplo, à visão equivocada, preconceituosa e estigmatizadora difundida por diversos *claims-makers* sobre os torcedores organizados?

Certamente, o levantamento e a discussão dessas questões poderão não somente contribuir para uma melhor compreensão por parte dos acadêmicos do problema da violência no futebol, mas também servir de estímulo para uma reflexão crítica de outras pessoas envolvidas na construção desse problema. Em última análise, as pesquisas propostas aqui podem trazer contribuições significativas para o debate em torno das políticas públicas para a prevenção da violência no esporte. Todavia, cabe reforçarmos que este debate não deve ficar a cargo de alguns poucos “especialistas”, pois se não existem regras preestabelecidas através das quais possamos responder com segurança se essas políticas são de fato justas, podemos nos aventurar a afirmar que elas, para serem merecedoras de apoio, devem contar com a participação efetiva de todos os grupos sociais afetados por elas (THOMPSON, 2000). Diante disto, finalizamos esta tese com a esperança de que, num futuro próximo, seja dada mais atenção às perspectivas e aos interesses e objetivos dos grupos que habitualmente são excluídos das posições de poder na sociedade, em geral, e no universo do futebol, em particular. Definitivamente, estes grupos devem ser mais considerados nos acordos e nas decisões sobre os rumos do esporte no país. O futebol é alegria do povo brasileiro, falta agora também ser governado por ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALABARCES, P. et al. “Aguante” y represión: fútbol, violencia y política en la Argentina. In: ALABARCES, P. (Coord.). **Peligro de gol: estudios sobre deporte y sociedad en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 211-230.

ALVITO, M. “A parte que te cabe neste latifúndio”: o futebol brasileiro e a globalização. **Análise Social**, v. 41, n. 179, p. 451-474, 2006.

AMARAL, L. Mercado de trabalho e deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 1, n. 2, p. 127-136, 1994.

ANDRADE, L. **Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia**. São Paulo: EDUC; São Paulo: FAPESP, 2004.

ASSIS, T. F. de. **A representação social da violência em torcidas organizadas de futebol**. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TORCEDORES E TORCEDORAS. **História e lutas**. Disponível em: www.torcedores.org.br/historia. Acesso em: 16 de out. 2011.

AZEVEDO, A. A. O direito de torcer e como torcer direito: uma interpretação do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671, de 2003), na perspectiva da relação de consumo do espetáculo de futebol. In: AZEVEDO, A. A. (Org.). **Torcedores, mídia e políticas públicas de esporte e lazer no Distrito Federal**. Brasília: Thesaurus, 2008. p. 17-48.

BANDEIRA, G. A. **Eu canto, bebo e brigo... alegria do meu coração: currículo de masculinidades nos estádios de futebol**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

BARRAS BRAVAS. **El lugar justo para los inaptos de siempre**. Disponível em: www.barras-bravas.com.ar. Acesso em: 22 de abr. 2009.

BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BARROS FILHO, C.; SÁ MARTINO, L. M. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BERGER, R. J. Constructing the “Jewish Problem” in Nazy Germany. In: BEST, J.; LOSEKE, D. R. (Ed.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Walter de Gruyter, 2003. p. 272-277.

BEST, J. Rhetoric in claims-making: constructing the missing children problem. **Social Problems**, vol. 34, n. 2, p. 101-121, 1987.

_____. **Random violence: how we talk about new crimes and new victims**. Berkeley: University of California Press, 1999.

_____. The apparently innocuous “just”, the law of levity, and the social problems of social construction. In: HOLSTEIN, J.; MILLER, G. (Ed.). **Perspectives on social problems**. Stamford: JAI PRESS INC, 2000. p. 3-13.

_____. Audiences evaluate statistics. In: BEST, J.; LOSEKE, D. R. (Ed.) **Social problems: constructionist readings**. New York: Walter de Gruyter, 2003. p. 43-50.

BEST, J., LOSEKE, D. Evaluating constructionist perspectives on social problems: introduction. In: BEST, J.; LOSEKE, D. R. (Ed.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Walter de Gruyter, 2003a. p. 251-253.

_____. Examining social problems: introduction. In: BEST, J.; LOSEKE, D. R. (Ed.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Walter de Gruyter, 2003b. p. 3-6.

_____. Claims-makers and audiences: introduction. In: BEST, J.; LOSEKE, D. (Ed.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Aldine de Gruyter, 2003c. p. 39-42.

_____. Constructing conditions: introduction. In: BEST, J.; LOSEKE, D. (Ed.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Aldine de Gruyter, 2003d. p. 77-80.

_____. Constructing solutions: introduction. In: BEST, J.; LOSEKE, D. (Ed.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Aldine de Gruyter, 2003e. p. 143-145.

BETTI, M. Esporte na mídia ou esporte da mídia? **Motrivivência**, v. 12. n. 17, p. 107-111, 2001.

BLANCAFORT, H. C.; VALLS, A. T. **Las cosas del decir: manual de análisis del discurso**. 2. ed. Barcelona: Ariel Lingüística, 2008.

BOURDIEU, P. **La distinción: criterios y bases sociales del gusto**. Madrid: Taurus, 1988.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003. p. 144-169.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei n°10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 22 jan. 2011.

_____. **Lei n° 12.299**, de 27 de julho de 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei n° 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Auto-interesse e incompetência. **RBE**, v. 57, n. 1, p. 209-222, 2003.

BUFORD, B. **Entre os vândalos**: multidão e a sedução da violência. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMPOS, P. A. F.; MELO, M. A.; ABRAHAO, B. O. L.; SILVA, S. R. As determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor sobre a questão da violência: a segurança do torcedor de futebol na apreciação do espetáculo esportivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, p. 9-24, 2008.

CANGUILHEN, G. **O normal e o patológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CAPESTRANI, C. E. **A festa como transgressão das torcidas organizadas**: uma etnografia da Torcida Tricolor Independente. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

CAPEZ, F. A violência no futebol. In: LERNER, J. (Org.). **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo; São Paulo: Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, 1996. p. 49-52.

CARDIA, N. A violência no futebol e a violência na sociedade. In: LERNER, J. (Org.). **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo; São Paulo: Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, 1996. p. 79-88.

CARNEIRO, H. F.; SANTOS, M. B. dos. A lei e a anomia nas torcidas organizadas de futebol. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 60, n. 3, p. 104-112, 2008.

CARVALHO FILHO, L. F. Impunidade no Brasil: colônia e império. **Revista Estudos Avançados**, vol. 18, n. 51, p. 181-194, 2004.

CAVALCANTI, Z. G. **Identidade coletiva de torcidas organizadas de futebol**. 2002. 150 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2002.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHINAGLIA, A. violência nos estádios de futebol: sua origem, prevenção e repressão. In: LERNER, J. (Org.). **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo/Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, 1996, p. 45-48.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Confederação Brasileira de Futebol web site oficial**. Disponível em: <www.cbf.com.br>. Acesso em: 21 de mai. 2009.

COLEMAN, J. W.; KERBO, H. R. **Social problems**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2006.

CORDEIRO, M. **Nada sobre nós sem nós: vida independente, militância e deficiência**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

DAGA, R. **Ideologia**. Disponível em: <http://www.gavioes.com.br/2009/gavioes.aspx?p=ideologia>>. Acesso em: 21 de mai. 2009.

DAMATO, M. Copa 2014, cerveja e cidadania. **LANCE!**, São Paulo, p. 3, 11 jun. 2009.

DAVIS, P. W. The changing meanings of spanking. In: BEST, J.; LOSEKE, D. R. (Ed.). **Social problems: constructionist readings**. New York: Walter de Gruyter, 2003. p. 6-13.

DE HORCAJO, J. J.; UÑA, O. **La sociología: textos fundamentales**. Madrid: Libertarias; Madrid: Prodhufi, 1996.

DUNNING, E.; MURPHY, P.; WILLIAMS, J. Spector violence at football matches: towards a sociological explanations. In: ELIAS, N; DUNNING, E. **Quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process**. Cambridge: Blackwell, 1993. p. 245-266.

_____. **O futebol no banco dos réus**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

ELIAS, N. **El proceso de la civilización: investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

ESLAVA, G. Barras bravas: pasión, agresión, represión. In: ENCONTRO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS SOCIOCULTURALES DEL DEPORTE, 1., 2008, Curitiba. **Biblioteca...** Curitiba: Centro Esportivo Virtual, 2008. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/barras-bravas-pasion-agresion-represion.pdf>>. Acesso em: 16 de abr. 2011.

FISAS, V.; GRASA, R. Prologo. In: GALTUNG, J. **Sobre la paz**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1985. p. 7-23.

FLORENZANO, J. P. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: FAPESP; São Paulo: EDUC, 2009.

_____. A babel do futebol: atletas interculturais e torcedores ultras. **Revista História**, v. 1, n. 63, p. 147-149, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREITAS, M. A. Futebol e construção da subjetividade masculina: leituras da psicologia social. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, vol. 1, n. 1, p. 01-19, 2007.

FRENTE NACIONAL DOS TORCEDORES. **Quem somos?** Disponível em: <http://www.frentedostorcedores.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55>. Acesso em: 29 de dez. 2011.

GALTUNG, J. **Sobre la paz**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1985.

_____. **Paz por medios pacífico: paz y conflicto, desarrollo y civilización**. Bilbao: Bakeaz; Bilbao: Gernika Gogoratz, 2003.

GARLAND, D. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIGLIO, S.; SPAGGIARI, E. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). **Revista de História**, v. 1, n. 163, p. 293-350, 2010.

GINER, S.; DE ESPINOSA, E.; TORRES, C. **Diccionario de sociología**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

GIANOLI, M. **O torcedor de futebol e o espetáculo da arquibancada: características da participação de torcedores brasileiros em jogos de futebol**. 1996. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996

GIL, G. J. Criminalización, arbitrariedad y doble militancia: la policía y la violencia en el fútbol argentino. **Revista de Estudios Sociales**, v. 1, n. 31, p. 132-145, 2008.

GIRÓ, X. Enfoques analíticos críticos sobre el discurso de la cobertura informativa de conflictos. In: TELLESCHI, T.; SANDOVAL F, ANDRÉS, E. (Coord.). **Espacio y tiempo en la globalización: una visión de la transparencia en la información**. Toluca: Universita' di Pisa y Comisión Estatal para el Acceso a la Información Pública del Estado de Sinaloa, 2007. p. 199-220.

GIRÓ, X.; JARQUE, J. M. El discurso editorial sobre inmigración de *El País*, *La Vanguardia*, *El Periódico* y *Avui*, desde El Ejido hasta la cumbre europea de Sevilla (1999-2000). In: ZAPATA-BARBEIRO, R.; VAN DIJK, T. (Eds.). **Discursos sobre la inmigración en España: los medios de comunicación, los parlamentos y las administraciones**. Barcelona: Fundació CIDOB, 2007. p. 17-44.

GIULIANOTTI, R. Social identity and public order: political and academic discourses on football violence. In: GIULIANOTTI, R.; BONNEY, N.; HEPWORTH, M. (Ed.). **Football, violence and social identity**. New York: Routledge, 1999. p. 10-35.

_____. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GRÊMIO GAVIÕES DA FIEL. **Gaviões da Fiel: site oficial**. Disponível em: <www.gavioes.com.br>. Acesso em: 29 de mai. 2009.

GUBA, E. G. The alternative paradigm dialog. In: GUBA, E. G. (Ed.). **The paradigm dialog**. London: Sage, 1990.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOLLANDA, B. B. de. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)**. 2008. 771 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HRYNIEWICZ, R. R. **Torcida de futebol: adesão, alienação e violência**. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

IG. **Em ano de PIB recorde, circulação de jornais cresce 1,5% em 2010**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/empresas/comercioservicos/em+ano+de+pib+recorde+circulacao+de+jornais+cresce+15+em+2010/n1237971626214.html>>. Acesso em: 21 de dez. 2011.

JUSTICIA, J.; SIXTO, F. Processos collectius i acció social. In: SIXTO, F (Coord.). **Psicologia del comportament collectiu**. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2001. p. 1-63.

KFOURI, J. **A emoção Corinthians**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

KISCHINHEVSKY, M. **Do lábaro que ostentas estrelado: mídia, futebol, identidade**. 2004. 225 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

KLEIN, M. A. **Preservar o espetáculo garantindo a segurança e o direito à cidadania: relatório final da fase I da Comissão Paz no Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte e Ministério da Justiça, 2005/2006. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/institucional/relatorioFinalPazEsporte.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

LADEIRA, F. T. **A criminalização das torcidas organizadas de futebol**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2009.

LANCE!. **Manual de redação e estilo**. Rio de Janeiro: LANCE!, 2008.

_____. **L!-IBOPE: violência no futebol já matou 51 torcedores**. Disponível em: <www.lancenet.com.br>. Acesso em: 18 de ago. 2010.

LOSEKE, D. R. Ethos, pathos, and social problems: reflections on formula narratives. In: HOLSTEIN, J. & MILLER, G. (Ed.). **Perspectives on social problems**. Stamford: JAI PRESS INC, 2000. p. 41-54.

_____. **Thinking about social problems: an introduction to constructionist perspectives**. 2. ed. New Brunswick: Aldine Transaction, 2008.

LUCCAS, A. N. **Futebol e torcidas: um estudo psicanalítico sobre o vínculo social**. 1998. 166 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

LUNA, S. **Planejamento de pesquisa: uma Introdução**. São Paulo: EDUC, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008

MARSH, P.; ROSSER, E.; HARRÉ R. **The rules of disorder**. London: Routledge, 1994.

MELO RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEZZADRI et al. As interferências do Estado brasileiro no futebol e o estatuto de defesa do torcedor. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, vol. 25, n. 3, p. 407-416, 2011.

MONTEIRO, R. A. **Torcer, lutar, ao inimigo massacrar: Raça Rubro-Negra! Uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MORRIS, D. **The soccer tribe**. London: Jonathan Cape, 1981.

MURAD, M. **A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NICÁCIO, L. G. et al. Campeonato Brasileiro de 2007: a relação do torcedor de futebol com o Estatuto de Defesa do Torcedor na cidade de Belo Horizonte – MG. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 2, p. 25-38, 2009.

NICHOLS, L. Dialogical constructionism: toward holistic understanding of social problems discourse. In: HOLSTEIN, J. & MILLER, G. (Ed.). **Perspectives on social problems**. Stamford: JAI PRESS INC, 2000. p. 55-64.

ORGANIZADAS BRASIL. **O portal das torcidas organizadas**. Disponível em: <www.organizadasbrasil.com>. Acesso em: 22 de abr. 2009.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PIMENTA, C. A. M. **Torcidas organizadas de futebol: violência e auto-afirmação**. Aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté: Vogal, 1997.

_____. Torcidas organizadas de futebol: identidade e identificações, dimensões cotidianas. In: ALABARCES P. (Comp.). **Futbologías: fútbol, identidad y violencia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 39-55.

_____. Violência entre torcidas organizadas de futebol. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 2, n. 2. p.122-128, 2000.

PLACAR. **Guia 2011 Brasileirão**. São Paulo: Abril, 2011.

PRAÇA, G. M. et al. **Levantamento e análise das Torcidas Organizadas de Minas Gerais**. 2010a. Disponível em: <<http://gefut.files.wordpress.com/2010/10/texto-levantamento-e-anyylise-das-torcidas-organizadas-de-minas-gerais.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____. **Perfil de Torcedores Organizados em Belo Horizonte: Considerações Metodológicas e Primeiras Impressões**. 2010b. Disponível em: <<http://gefut.files.wordpress.com/2010/10/texto-conbrace-2010-perfil-de-torcedores-organizados.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

PRAÇA, G. M.; SILVA, S. R. As Torcidas Organizadas de Belo Horizonte e suas Manifestações. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 21., 2009, São José. **Anais...** São José: ENAREL, 2009. Disponível em: <<http://gefut.files.wordpress.com/2010/04/11-praca-g-m-silva-s-r-as-torcidas-organizadas-de-belo-horizonte-e-suas-manifestacoes-in-21c2ba-encontro-nacional-de-recreacao-e-lazer-2009-sao-jose-grande-florianop.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

RAMOS, R. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1984.

RANGEL, S. Mortes no futebol dobram, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. p. D4, 7 jun. 2009.

REIS, H. H. B. dos. Os espectadores de futebol e a problemática da violência relacionada à organização do espetáculo futebolístico. **Revista paulista de Educação Física**, v. 17, n. 2, p. 85-92, 2003.

_____. **Futebol e Violência**. Campinas: Armazem do Ipê, 2006.

_____. O espetáculo futebolístico e o Estatuto de Defesa do Torcedor. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 31, n. 3, p.111-130, 2010.

REIS, H. H. B. dos.; ESCHER, T. A. Futebol e televisão: fechem os portões, liguem as câmaras – o show vai começar! **Conexões**, v.3. n. 1, p. 26-35, 2005.

_____. **Futebol e sociedade**. Brasília: Liber Livros, 2006.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

REYS, R. (Coord.). **Diccionario crítico de ciencias sociales**: terminología científico-social. Madrid: Plaza y Valdés Editores, 2009.

RETTO, A. B. A “multidão sem rosto”. In: LERNER, J. (Org.) **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo; São Paulo: Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, 1996. p. 39-43.

RIBEIRO, A. **Os donos do espetáculo**: história da imprensa esportiva no Brasil. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

ROSEMBERG, F.; ANDRADE, M. Infância na mídia brasileira e ideologia. In: JACÓ-VILELA A. M.; SATO, L. (Org.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 257-274.

SALERNO, D. Apología, estigma y represión: los hinchas televisados del fútbol. In: ALABARCAS P. et al. **Hinchadas**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. p. 129-158.

SÁNCHEZ DE HORCAJO J. J.; UÑA, O. **La sociología**: textos fundamentales. Madrid: Ediciones Libertarias; Madrid: Prodhufi, 1996.

SANTOS, R. P. dos. **Futebol e história**: uma jogada da modernidade. Uma história comparada entre o desenvolvimento do futebol no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1897-1924). 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

SANTOS, T. C. O lado “hard” da cultura “cool”: as torcidas e a violência no futebol. In: ALABARCES, P. **Futbologías**: fútbol, identidad y violencia em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 75-81.

_____. **Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas**: paixão, rito e magia no futebol. São Paulo: Annablume, 2004.

SANTOS JUNIOR, B. dos. Violência no esporte. In: LERNER, J. (Org.). **A violência no esporte**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo; São Paulo: Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, 1996. p. 13-18.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei nº 14.590**, de 11 de outubro de 2011. Dispõe sobre a identificação dos frequentadores dos jogos de futebol, a comercialização de ingressos, o uso de mastros de bandeiras, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei%20n.14.590,%20de%2011.10.2011.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

SHERIF, M. Conflicto y cooperacion. In. TORREGROSS, J. (Coord.). **Teoría e investigación en la Psicología Social actual**. Madrid: JOP, 1974.

SILVA, E. M. da. **“As torcidas organizadas de futebol”**: violência e espetáculo nos estádios. 1996. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1996.

SILVA, S. R. (Org.). **Levantamento da produção sobre o futebol na produção das ciências humanas e sociais de 1980 a 2007**. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – UFMG, 2009. 1 CD-ROM.

SILVA, S. R. et al. Futebol e torcida: um estudo sobre o estatuto de defesa do torcedor no campeonato brasileiro de 2006 na cidade de Belo Horizonte. **Lecturas Educación Física y Deportes**, v. 1, n. 107, p. 1-5, 2007a.

_____. Estatuto de Defesa do Torcedor e a questão da violência: uma análise sobre a apreciação do lazer a partir dos torcedores de futebol. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE / II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15, 2007, Recife, **Anais...** Recife, 2007b.

SILVA, T. F.; MELO, M. A.; NICÁCIO, L.G. O torcer enquanto uma opção de lazer em Belo Horizonte: reflexões sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 21., 2009, São José, **Anais...** São José, 2009.

SOARES, F.; VILIC, F.; DUARTE, S. Marginais da arquibancada. **Veja São Paulo**, v. 1, n. 2117, p. 26-30, 2009.

SOBRINHO, D. C. **Alma do espetáculo ou público pagante?** Uma análise culturológica sobre as representações do torcedor de futebol de futebol na mídia esportiva impressa. 2005. 234 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Neto”, Bauru. 2005.

SOFFREDI, R. R.; AZEVEDO, A. A. Violência entre torcidas organizadas no Distrito Federal: conflitos intrínsecos e ações do Poder Público. In: AZEVEDO, A. A. (Org.). **Torcedores, mídia e políticas públicas de esporte e lazer no Distrito Federal**. Brasília: Thesaurus, 2008, p. 49-94.

SPECTOR, M.; KITSUE, J. **Constructing social problems**. New York: Walter de Gruyter, 1987.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-39.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 93-123.

SPINK, P. A análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 63-92.

STYCER, M. **História do Lance!** Projeto e prática do jornalismo esportivo. São Paulo: Alameda, 2009.

TASCHNER, G. Proteção do consumidor: um estudo comparativo internacional. **Núcleo de Pesquisas e Publicações: série relatórios de pesquisas**, n. 1. São Paulo, 1995, EASP-FGV, São Paulo, Série Relatórios de Pesquisas NPP EASP-FGV, São Paulo, n.1/95, 1995.

TEIXEIRA, R. C. **Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas**. São Paulo: Annabulme, 2004.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLEDO, L. H. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 133-165, 2001.

_____. Torcer: a metafísica do homem comum. **Revista de História**, v. 1, n. 163, p. 175-189, 2010.

_____. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados; Campinas: Anpocs, 1996.

TORO, C. A. **O espectador como espetáculo**: notícias das Torcidas Organizadas na Folha de S. Paulo (1970-2004). 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TOULMIN, S. T. **Os usos do argumento**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

UNESCO. **Carta internacional da Educação Física e Desportos**. 1976. Disponível em: <<http://www.efmuzambinho.org.br/manifesto/carta68.htm>>. Acesso em: 23 de set. 2010.

VASILACHIS DE GIALDINO, I. El lenguaje de la violencia en los medios de comunicación. Las otras formas de ser de la violencia y de la prensa escrita. In: PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Aportes para la convivencia y la seguridad ciudadana**. San Salvador: PNUD, 2004.

VAN DIJK, T. A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Paidós Comunicaciones, 1997.

_____. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Comp.). **Métodos del análisis crítico del discurso**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003. p. 143-178.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VIÑAS, C. **El mundo ultra:** los radicales del fútbol español. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2005.

WACQUANT, L. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WOOD, D. El fútbol en Perú. In: GOIG, R. (Ed.). **Fútbol postnacional:** transformaciones sociales y culturales del “deporte global” en Europa y América Latina. Barcelona: Anthropos, 2009.

ZAFFARONI, E. R. Prólogo. In: ANITUA, G. I. **Historias de los pensamientos criminológicos.** Buenos Aires: Editoras del Puerto, 2005.

ZUCAL, J. G. “Soy Macho porque me la aguanto”: etnografía de las prácticas violentas y la conformación de identidades de género masculinas. In: ALABARCAS, P.; CONDE, M. DODARO, C. (Comp.). **Hinchadas.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. p. 39-58.

ANEXOS

ANEXO 1 – Artigos

LANÇE! SÁBADO, 11 DE SETEMBRO DE 2010

0xx21 3528-5331 / 3528-5334
Minas Gerais 0800-979-0991
lancenet.com.br/assinatura/

ATENDIMENTO AO LECTOR (2ª a 6ª das 9h às 18h). Rio de Janeiro: R. Santa Maria, 47 - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - 20231-210 - Tel.: (0xx11) 3528-5200. São Paulo: R. Bernardo Wrona, 339 - Limão - São Paulo/SP - 02710-060 - Tel.: (0xx11) 3528-1900 Fax: 1311. Minas Gerais: R. Manaus, 52, 8º andar - Sta. Efigênia - 30150-350 - Tel.: (0xx31) 3528-6766. PREÇOS VENDA AVULSA: DOM. A SEX, edição U Minas preço promocional R\$1,25; SP, PR, GO, DF e MG (exceto Juiz de Fora): R\$1,50; RJ, AM e Juiz de Fora: R\$1,25; SC, e ES: R\$2,00. Demais estados: R\$2,50. Circulação aos sábados no interior com A+: RJ: R\$2,00; SP: R\$2,50. Circulação aos sábados no interior com FUT: RJ e SP: R\$3,00. Exemplares atrasados: R\$3,00.

ANDRÉ KFOURI

akfour@lancenet.com.br

CHEGA DE MARASMO

Pérolas reais

Se para você, consumidor de notícias sobre futebol, é incômodo digerir as insistentes e diferentes versões do “vamos respeitar o adversário, mas vamos buscar os três pontos”, imagine a agonia de quem é obrigado a ouvir, processar e reproduzir essas declarações. Acredite, não é fácil. E acredite, também, que elas nem sempre são as velhas “mesmas respostas para as mesmas perguntas”. Até em tempos de entrevistas socializadas e coberturas pasteurizadas, continua-se buscando algo interessante, dia sim, outro também.

A semana que chega ao fim foi rica em declarações que fogem ao marasmo. Para o lado bom e o ruim. Começamos com o ruim. Alexandre Kalil, presidente do Atlético Mineiro, avançou o sinal ao misturar sinceridade com irresponsabilidade. “Os jogadores têm que se cuidar, sim. O Atlético não é brincadeira. E se eles tomarem um cacete na madrugada não vai fazer mal nenhum”, avisou. O futebol brasileiro carece de mais dirigentes com as intenções de Kalil. E menos frases incendiárias como essa, exemplos de quando o torcedor toma o lugar do cartola.

No Brasil, a violência não precisa de estímulo. Nem a idiotice dos que a praticam “em nome” de um distintivo. Kalil encheu o tanque dos desocupados que patrulham a noite de Belo Horizonte atrás de jogadores que precisam ser apresentados ao profissionalismo. Deu-lhes autorização para fazer, com truculência, o que o clube tem a obrigação de impor com autoridade. Em sua defesa, é importante ressaltar, não reclamou de interpretação equivocada. Assumiu o que disse e discursou contra o politicamente correto. Também não gosto de correção política,

mas não se brinca com a pele dos outros. Renato Gaúcho (não é a primeira vez) nos brindou com uma fresta para o que se passa dentro do vestiário. É nossa principal fonte de curiosidade, não é? Pois bem, invocando o passado de craque e o presente como técnico, contou que “Eu dizia: deixa que eu resolvo nas quatro linhas, e resolvia. É assim comigo como treinador. Se algum jogador se garantir e realmente resolver, nem precisa vir treinar”. A coragem de Renato fica maior ao lembrarmos que o time dele, o Grêmio, só agora começa a se levantar da dormência que o mantinha no U4 até a semana passada. Mas ele deve saber que não há nenhum esboço de Renato Gaúcho no atual elenco gremista. De qualquer forma, agradecemos pela di-

ca de que times de futebol não são batalhões do exército.

Por falar em agradecimentos, quem merece o maior é Joel Santana. As entrevistas do técnico do Botafogo têm sido um bálsamo, para a felicidade dos que lidam com ele diariamente. Antes do jogo contra o Santos, Joel se superou. “É melhor perder jogando como heróis do que vencer jogando como covardes”, disse, ao explicar a postura que o time teria no Pacaembu. O Botafogo sofreu, como sofrem todos os adversários do Santos. Jefferson fez pelo menos uma defesa espírita. Mas Joel mexeu para a frente, e foi premiado com o golão (imagine se o autor fosse Neymar) de Abreu.

A frase do papai deveria ser lei.

Tema da semana

Risco ou só alegria?

Empolgados com a recuperação da equipe no Brasileirão, torcedores são-paulinos batizaram o Tricolor paulista de Jason, clássico personagem que nunca morre nos filmes de terror "Sexta-feira 13". A onda do Jason tricolor cresceu e torcedores passaram a ir aos estádios fantasiados com a máscara do personagem. A festa foi grande. Mas sob a alegação de que a máscara facilita o anonimato, a Polícia Militar proibiu o uso e a venda nos estádios e cercanias. A diretoria do São Paulo tenta convencer a PM de que trata-se apenas de uma manifestação festiva

Por um lado...

Marcos Marinho

EX CHEFE DO POLÍCIAMENTO NOS ESTÁDIOS EM SP

Infelizmente, do ponto de vista da segurança, eu também sou favorável à proibição do uso das máscaras do personagem Jason nas partidas envolvendo o São Paulo no atual Campeonato Brasileiro.

Temos de analisar a situação como um todo. Uma coisa é certa, não é nada fácil lidar com uma multidão de torcedores nos estádios. A máscara atrapalha bastante pois não permite justamente a identificação das pessoas nos estádios de futebol.

Claro que muita gente acredita que as câmeras de segurança poderiam ajudar, mas no caso de uso das máscaras nem com as câmeras seria possível a identificação da torcida. Esse tipo de manifestação da torcida infelizmente contribui para o anonimato do torcedor dentro do estádio.

Não posso falar que não vai ser liberado o uso das máscaras nas partidas deste Campeonato Brasileiro. Acho que depende da avaliação da Polícia Militar.

Se ela se responsabilizar ou se o São Paulo adotar algum critério de segurança em conjunto, ou seja, se os portos encontrarem algum critério neste trabalho de identificação do torcedor, pode acontecer a liberação.

Porém, na minha opinião, infelizmente acho que a liberação é uma questão muito difícil de acontecer.

Torcedores são-paulinos adotaram as máscaras do Jason: proibição da PM

...por outro lado...

Aurélio Miguel

EX JUDOCA CAMPEÃO OLÍMPICO, CONSELHEIRO DO TRICOLOR PAULISTA E VEREADOR DE SP

Achei um equívoco a decisão de proibir as máscaras do personagem. Afinal, na verdade foi uma manifestação da torcida que também leva graça e diversão para os estádios.

É uma forma de uma maior participação dos torcedores, de fazerem ainda mais parte do espetáculo. Já que os torcedores não podem ser protagonistas dentro de campo, eles podem ter esse papel na arquibancada. Afinal, a torcida é uma - senão a maior - das razões de ser do futebol. São os torcedores que dão graça, com festas, "olas", bandeiras etc.

Claro que sou totalmente favorável à manutenção da ordem e totalmente contra manifestações de violência. Todos temos de defender a paz entre os torcedores. A disputa deve ficar dentro de campo apenas.

Há que se ouvir os argumentos e respeitar o trabalho da Polícia Militar. Ela diz que as máscaras podem atrapalhar o trabalho dos policiais, mas acho que o movimento foi muito mais para o lado da festa, da alegria do torcedor de querer festejar e comemorar a recuperação de seu time, que está indo para as cabeças. E na verdade não foram tantos torcedores mascarados assim. É caso isso aumentasse, poderia ser um belo espetáculo para a TV, para a imprensa e principalmente para os torcedores. É uma demonstração pacífica, descontrida e que favorece a festa.

lance! ativo

PARTICIPE!
www.lancenet.com.br ou lanceativo@lancenet.com.br

Fórum

O que você achou da proibição do uso da máscara do Jason?

"Sou a favor de tudo que desmascare algumas atitudes que possam levar futuramente ao delito de alguns torcedores"
DINO (LACTIVO 2.0)

"A festa da torcida tricolor estava boa, mas sempre tem alguns que fazem mau uso disso. Então, acho que temos de acalitar a decisão da Polícia Militar"
GABI (LACTIVO 2.0)

"A PM está correta! Os patrocinadores devem estar gostando, pois não querem associar sua imagem a uma figura antipática"
FLACIO (LACTIVO 2.0)

"Existem muitas coisas estranhas nesta cidade. A PM deve prender ladrão, combater a venda de drogas e parar de pegar no nosso pé"
ACARDOSO (LACTIVO 2.0)

"Esta decisão é uma vergonha ao futebol brasileiro. O torcedor não pode ir ao estádio a festejar da melhor maneira que entender? Ele não pagou o ingresso?"
FABINHO (LACTIVO 2.0)

"Não é por causa da Polícia Militar e de ninguém que nós, são-paulinos de coração, iremos abandonar a ideia do Jason!"
CAH (LACTIVO 2.0)

Enquete

A proibição de máscaras e caras pintadas nos estádios paulistas ajuda no combate à violência?

Fórum

A proibição das máscaras diminui a violência nos estádios?

"Não pode entrar com máscara, mas com maconha e outras drogas pode, né? Mas não tem problema. O Jason não estará na arquibancada. O verdadeiro Jason vai estar dentro de campo"
PRAVATO (LACTIVO 2.0)

"Por que a polícia não vai atrás de ladrão? Por que ela não fica em volta do estádio zelando para a segurança de nossos pertences? É impressionante como adoram mudar o foco dos problemas como segurança, roubo e acham qualquer coisa para não assumirem os problemas atuais!"
EDUSANI (LACTIVO 2.0)

"Com Jason ou sem máscara dentro dos estádios, o São Paulo está forte mais uma vez rumo ao heptacampeonato brasileiro"
JASON-SPFC (LACTIVO 2.0)

"Ora, se for proibir o uso da máscara no estádio, melhor também proibir o uso de máscaras contra gripe suína, e tudo que possa atrapalhar a identificação de qualquer indivíduo pela cidade"
LUCAS JAMES (LACTIVO 2.0)

"O assunto da vez é sempre o São Paulo Futebol Clube, não tem para nenhum rival"
CAP. TSUBASA (LACTIVO 2.0)

Rio de Janeiro 0xx21 3528-5331 / 3528-5334
São Paulo e Minas Gerais 0800-979-0991
<http://www.lancenet.com.br/assinatura/>

ATENDIMENTO AO LECTOR 24h a 6h das 9h às 18h. Rio de Janeiro: R. Santa Maria, 47 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ - 20290-000 - Tel. (0xx21) 3528-5331 - São Paulo: R. Bernardo Werns, 139 - Lins - São Paulo/SP - 02710-060 - Tel. (0xx11) 3528-5331 - Minas Gerais: R. Muniz, 52 - 8º andar - São Efigênia - 30530-220 - Tel. (0xx31) 3528-5331. PREÇOS VENDA AVULSA: DOM A \$0,20; 2.000. Demais estados: R\$ 7,50. Circulação aos sábados no interior com Av: R\$ 15,00; SP: R\$ 20,00; SP: R\$ 20,00. Circulação aos sábados no interior com FUTR: R\$ 15,00; SP: R\$ 10,00. Exemplares abastecidos: R\$ 1,00.

LANCE! QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2009

P898096660016

BENJAMIN BACK

benja@lancenet.com.br

VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

O problema não está no Jason

O futebol paulista, no que diz respeito à estrutura e ao desempenho dentro de campo, é inquestionável. Porém, suas arquibancadas estão cada vez mais frias e sem graça! Muito, mas muito diferente do que acontece, por exemplo, no Maracanã, principalmente nos jogos do Flamengo.

A alegria, as bandeiras, as belas homenagens aos ídolos do passado, as faixas que exigem respeito com a Nação e aquelas figuras das mais bem humoradas que fazem da própria transmissão de TV um componente a mais.

Já em São Paulo querem jogar a poeira para debaixo do tapete, como se a proibição de todos esses ingredientes fizesse com que a violência acabasse. Ora, não seria muito mais lógico prender e punir o cidadão que vai a uma partida de futebol para causar problemas ou querer matar o outro apenas porque torce por um time diferente do seu? Não, pelo jeito é mais fácil acabar com a diversão dos torcedores de bem...

Qual é o problema de os são-paulinos irem ao Morumbi com as máscaras do Jason, uma brincadeira divertida que faz uma alusão ao personagem do clássico

"Sexta-Feira 13", um dos mais famosos filmes de terror, em que o personagem homenageado pela torcida tricolor acaba sempre ressuscitando quando todos acham que ele está morto.

A alegação de que o indivíduo mascarado não pode ser identificado é brincadeira! Sim, quantas confusões já não aconteceram com as câmeras filmando tudo, mostrando o rosto dos hooligans tupiniquins e simplesmente nada aconte-

ceu? A demagogia impera. Ou será que, na Copa de 2014, também proibirão os torcedores de pintarem suas caras com as cores do seu país, como acontece em todos os lugares do mundo?

Pois é... Certa vez, a Rita Lee disse que São Paulo não sabia fazer festa. Ela pode até ter razão, mas, em relação ao futebol, não é que não sabem, simplesmente não deixam. E não estou aqui fazendo apologia às torcidas organizadas, pelo contrário, mas pedindo que o colorido, a alegria, o bom humor - ou seja, a festa - voltem aos estádios de São Paulo!

Como se já não bastasse o cinza da nossa cidade, transformar uma partida de futebol numa ópera ou num concerto de música clássica já é demais! O futebol paulista fora dos gramados está cada vez mais triste, monótono e frio. As autoridades por aqui atuam com muito mais rigor nas consequências do que nas causas, e quem paga por isso é o torcedor do bem, aquele que faz do futebol uma festa.

Enfim, nesse caso, parece que realmente mataram de vez o Jason. Mas quem está morrendo mesmo, a cada dia mais, é a alegria e o bom humor do futebol. Que pena...

BO
LA
DAS

Ronaldo
ATACANTE DO
CORINTHIANS
"Agora mesmo o Keirrison saiu. Como o Palmeiras fala uma coisa dessas? É uma contradição"

Questionando a diretoria do Verdão, que em acordo com a Traffic decidiu manter suas principais peças no elenco até o final do ano

Michael Schumacher
EX-PILOTO
"Especular neste negócio é natural. Estou muito desapontado em não fazer o que estava pretendendo, era tudo o que estava pensando e tentando digerir"

Negando que voltará às pistas em definitivo na próxima temporada e decepcionado por não substituir Felipe Massa neste ano

TRÊS TOQUES

Replay

◊ A frase mais ouvida no futebol brasileiro nos últimos tempos é: Será que o Vagner Love vem??? Todo ano é a mesma coisa. O seu nome é cogitado, dizem que ele quer voltar e na hora H o presidente do CSKA não libera! Mas, se o seu desejo for o de retornar para o Brasil para tentar ficar mais perto de uma convocação para a

Copa do Mundo de 2010, acho que será muito difícil, pois, a meu ver, Dunga já tem na cabeça o grupo que irá para a África ano que vem.

Que jogo!

◊ Atlético-MG e Palmeiras fizeram um jogo tão disputado ontem que parecia até decisão de vaga na Libertadores, e entre

duas equipes argentinas! Agora, o que está jogando de bola o Diego Souza não é brincadeira!

Malas prontas?

◊ Depois de vestir a camisa da Seleção Brasileira ontem, pela primeira vez, será que o Diego Tardelli também irá embora ainda nesta janela?

ARA DEPOIS DO LANCE!

www.lancenet.com.br

Rio de Janeiro 0xx21 3528-5331 / 3528-5334
São Paulo e Minas Gerais 0800-979-0991
<http://www.lancenet.com.br/assinatura/>

ATENÇÃO AO LECTOR: O LANCET é publicado às segundas, quartas e sextas-feiras. Rio de Janeiro: R. Santa Maria, 47 - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - 20020-200. Tel.: (0xx21) 3528-5300. São Paulo: R. Bernardo Wrona, 339 - Limão - São Paulo/SP - 02700-060. Tel.: (0xx11) 3528-5300. Fax: 1391. Minas Gerais: R. Maravilha, 52 - 8º andar - São. Elzeviria - 30150-250. Tel.: (0xx31) 3528-5366. PREÇOS VENDA AVULSA: COM A 52%, edição 11 Minas preço promocional R\$ 2,25. SP, RJ, GO, DF e MG (exceto São de Paulo) R\$ 1,90. RJ, AM e São de Paulo R\$ 1,25. SC e ES, R\$ 2,00. Demais estados: R\$ 2,50. Circulação aos sábados no interior com Arr. RJ: R\$ 2,00. SP: R\$ 2,50. Circulação aos sábados no interior com FUTR RJ e SP: R\$ 1,00. Exemplares avariados: R\$ 1,00.

7 898096 660016

BENJAMIN BACK

benja@lancenet.com.br

ATTITUDES

Deram espaço, agora aguentem...

Esta semana tivemos mais um lamentável acontecimento envolvendo membros de torcida organizada intimidando e agredindo um jogador de futebol. A vítima da vez foi Wagner Love, atacante do Palmeiras. Infelizmente, atitudes como essas não serão a primeira nem a última vez que acontecerão. Claro, isso em clubes que dão liberdade, espaço, ou seja, que são coniventes com os chamados torcedores organizados. Numa época em que tanto se fala em profissionalismo no futebol, eles também não ficaram para trás e a categoria do torcedor profissional hoje em dia está cada vez mais atuante, por incrível que pareça.

E a coisa é muito maior do que se imagina. Uma torcida organizada elege vereadores, deputados, e, em alguns casos, possuem orçamentos maiores que muitos clubes por aí. Isso sem falar nas receitas provenientes da venda de produtos. É o melhor: esses itens nunca são pirateados. Caso contrário, imaginem o que aconteceria com quem os comercializassem...

No entanto, nada, mas nada justifica

uma agressão. Se o jogador não está rendendo o que se esperava dentro de campo, ou se a impressão que passa é que o cara não está nem aí para nada, quem deve tomar as devidas medidas é a diretoria do clube e não torcedor ameaçando, intimidando e batendo em atleta dentro do banco, shopping, ou seja lá qual lugar for.

Tudo bem que o futebol mexe com a emoção, o fanatismo, porém, citando o

exemplo mais recente do próprio Wagner Love, é mais do que óbvio que o jogador não entra em campo para perder, logo, essa cobrança selvagem em cima do atleta é totalmente abominável.

Como também é inadmissível que presidente almoce constantemente com membros das organizadas, que libere dinheiro para desfiles de carnaval, que banque ônibus e ingressos para caravanas, que peça para torcedor entrar no circuito em certas contratações de jogadores, que permita a entrada deles em concentração para dar "palestras motivacionais", enfim, essa via de duas mãos é muito perigosa. Ou melhor, é um verdadeiro pacto com o diabo.

Lugar de torcedor é na arquibancada, comprando ingresso, vaiando, xingando, reclamando, aplaudindo e não fazendo emboscada e agredindo jogador ou quebrando patrimônio do clube.

O mínimo que se espera de um dirigente é que ele seja sério e que não crie vínculos com torcidas organizadas que, por sua vez, se autodenominam independentes. Não deveriam nem ter contato com os cartolas e muito menos aceitar qualquer tipo de benefício, sejam eles quais forem. Caso contrário, o termo independente ficará apenas nas faixas da torcida.

Pois é, o futebol está sendo levado a sério demais por quem tem de se divertir. E vice-versa.

TRÊS TOQUES

Reforço no São Paulo!

◊ Não é só André Luis do Barueri que está vindo para o São Paulo. Seu companheiro de zaga, o Xandão, que também era pretendido pelo Palmeiras, negocia com o Tricolor para 2010! É mais um jogador que a Traffic colocará no Morumbi, depois do Fernandinho, também vindo do Barueri. O zagueiro, que foi revelação

no Guarani e teve uma passagem muito rápida pelo Flu, tem algumas sondagens do futebol europeu, mas seu futuro deverá ser mesmo o São Paulo ano que vem!

No Verdão...

◊ Além de Manoel, zagueiro do Atlético-PR, Rodrigo, atualmente no São Paulo, é outro que interessa ao Palmeiras. Já

Edmilson deve encabeçar as dispensas em 2010.

Profissão Repórter

◊ Belo programa o desta semana com o Caco Barcellos: "Profissão Repórter". Lá pudemos ver como o ânimo de uma parte da torcida do Verdão anda exaltado...

BO LA DAS

Edmilson

VOLANTE DO PALMEIRAS

"Se algum amigo me liga e diz que tem uma proposta de um clube daqui, eu digo para ele não voltar. É complicado para nós que ficamos um bom tempo fora voltar e ver isso (agressões) aqui!"

Sobre agressão de torcedores a Wagner Love

Vanderlei Luxemburgo

TÉCNICO DO SANTOS

"O Belluzzo fica sentado para assistir aos jogos com os torcedores. Quando fomos jogar contra o Nacional, no Uruguai, cheguei ao estádio e a Mancha veio me xingar. Ai depois, durante o jogo, ele sentou para assistir ao jogo com eles!"
Criscando a relação de Belluzzo com a Mancha Alvinegre

DEPOIS DO LANCE!

www.lancenet.com.br

Copa do Brasil > Opinião

Benjamin Back

benja@lancenet.com.br

NÃO DÁ PARA ACREDITAR

A violência está na impunidade!

No último domingo, Palmeiras e São Paulo se enfrentaram no Palestra Itália para pouco mais de 13 mil pagantes, um público irrisório em se tratando de um clássico com tamanha rivalidade. Talvez pela má fase do Verdão, somado ao medo das pessoas em São Paulo de irem assistir a um jogo entre duas equipes grandes e também pelo fato de que uma pequena carga de ingressos havia sido distribuída para os são-paulinos, é que os torcedores optaram em não comparecer.

Bem diferente, por exemplo, do que vem acontecendo nos clássicos do futebol carioca, nos quais o Maracanã está sempre lotado. Vide Botafogo e Vasco na decisão da Taça Guanabara, no final de semana passado, onde, inclusive, nenhum incidente grave foi noticiado.

Mas as cenas vistas na TV de mais uma briga entre torcedores no clássico paulista foram deprimentes! Um torcedor morreu após levar um tiro na cabe-

ça. O outro foi covardemente espancado. Por sinal, imagens essas chocantes, em que um torcedor do São Paulo caído no meio da rua recebeu durante vários minutos uma enorme quantidade de chutes na cabeça.

Mas não pensem que algo mudará depois desses episódios. O rapaz assassinado será apenas mais um na estatística e o assunto estará em pauta por semana e depois cairá no esquecimento, como de praxe.

Daí virão aquelas enxurradas de medidas que não resolvem absolutamente nada, como identificar torcedores através de um cartão magnético, proibir a entrada de bandeiras e camisas de torcida organizada no estádio, e por aí vai. Ou seja, conversa para boi dormir!

Já a sugestão de se realizar os clássicos com apenas a presença da torcida do clube mandante é assinar a própria sentença de incompetência, é atestar que jogar a poeira para debaixo do tapete é a melhor solução. Triste! As arquibancadas do futebol paulista estão cada vez mais sem graça, frias, e as autoridades, como sempre, preocupadas mais em

aparecer que agir.

Particularmente, eu não sou contrário às torcidas organizadas e muito menos a realizar clássicos com apenas uma torcida. Basta que o nosso arcaico código penal seja mudado, que as leis sejam cumpridas, que haja fiscalização e que a maldita impunidade acabe neste país!

Pois com tudo isso funcionando, será que o torcedor, ou melhor, qualquer cidadão brasileiro não pensará duas vezes antes de cometer um crime? Enfim, o problema do Brasil não é a violência nos estádios e muito menos as torcidas organizadas.

Para isso, basta ver qual foi a "punição" a um dos assassinos do garoto João Hélio, de 6 anos, arrastado num carro durante sete quilômetros após um assalto na Zona Norte do Rio de Janeiro e que acabou sendo solto pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude, que ainda ordenou que o criminoso ingressasse no Programa de Proteção à Criança e Adolescente... Dá para acreditar?

Três toques

NA MIRA!

❖ O São Paulo fez uma proposta de 400 mil euros por um empréstimo de um ano pelo Diogo, ex-Lusa e que atualmente está no Olympiacos. O clube grego não pretende liberá-lo, no entanto, no caso de uma eliminação na Liga dos Campeões a negociação pode evoluir. Na partida de ida de terça-feira o Olympiacos perdeu em casa por 1 a 0 para o Bordeaux. Diogo

com uma contratura muscular não jogou.

VAI FICAR AQUI!

❖ Acredito ser praticamente impossível que o campeão da Libertadores deste ano não seja um clube brasileiro. Tanto São Paulo, quanto Corinthians, Flamengo, Internacional e Cruzeiro montaram equipes muito fortes e estão todas praticamente no mesmo nível. Ainda mais sem a presença

do Boca Juniors, a probabilidade de um desses conquistar o título é muito, mas muito grande!

E O PALERMO?

❖ Já que os clubes brasileiros estão cada vez mais contratando jogadores argentinos, por que não trazer o Palermo do Boca? Não é craque, mas marca muitos gols.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Torcidas-empresas

Organizadas se converteram em lugares de negócios, valendo-se do marketing e do merchandising para competir com o material dos clubes

BERNARDO BUARQUE DE HOLLANDA

ESPECIAL PARA A FOLHA

Em caravana de apoio ao clube que contagiou o país no final dos anos 1970, o Corinthians Paulista, no seu drama de perseguição por um título depois de quase duas décadas de jejum, os Gaviões da Fiel distribuíam um folheto aos viajantes. O lembrete aos corintianos prescrevia: "Não corra, não mate e não morra".

O prospecto foi na época guardado pelo sociólogo Sérgio Miceli e consta da abertura de um dos primeiros artigos acadêmicos sobre o fenômeno das torcidas organizadas no Brasil. Em 1978, o texto foi publicado pela "Revista de Administração de Empresas", da Fundação Getúlio Vargas (RJ). Passadas mais de três décadas de sua publicação, o lembrete ainda ecoa como advertência, mas muito pouco de sua prudente recomendação parece ser hoje aplicável a determinados setores de torcidas organizadas.

Correr, matar e morrer tornaram-se verbos até certo ponto corriqueiros, atrativas palavras de ordem entre alguns adeptos dessas associações, como se pode observar nos incidentes fatais do último fim de semana, envolvendo torcedores de Palmeiras e São Paulo. As rodovias, as ferrovias ou quaisquer outros meios de acesso aos estádios são agora os locais privilegiados para o enfrentamento desses grupos.

Houve, de fato, uma mudança na dinâmica espacial dos confrontos entre torcidas organizadas. Se, até o final dos anos 80, as torcidas se confrontavam com mais frequência dentro dos estádios, a partir do decênio seguinte, a crescente vigilância em seu interior levou à sistematização das brigas para fora das arenas.

Desde então, a cada ano, o raio de ação da polícia nas imediações do estádio tem se alargado, criando uma espécie de segundo território de conflito. Este se afigura muito mais amplo e menos controlável em relação ao primeiro, o que coloca as forças da ordem diante de uma nova série de desafios a enfrentar.

Agonia

Conforme muitos estudiosos já assinalaram, a violência -bem como a busca por sua sublimação- é um componente agonístico liminar, constitutivo da sociedade e da atividade esportiva. Como tal, essa tensão, quer latente quer manifesta, está presente em um esporte popular como o futebol. No que diz respeito às torcidas organizadas, a especificidade de seus embates físicos é que ela assiste a ciclos violentos, verdadeiras "espirais" que fazem e desfazem vendetas ao sabor das gerações e das lideranças à frente dos grupos, com o efeito alarmante de difundir aquilo que na Europa se chamou de "pânico moral".

A cada nova tragédia, a sociedade é instada a se mobilizar e a expiar os seus "bodes". Quase sempre, a pedra de toque para a solução do problema recai na interdição das torcidas, por meio da simples extinção jurídica ou da proscrição dos "baderneiros".

Como se isso fosse apenas uma questão de norma -e não, principalmente, de costume-, os

decretos vêm redundando em sucessivos fracassos.

Por que a situação é tão difícil de ser solucionada? Em parte, porque a aparente barbárie que evoca o comportamento violento das torcidas constitui apenas sua franja superficial.

Quando se discute o problema, pouco se atenta para o fato de que as torcidas organizadas não estão apenas na contramão dos princípios desportivos ou nos antípodas do futebol mercantilizado moderno. De forma homóloga à lógica dos clubes-empresas, as agremiações de torcedores se tornaram elas próprias torcidas-empresas. Orbitam em torno dos clubes - razão de existirem-, mas são também autônomas, com sedes, símbolos, legendas, cânticos e logotipos que traduzem uma identidade à parte.

Seguindo o etos comercial, as torcidas organizadas converteram-se em lugares de negócios, passando a se valer do marketing, do merchandising e da oferta de uma série de produtos ligados a suas grifes. Elas competem, assim, com o material dos clubes e atendem à demanda de seu público consumidor, adolescentes e jovens seduzidos pelo pertencimento a uma coletividade.

A expansão em âmbito nacional das torcidas acarreta ainda o recrutamento de mais simpatizantes, o que leva ao seu alargamento simbólico-territorial, à semiprofissionalização de seus quadros e à formação de uma complexa rede de relações sociais.

Nos primórdios do futebol, dizia-se que a prática esportiva era uma atividade intrinsecamente amadora, razão pela qual o jogador não podia ganhar dinheiro com o jogo. No Brasil, foi preciso esperar até os anos 1930 para que tal formulação fosse refeita, com a adoção do profissionalismo no futebol e com a transformação do jogador em atleta profissional, capaz de auferir astronômicos salários. Talvez hoje nós estejamos, em meio à globalização do futebol, onde tudo se comercializa e se rentabiliza, assistindo a um debate moral não muito distinto.

Se o torcedor representa a quintessência da paixão futebolística, último bastião de um idealizado "amadorismo", até que ponto estaríamos dispostos a aceitar o fato de que o torcedor organizado pode fazer de sua atividade uma profissão legítima e legalizada?

BERNARDO BUARQUE DE HOLLANDA é pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (RJ).

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Arquibancadas do ódio

Loteamento dos estádios por torcedores dramatiza a violência social

BERNARDO BUARQUE

DE HOLLANDA

ESPECIAL PARA A FOLHA

Os anos 1980 foram decisivos no aparecimento e na implantação de uma "cultura torcedora" nos estádios franceses, graças à influência de outros países vizinhos, como a Inglaterra e a Itália.

Juntamente com as oposições em escala local, a popularização das torcidas na França foi forjada pela criação de uma oposição nacional entre clubes.

Segundo o sociólogo Paul Yonnet, a "fabricação das rivalidades" na virada da década de 1980 para 90 vai opor nacionalmente Marselha e Paris. Isto é, uma cidade portuária mediterrânea com tradição futebolística versus uma capital cosmopolita sem apelo clubístico.

Nesta última, o clube principal, o Paris Saint-Germain, surge apenas durante os anos 70, fruto da fusão entre clubes pouco expressivos até então, com o intuito de criar mecanismos de identificação entre a capital e o futebol.

Em Paris, a influência da subcultura juvenil inglesa surge no Parque dos Príncipes já no final dos anos 70.

Ao pesquisar a chegada do rock inglês em terras gaulesas, o sociólogo Patrick Mignon acabou por se deparar com o fenômeno hooligan em seu país.

Em meados dos anos 80, passa-se a chamar informalmente de Kop o setor das arquibancadas situado atrás do gol, no local conhecido como Boulogne.

Nesse setor, houve ofertas de bilhetes promocionais com o intuito de estimular a frequência dos parisienses e de criar um ambiente mais caloroso no estádio. Um dos efeitos disso foi a expulsão de torcedores de outros clubes deste setor, com a migração para Boulogne de grupos jovens skinheads.

De maneira difusa, valores nacionalistas que compreendiam a hostilidade a estrangeiros passam a ser propagados nesta parte das arquibancadas.

No mesmo ano da tragédia de Heysel, em 1985, na partida final da Copa da Europa, disputada entre Liverpool e Juventus de Turim, surgem os Boulogne Boys.

Apesar do nome em inglês, o grupo adota o modelo Ultra das torcidas italianas, que compreende o uso de bandeiras, megafones, animações coloridas e cânticos ritualizados.

ITÁLIA E INGLATERRA

Os dois modelos, o italiano e o inglês, se difundem ainda entre outros clubes franceses. No mesmo ano de surgimento dos Boulogne Boys em Paris, em Nice aparece a torcida Brigade Sud Niçois, associação inspirada nas cores e no nome de uma torcida do Milan A.C., o Brigata Rossonere, que surgira dez anos antes, em 1975.

No início dos anos 90, como uma forma de fazer contraponto à tribuna de Boulogne, tendo apoio da direção do clube, estimula-se a criação de torcidas na tribuna oposta, Auteuil, até então reservada aos torcedores das equipes visitantes.

Em 1991, aparecem duas torcidas, com nomes que remetem à influência italiana -Supras Auteuil- e às origens romanas da cidade -Lutecce Falco.

O público da tribuna de Auteuil se caracteriza por maior heterogeneidade social, com espaço para a presença de migrantes e de moradores da periferia de Paris.

Em contrapartida, a tribuna de Boulogne reivindica maior homogeneidade social e racial, com espaço para difusas manifestações nacionalistas, em slogans como "O Parque dos Príncipes para os parisienses", "o Estádio de França para os franceses" ou ainda "É preciso limpar as tribunas". Grosso modo, costuma-se associar Auteuil ao modelo italiano mais aberto e institucionalizado, e Boulogne ao modelo inglês mais fechado e homogêneo.

Assim, quando se observa a evolução da "subcultura torcedora" no Brasil e na França, deve-se atentar para as influências externas de trocas e reciprocidades entre grupos, mas também para aspectos sociais internos que os antropólogos chamam de dramatização.

TRÁFICO DE DROGAS

Como vários ritos contemporâneos das sociedades democráticas de massa, o futebol põe em cena valores e símbolos que estão presentes no cotidiano.

Assim, grandes cidades no Brasil vivenciam o drama da miséria urbana, do tráfico de drogas e das armas de fogo.

Sabe-se que muitas torcidas organizadas no Rio têm se estruturado em torno dessa lógica de violência e de rivalidades entre favelas que matam jovens diariamente.

Já na França e em boa parte da Europa, a questão da migração e da integração de contingentes populacionais oriundos das suas antigas colônias põe em cena problemas como o racismo. Assim, no futebol, a presença de jogadores negros não apenas nos clubes como na seleção nacional coloca para a sociedade a questão de sua própria auto-imagem.

BERNARDO BUARQUE DE HOLLANDA é professor no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (RJ)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

ANÁLISE

O cerco policial às organizadas é uma missão complexa

BERNARDO BUARQUE DE HOLANDA

ESPECIAL PARA A FOLHA

O ano de 1988 iniciou o processo de criminalização das torcidas uniformizadas. O assassinato do fundador da Mancha Verde, Cleofasóstenes Dantas da Silva, foi um marco no acirramento das rixas, não só por representar a morte de um líder, mas, sobretudo, por configurar um crime premeditado, fora das circunstâncias de jogo e com o uso de arma de fogo.

Desde então uma cronologia de incidentes fatais marca os confrontos entre esses grupos, com a amplificação do problema e a atenuação dos esforços pontuais da polícia e dos líderes de torcida.

Dentre as tentativas de controle da escalada do fenômeno, assinale-se, no Rio, a criação do Grupo Especial de Policiamento em Estádios e a recente fundação da Federação de Torcidas Organizadas do Rio. Não obstante, a cada ano, em cidades como Goiânia, São Paulo ou Belo Horizonte, é possível identificar ao menos uma dezena de mortos que se originam dessa espiral de violência.

A ação de ontem evidencia uma mudança de estratégia.

As operações policiais quase sempre se restringiram ao monitoramento nos dias de jogos, a novidade parece ser a disposição preventiva ante os conflitos, com o emprego da "inteligência", a fim de evitar embates programados.

É um primeiro passo no reconhecimento da complexidade do quadro atual, fruto do crescimento das organizadas. Os líderes perderam o controle dos associados e optaram por segmentar espacialmente sua estrutura organizacional, mediante a divisão em territórios que seguem a lógica das zonas geográficas da cidade.

No caso do Rio, as bases territoriais das torcidas receberam nomes bélico-militares, como pelotões e esquadrões, entre outras denominações mais ou menos intimidadoras. Tais subgrupos deram origem a lideranças locais, conhecidas no meio como monitores, que detêm uma espécie de autonomia perante o "poder central".

É em torno dessa dinâmica complexa, segmentada e territorial que a polícia tem se concentrado, tentando impedir brigas cujo cenário são regiões específicas.

BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLLANDA

é sociólogo e pesquisador do CPDoc da FGV do Rio.

São Paulo, quinta-feira, 19 de fevereiro de 2009

FOLHA DE S.PAULO **Opinião**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CLÓVIS ROSSI

O medo venceu a alegria

SÃO PAULO - Fiquei com uma dúvida, que compartilho com o leitor, a propósito do belo texto de Tostão ontem publicado por esta **Folha**.

Diz ele que "mesmo as pessoas de bem se acostumam com tudo isso", sendo "tudo isso", se Tostão me permite um resumo apertado, a violência dentro e fora dos estádios, a falta de cidadania, a corrupção, a impunidade, "a prática disseminada do jeitinho brasileiro". Minha dúvida é simples: as pessoas acostumam-se ou sentem-se absolutamente impotentes diante de "tudo isso"?

Fiquemos no território da violência nos estádios. Está em discussão o veto ao que é uma das maiores graças do futebol, a possibilidade de gozar o torcedor adversário (sou pré-antigo, do tempo em que havia apenas adversários, não inimigos como hoje).

Refiro-me à ideia de limitar a apenas 5% a venda de ingressos aos torcedores do time que não é mandante da partida. Se é que não se vai chegar à proibição total da presença de mais de uma torcida no mesmo estádio. Significa o seguinte: desistimos de conviver com o "outro". É preciso bani-lo, como fazem vários países com os imigrantes ilegais. Aqui, ilegais somos nós mesmos, se torcemos para o Corinthians e jogamos no Morumbi ou se torcemos para o São Paulo e jogamos no Parque Antártica.

Ouvi no domingo, no "Bate Bola" da ESPN Brasil, Juca Kfourti dizer que desistira de levar o filho mais novo aos estádios devido ao risco implícito (ou explícito) que há nessa atividade antes trivial, contrariando prática que adotara com os mais velhos, no que era um exercício de troca de afetos. Juca renunciou não só à alegria -um direito fundamental- mas a uma fatia da paternidade.

Conformou-se, como diz Tostão, ou se sente impotente para mudar alguma coisa do "tudo isso" que revolta Tostão e tantos outros?

crossi@uol.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CONTARDO CALLIGARIS

Torcer ou pensar, eis a questão

*O torcedor pensa e grita algo que
não tem nada a ver com o que ele
pensa quando está sozinho*

Pela minha história, sinto-me parte de várias nações e, na Copa do Mundo, torço por todas elas. Quando se enfrentam duas seleções com as quais me identifico, sou privilegiado: seja qual for o desfecho, um de meus times preferidos ganhará.

Embora tenha uma verdadeira repugnância por qualquer forma de nacionalismo, a torcida da Copa do mundo é a única à qual consigo me juntar. É porque, na Copa, os torcedores vibram, festejam ou se desesperam sem transformar os adversários em objetos de ódio e desprezo.

Exemplo. No jogo de domingo entre Brasil e Costa do Marfim, o time africano pegou pesado, a ponto de me inspirar uma certa antipatia. Também, por ufanismo continental, o público sul-africano torceu pela Costa do Marfim e aplaudiu a expulsão de Kaká, cuja única culpa foi de se irritar e manifestar sua irritação.

Pois bem, ninguém, nem o exuberante pessoal na sacada do prédio em frente do meu, gritou improperios contra o time da Costa do Marfim e ainda menos contra seu povo. Tampouco ouvi insultos contra o público sul-africano.

Na hora da expulsão de Kaká, ecoou, isso sim, um único berro que expressava uma forte dúvida sobre a honra e o recato da mãe do árbitro. Mas aí, também, ninguém é de ferro (estou brincando).

Por que é possível torcer na Copa do Mundo sem ser devorado pela irracionalidade que afeta as torcidas organizadas de nossos clubes?

A Copa acontece só a cada quatro anos, ou seja, as rivalidades são esporádicas, não se cristalizam. Além disso, os adversários da Copa são variados, distantes e diferentes de nós, enquanto, em geral, os humanos gostam de odiar seus vizinhos.

Justamente, quando existe uma rivalidade estabelecida entre duas seleções nacionais, é entre países próximos, com similitude de destino, como Brasil e Argentina.

Mas mesmo esse tipo de rivalidade "tradicional" não se compara com o ódio que opõe as torcidas de clubes da mesma cidade e do mesmo Estado. Essas torcidas são vítimas dos piores efeitos do grupo sobre o pensamento e os critérios morais do indivíduo.

O que é efeito de grupo? Exemplo: UM jovem playboy entediado não colocaria fogo num índio que dorme num abrigo de ônibus. QUATRO playboys entediados são capazes disso; é possível, aliás, que os quatro se reúnam justamente para, juntos, autorizar-se a fazer algo que, separados, eles nunca fariam.

Vamos agora a um jogo entre São Paulo e Corinthians (ou qualquer dupla de rivais da

mesma cidade).

O torcedor corintiano, que está do meu lado, bem antes que a bola role, já roga pragas à torcida do São Paulo, que são "a bicharada" ou "os bambis". Nosso corintiano, uma vez extraído de sua torcida, não imagina, obviamente, que todos os são-paulinos, jogadores e torcedores, sejam "viados".

Tem mais: na grande maioria dos casos, na sua vida "real", fora do estádio, ele tampouco pensa que a opção sexual de alguém possa servir de insulto, ou seja, ele não acredita que os são-paulinos sejam bichas e não acredita que "bicha" seja um insulto.

Meu amigo torcedor, aliás, poderia ser ele mesmo homossexual; tanto faz, não por isso ele deixaria de gritar "bicha-raaaada". O mesmo vale para um são-paulino e seus gritos contra a torcida corintiana.

Resumindo, por fazer parte da torcida e para se integrar nela, o torcedor diz ou grita algo que não tem nada a ver com o que ele pensa quando pensa sozinho (que, cá entre nós, é o único jeito de pensar).

Por isso, só consigo torcer na Copa, e para quatro nações. Isso sem contar os times pelos quais me apaixono "só" porque jogam bem.

Começo hoje meu Twitter: ccalligaris, com o "s" final que falta no meu e-mail, [**www.twitter.com/ccalligaris**](http://www.twitter.com/ccalligaris). Postarei minirelatos de eventos do cotidiano, reflexões (minhas ou lidas, ouvidas e citadas), fotografias, indicações de filmes, peças, livros, exposições (e, por que não, restaurantes, pratos e vinhos). Haverá avisos de atividades (palestras etc.) e crônicas de minhas viagens.

Em outras palavras, será um microdiário -com um pouco de sorte, um novo estilo; de qualquer forma, uma nova experiência. Como se diz, todos estão convidados.

ccalligari@uol.com.br

Espaço Aberto

EDUARDO CARLEZZO
Escrito a convite do LANCE!

Tolerância zero no papel

O novo Estatuto do Torcedor, promulgado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste mês, implantará um sistema de tolerância zero aos criminosos que permeiam o futebol. A garantia existe no papel, mas só a fiscalização dos órgãos públicos e sua aplicação pelo Judiciário poderão colocar o esporte brasileiro de forma inédita em padrão de primeiro mundo.

O ambiente profissional que aos poucos vai se implantando no futebol não poderia permitir, por exemplo, que os clubes de futebol fossem reféns de suas próprias torcidas organizadas e não tomassem medidas com medo de retaliação.

Não há alternativa que não a implantação de uma política de tolerância zero. A Lei nº 12.299 define claramente o que é uma torcida organizada e determina que ela mantenha um cadastro atualizado de seus membros contendo informações necessárias para sua plena identificação. Aquela que, em evento esportivo, promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos es-

EDUARDO VIANA

portivos pelo prazo de até três anos.

Outra determinação importante concerne à responsabilização civil da torcida organizada, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento.

Não sem menos relevância é a tipificação criminal de determinadas condutas em eventos esportivos. O nível de insegurança dos torcedores dentro e fora dos estádios atingiu um

nível tão alto que não haveria outro rumo a ser tomado que não a aplicação da lei penal.

Pesquisas recentemente divulgadas mostram que o medo da violência é o principal motivo para afastar torcedores de estádios. A nova lei, aplicada de forma eficiente, não só tornará as arenas mais bem frequentadas como incentivará a volta das famílias e terá reflexo importante na bilheteria, receita ainda mal explorada pelos clubes.

Além das famigeradas organizadas, a nova lei combaterá outras atitudes incoerentes com o nível de excelência que sonhamos para o nosso esporte mais apaixonante. A punição contra torcedores que, por inúmeras razões, não resistem à tentação de poder adentrar ao campo, seja apenas para "aparecer" ou, nos casos mais graves, para agredir jogadores ou árbitros se encaixa na lista de medidas plenamente necessárias. Aos que assim agirem, pena de reclusão de um a dois anos de prisão e multa.

Inaceitável que façamos investimentos colossais em novos estádios, seguindo os padrões da Fifa e do que há de mais moderno no primeiro mundo, e tenhamos comportamentos medievais. As novas arenas não contemplam a existência de alambrado separando o público do campo. A mentalidade tem que mudar. Somente a severidade de uma lei como o novo Estatuto do Torcedor pode impedir este contrassenso.

Por fim, com a vigência destas novas normas, não mais teremos a insuportável e infeliz situação em que os envolvidos no grande escândalo da

armação dos jogos no Campeonato Brasileiro de 2005 tenham saído impunes em função da inexistência de uma lei penal aplicável aos respectivos atos por eles praticados, conforme interpretação feita pelo poder judiciário.

O futebol brasileiro (e por que não dizer, o país) passa por um momento único em sua História, no qual é possível dar-se um passo enorme e definitivo no sentido de sua modernização e profissionalização. Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, novos estádios, investimentos e melhoria na infraestrutura urbana são fatos fundamentais para o desenvolvimento do esporte nacional.

Exige-se, neste momento, um marco regulatório que dê segurança jurídica às relações desportivo-econômicas e, sobretudo, segurança "social" aos frequentadores do espetáculo esportivo.

O primeiro passe foi dado com brilhantismo pelos Poderes Executivo e Legislativo. O poder político fez a sua parte. Com a palavra, a Justiça brasileira.

Eduardo Carlezzo é advogado, sócio do Carlezzo Advogados Associados, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD) e professor do curso de Pós-Graduação em Direito Desportivo do IBDD.

Quer assinar? Rio de Janeiro 0xx21 2502-5442
São Paulo e Minas Gerais 0800-979-0991
<http://www.lancenet.com.br/assinatura/>

LANCENET QUARTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2009

FERNANDO SANTOS fernandos@lancenet.com.br

A QUEM VAMOS RECORRER?

Salve-se quem puder!

Rio 40 graus. A briga do não-é-comigo que levou ao trágico final do clássico entre São Paulo e Corinthians no último domingo apenas revela o abandono que não apenas o torcedor, mas o cidadão comum vive no Brasil dos dias de hoje.

O Rio de Janeiro literalmente parou na manhã de ontem. Um caminhão da prefeitura teve a ousadia de capturar (isso mesmo, c-a-p-o-t-a-r!) dentro do túnel Rebouças, uma das principais vias de ligação entre as Zonas Sul e Norte da cidade. Resultado: trânsito caótico e muita gente desesperada. Pior para quem estava dentro do túnel momentos antes do acidente e teve que deixar o carro com ar-condicionado, em razão da fumaça que ameaçava entupir pulmões.

E o que fez a prefeitura para ajudar os motoristas? Nada. Os informes da manhã eram de completa desinformação. Não havia orientação para os motoristas buscarem rotas alternativas. Segundo contou a rádio CBN, moradores da região do túnel, que faziam a caminhada matinal debaixo de céu azul e muito calor, passaram a trabalhar como fiscais, avisando os motoristas para evitarem a região.

Ainda nesta Cidade Maravilhosa, foram registradas nas últimas horas pelo menos quatro balas perdidas. Uma delas matou uma menina de 14 anos que pela primeira vez havia ido a um ensaio de escola de samba, nesta semana que antecede o Carnaval. Ela morreu após ser atingida dentro da quadra da "escola". As outras vítimas do tiroteio cego ainda poderão curtir a folia. Enquanto isso, a luta contra o tráfico e o crime organizado continua com o placar de goleada a favor dos marginais.

Exigir que dirigentes de clubes ou de federações organizem um jogo de futebol parece muito pouco dentro deste cenário de abandono que vive o brasileiro. É preciso muito mais do que cobrar autoridades; de protestar a cada morte depois de um confronto entre atletas e cruzeiros.

ses a caminho do Mineirão, de se revoltar com os pares de tênis que sobram na entrada do acesso da arquibancada do Morumbi onde corintianos e policiais pareciam israelenses e palestinos na Faixa de Gaza. Alguém já deve ter dito que "esse é o Brasil".

Mas não é o Brasil que queremos. A indignação, seja no futebol, na escola de samba ou no abandono do trânsito, não pode ficar apenas na indignação. Já fui longe demais na questão social e urbana. Limitando-me ao esporte, cabe a cada um de nós, todos nós, torcedores, amantes do desporto, fazer o que está ao nosso alcance.

Para começar, o torcedor deve exigir ser tratado como torcedor. Fatos como os de domingo devem ser levados à última instância. Está aí o Estatuto do Torcedor para ser usado como instrumento de defesa. Onde está o plano de jogo, o plano de segurança, o plano que garante que cada torcedor irá voltar são e salvo para casa? Que os corintianos que sofreram a barbárie do Acesso 8 da arquibancada do Morumbi busquem seus direitos na Justiça e exijam punição. Não apenas para punir os (ir)responsáveis. Mas para que no futuro fatos assim não voltem a acontecer.

Um caminhão pode tomar de novo no túnel Rebouças pela imprudência do motorista, novas balas perdidas cruzarão o Rio. Mas é possível começar a mudar, como diria o filósofo Milton Neves, "pela menos importante das coisas mais importantes da vida, o futebol".

BO LA DAS

Kaká
APOIADOR DO MILAN
"O jogador vai mudando, tem fases. Ele (Ronaldinho) continua genial e espetacular. Nós, que estamos com ele todos os dias, sabemos que ele é único!"
Elogiando o futebol de Ronaldinho Gaúcho pelo Milan

Ballack
MEIO-CAMPISTA DO CHELSEA
"Fiquei surpreso com o que ouvi sobre o que eu teria feito. Sempre tive boas palavras sobre Scolari, ele é um grande treinador!"
Desmentindo os boatos de que teria ficado satisfeito com a saída de Felipe

TRÊS TOQUES

Tiros no pé
• Funcionários invadem São Januário para cobrar salários atrasados no Vasco; jogadores do Flamengo cobram pagamentos no intervalo do jogo e a diretoria lança campanha do pires na mão para arrecadar dinheiro. Com um estadual tão deficitário, como os clubes achavam que iriam sobreviver? Não dá mesmo!

Fenômeno vem aí
• Já está mais do que na hora de Ronaldo ir a campo com a camisa corintiana. Quanto mais ele demora para estreiar, mais cresce a expectativa e a cobrança. Ele deveria voltar logo e aos poucos. Não precisa ser escalado como titular, pode começar jogando alguns minutos no segundo tempo. Para dar ritmo e testar a sua recuperação.

Alá-lá-ô-ô-ô-ô!
• O futebol "profissional" brasileiro marcou para sábado de Carnaval uma rodada quase completa do Paulistão (o Peixe joga no domingo), o Rio dividiu as semifinais da Taça Guanabara no mesmo sábado e na animadíssima Quarta-Feira de Cinzas. Depois, não adianta reclamar de falta de dinheiro.

PARA DEPOIS DO LANCE!

LANCEATIVO!
Entre na nova rede de interatividade do LI (www.lanceativo.com.br)

FUTEBOL Lancenet!

Rádio LI
BOLA NA CESTA

Tv LI
PAPO COM BENJA

www.lancenet.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Todos fichados

QUANDO CARTOLAS e autoridades se reúnem para promover uma Copa do Mundo no Brasil, ao cidadão, em especial na condição de contribuinte, é recomendável dose extra de desconfiança. A ideia agora é implantar um cadastro nacional de torcedores, que seria condição necessária para ter acesso aos estádios de futebol.

Boas intenções, como sempre, não faltam. O propalado objetivo da medida é ampliar a segurança nas partidas de futebol. De posse de um cartão magnético contendo suas digitais, só torcedor "ficha-limpa" seria admitido depois da checagem numa catraca ultratecnológica; quem deve à Justiça seria barrado.

Ao que consta, contudo, poucos se puseram a verificar se, para atingir a pacificação nos estádios, é mesmo necessária tamanha elucubração cibernética. De saída, o método escolhido pelos dirigentes inverte a lógica: em vez de fichar apenas os suspeitos, os torcedores violentos, ficham-se todos. Além disso, barrar a entrada de uma pessoa num evento público porque ela não tem um "cartão de torcedor" parece abertamente inconstitucional.

Outro aspecto intrigante do projeto é que ele não fala em custos. Implementar o cadastro nacional, imprimir milhões de cartões magnéticos e instalar catracas "inteligentes" nos estádios não é barato. Mas o governo promete que a carteirinha sairá de graça -para o torcedor. Pretende destinar dinheiro dos impostos à aventura? Que suspeitos de sempre serão beneficiados com o monopólio da impressão de carteirinhas e outras facilidades?

A experiência internacional demonstra que a violência nos estádios se combate com ações convencionais das autoridades policiais e judiciárias e com um mínimo de adaptação nas leis penais. A receita é identificar os arruaceiros e bani-los das partidas de futebol - para sempre, nos casos mais extremos.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Futebol civilizado

São elogiáveis as medidas sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aperfeiçoam o Estatuto do Torcedor. Passam a ser consideradas crime, que poderá ser punido com prisão e multa, práticas como a manipulação de resultados de jogos, a venda de ingressos por cambistas e a violência promovida por torcedores.

As novas regras já estão em vigor e é de esperar que o tempo necessário a adaptações não se alongue a ponto de termos mais uma boa lei que não irá "pegar" -como aconteceu, aliás, com alguns itens do próprio Estatuto, gestado no último mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.

A reforma do diploma legal supre uma carência da legislação, que não descia a aspectos característicos dos espetáculos esportivos. Em relação às torcidas organizadas, por exemplo, se policiais detivessem um ônibus com torcedores e encontrassem uma bomba caseira, o artefato seria recolhido, mas o grupo estaria livre para entrar no estádio. Com as novas normas, o ingresso será vetado.

A proposta levou em conta a experiência internacional, que demonstrou a necessidade de normas específicas para identificar e punir frequentadores envolvidos em atos de violência. Sabe-se que as partidas de futebol no Brasil ainda são eventos organizados de maneira precária, em desrespeito aos direitos básicos do consumidor e em contradição com os interesses econômicos dos próprios clubes, entidades esportivas e jogadores.

Os riscos de conflitos e a falta de condições adequadas na maior parte dos estádios afastam o público, brutalizam o esporte e diminuem as receitas que poderiam ser obtidas na bilheteria. É preciso que a legislação seja rigorosamente aplicada -e o quanto antes- para que seus efeitos já estejam integrados ao cotidiano do esporte na Copa de 2014.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**JOSÉ GERALDO COUTO**

Barbárie e cidadania

Não há soluções mágicas para a violência entre as torcidas, mas "civilizar" as organizadas pode ajudar

TODA VEZ que os confrontos entre torcedores terminam em morte, como ocorreu nesta semana em São Paulo, proliferam as soluções salvadoras.

As mais frequentes são simplistas e inócuas, como a de permitir a entrada no estádio de só uma torcida, a do clube mandante da partida. Ideia antes de tudo burra, porque os combates não costumam ocorrer dentro dos estádios, mas em ruas, praças, estradas, estações de metrô. Com a restrição, prosseguiriam ocorrendo, talvez até mais acirrados. Pelo mesmo motivo, teria pouco efeito prático a sugestão de fundo elitista (e veladamente racista) de elevar ainda mais o preço dos ingressos, com o intuito de "selecionar" os torcedores. Como se pobre fosse sinônimo de bandido, e da classe média para cima fôssemos todos civilizados.

Uma saída autoritária e igualmente inviável que sempre alguém propõe é a extinção pura e simples das torcidas ditas organizadas. Associações populares, com raízes e tentáculos nos bairros pobres de São Paulo, agremiações como a Gaviões da Fiel, a Mancha Alviverde e a Independente contam com dezenas de milhares de filiados e desenvolvem atividades que transcendem o âmbito do futebol.

Extingui-las sumariamente privaria milhares de jovens de ter, bem ou mal, um esboço de socialização, de sentimento de pertencer a uma coletividade e se identificar com ela, num país em que os laços de organização social são tão frouxos.

O que fazer então? Parto do princípio de que não há soluções mágicas. O Brasil não se civilizará da noite para o dia, não apagará por decreto os desajustes sociais, a ignorância, a cidadania precária. Temos um processo lento e penoso pela frente.

Mas algumas mudanças podem e devem ser implantadas o quanto antes. Por exemplo: é urgente que seja aprovada no Congresso a alteração do Estatuto do Torcedor que, entre outras coisas, responsabiliza civilmente as organizadas pelas ações de seus membros. Isso é básico. Se um sujeito com uma camisa da Gaviões ou da Mancha agride ou mata alguém, deve ser preso, julgado e punido como qualquer criminoso. Mas, além disso, a entidade a que ele pertence, e em nome da qual diz estar "combatendo", tem que responder à Justiça.

Não é à toa que as organizadas têm feito pressão contra essa mudança na lei. Elas se habituaram, nos últimos anos, a uma situação paradoxal.

De um lado, são estigmatizadas por grande parte da mídia e da opinião pública quase como agremiações criminosas ou milícias paramilitares. Por outro, contam com uma

série de privilégios concedidos pelos clubes (ingressos facilitados, ajuda com transporte, participação em reuniões de direção) e até pela PM, que escolta seus membros na entrada ao estádio em dias de jogo.

Hoje em dia é o torcedor comum, não vinculado a nenhuma organizada, que é discriminado, enfrentando dificuldades muito maiores para conseguir ingresso, acesso ao estádio e segurança.

Com mudança na lei e na atitude da Justiça e da polícia, as organizadas terão de se civilizar na marra, incorporando-se à sociedade e deixando de ser as aterrorizantes excrescências em que se transformaram.

igcouto@uol.com.br

iro 0xx21 2502-5442

Minas Gerais 0800-979-0991

ncenet.com.br/assinatura/

LANCE! QUARTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2000

ATENDIMENTO AO LECTOR (2ª a 6ª das 9h às 18h): Rio de Janeiro: R. Santa Maria, 47 - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - 20211-210 - Tel.: (0xx21) 3528-5300; São Paulo: R. Bernardo Wrona, 339 - Urubici - São Paulo/SP - 02710-060 - Tel.: (0xx11) 3528-5300; Fax: (11) 3528-5300; Minas Gerais: R. Minas, 52, 2º andar - São Efigênia - 30150-350 - Tel.: (0xx31) 3528-6166. PREÇOS VENDA AVULSA: DOM. A 50%, edição L! Minas preço promocional R\$1,00; SP, ES, PR, GO, DF e MG (exceto Juiz de Fora): R\$1,25; RJ, AM e Juiz de Fora: R\$1,00; SC: R\$1,50; Demais estados: R\$2,00. Sábado, edição L! Minas preço promocional R\$1,80; SP, SC, ES e PR: R\$2,00; DF e GO: R\$1,25; RJ e Juiz de Fora: R\$1,70; MG (exceto Juiz de Fora): R\$1,25; Demais estados: R\$2,00. EXEMPLARES ATRASADOS: R\$3,00.

JOSÉ LUIZ PORTELLA

portella@lancenet.com.br

COMO COMBATER REALMENTE A VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS

Jogo de cena

Enquanto persistir o jogo de cena da CBF, das federações, de dirigentes e de parte da imprensa, não se acaba com a violência nos estádios.

Entidades, organizações e dirigentes procuram se eximir das respectivas responsabilidades. Federações e clubes não cumprem a lição de casa para oferecerem segurança e conforto.

Sou totalmente contra jogo com uma torcida só. É a negação do espírito do esporte: competição com convivência. Só o adversário dá sentido à disputa.

Jogo de uma torcida traz dois grandes equívocos. Primeiro: a idéia de que o problema vem de uma sociedade desajustada onde existem vândalos e pessoas insanas. Não há solução para este mundo louco. Se fosse assim, perderíamos a capacidade de arbitrio. E se prestaria para qualquer um justificar qualquer coisa.

A Inglaterra tinha seus vândalos: os hooligans. Como sempre, uma minoria ativa. E acabou com eles. Hoje, lá se assiste a futebol sem alambrado. É preciso combater o lado podre. Não, eliminar o doente para extirpar a doença.

Segundo: crer que, ao forçar o jogo de uma torcida, você punirá as organizadas e os dirigentes de clubes e federações, expondo-os ao ridículo do modelo. Não é assim que se pune essa turma. Os responsáveis se aproveitam de tal solução para ocultarem a falta de competência operacional. Quem sofre é o bom torcedor, a maioria. Trata-se de um problema, sobretudo, de operação. A mesma sociedade, com as mesmas características, consegue produzir outros eventos sem a violência do futebol.

Pior do que o jogo de torcida única só a criação do "jogo dos 5%". Não existe estudo, nenhuma base científica ou experimental para afirmar que 5% não dão problema. É um baita chute.

Há exemplos, sim, de violência vencida sem 5% e sem torcida única, como na Inglaterra. A principal medida é seguir o

Torcedores coríntios são atendidos após confronto com a polícia no último clássico contra o São Paulo, no Morumbi

Plano de Ação do artigo 17, do Estatuto do Torcedor.

Fazer um plano de ação operacional com todos os responsáveis pelo evento tendo seus papéis definidos de forma sinetizada e harmônica. O plano pode ser publicado 60 dias antes do início da competição, com regulamento e tabela, com aprovação da entidade organizadora e de todos os times participantes.

A seguir, deve ser apresentado aos órgãos de segurança. É a hora de todos, in-

clusive o Ministério Público, se manifestarem. Antes do leite derramado.

O plano deve estar fixado 45 dias antes do início do campeonato. A lei permite ainda um plano especial, na semana do jogo, para eventos diferenciados como Corinthians x São Paulo. Isso já elimina 90% das chances de ocorrências de violências. O resto vem com a excelência da operação no dia.

E a cada ano, com base na experiência, aprimora-se o plano.

DOIS TOQUES

Dever de casa

• A Federação Paulista falhou ao não elaborar o Plano de Ação para o Paulistão-09, no prazo que a lei determina. Mas, pode ainda realizar planos especiais para os clássicos restantes e respeitar os torcedores que pretendem ir aos próximos jogos. É questão de cumprir a lei e deixar de passar a bola de lado. Sem jogo de cena.

Dever de casa - 2

• Mete medo quando autoridades com formação jurídica dizem que uma lei não pegou. A afirmação vem da transgressão repetida. A seguir o raciocínio, os Códigos Penal e de Defesa do Consumidor não pegaram, porque as pessoas continuam cometendo homicídios, traficando drogas e iludindo clientes.

É um embasamento esdrúxulo. Transgressões sempre haverá. São do ser huma-

no. Para isso existe a lei que fixa limites e punições para quem a infringe. A não-aplicação do Plano de Ação, previsto em lei, vem da tolerância das autoridades que gostam de declarações como "não pegou" e evitam punir quem tem poder e não cumpre a lei.

O Estatuto prevê pena para o torcedor infrator. Por que a União não ajuíza ações contra os infratores, em vez de dizer que a lei não pegou? Contribuiria mais para a lei funcionar.

THAS
PO

Antes do LANCE!

no Ivan Lendl
Garros, ao vencer o
McEnroe por 3 a 2.

Depois do LANCE!

opa do Mundo da
sileira masculina
2 a 1.

leção Brasileira
ete vence as Ilhas
do Pré Olímpico.

JOSÉ LUIZ PORTELLA

portella@lancenet.com.br

OS MARGINAIS DA MARGINAL

Mesma coisa, tudo uma coisa só

Violência, gramados ridiculos, Timemania sem contrapartida, calendário inadequado, desrespeito ao torcedor, juizes fracos e complacentes, Justiça Esportiva incoerente, clubes falimentares, não são coisas diferentes, separadas. É tudo uma coisa só. Têm a mesma raiz, a mesma triste origem: falta de vergonha na gestão do futebol.

Um deslize vai alimentando o outro e tudo se sucede por irradiação. Nada ocorreria por tanto tempo se cada vergonha não sustentasse a outra. São vasos comunicantes.

Atrás disso estão coisas como: omissão da CBF que procura tirar o corpo fora de tudo; prioridade para a manutenção de dirigentes no poder a qualquer custo; compadrio; campeonatos estaduais para assegurar benesses aos eleitores; bajulação a jogadores que asseguram audiência; exaltação de craques, sem cobranças, em programas de TV; dinheiro público para cobrir gestão ineficiente e até o comodismo de quem é contra e não combate.

Toda vez que a violência traz um evento fatal renasce a indignação exasperada; que dura três dias e se acaba com a próxima rodada. Brotam propostas imediatas, propostas midiáticas, oportunismo, vociferações para conquistar audiência.

Raramente, se vê alguém pesquisar antes de propor, estudar, levar adiante, não esmorecer. Jogar de uma torcida só é uma nega-

DOIS TOQUES

Da depressão à euforia

É uma característica nossa, brasileira, viver na depressão ou na euforia, sem meio termo. É o complexo de vira-lata – somos o que há de pior – ou a armadilha de ser “o melhor do mundo”, “Deus é brasileiro”.

A Seleção ganhou bem. É inédito golear lá, o Uruguai. Comemoramos. Mas não precisa subir no salto. O Uruguai criou dez chances reais de gol. Tivesse feito o gol, cara-a-cara, quando estava dois a zero, a história do mesmo jogo, com os

mesmos protagonistas, teria sido outra. E o humor também. Dunga tem personalidade. Admiro. Ele vai contra a corrente, se precisar. Porém, tem raciocínio limitado; uma teimosia não inteligente. Não creio que seja o cara para 2010.

Nietzsche choraria

Nietzsche consagrou o conceito de Super-Homem. Contudo, até ele se surpreenderia com o que se faz hoje com os técnicos de futebol. Para o bem e para o mal deles, se lhes atribuem um poder que não

ção do futebol, mas e aí? A ideia não é ir à raiz, resolver. Isso custa sacrifício, esforço, ralação. Aparecer é a questão.

A autoridade pública colabora muito quando, em vez de exercer o papel de Estado, prefere se promover, eleger-se. Ajuda também a turma que é contra tudo isso aí, porém, faz o combate por partes; aborda uma questão, esquece da outra, trata das coisas sem paciência. E sem se unir.

Os poucos que repelem o sistema ainda têm o defeito das esquerdas antigas: a cissiparidade. Vivemos nos dividindo. É mais fácil fazer um comentário e cair fora. Uma ação conjunta pela mudança não acontece. Facilita-se o vicejar dos malandros.

Concorrem para o problema os dirigentes que, sabendo da mudança necessária, não a fazem, alegando que mudar prejudicaria o próprio clube. Como Bebeto de Freitas, que apoiou o sistema Caixa D'água, no Rio, para o Botafogo não ser punido. O clube continuou perseguido e ele não implantou o modelo certo.

É um comodismo conveniente. Ajuda a não conflitar com o poder estabelecido.

Como é tudo uma coisa só, bastaria alguém mudar para valer que o sistema iria mudando todo até que houvesse uma restauração. Não precisaríamos mais tratar com oportunismo cada vez que houvesse um caso fatal.

Porque, como na Inglaterra, ele, os outros, deixariam de ocorrer.

BO
LA
DAS

Alessandro

LATERAL DO

BOTAFOGO

“A torcida

tem razão e

não estar

satisfeita.

Mas aqui

Botafogo

todos estão

sentindo o

momento

ruim. Tanto

jogadores,

quanto o

treinador e

todos os

funcionários

estão sendo

cozidos. É

o roupeiro”

Destacando a

importância da

reunião feita e

jogadores e

diretoria

Lewis Hamilton

PILOTO DE F1

“Esperamos

um fim de

semana

difícil. A

pista de

Silverstone

de alta

velocidade

o nosso car

não se

comporta

bem em

curvas

velozes”

Esperando ter

difficultades no

da Inglaterra

A DEPOIS DO LANCE!

www.lancenet.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

A comunidade moral

Década de 60 marcou a ascensão das torcidas organizadas, que passaram de coadjuvantes a protagonistas do espetáculo ao adotarem a "metáfora da guerra"

Ricardo Nogueira - 28.jan.10/Folha Imagem

Torcedores são-paulinos durante partida em Barueri (SP)

JOSÉ PAULO FLORENZANO

ESPECIAL PARA A FOLHA

As torcidas organizadas, no Brasil, assim como os agrupamentos ultras, na Itália, começaram a ocupar as arquibancadas e a modificar o clima e a paisagem dos estádios a partir dos últimos anos da década de 1960. Lá, como cá, abandonaram a condição de simples espectadores da partida de futebol para desempenhar o papel de protagonistas do espetáculo que elas próprias criavam e desenvolviam, inspiradas pela "metáfora da guerra", como mostra a perspectiva antropológica de Alessandro Dal Lago.

A violência, no entanto, não se restringia aos limites de uma batalha simbólica, mas se deslocava no espaço, driblava as medidas de repressão e adquiria, ao longo do tempo, forma e intensidade, alcance e significados muito diversos. De fato, como mostram os estudos feitos na Itália, os jovens torcedores logo enveredaram pela estrada do antagonismo violento, militarizaram-se, adotaram a "lógica da guerra".

Isso os levava a planificar com antecedência a escolha do lugar da luta, a calcular o momento certo da ação, a delinear previamente a tática a ser empregada no combate travado cada vez mais fora das praças esportivas.

Ao mesmo tempo, procuraram alcançar um consenso em torno das "regras do jogo" no qual se achavam imersos -isto é, definir as armas, os atores e as circunstâncias do confronto. Uma circular redigida por integrantes do movimento buscava estabelecer os ditames do comportamento ultra: "Não se toca nas mulheres e nos velhos e não se enfrenta quem não tem nada a ver e não tem a possibilidade de se defender".

Visto por esse prisma, o estereótipo da "horda de bárbaros embriagados" transfigurava-se, segundo o sociólogo Antonio Roversi, em uma "comunidade moral". Esta era edificada com base em um repertório próprio de regras, dotado de mecanismos simbólicos de integração dos

jovens reunidos na cultura da curva, na qual a violência desfrutava de um lugar privilegiado, mas não se revestia de uma forma caótica nem se desenvolvia de modo aleatório.

Ao contrário, ela se desenrolava no quadro das rivalidades e das alianças tecidas entre os diversos agrupamentos e de acordo com o código de comportamento aceito e partilhado pelos torcedores. A via brasileira apresentava pontos em comum com o percurso italiano, mas também se distinguia pela elaboração de características próprias e traços originais.

Nesse sentido, enquanto o caminho dos ultras atravessava o campo minado do extremismo político (alguns grupos se autodenominavam "brigadas", em alusão ao partido armado identificado pela estrela de cinco pontas), o das organizadas desembocava na República do Futebol, paisagem histórica definida por inúmeras experiências de autonomia -como, por exemplo, o Trem da Alegria, idealizado por Afonsinho, e a Democracia Corinthiana, liderada por Sócrates.

Aspectos contraditórios

Essa paisagem histórica, delimitada pelos anos de 1978 a 1984, contemplava ainda a iniciativa do jogador Wladimir de estender às gerais e arquibancadas o processo de mudança deslanchado no Corinthians: "As discussões são abertas aos diretores, aos jogadores, aos sócios e até à torcida". Mas a participação desta última nos anos revolucionários do futebol brasileiro comportava aspectos contraditórios.

De um lado, ela promovia o salto de qualidade no exercício da violência, refletido tanto no conflito entre as organizadas do Santos e da Portuguesa -em 1979, na Taça São Paulo, com um saldo de 15 pessoas feridas- quanto nas brigas ocorridas antes, durante e após o clássico entre Santos e Corinthians, em 1983, com tiros disparados ao redor do estádio e focos de incêndio dentro do Morumbi.

De outro lado, ela reivindicava o direito de participação e o concretizava por meio de várias iniciativas. Entre elas, pode-se destacar, em 1977, o debate sobre a criação de uma Associação das Torcidas Organizadas; em 1978, a greve promovida pela Torcida Uniformizada do Palmeiras contra o desgoverno implantado no clube; em 1981, a crítica da Torcida Jovem do Santos à fórmula esdrúxula do Paulista; e, em 1984, a presença da Gaviões da Fiel nos comícios das Diretas-Já.

Violência e participação se constituem, portanto, nos fatores decisivos do universo das organizadas. Isso significa que, além do combate imprescindível e sem tréguas à impunidade dos atos brutais, o enfrentamento do problema atual pode incluir a criação de novos canais de participação e espaços de debate. De fato, como diz o sociólogo Antonio Roversi, juízos acusatórios e categoriais morais impedem a compreensão do quadro dinâmico das torcidas. Eles não permitem, assim, elucidar as linhas de continuidade, identificar os pontos de ruptura, apontar as reviravoltas que ora as colocam no exercício de uma violência desregrada, ora as aproximam da prática democrática elaborada em conjunto por aqueles que desejam reinventar a República do Futebol e manter, tanto quanto possível, a rivalidade dos jovens torcedores nos limites de um duelo simbólico.

JOSÉ PAULO FLORENZANO é professor de antropologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bolsista da Fapesp e autor de "A Democracia Corinthiana" (Educ).

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ANÁLISE

los macaquitos

Violência simbólica da torcida e ofensas entre atletas, como no caso de Grafite , mostram que esporte oscila entre a teatralidade e a ideologia

ME ENCHERAM DE PANCADAS E INSULTOS", LEMBRAVA AMARILDO
ESPECIAL PARA A FOLHA

De um extremo ao outro da Europa, de uma curva a outra dos estádios, a violência simbólica vem recaindo sobre o atleta negro. Em novembro de 2004, os ultras do Real Madrid passaram o jogo "imitando macacos" sempre que os zagueiros do Bayer Leverkusen, Juan e Roque Júnior, tocavam na bola.

Em abril de 2003, na República Tcheca, os do Sparta "atiraram bananas" ao atacante Adauto, do Slavia. Em fevereiro de 2000, os do Venezia exortaram com faixas o jogador da Juventus, Edgar Davids, a empreender o caminho de regresso à terra dos ancestrais: "Volta para a África, zebra".

Desfraldadas nas arquibancadas, as bandeiras da intolerância também são empunhadas dentro de campo por atletas identificados com suas mensagens. A crônica italiana registra amiúde desavenças e expulsões motivadas pelo uso da expressão racista e xenófoba: "Negro de m... volta para a África".

Empregada a torto e a direito, ela desvela a linha de continuidade entre a curva e o campo, interliga o passado e o presente e sobrepõe, às identidades nacionais, uma diferença à flor da pele.

As reminiscências italianas do bicampeão mundial Amarildo são emblemáticas:

"Minhas pernas são cartas geográficas. Me encheram de pancadas e insultos. Me diziam "sporco negro" e, tudo bem, porque o futebol também é feito de palavras."

Eis a questão: do que é feito o futebol? Os insultos raciais devem ser aceitos como constitutivos da cultura deste espetáculo?

As reações de Grafite, no Morumbi, em abril de 2005; de Elicarlos, no Mineirão, em junho de 2009; e de Manoel, no Palestra Itália, em abril de 2010, rompem com o tom de resignação que envolve a questão e exprimem o advento de novos atores em um palco que, no entanto, possui uma lógica própria.

Como assinala o sociólogo Norbert Elias, a esfera do lazer representa, na sociedade, um enclave onde as normas de comportamento são em parte suspensas de sorte a proporcionar o "descontrole controlado das emoções".

Mas, acrescenta Christian Bromberger, convém relativizar o significado das manifestações nos estádios, interpretando-as segundo a lógica da confrontação agonística entre as torcidas como "teatralização exuberante do ódio ao adversário".

Mas quando a manifestação se volta contra o atleta da própria equipe, a lógica da rivalidade é subvertida pela ideologia do racismo, conforme revela a trajetória de Fernando Marques da Silva.

PINTADO DE PRETO

O jovem atacante desembarcou em março de 2000 no Calcio para atuar na Série B pelo Treviso. Os ultras locais, no entanto, não lhe deram trégua: "Recebi inclusive ameaça física". Na partida contra a Ternana, na cidade de Terni, o Treviso perdia por 2 a 1 quando, na esperança de reverter o resultado, o treinador decidiu colocar o recém-chegado.

Os ultras, então, começaram a recolher as faixas e abandonar o estádio em protesto contra o jogador negro.

Se a curva à direita conduzia ao universo de xenofobia e racismo, a curva à esquerda descortinava a existência de uma cultura diversa, cujos contornos ficariam nítidos na partida contra o Genoa.

Cercada de enorme expectativa devido à escalação de Omolade, um após outro os atletas adentraram o gramado, todos, sem exceção, com o rosto pintado de preto.

Surpreendidos com o gesto de solidariedade, os ultras não encontraram alternativa melhor senão estender a vaia ao conjunto do time.

Eis o teatro do futebol. Enquanto parte do público emite urros e atira bananas ao palco para afirmar uma diferença irreduzível, outra parte pinta o rosto de preto por solidariedade. Já a crítica tenta retirar o peso das manifestações invocando a lógica que estrutura o espetáculo. De um lado, atletas brancos reincidem nos insultos raciais sob a justificativa de que tais xingamentos pertencem à cultura supostamente imutável do futebol.

De outro, os atores negros reivindicam o direito de repactuar as regras do jogo, contestar os códigos de comportamento e colocar em questão as armas utilizadas para prevalecer sobre o adversário. Assim, em vez de show de menestrelis, propõem e transformam o futebol no teatro experimental onde sujeitos autônomos definem os papéis e as relações que desejam viver.

(JOSÉ PAULO FLORENZANO)

Comentando
sobre a postura do
meio de campo
argentino

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**JUCA KFOURI**

De quem é a culpa

Quanto tempo levará para que todos esqueçam o que aconteceu no Morumbi no domingo passado?

A CULPA é minha, é sua, é dos poderes executivos, legislativos e judiciários. A culpa é de todos nós. E, quando a culpa é de todos, passa a ser de ninguém e a vida segue, como se morrer ou se ferir gravemente num estádio, ou a caminho, fosse coisa corriqueira, uma coisa nossa, como tantas outras, a impunidade entre elas.

Por mais que em outras partes do mundo, onde a situação era pior (na Inglaterra, por exemplo), a vontade de resolver o problema tenha resolvido o problema. E sem soluções mágicas, sem proibir ninguém de ir aos estádios, com exceção dos que são pegos cometendo violências e exemplarmente punidos por cometê-las. E como? Com ações inteligentes que começam pela prevenção, que seguem com rigorosa repressão e culminam com severa punição. Um tripé tão óbvio como é óbvia a nenhuma vontade, por aqui, e há mais de dez anos, de solucionar a selvageria, que tem como protagonistas torcedores violentos e fanáticos, cartolas despreparados e provocadores, policiais destreinados e de estopim curto, mídia cúmplice ao botar lenha na fogueira e espaço a quem não deve tê-lo, por representar seitas e não o torcedor comum -esse pobre coitado abandonado ao próprio azar quando resolve ir a um jogo de futebol.

O presidente Lula gosta de futebol, é corintiano do fundo do coração, mas o tema não o comove. Um dia, ao assinar o Estatuto do Torcedor, ele discursou no Palácio do Planalto e disse que "nunca mais o torcedor brasileiro seria tratado como gado". Ficou no discurso, e o torcedor segue sendo abatido. O governador dos paulistas, José Serra, gosta de futebol, é palmeirense até o último fio de seus poucos cabelos e nem se pronunciou sobre o que aconteceu no domingo passado ali no quintal do palácio onde vive, no Morumbi. O governador fluminense, Sérgio Cabral, gosta de futebol, é vascaíno militante e desconhece que o Maracanã é uma praça de guerra. O dos mineiros, Aécio Neves, também gosta de futebol, é cruzeirense, morreu um torcedor do Galo no fim de semana em Belo Horizonte e, claro, ele não tem nada a ver com isso. José Sarney é o novo (!) presidente do Senado, e Michel Temer é o novo (!) presidente da Câmara dos Deputados, o que explica muita coisa neste Brasil varonil. Todos, talvez com exceção de Temer, absolutamente próximos de Ricardo Teixeira, o eterno presidente da CBF, alguns até amigos mesmo, mas, como ele, mudos em relação ao tema. O que importa é fazer a Copa de 2014.

E, um quarto poder, o Ministério Público, em São Paulo, alterna representantes para cuidar do assunto que vão da esperteza desmedida à ingenuidade que beira à simploriedade, embora sempre com a marca do deslumbramento pela proximidade com o poder dos cartolas e suas benesses, uma camisa autografada aqui, um camarote refrigerado ali e, quem sabe, uma candidatura a deputado para fazer parte das bancadas da bola que se espalham pelo país e se

reúnem numa voz só em Brasília. Entendeu por que amanhã ninguém falará mais sobre os pelo menos 49 feridos no Morumbi?

blogdojuca@uol.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**JUCA KFOURI**

O ministro e as carteirinhas

*Depois de sete anos de governo, enfim,
cogita-se fazer algo contra a violência
nos estádios. Mas, será?*

EXISTE uma lei do esporte, dita Lei Pelé, que ora ele avaliza, ora Pelé desdenha, e um Estatuto do Torcedor.

Textos mais que suficientes para dar conta de toda e qualquer necessidade que se imponha nos estádios e ginásios nacionais, até porque são modernos como as legislações da Espanha, da Inglaterra etc.

Leis que dependem de eventuais detalhamentos nos regulamentos das competições, mas que, basicamente, apontam nas direções corretas e contemporâneas.

E que sempre que são objeto de reformas buscam atender aos que tiveram seus privilégios, em tese, prejudicados. E só em tese porque, na prática, apesar de alguns progressos óbvios, como o Brasileirão em pontos corridos, o fim do passe, a possibilidade de o torcedor acionar os promotores de jogos, pouco mudaram a vida da cartolagem, tanto que não tem nenhum cartola preso, como seria de se esperar.

Porque, desde que foram aprovadas, o que se viu foi uma maioria de ministros se acumpliciando com a superestrutura do esporte brasileiro, seja no COB, seja na CBF. Sim, parece inesgotável a capacidade de sedução de nossos cartolas, capazes de levar ao altar as mais diferentes autoridades do país, sejam elas da elite, seja o operário que chegou ao poder, este sabendo bem quem são os cartolas.

E tome reformas que buscam tirar a responsabilidade deles, que dão Timemánias umas atrás das outras, leis de incentivos e que, agora, para combater uma minoria facilmente identificável, buscam criminalizar a maioria pacífica. A carteirinha do torcedor é um bom exemplo.

Proposta pelo ministro do Esporte, que, quando presidiu a UNE, fez da carteirinha de estudante uma festa, a do torcedor quer impedir, já no ano que vem, que a sua mãe, raro leitor, possa entrar num estádio brasileiro com capacidade de receber mais de 10 mil torcedores.

Isso mesmo. Se a senhora sua mãe quiser ir ao Morumbi, ao Pacaembu, ao Prudentão, só poderá ir se estiver devidamente cadastrada, nos mínimos detalhes, algo que não passa de tola burocracia e, há quem diga na OAB, é até inconstitucional.

Ainda mais que as medidas para identificar os violentos podem ser facilmente impostas com a expedição de ingressos inteligentes e com a eficaz implantação dos lugares numerados, como está na lei.

Mas estamos em começo de fim de governo e o ministro do Esporte, que passou mais tempo como bajulador de cartolas e como papagaio de pirata, a exemplo de seu antecessor do mesmo PC do B, tem sonhos eleitorais, talvez como senador, ao menos como deputado. É hora, pois,

de jogar para a plateia, mas jamais para a torcida, a verdadeira, composta por gente comum, como você.

Como num passe de mágica, resolver o problema da violência em torno do futebol que assola o país, de norte a sul e de leste a oeste, entrou na ordem do dia. Coisa séria, para valer, mesmo que tardiamente, quase não há, porque coisa séria, para valer, é artigo com o qual não se trabalha. Daqui a pouco, alguém dirá que minimizar o flagelo do holliganismo, como na Inglaterra nos anos 90, é fácil, mas complicadíssimo num país de dimensões continentais como o Brasil.

blogdojuca@uol.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**JUCA KFOURI**

A violência que alimenta

Como a inflação, a violência de torcida, se não fosse boa para alguns, teria acabado faz muito tempo

O MINISTRO do Esporte, entre uma e outra festa para comemorar seu aniversário e lançar sua candidatura a deputado federal, diz que mais uma morte de torcedor em São Paulo não altera em nada a Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

E não altera mesmo, ainda mais em se tratando de um pobre coitado, que não tinha nada que estar fazendo ali àquela hora.

O presidente da CBF, entre uma e outra solenidade com vistas exatamente à Copa de 2014, decreta que se a morte não foi dentro do estádio não é problema dele, é da polícia, embora, tempos atrás, tenha tentado se eximir, também, de sete mortos em Salvador, dentro da Fonte Nova, em outro campeonato organizado pela entidade que ele dirige.

E a PM paulista, junto à competente autoridade do Ministério Público, passa a defender jogos com uma torcida só.

Mas para um ônibus com corintianos no trajeto de mais de uma dezena de ônibus com vascaínos. Só pode ser por gosto, pois ninguém será capaz de convencer um observador isento que um ônibus, com mulheres dentro, prepare uma emboscada nem para outro ônibus, que dirá para mais de dez.

Esta coluna é mais radical na defesa da paz dos cemitérios: quer jogos sem torcida!

Já a Polícia Civil até hoje foi incapaz de achar os culpados do caso do gás, em Palestra Itália, e da fratura do braço do técnico do Palmeiras, no aeroporto de Congonhas, embora perca seu tempo com um bando de canastrões que se julga perseguido por este colunista.

É que a simulação de indignação com a morte de torcedores dá empregos e alimenta demagogias, ao mesmo tempo em que deixa nu o tamanho da incompetência, e do cinismo, de autoridades e cartolas. Porque se tem gente que se sustenta na exploração dos ditos torcedores organizados, é sempre bom não perder de vista que do outro lado a violência até elege deputados, capazes de iludir os incautos do me engana que eu gosto.

E lembrar, principalmente, que na origem de tudo está o que deveria preocupar um presidente de CBF, ou seja, o tratamento animalesco que se dá aos torcedores em todos, repita-se, em todos os estádios brasileiros. Com a óbvia contrapartida do comportamento animalesco dos torcedores, nas chamadas torcidas organizadas e nas numeradas das elites, basta lembrar episódios recentes com as equipes da CBN, no Pacaembu, da Sportv, na Vila Belmiro, e da ESPN Brasil, no Couto Pereira, em Curitiba.

O estádio de futebol e seus arredores viraram faixas de ódio, de covardia coletiva, de extravasamento da idiotia e do que de mais sombrio pulsa na alma humana, embora, registre-se, seja a minoria dos torcedores que assuma tal papel.

Ao contrário, todos os cartolas e autoridades brasileiros que algum dia trataram da questão (todos!) mostraram-se ou incompetentes ou conformados ou coniventes ou cúmplices, porque sustentam também essa minoria raivosa, belicista, irracional e facilmente identificável e isolada da sociedade.

Quando a inflação acabou no Brasil, logo se descobriu, com a falência de bancos, quem lucrava com ela.

No futebol é igual.

blogdojuca@uol.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**JUCA KFOURI**

Memórias, drogas, violência

*Os anos passam e algumas coisas,
em vez de melhorar, conseguem até
piorar em nosso pobre rico futebol*

LULA COMEÇAVA a governar.

Iria assinar a primeira lei sancionada em seu governo, o Estatuto do Torcedor. Única lei aprovada por unanimidade na gestão anterior, de FHC, tamanha a sua obviedade. Temo até já ter contado o episódio aqui, mas a ocasião permite repetir, se for o caso.

Recebo uma ligação do chefe de gabinete da presidência da República, Gilberto Carvalho. Que me pergunta: "Você vem para a solenidade de assinatura do Estatuto?".

"Não, não vou, não gosto dessas coisas", respondi.

"Pois o presidente gostaria que você viesse", Carvalho replicou.

Fui.

Fui para ouvir o presidente dizer na abertura de seu discurso: "Nunca mais vamos ouvir o jornalista Juca Kfourir dizer que no Brasil torcedor é tratado feito gado".

Claro que não era apenas eu que dizia, mas ele havia me escolhido para simbolizar os jornalistas que mexem nas feridas, pois terminou o discurso afirmando que minha presença no ato tinha a intenção de representar todos os que tinham sido processados, discriminados etc pela cartolagem nacional.

Desnecessário dizer que o torcedor brasileiro continua a ser tratados feito gado no Pacaembu, no Morumbi, no Maracanã e no Couto Pereira...

Tratado como animal e agindo como tal, como bem mostraram as imagens da torcida do Flamengo ao chegar ao Maracanã na última rodada do Brasileirão e as dos vândalos que pagaram apenas R\$ 5 para ver o rebaixamento do Coritiba.

Lula errou em sua previsão e, pior, anda de braço dado com a cartolagem que, então, denunciou.

Nada se fez de concreto em sete anos de gestão para mudar tal estado de coisas e também os governadores, como Aécio Neves, José Serra e Sérgio Cabral, que até gostam de futebol, nada fizeram em seus Estados para melhorar o quadro.

Resta, portanto, já que não se previne, a punição. A punição exemplar que o Coritiba merece, por coincidência exatos 20 anos depois de ter sido administrativamente rebaixado pela CBF, mas por um W.O. em partida que deixou de jogar contra o Santos.

É pela impunidade de tantos outros que também deveriam ter sido e não foram que acontece a barbárie que aconteceu em Curitiba.

Do mesmo modo, o doping.

Temos uma legislação tão hipócrita que a cocaína e a maconha são punidas como dopantes e, no entanto, mesmo quando de fato o atleta é pego por uso de substância estimulante, o clube beneficiado pela concorrência desleal não é punido com a perda de pontos para o adversário

prejudicado.

E antes que digam que cocaína é doping, leiam o que afirmou o especialista Eduardo de Rose, quase 15 anos atrás: "Hoje, modernamente, a cocaína não é mais um doping. Mas continua na lista pela conotação de droga social. Houve uma tentativa, na última reunião do Comitê Olímpico Internacional, de tirar a cocaína da lista, pois ela realmente não tem mais função em lista de doping esportivo. O problema é que ainda não se encontrou uma fórmula para retirá-la da lista sem que se passe a ideia ao público de que o uso de cocaína estaria permitido pelo COI".

blogdojuca@uol.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**JUCA KFOURI**

A punição ao Coritiba

Bem ao estilo brasileiro, não são poucos os que, com pena, já acham severa demais a pena ao clube coxa

MESMO QUEM se horrorizou com as cenas de fato horripilantes do estádio Couto Pereira na última rodada do Brasileirão já anda achando que a multa de R\$ 610 mil e a perda de 30 mandos de jogos do Coritiba é um exagero. Os argumentos são os mais variados, embora nenhum seja convincente para minimizar a punição.

Chove-se no molhado com exemplos de situações parecidas que não tiveram a mesma punição, o que é absolutamente verdade, mas não suficiente para que se mantenha a impunidade eternamente. Aliás, este é o ponto.

Nem se trata de repetir que um erro não justifica outro ou que o Coritiba só está sendo castigado com tal rigor porque é menor que um Corinthians ou um Flamengo, pois no rol dos impunes do passado há também clubes menores que o Coxa.

Trata-se de examinar o DNA da impunidade no país, que tem muito a ver não só com o velho jeitinho, mas, ainda, com um sentimento até generoso, o da pena.

Não importa se, como decorrência da violência no gramado, a revolta tenha se espalhado pela cidade e uma enfermeira tenha sido atingida por uma bomba que lhe ceifou três dedos da mão para o resto de sua existência. Porque os 30 jogos sem mando é que são muito!

E tome lembranças sobre o que houve no Pacaembu quando torcedores do Corinthians quebraram o alambrado depois da derrota para o River Plate, como se as consequências tivessem sido as mesmas, e não foram. Sem se dizer que o clube ficou proibido de usar o estádio para partidas internacionais por um ano, pena branda, sem dúvida, porque deveria ter sido suspenso da Libertadores por cinco anos, mas, de todo jeito, decisão tomada fora do Brasil, pela Conmebol.

A questão está em que é necessário começar a não transigir com este tipo de episódio no futebol brasileiro. Aí, pouco importa se o primeiro a ser exemplado é A, B ou C. Lembremos que times ingleses ficaram proibidos de disputar torneios internacionais por cinco anos, graças aos hooligans que apavoravam a Europa. A pena pegou até clubes que não tinham episódio de violência.

Decisão autocrática, excessiva, arbitrária ou não, o fato é que as coisas mudaram rapidamente nas terras de Sua Majestade, a rainha. Porque esta é outra discussão recorrente no Brasil.

Há quem queira que os mesmos ritos da Justiça comum sejam os da Justiça esportiva, apesar de ela já ser suficientemente rebuscada e repleta de nuances que levam a infundáveis chicanas. De tergiversação em tergiversação, daqui a pouco o ninguém será culpado outra vez e voltaremos a não ter quem responsabilizar em episódios como o do jogo entre Coritiba e Fluminense.

Porque quando janeiro vier e o pleno do STJD reduzir a pena, os que se indignaram com a violência já estarão menos indignados e os que ficaram com pena agora se indignarão no

próximo episódio.

Kirrata

Diferentemente do aqui escrito ontem, o zagueiro Marinho não se formou no Flamengo campeão mundial de 1981. Que, de todo modo, contando com Nunes, tinha oito jogadores feitos na Gávea.

blogdojuca@uol.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**JUCA KFOURI**

A banalização da morte

Mais um cadáver, outros 20 feridos, brigas de gangues espalhadas por aí e, na verdade, nada é novidade

O OMBUDSMAN até andou reclamando em suas críticas internas, surpreso com a aparente naturalidade com que a editoria de Esporte tratava a questão da violência entre torcedores. Já o colunista criou uma palavra, ao inventar o trouxedor. Para azar nosso, tanto o colunista, José Roberto Torero, quanto o ombudsman, Carlos Eduardo Lins e Silva, despediram-se de suas funções nesta **Folha**.

O trouxedor desorganizado é mesmo um ser desamparado, e o jornalista que trata de esportes é alguém impotente diante da barbárie que cansou de denunciar sem nenhuma consequência. Por mais que tenhamos a obrigação de persistir, de insistir, de não desistir, é o leitor, o ouvinte, o telespectador que nem quer mais saber desses episódios.

É como se todos estejam convencidos de que o Estado brasileiro é ausente e incompetente para cuidar da questão. Como foi e é para tratar da favelização, das enchentes, do saneamento básico, da educação, da saúde, questões postas há mais de 500 anos e muito mais bem resolvidas em países da nossa idade, como os Estados Unidos, ou mais jovens, como a Austrália.

Porque faltam inteligência, prevenção, repressão e punição para tratar da violência entre as gangues travestidas de torcedores de futebol, gente que se espalha pelos estádios, pelas adjacências deles, longe deles, bem longe deles, pelo país afora. Faces de uma mesma moeda realçadas em torno dos jogos de futebol, mas que, de fato, fazem parte do nosso dia a dia, nos assaltos nas esquinas, nos embates de traficantes de drogas entre si e contra a polícia e até nos trotes universitários.

As coisas chegaram a tal ponto que deixam mesmo de ser notícia, porque se tornaram banais. Como se tornaram comuns as manifestações de estrelismo dos encarregados de tratar da questão pelo Ministério Público paulista, alguns se transformando em deputados, como Fernando Capez.

Outros, como o promotor de Justiça Paulo Castilho, confundindo alhos com bugalhos, a ponto de chamar Margaret Thatcher de rainha da Inglaterra na ESPN Brasil, e vítima do mesmo deslumbramento de seu antecessor.

Não bastasse, ainda convivemos com cartolas que frequentam as quadras dessas gangues e lá discursam com palavras hostis, como Luiz Gonzaga Belluzzo, presidente do Palmeiras, que cita Jean-Paul Sartre quando quer responder às bobagens de Vanderlei Luxemburgo, a quem já tratou como "gênio da raça" em entrevista ao jornal "Valor", mas grita "vamos matar os bômbis!" na Mancha Alviverde.

Ou financiam seus desfiles carnavalescos, como Andres Sanchez, do Corinthians, com a Gaviões da Fiel, para redundar em selvagens agressões no sambódromo.

Tudo isso no país do presidente corintiano Lula; do governador paulista palmeirense José Serra; do governador carioca vascaíno Sérgio Cabral e do governador mineiro cruzeirense Aécio Neves, para não falar da governadora gaúcha gremista Yeda, cruzeiros!, todos tão impotentes como os jornalistas e tão entediados como os leitores. Com a diferença de não cumprirem com as suas obrigações.

blogdojuca@uol.com.br

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

JUCA KFOURI

Cumpra-se

*O Estatuto do Torcedor
foi aperfeiçoado. Agora,
só resta fazer com que
seja cumprido*

LULA APERFEIÇOOU, no fim do segundo mandato, a primeira lei que assinou no começo do primeiro.

Se o Estatuto do Torcedor já era bom, agora ficou melhor. Lacunas que sempre foram usadas para justificar a impunidade dos violentos, foram devidamente preenchidas por artigos rigorosos com quem semeia o medo em estádios e imediações.

Banimento dos estádios, prisão, responsabilização das ditas torcidas organizadas, com o cadastramento obrigatório de seus membros, aleluia!, acabaram as desculpas que redundavam em liberdade dos meliantes.

Também os que fraudarem resultados dos jogos deverão ir para a cadeia, o que torna praticamente impossível que tenhamos sentenças como já tivemos e que entraram para o anedotário do Judiciário. Foi o caso de um juiz de primeira instância que absolveu um árbitro, que comprovadamente manipulava resultados de jogos, porque, segundo o magistrado, não havia crime já que o jogo tinha sido realizado. Então, Sua Excelência comparou o futebol à luta livre, em que todos sabem que é tudo marmelada e nem por isso deixam de pagar para ver, justificou. É sério, aconteceu.

Anos depois houve o escândalo Edilson Pereira de Carvalho, que também está aí, livre, leve e solto, rindo de todos nós.

Até o cambismo será punido com prisão, no que se inova no Brasil, porque esta é uma prática mundial, até regulamentada em muitos países. Sem dúvida outro avanço na proteção do torcedor e da economia popular.

Resta fazer pagar. Porque o que virou lei quase oito anos atrás pegou apenas em parte, como o campeonato nacional em pontos corridos, por exemplo, mas, muitíssimas coisas ficaram apenas e desgraçadamente no papel. E olhe que, quando o presidente da República assinou o texto, prometeu que "nunca mais o torcedor brasileiro seria tratado feito gado". Como se sabe, ainda é.

Tomara que deixe de ser mesmo, embora saibamos que todas as restrições contra o álcool nos estádios cairão por terra para a Copa, exigência da Fifa e de sua patrocinadora, a cervejaria estadunidense Budweiser, que, aliás, é muito ruim, embora tenha sido imposta até nos estádios da Alemanha, reconhecida pela excelência de sua cerveja.

A nota destoante na cerimônia de assinatura do aperfeiçoamento do Estatuto do Torcedor ficou por conta da demagogia populista do ministro do Esporte, que fez um elogio inoportuno às torcidas organizadas, típica atitude de quem quis afagar depois de ter de engolir o rigor punitivo. blogdojuca@uol.com.br

JUCA KFOURI

Ira organizada

Melhor seria vê-los diante dos palácios e comitês eleitorais, diante de tanta mentira e corrupção

CORRIA 1984, e Mário Sérgio havia sido denunciado em reportagem minha por ter atuado dopado mais vezes do que na partida em que fora pego, contra o São Paulo, pelo Campeonato Estadual e que punira o Palmeiras com a perda de pontos e da liderança do torneio.

Voltava de Campinas com o então fotógrafo, e hoje diretor da "Quatro Rodas", Sérgio Berezovsky, depois de o Guarani ter vencido o Palmeiras e o alijado do título, quando tivemos a má ideia de parar num posto da Petrobras (parabéns, aliás, à estatal por ter posto recursos nas mãos de Paula e Ana Moser, e não nas do COB, para incentivar o esporte educacional e alguns menos favorecidos, garantia, agora, de que o dinheiro chegará aos destinatários) para beber um refrigerante.

Nem bem pedimos, chegou um ônibus da palmeirense TUP. Imediatamente fomos cercados, e ouvi de um de seus membros: "Eu não quero saber se o meu time ganhou com gol de mão, em impedimento, ou se jogador jogou dopado. E, se fosse vocês, saía daqui já, porque vai parar um ônibus da Falange, o Zézinho tá maquinado e é capaz de te dar um teco".

Berê e eu não pagamos para ver, isto é, pagamos sem beber até o fim e pegamos a estrada. Assim são os "organizados", capazes, como fez também certa vez a Gaviões da Fiel, de entoar em coro "ê, ê, ê, o Juca vai morrê", porque a "Placar" que eu dirigia tinha dado um título de matéria dizendo "A fiel verde está feliz", alusão à torcida palmeirense que era a de melhor presença nos estádios em 1989, apesar dos então já 12 anos de fila.

Não se vê tamanha indignação ou mobilização diante dos mensalões dos governantes ou das mentiras dos candidatos, ateus que vão à missa em busca de voto e mulheres que passaram pelo infortúnio de ter de fazer um aborto e que o criminalizam depois -será que não bastou um chileno, o goleiro Rojas, ter tentado enganar o Brasil?

Por mais que seja confortável imaginar que os ditos organizados possam representar os torcedores comuns, a verdade está longe disso.

Ou, então, é mentira, no caso corintiano, por exemplo, apenas o último clube a ter o seu espaço indevidamente invadido e com o beneplácito de seu cartola maior, que é a torcida que tem o clube, e não o contrário, como os demais.

Ou que para o corintiano vale mais ser corintiano do que ser campeão, o que explicaria o crescimento da torcida mesmo com 22 anos de jejum e aí por diante.

blogdojuca@uol.com.br

LANCE! o diário dos esportes

LANCE! OPINA

L!

Uma última chance de agir

O Estatuto do Torcedor e a Moralização do Esporte foram, no já distante ano de 2003, as primeiras leis sancionadas pelo presidente Lula que assumia. Parecia um prenúncio de que muita coisa avançaria no nosso Fut em direção à modernidade e à transparência da gestão, à segurança e ao respeito pelo torcedor e pelos clubes, verdadeiros patrimônios nacionais.

Houve progressos, de fato, mas pontos importantes jamais saíram do papel. E muito pouco se fez para que fossem cumpridos. Sob o comando de Agnelo Queiroz – aquele que dividia palanques com os que desafiavam o Estatuto, o ministério do Esporte nada trabalhou para regulamentar o que tinha de ser regulamentado, para punir os que desrespeitavam o texto. Na gestão Orlando Silva, muito tempo se perdeu neste processo, poucos foram os avanços substantivos.

As medidas que hoje serão assinadas pelo presidente da República – muitas delas bandeiras defendidas por este LANCE! desde o início de sua existência – também registram avanços. Especialmente no que pese a criminalização e o combate à baderna e aos cambistas, a busca da segurança física dos estádios. Também há decisões polêmicas como a viabilidade do cadastramento nacional e a obrigatoriedade da carteira de torcedor.

Umas ou outras, não basta propor, é preciso fazer cumprir. De novas leis, projetos, MPs, portarias e regulamentos, este país está farto. É preciso que se crie mecanismos de implantação, de fiscalização e de punição. Era louvável a intenção do ministério de criar, na Secretaria do Futebol, uma ouvidoria nacional, fórum de denúncia dos descumprimentos do Estatuto.

Era, pois não foi incluída no projeto.

No seu último quarto de governo, o presidente Lula e o ministro Orlando Silva chegam à hora da verdade. Em suas mãos está o poder de decidir que legado querem deixar para o esporte nacional, para o futebol brasileiro. Se querem ser lembrados como meros torcedores ou como alguém que mudou, de fato, o jeito de se torcer no Brasil.

Leia mais sobre o pacote contra a violência nas pág. 10 e 11

Últimos dias!

Ainda não trocou sua bandeira? Atenção: os postos funcionam

Neymar é

Moleque entra e muda Peixe. Mancini diz

É o estilo fenomenal

Ronaldo não erra finalização e diz que sexo antes do

2

LANCE! DOMINGO, 17 DE OUTUBRO DE 2010 www.lancenet.com.br

A MISSÃO

"Ser a referência em conteúdo esportivo no País oferecendo um jornalismo de qualidade e independente, em defesa dos interesses do torcedor e do desenvolvimento do esporte nacional"

APITO INICIAL

Luiz Fernando Gomes

lfgomes@lancenet.com.br

Demagogia e irresponsabilidade

Até que ponto é tolerável que um bando de "torcedores" invada um clube, apresente à diretoria uma lista de nomes que quer ver fora do time e ainda intimide fisicamente jogadores e dirigentes? Como mostra a imagem do Corinthians publicada aqui ao lado. Eu acho que a ponto nenhum.

Torcedor tem todo direito de se manifestar. Desde que essa manifestação seja cantar ou aplaudir, vaia ou xingar. E no estádio.

É incrível como há dirigentes que ainda compactuam com esse tipo de atitude. Pior, promovam falsas lideranças que muito mais do que amor pelo time têm amor por seus próprios interesses. Não faz tanto tempo assim, a sala da diretoria do Palmeiras foi invadida por vândalos que quebraram o que viram pela frente. E líderes daquela balburdia continuam ativos no clube, interferindo na vida do Palmeiras. Pior, cultivam amizade com cardeais palestrinos.

O que leva um dirigente como Hélio Ferraz, com um passado de serviços ao Flamengo, a introduzir na vida política do clube e apoiar não apenas uma, mas duas vezes, uma figura como esse tal de Capitão Leo? Não se trata de um

ex-chefe de torcida. Está em plena atividade, é homem capaz de, desonrando o cargo que ocupa, envolver-se em briga de arquibancada, desacatar policiais até acabar na cadeia. E de não respeitar nem mesmo Zico em busca da promoção pessoal.

Recentemente, no auge da crise com os insucessos do time de Ricardo Gomes, até o São Paulo, quem diria, abriu os portões do CT para o "protesto" da "torcida". Logo o São Paulo do Juvenal, aquele que por tantas vezes repudiou cenas semelhantes na casa dos outros. Aquele para quem

Trocar o torcedor-baderneiro pelo de verdade é o caminho dos clubes para encher estádios e crescer

isso só ocorria nos vizinhos por falta de autoridade de quem comanda. Tera ele, então, perdido a dele?

Os clubes ainda colhem o que plantaram por anos. Nas pesquisas LANCE!/Ibope, a violência foi apontada como fator principal a afastar o público dos estádios. E as gangues travestidas de torcidas são o maior impulso dessa violência. Sempre contaram, no mínimo, com a cumplicidade de diretorias. Foram décadas de distribuição gratuita de ingres-

TOM DIB

sos, de financiamento de viagens, bandeiras e uniformes. Privilegios que os sócios legítimos, que pagam em dia suas mensalidades, que contribuem para sustentar o futebol, nunca tiveram o direito de desfrutar.

Felizmente há quem tenha acordado. Vez por outra há recaídas como as citadas aqui, que atrasam a transformação. Mas os programas de sócios-torcedores dos clubes – Grêmio e Inter à frente –, têm mudado essa relação, pendido a balança para o lado de quem só quer torcer de verdade. Depois da barbárie que interditou o Couto Pereira, o Coritiba foi ainda mais longe: proibiu símbolos de organizações nos seus jogos e, na medida do que a legislação permite, tenta restringir a presença de vândalos em campo.

O Estatuto do Torcedor, a regulamentação da lei – a mesma que pode levar o tal Capitão Leo a ser condenado – é claramente um avanço. Mas, enquanto houver a tolerância demagógica e irresponsável da cartolagem, não há lei que bote ordem na casa.

Luiz Fernando Gomes escreve esta coluna aos domingos

Facção corintiana pressiona jogadores no treino de sexta-feira. Intolerável!

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Os sem-política

Transformado em peça na máquina de consumo compulsivo, torcedor é vítima maior da despolitização que atinge a sociedade

LUIZ HENRIQUE DE TOLEDO

ESPECIAL PARA A FOLHA

Assistência" foi um termo muito comum propagado pela imprensa esportiva até os anos 1930, condenando à passividade os torcedores mais populares. Estes se diferenciavam dos sócios, indivíduos notabilizados por laços mais estreitos, inclusive de parentesco, com os integrantes dos clubes.

A inauguração do estádio do Pacaembu, em São Paulo, e a transformação do futebol em evento de massa nos anos 40 redimensionaria os espetáculos futebolísticos e a importância dos torcedores.

Eles passaram a ser motivo de preocupação mais detida de parte dos poderes públicos, da imprensa e daqueles que organizavam os eventos, em virtude da intolerância e das rinhas que, diga-se de passagem, já existiam desde a época do amadorismo anterior aos anos 30. Os jornais não se cansavam de censurar as "desinteligências" frequentes promovidas pelo mau comportamento generalizado.

Faixas e cartazes

Foi nesse momento, então, que surgiram as primeiras organizações uniformizadas, indivíduos que acompanhavam as partidas em bloco, cantando, exibindo faixas e cartazes homenageando jogadores, cronistas esportivos e o próprio poder público.

Reciprocamente, a imprensa esportiva e os dirigentes dos clubes prestigiavam esses uniformizados por acreditarem que formavam um corpo elitizado (entenda-se "civilizado") no meio da massa.

Essa situação foi alterada com o aparecimento das torcidas organizadas, já no final dos anos 60.

Tratava-se de agrupamentos com nítida inspiração popular que se autonomizaram em relação aos interesses mais imediatos dos dirigentes e estabeleceram outros padrões para o ato de torcer.

Os ciclos de violência intensificados nos anos 90 e a ingerência cada vez maior da TV e dos canais pagos repercutiram na necessidade imposta por uma nova conduta torcedora.

Foi nessa conjuntura de políticas de repressão às organizadas que se inventaram os sócios-torcedores -analogia opaca que alude a uma espécie de acionista minoritário do clube- e o torcedor de poltrona, que paga para ver seu time pelo sistema pay-per-view, serviço oferecido pelos canais fechados (elitistas, não?).

Portanto, formas físicas ou simbólicas de violência não constituem um corpo necessariamente estranho dentro desse universo. Dirigentes que motivam os seus publicamente, ainda que de modo figurado, na lógica da contenda tendem cada vez mais a levar o espetáculo sacrificial para dentro da casa de cada torcedor plugado na web.

Há que saber administrar as formas da belicosidade que, de resto, é constitutiva do futebol.

Assim como as organizadas não reproduzem toda a extensão do torcer, elas também não contêm todas as variáveis que explicam a violência tomada como linguagem de todos. Ambientadas e nutridas nas dinâmicas de poder, as organizadas reproduzem os sucessos e fracassos das organizações sociais que conformam o que visualizamos por sociedade. Nenhum destes aspectos lhes faltam: burocracia, hierarquias, lógicas de distinção, comprometimentos políticos com projetos coletivos próprios ou negociados com outros atores, discurso da parlamentarização das relações e, obviamente, violência instrumental nutrida por masculinidades hegemônicas, homofóbicas, e intolerâncias já esparramadas por toda a sociedade.

Vingança inconclusa

O problema não são as organizações em si. No geral, o comportamento belicoso e intolerante se manifesta de modo mais desgarrado, individualizante e descompromissado com qualquer projeto coletivo, descentralizando práticas e comportamentos que fogem em muito ao controle das elites torcedoras.

Como uma espécie de vingança inconclusa, as mortes se sucedem há décadas em nome de honras difusas em torno da adesão aos clubes. Elas certamente estão relacionadas ao desmonte da dimensão lúdica do jogo e ao esgarçamento da sociabilidade em uma sociedade armada.

Embora as imagens dos últimos acontecimentos mostrem hordas de torcedores se digladiando, não há guerra ali, não há cadeia mecânica de mando e obediência.

Essa é justamente a linguagem desgastada do poder que tem no fantasma da desordem unida a sua face oculta, mas companheira de todas as horas. Das instâncias policiais e judiciais espera-se apuração e indiciamento daqueles indivíduos que estiveram diretamente envolvidos nos confrontos generalizados.

Mas o que esperar daqueles que administram o futebol: os dirigentes de clubes, os políticos e as elites torcedoras? O cerne da questão parece residir na baixa qualidade das relações políticas travadas entre esses agentes. Não bastam reuniões administrativas para resolver a conduta torcedora neste ou naquele jogo em específico. A despolitização de longo prazo que se impinge aos torcedores só faz minar os investimentos coletivos em nome de outras violências instrumentais parciais, inclusive legais.

O desinvestimento orquestrado que se faz na cultura do torcer -transformada em mera coadjuvante da maquinaria do consumo compulsivo- também não colabora para o processo de cidadania esportiva, sobretudo às portas dos megaeventos que se avizinham por aí.

LUIZ HENRIQUE DE TOLEDO é antropólogo e professor na Universidade Federal de São Carlos (SP). É organizador de "Visão de Jogo - Antropologia das Práticas Esportivas" (Terceiro Nome).

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Segurança e cidadania em eventos esportivos

LUIZ PAULO TELES BARRETO e FELIPE DE PAULA

No eixo legislativo, destaca-se a recente sanção de lei que altera o Estatuto do Torcedor, com medidas de repressão à violência em nossos estádios

A oportunidade de sediar eventos esportivos mundiais é vista em todo o mundo como uma alavanca para o desenvolvimento.

Certamente, com o Brasil não será diferente: a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, se bem executadas, vão propiciar um grande salto para a sociedade brasileira.

Tal responsabilidade nos obriga a rever algumas práticas vigentes em nossas competições esportivas.

Trata-se de garantir a concretização de um evento pacífico, sustentável e que afiance legado socioeconômico perene. Sob essa ótica, é dever do Estado estimular a boa organização dos jogos, a qualidade da infraestrutura e as melhorias relacionadas à segurança pública.

É importante pensar em incrementos legislativos, buscando um marco legal ágil e adequado ao cenário atual. Também é relevante planejar ações que visem uma política de segurança cidadã, pautada na inteligência, capacitação profissional e união de ações preventivas e repressivas.

No que diz respeito às ações de segurança, foi criado no Ministério da Justiça um grupo de trabalho para avaliar boas práticas, montar estrutura curricular adequada ao treinamento de equipes de segurança, realizar operações-modelo e detalhar com precisão e precedência o orçamento necessário.

Quanto ao eixo legislativo, destaca-se a recente sanção de lei que altera o Estatuto do Torcedor. De autoria do deputado Arlindo Chinaglia, a versão final do projeto é fruto de trabalho que envolveu os ministérios da Justiça e dos Esportes, o Ministério Público de São Paulo e a CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Não temos dúvidas de que esta é evolução legislativa importante para a melhoria das condições do espetáculo ofertado ao torcedor.

Foram propostas medidas abrangentes de prevenção e repressão à violência, que vão de ajustes administrativos a adequações penais. Dentre outras providências, o projeto define as entidades responsáveis pela prevenção da violência nos esportes.

O projeto traz o conceito de torcida organizada e delimita sua responsabilidade, redistribui obrigações das entidades envolvidas na organização das competições e estabelece deveres do torcedor no recinto esportivo.

Traz também alterações no âmbito penal, visando reduzir a violência nos estádios e garantir a idoneidade das competições. Tipifica condutas como a corrupção visando alterar resultado de competição, a fraude nos resultados e a venda de ingressos por preço superior ao estampado no bilhete.

Com base em política criminal que se pretende mais efetiva, o projeto inova ao prever como possível sanção para a promoção de violência em eventos esportivos a pena impeditiva de comparecimento a local em que se realizem competições. Em sua execução, obriga-se que o agente permaneça em local indicado pelo juiz no momento da realização da partida.

Com medidas legislativas e de planejamento, o governo inicia amplo trabalho na área de segurança e cidadania em eventos esportivos, reconhecendo a importância do esporte na cultura nacional e proporcionando ao torcedor, desde já, um ambiente de paz.

Mais do que isso: trata-se de proteger e respeitar um elemento cultural constitutivo de nossa sociedade, com características públicas e democráticas que lhe são inerentes e que assim devem ser mantidas.

LUIZ PAULO TELES BARRETO, bacharel em ciências econômicas e em direito, é ministro da Justiça.
FELIPE DE PAULA, bacharel em direito e mestre em ciências jurídico-políticas, é secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

tremos no Bahrein, enquanto os adversários cumprem todo o roteiro.

poderão perder a sede da Eurocopa se os estádios não ficarem prontos.

eliminou o jogo de volta da Copa.

GUSTAVO DUARTE
gustavoduarte@lanccanet.com.br

PAPO COM MARCELO

MARCELO DAMATO
marcelo@lanccanet.com.br

POR UMA GREVE DE TORCEDORES

Muito se fala que desde o tumulto de domingo no Morumbi, São Paulo, Corinthians, Gaviões e PM não fizeram outra coisa que tirar o corpo fora.

Algumas coisas são certas. Ninguém assumiu sua parcela de responsabilidade. E cada lado apresentou explicações que os inocentaram a si mesmos.

A PM ficou no fogo cruzado. Ao lançar a tese da bomba vinda do estacionamento dos são-paulinos, provocou uma reação do Tricolor. Os dois clubes, por outro lado, seguem trocando chumbo. E a FPF está tão muda que parece que fechou.

Todos os lados reduzem o peso de seus erros e enfatizam os do lado contrário.

Só torcedores podem resolver a violência, cartolas e polícia, não

Na verdade, ninguém busca que a violência não se repita, mas apenas que quando isso ocorrer seu lado não seja responsabilizado.

E isso não é surpresa, pois clubes, torcidas e polícias têm uma dificuldade notória de assumir qualquer erro, por pequeno que seja – uma falta de autoestima impressionante.

Mas os cidadãos não podem esperar que essas instituições se decidam a fazer terapia. É preciso dar um recado claro, fazer greve, ainda que branca.

Não ir a estádios sem condição de higiene e segurança.

Não comprar mais produtos de clubes que maltratam seus torcedores.

Não aceitar que o clube dê incentivo a torcidas envolvidas com violência.

A situação do futebol só vai mudar quando as pessoas tomarem o problema para si. Pois já está visto que nem caixa sensibiliza cartola, torcedor organizado e policial.

Marcelo Damato escreve às quintas e domingos no LANCE! e todos os dias no blog Além do Jogo, no LANCENET!

QUE BONITO É!

EFELEO LA VALLE

PEGA ESSA!!! O espanhol Marcel Granollers saca contra seu compatriota Juan Carlos Ferrero no ATP de Buenos Aires

www.lance.net.com.br DOMINGO, 15 DE MARÇO DE 2009 LANCE!

Tema da semana

É o fim dos brigões?

Com a intenção de identificar e punir baderneiros e levar mais segurança aos torcedores, o governo brasileiro lançou nesta semana um pacote de ações de combate à violência nos estádios. As ações fazem parte de um projeto de lei que altera o Estatuto do Torcedor. Contudo, para entrar em vigor o pacote precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional. Entre as medidas estão cadastro de torcedores, punição criminal para quem incitar e praticar violência ou manipular resultado e caça aos cambistas. Leia algumas opiniões sobre o assunto

Por um lado...

Marcos Marinho

CHEFE DA COMISSÃO DE ARBITRAGEM DE SÃO PAULO

Estas ações propostas pelo governo são muito interessantes, porém isso resolve apenas uma parte do problema. Agora a organização dos eventos, a estrutura dos estádios e outros fatores devem acompanhar também esse progresso ao combate à violência, manipulação de resultados e ação de cambistas em eventos esportivos.

O que precisa mudar também é a aplicação das leis. Hoje existe no Brasil uma sensação de impunidade muito grande. Infelizmente se tornou algo normal para o torcedor brasileiro ver alguém morrer por causa de futebol. Não é mais chocante este tipo de acontecimento. Temos que saber como agilizar isso.

O cartão torcedor é algo inovador. Nenhum país do mundo tem algo parecido. É claro que vai levar tempo, mas é uma ótima proposta.

Precisamos determinar o comportamento das pessoas nos estádios. Por exemplo, na Europa existe um problema muito sério que é o racismo. Lá já existem leis rigorosas para controlar isso. Vemos sempre clubes e pessoas serem punidas por tais atitudes.

As mudanças não vão elitizar o futebol brasileiro. É apenas um novo conceito no qual as pessoas precisarão se enquadrar. Quem é do bem vai aprovar essas medidas porque isso acaba com aquele torcedor que se esconde. Tenho certeza disso.

Presidente Lula é um dos idealizadores e defensores do pacote antiviolência

...por outro lado...

Marcelo Damato

COLUNISTA DO LANCE!

O projeto de lei lançado pelo governo para combater cambistas, violência de torcidas e manipulação de resultados é mais um passo nessa longo caminho que o futebol brasileiro percorre há 12 anos e quase só tem colhido fracassos: o de acreditar que a lei é capaz de mudar a realidade. Isso não acontece.

A lei só funciona quando as pessoas querem que ela funcione. Não adianta pessoas que se acham iluminadas baixar medidas e esperar que todos vão seguir. O cadastramento dos torcedores foi tentando muitas vezes e nunca funcionou. E já há forte questionamento sobre sua legalidade. Deter a manipulação de resultados pela mera criminalização é outra quimera. De tudo o combate aos cambistas é o que tem maior chance de funcionar, mas apenas se a PM decidir agir, o que tem acontecido muito raramente. E só serão pegos os cambistas pé-na-rua, não os que trabalham em escritórios e cobram sobrepreço.

O futebol brasileiro só vai resolver esses problemas quando os dirigentes trabalharem para isso e afastarem os que seguem uma regra básica: não cometemos crimes não para não sermos punidos, mas porque é errado. Esperar que a polícia e o Ministério Público des-preparados e mal equipados para a dura realidade nacional sejam capazes de dar conta dessa responsabilidade é acreditar na cegonha.

Violência

ulo?

Com a palavra

Marcelo Damato

COLUNISTA DO LI

marcelo@lancenet.com.br

Polícia também é parte do problema

• O que se viu no domingo no Pacaembu foi mais uma prova de que a Polícia Militar é parte do problema da violência e não parte da solução, como deveria ser.

É claro que não é ela que inicia os conflitos, mas, em vez de encerrá-los, provoca mais confusão pois age sem senso de medida.

A PM só vai mudar se adotar princípios básicos que funcionam em quase todos os lugares civilizados.

O primeiro é que cidadão não é inimigo. O confronto tem que ser a última das opções, apenas para proteger outras pessoas ou patrimônio. E deve ser encerrado assim que esse risco passar.

O segundo é que torcida organizada não é uma associação criminosa. É claro que tem muito baderneiro. Mas lá tem todo tipo de gente. É preciso conhecer as pessoas.

O terceiro é que a polícia precisa se fazer entender pelos torcedores e não apenas descer o cassetete. E a PM não se comunica nem usa megafones. Aliás, os policiais não se comunicam nem entre eles.

E, sem comunicação interna, a tropa não tem comando. Basta olhar as imagens do confronto para ver que cada policial decidiu por sua conta até que ponto queria que os torcedores santistas recuassem. Alguns exageraram além de qualquer limite. Davam borrachada quando não dava para a torcida recuar mais, pois já tinha gente caída e sendo pisoteada.

A PM está longe de ser a única ou mesmo a maior responsável, mas dos responsáveis é a única que age em nome do povo e é paga por ele. Por isso, seu comportamento é o mais inaceitável de todos.

lancaet.com.br QUINTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2009 LANCE! 3

AS LUZES

Nenê

DOIS JOGOS DE SUSPENSÃO
O pivô brasileiro foi suspenso por dois jogos na NBA por ter agarrado e derrubado um adversário do Phoenix Suns e discutido com um árbitro.

Fabrizio Carvalho

REINCIDÊNCIA EM GOL DE MÃO
O atacante da Lusa marcou ontem um gol de mão que foi validado pela arbitragem. Pelo mesmo motivo ele foi suspenso em 2007, em Goiás.

Josiel

ARTILHEIRO EM GOLEADA
O atacante do Flamengo marcou três gols na goleada por 4 a 2 sobre o Madureira, justamente em um momento de crise do Rubro-Negro.

HUMOR

GUSTAVO DUARTE
gustavoduarte@lancenet.com.br

PAPO COM MARCELO

MARCELO DAMATO
marcelo@lancenet.com.br

CARTOLAS PREFEREM ÓDIO À PAZ

Os episódios dos clássicos do Morumbi e do Pacaembu mostram como os presidentes dos clubes são figuras-chave na violência – e são protegidos pela PM e pelo Ministério Público.

O corintiano Andrés Sanchez vivenciou duas experiências. Viu sua torcida ser maltratada pelo São Paulo e ser bem tratada pelo Palmeiras. O que escolheu? Maltratar os santistas com os argumentos usados pelo São Paulo.

Marcelo Teixeira agiu como um alucinado no Pacaembu. Em vez de acalmar sua equipe, exaltou-se mais do que todos. Foi para o pau.

Conflitos mostram que cartolas não se preocupam com a torcida

Os dirigentes nada fazem pelo conforto e segurança dos seus torcedores nos estádios alheios. Mas se esbaldam para revidar seus "feridos". Pelo ódio, manipulam torcedores.

Todos – não só os dois – seguem a mesma lógica: jamais deixe alguém pensar que você está sendo fraco. Logo, nunca tenha a iniciativa da negociação, do apaziguamento.

Duvida? Então responda. Quando algum clube fez algo para seus torcedores não ficaram retidos na estrada, para não ter de chegar sistematicamente após o início dos jogos?

Que clube inspecionou banheiros e lanchonetes dos setores dedicados à sua torcida e tomou providência?

Quanto clubes têm ouvidoria para seus torcedores? Quanto clubes dão apoio jurídico aos torcedores maltratados em estádios alheios?

Eles agem como políticos. Para ficar bem com os eleitores, têm sempre um inimigo externo à mão.

Marcelo Damato escreve às quintas e domingos no LANCE! e todos os dias no Blog Além do Jogo, no LANCENET.

Top 10 do LANCE!NET

- 1- Ortigoza brilha e Verdão se garante na semi
- 2- Imprensa europeia fala em Crespo no Timão
- 3- Dirigente do Barça no Palestra para ver K9?
- 4- Fluminense toma gosto por ganhar de virada
- 5- LANCENET! analisa as equipes da Fórmula 1
- 6- Jonilson perde ação e pode ter de pagar R\$ 12 milhões ao clube
- 7- Flamengo diz que Flu não pagou por Jailton
- 8- Red Bull vai protestar contra a Brawn na Austrália
- 9- Parreira não confirma Fred para o clássico
- 10- Mesmo irregular, Felipe pode ser tri

LEIA MAIS EM:
www.lancenet.com.br/top10

QUE BONITO É!

DIVULGAÇÃO

NO CÉU O espanhol Dany Torres executa salto na praça do Zocalo, Cidade do México, no evento Red Bull X-Fighters

contra o difusor de
ems e perderam
contra o tempo.

resultado. Ainda mais por que
Verdão jogou o segundo tempo
inteiro com um jogador a mais.

Liga dos Campeões da Uefa: Chelsea,
Manchester United e Arsenal.

GUSTAVO DUARTE
gustavoduarte@lanccnet.com.br

PAPO COM MARCELO

MARCELO DAMATO
marcelo@lanccnet.com.br

REGRA DOS 5% PUNE OS BONS E ATRAI ENCRENCA

Neste fim de semana, a
cena se repetirá. No Rio de Ja-
neiro e outros estados, jogos
com estádios divididos quase
ao meio, duas torcidas empur-
rando seus times. Em São Pau-
lo, a torcida visitante é confi-
nada em 5% do espaço.

A culpa é do Ministério Pú-
blico paulista. Há mais de uma
década, o MP vem dando uma
cabeçada atrás da outra nessa
questão. É só ver como a situa-
ção está em outros estados.
Com mais liberdade, há menos
violência. O MP faz o contrá-
rio: estigmatiza tanto os torce-
dores que afasta as boas pes-
soas e transforma o estádio
num templo de fanatismo, no

**Dar 5% à torcida
visitante não resolve. É
melhor não dar nada**

pior sentido dessa palavra.

A redução do espaço para a
torcida visitante não reduziu a
ida de torcedores violentos, até
incentivou, porque agora na-
quele chiqueirinho só vai
quem está disposto a brigar.

E a PM, com sua truculên-
cia, trata de afastar os que vão
ao jogo só pelo futebol.

Com uma tal concentração
de fanáticos, o efetivo de poli-
ciamento não só não foi reduzi-
do, como em alguns casos au-
mentou. No último domingo,
as organizadas tricolores sim-
plesmente pararam a Paulista
para ir ao Pacaembu. A polícia
nada fez.

Não há sentido em mobili-
zar centenas de policiais (pa-
gos pelos clubes) para tomar
conta de poucos milhares de
torcedores. Se é para gastar
mais, manter ou até acirrar o
clima de guerra e beneficiar
apenas aqueles torcedores dis-
postos a matar ou morrer pelo
seu time, então é melhor trans-
formar esse 5% em zero e fazer
jogos de uma torcida só.

Marcelo Damato escreve às quintas e
domingos no LANCE! e todos os dias no
blog Além do Jogo, no LANCENET

REUTERS/KAI PFAFFENBACHO

www.lancenet.com.br DOMINGÃO 10 DE MAIO DE 2009 LANCE!

AS LUZES

Conmebol

BAGUNÇA SEM FIM

A Confederação Sul-Americana mudou pela segunda vez a data do jogo entre Sport x Palmeiras e não consegue definir a situação dos mexicanos.

Santos

PERIGO NO SUL

Após a derrota na final do Paulistão, o Peixe terá uma estreia difícil hoje, contra o Grêmio, que promete escalar força máxima no Olímpico.

Hélio Castroneves

ISSO É QUE É VOLTA POR CIMA

Uma espetacular volta rendeu ao piloto brasileiro, inocentado da acusação de fraude fiscal nos EUA, a pelo nas 500 Milhas de Indianápolis.

HUMOR

MARIO ALBERTO
mual@lancenet.com.brPAPO
COM
MARCELOMARCELO DAMATO
marcelo@lancenet.com.br ESTE PODE
SER O ANO DO
TORCEDOR

O Brasileiro

que começou ontem, está sendo anunciado como o campeonato dos centroavantes. Quase todos os grandes clubes têm um grande centroavante. A lista é longa e bem conhecida.

Mas, se Ricardo Teixeira cumprir sua promessa, este será o Brasileiro dos lugares marcados. Ainda que apenas parte dos lugares permita que seus donos não tenham de chegar uma hora antes da partida, já será um avanço.

O lugar marcado vai atrair um tipo de público que se afastou, aqueles que vêem futebol não como religião nem guerra, pelo qual vale a penas bater e

Teixeira prometeu lugares marcados nos estádios. Teremos?

apanhar, mas como um jogo apaixonante, pelo qual sofrer até que é legal, mas apenas pelo que ocorre em campo.

Essas pessoas vêem o futebol como os jogadores, com a rivalidade limitada ao gramado, e não como os cartolas, que estimulam a visão religiosa do futebol, em que a paixão justifica tudo - violência, apelo ao poder e gastos sem controle.

Felizmente para o futebol, os clubes precisam desses torcedores, porque eles pagam um pouco mais para serem tratados como seres humanos.

Mas, por enquanto, tudo é promessa, e cartolas não são famosos por cumpri-las. Vamos esperar.

(Você pode estar se perguntando por que eu não falei do Estatuto do Torcedor, que já abriga a fazer isso há seis anos. A razão é essa mesma. Se uma lei tem seis anos e ninguém a segue é porque é inútil, ainda que bem-intencionada).

Marcelo Damato escreve aos domingos e quintas no LANCE! e todos os dias no blog Além do Jogo, no LANCENET.

Top 10 do LANCENET!

- 1- Confira o raio-x do seu clube no Brasileiro
- 2- Jenson Button conquista sua terceira pole na temporada
- 3- Brasileiro 2009: o melhor dos últimos tempos?
- 4- Traffic quer Elias no Palmeiras, mas ele não
- 5- Times mexicanos desistem da Libertadores
- 6- Corinthians apresenta novos uniformes
- 7- Flamengo espera para acertar com Lucio Flavio
- 8- Fluminense perto de acertar com Kieza
- 9- Palmeiras contrata lateral direito do Itano
- 10- Kléber Leite fala de reforços no Flamengo

Gols contra

Ao contrário do publicado na página 8 de ontem, o jornalista Juca Kfoury não é mais colunista do Diário LANCE! Já na página 11, saíram invertidos os escudos dos clubes Sport e Barueri.

QUE BONITO É!

EFE/FELIX HEYDER

COFRINHO DO HAMILTON: O piloto inglês carrega a namorada, a cantora Nicole Scherzinger, do grupo Pussycat Dolls, para colocá-la dentro do cockpit da McLaren, após o treino classificatório para o GP da Espanha, em Barcelona.

mos só segundos pilotos?

PUTAS INTERNAS NA FÓRMULA 1

F-1, todos brasileiros largam atrás seus companheiros de equipe. binho e Massa, uma única posição; Nelsinho, nove atrás de Alonso.

Goleada histórica

BRASIL PRONTO PARA A COPA?

A vitória por 4 a 0, no Centenário, em Montevideu, onde não vencia o Uruguai há 33 anos, mostra que o Brasil está pronto pra Copa. Será?

MARIO ALBERTO
ma@lancenet.com.br

EFE/TOLGA BOZOGLU

treinos do GP da Turquia de F-1. Largada da prova é hoje às 9h

PAPO COM MARCELO

MARCELO DAMATO
marcelo@lancenet.com.br

DEPOIS DA VIOLÊNCIA VEM A DÚVIDA

O confronto entre as torcidas de Corinthians e Vasco, na quarta à noite em São Paulo, mostra como, em pleno século 21, essa história de que a informação está disponível para todos é balela no Brasil.

Dois grupos de torcedores se confrontaram na principal avenida da cidade, diante de mais de 30 policiais e não há provas sequer de quais foram os fatos que provocaram a confusão. A primeira versão da polícia é de que houve emboscada do Corinthians, mas ela já errou tantas vezes que é preciso uma apuração melhor – mais do que os culpados é preciso encontrar a verdade.

Se a polícia dá informação errada, em quem confiar?

E a polícia tem mostrado enorme dificuldade. Nesse caso, inclusive. Basta dizer que o morto é corintiano e nenhum vascaíno foi detido ou investigado, mesmo tendo passado duas horas no Pacaembu.

É sempre bom lembrar que essa dificuldade da polícia não é novidade. A Polícia Civil de São Paulo não foi capaz nem sequer de elucidar o episódio da suposta agressão a Luxemburgo – técnico do time do governador – no saguão principal de Congonhas. Segundo a versão oficial, uma pessoa protegida pela tropa de elite da polícia paulista foi agredida diante de seus protetores, sem que tenha havido uma detenção sequer e sem que a cena tenha sido filmada – num dos locais mais vigiados de todo o Brasil, incluindo os presídios.

Enfim, enquanto a polícia não conseguir ser mais eficiente, não se poderá confiar nem sequer nos seus relatos.

Marcelo Damato escreve aos domingos e quintas no LANCE! e todos os dias no blog Além do Jogo, no LANCENET!

Tema da semana

Violência sem fim

Horas antes da semifinal da Copa do Brasil entre Corinthians e Vasco, em uma via de acesso a São Paulo, uma batalha campal entre torcedores dos dois clubes deixou um morto e vários feridos. A Polícia não conseguiu conter a fúria de verdadeiros vândalos travestidos de torcedores que portavam armas, canos e paus. Ônibus foram incendiados. No estádio, torcedores exibiam os pertences da vítima de espancamento como se fossem troféus. O que fazer para coibir a violência das torcidas de futebol? Leia algumas opiniões

Por um lado...

Tenente-coronel Marcos Marinho

EX COMANDANTE DO 2º BATALHÃO DE CHOQUE DA PM

◊ A impunidade é o que alimenta este tipo de atitude entre os torcedores. Leis mais ágeis são um dos caminhos para você combater a violência diretamente. Nós precisamos de medidas efetivas para apurar os fatos e realmente punir os agressores.

No episódio envolvendo torcedores do Vasco e do Corinthians, houve o flagrante da polícia e o que não pode agora é que esses infratores fiquem sem punição. O que nós precisamos é de um processo investigativo para saber quem estava participando e se existe algum envolvimento das lideranças das torcidas.

A Federação Paulista possui atualmente o cadastro dos torcedores e hoje já conseguimos separar quem tem passagem pela polícia e quem não tem. A Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e a FPF precisam trabalhar juntas, assim como o Poder Legislativo na aprovação de novas leis. A alteração do Estatuto do Torcedor vai ser fundamental.

Hoje, infelizmente, a possibilidade de ter apenas a torcida do clube mandante nos estádios é uma das alternativas para se diminuir este tipo de incidente já que hoje vemos a presença de alguns torcedores com armas para realmente aniquilar o seu rival.

Além disso, pode ser o momento da sociedade repensar o papel das torcidas organizadas no futebol brasileiro.

Morte de torcedor por espancamento e ônibus incendiado: crime e vandalismo

...por outro lado...

Paulo Castilho

PROMOTOR DE JUSTIÇA

◊ Essa questão é um problema social muito grave. Temos de repensar nosso trabalho. Precisamos de uma Polícia mais especializada, de um promotor só para esses casos, de uma Justiça mais especializada. Quando o rapaz morreu, a PM estava lá. Mas como conter 800 torcedores? O trabalho da segurança é muito complexo. Com a mudança da legislação, já aprovada no Congresso, vamos aumentar o rigor e o combate à violência.

Há um projeto de lei para que seja considerado crime quando o torcedor estiver indo ao estádio portando paus e barras de ferro, como aconteceu. Por esse projeto, a facção poderia ser responsabilizada criminalmente e até banida. A partir de agora, irei defender a presença de apenas a torcida mandante no estádio. É difícil assumir essa posição já que é uma mudança de cultura drástica. Mas a torcida única é um modo de evitar esse problema. É melhor para todos, metrô, trem. Mas o assunto é complexo. Essa vinda de torcedores de outros locais tem um custo absurdo para o Governo, tem que ser aumentado o número de policiais, que são deslocados de áreas que precisam de policiamento, ou seja, é muito complicado. Essas pessoas que foram presas em flagrante foram atuadas por formação de quadrilha, rixa e danos ao Estado. Foi o primeiro grupo preso em flagrante.

lance! ativo

PARTICIPE!
www.lancenet.com.br ou lanceativo@lancenet.com.br

Fórum

Existe solução para o problema das brigas entre torcidas?

"Os marginais infiltrados nessas facções ficam marcando confrontos com outras torcidas! Quem tem a cabeça fraca entra nessa para matar ou morrer. Quem garante que o torcedor que morreu não ia matar alguém? Ou ele só foi atacado?"
FEDO SPIDER (LIATIVO 2.0)

"Na minha opinião, a violência não depende da existência das torcidas. O que temos de fazer é obrigar essas facções a terem responsabilidade. Dizer que todos os membros das organizações são bandidos é um erro"
ROST (LIATIVO 2.0)

"Esta é uma questão social e como tal deve ser trabalhada na base, ou seja, na educação. O problema é que o estado não cuida das questões sociais, ficando na dependência das organizações privadas elaborarem medidas de intervenção"
CLEBINHO TPP (LIATIVO 2.0)

"Tirando aquele palmeirense que foi preso naquela fatídica final de Supercopa São Paulo, você conhece algum outro marginal que tenha cumprido pena? Enquanto não limpamos as arquibancadas teremos esses acontecimentos"
PELEGIRIM (LIATIVO 2.0)

Enquete

De quem é a culpa pelas brigas entre torcedores no Brasil?

Total de 5826 votos

Fórum

Você é a favor de uma só torcida em partidas de futebol?

"Fazer jogos com uma torcida só é institucionalizar a violência. É admitir que o Estado não tem condições de tomar medidas que tragam segurança aos torcedores de bem. É admitir a vitória do vandalismo no futebol brasileiro"
RJ (LIATIVO 2.0)

"Sou contra a realização de jogos com apenas uma torcida. Futebol é espetáculo, e não guerra! A solução para esses problemas é o policiamento. Temos de prender esses vagabundos. Enquanto não tomarmos decisões corretas, isso vai continuar acontecendo"
KLÉBER (LIATIVO 2.0)

"Sou completamente a favor de ter apenas a torcida mandante nos jogos, pois assim quem saísse da linha e tentasse um comportamento violento seria reprimido pela própria torcida que quer a paz nos estádios"
WASHINGTON (LIATIVO 2.0)

"Acredito que se é para ter 10% de torcedores adversários nos estádios, por que não 0%? As autoridades deveriam cuidar melhor dos patrimônios e não dos previsíveis enfrentamentos entre recalcados que saem de casa para arrumar confusão"
ROQUE (LIATIVO 2.0)

istatada em seu pe esquerdo.

PAPO COM MARÍLIA

MARÍLIA RUIZ
mariliar@lancenet.com.br

QUE GRAÇA TEM GOL EM W.O.?

Impunidade.

Essa é maior mazela do futebol, do país, das crianças mal-educadas... Da anarquia!

O assunto mais chato e mais repetido do Paulista-09 (mais do que Ronaldo, por incrível que pareça!) é: violência + cota de ingressos.

Assunto que foi elevado a problema nacional pela "invenção" do cadastramento NACIONAL dos torcedores.

Isso, cadastramento das organizadas, dos não organizados, dos malandros, dos padres, dos vândalos e também da minha avó Cida.

Não, não é a solução. Com isso concorda até quem pensa: Punir! Simples assim.

Será tão difícil? Essa é a solução!

sou no documento milagroso.

Também não é solução confinar torcidas visitantes. Pior: não é solução ignorar a existência dos torcedores rivais em "jogos de uma torcida só!"

É o fim do que s-i-g-n-i-f-i-c-a clássico. É o fim da rivalidade (não da animosidade!). É o fim da graça de entender por que o amor pode ser alvinegro ou alviverde (ou de qualquer outra cor). É literalmente o fim!

Agora só falta inventar o clássico W.O.

É a definitiva e conclusiva admissão da falência e incompetência do Estado.

É a definitiva e conclusiva admissão da incompetência dos cartolas que se metem em coletivas cheias de nhenhênham, a cada seis meses, quando são apresentadas "propostas para a paz nos estádios".

É a definitiva e conclusiva admissão de que somos animais irracionais.

É a instituição do "estado de natureza" puro – estado anterior à constituição da sociedade civil. "É o homem lobo do homem", de Thomas Hobbes.

É triste. Muito triste.

2

LANCE! DOMINGO, 7 DE JUNHO DE 2009 WWW.LANCE!COM.BR

APITO INICIAL

A MISSÃO

"Ser a referência em conteúdo esportivo no País oferecendo um jornalismo de qualidade e independente, em defesa dos interesses do torcedor e do desenvolvimento do esporte nacional!"

Mateus Benato

mateusbenato@lance!com.br

É possível torcer sem matar ou morrer

Keirisson e Marlos estiveram na redação do LANCE! em São Paulo na sexta-feira. E podem acreditar: não se xingaram nem trocaram socos. Isso mesmo! O atacante vestiu a camisa retrô do Palmeiras e meia, a do São Paulo. Os dois empunharam a bandeira de seu clube. E passaram quase duas horas lado a lado. Em paz! E mais: amigos da época em que defendiam o Coritiba, tiraram onda um do outro por estarem defendendo agora clubes rivais. Na boa!

Diante do cenário de violência que se repetiu mais uma vez na capital paulista, depois de Corinthians x Vasco, a situação descrita acima parece ficção. Mas não é — basta conferir na foto maior ao lado. É possível que duas pessoas que torcem — ou jogam, no caso — por times diferentes convivam e se divirtam pacificamente com o futebol. Eu tenho certeza de que a maioria pensa e age assim.

O problema é que, por causa de meia dúzia de bandidos organizados, imagens como as das duas fotos menores, também ao lado, aterrorizam os apaixonados pela bola. E pior: além de um ônibus queimado no Pacaembu e de dezo-

nas de torcedores detidos por uma guerra na Marginal do Tietê, um torcedor foi assassinado. Mais um...

Não importa o time de quem matou ou morreu (Bambala, Arimateia, Capivariano ou Galones Futebol Clube) nem o local da tragédia (SP, BH, RJ ou Marte). Torcedores de todas as equipes já mataram e morreram em todos os grandes centros do futebol brasileiro. E tudo continua do mesmo jeito que está!

Você leu ou ouviu algum discurso de cartola, promotor ou político nos

Legado da Copa-2014 seria polícia especializada, minitribunais nos estádios, legislação pesada etc.

últimos dias? Nem precisava... Todos falam tudo o que sempre falam. Esse é justamente o problema: muito blablablá e pouca atitude!

Uma legislação específica contra a violência no esporte está para ser votada em Brasília. Por que sempre demora tanto? E, mesmo com a lei vigente, por que a coisa não melhora?

Por exemplo: como publicou o L! ontem, um membro de uma facção vascaína, suspeito de matar o corin-

Keirisson e Marlos vestem as camisas de Palmeiras e São Paulo no LANCE! em paz!

Na quarta passada, cenas de guerra aterrorizaram a capital paulista: até quando?

tiano na quarta-feira em São Paulo, passou pela polícia e foi liberado, mesmo sendo suspeito de ter cometido outro homicídio em briga de torcidas no Rio. Haja incompetência! Haja impunidade!

E assim seguimos: torcendo para que a nossa bola entre no gol adversário e que ninguém morra antes, durante e depois dos jogos. Vale a pena correr risco de vida frequentando estádios? Hoje, não! Quem sabe em 2014, na Copa...

Na ganância de dinheiro que vai rolar até lá, é preciso de nós — os consumidores — e as autoridades fiscalizemos como as verbas serão empregadas. Uma fatia generosa deveria ser direcionada para a área de segurança, mas não apenas para a época do evento mundial, e sim como legado permanente para o Brasil.

Por enquanto, resta seguir o exemplo da dupla: "A gente prova que a rivalidade tem de ser sã, sem agressão. Se todos pensarem dessa forma, vamos ter um futebol mais alegre e feliz", disse Marlos, ao lado de Keirisson.

Luiz Fernando Gomes, que escreve esta coluna aos domingos, está em férias

Cartas dos leitores

Participar!
www.lance!ativo.com.br ou
lance!ativo@lance!com.br

Grana Não é de hoje que o Brasil perde em arrecadação e manutenção de bons jogadores para países que pouco representam no futebol mundial. Tenho propostas. Primeiro, ajustar nosso calendário ao europeu. Assim, todos os clubes poderão disputar a Copa do Brasil. Vocês sabiam que neste ano ela se chama Copa Kia do Brasil 2009? Esse patrocínio (naming rights) é muito utilizado fora do Brasil e as TVs respeitam, valorizando-o. A premiação da Copa do Brasil é R\$ 3,62 milhões ao campeão. O ideal era vender o naming right, fazer cumprir a divulgação da Copa com o nome vendido e daí passar a cobrar muito mais por esse direito. Claro que não deve ser tão simples, mas valorizaria nosso futebol, os prêmios aumentariam e nossos clubes ficariam mais fortes.

Tavares (usuário do L!Ativo 2.0)

LANCE! Tavares, o "naming rights" é interessante e apenas mais uma das inúmeras idéias que deveriam ser mais bem exploradas pelos organizadores e clubes brasileiros, cujo potencial é mal aproveitado. Certamente que a adequação do nosso calendário ao europeu facilitaria o andamento das competições e transferências. Os clubes brasileiros precisam se profissionalizar ainda mais, sobretudo em relação às ferramentas de marketing, para poderem fazer frente aos organizados clubes estrangeiros. Guilherme Gomes - Editor adjunto

Inter (Magrão) e Timão (Dentinho) farão a final da Copa do Brasil deste ano

Arbitragem O Vasco foi eliminado da Copa do Brasil pelo Corinthians. O clima entre os cruz-maltinos é de revolta. Tudo por causa daquele puxão dentro da área, do zagueiro Chicão no Elton, que o árbitro Leonardo Gaciba (foto) disse não ter visto. "Estou meio chateado. É impossível ver tudo. Vou dar uma olhada melhora no lance, pois um jogador do Vasco estava na minha frente", argumentou ele.

Está bem Gaciba, você não conseguiu ver o lance. Você diz estar chateado. Mas essa chateação durará quanto tempo? Mais do que a da torcida vascaína? Certamente que não. A torcida está triste pois viu que o time tinha condições de ir à final. Em jogo assim, o pênalti é decisivo e poderia mudar a história.

Caio (usuário do site L!Ativo 2.0)

L! Caio, claro que os recursos da TV ajudam, mas os árbitros brasileiros têm errado demais, para todos os lados. Já passou da hora da profissionalização da arbitragem brasileira.

REGINALDO CASTRO

O Mano Menezes é um bom técnico e com certeza é um dos melhores do Brasil. Mas falar que é o quarto melhor da atualidade é um pouco demais, não? Eu colocaria o Muricy Ramalho nessa lista: venceu os últimos três Brasileiros e tem média incrível nos jogos por pontos corridos. Fora que também era para ter conquistado o Brasileirão-05 pelo Inter.

Kleber SM (usuário do site L!Ativo 2.0)

L! Kleber, a lista da CNN diz respeito apenas ao aproveitamento de pontos no período da temporada europeia 2008-09.

Corinthians e Flamengo podem fazer uma partida na Palestina para promover a paz. Idéia apoiada e bancada pelo governo. Seria o "Jogo da Paz". Paz que não temos no próprio país. Como levar uma imagem de cidadania sendo que aqui temos um bando de marginais se matando através do futebol? Por isso eu pergunto: paz na Palestina? E no Brasil?

Mano (usuário do site L!Ativo 2.0)

L! Iniciativa é boa e humanitária, mas realmente temos de solucionar também os graves problemas de violência no Brasil.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

É hora de virar o jogo

ORLANDO SILVA

Dentro de campo, temos os melhores jogadores de futebol do mundo, mas nós podemos avançar mais, para fora das quatro linhas

NOS ÚLTIMOS DIAS, os brasileiros tomaram conhecimento de um conjunto de medidas para garantir mais segurança e conforto aos torcedores nos estádios de futebol. São iniciativas que vão contribuir, também, para o cumprimento das providências assumidas com a Fifa (Federação Internacional das Associações de Futebol) para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

As medidas buscam atender a justas reivindicações da sociedade, especialmente daqueles que comparecem com frequência aos estádios. Esses querem apreciar o espetáculo e se divertir. Querem distância dos tumultos, que transformaram as arenas esportivas em palco de combates. Conflitos que têm transbordado crescentemente para o entorno das arenas e mesmo para as rotas de acesso a elas. A gravidade desse tema fica evidente quando observamos os prejuízos ao patrimônio de pessoas e instituições e, o que é pior, o número crescente de feridos e mortos.

Nosso foco ao adotar essas providências, batizadas de Torcida Legal, foi estabelecer mecanismos para distinguir socialmente o torcedor que vai aos estádios para se divertir daquele que coloca em perigo interesses e bens comuns. Delimitar as regras do jogo: defesa e proteção para a maioria dos torcedores e punição para os que ferem os direitos da coletividade.

No último dia 13, um decreto presidencial determinou a exigência de critérios técnicos mais rígidos para liberar a utilização de estádios.

Já eram exigidos três laudos (de segurança, de prevenção e combate de incêndio e de condições sanitárias e de higiene), mas não havia um padrão, um detalhamento rígido que garantisse as condições mínimas dessas instalações. Além de padronizar os laudos técnicos, instituímos a necessidade de um novo laudo, de engenharia, que assegure a estabilidade estrutural dos estádios.

O presidente enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que altera o Estatuto do Torcedor e transforma em crime condutas antissociais nos estádios e em seu entorno. A proposta prevê punição para quem promover tumulto, praticar a violência, invadir local restrito aos competidores.

Também estarão sujeitos às penas da lei aqueles que forjarem resultado de competições, manipulando as partidas e tirando o brilho do espetáculo.

O cambista, que vende ingressos por preço acima do estampado nos bilhetes, poderá igualmente ser punido, sendo que a pena será agravada caso a prática seja conduzida por dirigentes de clubes. As penalidades previstas no projeto de lei vão de reclusão de seis meses a seis anos. No caso de réus primários, a prisão será substituída por banimento dos estádios. No mesmo dia, foi assinado um termo de cooperação técnica entre os Ministérios do Esporte e da Justiça, a Confederação Brasileira de Futebol, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Esse documento estrutura a ação pública no sentido de garantir mais segurança e conforto aos torcedores.

O acordo estabelece a instalação de um sistema de controle de acesso e monitoramento do público nos estádios de futebol das séries A e B. Câmeras serão instaladas nos estádios para facilitar o acompanhamento de qualquer eventualidade e acabar com o "anonimato", que, como sabemos, estimula a ação de baderneiros, aumentando a possibilidade de confrontos. Um cadastro nacional de torcedores -simples, desburocratizado e utilizando as tecnologias disponíveis- facilitará o acesso aos estádios e agilizará a compra de ingresso para os jogos. O termo de cooperação também permitirá a generalização de boas práticas que são realidade em alguns Estados. Medida importante é a implantação de juizados especiais criminais, capazes de julgar com agilidade crimes ocorridos dentro das arenas.

Outro exemplo é o aperfeiçoamento das forças policiais, que receberão treinamento específico e terão à disposição equipamentos adequados, armas não letais, para garantir a segurança de todos.

A experiência internacional demonstra que o combate à violência nos estádios exige o endurecimento da legislação para punir condutas inadequadas e a adoção de sistemas de monitoramento dos estádios, espaços especiais, que exigem tratamento especial porque abrigam multidões movidas por intensas paixões.

O objetivo do Torcida Legal, portanto, é levar as famílias de volta aos estádios, com segurança e conforto.

Em campo, temos os melhores jogadores de futebol do mundo, podemos avançar mais, fora das quatro linhas. É hora de virar o jogo.

São Paulo, domingo, 22 de fevereiro de 2009

FOLHA DE S. PAULO **esporte**[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**PAULO VINICIUS COELHO**

Os bandidos estão vencendo

Sobre a violência nos estádios, os únicos especialistas que seguem na ativa são os torcedores uniformizados

A ÚNICA medida prática após a guerra entre a polícia e a torcida do Corinthians, domingo passado, foi a indicação do promotor Arnaldo Hossepian Júnior para apurar o que houve no Morumbi. O promotor é o mesmo do caso do buraco da estação Pinheiros do Metrô. Dois anos depois de a cratera se abrir na marginal, 13 pessoas foram indiciadas e nenhuma foi presa.

No dia 15 de fevereiro de 2007, os torcedores Alessandro Almeida Borges Pereira e Edmilson José da Silva foram condenados a 14 anos de prisão pelo assassinato de Marcos Gabriel Cardoso Soares, na estação Barra Funda do Metrô. O homicídio aconteceu em 2004, num dia de Palmeiras x Corinthians. Por incrível que pareça, tem havido prisões em casos ligados às torcidas uniformizadas. Mas, muito pior do que a impunidade, é a sensação de que ninguém é punido, e essa sensação segue intacta na sociedade.

Nas uniformizadas, nem tanto.

Uma das cenas mais impressionantes do domingo passado foi o canto "a violência voltou". Não nos avisaram se algum dia ela foi embora, mas, pelo visto, os uniformizados tiveram essa impressão. Opinião respeitável dos únicos que nunca abandonaram as arquibancadas. Eis o ponto: você deixa de ir ao estádio. Eles não. Em novembro, o promotor Paulo Castilho reuniu-se com o presidente Lula para discutir um pacote de novas leis específicas para a violência no futebol. Há 20 anos, todo mundo sabe que a legislação específica é a única medida concreta para diminuir a violência e a sensação de impunidade. O pacote nunca saiu do papel, porque a Justiça brasileira prefere seguir seu eterno debate: punir ou educar. Enquanto isso, gente morre nas ruas. A caminho do estádio ou não.

Em São Paulo, quem hoje cuida da violência nos estádios entrou no assunto há pouco tempo. Seja o promotor Paulo Castilho, seja Arnaldo Hossepian ou o coronel Hervando Velozo, da PM. O maior especialista paulista na guerra das torcidas é o coronel Marcos Marinho. Sua função atual? Diretor de árbitros!

Quer dizer que os únicos especialistas em violência que seguem na ativa são os torcedores uniformizados. Esses olham para as novas autoridades e cantam: "A violência voltou!". Não se acaba com a violência sem entender do assunto. Sem saber o que funcionou e fracassou na Itália, na Argentina, na Inglaterra ou no Brasil. Os vândalos não serão presos porque você não vai ao estádio. A única chance é cobrar quem tem obrigação de prendê-los. Se o presidente Lula entregou ao Ministério da Justiça o pacote de leis específicas para o futebol -pretende enviar ao Congresso em março-, o ministro Tarso Genro terá de dar

explicações depois da próxima morte, se a legislação não estiver aprovada.

Não, não vou dizer para você ir ou levar seu filho ao estádio. Digo apenas que eu vou. Num sábado de sol, há um ano e meio, meu filho de sete anos e eu fomos a uma festa de aniversário. Ao descer do carro e colocar meu filho no ombro, senti um revólver na barriga e um homem estranho me segurando pelas costas.

Era um assalto em plena luz do dia.

Continuo pagando impostos e cobrando segurança. Nunca vou deixar de ir a festas de aniversário.

pvc@uol.com.br

lanes

DE CLASSE

isa 10 do São Paulo deu mais
ow na vitória por 2 a 1 sobre o
a e foi o melhor jogador da
a do Paulistão no Ranking L!

PAPO COM ASSAF

ROBERTO ASSAF
assaf@lancenet.com.br

VIGIAR, ENQUADRAR E PUNIR

Há pelo menos

uma questão que ainda não se debateu sobre as badernas nos estádios: as que acontecem do lado de fora deles. Sim, porque a violência que cerca o espetáculo também tem afastado muita gente do futebol.

Dentro do estádio, de alguma forma, os baderneiros estão cercados por paredes e muros. Na rua, ora essa, não há limites. Se no estádio a polícia tem chance de impressá-los, fazê-lo lá fora é muito mais complicado. Como conter, por exemplo, os arrastões, e pior, as brigas frequentes entre gangues, se os vagabundos têm várias opções para escapar do cerco?

Alguém dirá que a proposta do governo de criar, por exemplo, um cadastro para os torcedores, acabará açambarcando

É preciso olhar
também com atenção
para fora dos estádios

os baderneiros, e que assim eles também serão identificados e depois punidos. Pois é esse, justamente, o xis da questão. Porque são raros os vagabundos que têm interesse em futebol. Muitos deles sequer entram nos estádios, tendo como único desejo promover confusão, nas ruas, em bares, ônibus, trens, ou locais estratégicos, marcados previamente, desafiando a tudo e a todos. Logo, de nada adiantará cadastrar 50 milhões de torcedores se os vagabundos continuam agindo à vontade. Não adianta detê-los, dar-lhes uns cascudos, e soltá-los depois de duas ou três horas.

Assim, vale dizer que o pacote de combate à violência, num primeiro momento, deve ser aplaudido, pois mostra que existe a boa intenção de se erradicar esse mal. Mas existe, antes de tudo, a necessidade de se punir rigorosamente os baderneiros, encarcerando e sentenciando, dentro é claro do que está previsto em lei. O grande problema nisso tudo é a certeza da impunidade.

Roberto Assaf escreve às terças

Com três pontos em menos, o Brasil está na zona de rebaixamento do Brasileirão e não consegue contratar reforços para melhorar rendimento.

Jogadores não querem entrar no clima da torcida em Recife para não serem surpreendidos pelo Paraguai.

O atacante do Sport Recife é o primeiro a ir direto pela virada espetacular sobre o Flamengo, na Ilha do Retiro.

KOR

GUSTAVO DUARTE
gustavoduarte@lancenet.com.br

PAPO COM ASSAF

ROBERTO ASSAF
assaf@lancenet.com.br

PROBLEMA É A CERTEZA DA IMPUNIDADE

Há pelo menos uma questão que ainda não se debateu sobre as badernas nos estádios: as que acontecem do lado de fora deles. E que fizeram mais uma vítima fatal na semana passada, em São Paulo, no jogo Corinthians x Vasco.

A violência que cerca o espetáculo também tem afastado muita gente do futebol. Dentro do estádio, de alguma forma, os badrneiros estão cercados por paredes e muros. Na rua, ora essa, não há limites. Se no estádio a polícia tem chance de impedi-los, fazê-lo lá fora é muito mais complicado. Como conter, por exemplo, os arrastões, e pior, as bri-

Certeza da impunidade só faz aumentar novos casos de violência

gas frequentes entre gangues que ocorrem em torno dos estádios, se os brigões têm várias opções para escapar do cerco?

O grande problema, na realidade, é que são raros os vagabundos que têm interesse em futebol. Muitos deles sequer entram nos estádios, tendo como único desejo promover confusão, nas ruas, em bares, ônibus, trens, ou locais estratégicos, marcados previamente, desafiando a tudo e a todos.

O promotor Paulo Castilho propõe torcida única em partidas consideradas de alto risco. A sua intenção, evidente, também é a de encontrar um jeito de pôr fim a esse mal. Os jornais e a TV mostraram na sexta-feira os badrneiros na porta da delegacia, sendo identificados. Mas quantos daqueles, na prática, permaneceram detidos para serem efetivamente submetidos a inquérito e mais tarde a processo? Não adianta prendê-los, dar-lhes sustos e cascudos, e soltá-los depois de duas ou três horas.

Parece enfim que a melhor providência é punir rigorosamente todos eles, encarcerando e sentenciando, dentro é claro do que está previsto em lei. Pois o grande problema é a certeza da impunidade.

Top 10 LANCENET

- da e na raça, Vera Vitória
- dispara contra a
- ou tirar o Keirison 'for necessário'
- no pede a dirigentes que se lembrem dele
- de olho em Juninho, diz jornal
- sub-18 do
- exame no Mundial
- rovado nos exames
- atacantes reveza
- chiliques
- z golaço e Flu derrota
- jogo ruim
- ido confinado pela
- carreira

net.com.br/top10

QUE BONITO É!

EFE/JEON HEON-KYUN

DE PONTA-CABEÇA Alpinistas escalam a montanha Buckhan, nas redondezas de Seul, a capital da Coreia do Sul

0xx21 3528-5331 / 3528-5334

Minas Gerais 0800-979-0991

lancenet.com.br/assinatura/

LANCE! DOMINGO, 20 DE DEZEMBRO DE 2009

ATENDIMENTO AO LECTOR: 2ª e 3ª das 9h às 18h, Rio de Janeiro: R. Santa Maria, 47 - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - 20221-210 - Tel: (0xx21) 3528-5200 - São Paulo: R. Benedito Wronski, 339 - Lins - São Paulo/SP - 02710-060 - Tel: (0xx11) 3528-5300 Fax: 1311 - Minas Gerais: R. Mariana, 62, 8ª andar - Sta. Efigênia - Belo Horizonte - 30130-900 - Tel: (0xx31) 3528-5166. PREÇOS VENDA AVULSA: DOM: A SDA, edição U: M has preço promocional R\$ 2,25. SP, RJ, GO, DF e MG (exceto luz de fora): R\$ 1,50; RJ, AM e luz de fora: R\$ 1,25; SC e ES: R\$ 2,00. Demais estados: R\$ 2,50. Circulação aos sábados no interior com An: R\$ 2,00. SP: R\$ 2,50. Circulação aos sábados no interior com FUTE: R\$ e SP: R\$ 3,00. Exemplares atrasados: R\$ 3,00.

RODRIGO CERQUEIRA

rodrigog@lancenet.com.br

CHEGA!

Que sirva de exemplo!

O **Brasileirão** teve sua emocionante fase final manchada por mais um triste capítulo de violência no futebol. Vândalos, baderneiros – como queiram chamar – protagonizaram cenas de guerra em um estádio de futebol. Logo em um estádio, logo no local onde as pessoas deveriam buscar diversão e entretenimento. Faltam muitas coisas no futebol brasileiro. Uma delas é a punição severa aos responsáveis. O Coritiba vai sentir no bolso e no campo essa punição, pois perdeu 30 mandos de campo e ainda levou uma multa de R\$ 610 mil. Fora os prejuízos no Couto Pereira, avaliados em R\$ 500 mil.

O clube teve sua parcela de culpa. Mas e quanto aos vândalos que invadiram o campo e protagonizaram as cenas mais lamentáveis? Esses devem ser expulsos dos estádios. Não têm condições de acompanhar uma partida de futebol em um estádio, pois não sabem dosar a paixão e a razão. E se isso, no mínimo, não for feito com esses rapazes, é melhor fechar as portas para evitar novas tragédias.

Holanda Conforme reportagem publicada neste mesmo LANCE! no dia 10 deste mês, um modelo de segurança que funciona com muita eficiência é o adotado no Amsterdam Arena, estádio do Ajax. Por lá, nada de centenas de policiais dentro dos estádios. Pelo contrário, quase não há. A questão que funciona é a abordagem integrada, um trabalho de cooperação entre clube, polícia, governo e organização do jogo. Esse trabalho tem todo um estudo de comportamento sobre o tipo de torcedor que frequenta o local.

Um mapeamento de tudo o que pode acontecer para que as autoridades possam ficar atentas aos baderneiros. Quem pisar na bola, jamais terá outra oportunidade no estádio.

Dentro da Amsterdam Arena, um grupo de comissários, chamados de Stewards, são os encarregados por dar segurança e todo o tipo de informação aos torcedores. E, acredite, funciona! Dá para imaginar jogos sem policiais nas arquibancadas e/ou nos gramados por aqui? Pois é, mas é uma tendência que se espalhou por toda a Europa.

Além dos Stewards, de toda a abordagem integrada, mapeamento dos torcedores, o medo da punição e o rigor no cumprimento das leis afasta o perigo dos estádios. Baderneiros têm em todos os lugares. Porém, alguns já aprenderam que suas ações podem ter graves consequências com eles mesmos.

Estrutura é fundamental nos estádios. Além de cobrar, é preciso oferecer algo ao torcedor que vai aos jogos. Ele, acima de tudo, é um consumidor daquele produto. Gera lucro!

NÃO É SÓ NO BRASIL

Mundo sofre com torcedores violentos

Violência nos estádios não é um 'luxo' do Brasil. Na América do Sul não é novidade alguma os confrontos entre fanáticos. Há pouco mais de dois meses, o futebol chileno sofreu com a violência entre torcedores. Três acabaram mortos após um duelo entre fanáticos do Colo Colo e da Universidad Católica. Além das mortes, cerca de 200 pessoas foram detidas pela polícia local. Nesse episódio, armas brancas e armas de fogo foram usadas.

PITACOS

Problema de todos

A violência nos estádios de futebol se tornou um problema social. Isso mesmo, social. Devido à enorme proporção que tomou. Essa violência gera uma imensa discussão entre os envolvidos e interessados no futebol. Como o esporte é a paixão nacional, hoje tudo gira em torno do dinheiro e muitas pessoas vivem disso. Ato de violência no futebol atrapalham, e muito, a vida de quem tira da bola o sustento de cada dia.

Espaço aberto

Romeu Tuma

Senador (PTB/SP)

O controle da violência envolve toda a sociedade

REGINALDO CASTRO

Corintianos são detidos após briga com vascaínos na Marginal Tietê

Domingo. Dia oficial do futebol. Torcedores vestem a camisa do time do coração e vão aos estádios para torcer, vibrar e assistir a um dos maiores espetáculos da Terra. São brasileiros corajosos que se arriscam a sair de casa para ir aos estádios. Mas as arenas, que deveriam ser palco de emoções, estão se transformando em campo de batalha. E, muitas vezes, o mau exemplo acontece dentro das quatro linhas.

A violência nos campos de futebol mostra duas faces perversas. A primeira é a ação de vândalos, que tumultuam as arquibancadas e colocam em risco a multidão. A segunda é o afastamento das famílias dos estádios. Assim, o brilho da festa esportiva perde espaço para o medo.

Hoje, muitos atos violentos de torcedores deixam de ser punidos

Somente uma ação mais rigorosa ajudará a acabar com a sensação de impunidade que impera nos estádios brasileiros

por não estarem previstos na legislação. Somente uma ação mais rigorosa ajudará a acabar com a sensação de impunidade que impera nos estádios. Para reverter esse quadro, a Câmara dos Deputados aprovou alterações no Estatuto do Torcedor (PL 82/09), que endurecem as penas para quem promover tumulto e incitar a violência dentro ou nas imediações dos estádios. O projeto prevê de um a dois anos de reclusão, além de multa para o infrator.

Pelo texto aprovado, o juiz poderá converter essa pena em proibição da presença do torcedor causador do tumulto em estádios por até três anos, desde que ele se-

ja réu primário e tenha bons antecedentes. Nesse caso, o condenado ainda será obrigado a permanecer em estabelecimento determinado pelo juiz, entre duas horas antes e duas horas depois da realização das partidas.

A responsabilidade das torcidas organizadas aumenta com as alterações feitas pela Câmara dos Deputados e já aprovadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, no mês passado. A associação de torcedores passa a responder civil e penalmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos que seus integrantes causarem dentro ou nas imediações dos estádios, inclusive, no trajeto de ida e volta dos jogos. O texto prevê que essas organizações deverão manter registro atualizado com dados pessoais, fotos, endereço e grau de escolaridade de seus associados. A medida punirá aqueles que vão aos jogos apenas para brigar e promover atos de vandalismo.

De acordo com o projeto, o torcedor não poderá portar objetos que possam gerar ferimentos ou atos de violência, nem portar cartazes, bandeiras, símbolos e quaisquer outros sinais ofensivos e de caráter racista ou xenófobo. As alterações do Estatuto do Torcedor ainda serão votadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, pelo Plenário do Senado.

O controle da violência nos estádios deve envolver toda a sociedade. Ele passa pela educação e conscientização das pessoas. O Estado pode criar leis e aplicar penas. Mas se o torcedor não entender que a segurança deve começar com um comportamento cordial e pacífico, a violência sempre terá um lugar no banco de reserva, pronta para entrar em campo.

36

**Quer
assinar**

Rio de Janeiro 0xx21 3528-5331 / 3528-5334
São Paulo e Minas Gerais 0800-979-0991
<http://www.lance.net.com.br/assinatura/>

ATENDIMENTO AO LECTOR 24h e 7 dias por semana. Rio de Janeiro: R. Santa Maria, 47 - Cidade Nova - No. de Janeiro/RJ - 20131-001 - Tel: (21) 3528-5300 - São Paulo: R. Bernardo Vieira, 139 - Lins - São Paulo/SP - 02700-060 - Tel: (0xx11) 3528-5300 Fax: (11) 3528-5301 - Minas Gerais: R. Marquês, 32 - B. Andaraí - Belo Horizonte - 30135-120 - Tel: (0xx31) 3528-5305 - PREÇOS VENDA AVULSA: DOM. A.S.D., edição L! Minas preço promocional R\$ 0,90; SP R\$ 1,40 e MG preço promocional R\$ 0,90; 7 dias L! R\$ 1,40; 15 dias L! R\$ 2,00; 1 mês L! R\$ 5,00; 3 meses L! R\$ 12,00; 6 meses L! R\$ 22,00; 1 ano L! R\$ 40,00. Primeiro sábado do mês, edição L! Minas preço promocional R\$ 0,90; SP R\$ 1,40 e MG preço promocional R\$ 0,90. L! e L! de Janeiro R\$ 1,40; L! de Fevereiro R\$ 1,40; L! de Março R\$ 1,40; L! de Abril R\$ 1,40; L! de Maio R\$ 1,40; L! de Junho R\$ 1,40; L! de Julho R\$ 1,40; L! de Agosto R\$ 1,40; L! de Setembro R\$ 1,40; L! de Outubro R\$ 1,40; L! de Novembro R\$ 1,40; L! de Dezembro R\$ 1,40. EXEMPLARES ATRASADOS R\$ 3,00.

**FIGURINHAS
DO TEMPO**

AL!

Antes do LANCE!

Em 07/06/1978.
Em Mar del Plata (ARG), o Brasil com o goleiro Leão empatou com a Espanha em 0 a 0, pela segunda rodada da Copa do Mundo.

D.L!

Depois do LANCE!

Em 07/06/2008.
Na primeira rodada da Liga Mundial, a Seleção Brasileira Masculina de Vôlei vence Portugal por 3 sets a 0.

Em 07/06/2008.
A tenista sérvia Ana Ivanovic é campeã de Roland Garros ao vencer a russa Dinara Safina por 2 sets a 0.

SÉRGIO CABRAL

sergiocabral@lance.net.com.br

UTOPIA?

Sonhar não custa nada

Não sei se, por idealismo ou por ingenuidade, sonho com um dia em que os torcedores de futebol seriam todos a favor do futebol, dos seus clubes e do respeito humano. Um dia em que não ocorressem fatos como o de quarta-feira, em São Paulo, antes do jogo Corinthians x Vasco, pois todos os envolvidos naqueles acontecimentos entenderiam que não são inimigos, mas apenas brasileiros que optaram por determinado clube para torcer.

A semana foi marcada pela morte de um torcedor e de não sei quantos feridos numa batalha sem o menor sentido, em que os vencedores não conquistariam absolutamente nada, nem para eles nem para os seus clubes. Foi um caso escandaloso de violência pela violência.

Pode ser um sonho de velho, mas me lembro de um Vasco x Flamengo, na década de 50, em que o saudoso Ramalho (tirava de um talo de mamão - ou de maçã, não me lembro bem - um som de corneta que o estádio todo ouvia), grande torcedor vascaíno, que foi até o lado da torcida do Flamengo e homenageou, com um belo solo, o adversário pela vitória, sendo, por isso, muito aplaudido pelo estádio inteiro. Não acreditam? Eu estava lá. Portanto, já houve um tempo, no Brasil, em que o futebol era apenas um esporte.

Meu sonho também é que todos os torcedores entendam que seus times de futebol estão expostos a uma fase em que as vitórias não ocorreriam como eles querem. Portanto, pichar a sede de General Severiano não vai fazer o Botafogo vencer, mas apenas emporcalhar uma propriedade do clube, pela qual os seus torcedores deveriam ser os primeiros a zelar. Também sonho que os jogadores serão respeitados, como seres humanos e profissionais, pois é muito triste saber que o jogador Diguinho teme as manifestações da torcida do Fluminense e, por isso, tem medo de sair à rua. Logo ele, vítima de uma tuberculose (não é um resfriadinho, é tuberculose) e de um estiramento na coxa, após a transferência para as Laranjeiras.

Sonhar não custa nada, não é mesmo?

DOIS TOQUES

Economia

Gostaria de entender a economia dos clubes esportivos. Li uma notícia sobre as dívidas dos clubes espanhóis, incluindo o Real Madrid, alguns deles à beira da falência. Mas eis que o mesmo Real Madrid faz uma proposta milionária por Kaká e anuncia a aquisição de não sei quantos

craques, todos muito caros.

No Brasil, também há vários casos mercedores de pesquisa, como, por exemplo, a tentativa do Flamengo de permanecer com Ibson, pelo menos, por mais quatro anos. Uma façanha dessas, caso se torne realidade, merecerá, sem dúvida, ser tema para os professores de Economia.

Clássico

O clássico de hoje seria Cruzeiro x Inter, se o clube gaúcho jogasse com o time titular. Os reservas têm sido bem sucedidos, mas, contra o Cruzeiro, será diferente.

Sensacional mesmo será a decisão da Copa do Brasil. E o Corinthians terá de jogar melhor do que jogou contra o Vasco.

**BO
LA
DAS**

**Fernando
Alonso**

PILOTO F1

"Eu prefiro qualquer categoria à nova F-1. Ela ficará igual à GP2 ou à F-3, que não interessam a nenhum piloto, patrocinador e ninguém no circuito, nem à TV. A nova F-1 é uma categoria totalmente sem sentido".
Deixando claro ser contra a nova F-1 idealizada por Max Mosley.

**Robin
Soderling**

TENISTA SUECO

"Eu não sinto tanta pressão assim e acredito que a dele (Federer) está maior. Tento ver essa partida como outra qualquer que desejo ganhar".

Afirmando que a pressão pela conquista de Roland Garros está toda em cima de Roger Federer.

PARA DEPOIS DO LANCE!

LANCERACTIVO!
Entre na nova rede de interatividade do L! (www.lanceractivo.com.br)
Monte seu blog e compartilhe áudios, vídeos e imagens. Participe!

Lancenet!
Acompanhe a quinta rodada do **BRASILEIRÃO** em tempo real, com destaque para Cruzeiro x Inter e Fluminense x Botafogo

Raulito L!
LI NO AR
Personagem da entrevista de domingo, Leandroinho participa do L!
Final dentro do programa, às 21h

Tr L!
Fique por dentro do que rola no **GP BRASIL DE ATLETISMO**, que está sendo disputado no Engenhão, no Rio de Janeiro

www.lance.net.com.br

Futebol carioca

Espaço Aberto

Silvio Torres

Deputado pelo PSDB-SP, presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara

TEXTO ESCRITO A CONVITE DO LI

Segurança nos estádios e respeito ao torcedor

O vandalismo de torcedores no Estádio Couto Pereira foi degradante

Dois fatos especialmente degradantes ocorridos no fim do Campeonato Brasileiro de futebol são preocupantes: os atos de vandalismo em Curitiba, no estádio Couto Pereira, e os tumultos nas filas para a compra de ingressos para o jogo Flamengo x Grêmio, no Maracanã.

Eles produziram cenas que chocaram a opinião pública, com repercussão negativa em todo mundo. Foram ocorrências que demonstram que o Brasil, organizando-se para sediar a Copa 2014, está totalmente despreparado quando se fala em segurança nos estádios e na total ausência de respeito aos direitos e conforto dos torcedores.

E o país ressentido-se também de leis duras para conter e punir os vândalos, camuflados de torcedores. Legislação para esse fim chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, mas não teve ainda seguimento no Senado. Trata-se do projeto de lei nº 451/95, que

A violência nos estádios tem de ser enfrentada como uma questão de segurança pública

resultou do aproveitamento de sugestões contidas em propostas que tramitavam na Câmara.

São previstas medidas severas: quem promover tumulto, praticar violência ou portar instrumentos perigosos em eventos esportivos poderá ficar preso por até dois anos. Em outro artigo, fica tipificado o crime pela venda de ingressos por cambistas, que igualmente custará dois anos de prisão aos faltosos. O projeto torna as torcidas organizadas pessoas jurídicas de direito privado. Elas serão responsabilizadas civilmente pelo comportamento de seus associados, assim terão de arcar com os prejuízos que seus sócios causarem em estádios ou

em até 5 Km de distância.

Na proposta foi incluída emenda de minha autoria que garante aos árbitros e auxiliares seguro de vida e acidentes pessoais.

Sem medidas duras para conter as ações dos baderneiros, nossos estádios estão condenados a ficar cada dia mais vazios. Condições precisam ser criadas para que as famílias voltem a frequentá-los, e que se tornem um espaço de convivência democrática.

A violência nos estádios tem de ser enfrentada como uma questão de segurança pública, como acontece nos países da Europa. E com excelentes resultados.

A transformação ocorrida na Inglaterra é bem marcante. Há vinte anos, o ambiente hostil que resultou em dezenas de torcedores mortos levou o governo a adotar medidas severas que fizeram a paz retornar aos estádios. Eles passaram por uma ampla reforma, com os lugares demarcados, ingressos numerados, câmeras flagrando toda a movimentação dentro e imediações dos estádios, os alambrados foram derrubados e decretado o fim dos fossos. E severas punições foram impostas aos dirigentes de clubes que infringissem as determinações.

Hoje, o que se vê nos estádios ingleses é o que sonhamos ver no Brasil: famílias inteiras assistindo a jogos de futebol em meio a todo conforto e sem perigo das badernas de desordeiros.

A selvageria em torno do nosso futebol precisa ser melhor olhada tanto pelo governo como pelos dirigentes esportivos e pelos senadores, que têm em suas mãos um importante projeto para votar. O futebol faz parte do dia a dia de toda população. Ele ganhou a dimensão de um grande negócio de entretenimento, que movimenta bilhões de reais, o que torna sua preservação uma exigência, como acontece em todo mundo.

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**TOSTÃO**

Contradições humanas

*A violência urbana,
dentro e fora dos
estádios, e a falta de
cidadania são uma
vergonha para o
Brasil*

O SER HUMANO está, com frequência, dividido, mesmo quando não percebe, entre o prazer e a realidade, entre a ambição e a ética, entre ganhar uma partida a qualquer preço e respeitar as regras e os adversários.

Além da guerra urbana e da ida dos marginais para os estádios, a violência dentro e fora dos campos ocorre por causa da hostilidade entre os dirigentes, da pressão que sofrem os atletas e os treinadores para vencer de qualquer jeito e do exagerado destaque que a mídia dá às rivalidade entre os grandes clubes de um Estado.

Na emoção de uma partida, muitos atletas, mal-educados e pressionados por todos os lados, esquecem os valores éticos e o respeito pelo adversário e mostram todo o ódio e a agressividade humana.

No relacionamento com as torcidas organizadas, os dirigentes têm um discurso para a imprensa e outro quando recebem esses torcedores em seus gabinetes.

O presidente do Corinthians deu um grande número de ingressos para o jogo de domingo para a turma barra-pesada. Essa relação perniciosa, que acontece em muitos clubes, contribui para a violência. Esses torcedores se sentem protegidos, poderosos e acima das leis.

As contradições estão em toda a parte. É frequente ver pessoas, no futebol e em todas as atividades, participando de atividades solidárias, posicionando-se contra as injustiças e, ao mesmo tempo, tendo comportamento ganancioso e pouco ético no cotidiano.

Alguns grandes empresários, que se orgulham de seus trabalhos sociais, são os mesmos que pressionam e se aliam a políticos para serem beneficiados em seus lucros, prejudicando a população.

Como escreveu Ferreira Gullar, Lula tem um discurso para os ricos e outro para os pobres. Ocorre o mesmo em relação ao esporte.

O presidente fala uma coisa para os dirigentes e outra quando dá uma entrevista à ESPN Brasil, uma emissora independente e crítica.

Lula não pode nem deve mudar as regras do esporte por meio de decretos, mas pode influenciar mudanças nas leis, como a de acabar com a prática de dirigentes se perpetuarem no poder.

Na semana passada, o presidente do Vasco recebeu acusações e críticas. Roberto Dinamite se defendeu. Os fatos precisam ser apurados. Uma das críticas, confirmada por Dinamite, é a de que o clube paga um salário de R\$ 9.500 para um parente. Como dizem os políticos, o

presidente alegou que precisa de uma pessoa de confiança a seu lado.

No futebol, em todas as atividades e em todo o mundo, os que lutam pelo poder, alegando motivos nobres, costumam fazer as mesmas coisas que seus antecessores.

No Brasil, as irregularidades são mais frequentes, por causa da impunidade e da prática disseminada do jeitinho brasileiro.

Pior, mesmo as pessoas de bem se acostumam com tudo isso.

Poucas ficam indignadas com o absurdo da violência urbana e nos estádios, com os abusivos gastos no Pan-Americano, com as agressões entre os jogadores durante as partidas, com as pessoas que jogam lixo nas ruas pelas janelas de seus carros de luxo, que estacionam em filas duplas e com tantas outras coisas comuns no cotidiano

AS LUZES

Portuguesa

FESTA ESTRAGADA

Na semana em que completou 89 anos, a Lusa perdeu para o Vasco pela Série B e alguns de seus "torcedores" fizeram arruaça no Canindé.

Corinthians

E HOJE??

Vindo de cinco jogos sem vencer e três sem fazer gol no Brasileirão, o Timão enfrenta o Atlético-MG no Pacaembu. Desencanta ou...

Mulheres do atletismo

BRASIL NO MUNDIAL EM BERLIM
Gisele de Oliveira (salto triplo) e Fabiana Murer (salto com vara) estão nas finais, mas, no primeiro dia, os homens foram eliminados.

HUMOR

MARIO ALBERTO
mali@lance.net.com.brPAPO
COM
VALDOMIROVALDOMIRO NETO
valdomironeto@lance.net.com.br QUEM TEM
MEDO DO
JASON?

Caretice! Essa é a dama estraga-prazeres que anda, com seu sorriso fúnebre, dando as cartas no futebol paulista. É a principal conselheira das autoridades, uma espécie de Rasputin, uma embriagem parda que manda e desmanda. Cochicha no ouvido das cúpulas de governo, Polícia Militar e Ministério Público que arquiabacando não é lugar de carnaval. E assim está feito.

Bandeiras e instrumentos musicais foram banidos na década de 90. Para reprimir os vândalos, apaga-se a luz do salão. E nas entrelinhas fica o recado: não temos como coibir a violência sem punir a fanfarra.

Para coibir a violência
veta-se o carnaval nas
arquibancadas

Al surgem as máscaras de Jason, a alegoria são-paulina do momento, e lá vem mais vetos. E a tradição dos bailes, das brincadeiras típicas do Entrudo do início do século passado, é breçada. A lógica da caretice é que atrás da fantasia pode haver um Jason verdadeiro, um infrator de quartas e domingos 13. E assim vige o estado de exceção nas massas. O que seria o Canal 100 em uma situação dessas, heim?

Leitor amante do futebol eu te convindo a uma experiência. Em um domingo, vá ao Morumbi. No outro, ao Maracanã. E perceba o que a caretice está fazendo no estado bandeirante. Veja a diferença flagrante nos carnavais.

Encerro com uma pergunta: na Copa de 2014, nos jogos em São Paulo, os sul-africanos poderão portar as tais vuvuzelas? O torcedor-águia da Colômbia terá permissão ou será impedido por supor-se tratar-se de um pássaro do crime? A torcida da Coreia do Sul poderá bater seu bumbo? Esse crime lesa-festas será cometido aos olhos do mundo?

QUE BONITO É!

EFE/CHRISTOPHE KABARA

PULO DA PANTERA A alemã Anna Battke erra numa eliminatória do salto com vara no Mundial de Berlim. Foi a tatoo?

Top
10
do LANCEINET

- 1- Biquelme: reunião com investidores é sabado
- 2- Parceira pode pôr Fernandinho no Timão
- 3- Palmeiras arma estratégia para ter Vagner Love
- 4- Flia tenta compensação por Kleveron na base da conversa
- 5- Grandes de São Paulo mostram fome em janela
- 6- Andres Sanchez descarta Love e espera Lucas
- 7- Denilson marca golão e Arsenal humilha
- 8- Defederico vai pedir para deixar Huracán
- 9- Palmeiras recebe o Botafogo no Palestra Itália
- 10- Andrade quer mais reforços no Flamengo

LEIA MAIS EM:

www.lance.net.com.br/top10

Espaço Aberto

Walter Falceta Jr.

Jornalista

TEXTO ESCRITO A CONVITE DO LI

REGINALDO CASTRO/31JUN09

Torcedores detidos pela polícia após conflito que matou um corinthiano

Um filho no estádio em noite de vandalismo

Noite gelada de junho. Dei um presente ao meu filho: a possibilidade de acompanhar seu Corinthians na grande disputa contra o Vasco, pela semifinal da Copa do Brasil. No gramado, uma beleza de embate. A equipe cruz-maltina aguerrida vendeu caro a classificação.

A saída das numeradas, no entanto, tivemos de passar pela grade que nos separava dos torcedores cariocas. Um garrafa d'água, atirada pelos visitantes, me passou por cima do ombro. Outra logo foi explodir sobre uma cadeira vazia. Houve um revide. Xingamentos e alterações.

'Há alguma disposição para a constituição de um projeto duradouro e interativo de paz nos estádios?'

Aí, já na escada, pertinho da grade, ouvimos um corinho: "Pau, pau, pau!! Pipocou na Marginal." Depois, na algaravia, ameaças do tipo: "Vem pro Rio que vai morrer mais um gambá."

Alguns copiavam gestos do crime, levantando o polegar e estendendo o indicador, configurando revólveres imaginários.

Na rua, logo depois, a multidão foi atravessada por carros de polícia e um caminhão de bombeiros.

Somente em casa soubemos das escaramuças da Ponte das Bandeiras e da morte do rapaz, abandonado no campo de batalha por seus próprios confrades co-

rinthianos. A história segue sinistra e muito mal narrada, repleta de contradições.

Tão estarrecedor quanto o ato de violência é a substituição do fato mestre. Com meu filho, o sadio debate deveria versar sobre a boa forma de Felipe, a ausência de André Santos e o esquema de Mano Menezes. No entanto, discutimos apenas o assunto marginal.

Esse rapaz morto, anônimo ainda no dia seguinte, também era filho. Também era filho de alguém. E isso nos assusta...

Passou da hora de se assumir a paternidade dos vivos e dos mortos. Não se pode resumir o trabalho da autoridade à privação do prazer do espetáculo e à extinção da festa.

Urge o investimento planejado em educação para a cidadania, para a vida em sociedade. Não se pode alegar que o rico futebol não tenha recursos para um programa dessa natureza.

Exige-se hoje uma ação afirmativa, de longo prazo, com ampla participação de Ministério do Esporte, CBF, federações, polícias, judiciário, entidades de apoio à juventude, psicólogos, pais e torcedores. Mas resta a pergunta: será que há alguma disposição para a constituição de um projeto duradouro e interativo de paz nos estádios?

Quem acompanha o esporte bretão duvidará.

Pela frente, consideradas as declarações da promotória, prevê-se mais pirotecnia regulamentarista e punitiva e — quem sabe? — a paz dos cemitérios.

SPORT X FLAMENGO

Ilha dá 1 ao 1

Fla enfrenta Sport seguida em palc

NÚCLEO FLAMENGO
reporterfla@lancenet.com.br

Apelidada de Bombonilla, alusão ao La Bombonera (e do Boca Juniors), a Ilha do R uma das grandes armas do contra a maioria de seus ad rios. No entanto, o Flamengo enfrenta o clube pernamb hoje, às 16h, pela quinta rod Campeonato Brasileiro, não do atingido por este trunfo c nente nos últimos anos.

O Flamengo está há 12 ar quatro jogos) sem perder n dio e conta com este aspecto vel para alcançar a sua tero tória consecutiva na comp para terminar a semana e quatro primeiros colocados.

Este jogo em Recife tamb virá para que o time de Cuc prove que o trauma da elim da Copa do Brasil já ficou pe e que o esquema está devida ajustado com a entrada de A no ataque. Afinal, o Impera apenas um jogo até agora procura encontrar o entros ideal com os companheiros jogo, ele usará a camisa 27, apresenta sua idade.

O volante Ibsen tem a co cia de que um bom início c peonato Brasileiro do Fla pode fazer a diferença mai te, principalmente porque concorrentes ainda estão tando outra competição s

Técnico L

Depois da saída do técn nho Baptista, o Sport ten nar ao caminho das vitória dura eliminação nas oitav nal da Libertadores para o ras. A solução para curar a pode vir com um antigo Emerson Leão está de vol do Retiro e chegou demor espírito de vencedor.

O Sport buscará sua pri tória neste Brasileiro, jus contra seu maior rival fora do, pois sempre que se e com o Flamengo, a históri lo do Campeonato Bras

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

XICO SÁ

Túmulo do futebol

*De tanto proibir, São Paulo proibiu
o torcedor de ir ao estádio, que se
tornou uma praça dos vândalos*

AMIGO TORCEDOR , amigo secador, é triste, mas São Paulo, terra de muito samba, choro e rock'n'roll, está virando o túmulo do futebol. Foi a primeira a proibir cerveja, depois proibiu batucada, bandeiras... E, de tanto proibir, fez dos clássicos os incríveis jogos de uma só torcida. Palmas!

O pior: tantas proibições só proibiram a alegria, a prova dos noventa do velho Oswald, o maior colunista de esportes da história paulistana (vide o jornal "O Homem do Povo"), e nada de proibir a dita cuja, a violência, essa dama bruta que toca o terror e sempre aparece travestida de velha da foice.

Proibir, aliás, é a única moral dos mandatários dos nossos tempos.

Quem não faz vai lá e proíbe, é bem mais fácil, sempre em nome das melhores das intenções e da cartilha do politicamente correto. Sim, a violência nos estádios e nos arredores não é monopólio de São Paulo, mas aqui o pânico tem sido frequente, como a emboscada, o pavor e a morte na noite gelada de anteontem.

De tanto proibir, proibiram o torcedor de ir a campo. Eles conseguiram. A praça é dos vândalos como o céu é do monóxido de carbono. Resta esperar o fim da novela mais chata do planeta, sentar a bunda no sofazão e ver o jogo pelos olhos das câmeras da TV, que manda nessa joça. Pelo menos uma boa lição disso tudo aprendemos: proibir não é o caminho, não adianta, talvez o segredo esteja no seu contrário. Em liberar geral, como na mais sensata, e ainda utópica, política antidrogas.

Vigiar e punir, essa obsessão barata, nunca foi o truque, só provocou mais desgraças mundo afora.

"Mas chega de chatice, seu Francisco, o recado foi dado, sossega, sem essa de panfleto filosófico na tribuna sagrada de todos os secadores", cutuca Edgar, meu corvo. Eu obedeco, não está mais aqui o cronista crieri.

Retomemos a alegria do Serafim e da Ponte Grande. Repare que maravilha, o Paysandu, o Papão da Curuzu, levando mais de 30 mil pessoas a campo na Terceirona do Brasileiro.

Uma pena Belém estar fora da Copa-14. Não há lugar que ame mais o futebol, de maneira decente, nesse amazônico país. Injustiça é o que não falta nesse mundão perdido, onde não se consagra, imediatamente, por exemplo, o escritor paraense Edyr Augusto, autor de "Moscow", entre outras belas narrativas fora do eixo das obviedades picaretas.

Repare, amigo, que sensacional, o XV de Piracicaba pode assegurar no domingo a ascensão à Segundona do Paulista e dali, como uma asa de barata, como um calcanhar de grilo, como no grito da torcida, o aguardado retorno ao grupo de elite. Está chegando a hora, o jogo é

contra o Grêmio Osasco, fora do seu domínio, mas a romaria caipira já pôs o trenzinho para apitar na curva.

Ih, amigo, o Edgar chama. Tudo bem, deixa o bicho gastar o latim da urucubaca: "Não esquece de dizer que nós, os secadores, estamos nas mãos do Nacional do Uruguai e do Inter, que fica lá por perto, na Libertadores e na Copa do Brasil".

Tudo bem, estimada ave, encerro com o seu agouro, mas acho que vai dar Palmeiras e Corinthians na sequência. Afinal, miserável, depois que mudamos das cercanias da Augusta para a Vila Pompéia, você não acerta uma. Que fracasso: a saudade das moças tirou o seu poder de fogo.

xico.folha@uol.com.br

ANEXO 2 – Transcrição das entrevistas

Entrevista com: André Azevedo

Data: 28/10/2011

Local: Sede da Dragões da Real

Felipe: Primeira pergunta que eu te faço é o que vem a tua cabeça quando você pensa na violência envolvendo torcedores de futebol?

André: É... na realidade, eu penso que a violência vem numa questão muito mais social do que envolvendo torcedor de futebol. É isso que eu falo pra todo mundo: torcida, ela faz parte da sociedade e tem todos os problemas que ela tem. Se você pegar um dia, uma segunda, uma terça ou uma quarta, que não teve jogo, e você ver um telejornal ou comprar um jornal numa banca, você vai se deparar com a violência, então não pode ser... a imagem da violência não pode ser atrelada à torcida organizada, é uma coisa que eu penso.

F: Me diga uma coisa: do teu ponto de vista, essa violência, a violência envolvendo torcedores, é um problema?

A: Não, é um problema, igual volto a frisar, social. A gente... Você coloca num mesmo ambiente pessoas de classe social, às vezes, inferior, pessoas com problema no emprego, na educação, problemas com... que enfrentam todas as falhas do sistema. E, às vezes, a questão de estar envolvida com massa, e ela poder se esconder através da massa, ela acaba, às vezes, exagerando como expor, como extrapolar essa raiva contida e acaba tendo algum ato violento. Mas é igual... mano, eu te juro, eu não to aqui pra defender torcida organizada, acho que torcida organizada tem vários defeitos, o que eu não concordo é com o estigma que torcida organizada é violenta. Eu concordo com o estigma que a sociedade hoje é violenta. É uma coisa que eu gosto de frisar, porque a parte boa, a parte interessante, que tem torcida organizada, ninguém mostra. Não porque... eu acho que é porque não vende, não vende notícia. Mas tem muita coisa boa que não é mostrada, então eu não concordo com o estigma que foi criado com torcida organizada não.

F: Você me disse agora pouco é... da questão da massa, falou que a questão da violência tá muito presente na própria sociedade...

A: Exatamente!

F: E eu te pergunto: além destas, você destacaria alguma outra causa pra violência envolvendo torcedores?

A: Poxa! Ah, envolvendo torcedores?

F: Envolvendo torcedores.

A: Poxa, eu acho que... a rivalidade como todo mundo frisa não é o ponto máximo. Não sai da minha cabeça, uma coisa minha, eu posso tá enganado, como todo mundo se engana, que parte muito mais pra questão social. Não sei porque... de educação... Porque eu tenho pessoas na torcida, que fazem parte na torcida, com um grau de instrução maior, tenho pessoas formadas, pessoas que trabalham... e elas tem uma mentalidade diferente. E, às vezes, aquelas que não têm é... ou não teve a oportunidade de ter um estudo, de ter uma educação, de ter uma formação tão boa, já tá mais voltada pra expor a sua raiva de uma outra maneira. Então eu acho que o motivo principal é a questão social mesmo, a questão de desemprego e, principalmente, de educação. Eu acho que, se a pessoa partir do princípio de ter educação, ela pode ser torcedor organizado, pode ter... pode ser qualquer coisa que ela vai agir de uma forma diferente.

F: Você acabou de me falar um pouco sobre as causas, certo?, aquelas causas que, do teu ponto de vista, mobilizam a violência envolvendo torcedores. Agora eu te pergunto: você destacaria quais responsáveis por essas causas? Quais responsáveis por essa violência?

A: Não... é... no caso se a gente for ter que frisar alguma coisa que tá errado é o sistema, né? O sistema de hoje... você pega um Brasil aí, com uma, todo mundo gosta de frisar, uma economia... mas eu acho que não é lá essas coisas... a questão da desigualdade que ainda tem... às vezes, você abrir vaga pra escola, ter mais gente estudando não significa que ela esteja ficando mais inteligente, porque eu acompanho algumas pessoas dentro da própria torcida que estudam e não têm conhecimentos básicos de coisas que num passado você aprendia numa segunda, terceira série, e hoje um cara numa sexta, numa sétima, ele não sabe, entendeu? Então a qualidade do ensino também piorou. Então eu acho que hoje nada... eu vou frisar o Brasil, assim, que eu sei que outros países têm o problemas também, mas é que eu acho que o problema é da educação, então atrela ao governo, porque... É brincadeira o tipo de educação que se dá à pessoa hoje, aí acaba transformando pessoas, às vezes, desse tipo assim, algumas pessoas infiltradas em organizadas, e pessoas que também não são. Que, às vezes, você fala: “tem gente que não se envolve em organizada, mas se envolve no crime organizado”. Ou, às vezes, dentro de uma própria empresa, ele age de uma forma diferente. Sei lá, eu acho que... eu gosto de partir tudo do princípio da educação: se a educação fosse boa e fosse uma coisa mais... uma coisa boa, né, que eu acho que não é uma coisa boa, eu acho que, se a educação fosse melhor, eu acho que a gente teria menos problema com violência.

F: Me diz agora... Eu te pergunto o seguinte: quais seriam as principais consequências da violência envolvendo torcedores, do teu ponto de vista?

A: Depende da visão, se for assim pra gente que é de dentro, eu acho que a gente paga uma conta que não é nossa, por ser o lado mais fraco da história. Hoje a gente tem o Estatuto do Torcedor aí que é uma brincadeira, entendeu?, é uma brincadeira! É... todo mundo atrela os estádios vazios à violência da torcida organizada quando eles não se deparam com outros tipos de violência que o torcedor, às vezes, até o comum, se depara, como jogo vinte e uma e cinquenta, com falta de transporte, praticamente às vezes sem uma alimentação adequada e

cara, entendeu? Então hoje eles se importam mais em vender pacote de pay-per-view do que trazer o torcedor pra dentro do estádio. A força policial que existe aos montes, entendeu? Só que é muito fácil ter uma câmara de TV e pegar uma imagem de uma briga entre polícia e torcida, todo mundo vai falar que a torcida tá errada, sem antes saber a verdade. Hoje o estigma que se criou em torcida é... às vezes você vai a estádio de futebol, antes de você ter uma atitude que abone a sua conduta, que tipo... que a polícia possa querer te repreender de alguma forma, isso já é feito com antecedência, ele já te trata como animal antes de você ter errado e isso gera um círculo viciosos porque daí o cara se sente é... com raiva do tratamento e acaba gerando mais violência. Então, eu acho que a gente paga uma conta que... é igual eu falo pra você, torcida organizada não é composta por santo, você ainda vai ver assuntos é... envolvendo torcida organizada, só que eu quero que você passe aí essa imagem no seu trabalho pra todo mundo que tem os erros como tem a política, como tem até padres pedófilos, é... corrupção policial, milícia, essas coisas todas. É... protestos a gente é cansado de ver protestos, de professores, de outros segmentos, que às vezes acabam em violência e tipo e a visão de quem tá de fora é diferente, como se um torcedor fosse protestar, ele não tivesse o mesmo direito que um professor, entendeu? E às vezes cai na pancada, e a marginalização acontece só pro lado do torcedor. Então... a gente... eu falo pra todo mundo: somos vencedores, porque a gente luta contra tudo e contra todos, porque mais que a gente acerte, a gente vai estar sempre errado. Isso é a maior... A maior dificuldade que a gente tem é o preconceito que a gente sofre.

F: Pra finalizar, eu faço uma última pergunta: do teu ponto de vista, quais seriam as soluções possíveis para a violência envolvendo torcedores?

T: Ó, eu vou ser sincero pra você, eu acho que a gente não tem uma solução para acabar com a violência, que envolve todos os segmentos. Hoje, a gente já tenta minimizar. Nós criamos uma confederação de torcida, que chama CONATORG, onde nós temos um bom relacionamento, coisa que às vezes as pessoas de casa não sabem. Por exemplo, eu sou presidente da Dragões, tenho muita amizade com o presidente da Mancha, com a diretoria da Mancha, com a Gaviões da Fiel, com torcidas de outros estados. É... hoje, eu, vou dizer eu, mas tem outros presidentes e diretores de torcida também, mas eu tenho contato com setenta, oitenta, por cento das torcidas do país, não só de São Paulo. A gente conversa e através desse contato hoje a gente minimiza o problema, porque a gente sabe que, às vezes, você tá na frente é... de trezentas, quatrocentas, quinhentas pessoas, você não tem como você... Uma coisa que eu falo pra todo mundo: você nunca prometer algo que você não pode cumprir, porque eu não sei o que passa na cabeça de uma dessas quinhentas pessoas. Então o que que a gente faz, a gente conversa pra se evitar o cruzamento, pra fazer caminhos diferentes. E a gente vem tendo sucesso com isso, entendeu? Ao longo desse um ano e meio da CONATORG a gente é... não melhorou porque a polícia, o Ministério Público melhorou, melhorou porque a gente começou a se entender, a conversar mais e a minimizar os problemas.

F: André, eu queria te agradecer pela entrevista e, enfim, assim que tiver pronto o trabalho, fico à disposição.

A: Não, boa sorte aí no trabalho, e... eu gosto de participar do TCC pra que... eu falo pros meninos aqui: que a gente mude a mentalidade de uma pessoa quando você apresentar o trabalho, eu acho que já vai ter sido vitorioso a nossa... essa nossa participação no seu trabalho.

F: Obrigado, André!

A: Eu que agradeço.

F: Obrigado mesmo!

Entrevista com: Erich Beting

Data: 23/04/2010

Local: Cafeteria próxima ao escritório do entrevistado

Felipe: Então, eu começo perguntando para você, o que te vem à cabeça quando você pensa na violência envolvendo torcedores de futebol?

Erich: Eu penso que ela é um reflexo, se a gente pode dizer assim, de um monte de coisas erradas que estão no ambiente do futebol: tratamento que é dado ao torcedor dentro do estádio, a maneira como os dirigentes se comportam em relação à violência, a maneira como a própria imprensa trata a questão da violência e, obviamente, uma questão de reflexo de uma insatisfação social em geral. Não é só, obviamente, o que aconteceu ali dentro de campo, tem uma carga de várias outras coisas que vem junto dessa história toda e que está envolvida nessa questão. Então, assim, o que eu vejo como... claramente... essa questão toda é isso: acho que é uma sucessão de fatos que levam até a violência: tem a insatisfação social, tem o descaso e despreparo dos dirigentes, o despreparo da imprensa, o despreparo dos policiais... Até hoje, eu acho um absurdo que o setor responsável pela... vamos dizer assim, por cuidar do torcedor dentro do estádio seja a polícia – teoricamente, a pior polícia, a polícia mais preparada para o combate ao crime. Então, não tem sentido essa polícia ser... por quê? Porque é um comportamento diferente, comportamento em grupo... O torcedor, muitas vezes... Isso eu já vi de experiência, de como o torcedor... como surge o tumulto, como surge algo absolutamente do nada. A pessoa está lá, parada, sem ter o que fazer e resolve criar um atrito, resolve criar uma confusão para ter o que fazer, e tudo isso, acho que vem de uma série de fatos. Então, assim, quando eu penso na violência no futebol, não dá para você culpar um lado, é uma sucessão. Na verdade, assim, a gente pode culpar um motivo para isso: é o futebol. Por quê? Porque o futebol da maneira em que ele é gerenciado, como ele é tratado por todos os lados envolvidos, ele está errado. E aí você leva até a violência. É claro que o cara baderneiro, o cara que quando estiver em grupo vai se sentir mais valente, esse cara vai continuar insistindo, só que se você tratar melhor esse cara e entender melhor esse problema, você vai cada vez menos ter violência dentro do estádio, ou ao redor do estádio, envolvida com futebol.

F: Você já experienciou ou já vivenciou alguma situação de violência?

E: Várias vezes...

F: Eu digo, envolvendo torcedores...

E: Várias vezes. Como torcedor, várias vezes. Desde pequeno, em jogos que você não podia prever, jogo em Mogi Mirim, eu tinha doze anos de idade, saindo do estádio, eu olho um torcedor tomando uma pedrada na cabeça, vindo do absolutamente nada... Já teve jogo que a polícia... era jogo também no interior, em Campinas, que a polícia esperou chegar a torcida do Guarani em frente à saída da torcida do Palmeiras, para abrir a porta. Aí... já saiu um quebra-pau ali generalizado. Eu acho que melhorou muito, a questão da violência, no sentido de que...

melhorou não – é até uma tese que eu defendo, quem melhor sabe se posicionar marketeiramente é a torcida organizada. Então, ela, usando os elementos que ela tem à disposição, fez com que o torcedor não mais brigasse dentro do estádio. Briga dentro do estádio praticamente não acontece, ela acontecesse muito longe do estádio, diga-se de passagem, que é para tentar desvincular isso da torcida organizada, da torcida uniformizada. Muitas vezes, os crimes, as coisas que a gente vê acontecendo são exatamente do torcedor organizado, mas, quase sempre em uma ação isolada, ou teoricamente isolada. É raro, hoje, você ver o que acontecia há questão de quinze anos, que é, dentro do estádio, um quebra-pau absurdo porque o outro torce para o outro time. Isso as torcidas souberam... não é a polícia que melhorou, o mau trato ao torcedor continua. Não é o dirigente que se conscientizou, que deu melhor condição e tudo mais. Não. O sistema continua praticamente o mesmo, as torcidas fizeram o trabalho de marketing para elas que é não ficar tão associadas à violência dentro do estádio. Então, violência dentro do estádio praticamente diminuiu muito. Você não vê mais na arquibancada aquele corre-corre, uma movimentação, bomba explodindo dentro do estádio... isso também vem, obvio, mérito de fiscalização, tudo mais... Só que mudou um pouco a maneira como ocorre essa violência hoje.

F: Deixa eu entender um pouco melhor essa história. Quando você diz trabalho de marketing feito pela...

E: Trabalho de imagem. Marketing nesse sentido, não, de imagem.

F: De imagem... ela permanece violenta na sua perspectiva, mas dissimulando, é isso?

E: A torcida organizada, ela é... eu sempre costumo dizer: ela não é o braço representativo da torcida do clube. Ela é uma parcela que age de uma maneira “xis” em relação ao clube. Assim como o torcedor da numerada age de outra forma e tudo mais. A questão é: ela se identifica como um grupo, ela tem diversas falhas, diversos problemas, diversos comportamentos condenáveis, inclusive de ligação com o tráfico de drogas, de ligação com um monte de coisas... que algumas coisas você consegue comprovar, outras não consegue, enfim... Mas a gente sabe, quem tem por experiência própria de já ter vivido próximo ou dentro mesmo desses grupos, ou por estar dentro de estádio e ver isso acontecer enfim... Agora, a própria torcida organizada, pela maneira hierárquica em que ela é construída, ela fez trabalhar de uma forma em que tem comando. Se a gente for ver... eu sempre brinco que o torcedor uniformizado, as torcidas uniformizadas são geralmente muito mais bem organizadas estruturalmente, com hierarquia, respeito à hierarquia, do que o próprio clube. E aí, o que acontece? Há uma voz de comando e uma voz que inibe atos que vão contra a torcida. E até mesmo um código de ética, se é a gente pode colocar, simplificar a questão, mas um código de conduta em que o torcedor que é pego fazendo coisas que, vamos dizer, inflijam a regra ali estabelecida, está fora do grupo. E claro, qual é a grande representatividade? As torcidas uniformizada às vezes têm um peso social importante, que é o torcedor se sentir parte de um grupo. Então, ela desempenha esse papel que o torcedor comum, dentro do estádio, não tem. A torcida uniformizada, ela tem isso. Agora, esse cara geralmente é um cara que às vezes precisa extravasar certas coisas que faz com que a torcida tenha esse cunho mais violento, mais complexo e tudo mais.

F: Me corrija se eu não tiver entendido direito. Você me falou, em um determinado momento, que a torcida organizada não necessariamente é representativa do clube. Agora eu te pergunto o seguinte: e os torcedores das torcidas organizadas que brigam, eles são representativos da torcida organizada?

E: Não. Eu particularmente acho o seguinte: não. Porque eu continuo achando, geralmente, esse comportamento vem em grupo. Eu sempre uso um exemplo, quando eu dou palestra, dou aula, falo um pouquinho dessa questão, que é a questão... o que eu falo é sobre a visão de quem gerencia isso, ou seja, o organizador do espetáculo. Eu sempre uso como exemplo a venda de ingresso para um show do U2 que teve no Brasil, acho que em 2007, foi feita uma venda de ingresso, o ingresso mínimo era duzentos e tantos reais, numa loja apenas do Pão de Açúcar, acabou o ingresso, saiu um quebra-pau na Marginal Pinheiros. Teve que fechar a Marginal Pinheiros. Agora, você vai me dizer que era uma pessoa de baixa renda, que representava um grupo... Não. Insatisfação em relação a algum negócio. Então, o torcedor que briga não é só o torcedor de torcida organizada, ele pode estar ali em algum momento “xis” em seis pessoas e se achar valente por conta de estar em seis pessoas e brigar, pode coincidir ou não de ser de uma torcida uniformizada. Muitas vezes é porque tem essa característica, eles vão em grupo para o jogo. Às vezes você vai em grupo para um jogo de amigos, de família, do que quer que seja... Eles também são amigos, também são família, tal. É claro que historicamente tinha um incentivo à violência dentro das torcidas, acho que isso, até certo ponto, diminuiu, por uma questão de imagem das próprias torcidas, mas a torcida não representa o clube, assim como o torcedor brigão não necessariamente representa a torcida, porque, muitas vezes, o brigão é excluído da torcida depois de brigar, depois de criar esse ato. Por isso que eu falo, quem melhor soube se adaptar, vamos dizer assim, a essa realidade de violência foi a própria torcida organizada, para tentar melhorar a imagem dela, algumas até realizando trabalhos sociais e tudo mais. Pode ter falhas no comando, ter sacanagem, ter tráfico de drogas, ter atividades ilícitas? Pode. Assim como pode isso dentro do clube, pode acontecer isso em vários lugares. O que precisaria ter? É o que eu falo, uma polícia especializada para entender o comportamento melhor do torcedor. Porque não dá para você generalizar. Como eu disse lá no começo, não é a culpa de um lado só. O torcedor briga porque tem algum motivo para ele brigar, não é porque ele veste a camisa da Gaviões, da Mancha, Torcida Jovem ou o que ele quiser. Não, não é por isso que ele tá brigando. Tá brigando por algum outro motivo. Pode vir a ter uma questão de ele dizer “ah, eu sou da Mancha, eu tenho que matar Gavião?” Pode até ser, mas aí, muitas vezes, não é a torcida organizada que cria essa discussão, mas isso vem da pessoa.

F: Eu te pergunto agora, Erich, da sua perspectiva, a violência envolvendo torcedores constitui um problema?

E: Eu acho que sim.

F: Por quê?

E: Principalmente pela questão do espetáculo, do que você deveria fazer de um jogo de futebol. Eu me arrisco a dizer que o futebol hoje rivaliza provavelmente com o cinema como o maior centro de entretenimento, se a gente pode dizer assim, ou maior espetáculo, maior

evento de entretenimento do país. Só que o cinema tem todo dia, tem mais de mil praças, um milhão de praças, sei lá quantos cinemas a gente tem espalhados pelo país, com lançamentos periódicos, feitos, pensados, para diferentes tipos de público. O futebol tem que ser encarado como parte importante do negócio do país. E, para isso, você precisa melhorar a qualidade desse espetáculo. Você não pode pensar em deixar o futebol como algo largado, como é... pela paixão. “Ah, tem paixão, todo mundo vai”. Não, você tem que melhorar a qualidade disso. A partir do momento que você tem que entender que a qualidade como um todo precisa ser melhorada, a violência é um problema, porque ela afasta o público, porque a mídia dá ênfase para a violência, e aí, com isso, você piora a qualidade desse espetáculo. E é natural, isso daí que eu falo da mídia não é um problema da mídia, é natural do ser humano. Eu sempre brinco, quando você vê um acidente na rua, a primeira coisa que você vai falar quando você encontrar alguém é que você viu um acidente na rua. Então, se você está em um jogo de futebol que infelizmente vira uma praça de guerra, você esqueceu do futebol, você vai falar da briga. Então, essa equação é complexa. E a violência nisso se transforma em um problema. Problema aonde? Problema no negócio, problema no próprio fortalecimento da imagem do futebol nas pessoas. Então, quanto mais violento vai ser, mais preconceitos, pré-conceitos, se criam na cabeça das pessoas e mais distante vai ficando o público do evento. E como sempre, o futebol mostra isso claramente, acho que hoje a música, o meio artístico se aproxima mais do futebol, o grande negócio é o evento. O resto é resto. Televisão é consequência, a venda de camisa é consequência e todo o resto é consequência. Qual é o grande negócio? É o que acontece ali, onze contra onze, e isso tem que ser preservado. E aí, quando você tem onze contra onze mais quarenta mil vendo esse jogo, não pode ter problema. A violência se transforma num grave problema em relação a isso. A gente já fez, eu já tive agora exemplo recente de minha sobrinha querendo que eu leve ela num jogo e eu tenho pensado muito em qual jogo eu vou poder levar, pra não ter xingamento da torcida para ela não ficar assustada, não ter briga para... não ter discussão, não ser jogo que seja tenso... para quê? Para tentar mostrar que é um ambiente gostoso para você ir. Quanto mais tenso é o ambiente, e aí vai, é jogo difícil, é isso ou é aquilo, é melhor não levar. Para uma criança, é melhor não levar, pode vir a ser uma experiência traumatizante. Agora, se todo jogo é um baita jogo legal de se ver, e que o resultado do jogo seja o de menos, aí deixa de ser problema. Mas, hoje, a violência é um problema. É um problema por quê? Porque ela interfere demais na imagem do futebol.

F: Deixa eu te fazer... Ao longo do teu discurso, eu pude notar... você fala de algumas causas da violência, certo? Algumas coisas que mobilizam essa violência. Eu te pergunto, destas que você já listou, qual você destacaria? E você acrescentaria alguma outra?

E: Eu acho que o primordial problema, a primeira causa que para mim existe na questão da violência é o torcedor não ser tratado com dignidade. Isso parte de todos os lados: da mídia, dos organizadores do jogo, de alguns torcedores que não... que dão motivo para isso, da polícia, do policiamento, da segurança envolvida com o espetáculo – que parte um pouco da questão pública, de segurança pública e parte um pouco da questão do próprio organizador de dar mais conforto. Eu sempre falo: a partir do momento que o torcedor for mais bem tratado dentro de um espetáculo, de uma vivência de um jogo de futebol, naturalmente você vai reduzir essa questão da violência. Por quê? Porque hoje ir para um jogo de futebol é uma luta,

desde o começo. Você se prepara, cinco horas antes você está preparado pra isso, por quê? Porque é transtorno o tempo inteiro. É dificuldade de acesso, é dificuldade de localização dentro do estádio, incerteza em relação à preservação de lugar, de ingresso, de tudo. Claro, o torcedor pode não querer ficar em um lugar fixo, pode querer mudar, primeiro ver em um lado... Tudo bem. Isso aí tudo ok. Mas o cara tem que ter o conforto de ter tudo no lugar, tudo funcionando. E o futebol se acostumou desde sempre a não se preocupar com isso. Cria ali o espaço, o cara vai de qualquer jeito porque ele ama aquilo e dane-se. Então, a partir do momento que é dane-se essa relação, você não está nem um pouco preocupado em melhorar a vida do torcedor, aí cria todo o ambiente propício para você ter a violência. Então, pra mim apontar a principal causa da violência é o descaso com o torcedor. O que mais leva a isso é o descaso com o torcedor, você não se preocupar em tratá-lo bem.

F: Você falou agora um pouco das causas, e quando falava das causas eu notei que você acentua a responsabilidade dos organizadores, acentua a responsabilidade da própria polícia, de alguns torcedores... Eu te pergunto agora, além destes, quem seriam os principais culpados pela violência?

E: Bom, aí eu vejo um problema. Para mim, é um erro tentar achar culpados antes de você discutir a resolução do problema. Isso daí é muito... Eu sempre gosto de brincar que o Brasil tem um grande problema, a gente é o país da culpa. Acontece alguma coisa e a gente sempre quer achar quem foi o responsável por aquilo, em vez de resolver aquele problema. Quem é o culpado? São todos. Como eu falei lá no começo, de quem é a culpa? A culpa acho que é do próprio futebol, da maneira como ele veio se enraizando na nossa cultura, desculpa, na cultura do futebol, não a nossa, na Inglaterra foi assim, na Itália, na Espanha, na Grécia, na Turquia, onde você quiser... Talvez não na Ásia, mas o futebol lá é um papo diferente, acho que como tudo que acontece mais do lado oriental, seja um pouco diferente. Mas a gente enraizou o futebol de uma forma em que a preocupação com o torcedor é mínima. Sem entender que quem financia esse negócio é o torcedor. Quem faz existir time, quem faz existir mídia, quem faz existir polícia para trabalhar no dia do jogo é o torcedor. É ele que tá indo lá. Claro, é o atleta e ele. Esses são os dois elementos essenciais: você tem que ter o atleta para jogar aquilo e você tem que ter o torcedor para ir junto. Então, se tem algum culpado? Acho que é uma sucessão de pequenas culpas. Ou de pequenas não resoluções de problemas. Se o problema tem [?], a maneira como o dirigente olha o torcedor. E tem outro problema? Tem, é a maneira como a mídia explora a questão da violência. Como ela não está preparada para debater em outro nível. Como ela, sem perceber, enfatiza a rivalidade, enfatiza a agressividade entre os torcedores. Não precisa promover o melhor dos mundos, mas também você tem que ter um cuidado com o que você está falando. Da mesma forma, você vai passando, para cada lado tem o seu. Então, assim, eu não acho que você tem que estabelecer um culpado, você tem que se [?] e dizer onde a gente resolve esse problema? Porque é um problema. Então, vamos resolver? Em vez de ficar querendo achar um... porque não tem um... é a sucessão disso tudo que faz isso acontecer. Todo mundo tem o que melhorar em relação a isso. Então, você vai falar “tem um culpado”. Não tem um culpado, são vários: você tem o torcedor que briga, você tem o torcedor que vira violento quando está em grupo, você tem o policial que não sabe reagir em uma situação de dificuldade ali, o policial que maltrata o torcedor porque está

acostumado com isso, o dirigente que não está nem um pouco se importando se o torcedor esta sendo bem tratado ou não, a mídia que não está nem um pouco preocupada com a responsabilidade dela em formar a opinião das pessoas... Enfim, você vai olhando e você chega num momento que você diz “somos todos culpados”, então vamos melhorar isso? O próprio torcedor, de não exigir melhoria. Isso é uma coisa que eu sempre falo... é difícil... é claro, isso é uma paixão, eu vou querer ver jogo do Corinthians todo final de semana, do Palmeiras, do Santos, do São Paulo, de quem quer que seja, por quê? Porque eu amo aquilo, aquilo faz parte da minha vida. Agora, eu posso me indignar, eu posso cobrar melhoria. Nenhum torcedor faz isso. Então você vai... Isso daí é o que eu acho, você não tem como ver um culpado, são todos culpados. Agora, a gente tem que atacar onde? Não em achar o culpado mas em resolver o problema. É a minha visão é muito essa, ou a gente resolve o problema ou não tem como.

F: Então eu até vou adiantar uma pergunta que eu ia fazer lá no final, como é que você resolve esse problema? Quais são as soluções para ele?

E: Eu acho que é uma questão de readaptação do futebol como espetáculo no Brasil. Recolocação do torcedor num outro patamar. Agora, eu acho que já tem evoluído. Eu acho que o próximo passo de evolução é esse. Antes a gente achava que só o dinheiro da TV bastava, hoje já se percebe a importância do patrocinador – isso falando na visão do clube, claro, e até da própria imprensa também. E agora, o clube percebeu o seguinte: não basta eu ter só o dinheiro da TV e do patrocínio, eu preciso ter meu torcedor junto comigo. Quando se entender que o torcedor é o principal cara de toda essa cadeia, que é ele que alimenta toda essa cadeia, a coisa muda de figura. Então, assim, como é que você pode resolver? Colocando o torcedor no papel central. Por que o torcedor vai ser violento? Porque ele é maltratado. De que forma ele é maltratado? Isso tem que envolver até mesmo os órgãos públicos, por quê? Porque a condição de acesso ao estádio é uma porcaria, a condição de segurança idem, a ingerência, a influência da mídia na determinação de horário de transmissão de jogo é maléfica. Então, você tem várias pequenas formas que na essência é o quê? Colocar o torcedor no primeiro lugar. A minha prioridade é ele, ele precisa ser bem tratado. Então não é você chegar e dizer “ah, eu já sei como resolver o problema: não vou vender ingresso em bilheteria, vou vender tudo antecipado”. Tá, e aí você tem um cara que vem do exterior e quer ver esse jogo, para alimentar essa paixão e levar a bandeira do seu time para tudo quanto é lugar do mundo. Não posso vetar esse cara de estar dentro. Então, você tem que criar várias formas de olhar o torcedor como primordial. Eu acho que a partir disso, criar polícia especializada e preparar para saber o comportamento do torcedor, para não ter pré-conceitos em relação ao assunto. “Ah, é tudo bandido, então desse o cacete no cara. Quem tá vendo jogo de futebol é vagabundo, então, desce o cacete no cara”. E aí você tem um cara que, pô, o cara é dono de uma fortuna de cinco milhões de dólares e o filho dele toma um cassetete na cabeça durante o jogo. Ele é vagabundo? Não que o que trabalha e se esfolia todo dia seja diferente, mas o futebol consegue congrega tudo isso e você tem que entender que ele é absolutamente complexo, ele envolve uma carga emocional muito grande e você tem que se preparar para isso. E claro, criar e efetuar punições para quem é o malcomportado dessa história. Então o cara que brigar, esse cara tem que estar lascado, ele não pode mais participar da brincadeira

porque ele não sabe brincar. Então é um trabalho... A gente tentou fazer isso por todo o país com a história do Estatuto do Torcedor, que se baseou no que a Inglaterra fez – que até hoje é o principal exemplo de como melhorar. Solucionar o problema do torcedor brigão, você não soluciona, assim como você quer achar que você vai criar uma cidade em que não há crime é impossível. Então, o Brasil tentou fazer com a Lei em 2003, que é o Estatuto do Torcedor, uma melhoria. Colocou um pouco o torcedor em privilégios, exigiu-se mais, fiscalizou-se mais, os clubes melhoraram um pouco. Acho que um dos pontos primordiais hoje é criar uma polícia especializada para trabalhar em dia de jogo. Isso, para mim, é ponto um. Por quê? Porque o torcedor é maltratado pelo policial. Ele não é bem tratado e isso só gera mais violência. Policial vem com uma carga de necessidade de extrapolar a violência no trabalho, que é um erro absurdo, que é um erro de partida. Ah, precisa pagar mais para esse policial? Paga-se mais para o policial. Paga-se, cria-se uma situação melhor, um ambiente melhor, um conforto melhor para todo mundo. O que você não pode fazer é deixar da maneira que está porque vai continuar tendo os mesmos problemas: “ah já aumentei o preço do ingresso, eu teoricamente já aumentei o nível de presença do meu público, esse cara não briga”. Ah, tá bom, perde seu time um jogo decisivo que você vai ver como ele vai estar feliz esse torcedor. Aí ele chega lá e o carro dele está riscado, porque ele foi de carro, ou não tem taxi... Aí junta dez que estão bravos com o jogador, então vamos lá cobrar o jogador... E aí? Isso não resolve o problema. Então, zerar o problema não vai zerar nunca, você precisa colocar o torcedor em primeiro lugar e falar” quando eu vou a um espetáculo qualquer, o que que eu quero para mim? A pergunta é simples: quero chegar com facilidade, quero ou parar meu carro com segurança ou ter uma estação de metrô na esquina do estádio. É isso que eu quero. Então peraí, o que que a gente precisa mobilizar? Eu quero ser... quando eu entrar lá eu ser tratado bem, não ter um cara me revistando e falando “vai vagabundo, anda, não sei o que e tal”. Não. Quero ter um cara que olhe para mim e fale “bom dia, bem vindo, que legal ter você aqui com a gente... Posso olhar sua bolsa para ver se não tem nenhum objeto? Porque aqui a gente...” Pode e tal. Pronto. São pequenas atitudes que melhorariam muito a vida do cara. Agora, do jeito que é hoje, é tudo largado. Então, acho que o início de combate disso não é discutir – até nesse ponto é assim – não é falar “o que a gente tem que achar como modelo ideal?” Não. É começar a fazer, começar a colocar em prática. Alguns setores... Por exemplo, o Palmeiras criou aquele setor Visa, junto com a Visa – o que o Figueirense já fazia há um ano antes, no estádio inteiro – esse setor fez com que o cara comprasse só pela internet, com o cartão dele, com lugar marcado. Você vai hoje nesse espaço, ele é mais caro, porque ele tem conforto, oferece mais serviços. Você vai nesse espaço hoje, você vê muita criança... a entrada é exclusiva e tudo mais, você vê muita criança, você vê público que raramente xinga o jogador adversário, a torcida adversária... É um outro tipo de público que está ali presente. Ele não vai brigar? Não necessariamente, mas ele está sendo mais bem tratado, ele tem uma condição, um conforto, uma segurança, tudo maior. Então, naturalmente, ele vai com uma carga muito menor de estresse para esse jogo, fica melhor, é simples. Agora, você precisa agir, discutir e agir. Não dá mais para deixar do jeito largado que é hoje.

F: Deixa eu te fazer mais uma pergunta: você falou sobre... citou e comentou uma série de soluções. Agora, no início do seu discurso, você falou, problematizou, a produção jornalística sobre o assunto. Eu te pergunto: e pensando na mídia, que tipo de solução te vem à cabeça? O

que poderia se fazer para melhorar essa produção jornalística? E mais, teria alguma coisa a ser feita?

E: Então, aí vem uma questão que eu acho que é de educação, do jornalista. Ele precisa entender primeiro a importância do que ele faz, o peso que tem o que ele fala, o que ele escreve, o que ele irradia. Ele precisa entender, e aí está uma coisa complexa, que, geralmente, a própria mídia é a que mais exige desempenho e resultado dos times, e ele gera uma carga de estresse para o torcedor, para o próprio time que acaba somatizando para esse negócio. Então, “ah, não pode perder determinado jogo...”. Não, peraí. Você tem que entender que perder e ganhar faz parte da vida. O outro pode jogar melhor, o outro pode ser melhor que você, você pode ser derrotado por azar, ou por sorte você ganhar. Então, esse é o típico ponto que eu acho que falta uma maturidade da mídia para entender, para descarregar paixão. A mídia é muito passional, extremamente passional, debaixo de uma bandeira de não ser, mas é extremamente passional. E a partir do momento que ela traz essa carga de paixão, de estresse, de tudo, ela alimenta ainda mais esse sentimento de insatisfação. É claro que você não pode não contestar, aceitar tudo o que esta sendo dito e tudo mais, mas você tem que tentar ser muito mais analítico em tudo o que você faz, criterioso... Eu sempre brinco que a profissão de jornalista nada mais é do que um exercício de bom senso. E muitas vezes falta qualquer noção de bom senso – ou mau senso, que seja – para o jornalista. E aí que vai, onde é que passa essa melhoria da mídia? Passa por uma tentativa da própria mídia de se entender como formadora de opinião. Que é um exercício extremamente complexo dentro da profissão. Extremamente complexo... Até porque, muitas vezes, isso daí é uma coisa que acontece, o jornalista traz uma carga pessoal contra o outro, contra o atleta, contra o dirigente, contra a torcida... É uma questão de cunho pessoal, não é exercício de profissão. É a maior dificuldade dessa difícilíssima profissão que é o jornalismo. Por quê? Porque você precisa abstrair o seu senso teoricamente emocional na hora de fazer as coisas. Só que, ao mesmo tempo, quando você abstrai a emoção, o torcedor mesmo reclama. “ah, você é um cara pasteurizado, você é um cara sem emoção, você é um cara que não sente menor viração...” E ainda mais jornalismo de esporte é vibração pura, na veia, é energia o tempo inteiro, então, você tem que tomar um cuidado muito grande nesse exercício da profissão e na sua função como formador de toda essa opinião. Também, não acho que é uma solução simples, mas passa por um entendimento maior da mídia da responsabilidade que ela tem. A partir do momento e que ela chega e fala assim “não, esse jogo é uma guerra...”. Então, peraí. O que que traz esse discurso? O que que vai trazer para o sentimento do torcedor ao ir para o jogo? Há dez anos o outro... Isso daí eu acho que até faz parte da brincadeira, mas “há dez anos o Corinthians não vence o Palmeiras em um clássico”... A mídia usa isso como combustível. Real. É extremamente real. Mas, vamos dizer assim, é algo que o torcedor usa para pilhar o outro, mas a mídia, às vezes, quando começa a martelar de uma forma, com esse intuito também, que descamba para o outro lado. Uma coisa que eu vejo que tem melhorado um pouco na questão da mídia é o entendimento de que muito do jornalismo esportivo é entretenimento, é brincadeira, é ter a emoção, ter a alegria e tudo mais, só que dentro de um espírito de levar menos a sério as coisas. Eu acho que durante muitos anos a mídia levou-se muito a sério, mais até do que às vezes precisava ser. E para mim, hoje, o exemplo clássico de quem tem mudado isso é o Tiago, dentro da Globo, ao promover brincadeira, ao querer fazer o seguinte: “nós ganhamos

hoje como amanhã vamos perder”. E se os próprios dirigentes começarem a bater nesse discurso, a própria mídia vai ser induzida a chegar nesse discurso. A gente ganha e a gente perde, não tem história, faz parte do jogo. É por isso que é tão legal. Até porque quando todo mundo começa a ganhar tudo, quando um só começa a ganhar tudo, fica chato, fica previsível, perde a graça, perde a graça mesmo. Quer coisa melhor do que foi o Campeonato Brasileiro do ano passado?

F: Não, com certeza...

E: Você vai tendo o quê? Cinco times, seis times... Um é líder, o outro cai, aí vai melhora, piora... Para a mídia isso é excelente. Você desenvolve muito menos o lado de rivalidade, porque você tem emoção a toda hora. Então, você tem que promover cada vez mais isso. Agora, é um trabalho difícil para a própria mídia fazer isso, desenvolver isso e tudo mais. Agora, precisa passar talvez por uma reeducação ou uma reforma da maneira como se faz o jornalismo no esporte. Só que você não pode perder a essência do que seria, teoricamente, fazer o correto. Só que, hoje, em nome da emoção, ou pior, da não emoção, você só enfatiza toda rivalidade, tudo que vai acabar descambando numa violência.

F: Erich, não vou tomar mais muito o teu tempo, mas eu vou fazer mais duas perguntas: eu te perguntei sobre as causas, te perguntei sobre os culpados, te perguntei sobre as soluções... Agora te pergunto: quem são as principais vítimas dessa violência? Da violência envolvendo torcedores? Quem você listaria como aqueles que são as principais vítimas?

E: Eu acho que a vítima acaba sendo o próprio futebol. O próprio futebol. Pelo seguinte: é claro que você vai ter pessoa que não tinha nada a ver com essa história sendo vitimada fisicamente por isso, ou moralmente, enfim... Mas tem a questão da agressão direta, mas eu acho que se você analisar no contexto geral de tudo, quem perde é o próprio futebol, porque diminui a boa imagem que ele tem... Tudo aquilo que eu até citei rapidamente, mas é... a cadeia do futebol como um todo é prejudicada por uma imagem que às vezes não corresponde à total realidade, que não corresponde ao sentimento geral, e que denigre o produto do futebol. Então, a partir do momento que o torcedor fica violento e vai cobrar violentamente do jogador que é o melhor do time, esse jogador fala assim: “peraí, eu não estou aqui para isso. Eu vou para algum lugar em que eu seja bem tratado”. E aí aquele time perde esse jogador. Então, qual é a vítima? Naquela hora é aquele time ou aquela torcida que ficou sem aquele jogador, e o próprio jogador. Agora, ao fazer isso, quem está perdendo na verdade é o futebol como um todo. Seja por que o cara chega e fala “parei, estou indo para o exterior jogar porque lá eu sou bem tratado. E aí? Você vai fazer o quê? Peraí, o torcedor está prejudicando o próprio time, está prejudicando o próprio... teoricamente, aquele combustível dele, aquela paixão... A mídia fica sem um bom atleta para falar sobre ele, aí o torcedor não vai acompanhar o time porque o time cai de qualidade, no fim quem está perdendo é o futebol. Então, se a gente for olhar onde estoura tudo, onde vitima tudo isso, vai ser dentro do futebol.

F: Eu te pergunto o seguinte: na tua resposta desta última pergunta que eu fiz, eu pude identificar algumas consequências desta violência. Mas eu te peço para explicitar, para me listar o que, da sua perspectiva, são as principais consequências dessa violência. O que para

você traz, acarreta, quais são as consequências desse tipo de violência? Aquelas que você considera as principais...

E: Acho que primeiro de tudo: falta de credibilidade do futebol como um espetáculo gostoso de se ver, de levar a família, de levar amigo, de algo que seja para curtir e vira muito mais uma questão de vida ou morte, então, acho que essa é uma consequência brutal e isso gera um monte de preconceito em quem não participa dessa história. A consequência triste e direta de morte de gente, de banalização às vezes até da violência. Vira algo normal! “Ah, outro dia eu peguei e bati num cara...” Pô, peraí, por que que a gente chegou nesse ponto? Né? A questão... Outra consequência de olhar como é ridícula a questão de segurança pública, porque, teoricamente, você tem que ter alguém para botar ordem nisso. Então, acho que as consequências que a gente vai tendo são muito essas.... Vai gerando, cada vez mais, uma incerteza, uma insatisfação, uma tristeza em relação a algo que pode ser alvo de muita alegria, que é o futebol. Então, se a gente vai resumir numa consequência, acho que é isso, a gente tira a alegria que pode ter o futebol. Mas, enfim, aí você vai para várias consequências diretas, indiretas, pequenas e maiores, a questão do Coritiba ali, do jogo do Coritiba, no fim do ano passado, uma mulher teve a mão amputada. Pô, o que é isso? Que consequência é essa? Que absurdo é esse? Por uma simples revolta popular... que poderia ser por derrota de time que poderia ser por eleição de presidente da república ou por, sei lá, aumento... como a gente já teve o ano passado... ou até por aumento de taxa de imposto, como a gente já teve o ano passado, revoltas que às vezes acontecem em um país porque o governo decidiu aumentar o imposto. E essa carga, vamos dizer assim, que a gente só vê hoje acontecendo no país e tendo como consequência, é dentro do futebol. A gente não explicita isso na política, na economia, a gente não vai sair em grupo reclamando de como a coisa... É curioso isso, porque o futebol traz isso. Então, assim, e qual é a consequência disso? É uma... vamos dizer... uma detonada na imagem do futebol; é uma quebra na boa imagem que o futebol pode ter. Então, a gente acaba tendo muito disso. A principal consequência, podemos chegar nisso.

F: Eu te agradeço imensamente por ter dado esse tempo para mim e poder ter realizado essa entrevista contigo.

Entrevista com: Heloisa Reis

Data: 15/04/2010

Local: na Faculdade de Educação Física na Universidade Estadual de Campinas

Felipe: Professora, então eu vou começar a entrevista com a senhora... Primeira pergunta que eu te faço é o que vem a sua cabeça quando a senhora pensa na questão da violência envolvendo torcedores de futebol?

Heloísa: Em relação à cena?

F: Em relação... O que vier à sua cabeça... A primeira coisa que tem vem à cabeça...

H: Bom, torcedores brigando... de times contrários, ou torcedores se insultando, se xingando, torcedores xingando o árbitro, xingando os jogadores. Em termos de imagem é isso. Em termos de pensar o problema, eu fico pensando “até que ponto realmente existe uma violência tão grande nos dias de jogos de futebol como é falado?” Eu sou adepta dessa mágica, aí, do Dunning e dos companheiros lá de Leicester, de que existe uma amplificação de toda cena de violência, de toda ocorrência de violência. A impressão que eu tenho é que jornalistas saem, alguns, de algumas emissoras principalmente, de alguns jornais principalmente, saem em busca de qualquer fato que se torne notícia, e o fato que se torna notícia em dia de jogo, além do espetáculo em si, é, principalmente, torcedores.

F: A senhora falou agora em amplificação do fenômeno, eu te pergunto: “a senhora já vivenciou ou presenciou alguma situação de violência envolvendo torcedores?”

H: Eu acho que sempre, por que como eu tenho uma visão ampla do que seja violência, a violência que a literatura chama de simbólica, que é aquela do xingamento, ela está presente sempre no futebol. E a minha aproximação inclusive com... O meu gosto por pesquisar este tema, ele vem por eu ter sofrido muita violência enquanto jogadora. Eu fui jogadora de futebol e sofri muita violência simbólica, né? Onde os homens não admitiam... Não sei o que faziam esses homens no estádio, para irem nos insultar, tentando nos ofender com palavras que... que éramos homossexuais, sapatão... Então foi isso que me levou ao estudo desse problema e eu penso que um dos maiores equívocos em termos de políticas públicas é a falta de conhecimento do agente de segurança quanto ao que vem a ser violência, por que, se houver uma boa compreensão do que é o espetáculo esportivo, do que é uma atividade de lazer, do que é o evento do futebol que congrega em cenas de violência principalmente de homens jovens, se houvesse melhor essa compreensão do problema, talvez tivessem medidas de minimização do problema tratando principalmente da violência simbólica, por que ela não pode acabar no futebol, obviamente ela faz parte do jogo, é necessária para o espetáculo, mas existem limites para essa violência verbal, simbólica, que não têm a menor atenção das autoridades por que eles não reconhecem como um problema.

F: É interessante a senhora estar falando isso, por que a pergunta que eu ia fazer em seguida era, justamente, se a senhora considera essa violência um problema. Por exemplo, a senhora acabou de me falar que a violência simbólica ela tem de alguma forma, se é que eu entendi bem, alguma função. Então, eu te pergunto: “a senhora considera, e se considera, em que medida considera, a violência envolvendo torcedores um problema?”

H: Então, depende do tipo de violência. A violência simbólica não tem o desdobramento que tem a violência de fato, de agressão física, mas ela pode ser tão grave ou mais grave do que a própria agressão física. Então, o que a gente percebe analisando, com um estudo que já é de longo prazo, desde 95, já são 15 anos... O que a gente observa é que se você analisar o conflito desde o início, todos eles praticamente começaram com um agravamento de uma violência simbólica. Como por omissão e por desconhecimento, ou melhor, incompetência, os agentes de segurança não intervêm no momento em que tem que ser feita a intervenção, no caso da violência simbólica, isso acaba tendo um desdobramento que pode chegar – e tem chegado, infelizmente – a perdas de vidas. Então, depende do tipo de ação para ser um problema ou para não ser um problema. A respeito da afirmação correta que você faz, como a minha base teórica é a teoria do processo civilizador, essa teoria explica que o jogo simbólico e o jogo de emoções que o esporte propicia, que é um jogo mimético, ele é necessário nas sociedades mais desenvolvidas – entende-se por mais desenvolvidas, urbano-industriais, por conta da seriedade que o século XIX, XX, ou melhor, que o século XX imprimiu na vida profissional principalmente das populações dos grandes centros urbanos. Então, isso também é uma das explicações para a existência da violência no futebol.

F: Deixe eu ver se eu entendi: da sua perspectiva, a violência concreta, vamos dizer assim, ela necessariamente é um problema.

H: Você está chamando de violência concreta o contato físico?

F: Desculpe, eu me expressei mal, a violência física.

H: O contato físico?

F: Isso!

H: Ele é um problema?

F: Por que ele é um problema?

H: Porque ele traz danos de dimensões incontroláveis e imensuráveis desde o seu início. Por quê? Porque se dois indivíduos se confrontam na rua, raramente outras pessoas entram nessa briga, ao menos que seja essa modalidade mais recente de violência em que dois grupos de jovens resolvem brigar entre eles. No dia de jogo, você tem uma série de contaminações, você tem uma série de fatores que pode motivar as pessoas a também se envolverem na briga. E essa briga vai deixar rapidamente essa dimensão só de dois envolvidos. E nesse caso, por conta de ser um... uma massa, você perde completamente a... Quer dizer, o desdobramento do início de duas agressões físicas é ilimitado, podendo chegar até a morte, uma morte ou várias mortes, ou muitos feridos. Então, por isso, ela é um problema.

F: E eu te pergunto, e em relação à violência simbólica, que a senhora estava falando agora, ela... Pelo o que eu entendi, haveria uma violência simbólica negativa, que a senhora considera um problema, e haveria uma violência simbólica que teria alguma funcionalidade. Não sei se foi isso que a senhora quis dizer, mas foi isso que eu entendi. Eu te pergunto: “quando a violência simbólica é um problema e quando ela não é um problema?”

H: Ela é um problema quando ela permanece por um período de tempo em que percebe-se observando que as animosidades vão perdendo o controle, vão se ampliando, e mais pessoas começam a se envolver. Não sei se vale a pena eu mencionar exemplos, para ficar mais claro isso. Quer dizer, a violência simbólica, ela está presente no espetáculo esportivo, que é um tipo de atividade mimética, e ela é necessária de ocorrer por conta da explicação anterior que eu dei teórico. Só que, você pode começar um xingamento para uma outra torcida e rapidamente se distrair, cantar uma outra canção e observar o jogo. E você pode fazer com que essa disputa verbal e de xingamento ela vá num crescente onde as pessoas começam a se aproximar, as pessoas começam a tentar escalar grades do estádio, começam jogar objetos. E aí, então, nessas situações, você já está extrapolando um limiar de segurança. Então, teria que haver contenções anteriormente a atirar objetos... percebendo que o indivíduo está perdendo o seu controle, e isso é perceptível do ponto de vista de um especialista, algumas medidas têm que ser tomadas, algumas medidas preventivas têm que ser tomadas. E as medidas punitivas também têm que ser tomadas, por que hoje essas imagens são filmadas dentro dos estádios, né? Mas em outra situação... te dou um exemplo muito claro para mim que pode ser transformado em grande projeto, tem inúmeros, praticamente todos, como eu falei, episódios de violência com contato físico foram precedidos por violência simbólica, que são necessários, mas tem que ser controlados. Teve um episódio no estádio do Guarani, não vou me recordar o ano, mas é fácil de... tem isso na imprensa, que caiu uma parte do alambrado, caiu uma parte da contenção da arquibancada e mais de 300 pessoas caíram de uma altura de 2 metros e pouco e, felizmente, ninguém morreu, e ficaram vários feridos. Bom, você olhando as cenas que as TVs fizeram e o discurso que eles produziram a respeito disso, você fala “poxa, “é um ato de vandalismo, muitos torcedores se debruçaram ali no ferro, que estava em condições não adequadas para suportar aquele peso, e caíram”. Mas quando você vai analisar o que antecedeu isso foi que a direção do Guarani Futebol Clube, que estava... que era responsável pela organização do jogo, junto com a... não me lembro se era a Federação ou a CBF, não me lembro qual era o campeonato, colocou as caixas de som, duas caixas de som muito potentes, voltadas para a torcida da Ponte Preta, cantando o hino do Guarani sem parar um minuto. Quer dizer, é uma violência simbólica tremenda, por que não tem, talvez tenha... É das maneiras mais agressivas de você provocar o torcedor visitante. Então, na ocasião falava e agora também se diz que quando você vai buscar os responsáveis, será que era a torcida? O torcedor que tentou invadir o gramado do Brinco de Ouro ou foi o dirigente que do seu isolamento tomou aquela atitude pensada, precipitada, porque antes do jogo já estavam as caixas de som ali. Então, esses são exemplos de violência simbólica, quer dizer, se você não tivesse esse tipo de ação premeditada, você provavelmente não teria... E outros, né? Esse é um exemplo com música, você tem outros exemplos que são muito comuns... com o cordão de

isolamento de policiais, os torcedores começam a provocar a outra equipe que [²⁷⁸] fazem isso, e o policial fica ali como uma estátua, ninguém toma atitude nenhuma e as coisas vão se acirrando, o cara tira o tênis e joga, tira o radinho que estava ouvindo e joga... E isso aí vai ter desdobramento depois do jogo. Mas eu queria só complementar uma pergunta, se for possível.

F: Claro!

H: A cena mais brutal que eu vi pessoalmente de violência, se por um lado eu vivi o campo, e isso me chamou a atenção... eu vi já inúmeras cenas de violência, acho que é impossível você ir a um espetáculo esportivo como o futebol e não ver violência de alguma ordem, né? Desde os organizadores que te recebem em condições precárias e com preços altíssimos de ingresso e tal. Então você é desrespeitado o tempo todo, você saiu da sua casa para ir ao espetáculo até a hora que você retorna a sua casa e tal. Mas foi a morte de um torcedor corintiano nas arquibancadas do Brinco de Ouro. Eu estava de frente, nas cadeiras cativas, e eu vi o espancamento daquele rapaz, que depois na mídia saiu que ele morreu no hospital, mas para mim, ali de frente, vendo, ele saiu praticamente morto. E ele não foi [?], ele foi espancado. E um erro... daí você vai buscar o que precedeu isso, quer dizer, foi a autorização de uma autoridade do Guarani que abriu o portão para os torcedores corintianos entrarem no tobogã. Quer dizer que é território da torcida do Guarani. Uma violência simbólica, também, alguém abre a porta da sua casa, que é a casa do torcedor, e fala “entra”. Então, a questão é bem mais complexa, e o problema é que os discursos midiáticos e de autoridades e de dirigentes, eles sempre são discursos parciais e de criminalização, de criminalização de quem ainda nesse contexto é menos poderoso, que é o torcedor ou que é o torcedor organizado. E isso é complicado. Você pode interromper um pouquinho para eu pegar água?

F: Pode, claro!

F: Professora, a senhora fez uma afirmação, no seu discurso, que eu achei interessante e ensinou... Enfim, fiquei pensando sobre ela. A senhora disse que a violência simbólica, ela é necessária. Eu te pergunto, por que ela é necessária? Em que medida e por que ela é necessária?

H: Então, segundo os teóricos que afirmam isso e eu, na verdade, reproduzo e acho que faz bastante sentido, é que os modos de relacionamentos sociais mudaram obviamente muito nos últimos 150 anos, ou 130 anos que a gente tem evidências da existência do futebol como esporte, ou do esporte enquanto instituição. E aí, eles vão afirmar o seguinte: que antes, o cotidiano das pessoas era permeado tanto por diversões como por algum tipo de trabalho. E com o sistema de produção industrial, você passa a ter espaços reservados para o lazer, para a diversão, e para o trabalho. E esse trabalho, ele é um trabalho fragmentado, é um trabalho otimizado e, portanto, não há espaço para a descontração e para a vivência de emoções que não sejam... que possam trazer expressões de alegria e de tristeza. E aí então – foi necessária até essa explicação do porque do surgimento do esporte enquanto uma instituição, por que antes da criação da *Football Association*, não se chamava “esporte futebol”, se chamava “jogo de bola”. A gente ouve na educação “jogo de bola” como uma espécie... O que vai justificar a

²⁷⁸ Trecho incompreensível.

institucionalização de um jogo é justamente a necessidade de vivências, de práticas não sérias e que não tragam riscos. E que seriam esses riscos? Seriam se você cometer atos, como os que você comete dentro do estádio ou nas circunstâncias do esporte, no seu ambiente de trabalho, você vai ser tachado como doido, como uma pessoa que não tem compostura, que não sabe se comportar no seu ambiente de trabalho, por que daí isso vai ser maléfico e pode trazer prejuízos, perda de emprego. Enquanto que no futebol, essas coisas são permitidas. Até as pessoas mais pacíficas acabam cometendo exageros e isso é tido como normal da cultura do torcer.

F: Professora, ao longo do seu discurso, a senhora já listou algumas das causas dessa violência, mas de qualquer forma, eu reforço a pergunta: para a senhora, quais são as principais causas da violência no futebol?

H: Eu acho que, atualmente, é a impunidade, a falta de conhecimento das autoridades e dos agentes de segurança sobre o problema, e incluo, também, os jornalistas, que são os grandes responsáveis por formação de opinião, e inclusive os grandes responsáveis por incentivar jovens violentos a participar de torcidas organizadas, por que, na medida em que eles dizem que torcidas organizadas... generalizam que elas sejam espaços só de criminosos, elas estão chamando criminosos para essa organização, o que eu acho muito complicado. A questão ainda, que é de difícil solução, principalmente nos países periféricos, de uma grande desigualdade social. Dizia-se que a pobreza era um problema nos anos 70 e 80, mas a partir dos 90 o problema não é a pobreza e sim a desigualdade, por que a globalização e os apelos midiáticos para o consumo despertam nos jovens a necessidade de adquirir produtos completamente supérfluos, mas eles vão em busca disso, e isso incentiva a violência, por que para ter acesso a isso é necessário atividades, as vezes, criminosas. A questão da falta de estrutura dos estádios brasileiros, a falta de planejamento do transporte coletivo nos dias de jogos, a falta de leis, também, que punam os infratores, como tem que ser... de uma maneira diferenciada do fato comum. E o horário de jogos também é um grande problema, e isso também é uma violência, do meu modo de ver. Começa-se a discutir no Brasil, eu estou contente com isso, um horário limite para o início e término do jogo, eu acho prudente entre 8 e 9 horas, o que é muito melhor do que a sugestão anterior de São Paulo, mas eu penso que os jogos deveriam começar às 8 horas da noite, ao menos que o Brasil se transforme um dia numa Espanha, que eu tenho alguma esperança, no sentido da vida, pública, do trajeto, de você poder viver a cidade, e você passe a ter segurança para estar na ruas até 1 hora da manhã, aí tudo bem, né?

F: Só podia ter um consulado melhorzinho, né professora?

(risos)

H: São outras formas de violência, como que os países mais desenvolvidos veem os países menos desenvolvidos.

F: A senhora listou as principais causas, agora, eu te pergunto, é claro que estão muito vinculadas essas perguntas: quem são os principais culpados? São os jornalistas? São os dirigentes esportivos? São esses que a senhora listou? São as autoridades públicas?

H: São esses que eu listei, complementando com os próprios torcedores.

F: Os próprios torcedores...

H: A gente tem que ter uma radicalidade na crítica, dos nossos políticos, dirigentes e essas instituições que representam o Estado, mas o torcedor também é responsável. Mas não é o único responsável como é dito pelo discurso midiático. Mas, por um outro lado, numa perspectiva mais radical, eles são responsáveis por que são indivíduos que têm que ser responsabilizados civilmente, mas eles também são vítimas de uma escola de pouca qualidade, de um capitalismo selvagem, de uma falta de politização que existiu... talvez isso tenha uma grande relação com o aumento da violência, por que você tinha, até a nossa abertura democrática, você tinha instâncias onde os jovens se associavam e se educavam politicamente. As torcidas organizadas, as primeiras, elas nascem com essa proposta. Mas esse princípio tem sido perdido, então, uma questão que eu vou falar agora – vai ter um segundo seminário das torcidas organizadas no Rio de Janeiro – é uma coisa que eu pretendo chamar a atenção deles, né? Se, por um lado, a mídia os criminalizou, junto com as autoridades, se, de fato, membros de suas torcidas contribuem para isso, por um outro lado, eles estão bastante disponíveis para trabalhos de assistência social e também não são percebidos por isso. Mas, onde estão as ações educativas e de formação política, que eu entendo que toda instituição que trabalhe com jovem tem que propor? Né? Do compromisso social...

F: O que a senhora acha que deve ser feito com esses culpados? Com esses que a senhora apontou como os principais responsáveis pela violência?

H: Bem, eu acredito na educação de jovens. Então, eu penso que os maus políticos têm que ser abolidos, a gente tem que aprender a não reelegê-los. Eu penso que com os maus dirigentes, eles também têm que uma hora deixarem seus cargos e, para isso, os conselhos deliberativos dos clubes e os próprios presidentes deveriam ser punidos pela sua incompetência e pela sua ignorância sobre o problema. Acho que os maus policiais tem que ser punidos e que nós temos que ter pressão de uma polícia especializada. Eu não acredito, e tomara eu esteja errada, por que está mais difícil ter uma nova polícia do que a Polícia Militar se reestruturar e se qualificar mais. Mas, eu acho que a solução para os agentes públicos de segurança é a formação de uma nova polícia aos moldes da polícia nacional, onde só são contratadas pessoas universitárias, com uma formação mais forte de... Eu penso que o Estado tem um papel importantíssimo e está deixando de fazer sua parte quando ele tem reunido em associações de jovens torcedores – que a maioria é jovem – ele está perdendo uma grande oportunidade de contribuir para a formação e para a melhoria da vida de jovens homens, que são a principal categoria que traz problemas [?] para a violência em dias de jogos. Então, eu tenho sugerido, já há algum tempo, e falado em várias ocasiões, que é necessária uma política de Estado em parceria com as torcidas organizadas. Espero ainda ver isso. E eu acho que tem que ter a construção e a consolidação de uma política nacional de prevenção da violência, onde todos os aspectos vão estar sendo perseguidos e vão estar sendo fiscalizados, por que seria uma comissão administrativa, aos moldes do que tem na Espanha, que estaria, então, cobrando cumprimentos tanto dos torcedores como dos dirigentes, como das autoridades.

Essa comissão, felizmente, foi criada. Chama-se “Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Estádios”. Ela foi criada em 2004, por um decreto presidencial, por sugestão minha, no ano 2003, no Ministério do Esporte. E, lamentavelmente, os políticos de plantão entendem que não é o melhor caminho para a elaboração dessa política. Eu lamento, acho que se passaram mais quatro anos e outra gestão, pretendo dizer isso para o Ministro, daqui uns quinze dias, que ele perdeu a grande chance de sair do Ministério com uma política consolidada, como poderia ter feito há quatro anos. Mas fez outras coisas importantes, também. Mas eu penso que, num âmbito macro, a melhoria da condição econômica do país, a diminuição da desigualdade social e a melhoria significativa da qualidade da escola pública contribuiriam muito, por que a violência não é do futebol, ela não é do esporte, ela é uma violência social, que seria minimizada com essas questões. Mas infelizmente o que você vê no discurso, principalmente hoje, do Ministério Público – que acho que melhorou muito o trabalho com as torcidas – mas é um discurso apenas punitivo. E está em trâmite no Senado, o PL 082 que prevê a criminalização de atos de violência por indivíduos e pelas torcidas – o que é necessário, é tardio já esse projeto de lei, e a morosidade... Ele está há um ano no Senado, o que demonstra um pouco a falta de seriedade de nossos políticos, porque a França, a Itália, tiveram problemas de violência e em três meses baixaram leis, e não de maneira autoritária, aprovadas pelo Congresso e tal... Então, acho que a caminhada ainda é longa, por que o problema da violência, para mim, ainda é um problema estrutural. Ele não está localizado no Brasil, cada país tem as suas explicações, mas sem resolver os problemas estruturais você não consegue acabar com a violência em nenhum âmbito, principalmente no lazer, na atividade futebolística. Por isso que eu não digo que a gente tem como terminar com a violência, a gente tem como minimizar – e não por entender que a violência seja inata ao ser humano, por que não essa a minha linha teórica, mas por entender que, cada vez mais, você tem um incentivo ao individualismo, ao consumo, o que gera violência, não tem como...

F: Professora, a senhora estava falando agora sobre o que deve ser feito com aqueles que a senhora considera os principais responsáveis, os principais culpados pela violência, mas faltou um, eu fiquei curioso, e os jornalistas?

H: Ah, eu não falei dos jornalistas?

F: Não!

H: É sempre o que eu mais falo.

(risos)

H: Bem lembrado. Bom, eu acho que os jornalistas, eles mostram um problema de formação, quando eles trabalham com o jornalismo esportivo, por que é incrível que 98% das escolas não tenham curso de jornalismo esportivo. Não sei se é de seu conhecimento, o jornalista esportivo, quando ele inicia num veículo... O jornalista recém formado, quando ele inicia... Quer dizer, os primeiros empregos, os mais mal remunerados são os dos jornalistas esportivos. E ele tem que cobrir inúmeras questões. E, de repente, pode cair na cabeça, num final de semana, uma questão de violência, e tem que tratar aquilo rapidamente. Então, eu acho que são poucos os profissionais comprometidos, e que tem condições de trabalho para se

qualificarem. Mas, também, mesmo sem ter as condições de trabalho, eu penso que você não pode deixar de se qualificar para aquilo que você está se propondo. Então, o que eu tenho tido de experiências, que são em números importantes, eu já tive mais de cento e cinquenta aparições nos três tipos de mídia – imprensa, radiofônica e televisiva – o que eu mais me deparei... O que eu menos me deparei foi com pessoas qualificadas e que tinham se preparado para pensar o tema e para discutir o tema. O que eu mais encontrei, infelizmente, foram pessoas bastante preconceituosas, com jargões, com conceitos pré-concebidos, e tentando que a universidade reafirmasse essas questões. E aí eu penso que o espaço que o futebol tem – não só no Brasil, como nos países que mais jogam futebol – midiático, é um espaço imenso. Tem pesquisa na Espanha que mostram que 75% do espaço da TV esportiva é do futebol. E eu penso que o jornalista tem um papel importantíssimo na sociedade tanto para fazer com que a sociedade, e que os políticos, e que o Estado deem respostas aos fatos, e acho que a gente tem vivenciado isso, o Governo do Rio de Janeiro se mobiliza de tanto a imprensa querer soluções. Mas é necessária uma qualificação para... São poucos os que se dispõem a isso. Na maioria das vezes – e eu estou curiosa com o resultado da sua pesquisa – por que, sem ter feito uma pesquisa, eu penso que, quando você pega determinados dirigentes, autoridades e jornalistas, determinados, bem localizados, você tem o mesmo discurso. E aí a gente fica pensando, é um discurso ideológico? É um discurso de classe? Ou é os dois? Ou é um discurso formado a partir dos jornalistas? Eu acho que é tudo isso, né? E eu acho isso meio complicado, por que, se você tem o profissional... Quer dizer, esse grupo, com os torcedores organizados, que também hoje têm um bom nível de escolaridade, se esse grupo, que seria a elite, por que, de certo modo, faz parte de uma elite escolarizada, que passou pela universidade, não está predisposto a conhecer o problema, a fazer parceria com a universidade... Quer dizer, o que é que... Que intencionalidade você tem... ao veicular a matéria? Eu participei de inúmeras mesas, qualificadas, por que afinal de contas era a principal TV brasileira, e com os principais jornalistas, que ficavam ali analisando, falando... Quer dizer, onde nós queremos chegar? Nós queremos um debate qualificado? A gente quer um show? A gente quer dar satisfação por que estão fazendo isso, só por que... Enquanto, eu tenho gravado um debate da TV espanhola, por exemplo – que também tem suas limitações – mas onde o tema é discutido, as pessoas falaram e foram ouvidas e a política nacional espanhola mostra o quanto a universidade é valorizada, por que incorpora [?]. E, no Brasil, a gente não tem visto isso. Ainda bem que, nesses quinze anos, eu vi só bons profissionais universitários se somarem à investigação, em diferentes vertentes, mas o que eu tenho analisado, nesse último ano, ainda não escrevi, mas em breve eu vou estar publicando, é que, se eu fiz com que o Governo Federal ao menos percebesse, muito pelo o espaço que a mídia nos deu de divulgação da pesquisa, que a universidade está pensando o problema, por outro lado, a política pública, a não efetivação da política pública demonstra que existe uma tentativa de aparelhamento para que a universidade se sinta colaborando, mas de fato, as soluções não são levadas a diante. O que eu acho um tremendo desperdício de dinheiro e perda de tempo. Por que, afinal de contas, a universidade pública faz parte do Estado e a maioria dos pesquisadores são da universidade pública.

F: Claro. Professora, eu perguntei... A gente estava conversando agora um pouco sobre os culpados, sobre o que deve ser feito com eles, eu te pergunto, agora, da sua perspectiva, quais são as principais consequências da violência envolvendo torcedores?

H: Eu acho que é a ausência de grande parte da população que poderia estar participando de um evento de lazer, que gostaria e não está. Eu sou contra esse discurso de que [?] família, não. Torcedor organizado também tem família, 95% vive com pai, mãe, tio, avô ou filhos. Então, é um discurso vazio. Mas grande parte da população que poderia participar do espetáculo acaba se ausentando dele. O espetáculo televisivo não é o mesmo espetáculo que ocorre no estádio ou no ginásio. Então é uma sociedade, ainda, brasileira que é... que existe tão poucas ofertas de lazer de diversas ordens, né?, acaba não possibilitando grande parte da população a usufruir dessa prática que é tão saudável e tão necessária para a vida humana. Para o ambiente do futebol, perde-se no espetáculo, por que os estádios estão sempre subocupados, e se perde muito dinheiro. Eu recentemente estava retomando com um aluno um quadro sobre as entradas de dinheiro, fazendo uma comparação entre o melhor clube europeu com o São Paulo Futebol Clube, por que era no ranking o clube que estava em segundo, em entradas de ingressos. E é impressionante, é dez vezes... Não, cem vezes maior em valores, [?] milhões, a entrada, o que representa a arrecadação financeira em entradas na Europa em relação a um clube brasileiro. E o pior disso é que a diferença dos ingressos financeiros da transmissão televisiva é bastante próxima do que é o ingresso financeiro pelos ingressos em comparação ao Brasil. E isso não se dá por que os ingressos são caros, como a mídia diz que são, por que é outro engodo, né? Para anular o discurso da necessidade de reforma dos estádios, fala “ah, então nós vamos elitizar como é na Europa”. Na Europa não é elitizado, qualquer trabalhador ou desempregado tem acesso ao estádio, por que custa 700 euros o carnê para a temporada na Espanha, em alguns clubes, e o seguro desemprego é de 550 euros. Desculpe, o salário mínimo é de 550 euros e na Espanha, se não me engano são 400 euros o salário desemprego. Então, o maior prejuízo é no aspecto econômico e no aspecto da vida social.

F: Professora, ao longo do seu discurso, também, eu já identifico... já dá para identificar um pouco o que a senhora pensa, mas de qualquer forma, quem são as principais vítimas dessa violência, da sua perspectiva?

H: Eu penso que a sociedade toda. Por que assim, você tem um agravamento em quem vive perto do estádio e nos trajetos dos torcedores. Mas a sociedade toda, por que, se por um lado, você pode não estar diretamente envolvido com aquele problema, você pode ser uma vítima, se você por acaso estiver desavisado e estiver com uma camisa de uma determinada cor, que não agrada um determinado grupo de pessoas, você pode sofrer tipos de violência se você for confundido com algum outro rival. E você também acaba desmistificando uma possibilidade de vivência prazerosa na assistência ao esporte, que é o que sustentou e alimentou o esporte para chegar aonde ele chega. A grande pergunta internacional que a gente pensa – alguns pensam – se o desenvolvimento e o gosto pelo futebol chegou ao seu limite, se ele tem que ser reinventado e como ele tem que ser reinventado. Já se fala na Europa na criação de algumas regras, como tem na liga norte-americana de futebol, de basquete, de beisebol, se não me engano, em que determinado número de jogadores, com determinado ranking de

aproveitamento naquela equipe e tal... Então, eu acho que não, que nós não chegamos num limite e a questão brasileira é uma questão mesmo de retardo enquanto... processo civilizador de percepção do que é necessário de oferecer para ter estádios cheios... Mas, por outro lado, a Espanha passou de ter vários adeptos do esporte por que passou a ter uma qualidade de oferecimento de atividades de lazer, em que pode chegar um momento em que pode chegar um momento, há uma tendência na perspectiva de um teórico que se chama Garcia Ferran, um sociólogo, que o futebol passe a não ser o esporte de maior interesse. Já não é. Eles incluem como maior interesse caminhada, atividades ao ar livre. O futebol hoje aparece nas pesquisas espanholas ali acho que entre quarto e sexto lugar, enquanto já teve no primeiro.

F: Professora, para finalizar, quando eu te perguntei acerca do que deveria ser feito com os responsáveis, com os principais responsáveis pela violência no futebol, a senhora já listou algumas soluções, eu te pergunto: a senhora acrescentaria mais alguma, a senhora destacaria alguma dessas soluções? Quais são as principais?

H: Eu acrescentaria uma que eu acabei não falando que é a necessidade de se construir um pacto com alguns agentes desse espetáculo, que é, principalmente, de meu modo de ver, os jornalistas. É impressionante, eu tenho cobrado isso nas minhas participações em atividades promovidas pelo Ministério do Esporte, nesses últimos quatro anos, três anos e meio, por que ainda não acabou a gestão, o atual ministro ele teve o interesse de fazer eventos chamando as torcidas organizadas. Isso é inédito, tem todo um reconhecimento muito grande, mas, incrivelmente, os jornalistas nunca foram chamados. Do meu modo de ver, como pode ser visto nos meus textos e entrevistas, eu acho que os jornalistas são os principais responsáveis pela violência. E quando você tem um diálogo com os jornalistas mais ortodoxos, mais conservadores, eles entendem como querem entender – acho que por questões ideológicas – que eu estou propondo uma volta à censura. E não é nada disso. Eu não acho que seja censura não divulgar sequestros que não são mais divulgados pela mídia, os suicídios que ocorrem no metrô de São Paulo, com alguma frequência, não são noticiados, a depredação do Metrô de São Paulo. E isso acho que não é censura. Isso é um pacto para que a gente consiga minimamente diminuir um problema social grande.

F: Para eu entender melhor, no que consistiria este pacto?

H: Consistiria em um Termo de Reajuste de Conduta, que é um documento que o Ministério Público faz normalmente entre partes envolvidas, em que os jornalistas, a partir de um debate exaustivo, pudessem contribuir com o seu trabalho a partir de alguns termos de conduta. Por exemplo: não generalizar torcedores organizados como marginais, vândalos, criminosos; não usar palavras que incitem a violência; não usar imagens repetidas por mais de cinco segundos de cenas de violência em jogos de futebol; não dar destaque aos criminosos que cometem delitos em dias de futebol, por que todas as pesquisas internacionais mostram que o principal motivo, ou o que mais motiva o *hooligan* – que não é o torcedor organizado, que é um tipo especial, um tipo específico – o que mais motiva ele continuar sendo *hooligan* é a possibilidade de destaque na mídia. Ele persegue isso a vida toda, é um troféu as aparições e tal. Então, uma política europeia, Tratado Europeu e os países que implementaram políticas nacionais, como a Inglaterra e a Espanha, que são os países que eu mais conheço, eles

fizeram um pacto dessa natureza e é perceptível que diminui o incentivo de pessoas violentas se aproximarem ou quererem participar em dias de jogos. Então, é a isso que eu estou me referindo. Mas, eu também observo, falando na imprensa escrita, que houve uma melhora bastante significativa. Eu tenho uma coleção aqui de jornais, que vão desde o começo dos anos 90, e você via, pelo menos na imprensa campineira, que eu acompanhei mais, você via chamadas, de títulos da primeira página, assim, da parte inferior, chamando os torcedores para a batalha: “Hoje, a grande batalha”. Se referindo, por exemplo, ao derby campineiro que tem rivalidade muito grande. Então, você vê a substituição de uma série de palavras, quer dizer, não sei se intuitivamente, ou por conta de uma autorreflexão, ou por conta mesmo das críticas que são grandes que a gente faz na mídia, aos jornalistas, houve uma mudança sensível. Outra mudança perceptível foi o discurso da principal TV brasileira em relação a como tratar o problema, por que eu falei inúmeras vezes isso para eles e realmente percebi mudanças, inclusive com a menção de alguns jornalistas mais conservadores: “Ah! Vamos fazer como é na Espanha, a gente não vai mostrar invasão de campo”. Então, isso acho que é... Eu tenho visto mais resultados da mídia se comportar diferente em relação ao que a universidade tem criticado e sugerido do que do próprio poder público.

F: Eu falei que era finalmente, mas eu vou fazer mais uma. Pode?

H: Fique à vontade.

F: A senhora falou do pacto na Inglaterra e na Espanha, certo? Há um consenso da produção jornalística brasileira de que houve, sobretudo na Inglaterra, uma redução no número de casos de violência envolvendo torcedores. A senhora atribui isso a uma redução efetiva ou por que não há mais a publicização dessa violência?

H: Os dois. Houve uma diminuição sensível, não grande, mas houve uma diminuição sensível, por que aumentou a vigilância e aumentou imensamente o rigor com a lei. Mas, também, existe uma política de Estado, aprovada por pesquisadores, recentemente publicada, inclusive, que existe uma sonegação de dados dos episódios envolvendo *hooligans* na Inglaterra, por parte da... esqueci como chama a agência que cuida da prevenção lá, mas, propositalmente, eles não divulgam. Por dois motivos: para dizer que eles são eficazes, eficientes e pelo motivo... Eu vi uma palestra muito interessante do Patrick Murphy, que é um dos principais pesquisadores espanhóis que diminuiu suas pesquisas com o tema, ele esteve aqui em Campinas há uns cinco anos...

F: Ah, ele esteve aqui?

H: Esteve. A convite do Sedes, ele foi no evento em São Paulo, e deu uma palestra aqui e no Sedes. Eu o acompanhei nas duas e foi interessante por que, na palestra dele, ele falou... uma questão assim: “por que ainda existe violência no futebol?”. Aí ele respondeu “a quem interessa essa violência?”. Então, ele levantou a suspeita de que a essência da violência é necessária para justificar o trabalho da polícia inglesa. E pode ter lá suas razões. E eu penso que o desconhecimento... nesse último ano, um ano e meio, um jornalista, que eu não me lembro o nome, fez contato por e-mail comigo, depois não recuperei mais esse contato, que se mostrou um conhecedor do *hooliganismo*. Foi muito interessante, por que ele fez um e-mail

longo para mim e... eu ainda tenho que tentar resgatar esse contato, e se mostrou um grande conhecedor do *hooliganismo*. Mas o normal, que você vê no trabalho dos jornalistas é uma reprodução de um discurso falso, que não tem mais... Tem *hooliganismo* na Inglaterra, tem *hooliganismo* em outros países. Não sei se você viu o documentário, que aliás é fantástico, da BBC, da última Copa do Mundo...

F: Da Copa da Alemanha?

H: É

F: Vi. Assisti. Dos ingleses, deles se provocando, sobretudo do conflito com a polícia alemã...

H: Isso. E isso não chegou no Brasil durante a Copa. Isso acontece tardiamente. Então, é um discurso falso assim como é falso o discurso de que o ingresso é caro na Europa. Realmente, se você chegar agora em Barcelona e quiser assistir um clássico, você vai pagar cem euros, no mínimo. Só que se você chegar lá e comprar o carnê para a próxima temporada, no setor mais barato, você vai achar o carnê... No Barcelona deve ser mais caro, em torno de mil euros, que para o padrão europeu, não é proibitivo. Pode ser um pouco caro, mas não é proibitivo. Qualquer trabalhador de cafeteria, que é um dos serviços menos remunerado lá, que é 550 euros, ele, com uma certa economia, ele consegue...

F: Se parcelar, né?

H: É, por que tem parcelamento também. Tem o parcelamento do carnê. Eu perguntei para o Dunning, numa ocasião aqui, por que, como que... Por que uma das questões da teoria do processo civilizador, ou melhor, do trabalho do Eric Dunning com violência, que para mim não é muito claro, que eu tenho dificuldade de reconhecer, é o fato de ele dizer que o *hooliganismo* está localizado nas classes sociais mais baixas inglesas que eles chamam de mais rudes. E outras pesquisas mais recentes, dos anos 80, já mostram que existem hoje [?] por classe social. Mas eu falei “bom, se há essa classe social e se os Estados funcionam por reformas e se houve essa tal elitização que dizem, por que é que desempregados e trabalhadores da construção civil e do transporte coletivo estão entrando nos estádios”. E ele disse: “é completamente simples: com um mês de salário-desemprego, que é 700 euros, eles compram o carnê e vão ao estádio. Preferem deixar de comprar alimentos e roupas por causa disso”. Então, não é proibitivo. Acho que é um discurso ideológico para que nada mude e cada vez mais as pessoas estejam em casa assistindo TV, certo? O Kleber Machado ficou muito bravo quando eu falei isso, ele falou que é um equívoco, por que é necessário para sociedade a torcida, para a imagem... Mas quando você tem até a transmissão por YouTube, qualquer coisa é possível.

F: [?]

H: Exatamente. Você vê as aberturas do Globo Esporte, em algumas ocasiões, quando estavam proibidas as bandeiras em São Paulo, é que agora a imagem está muito distorcida, mas você via as bandeiras e tal e eram proibidas essas bandeiras. [?]

F: Professora, eu agradeço imensamente a entrevista e esperamos que não dê nenhum pau no gravador aqui!

Entrevista com: Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro

Data: 06/08/2011

Local: Sala do apartamento do entrevistado

Felipe: Bom, posso começar? Então começo te perguntando a primeira coisa que te vem à cabeça quando pensa na violência envolvendo torcedores de futebol?

Luis Álvaro: É, eu acho que o futebol tem, entre outras características, de despertar os instintos mais primitivos do ser humano. Facilmente compreensível, porque remonta aos tempos do homem da caverna, em que a disputa pela caça, pela prole, pela mulher, se fazia de forma violenta. Na medida em que a civilização foi evoluindo, as disputas e as competições continuaram, os torneios de lança na Idade Média envolviam essencialmente a matriz da violência. E cada vez que você adiciona isso o tempero do coletivo, do anonimato, da multidão, esses instintos por mais regramento que possa ter havido no aprimoramento da civilização, isso volta à tona de uma maneira quase que incontrolável. Então, eu acho que essa associação de paixão e de instinto primitivo com a sensação de ser o vencedor de uma disputa. A história do Tarzan quando vencida um leão, ele erguia os punhos ao alto, com a cabeça do leão mostrando o resultado da sua vitória. E aí é a vitória do coletivo, quer dizer um clube de futebol que consegue reunir personagens tão diferentes numa paixão inexplicável à luz da razão acaba gerando esse processo de fundamentalismo, que eu acho muito grave e muito sério e que ofende a ideia que eu tenho do esporte. Porque eu acho que esporte é convivência, esporte é relacionamento, esporte é amizade, e, quando descamba para a violência, você compromete esse espírito que eu acho que básico e que justifica uma pessoa razoavelmente informada como eu me interessar pelo esporte. Eu acho que terminada a partida, esgotado os noventa minutos, as pessoas readquirem as suas identidades, e convivem perfeitamente com os adversários, que são adversários, não são inimigos. Fundamentalismo, muito das torcidas violentas, de que ou é favor do meu time ou tem que morrer, é um negócio que pra mim eu tenho dificuldade de conviver. Mas como dirigente esportivo sou obrigado a conviver, e procurei dar a minha contribuição em relação a isso, hoje a torcida do Santos, que continua vibrante como sempre, ela não tem sido objeto de brigas nem no estádio nem fora dele. Se você acompanhar o comportamento das organizadas do Santos desde que a gente assumiu pra cá, inclusive e especialmente na Vila Belmiro, nunca mais houve um conflito, nunca mais houve um confronto, porque a gente no diálogo com eles insiste nessa tese da convivência, do relacionamento se não afetuosos, pelo menos respeitosos com a convicção do adversário. Acho que isso é ensinar um pouco os princípios da democracia, da convivência, da convivência entre os contrários.

F: Além do ensinamento desses princípios, eu te pergunto quais seriam outras possíveis soluções para o problema? Por exemplo, agora você acabou de me comentar, que a torcida do Santos, enfim, é tá se envolvendo menos em atos violentos e tudo mais. Como é que foi feito isso? Foi focando em ensinamentos? Quais são outras possíveis soluções da sua perspectiva?

LA: Foi feito através do diálogo. Nós abrimos um diálogo direto com as torcidas organizadas. Com a particularidade que as torcidas organizadas, na minha eleição, tinham uma tendência de apoiar o candidato da situação. Mas eu respeito o direito de cada um votar em quem quiser, chamei-os pra conversar sobre a convivência que o clube teria com eles ao longo da minha gestão. Eu parto do pressuposto de que a torcida é um elemento básico do espetáculo – tão importante quanto os jogadores, quanto o juiz, quanto o gramado, quanto o estádio, sem a torcida a partida fica gelada, e o conteúdo emocional que permanece que durante 90 minutos numa partida de futebol deixa de existir sem a manifestação e a participação da torcida. Então eu comecei a vê-los não como um obstáculo, que impede as famílias de irem ao estádio, como é o chavão da mídia esportiva que vitupera contra as torcidas organizadas. Mas eu entendia que eles eram protagonistas e, portanto, ajudá-los a participar do espetáculo era entendê-los como um dos insumos pra boa qualidade do jogo que a gente iria promover. Então ofereci a eles... Havia também uma certa promiscuidade ancestral no relacionamento dos dirigentes com as torcidas que envolvia dinheiro. Então o mecenato fazia parte da cultura do relacionamento das organizadas com os dirigentes. E nós que sempre deploramos... o clube tem que andar pelas suas próprias pernas, não faz sentido o clube ser objeto da colaboração monetária do dirigente, porque isso dá a ele a sensação de que ele é o dono do clube, e cria um vínculo que não é saudável para uma associação que não tem um dono, os donos são todos os sócios efetivamente. Então nós dissemos que não havia dinheiro na nossa conversa, mas havia alguns incentivos pra que eles comparecessem e ajudassem o time. Eu os via tão importantes quanto os personagens do espetáculo propriamente dito. Então passamos a distribuir, em função do tamanho das torcidas, uma cota de ingressos gratuitos, como um dos insumos do espetáculo. Se eu pago recepcionista, se eu pago bilheteiro, pago também ingressos para a torcida prestigiar o time e empurrar o time pra frente. Ofereci a eles a possibilidade da gente fornecer transporte, porque a grande maioria das torcidas organizadas é feita por gente de padrão social muito humilde, muito baixo, e é um ato de heroísmo se deslocarem pro Rio de Janeiro pra assistirem uma partida numa noite chuvosa, como nessa quarta-feira enfrentado uma Via Dutra por sete, oito horas, sacrificando o seu descanso, muitas vezes o seu próprio trabalho, e eles arcarem ainda com o custo do transporte. E é importante pro clube, pro time, ter uma parte das arquibancadas ocupada pelos seus defensores porque isso ajuda o jogador no campo do ponto de vista emocional. Então passamos a oferecer controladamente o transporte para que as torcidas se locomovam junto com o time e isso causa uma sensação incrível, quer dizer, as partidas do Santos aqui na América do Sul em que nós oferecemos ônibus, não foi passagem de avião, nem jatinho fretado, foi transporte rodoviário. Mas eles tiveram presente de forma marcante em Assunção, em Santiago, em Montevideu, e ajudaram o resultado do título que a gente conquistou. Então, com isso eu pude do outro lado, numa relação bilateral, dizer que a única condição que eu colocava é que eles respeitassem a torcida adversária – especialmente na nossa casa. Quando o adversário vai jogar, ele já joga sob a pressão de uma torcida numericamente muito maior, então eles são oprimidos no espetáculo. E havia que respeitá-los, eles têm o direito de torcer e tem o direito de voltar para casa com a sua integridade preservada. E eles compreenderam isso. Eu me lembro que há uns seis meses antes da gente assumir, houve uma partida emblemática de Santos e Corinthians na Vila Belmiro, em que por orientação da PM, os torcedores corintianos pararam os seus carros no estacionamento de um hipermercado, localizado a uns dois quilômetros lá do estádio, e os

torcedores do Santos das organizadas descobriram e no final da partida atocaiaram os torcedores corintianos no estacionamento do hipermercado, gerando uma violência sem sentido, houve um reboiço no meio da loja, clientes, mulheres, tiveram que se esconder até na câmara frigorífica, porque começou uma batalha campal, em que foram presos cem integrantes das organizadas. E eu disse que isso não podia se repetir, isso era lamentável, isso longe de ser um serviço ao Santos, era um desserviço ao Santos e ao esporte. Eles compreenderam e hoje a gente mantém um diálogo absolutamente solidário e o Santos tem um comportamento próximo do exemplar, segundo o reconhecimento da própria promotoria e da Polícia Militar.

F: Te perguntei... falou um pouco das causas, falou um pouco das soluções, te pergunto agora... é você falou da mídia, falou da questão da família, que a mídia... eu pergunto, da tua perspectiva, quem seriam, quais seriam é... os principais é, quais seriam os principais prejudicados por essa violência? Quais seriam as suas principais consequências?

LA: É eu acho que um afastamento natural do torcedor não organizado estádio – especialmente aquele que pretende levar o filho, portanto formar o futuro torcedor, porque é absolutamente razoável que um pai tenha preocupação com a integridade física do filho. As mulheres naturalmente receiam esse tipo de conflito e tendem a se afastar dos estádios, o que também é uma pena. Na medida em que as torcidas se localizam hoje em bolsões previamente estabelecidos pra ela, não há mais esse risco. E o compromisso de resumirem as suas manifestações de apoio a gritos de guerra e em incentivos, eventualmente até provocações verbais em relação à torcida adversária, isso é natural do embate que vai se desenvolver. A gente tem estimulado a ida de famílias ao estádio. No dia das mulheres, por exemplo, as mulheres não pagavam ingresso na Vila Belmiro. A gente tem estimulado que as crianças muitas vezes sem pagar ingresso frequentem o estádio, e essa convivência tem sido possível e tem aumentado a frequência de famílias novamente nos jogos do Santos.

F: Não vou tomar mais o teu tempo... te agradeço...

LA: É só isso!

F: Ué, o Ricardo falou que você tava super atrasado... Não, eu queria saber um pouco...

LA: Então vamos! Eu tô esperando o pessoal chegar, que essa Vila Missionária é longe pra burro, e tá marcado a uma lá. Então o Ricardo... Meu motorista vai passar aqui meio-dia e quinze.

F: Então, eu termino fazendo a última pergunta: na questão... Te perguntei sobre as soluções, te perguntei sobre as implicações, quem seriam os principais prejudicados, e te pergunto: na primeira pergunta, você já destacou algumas das causas, daquelas que tem vem à cabeça, teria mais alguma que você destacaria das causas da violência no futebol?

LA: Tem! Aí você tem um problema de natureza social muito claro. Você tem a torcida organizada formada por classes sociais da base da pirâmide, que, muitas vezes, reprimem isoladamente o seu sentido de revolta diante de um prato feito que lhe é profundamente injusto, mas que na hora que se reúnem com outros companheiros da mesma situação social,

liberam, naturalmente, essa revolta diante do cenário social injusto da qual eles são as principais vítimas. Isso se manifesta no comportamento agressivo das organizadas. É na verdade quando a gente vê a perspectiva de uma criança morando num morro do Rio de Janeiro ou numa favela na periferia de São Paulo, em termos de futuro, as chances de progresso e de acesso social são bastante remotas. E o caminho da violência é o caminho mais simples e o mais fácil, seja como auxiliar do tráfico, seja como participante de atos de violência de roubo de assalto, de assassinato e etc. – especialmente quando você é menor e, portanto, inimputável. Os adultos utilizam os menores pra ficarem à frente das ações criminosas, porque eles são inimputáveis. Quando você, nesse caldo cultural, reúne é um conjunto unificado pra um sentimento quase irracional de paixão, você tem os elementos principais para que, diante de determinada situação, ecloda o sentido da vingança, o sentido da revolta. Então, esse componente de natureza social precisaria ser pensado também como as origens dessa... que, na verdade, não são brasileiras, a gente tende uma visão mais local. Nós estávamos falando da Espanha, na Espanha você tem um problema de afirmação nacional embutido nisso. O catalão não é espanhol, não se julga espanhol. Uma partida entre Barcelona e Real Madrid é uma partida entre a Catalunha e a Espanha. Se você imaginar o País Basco, você tem isso elevado às consequências mais marcantes. Na Inglaterra, terra dos *hooligans*, você tem um outro componente alimentador desse processo que é o álcool, a bebida alcoólica. O povo inglês é um povo acostumado a frequentar os *pubs* e beber muito e, quando vai ao jogo, muitas vezes já vai embriagado – mais um facilitador para que ecloda o processo da violência coletiva, que hoje está controlado na Inglaterra. Mas a duras penas, os ingleses atravessavam as fronteiras para cometer atos de violência em outros países, onde jogava um time inglês ou a seleção inglesa. Na Itália, a paixão regional também muitas vezes faz os seus efeitos: o norte rico e o sul mais pobre acaba-se refletindo numa partida entre o Nápoli e o Inter de Milão. As ofensas em relação aos sulistas são comuns e constantes. No Brasil, embora exista o preconceito de uma classe social alienada e fascista contra o nordestino, isso não foi transmitido ou não aparece nos estádios de futebol. O Santos joga amanhã contra o Bahia e ninguém vai chamar os jogadores baianos, os torcedores baianos de forma pejorativa. Mas na Itália isso é mais comum. Então além desses componentes existem outros de natureza cultural, social, geopolítica que acabam influenciando também.

F: Tá ótimo! Só tenho a agradecer. Obrigado! Muito obrigado!

LA: Espero que...

F: Não... Nossa ajudou um monte! Deixa eu dar um *stop* aqui pra...

Entrevista com: Marcos Ferreira

Data: 07/10/2011

Local: Sala da diretoria da Mancha Alviverde

Felipe: Marcos, eu começo te perguntado o que vem a tua cabeça quando você pensa na questão da violência envolvendo torcedores de futebol?

Marcos: Bom, é... falando bem claro e objetivo, eu acho que quando existe violência no futebol são..., principalmente quando tem imagens, eu acho que ela choca. Quando você uma imagem na TV de alguém sendo agredido, justamente pelo fato daquele torcedor fazer parte da torcida de outro time, você vê que ele tá sofrendo qualquer tipo de violência por causa disso, eu acho que não é uma coisa que deveria acontecer nesse mundo que a gente vive hoje, já que a gente tem tantas informações, tanto acesso, acesso a tanta coisa, eu particularmente acho chocante.

F: Você falou que a violência não deveria acontecer, né?, minha pergunta seguinte era justamente se a violência é um problema. Você me falou que ela não deveria acontecer, então te pergunto: por que ela não deveria acontecer? Ela é um problema? E, se sim, por que ela é um problema?

M: Sim, porque se ela existe, se a violência existe dentro do futebol ou em qualquer outro seguimento, é... eu acho que gera, como é que eu posso dizer, na cabeça das pessoas gera um ódio, um ódio é mútuo, que a partir do momento que você pratica violência, você gera violência. Eu acho que tem até um profeta José Datrino, do Rio de Janeiro, que dizia isso, né, “violência gera violência”. Então, eu acho que ela não deveria acontecer por causa disso: porque quanto mais violência acontece, mais você atrai violência.

F: Humhum! Do teu ponto de vista, quais são as principais causas pra violência envolvendo torcedores de futebol?

M: Bom, é... eu acho que é muito prático eu, como torcedor organizado, dizer que a violência no futebol ela existe por culpa da sociedade hoje em dia, dos problemas sociais que o Brasil tem ou outras coisas. É... eu posso dizer pra você que em torcida organizada não tem cem por cento de pessoas santas, mas também não tem cem por cento de pessoas malvadas. Eu acho que existem os dois lados. Eu confesso que realmente existem pessoas que vai em jogo só pra praticar violência, ou praticar vandalismo, tumulto, essas coisas, como só existem pessoas que vai só pra assistir ao jogo de futebol mesmo. Mas eu acho que ela tá atrelado a um monte de fatores. Uma delas é a má conduta da polícia, a segurança do estádio eu acho que ela não é adequada a multidões. Eu acho que a gente tem também o problema do estádio, que você é maltratado, você não tem um assento adequado, um banheiro adequado, uma alimentação, o ingresso do jogo é caro, pra você comprar o ingresso é caro e, por mais que eu falei no começo que a gente não pode culpar a sociedade e a condição social de cada um, ela tem um fator de culpa também. Eu acho que a gente vive essa violência desde que a gente nasce, né?

F: Humhum! Você falou agora um pouquinho sobre as causas, você identificaria, é..., algum ou alguns responsáveis por essa violência? Você falou da polícia um pouco, você destacaria mais alguém, é...

M: Não! Eu acho assim, eu posso dizer, eu faço parte de torcida organizada há treze anos, eu já vi muito tumulto acontecer pelo fato da polícia conter... tentar conter de uma maneira equivocada. Não dá pra culpar A ou B, acho que, como eu falei, essa questão de violência ela tá também associada ao ser humano. Eu acho que a violência ela é... O ser humano em si é... de dentro dele ele já é uma pessoa violenta ou também uma pessoa boa, então depende do momento que tá acontecendo ali, ela transmite aquilo, ela transborda aquilo ou não.

F: Humhum! E me diz uma coisa, do teu ponto de vista, quais são as principais consequências dessa violência?

M: Ahh.. consequência, como você diz assim?

F: É... quais são os principais efeitos... então, eu junto com outra pergunta que eu iria te fazer: quais são os principais prejudicados pela violência envolvendo torcedores?

M: Bom, primeiro a vítima, né?! (risos). Mas, num mundo geral, a torcida organizada, porque hoje existe o Estatuto do Torcedor, existe outros termos junto ao Ministério Público, então qualquer ato de violência que ocorre em jogos de futebol, consequentemente a torcida organizada ela vem sendo culpada, então ela pode ser banida dos estádios. A Mancha hoje ela tá suspensa, banida por um caso que ocorreu em Presidente Prudente recente agora. As pessoas que contém na diretoria elas podem ser presas, responder judicialmente por isso e civilmente também, então eu acho que o maior prejudicado no fim é a torcida organizada.

F: E quais seriam as possíveis soluções pra violência?

M: Bom, é... primeiro que acho que a primeira solução seria a prevenção, né, o fato preventivo. Acho que conversa-se diariamente com órgãos que competem a segurança do estádio, como já é feita atualmente, né? Hoje todos os jogos clássicos em São Paulo é... antecipadamente a gente faz uma reunião com o Batalhão de Choque, com as lideranças de outras torcidas também, de torcidas rivais, então eu acho que a prevenção é a melhor coisa pra você combater. E a conscientização também. Eu acho que você tem que conscientizar seus sócios que a torcida organizada não é um local onde a gente vai abrigar marginais ou pessoas que querem promover o tumulto. Então a gente procura fazer também, com isso, acho que ações sociais, projetos sociais, então você acaba tirando aquele garoto que, de repente, entrou só por causa de violência ou pra praticar a violência pra levar pra um outro mundo, entendeu?

F: Humhum! Então você destacaria essas duas medidas preventivas de diálogo...

M: Isso.

F: Com a... polícia e com outros torcedores e a ação social da torcida organizada.

M: Exato.

F: Então tá legal, eu queria... era mais ou menos isso, e te agradeço...

M: Obrigado.

F: Muito obrigado! Eu fico é... à disposição pra... o que vocês quiserem.

Entrevista com: Pulguinha

Data: 08/09/2011

Local: Sala da diretoria dos Gaviões da Fiel

Felipe: Então, a primeira pergunta que te faço: o que vem a tua cabeça quando você pensa na questão da violência envolvendo torcedores de futebol?

Pulguinha: Bom, inicialmente a primeira coisa que vem na minha cabeça é a formação da nossa sociedade. Dentro da minha experiência, é de vivência dessa pauta que a gente procura trabalhar já faz um tempo, é e pra entender a questão da lógica da diversidade do futebol, é hoje eu só consigo ter uma compreensão melhor porque a gente vai buscando e compreende como é formada a nossa sociedade de hoje. Então na verdade quando eu vejo o fato de violência no futebol é, na verdade, o primeiro sentimento de tristeza. E segundo, na verdade, eu tenho uma visão do entendimento é sem discriminação alguma por entender a formação de valores da nossa sociedade de hoje e não me surpreende na verdade a gente ter tanta imbecilidade, tanta violência na verdade em tantos setores da sociedade, e não me espanta a cidade violenta como é, hoje ter as consequências no futebol. E aí pra gente no qual o nosso papel de liderança fica sempre mais difícil.

F: Você falou que vem um sentimento de tristeza, eu te pergunto: você acha que esse tipo de violência é um problema?

P: Em qualquer tipo de violência é um problema, né? Acho que, entendo eu, como um objetivo de vida, do espírito, a sociedade é o progresso, o progresso individual, o progresso coletivo, e a violência qualquer que ela seja, em qualquer aspecto, é sempre um retrocesso pro ser. Então, assim, então com certeza pra gente não será indiferente nunca.

F: Do teu ponto de vista, quais são as principais causas dessa violência? Você falou que tem uma compreensão do assunto Eu queria saber, do teu ponto de vista, quais são as condições com fazem com que esse tipo de fenômeno ocorra? Quais são as principais causas da violência da violência envolvendo torcedores de futebol?

P: Porra, eu entendo a formação na sociedade como... O ser individualista. É... Entendo também que o espírito venha com vários aspectos cada um e alguns mais, com alguns menos, e aí entendo também como a sociedade que a gente vive, né? Hoje, né? A diversidade do futebol ela é existente, ela é histórica. Mas... se vê há cinquenta anos atrás como que era a sociedade, como que era a convivência dos homens, dos seres, tinha.. aí a violência e a diversidade do futebol tinha até um limite. Aí você olha pra década de oitenta, de noventa, quando nossa geração começou a chegar. Pô, eu ia pra jogo de futebol com meus pais na década de oitenta pra noventa já existia a diversidade no futebol, meu pai já requer... já requeria devidos cuidados, e hoje depois de vinte anos depois, a gente tem uma outra sociedade mais violenta, onde, na verdade, o jovem na verdade, ele começa a ter a sua independência... mais cedo, a cidade hoje a perca de valores dentro de uma normalidade pra

todo mundo... que me espanta, e aí a gente tem, né, a falta de políticas públicas, falta de investimento social, entendeu?, a desigualdade de classes... Enfim, e aí a gente tem o jovem que a gente tem, que é a grande maioria que é da classe média pra periferia, que é o pública da torcida organizada, entendeu? É só você entender a formação de valores desses jovens que você não vai se espantar de ter um monte de “cabeça de bagre”, entendeu?, com tendência a dar paulada no outro porque o cara torce pro Palmeiras ou pro São Paulo, meu velho, você entendeu? É...

F: Você me falou agora um pouco das causas, das condições educacionais, por exemplo, se eu entendi bem o teu discurso, eu te pergunto: tem um, ou tem alguns responsáveis por essa violência, você identificaria é... quem são os responsáveis, se há um responsável, se não há?

P: Não, eu acho que o que propaga a violência é um conjunto de fatores, não somente a formação dos jovens, mas uma falta de investimento a partir de que tem uma ciência de que tudo isso hoje um investimento, as contrapartidas, você entendeu?, nessa questão dos valores, da diversidade do futebol, é... é uma engrenagem, todo mundo, na verdade, teria que trabalhar contra e todo mundo favorece um pouco: a imprensa contribui com a diversidade no futebol, é os jogadores também muitas vezes não contribuem com um bom exemplo, aí a questão da violência é comprovada. É envolve o processo de organização do processo do futebol, você entendeu? E os investimentos, né?, que pra mim seriam os primordiais, o investimento é partir que todo mundo envolvido no futebol tem essa ciência que é uma problemática e não tem investimento nenhum. Não tem o pensamento, uma grande, de se pensar numa política pública pra esse tipo de problema. Muito se usa o exemplo de Europa quando se fala quando se administrou, né?, os problemas dos *hooligans*. Administrou, mas é um trabalho permanente, sabemos que é um trabalho que acontece até hoje. Então, na verdade, não é que administrou, criou-se uma política pra combater isso, teve um investimento, né? Coisa que aqui não, aqui eles querem seguir um monte exemplo dos investimentos feito lá, mas o principal não segue, que é do debate amplo com a sociedade, todos os setores envolvidos, e isso parte de todas as esferas governamentais e da sociedade em conjunto, você entendeu? Pra se melhorar a coisa. Enfim, é... eu acho que dentro da engrenagem falta investimento de todo mundo. Hoje a interlocução é só três setores de segurança, as torcidas organizadas e é só. E se você for ver quem fica a maior carga do pacote é a gente.

F: Você falou agora em investimento em debate, se eu entendi bem, falou em investimento em política pública... Eu te pergunto: além dessas... primeiro, quais seriam essas políticas públicas? E segundo é... além do investimento no debate, além do investimento em política pública, do teu ponto de vista, teriam algumas outras soluções possíveis para o fenômeno da violência envolvendo torcedores de futebol? Quais seriam as soluções do teu ponto de vista?

P: É acredito que seja um conjunto de ações. Algumas é, algumas é tão sendo implantadas, que é a questão, que é leis que regulamentassem, né?, a questão da violência, até as torcidas, é acabasse com a velha impunidade, né o que propaga também o incentivo aos homens tá reproduzindo cada vez mais a diversidade no futebol. Algumas coisas foram implantadas de forma equivocada, tá sendo porque não tem um debate, não tem um entendimento [?].

F: Por exemplo? Você poderia me dar um exemplo?

P: Um exemplo é... Um exemplo: a maior lei do futebol é o Estatuto do Torcedor e é comprovado que mais de 50% dos termos e parágrafos não funcionam. Isso é comprovado em tese, em pesquisa, é... e uma das referências disso é uma pesquisa da doutora Heloisa Reis da UNICAMP. Ela tem isso num trabalho vasto no Brasil todo e isso é comprovado. A gente assina isso embaixo como viventes da prática. O Estatuto do Torcedor que é a maior lei que a gente poderia estar trabalhando ela não funciona 50%. Agora se inseriu a questão da regulamentação das torcidas organizadas, que pra mim tá servindo muito mais de palanque das autoridades pra sociedade num tema do pra verdadeiras resoluções. Eles tão seguindo a lógica de vamos é... vamos administrar em cima de punições, de uma linha severa, isso aí é ditatorial, é equivocado. Num vai funcionar. Um grande risco de não funcionar. É... acho que outras contrapartidas, a questão do... acho que tem ser trabalhado os valores. Cada vez mais cedo o torcedor mais jovem já começa, na geração atual, a receber as cargas da diversidade do futebol, a partir das denominações mesmo como você chama o outro torcedor, é a “bicharada”, o jovem só aprende... o jovem... com o pai até, você entendeu? É... muito se fala dos problemas das torcidas organizadas, mas o torcedor comum também ele traz, ele contribui muito com essa diversidade: nos gestos, nas palavras, é... em muitas visões equivocadas do problema... enfim, o torcedor comum contribui com isso também. E são aí... são os pais, os avós, os formadores de gerações também. Se todo mundo não tem entendimento claro com uma coisa, as nossas crianças de amanhã vão continuar vindo não tendo o entendimento devido. Então, eu acho que teria ter, eu acho realmente que deveria ser um... o que que a gente quer de valor para o futebol? Qual... Eu não quero te dar a solução aqui, mas acho que tinha que ter algum debate amplo, é... que se envolva os torcedores, que se envolva o governo, que se envolva é setores de educação, é setores... enfim, e discutir os valores que a gente começa é a trabalhar pra gerações futuras, isso eu acho que é um dos pontos. Outro ponto é a questão atual, e como a gente trabalha os valores atual, essa diversidade atual? Como que a gente vai falar com a sociedade com uma nova linguagem pra se buscar uma nova cultura? Tem que se pensar numa nova linguagem pra isso! Isso todo mundo contribui, todo mundo, entendeu? Eu não vejo a imprensa contribuindo com uma nova cultura. Eu não vejo as autoridades, dirigentes contribuindo pra uma isso, você entendeu? Eu não vejo as estruturas do futebol contribuindo pra isso, mas eles quer que a gente mude do dia pra noite. Enfim, é... num temos uma solução, mas sabemos que falta muito investimento. Nós como torcida organizada temos uma das cargas maiores na mão, então a gente tem a visão de algumas dessas necessidades. Muitos do que tem hoje no plano preventivo, que as autoridades trabalham, quem oferece isso são as lideranças das torcidas organizadas nos planos preventivos. A verdade a gente tem, tem o povo na mão, o que a gente não tem é um investimento de nada, quem faz o valor é a gente, quem faz o que vai ser trabalhado pras pessoas é a gente. Eu na vejo nada partindo da imprensa na véspera de clássico, eu não vejo... ao contrário, a imprensa apimenta a semana toda o clássico, os jogadores às vezes também não contribui, você entendeu? Todo mundo ganha com isso, você entendeu? E ganha até quando morre um jovem no futebol! Então, na verdade, é uma grande hipocrisia, você entendeu? E... agora a gente vê a maior das maiores porque devido a um processo de Copa do Mundo, é um monte de gente, vê um monte de gente se considerando especialista da coisa e falando pra sociedade, na verdade, umas soluções que não vão funcionar, eu te afirmo isso daqui aqui.

F: Me diz uma coisa, você falou... discutimos um pouco das causas, falamos um pouco dos agentes envolvidos, eu te pergunto agora: do teu ponto de vista, quais são, quem são os principais prejudicados por essa violência? Pela violência no futebol?

P: Pô, toda a sociedade, né?

F: Toda a sociedade?

P: Toda, porque... primeiramente quem tá envolvido, é conseqüentemente, pô, todo mundo que tá em torno do processo, seja o torcedor comum, seja o torcedor organizado, aí tem hoje as conseqüenciais pra entidade, que fere milhões de pessoas que gostam disso, que não compartilha com isso, é todo mundo quer saber esse tipo de notícia como a imprensa passa em casa, se chateia, porque qualquer ato é... de violência choca e não agrada ao espírito, não agrada ninguém, você entendeu? E na verdade todo mundo perde, entendeu? A cidade perde. O futebol perde. É... famílias perde. Todo mundo, né?

F: Esses seriam os prejudicados, e você destacaria, além desses prejudicados, alguma outra conseqüência dessa violência? Algum outro tipo de implicação, a sociedade perde... e quais seriam as conseqüências ou implicações, ou o que você...

P: As maiores implicações é pra gente, né, meu? As maiores implicações é pro próprio ser, que usa mal o livre-arbítrio e... vai pagar isso, mano, se não for aqui, perante Deus vai, meu, entendeu? Então todo mundo, a sua conta todo mundo ajusta. Quem perde é o próprio ser, mano, primeiramente. As experiências vai moldar, vai ensinar, a vida... a tendência da vida é essa mesmo. Conseqüentemente, pô, aqui no nosso caso quem todo mundo perde é a maioria, que não compactua com isso, que não gosta disso, que tem a torcida com um fim sadio de torcer pro Corinthians, e viver o universo do futebol com as amizades e, enfim... E conseqüentemente, pô, todo um investimento da torcida num sentido de é... A gente mesmo perde, é... ninguém tem a solução e as primeiras retaliações hipócritas vem em cima da gente. Então a gente mesmo perde, você entendeu? A gente propriamente dito tá envolvido no processo tendo culpa ou não, a gente somos os primeiros a pagar!

F: Entendi. Agora, bom, te agradeço muito e... uma última questão e a mais importante de todas, do meu ponto de vista: vamos ou não vamos ganhar do Flamengo hoje?

P: (risos)

F: Vamos ganhar hoje que tá...

P: Tô ciente da necessidade...

F: Obrigado! Tô brincando. Obrigado!

Entrevista com: Ricardo Mello

Data: 30/04/2010

Local: Sala do apartamento do entrevistador

Felipe: Eu começo te perguntando: “o que te vem à cabeça quando você pensa na questão da violência envolvendo torcedores de futebol?” A primeira pergunta que eu te faço...

Ricardo: Intolerância.

F: Intolerância? Bacana. Eu te faço uma segunda pergunta: “você já presenciou ou vivenciou alguma situação de violência nesse sentido?”

R: Já.

F: Já?

R: Já.

F: Onde, quando foi?

R: Eu acho que algumas, mas eu me lembro bastante de uma que eu vivenciei quando era moleque e eu fui com meu irmão assistir a final da Copa São Paulo, entre São Paulo e Vasco – na época, inclusive, acho que o Cafú era do São Paulo – e... inclusive o Vasco ganhou aquele título. E a torcida do Palmeiras foi na torcida do Vasco, eles são meio coirmãos, né? E eu lembro... e aí rolou pedrada... subindo aquela rampa do Pacaembu, eu lembro muito de pedra, eu abaixando, e um cara todo ensanguentado pedindo ajuda para levar para o hospital. Eu lembro que eu era moleque e fiquei bem impressionado com essa cena. Mas já vi outras... em estádio... já fui uma vez ameaçado voltando do Morumbi. “Ah, santista, santista”, mas no final, deixaram quieto. Mas sempre há um clima tenso, tem um clima de tensão no ar, que a qualquer momento pode... Principalmente quando é clássico.

F: E me diz uma coisa, você acha que a violência envolvendo torcedores de futebol é um problema?

R: Com certeza.

F: Por quê?

R: Primeiro, porque eu acho que, de um modo geral, violência é um problema, porque tem a ver com intolerância, com desrespeito ao outro, com não respeitar um direito do outro, né? Acho que... enfim... acho que ninguém gosta de sentir medo, ninguém quer sentir medo. E isso afasta as pessoas. Se a pessoa está com medo de ir, por que pode apanhar, por que pode morrer, por que... Isso afasta as pessoas de um lugar que poderia ser um lugar de convivência, de rivalidade também, mas com algumas regras mínimas de respeito ao diferente. Então, é extremamente prejudicial por que o estádio também é um espaço de convivência da

sociedade. Talvez seja um dos poucos espaços onde todas as classes sociais se reúnam, onde, enfim... Muita gente apaixonada pelo futebol... Poderia ser uma grande festa e acaba sendo uma coisa tensa, e muita gente acaba deixando de ir inclusive por conta disso. Sem contar quando a gente chega no extremo de alguém perder a vida. Acho que é um valor máximo aí e a pessoa pode perder a vida por conta de uma bobagem. Então, acho extremamente prejudicial. Para o futebol e para a sociedade.

F: Me diga uma coisa, da sua perspectiva, quais são as principais causas dessa violência, da violência no futebol, dessa violência envolvendo torcedores de futebol?

R: Eu acho que existe uma causa que é social, no seguinte sentido: eu acho que muitas pessoas vivem em uma situação de extrema vulnerabilidade, uma situação de vida bastante tensa, na sua vida cotidiana mesmo, por conta das condições, muitas vezes, ou materiais ou de condições de vida que muitas vezes não são dignas, e isso vai gerando uma revolta. Eu vejo isso não só nos campos, mas eu vejo, de um modo geral, existe isso na periferia. Existem alguns grupos que estão revoltados e têm razão para estarem revoltados. E eu acho que o futebol talvez seja um momento de extravasar tudo isso. Não acho que dá para culpar só o fator social, por que a gente também vê isso em países ricos, onde a condição de vida é melhor, mas eu acho que, especificamente no Brasil, esse é um componente que é relevante sim. Ou seja, uma revolta social latente. Enfim, acho que também talvez tenha um certo prazer do ser humano pela guerra, pelo confronto. Acho que talvez isso seja um componente também, que não sei muito bem de onde vem, mas que de alguma forma está presente em muitas culturas e que na nossa está também, né? Esse certo prazer pela guerra, pela rivalidade até as últimas consequências, uma coisa meio... uma convulsão coletiva, de extravasar, de ... Acho que esse é um componente também, que aí não é social, é mais... não sei se psicológico, tem a ver com um instinto mais agressivo do homem.

F: Do próprio ser humano... eu te perguntei, agora das causas, me diz uma coisa, você saberia apontar, na tua cabeça, quem seriam os principais culpados? Você me falou um pouco das causas, além dessas causas que você já indicou no seu discurso, você apontaria algum grande culpado, alguns grandes culpados para esse tipo de...?

R: Antes de responder essa, quando você fez essa pergunta, me lembrou outra situação que eu acho que também tem a ver... Quando eu estava falando do social, tem a ver com o desrespeito, que a pessoa vive muitos desrespeitos na sua vida cotidiana e acho que vive esses desrespeitos também no estádio, por quem produz esse espetáculo: na hora de comprar ingresso, na hora que a polícia chega de qualquer jeito. Então, acho que tem esse componente também. Ele é muito desrespeitado, como cidadão, como torcedor, por quem organiza tudo isso, também. Se tem algum culpado? Ehh... não necessariamente...

F: É claro que você não precisa... estou só perguntando se, para você, existe algum culpado ou alguns culpados que você destacaria, digamos, assim.

R: Eu acho que tem alguns culpados sim. O poder público poderia sim criar políticas para reduzir isso. Acho que ele se omite bastante em relação a políticas eficientes para controlar a violência nos estádios. Acho que a polícia está mal preparada. Então, acho que esse também

tem uma parcela de culpa... De um modo geral, quem organiza o espetáculo, quem desrespeita o torcedor, também. E eu acho que o torcedor também tem uma parcela de culpa nessa história, né? O cara que vai lá para quebrar tudo, para extravasar, ele é vítima de uma certa forma, mas ele também é responsável e culpado também por isso. Então, não dá para também só colocar no social e no outro, acho que o indivíduo, ele tem uma responsabilidade que tem que ser considerada também. Não dá para considerar só os aspectos sociais, mas também os individuais, as coisas que cada um faz naquele momento.

F: E da sua perspectiva, o que deveria ser feito com esses culpados... que você acabou de apontar?

R: Eu acho que são dimensões diferentes. Talvez a dimensão... – não sei se a individual e a coletiva tem alguma diferença, estou pensando alto aqui – acho que tem que ser responsabilizados. Acho que tanto o torcedor que agride... Então esse componente ideológico precisa ter uma responsabilização, uma punição em relação a isso, como também o poder público, o responsável pelo comando quando a polícia tem uma ação que incita a violência, acaba gerando uma revolta, acho que também tem que ser responsabilizados, o organizador... Geralmente a gente pensa sempre na... a resposta mais comum é responsabilizar o indivíduo. Eu acho que também é importante. Então, sei lá, essa proposta do cara que cometeu algum ato de violência no estádio ser proibido de frequentar o estádio por um determinado tempo, acho uma ação importante. Mas acho também que os outros atores têm que ser responsabilizados também, talvez de formas diferentes. Aí teria de se pensar como.

F: Além dessas que você acabou de me indicar, quais soluções você destacaria como essenciais para esse tipo de violência? Aliás, você destacaria essa que você acabou de falar como uma das principais?

R: Eu, por exemplo, eu gosto de uma política proposta pelo Governo Federal de você cadastrar os torcedores, não só as organizadas, mas de um modo geral. Inclusive transformar isso em uma possibilidade de conveniência: o cara comprar isso pela internet, numa lotérica, você ter um cartão de torcedor, para que você possa identificar mais facilmente quem está no estádio. Eu acho que, ainda que paliativa, porque ela não vai talvez na raiz, mas do ponto de vista da sua praticidade, eu acho que você reduzir a torcida visitante tem uma função sim, porque é mais fácil de você controlar a chegada e a saída do estádio, que é um momento crítico onde a violência acontece. Então, de alguma forma, acho que é mais fácil você criar política... a polícia criar políticas para controlar multidão. Quando você está falando de cinco mil torcedores que [...] e não de trinta contra trinta. Então acho eu essa é uma política... Agora... Enfim, são políticas que elas... talvez elas não vão na raiz do problema, mas elas têm um efeito pragmático importante. E eu acho que como a raiz do problema ela é... como eu estava identificando, são profundas, não são simples, eu acho que sim, o poder público pode em determinados momentos ter ações mais pragmáticas se isso resultar em economia de vida, em economia de incidentes... Então, se isso tiver um efeito prático comprovado, eu acho que elas têm que ser adotadas sim, ainda que em alguma medida possa existir essa crítica de que “olha, não, o problema é muito mais embaixo...”. Tudo bem, o problema é muito mais embaixo, mas tem gente morrendo e a gente precisa... Algumas atitudes emergenciais talvez

precisam ser tomadas para controlar isso. Então, eu não sou contra essas atitudes, até porque eu acho que as causas são bem profundas e não serão resolvidas em tão curto prazo.

F: E como elas seriam resolvidas a médio e longo prazo?

R: Eu acho que também tem uma ação a curto prazo que é você, enfim, melhorar, de modo geral, o tratamento ao torcedor. Que eu acho que isso é uma coisa, também, que... Ter vários quichês, postos de venda... Esse é um momento, inclusive, em que a violência também está presente. Na hora em que você tem 500 mil pessoas em uma fila única, que fica dez horas ali, aquilo ali, então... Isso é uma coisa de curto prazo, que dá para fazer. Agora, enfim, essa raiz social aí, eu acho que ela depende de uma redução da desigualdade, da melhoria da condição de vida das pessoas, enfim... Que a sociedade também consiga criar formas de sublimar de certa forma essa causa da violência, esse prazer pela guerra aí. Enfim, encontrar outras formas de extravasar isso. Acho que isso também tem a ver com o âmbito individual, cultural, não sei...

F: Me diz uma coisa, você já falou um pouco disso no seu discurso, falou que o próprio torcedor violento, aquele que cometeria atos de violência seria de alguma forma vítima também. Eu te pergunto, que mais você destacaria como vítima dessa violência, da violência envolvendo torcedores de futebol?... Quem são as principais vítimas, desse fenômeno, dessa prática?

R: Eu acho que os torcedores, todos os torcedores, os que vão no estádio e os que gostariam de ir e deixam de ir, mas eu acho que... a sociedade como um todo, porque ela vai também... Esse clima de medo, de insegurança, vai, cada vez mais, deixando as pessoas mas dentro do mundo privado. Tem um certo esvaziamento do mundo público porque o encontro com o outro as vezes é permeado pela violência, então, claro que o cara que sofre uma violência no estádio... eu não sei se isso se encerra ali, sabe?, mas isso vai gerando uma certa... que ele sofra ou que ele tenha medo de sofrer. Às vezes dá quase na mesma. Não dá na mesma porque quem sofre, enfim, tem, às vezes, danos físicos, tem uma questão mais complicada, mas o medo sem sofrer já é uma violência. E esse cara vai... Acho que, um modo geral, a sociedade vai se retraindo para os espaços privados, mesmo para os lazeres privados, para os condomínios, para os shoppings, para os lugares onde não há esse encontro público tão significativo, tão fervoroso que é ir a um estádio de futebol. Então, acho que, de um modo geral, isso vai... essa retração da dimensão pública, eu acho bem ruim para a sociedade. E isso vai gerando uma... a gente vai ficando cada vez mais distante de resolver os problemas.

F: Para finalizar, na sua resposta, você já até se adiantou no que eu ia te perguntar, eu ia te perguntar “quais são as principais consequências dessa violência?”. Você me falou um pouco, agora, se eu entendi bem, é a retração do espaço público, certo? Teria alguma outra consequência que você destacaria? Quais são... Enfim, o que vem na tua cabeça... as principais consequências da violência no futebol? Você me falou da retração do espaço público, seria só essa? Teria alguma outra que você destacaria?

R: Têm as vítimas, as vítimas pelo medo, essa retração do espaço público, e eu acho que tem as vidas perdidas. Acho que isso é uma consequência irreparável e gravíssima. Um moleque

de dezoito anos, dezenove anos... independente de qualquer coisa, alguém morrer indo para um campo de futebol, dentro de um campo de futebol. Acho que isso é uma consequência bem grave e que gera muitas outras consequências que são essas que eu te falei: revolta, descrença na dimensão social, medo.

F: Te agradeço profundamente, Memão [apelido do entrevistado], pela entrevista.

Entrevista com: Tatinho

Data: 27/04/2010

Local: Sala da diretoria dos Gaviões da Fiel

Felipe: Começo te perguntando o seguinte: o que vem à sua quando você pensa na questão da violência envolvendo torcedores?

Tatinho: Como, como um torcedor organizado ativo, normalmente, faço parte da diretoria dos Gaviões [²⁷⁹] é um assunto complicado demais, incompreendido por muitas pessoas que poderiam, até, tá ajudando a resolver o problema da violência. O problema da violência nos estádios ele existe. Mas não é, não é, não é, não pode ser dado, não pode ser colocado a culpa, ou virar ou mirar o foco somente nas torcidas organizadas. É um problema muito mais amplo, faz parte da cultura da sociedade brasileira a violência que, entendeu, se você for pegar índices aí de violência, de briga no trânsito etc. e tal é muito maior. Mas é claro né, meu, que o Brasil é o país do futebol, o brasileiro tem pouca opção de lazer, a única que ele vai é o futebol, onde a família quer ir assistir aos jogos e, infelizmente, acontecerem alguns fatos, né, meu, é, ruins, que tá aí na trajetória do futebol brasileiro. Mas, meu, se for pegar estatística, faz alguns anos que não há brigas dentro dos estádios entre torcida organizada. Isso tem que ser dito, é fato, é comprovado. Hoje em dia a violência ela se concentra fora dos estádios. Isso é uma opinião que é clara até pelo Batalhão de Choque, até pelo Ministério Público, as polícias as inteligências das policiais que cuidam de crime racial, que é o Decradi, que envolve o futebol. A violência ela está na estação de trem, ela está nos bairros distantes, de antes de chegar no estádio. Perto do estádio ali já faz anos que está controlado. Inclusive lá fora. Agora, meu, a gente vai acreditar que a violência é intolerância do ser humano. Não é só isso não. Entendeu? O cara... Eles tinham que parar para prestar mais atenção tentar consertar o futebol de dentro pra fora, não de fora pra dentro. Eu vejo dessa forma. Porque eles querem, eles ficam olhando muito pra fora, o modelo de segurança, o modelo que o primeiro mundo faz, onde o futebol é realmente é tratado de uma forma responsável e quer aplicar aqui no Brasil. Num por enquanto não tem como. Eu tive a oportunidade de ir num jogo fora do país, num país de primeiro mundo, o Brasil tá anos luz e não vai chegar perto tão cedo. Acredito que a essa nossa geração aqui não vê isso. Então, o que quer dizer, qual é a sugestão? O que pode ser feito? É eu acredito que seja através da lei. Se o cidadão que comete um ato, um crime, no futebol, dentro da torcida organizada, ele tem que ser punido! A partir do momento em que o cara for punido, a disciplina vai ser implantada, a violência vai diminuir. Enquanto o cara não tiver punição, o cara souber que se ele fizer uma merda, digamos assim, ele não vai dar nada, vai continuar. Agora, vamos ver o papel do torcedor nisso daí. O torcedor não tem transporte, o torcedor paga caro no ingresso, o torcedor não tem emprego pra poder trabalhar, pra poder comprar o ingresso, pra levar a família dele e ver o futebol. Então são uma série de fatores que é uma violência. Pô, é uma violência você chegar com o seu filho e você não conseguir ser atendido no hospital público. É uma violência. É uma violência o cara sair do

²⁷⁹ Trecho incompreensível.

jogo meia noite e vinte, igual aconteceu quinta-feira agora, e não conseguir ir pra casa. Porque se a gente vive num país democrático, o cidadão que mora lá em Ferraz de Vasconcelos e é corintiano, ele tem o direito de ver o jogo de futebol do Corinthians aqui no Pacaembu. E hoje em dia ele não pode. Porque no caminho pode ser assaltado, ele pode ser alvejado por uma bala perdida. Então, quer dizer, essa violência eles num, eles preferem não comentar. Agora vamos falar, eles preferem falar só do que acontece. Né, meu, é às vezes, a torcida organizada ela tem um trabalho durante o ano inteiro bom, maravilhoso, onde a gente desenvolve diversos trabalhos sociais, mas fora desse contexto, a gente foi em vários jogos, não teve uma briga, não teve uma morte, não teve um confronto, também não teve esse reconhecimento, eu vejo que isso também pesa. Pesa! Porque, velho, você pega um jovem de quinze, dezesseis anos, que o perfil da torcida organizada é esse. [?] até os trinta ano, é onde que é o pessoal que mais frequenta as torcidas organizadas. O cara vem, ele não tem, ele tem que um ter uma motivação, ela tá se autoafirmando ali, perante a sociedade. É assim que [?], tem punk, tem gótico, tem torcida organizada. Só que a gente tem uma importância grande nesse processo, porque somos consumidores, pagamos nossos ingressos, e... aquele jogo... de quarta-feira à noite, chuvoso, que vai passar na telinha da Globo à noite, onde ninguém quer ir, quer ficar com a família, tomando um chocolate quente vendo o Corinthians [?], a gente tá lá no jogo. Nesse momento, o torcedor organizado ele não é lembrado, infelizmente! Porque, aqui tem gente que trabalha, que tem família, que estuda, que faz faculdade, a gente não pergunta quando o cara passa dali da porta se ele é bandido, o que ele faz pra sobreviver, a única coisa que a gente é exige é que o cara seja corintiano. Daí pra frente a atitude dele é que vai construir a caminhada dele aqui. Então a gente bate na tese de que, vamos punir o indivíduo, não a entidade. Certo! E hoje em dia eles punem mais a entidade. No momento hoje os Gaviões está punido. Está com um problema que teve, supostamente, porque até agora ninguém sabe quem foi, ninguém prova quem foi.

F: Contra o Paysandu.

T: Foi um problema com a torcida do Paysandu. Ah! Esse cara é um hipócrita, todo mundo sabe o que aconteceu. Tem que provar. Hoje em dia, a vida é assim: tem que provar. Quem prova que realmente aquele cara adulterou os resultados do Campeonato Brasileiro de 2005? Ele não foi preso. Tá entendendo? A gente, meu, a gente já começa de menos um. A torcida organizada infelizmente ela é discriminada frente às autoridades, é devido à força que a gente tem. A gente tem força política. A gente tem força financeira, porque a gente movimenta. A gente é consumidor. Somos uns consumidores ativos. Presentes. Então tudo isso incomoda muita gente. Os políticos cercam a gente sempre com interesse, dificilmente algum político encosta realmente pra querer ajudar. Temos exceções. Aqui dentro dos Gaviões a gente tem uns caras que foram, que são essência da torcida, antes de ser políticos, hoje são. E ajudam, colaboram sim dentro daquele contexto que ele tá envolvido. O Goulart é um deles, o vereador Goulart é um cara que é... O Gaviões ele não faz campanha política pra ninguém. Nas eleições nós não apoiava nem A nem B nem direita nem esquerda. Entendeu? É noventa mil votos. E ninguém fez campanha dentro da torcida. Então quer dizer, é um cidadão influente. Gavião decência. Frequentou aqui há vários anos. E a gente vê que, muitas vezes, quando o assunto violência vai ser discutido eles não respeitam a história, que a torcida

organizada tem. Eu não tô puxando o lado pelos Gaviões [?], a história tá aí, comprova que foi assim. O nosso fundador, o Flávio La Selva, o cara tinha três, quatro faculdades, era um cara super culto, nunca levantou a mão pra ninguém. Tá ligado? Foi o cara que idealizou tudo isso daqui. Se a gente conduziu da forma que ele queria ou não, a gente não sabe, infelizmente ele não tá mais aqui com a gente. Mas, é, infelizmente, não é esse papo... violência é... a gente... somos discriminados, olham sempre pro lado ruim da coisa, e nunca tá presente na sugestão. Certo? O dia em que país funcionar ou que a cidade funcionar, São Paulo é o foco, a gente sabe disso. Aqui não pode entrar nada dentro do estádio. Você não pode levar uma bexiga.

F: É verdade.

T: Então, quer dizer, a gente recebe aquele jovem de quinze, dezesseis anos, louco pra se autoafirmar de alguma forma, ou na torcida organizada ou em alguma outra coisa, o que a gente pra oferecer pra ele? Porra!, véio, a gente tenta doutrinar, tenta ensinar, mas não dá pra levar uma bandeira pra abraçar dentro do estádio... Antigamente a gente entrava onze horas da manhã pra dentro do Pacaembu, vendia cerveja lá dentro, entendeu? O índice de violência era pequenininho, tá entendendo? Hoje você vai lá não tem uma barraca, não pode parar nem um carro no Pacaembu, muito menos no Morumbi, é, não vende cerveja, você não pode entrar com nada dentro do estádio. Eles alegam que bexiga não pode, papel picado não pode, enquanto no resto do país você vê aí a bagunça que é. No rio de Janeiro morre um por semana [?] com torcida organizada. É só lá e ver. Em Minas, também é feio. Lá, temos duas torcidas de expressão, véio.

F: A Máfia e a Galoucura...

T: Sim, a Máfia Azul e a Galoucura. Porra! Vira e mexe alguém morre lá. No nordeste, então, é terra de ninguém. São Paulo é o foco. Inclusive, tanto nas torcidas organizadas como na polícia. Mas, infelizmente, quando se discute violência, a gente sai perdendo. E a gente tem de provar por A mais B que não é dessa forma que funciona. O que eu como torcedor, entrei nos Gaviões em oitenta e oito, já faz uns anos que eu vivo torcida organizada, mais ativamente de dois mil pra cá, a intolerância, o despreparo, é o fator que hoje, hoje tá causando além da violência, certo? Não somos santos, não tem santinho aqui nenhum, por diversas vezes fizemos... conduzimos a torcida de forma não legal, inaceitável, fomos punidos por isso, assumimos a culpa, mas pera aí, tá entendendo? Se você for ver bem a quantidade de torcedor organizado que tem no Brasil hoje é um número considerável, dentro de São Paulo também é, a gente tem mais sócio que o clube, certo? Nós... O Gaviões da Fiel tem muito mais sócio ativo e que paga que o próprio Corinthians. Então quer dizer, mas por quê? Porque o Corinthians sempre foi caro! Aí entra aquele negócio da desigualdade social, que já existe. Como é que você quer, se pega um cara, velho, que sai lá do extremo leste, do extremo sul, o cara tá desempregado, ele não tem uma opção de lazer, ele não tem(!), não adianta o governo, o estado, a prefeitura vir falar, não tem! O cara levanta, ele não tem a opção de dar... É difícil ele dar o básico pro filho: escola, uma educação normal. O lazer, então, nem se fala, cara. Ele vai levar o filho dele no máximo que ele vai conseguir levar é no parque. Pro moleque ficar jogando uma bola ali. O moleque não consegue ir num cinema, num teatro, nada! E como

torcedor de futebol... Por isso aqui fala-se, a gente fala que o país, que o Brasil é o país do futebol. E é!, certo? Mas tá acabando. Infelizmente, tá acabando. Você vê, hoje em dia tá cinquenta reais num ingresso. Em alguns campos oitenta? Quanto é o salário mínimo? Quanto que o cara não paga de aluguel? Certo, se o cara tiver dois filhos, ele vai ter que escolher um jogo. Então, quer dizer, dentro de um país democrático, a gente vive sob uma opressão se você for ver bem direito, que é uma forma de violência! E isso, ninguém fala! Eles se preocupam com tantas outras coisas, porque é os marginais, é os vândalos... Meu, muitos dos caras... pergunta muito pra mim: qual é a sugestão, então, que você tem pra acabar? A sugestão é que faça se valer as leis. Tá sabendo, um cidadão ele foi pego no metrô, com uma barra de ferro, tá fazendo um esquema pra pegar outro organizado, pô!, leva ele pra lá, tem que ir preso, cara! Se for achar que é demais, que ele foi pego só com a barra de ferro, a intenção dele era fazer, ele não chegou a cometer o crime, pô!, meu, pune ele, durante seis meses, um ano, três meses, seja o que for, fica a critério deles estudar [?], cê vai comparecer aqui na delegacia, cê não vai no jogo. Só que você não vai comparecer na hora do jogo, você vai chegar às oito horas da manhã. Porque em dia de clássico, em dia de grandes jogos, o problema acontece de manhã. O jogo tá quatro horas da tarde, quando deu uma hora, tudo já aconteceu: quem tinha que morrer, já morreu; quem tinha que brigar, já brigou. A polícia sabe disso. O Batalhão de Choque sabe disso. O Ministério Público sabe disso. Então, quer dizer, eu vejo aqui de uma forma, pô!, mano, pelo jeito que os caras fala é até fácil, ou, então, que é muito difícil, é impossível, falavam que era praticamente impossível voltar o bambu, tá quase voltando... basta uma boa vontade dos caras, pô!, mano. A gente bate na tecla que precisa se criar uma polícia especializada pra praça desportiva. A gente falou isso num congresso que teve numa torcida organizada ano passado aqui em São Paulo. Inclusive, uma semana depois que o torcedor morreu aqui na Marginal.

F: No jogo contra o Vasco.

T: No jogo contra o Vasco. A gente sento pra conversar na mesa com os líderes da mesma facção que tiro a vida do menino, de dezenove anos. Aquilo me pego. Eu fui no enterro. Eu fui ver a família. Eu vi as foto do garoto. Eu conhecia ele daqui. Sabe, aquilo afetou a minha vida psicologicamente. Porque a gente tem irmão, tem parente, a gente... cria-se uma família. O mundo, a torcida organizada, eu falo pelo Gaviões, cara, pela estrutura que a gente tem, e pelo o que a gente movimenta, aqui não para, cara, aqui é o ano inteiro assim. Se não tem, se o Corinthians não joga, a gente arruma alguma coisa pra fazer. Que forma? Pô! A gente tem quinze computadores aí numa sala de inclusão digital e ministra curso de graça. Tamo fazendo curso pra [...] Tem a escolinha de futebol pra criança. A gente ensina oficina de mestre sala e porta bandeira, escolinha de bateria. Então, quer dizer, cara, eu vejo a solução assim, mano, ao invés deles querer oprimi, eles contribui, sabe? Fazer parceria com a torcida organizada. Vai ser muito mais, a solução é bem melhor assim do que da forma que eles querem fazer. Porra, mano, eu [...] eu tenho maior respeito por ele, mas às vezes a gente fica confuso. A gente não sabe se ele quer ajudar ou se quer atrapalha. Tá ligado? Ele nunca conversou com a gente, nunca participou, nunca foi torcedor organizado. Conhece pouco! Hoje ele até conhece. Mas, quando eu conheci ele, conheci ele através de um debate, ele colocou um projeto pra ser inserido aí na lei do futebol, no Estatuto do Torcedor, onde tem

um parágrafo lá A e B, onde que vai punir a entidade quando o torcedor organizado devidamente identificado for pego cometendo um crime. Pô, isso é um absurdo, velho, tá ligado? [...] Pô, por favor, promotor aplica isso aí na política! Se aplicar na política, fudeu, velho! Como é que vai fazer, então? Pegar um cara colocando dinheiro na cueca, vai tirar todo mundo! E na Polícia Militar, então?! Falei pra ele, promotor, aplica isso aí na polícia, cara! Primeiro PM que nós pegar sendo corrupto, ou extorquindo dinheiro nosso, porque a gente para certos estádios aqui, se a gente não pagar, a gente não entra. Certo? A gente já tentou lutar contra isso, mas é difícil. É preferível preservar nossa integridade física, porque, infelizmente, aqui ainda é isso o que acontece. Falei para ele: promotor aplica isso na PM, cara. Vão fazer uma estátua sua de bronze sua e vão colocar lá na Paulista ou na Praça da Sé. Porque você vai consertar a política, você vai consertar a Polícia Militar. Agora, porra, mano, o torcedor lá em Ferraz de Vasconcelos, sócio dos Gaviões, de repente faz uma merda lá no dia do jogo, o senhor quer punir a entidade. Pô, está errado. Traz ele para cá, pois a gente tem um estatuto, dentro desse estatuto, a gente tem as nossas punições para ele, ele vai ser excluído da torcida, as autoridades vão punir ele do jeito que tem que ser punido, está resolvido o problema. Eu quero ver esse cara fazer de novo. Eu quero ver o cara fazer de novo. Porque ele vai preso uma vez... na terceira ele não vai [?] Ele vai ficar preso mais tempo. Então, quer dizer, eu acredito, mano, que depende mais deles do que de nós. A nossa parte a gente faz, a gente tenta fazer, tenta conduzir. A gente erra e acerta, como qualquer um. Mas enquanto eles não enxergarem que tem que depender deles... Porra, cara, você pega todas as brigas que tiveram de 95 para cá, tirando aquela do Pacaembu, que culminou na proibição das bandeiras [?] Aquela briga... de 96...

F: É 96.

T: 95 para 96 foi o São Paulo. Dali para cá foi proibido. Dali para cá, piorou. Se você pegar no papel morreu um monte de gente. Porra, o que adiantou proibir? E de lá para cá eles não fizeram nada para tentar contornar a situação. Tá entendendo? Porra, mano! Eu não sei, velho, o que acontece. É complicado. Algumas respostas a gente não tem. A gente vai para o Batalhão de Choque, velho, conversar lá todo jogo que tem a gente vai lá e mostra o vídeo que vai levar e que não vai. Cara, veio um pessoal aqui fazer uma entrevista e pediram a nota que eu desse para polícia em dia de clássico. Eu disse, mano, eu vou dar zero para aquele PM que está atuando em dia de clássico e que não aceita argumentar, que já agride. Agora, para aquele PM que me atende lá no Batalhão, que é o comandante Almir, que é o major Leandro, é o major [?], são caras que são sérios e que tentam ajudar... É difícil a gente falar bem de polícia, essa é grande verdade, mas lá os caras são homens, o trabalho é sério. A gente vai lá a gente é atendido, a gente é ouvido, a gente é respeitado, lá. Só que, infelizmente, mano, hoje em dia, o que se conversa lá, não acontece na porta do estádio. Isso é um problema que a Polícia Militar reconhece. O Batalhão de Choque reconhece isso. Por causa do despreparo da polícia. Não pode, mano, aquele cara que invade presídio para conter rebelião, aquele cara que faz ronda para trocar tiro com traficante, para trocar tiro com bandido, ir lhe dar com torcida organizada. Não existe isso! Isso custa dinheiro e é do conhecimento da gente, que o Batalhão de Choque está fazendo um treinamento para praça desportiva, pô da hora!

F: Deixa eu te fazer uma pergunta: você falou do caso do Vasco, que você foi ao enterro e tudo mais... Você já vivenciou algum outro tipo de situação de violência?

T: Ah, vários, vários, vários. Tanto aqui em São Paulo como fora. Já fui vítima também da... de outros torcedores não, graças a Deus nunca tive... Mas não é só flores, velho, o negócio é árduo, é difícil. Eu já fui agredido, já tomei quinze pontos na cabeça no Pacaembu, naquele Corinthians e Santos, 7 a 1, o PM me deu uma cacetada aqui na cabeça, pegou nesse bico do boné aqui. Porra, cara, tomei quinze pontos, perdi sangue pra caralho, fiquei uns dez dias sentindo tontura. Para que tamanha violência? Desse tamanho? O que que eu estava fazendo para ser agredido por tamanha violência? E tantos outros exemplos mais. Eu já vi diversas formas de abuso de autoridade da polícia. E hoje, principalmente com os Gaviões, toda e qualquer confusão que saia dentro do estádio, ou na bilheteria do estádio, a culpa é da polícia militar, por que eles são despreparados. Esses caras lá do Choque que comandam, eles mesmos sabem, eles mesmos sabem. Eles não têm paciência para organizar a fila; se você vai argumentar com o policial, você não consegue, o cara te manda tomar no cu e o caralho... Aí já começa a te humilhar como homem, como pessoa. Pô, mano, caralho... Tem vários problemáticos, nós somos os problemáticos. Eu digo assim: você pega um domingo de jogo, o torcedor corintiano, a maioria é da classe baixa mesmo, é o cara mais sofrido, é aquele cara mais simples... Então o cara vai para o jogo, o cara não pode beber lá, então o cara já chega meio... De repente ele tenta furar fila, ele é espancado, velho. Ele é quebrado no pau ali. Não precisa, porque isso pode gerar uma desgraça, como acontece. Todas as vezes acontece assim. Meu, eles estão lá, pode ver que dentro do jogo eles ficam monitorando a torcida organizada e procurando o cara que tá fumando maconha, que tá fazendo alguma coisa errada. Quem eles acham, põem [?] eles passam. A patrulha sobe no meio da torcida, vai lá resgatar o cara, chega lá também no cara de uma forma super agressiva, às vezes até agride. Mano, tá lá vinte mil caras, você acha que vai dar o quê? Eles têm que levantar a mão para o céu pelas vezes que eles subiram lá e desceram com o torcedor [?] cabeça. Por que se a gente quiser, a gente vira. Pô, quantas vezes não viram aí PM apanhando aí e dia de jogo? Certo, não me leve a mal, eles podem estar em mil policiais, nós estamos em quarenta mil torcedores. Certo? Se todo mundo, ou pelo menos a metade disso for para cima, nós vira eles de ponta cabeça. Mas, porra, velho, não é isso que a gente quer. A gente quer respeito, quer ser respeitado. Se o policial pega o cara e diz “ô, meu vem cá, você está preso”. Ele vai ficar lá até o final da partida, você não tem ocupação. “Você tentou invadir o campo. Eu vou anotar teu nome aqui” – Esses policiais, no DECAD montam uma delegacia especial no dia do jogo – “A tua punição vai ser dois joguinhos, viu? Nos próximos jogos você não vai entrar. Quando for dez da manhã, você vai colar aqui, se não você tá preso”. É onde eu falei, tem que punir, mas não, de repente o cara cruza o cara pelo pescoço, já quebra ele no pau ali, se tiver algum estrago pessoal nele ali ele não vai ligar. Então, quer dizer, eu bato na tecla de que [?] uma polícia [?] jogo e quando esses caras aí se conscientizar de que depende mais deles, o negócio diminui bastante e funciona.

F: Deixa eu te fazer mais outra pergunta: para você, na sua perspectiva, a violência no futebol, a violência envolvendo torcedores constitui um problema?

T: Sim.

F: Por que constitui?

T: É um problema por que gera vários problemas. Ele gera a discrimina... a gente é discriminado. Certo? Um jovem quer vir para cá, o pai e a mãe não deixam. A orientação que você tem é para não vir. E hoje é um dia que se você descer aí, você vai ver famílias, vai ver criança correndo em volta das mesas... Mas aí, a imagem que se tem é de violência. Eu vou deixar o meu filho ir pra uma torcida organizada no dia de Corinthians e São Paulo? Ele vai morrer com uma barrada de ferro na cabeça. E gera isso daí, é um problema seriíssimo

F: Ao longo do seu discurso, eu já pude identificar algumas causas das quais... Teria... Quais causas você destacaria dessas que você já falou? Você acrescentaria alguma? Quais as principais?

T: Violência?

F: É.

T: Fora do estádio, eu destaco a infraestrutura que o cidadão tem aqui. Não tem transporte, não tem nada. O preço do ingresso, não tem nada. E o despreparo da polícia, eu foco nesses dois assuntos a violência hoje no futebol, aqui dentro. Agora, não vamos falar sobre os mau torcedores. Não precisa nem ser dito. Existe, tem que ser pego, punido e excluído da entidade. Pra mim, isso é assunto resolvido. Nesse contexto... Mas isso só funciona se a tolerância deles funcionar, uma coisa tá ligada à outra. Mas eu foco no despreparo da polícia e na desigualdade social que a gente tem aqui dentro.

F: Então da sua perspectiva, os principais culpados seriam a polícia, os mau torcedores...

T: O despreparo da polícia, a falta de estrutura que o futebol brasileiro tem.

F: E da tua perspectiva, o que deve ser feito com esses culpados? Com a polícia, com o mau torcedor...

T: Eu acho que...

F: Eu junto até uma outra pergunta que eu ia te fazer, quais são as possíveis soluções para... Você destacou algumas.

T: Sim. Eu vejo assim, eu vejo dessa forma, as pessoas que comandam o futebol pararem de... se concentrar em acabar realmente, em ajudar, a fazer parcerias com as torcidas organizadas, vai tá começando a resolver o problema. De que forma? Punindo quem tem que ser punido, orientando quem tem que ser orientado. Fazendo acontecer. Cada um com sua habilidade: a Polícia Militar trabalhando direito, o Ministério público monitorando e punindo o indivíduo, e assim... Desse jeito. E a entidade, também, cumprindo seu papel, excluindo o mau torcedor, excluindo o indivíduo que não presta, aquele que vem só para querer brigar e causar a violência. Eu vejo dessa forma, né? Longe disso acontecer, mas eu vejo que essa é a possível solução. Enquanto não tiver leis que funcionam e realmente o cara seja punido, a polícia preparada para lidar com o torcedor... Você viu que o futebol foi para outra coisa. Você pega um ginásio lotado aí de vôlei, de basquete, o problema é o mesmo, tem tumulto nas filas, tem

tumulto na compra do ingresso. Então, quer dizer, eu acredito nisso daí, a solução tá aí, tá aí neles mesmos. Tá no Ministério Público, tá no PM, e tá na gente também, dessa forma, cada um fazendo acontecer o seu papel de verdade, com respeito, ouvindo as partes. “Vamos conversar, a gente vai passar para o Ministério Público o que de [?] de choque, o que funciona. A gente já fez isso várias vezes e continua fazendo, né? A gente espera que um dia isso aconteça, cara. Eu vejo... O Gaviões tem quarenta anos de história, a gente tem diversas fases aí em que a gente participou ativamente da política do Brasil, inclusive, que a gente teve participação nas Diretas, a gente está sempre envolvido em causas sociais aí, inclusive da política do Estado, da Prefeitura e do Brasil. A gente nasceu... Quando o Gaviões nasceu, o Brasil atravessava uma ditadura, certo? Os nossos fundadores foram perseguidos igual... bem dizer igual os nossos políticos que foram perseguidos, porque a diretoria do Corinthians contratava capangas para pegar os nossos fundadores quando eles se reuniam para tentar bolar uma estratégia para tentar derrubar uma ditadura que existia no clube há vários anos, liderada pelo Seu Wadih Helu. E o Gaviões, ele já nasceu assim, cara. Tá ligado? Nasceu uma influência monstruosa, meu, dentro do futebol, dentro da política interna do Corinthians, que nenhuma torcida do Brasil aqui tem. Eles escutam o que a gente fala e a gente espera que isso aconteça com a Polícia, com o Ministério Público, com o governador, com o presidente da Federação, que ele escute o que a gente tem para dizer, as nossas sugestões... Que pelo menos ele escute, pelo menos tentar resolver. A partir do momento que o torcedor souber que ele vai ser punido, cara, é natural que o resultado seja diminuir a violência. A partir do momento que ele sabe que o policial não vai... que ele vai ser mais tolerante, o cara que vai estar com ele vai respeitar a prisão do outro. “Mano, não vamos se intrometer porque tava errado. Tava lá usando entorpecente, tentou pular catraca, o policial abordou ele e levou ele para lá”. Eu acho que esse é o caminho. Eu vejo a solução assim, desse jeito. A gente vai trabalhando para tentar acontecer, seja num segmento, no outro, as pessoas que dão espaço... Por isso que eu falo, no Batalhão de Choque a gente tem esse espaço e eles escutam, tanto que, pô meu, não é por nada, não apareceu da cabeça do major colocar a tropa dele para fazer um curso para atender futebol, seja o que for... O Batalhão de Choque segundo tem uma importância mostra dentro da cidade, né cara? [alguém interrompe a entrevista e fala algo para Tatinho]. Eu vejo dessa forma.

F: Não vou tomar muito mais o seu tempo, mas eu gostaria que você me respondesse duas perguntas ainda, é possível?

T: Sim.

F: Primeira, eu queria saber, da sua perspectiva, quais são as principais consequências da violência envolvendo torcedores, da violência no futebol?

T: Meu, a consequência ela é... ela é muito triste, cara. A consequência é lamentável, porque chora a família. Eu vejo mais pela família, porque a violência... quando a gente pensa em violência no futebol, é alguém que perde a vida, é alguém que é agredido, é alguém que é agredido de uma forma tão violenta que não consegue mais ser uma pessoa normal, quando toma alguma porrada na cabeça... Mano, a pior consequência que se tem é a família, velho. Por que você visita o... O que que... Eu não sabia o que dizer para a mãe do menino. Fui lá

como representante da torcida, junto com meus amigos aqui, meu, vou falar o que para aquela mãe que está enterrando o filho dela ali, que saiu para ver um jogo. Sabe? Moleque com dezenove anos, com uma puta perspectiva de vida. Então, velho, eu falo para você, é a família. Na minha opinião, é a maior consequência disso tudo. Perde o clube, perde a torcida, perde até a Polícia, porque fica ali estampado o atestado de incompetência do [?], porque não conseguiu dar a segurança, o Ministério Público, perde todo mundo. Mas, para mim, quem mais perde, infelizmente, é a família, por que a gente... Eu sou de uma formação católica, onde a família é importante, aqui a gente preza pela família, aqui a gente recebe família. Tem caso da família toda ser sócia, tem uma história dentro da torcida. Então, cara, é muito triste quando você vê uma mãe chorando, ou um irmão chorando por que perdeu o cara em uma partida de futebol, morto de uma forma violenta. Porque você, você morrer em um acidente de carro, você morrer de qualquer outra coisa, de uma doença, é diferente de você saber que um companheiro seu... Para você ver como me pega, e eu não era nem parente do cara. Mas era corintiano, igual eu, poderia ter sido eu, ou meu irmão que faz parte... Morrer a paulada, morrer com uma parada de ferro na cabeça, tiro na cara, por causa de futebol, mostra o tamanho da intolerância que existe. Não é fácil não, o negócio é muito difícil, mas eu vejo dessa forma, quem mais perde nisso tudo aí, a maior consequência é a família

F: Então eu vou finalizar, fazer uma última questão para você, que já estava um pouco implícita nessa tua resposta agora, mas quem são as principais vítimas da violência?

T: As principais... Então, é mais ou menos parecido a... as vítimas somos todos nós. A vítima acaba sendo o próprio torcedor, a própria entidade, a própria Polícia, também, porque envolve um contexto. Eu vejo dessa forma, quando acontece uma coisa assim, quando acontece uma violência exagerada – se é que dá para classificar violência, né velho? Violência é violência – todo mundo perde. Todo mundo perdeu. Perdeu a Polícia que não conseguiu chegar a tempo, perdeu o Ministério Público que não fez nada para que isso não acontecesse, perdeu a entidade, perdeu o torcedor, perdeu a família do torcedor. Para mim, todo mundo perde.

F: Muito obrigado e eu fico a disposição... Posso deixar meu e-mail, posso deixar meu celular. O trabalho ainda vai demorar um pouco para ser publicado, por que eu estou mais ou menos no meio da minha tese de doutorado, mas eu tenho toda a disponibilidade depois para...

T: Ah, tranquilo, anota meu e-mail aí...

ANEXO 3 – Roteiro de entrevista

- 1 – O que vêm à sua cabeça quando você pensa na questão da violência envolvendo torcedores de futebol?
- 2 – Você já vivenciou ou presenciou alguma situação de violência envolvendo torcedores de futebol?
- 3 – Você acha que essa violência é um problema? Por quê?
- 4 – Quais as principais causas dessa violência?
- 5 – Quem são seus principais responsáveis?
- 6 – O que deve ser feito com eles?
- 7 – Quais as principais consequências dessa violência?
- 8 – Quem são os principais prejudicados por ela?
- 9 – Quais as possíveis soluções para essa violência?

ANEXO 4 – Termo de consentimento livre e esclarecido**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO****INSITUTO DE PSICOLOGIA**

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IPUSP (Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco G, sala 22, Cidade Universitária – São Paulo, SP–fone; (11) 3097-0529).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O objetivo da pesquisa “Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social” é analisar em que medida e como os discursos de torcedores, jornalistas, acadêmicos, dirigentes esportivos e autoridades acerca da violência envolvendo torcedores de futebol servem para subverter e/ou estabelecer e sustentar relações de dominação no contexto social onde essa violência é definida como um problema social. Para tanto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com esses sujeitos. A finalidade das entrevistas é de proporcionar material discursivo para a análise proposta acima.

As entrevistas serão gravadas de modo a facilitar o registro das informações e para isto é necessário ter seu consentimento explícito, sendo este um procedimento normal dentro dos padrões de ética em pesquisa. O meu compromisso em relação ao uso desta gravação é:

1. que as vozes dos entrevistados não serão, em hipótese alguma, utilizadas nos meios de comunicação;
2. que as informações obtidas por meio das entrevistas serão utilizadas somente para fins acadêmicos, como dado complementar para consecução dos objetivos delineados acima e poderão ser publicadas em livros ou artigos científicos;
3. que a análise dos dados obtidos através das entrevistas estará disponível para os entrevistados;
4. que após o término da pesquisa, o cd com as gravações das entrevistas ficará sob minha posse e será armazenado em minha residência;
5. que os entrevistados poderão pedir os esclarecimentos que desejarem e/ou deixar a pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos;
6. que serão preservadas as identidades dos entrevistados, caso isto seja solicitado.

☐ solicito que meu anonimato seja mantido ☐ solicito que meu anonimato não seja mantido

Caso concorde com os termos propostos, solicito sua assinatura neste documento.

Data: / / _____

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Felipe Tavares Paes Lopes, pesquisador principal desta pesquisa, domiciliado à Rua Dona Antônia de Queirós, 223, apto. 34, Consolação, São Paulo – SP, fone (11) 2894-9636, comprometo-me a utilizar as informações fornecidas na entrevista obedecendo os termos do presente Consentimento Informado.

Data: / / _____

Orientador: Esdras Guerreiro Vasconcellos

Data: / / _____

ANEXO 5 – Fichas de análise

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	André Azevedo
LOCAL	Sede da Dragões da Real
DATA	28/10/2011

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Violência é uma questão social, de desemprego e de educação e ela não pode estar atrelada à imagem da torcida organizada.</p> <p>M2. Torcida organizada faz parte da sociedade e tem todos os problemas que ela tem.</p> <p>M3. O fato de a pessoa poder se esconder na massa pode contribuir com a violência.</p> <p>M4. A rivalidade não é principal causa da violência.</p> <p>M5. Hoje, importa-se mais em vender pay-per-view do que trazer o torcedor para dentro do estádio, onde ele é mal tratado.</p> <p>M6. A violência policial existe aos montes e gera mais violência.</p> <p>M7. Torcida organizada é estigmatizada e paga uma conta que não é dela.</p> <p>M8. Não existe uma única solução para a violência, mas o diálogo estabelecido pelos torcedores organizados através da CONATORG já tem minimizado o problema.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Violência é uma questão social</p> <p>2 – Desemprego.</p> <p>3 – Falta de educação de qualidade.</p> <p>4 – Anonimato.</p> <p>5 – Violência policial.</p> <p>6 – Hoje, importa-se mais em vender pay-per-view do que trazer o torcedor para dentro do estádio, onde ele é mal tratado.</p>

ENVOLVIDOS
1 – Torcida organizada que faz parte da sociedade e que tem todos os problemas que ela tem, além de ser estigmatizada e pagar uma conta que não é dela.
SOLUÇÕES
1 – Não existe uma única solução para a violência.
2 – Diálogo estabelecido pelos torcedores organizados através da CONATORG.

DADOS GERAIS	
AUTOR	André Kfourri
TÍTULO	Pérolas reais
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	11/09/2009
PÁGINA	

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Estamos em tempos de entrevistas socializadas e coberturas pasteurizadas.</p> <p>M2. Alexandre Kalil, presidente do Atlético-MG, avançou no sinal ao misturar sinceridade com irresponsabilidade, com declaração incendiária.</p> <p>M3. No Brasil, a violência não precisa de estímulo. Nem a idiotice dos que a praticam “em nome” de um distintivo.</p> <p>M4. Renato Gaúcho, técnico do Grêmio, foi corajoso ao nos brindar com uma fresta do que ocorre nos vestiários.</p> <p>M5. Joel Santana, técnico do Botafogo, merece agradecimentos por ter declarado que é melhor perder jogando como heróis do que ganhar jogando como covardes.</p> <p>MC. As declarações de Alexandre Kalil, Renato Gaúcho e Joel Santana fogem do marasmo.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Estamos em tempos de entrevistas socializadas e coberturas pasteurizadas.</p> <p>2 – No Brasil, a violência não precisa de estímulo. Nem a idiotice dos que a praticam “em nome” de um distintivo.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Alexandre Kalil, presidente do Atlético-MG, Renato Gaúcho, técnico do Grêmio e Joel Santana, técnico do Botafogo, que fizeram declarações que fogem do marasmo.</p> <p>2 – O primeiro avançou no sinal ao misturar sinceridade com irresponsabilidade, com declaração incendiária.</p> <p>3 – O segundo foi corajoso ao nos brindar com uma fresta do que ocorre nos vestiários.</p> <p>4 – O terceiro merece agradecimentos por ter declarado que é melhor perder jogando como heróis</p>

do que ganhar jogando como covardes.

SOLUÇÕES

Não apresenta soluções

DADOS GERAIS	
AUTOR	Aurélio Miguel
TÍTULO	Risco ou só alegria? ...por outro lado...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	26/08/2009
PÁGINA	13

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A máscara do Jason leva graça e diversão ao estádio, e é um belo espetáculo para a TV, para a imprensa e, principalmente, para os torcedores.</p> <p>M2. A torcida é uma – senão a maior – das razões de ser do futebol.</p> <p>M3. Todos nós temos de defender a paz entre os torcedores e ouvir os argumentos e respeitar o trabalho da Polícia Militar, mas o uso das máscaras é uma demonstração pacífica, descontraída e que favorece a festa.</p> <p>MC. É um equívoco a proibição da máscara do Jason.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Máscara do Jason que leva graça e diversão ao estádio, e que é um belo espetáculo para a TV, para a imprensa e, principalmente, para os torcedores.
ENVOLVIDOS
<p>1 – Polícia Militar que deve ser ouvida e respeitada.</p> <p>2 – Torcida que é uma – senão a maior – das razões de ser do futebol.</p>
SOLUÇÕES
1 – É um equívoco a proibição da máscara do Jason.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Benjamin Back
TÍTULO	A punição foi justa, mas...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	17/12/2009
PÁGINA	36

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. As cenas após a partida entre Fluminense e Coritiba foram deprimentes e nada justifica aqueles atos de covardia e vandalismo, praticados por animais que não representam a maioria.</p> <p>M2. O mais correto seria o time ser rebaixado para a terceira divisão, aí sim tanto o clube no seu envolvimento com as facções organizadas, quanto alguns de seus torcedores, talvez pensassem um pouco mais antes de cometer tais absurdos.</p> <p>M3. Pelo histórico do STJD, é mais possível que tudo termine em pizza.</p> <p>M4. O descrédito em relação à impunidade que impera neste país é tão grande que a maioria das pessoas, além de não acreditar em mais nada, também nem liga mais quando nada acontece.</p> <p>M5. A punição só foi rigorosa por conta da repercussão internacional do caso, que se tivesse ocorrido com um dos quatro grandes clubes do Rio de Janeiro e de São Paulo teria sido bem mais branda.</p> <p>M6. Usar como argumento de que nunca um clube brasileiro havia recebido uma pena tão severa como essa não serve, pois uma hora a coisa tem que mudar.</p> <p>M7. A justiça tem que ser igual para todos.</p> <p>MC. A severa punição imposta ao Coritiba, com a perda de trinta mando de jogos, mais R\$620 mil em multas, foi justa, mas até branda.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Cenas após a partida entre Fluminense e Coritiba que foram deprimentes.
ENVOLVIDOS
1 – O clube no seu envolvimento com as facções organizadas, quanto alguns de seus torcedores, que talvez pensassem um pouco mais antes de cometer tais absurdos caso o Coritiba fosse rebaixado

para a terceira divisão.

2 – Animais que não representam a maioria e que praticam atos de covardia e vandalismo, que não se justificam.

3 – STJD que possui um mau histórico, que faz crer que é mais possível que tudo termine em pizza.

4 – Maioria das pessoas que, devido ao descrédito em relação à impunidade que impera neste país, além de não acreditar em mais nada, também nem liga mais quando nada acontece.

SOLUÇÕES

1 – Punição dada ao Coritiba que só foi rigorosa por conta da repercussão internacional do caso, que se tivesse ocorrido com um dos quatro grandes clubes do Rio de Janeiro ou de São Paulo teria sido bem mais branda.

2 – Usar como argumento de que nunca um clube brasileiro havia recebido uma pena tão severa como a estabelecida ao Coritiba não serve, pois uma hora a coisa tem que mudar.

3 – A justiça tem que ser igual para todos.

4 – A severa punição imposta ao Coritiba, com a perda de trinta mando de jogos, mais R\$620 mil em multas, foi justa, mas até branda.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Benjamim Back
TÍTULO	A violência está na impunidade!
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	25/02/2010
PÁGINA	27

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Nada mudará depois dos episódios de violência ocorridos.</p> <p>M2. Identificar torcedores através de um cartão magnético, proibir a entrada de bandeiras e camisas de torcidas no estádio são medidas que não resolvem absolutamente nada.</p> <p>M3. Realizar jogos com a presença da torcida do clube mandante é assinar a própria sentença de incompetência, é atestar que jogar a poeira para debaixo do tapete é a melhor solução.</p> <p>M4. As arquibancadas do futebol paulista estão cada vez mais sem graça, frias e as autoridades, como sempre, preocupadas mais em aparecer que agir.</p> <p>M5. O código penal deve ser mudado, as leis têm de ser cumpridas, tem de haver fiscalização e acabar com a impunidade.</p> <p>M6. O problema não são as torcidas organizadas.</p> <p>MC. A violência está na impunidade.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Situação que não muda.</p> <p>2 – As arquibancadas do futebol paulista estão cada vez mais sem graça e frias.</p> <p>3 – Impunidade.</p> <p>4 – Falta de fiscalização.</p> <p>5 – Código penal arcaico.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Autoridades que, como sempre, estão mais preocupadas em aparecer que agir.</p>

2 – Torcidas organizadas que não são o problema.

SOLUÇÕES

1 - Identificar torcedores através de um cartão magnético, proibir a entrada de bandeiras e camisas de torcidas no estádio são medidas que não resolvem absolutamente nada.

2 - Realizar jogos com a presença da torcida do clube mandante é assinar a própria sentença de incompetência, é atestar que jogar a poeira para debaixo do tapete é a melhor solução.

3 – Mudar o código penal.

4 – Fazer valer as leis.

5 – Fiscalizar.

6 – Acabar com a impunidade.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Benjamin Back
TÍTULO	Cartolas organizados
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	19/02/2009
PÁGINA	28

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A impunidade impera no Brasil e as medidas tomadas até hoje no Brasil foram apenas notas para sair na mídia.</p> <p>M2. Cadastramento de torcedores não impede nada e não funciona, assim como proibir o uso de camisas organizadas nos estádios.</p> <p>M3. No último domingo um torcedor do Atlético-MG morreu assassinado e as imagens de selvageria no Morumbi foram de dar medo.</p> <p>M4. Futebol é entretenimento e não guerra.</p> <p>M5. Como nada do que foi feito até hoje deu certo, então que nos clássicos apenas uma torcida entre nos estádios e, se não resolver, em breve será melhor jogar com portões fechados.</p> <p>M6. Está mais do que na hora de dirigentes, imprensas, jogadores e torcedores se mobilizarem em algo concreto e sem médias ou hipocrisias e fazerem alguma coisa para mudar esse cenário “Mad Max” que vem se tornando o futebol brasileiro.</p> <p>M7. Semblante dos torcedores organizados do Corinthians chegando no Morumbi era do mais puro ódio, seus rostos mostravam a fúria de quem estava indo para a guerra e não para uma simples partida de futebol, lembrando até alguns movimentos fundamentalistas.</p> <p>M8. O problema é que as pessoas de bem são obrigadas a pagar pelos ruins, por isso os clássicos, principalmente em São Paulo, tem cada vez menos público.</p> <p>M9. Pais não têm coragem de levar os filhos em jogos entre dois times grandes do mesmo estado.</p> <p>M10. Chegamos ao fundo poço e ninguém faz absolutamente nada para mudar.</p> <p>M11. Bandos os facções têm extrapolado suas frustrações em forma de violência e até com técnicas terroristas.</p> <p>M12. O exemplo deve vir de cima.</p> <p>MC. Dirigentes dão entrevistas totalmente isentas de inteligência, que nada ajudam, e que, nesses momentos, parecem vestir camisas de torcidas organizadas, acirrando ainda mais o terror.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2	
CONDIÇÕES	
<p>1 – Impunidade.</p> <p>2 – Futebol brasileiro vem se tornando um cenário “Mad Max”, com assassinatos e cenas de selvageria.</p> <p>3 – Clássicos, principalmente em São Paulo, cada vez com menos público.</p> <p>4 – Chegamos ao fundo poço.</p>	
ENVOLVIDOS	
<p>1 – Dirigentes, imprensas, jogadores e torcedores que não se mobilizam em algo concreto, sem fazer médias ou hipocrisias.</p> <p>2 – Torcedores organizados do Corinthians que, chegando no Morumbi, eram do mais puro ódio, com rostos que mostravam a fúria de quem estava indo para a guerra e não para uma simples partida de futebol, lembrando até alguns movimentos fundamentalistas.</p> <p>3 – Pessoas de bem que são obrigadas a pagar pelos ruins.</p> <p>4 – Pais que não têm coragem de levar os filhos em jogos entre dois times grandes do mesmo estado</p> <p>5 – Bandos e facções que têm extrapolado suas frustrações em forma de violência e até com técnicas terroristas</p> <p>6 – Dirigentes que dão entrevistas totalmente isentas de inteligência, que nada ajudam, e que, nesses momentos, parecem vestir camisas de torcidas organizadas, acirrando ainda mais o terror.</p>	
SOLUÇÕES	
<p>1 – As medidas tomadas até hoje foram apenas notas para sair na mídia.</p> <p>2 – Cadastramento de torcedores não impede nada e não funciona, assim como proibir o uso de camisas organizadas nos estádios.</p> <p>3 – Clássicos apenas uma torcida entre nos estádios e, se não resolver, jogar com portões fechados.</p> <p>4 – Exemplo deve vir de cima.</p>	

DADOS GERAIS	
AUTOR	Benjamin Back
TÍTULO	Deram espaço, agora aguentem...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	03/12/2009
PÁGINA	40

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A intimidação ao jogador Vagner Love não foi nem a primeira nem a última agressão de membros de torcidas organizadas a um jogador de futebol.</p> <p>M2. Os torcedores organizados são torcedores profissionais e estão cada vez mais atuantes: elegem vereadores, deputados e, em alguns casos, possuem orçamentos maiores do que muitos clubes.</p> <p>M3. Nada justifica uma agressão a um jogador de futebol, quem deve tomar as medidas devidas é a direção do clube.</p> <p>M4. Lugar de torcedor é na arquibancada, comprando ingresso, vaiando, reclamando, xingando, aplaudindo e não fazendo emboscada e agredindo jogador ou quebrando patrimônio do clube.</p> <p>M5. Torcedores organizados não deveriam ter contato com cartolas e muito menos aceitar qualquer tipo de benefício, caso contrário o termo independente ficará apenas nas faixas.</p> <p>MC. Dirigentes desportivos não devem criar vínculos com torcidas organizadas.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Vínculo entre dirigentes desportivos e torcedores organizados.
ENVOLVIDOS
<p>1 – Jogadores de futebol intimidados por membros de torcidas organizadas.</p> <p>2 – Torcedores organizados que são torcedores profissionais, que estão cada vez mais atuantes – elegem vereadores, deputados e, em alguns casos, possuem orçamentos maiores do que muitos clubes – e que não deveriam aceitar ter contato com cartolas e muito menos aceitar qualquer tipo de benefício, caso contrário o termo independente ficará apenas nas faixas</p> <p>2 – Torcedor que deve ficar na arquibancada, comprando ingresso, vaiando, reclamando, xingando, aplaudindo e não fazendo emboscada e agredindo jogador ou quebrando patrimônio do clube.</p> <p>3 – Dirigentes desportivos que não devem criar vínculos com torcidas organizadas e quem deve</p>

tomar as devidas medidas caso um jogador não esteja rendendo o esperado dentro de campo.
--

SOLUÇÕES

Não apresenta soluções

DADOS GERAIS	
AUTOR	Benjamin Back
TÍTULO	O problema não está no Jason
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	13/08/2009
PÁGINA	36

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Devido às inúmeras proibições, as arquibancadas do futebol paulista estão cada vez mais tristes, monótonas e frias, diferentemente do que ocorre no Maracanã.</p> <p>M2. É mais fácil acabar com a diversão do torcedor do que prender e punir o cidadão que vai a uma partida de futebol para causar problemas ou querer matar o outro apenas porque torce para um time diferente do seu.</p> <p>M3. Já ocorreram inúmeras confusões com as câmeras filmando tudo, mostrando os rostos dos <i>hooligans</i> tupiniquins e nada aconteceu.</p> <p>M4. As autoridades paulistas atuam com muito mais rigor nas consequenciais do que nas causas e quem paga isso é o torcedor do bem, aquele que faz do futebol uma festa.</p> <p>MC. A proibição do uso da máscara do Jason e acabar com a diversão do torcedor não resolve o problema, pois ele está na impunidade.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Devido às inúmeras proibições, as arquibancadas do futebol paulista estão cada vez mais tristes, monótonas e frias, diferentemente do que ocorre no Maracanã.</p> <p>2 – Impunidade.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Autoridades paulistas que atuam com muito mais rigor nas consequenciais do que nas causas.</p> <p>2 – Torcedor do bem, aquele que faz do futebol uma festa, que paga pelas medidas adotadas pelas autoridades paulistas.</p> <p>3 – <i>Hooligans</i> tupiniquins que são filmados, mas não são punidos.</p>
SOLUÇÕES

1 – Proibir a máscara do Jason e acabar diversão do torcedor não resolve o problema.

2 – Prender e punir

DADOS GERAIS	
AUTOR	Bernardo Buarque de Holanda
TÍTULO	Arquibancadas do ódio
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	30/05/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Os anos 1980 foram decisivos no aparecimento e na implantação de uma "cultura torcedora" nos estádios franceses, graças à influência de outros países vizinhos, como a Inglaterra e a Itália.</p> <p>M2. Juntamente com as oposições em escala local, a popularização das torcidas na França foi forjada pela criação de uma oposição nacional entre clubes.</p> <p>M3. Quando se observa a evolução da "subcultura torcedora" no Brasil e na França, deve-se atentar para as influências externas de trocas e reciprocidades entre grupos, mas também para aspectos sociais internos que os antropólogos chamam de dramatização.</p> <p>M4. Muitas das torcidas organizadas do Rio têm se estruturado em torno do drama da violência urbana, do tráfico de drogas, das armas de fogo e de rivalidades entre favelas que matam jovens diariamente.</p> <p>M5. Na França e em boa parte da Europa, a questão da migração e da integração de contingentes populacionais oriundos das suas antigas colônias põe em cena problemas como o racismo.</p> <p>MC. Loteamento dos estádios por torcedores dramatiza a violência social.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Para se compreender a “subcultura” torcedora, deve-se atentar para influências externas de trocas e reciprocidades entre grupos, mas também para aspectos sociais internos que os antropólogos chamam de dramatização.</p> <p>2 – Na França e em boa parte da Europa, a questão da migração e da integração de contingentes populacionais oriundos das suas antigas colônias põe em cena problemas como o racismo.</p> <p>3 – Loteamento dos estádios por torcedores dramatiza a violência social.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcidas francesas que se popularizam nos anos 1980 com as oposições em escala local e com a criação de uma oposição nacional entre clubes, e que, influenciadas principalmente por Inglaterra e Itália, implementam uma “cultura torcedora” nos estádios.</p> <p>2 – Torcidas organizadas cariocas que têm se estruturado em torno do drama da violência urbana, do tráfico de drogas, das armas de fogo e de rivalidades entre favelas que matam jovens</p>

diariamente.
SOLUÇÕES
Não apresenta soluções

DADOS GERAIS	
AUTOR	Bernardo Buarque de Holanda
TÍTULO	O cerco policial às organizadas é uma missão complexa
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	16/09/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O ano de 1988 iniciou o processo de criminalização das uniformizadas.</p> <p>M2. Dentre as tentativas de controle da escalada do fenômeno, assinale-se, no Rio, a criação do Grupo Especial de Policiamento em Estádios e a recente fundação da Federação de Torcidas Organizadas do Rio.</p> <p>M3. A polícia tem mudado de estratégia: ao invés de se restringir ao monitoramento nos dias de jogos, tem agido de forma preventiva, fazendo emprego da “inteligência”, a fim de evitar embates programados.</p> <p>M3. A complexidade do quadro atual da violência no futebol é fruto do crescimento das torcidas organizadas.</p> <p>M4. Os líderes das torcidas organizadas perderam o controle dos associados e optaram por segmentar espacialmente sua estrutura organizacional, mediante a divisão em territórios que seguem a lógica das zonas geográficas da cidade.</p> <p>MC. A nova dinâmica, segmentada e territorial, das torcidas organizadas é complexa, mas a polícia tem se concentrado nela, tentando impedir brigas que são programadas e cujo cenário são regiões específicas.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Crescimento das torcidas organizadas e a decorrente segmentação espacial de suas estruturas organizacionais.
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcidas uniformizadas que passaram a ser criminalizadas a partir de 1988.</p> <p>2- Líderes das torcidas organizadas que perderam o controle dos associados e segmentaram espacialmente a estrutura organizacional das torcidas.</p> <p>3- Polícia que tem agido de forma preventiva, se concentrado na nova dinâmica complexa segmentada e territorial das torcidas organizadas.</p>

SOLUÇÕES

- 1 – Criação do Grupo Especial de Policiamento em estádio.**
- 2 – Fundação da Federação de Torcidas Organizadas do Rio.**
- 3 – Ações preventivas da polícia, com emprego da “inteligência”.**

DADOS GERAIS	
AUTOR	Bernardo Buarque de Holanda
TÍTULO	Torcidas-empresas
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	28/02/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Houve uma mudança na dinâmica espacial dos confrontos entre torcidas organizadas: se, até o final dos anos 80, as torcidas se confrontavam com mais frequência dentro dos estádios, a partir do decênio seguinte, a crescente vigilância em seu interior levou à sistematização das brigas para fora das arenas.</p> <p>M2. A violência – bem como a busca por sua sublimação – é um componente agonístico liminar, constitutivo da sociedade e da atividade esportiva.</p> <p>M3. A especificidade dos embates físicos das torcidas organizadas é que ela assiste a ciclos violentos, verdadeiras "espirais" que fazem e desfazem vendetas ao sabor das gerações e das lideranças à frente dos grupos, com o efeito alarmante de difundir aquilo que na Europa se chamou de "pânico moral".</p> <p>M5. A solução do problema tem, quase sempre, recaído na interdição das torcidas – por meio da simples extinção jurídica ou da proscrição dos "baderneiros" – vem redundando em sucessivos fracassos.</p> <p>M7. A expansão em âmbito nacional das torcidas acarreta o recrutamento de mais simpatizantes, o que leva ao seu alargamento simbólico-territorial, à semiprofissionalização de seus quadros e à formação de uma complexa rede de relações sociais.</p> <p>MC. As torcidas organizadas converteram-se em lugares de negócios, passando a se valer do marketing, do merchandising e da oferta de uma série de produtos ligados a suas grifes.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Violência, bem como a busca por sua sublimação, é um componente agonístico liminar, constitutivo da sociedade e da atividade esportiva.</p> <p>2 – Crescente vigilância dentro dos estádios levou à sistematização das brigas para fora das arenas.</p> <p>3 – Embates físicos das torcidas organizadas fazem e desfazem vendetas ao sabor das gerações e das lideranças à frente dos grupos e difunde aquilo que na Europa foi denominado de "pânico moral".</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcidas organizadas que se expandiram em âmbito nacional e que se converteram em lugares</p>

de negócio, passando a se valer do marketing, do merchandising e da oferta de uma série de produtos ligados a suas grifes.

SOLUÇÕES

1 – Interdição das torcidas, por meio da simples extinção jurídica ou da proscrição dos baderneiros, tem redundado em fracassos.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Clóvis Rossi
TÍTULO	O medo venceu a alegria
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	19/02/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Limitar a apenas 5% a venda de ingressos aos torcedores do time que não é mandante da partida, assim como proibir a presença de mais de uma torcida no mesmo estádio, significa que desistimos de conviver com o "outro".</p> <p>M2. Hoje, o torcedor do clube visitante é colocado em situação similar à do imigrante ilegal.</p> <p>M3. Deixar de levar o filho aos estádios por conta da violência significa renunciar não só à alegria – um direito fundamental – mas a uma fatia da paternidade.</p> <p>MC. As pessoas se acostumam com “tudo isso” (a violência dentro e fora dos estádios, a falta de cidadania, a corrupção, a impunidade, "a prática disseminada do jeitinho brasileiro") ou sentem-se absolutamente impotentes diante de "tudo isso"?</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Existe violência dentro e fora dos estádios.</p> <p>2 – Falta de cidadania.</p> <p>3 – Corrupção.</p> <p>4 – Impunidade.</p> <p>5 – A prática disseminada do “jeitinho brasileiro”.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcedor visitante que, hoje, é colocado em condição similar à do imigrante ilegal.</p> <p>2 – Pai que deixa de levar o filho aos estádios por conta da violência e renuncia não só à alegria – um direito fundamental – mas a uma fatia da paternidade.</p> <p>3 – Pessoas que talvez estejam se acostumando a “tudo isso” ou que talvez se sintam impotentes diante de “tudo isso”.</p>
SOLUÇÕES

1 – Limitar a apenas 5% a venda de ingressos aos torcedores do time que não é mandante da partida, assim como proibir a presença de mais de uma torcida no mesmo estádio, significa que desistimos de conviver com o "outro".

DADOS GERAIS	
AUTOR	Contardo Calligaris
TÍTULO	Torcer ou pensar, eis a questão
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	24/06/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Na Copa do Mundo, os torcedores vibram, festejam ou se desesperam sem transformar os adversários em objetos de ódio ou desprezo.</p> <p>M2. Isto ocorre pois a Copa acontece só a cada quatro anos, ou seja, as rivalidades são esporádicas, não se cristalizam. Além disso, os adversários da Copa são variados, distantes e diferentes de nós, enquanto, em geral, os humanos gostam de odiar seus vizinhos.</p> <p>M3. As torcidas organizadas são vítimas dos piores efeitos do grupo sobre o pensamento e os critérios morais dos indivíduos.</p> <p>MC. Por fazer parte da torcida e para se integrar nela, o torcedor diz ou grita algo que não tem nada a ver com o que ele pensa quando pensa sozinho, que é o único jeito de pensar.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Rivalidades cristalizadas.</p> <p>2 – Proximidade dos adversários.</p> <p>3 – Efeitos do grupo sobre pensamento e moralidade dos indivíduos.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcedores que, na Copa do Mundo, vibram, festejam ou se desesperam sem transformar os adversários em objetos de ódio ou desprezo.</p> <p>2 – Torcedores organizados que são vítimas dos piores efeitos do grupo sobre o pensamento e os critérios morais dos indivíduos.</p>
SOLUÇÕES
Não apresenta soluções

DADOS GERAIS	
AUTOR	Eduardo Carlezzo
TÍTULO	Tolerância zero no papel
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	15/10/2010
PÁGINA	

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Só a fiscalização dos órgãos públicos do Estatuto do Torcedor e sua aplicação pelo Judiciário poderão colocar o esporte brasileiro de forma inédita em padrão de primeiro mundo.</p> <p>M2. O ambiente profissional que aos poucos vai se implantando no futebol não poderia permitir que os clubes fossem reféns de suas próprias torcidas organizadas e que não tomassem medidas com medo de retaliação.</p> <p>M3. O Estatuto do Torcedor, aplicado de forma eficiente, não só tornará as arenas mais bem frequentadas como incentivará a volta das famílias e terá reflexo importante na bilheteria, receita ainda mal explorada pelos clubes.</p> <p>M4. Além de combater as famigeradas torcidas organizadas, o novo Estatuto do Torcedor combaterá outras atitudes incoerentes com o nível de excelência que sonhamos para o futebol.</p> <p>M5. É inaceitável que façamos investimentos colossais em novos estádios, seguindo os padrões da Fifa e do que há de mais moderno no primeiro mundo, e tenhamos comportamentos medievais.</p> <p>MC. O novo Estatuto do Torcedor implantará um sistema de tolerância zero aos criminosos que permeiam o futebol, a única alternativa para o combate à violência no futebol.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Implantação aos poucos de um ambiente profissional no futebol.</p> <p>2 – Arenas mal frequentadas e sem a presença de famílias.</p> <p>3 – Bilheterias pouco exploradas.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Clubes reféns de suas próprias torcidas organizadas e que não tomam medidas com medo de retaliação.</p> <p>2 – Torcidas organizadas que são famigeradas e que são incoerentes com o nível de excelência que</p>

sonhamos para o nosso esporte mais apaixonante.

SOLUÇÕES

1 – O novo Estatuto do Torcedor, que implantará um sistema de tolerância zero aos criminosos que permeiam o futebol.

2 – Fiscalização dos órgãos públicos do Estatuto do Torcedor e sua aplicação pelo Judiciário.

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	Erich Beting
LOCAL	Cafeteria próxima ao escritório do entrevistado
DATA	23/04/2010

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Violência no futebol é um reflexo do tratamento dado ao torcedor, do descaso e do despreparo dos dirigentes, do despreparo da imprensa, do despreparo dos policiais e de uma insatisfação social em geral.</p> <p>M2. A torcida organizada é construída de maneira hierárquica, faz o torcedor sentir-se parte de um grupo e hoje é quem sabe melhor se posicionar “marketeiramente”, fazendo com que o torcedor não brigue mais dentro do estádio.</p> <p>M3. A torcida organizada não é representativa do clube e nem o torcedor violento da torcida organizada.</p> <p>M4. O comportamento violento vem em grupo.</p> <p>M5. É preciso ter uma polícia especializada para entender melhor o comportamento do torcedor.</p> <p>M56. A violência é um problema porque ela afasta o público, piora a qualidade do espetáculo e quebra a boa imagem do futebol, que é a principal vítima dessa violência.</p> <p>M7. É natural da mídia enfatizar a violência.</p> <p>M8. A culpa pela violência no futebol é de todos, não tem um culpado específico.</p> <p>M9. A solução para a violência é uma questão de readaptação do futebol como espetáculo no Brasil, de recolocação do torcedor num outro patamar.</p> <p>M10. É preciso efetuar punições para o torcedor malcomportado.</p> <p>M11. É preciso melhorar a educação do jornalista, fazer com que ele tenha um entendimento maior da responsabilidade que ele tem.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Tratamento dado ao torcedor.</p> <p>2 – Descaso e despreparo dos dirigentes.</p> <p>3 – Despreparo da imprensa.</p> <p>4 – Despreparo dos policiais.</p> <p>5 – Insatisfação social em geral.</p>

6 – Comportamento de grupo.
ENVOLVIDOS
1 – Torcida organizada que é construída de maneira hierárquica, que faz o torcedor sentir-se parte de um grupo e que hoje é quem sabe melhor se posicionar “marketeiramente”, fazendo com que o torcedor não brigue mais dentro do estádio.
2 – Torcida organizada que não é representativa do clube, assim como o torcedor violento não é da torcida organizada.
3 – Mídia que naturalmente enfatiza a violência.
4 – Todos nós que somos culpados pela violência no futebol.
5 – Público que é afastado dos estádios.
6 – Futebol que é a principal vítima da violência no futebol.
SOLUÇÕES
1 – Polícia especializada.
2 – Efetuar punições para o torcedor malcomportado.
3 – Melhorar a educação do jornalista, fazendo com que ele tenha um entendimento maior da responsabilidade que ele tem.
4 – Readaptar o futebol como um espetáculo, colocando o torcedor num outro patamar.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Folha de S. Paulo
TÍTULO	Futebol civilizado
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	02/08/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. É preciso que o novo Estatuto do Torcedor seja rigorosamente aplicado – e o quanto antes – para que não seja mais uma boa lei que não irá “pegar” e para que seus efeitos já estejam integrados ao cotidiano do esporte na Copa de 2014.</p> <p>M2. A reforma do Estatuto do Torcedor supre uma carência da legislação, que não descia a aspectos característicos dos espetáculos esportivos.</p> <p>M3. A proposta levou em conta a experiência internacional, que demonstrou a necessidade de normas específicas para identificar e punir frequentadores envolvidos em atos de violência.</p> <p>M4. Sabe-se que as partidas de futebol no Brasil ainda são eventos organizados de maneira precária, em desrespeito aos direitos básicos do consumidor e em contradição com os interesses econômicos dos próprios clubes, entidades esportivas e jogadores.</p> <p>M5. Os riscos de conflitos e a falta de condições adequadas na maior parte dos estádios afastam o público, brutalizam o esporte e diminuem as receitas que poderiam ser obtidas na bilheteria.</p> <p>MC. São elogiáveis as medidas sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aperfeiçoam o Estatuto do Torcedor.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Boas leis que não pegam.</p> <p>2 – Legislação que não descia a aspectos característicos dos espetáculos esportivos.</p> <p>3 – Partidas de futebol organizadas de maneira precária.</p> <p>4 – Maior parte dos estádios com risco de conflitos e condições precárias, que afastam o público, brutalizam o esporte e diminuem as receitas que poderiam ser obtidas na bilheteria.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Consumidor que tem direitos básicos desrespeitados.</p> <p>2 – Clubes, entidades esportivas e jogadores que possuem interesses econômicos que são incompatíveis com a maneira precária como são organizados os eventos futebolísticos.</p>

3 – Público afastado pelos riscos de conflitos e condições precárias da maior parte dos estádios.

4 – Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que sancionou medidas elogiáveis que aperfeiçoam o Estatuto do Torcedor.

SOLUÇÕES

1 – O novo Estatuto do Torcedor e sua aplicação rigorosa.

2 – Normas específicas para identificar e punir frequentadores envolvidos em atos de violência, como demonstra a experiência internacional.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Folha de S. Paulo
TÍTULO	Todos Fichados
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	15/03/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O contribuinte deve desconfiar de cartolas e autoridades.</p> <p>M2. Barrar a entrada de uma pessoa num evento público porque ela não tem um "cartão de torcedor" parece abertamente inconstitucional.</p> <p>M3. Outro aspecto intrigante do projeto é que ele não fala em custos, implementar o cadastro nacional, imprimir milhões de cartões magnéticos e instalar catracas "inteligentes" nos estádios não é barato.</p> <p>M4. A experiência internacional demonstra que a violência nos estádios se combate com ações convencionais das autoridades policiais e judiciárias e com um mínimo de adaptação nas leis penais, a receita é identificar os arruaceiros e bani-los das partidas de futebol - para sempre, nos casos mais extremos.</p> <p>MC. A carteirinha do torcedor inverte a lógica: em vez de fichar apenas os suspeitos, os torcedores violentos, ficham-se todos.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
Não apresenta condições
ENVOLVIDOS
<p>1 – Contribuinte que deve desconfiar de cartolas e autoridades.</p> <p>2 – Cartolas e autoridades não confiáveis.</p> <p>3 – Torcedores suspeitos e não suspeitos de serem violentos fichados.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Seguir a experiência internacional e identificar os arruaceiros e bani-los das partidas de futebol - para sempre, nos casos mais extremos.</p> <p>2 – Combate-se a violência com ações convencionais das autoridades policiais e judiciárias e com um mínimo de adaptação nas leis penais</p> <p>2 – A carteirinha do torcedor inverte a lógica: em vez de fichar apenas os suspeitos, os torcedores</p>

violentos, ficham-se todos. Além disto, ela parece abertamente inconstitucional e o projeto não fala em custos, que não é barato.

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	Heloísa Reis
LOCAL	Sala da entrevistada na Faculdade de Educação Física na Universidade Estadual de Campinas
DATA	15/04/2010

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O fenômeno da violência no futebol é amplificado pelos jornalistas, que também costumam reproduzir o falso discurso de que o hooliganismo não existe mais.</p> <p>M2. A violência simbólica não é reconhecida pelas autoridades como um problema, mas praticamente todos os conflitos começam com um agravamento de uma violência simbólica.</p> <p>M3. A violência simbólica faz parte do jogo, mas ela torna-se um problema quando permanece por um período de tempo, quando as animosidades vão perdendo o controle, vão se ampliando, e mais pessoas começam a se envolver.</p> <p>M4. Os discursos midiáticos e de autoridades e de dirigentes são sempre parciais e de criminalização do torcedor organizado.</p> <p>M5. As principais causas da violência no futebol são a impunidade, a falta de conhecimento das autoridades e dos agentes de segurança sobre o problema, os jornalistas, que generalizam que as torcidas organizadas são espaço só de criminosos, a desigualdade social, a falta de estrutura dos estádios brasileiros, a falta de planejamento do transporte coletivo nos dias de jogos, a falta de leis que punam os infratores e o horário de jogos.</p> <p>M6. Os torcedores responsáveis pela violência são vítimas de uma escola de pouca qualidade, de um capitalismo selvagem, de uma falta de politização que existiu...</p> <p>M7. As torcidas organizadas estão bastante disponíveis para trabalhos de assistência social, mas não possuem ações educativas e de formação política.</p> <p>M8. A solução passa pela melhoria da condição econômica do país, pela diminuição da desigualdade social, pela melhoria da escola pública, pela punição dos maus políticos, dos maus dirigentes e dos maus policiais, pela especialização da polícia, pela parceria do Estado com as torcidas organizadas, pela consolidação de uma política nacional de prevenção da violência, pela qualificação dos jornalistas esportivos, pela elaboração e aplicação de um Termo de Reajuste e Conduta e pela criminalização de atos de violência por indivíduos e pelas torcidas.</p> <p>M9. A principal consequência da violência no futebol é que ela afasta grande parte da população de um evento de lazer, que ela gostaria de participar. Além disto, os estádios ficam sempre subocupados e se perde muito dinheiro.</p> <p>M10. A ideia de que a principal prejudicada é a família é vazia.</p> <p>M11. Toda a sociedade é prejudicada com a violência no futebol.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2	
CONDIÇÕES	
<p>1 – Conflitos físicos que começam com um agravamento de uma violência simbólica.</p> <p>2 – Violência simbólica que faz parte do jogo, mas que se torna um problema quando permanece por um período de tempo, quando as animosidades vão perdendo o controle e mais pessoas começam a se envolver.</p> <p>3 – Impunidade.</p> <p>4 – Falta de conhecimento das autoridades e dos agentes de segurança sobre o problema.</p> <p>5 – Jornalistas, que generalizam que as torcidas organizadas são espaço só de criminosos.</p> <p>6 – Desigualdade social.</p> <p>7 – Falta de estrutura dos estádios brasileiros.</p> <p>8 – Falta de planejamento do transporte coletivo nos dias de jogos.</p> <p>9 – Falta de leis que punam os infratores.</p> <p>10 – Horário de jogos.</p> <p>11 – Estádios que ficam sempre subocupados e perda de muito dinheiro.</p>	
ENVOLVIDOS	
<p>1 – Jornalistas que amplificam o fenômeno da violência e que também costumam reproduzir o falso discurso de que o hooliganismo não existe mais.</p> <p>2 – Autoridades que não reconhecem a violência simbólica como um problema.</p> <p>3 – Jornalistas, autoridades e dirigentes que possuem discursos parciais e de criminalização do torcedor organizado.</p> <p>4 – Grande parte da população que é afastada de um evento de lazer, que ela gostaria de participar.</p> <p>5 – Toda sociedade que é prejudicada.</p> <p>6 – Torcedores responsáveis pela violência que são vítimas de uma escola de pouca qualidade, de um capitalismo selvagem, de uma falta de politização.</p> <p>7 – Torcidas organizadas que estão bastante disponíveis para trabalhos de assistência social, mas que não possuem ações educativas e nem de formação política.</p> <p>8 – Ideia de que a principal prejudicada é a família é vazia.</p>	
SOLUÇÕES	
<p>1 – Melhoria da condição econômica do país.</p> <p>2 – Diminuição da desigualdade social.</p>	

3 – Melhoria da escola pública.

4 – Punição dos maus políticos, dos maus dirigentes e dos maus policiais.

5 – Especialização da polícia.

6 – Parceria do Estado com as torcidas organizadas.

7 – Consolidação de uma política nacional de prevenção da violência.

8 – Qualificação dos jornalistas esportivos.

10 – Elaboração e aplicação de um Termo de Reajuste e Conduta.

11- Criminalização de atos de violência por indivíduos e pelas torcidas.

DADOS GERAIS	
AUTOR	José Geraldo Couto
TÍTULO	Barbárie e cidadania
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	27/02/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Toda vez que os confrontos entre torcedores terminam em mortes, proliferam as soluções salvadoras.</p> <p>M2. Permitir a entrada de uma torcida só é uma medida simplista e burra, pois os confrontos ocorrem fora dos estádios.</p> <p>M3. Pelo mesmo motivo, teria efeito pouco prático a sugestão de fundo elitista (e veladamente racista) de elevar ainda mais o preço dos ingressos.</p> <p>M4. Extinguir as torcidas organizadas privaria milhares de jovens de ter um esboço de socialização, de sentimento de pertencer a uma coletividade e se identificar com ela.</p> <p>M5. O Brasil não se civilizará da noite para o dia, não apagará por decreto os desajustes sociais, a ignorância, a cidadania precária.</p> <p>M6. É urgente que seja aprovada no Congresso Nacional a alteração no Estatuto do Torcedor que, entre outras coisas, responsabiliza civilmente as organizadas pelas ações de seus membros.</p> <p>M7. As torcidas organizadas se habituaram, nos últimos anos, a uma situação paradoxal: por um lado, são estigmatizadas; por outro, desfrutam de privilégios.</p> <p>M8. Hoje em dia é o torcedor comum, não vinculado a nenhuma organizada, que é discriminado.</p> <p>MC. Não há soluções mágicas para a violência entre as torcidas, mas civilizar as organizadas pode ajudar.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Confrontos que ocorrem fora dos estádios.</p> <p>2 – Desajustes sociais, ignorância e cidadania precária.</p>
ENVOLVIDOS

1 – Milhares de jovens que encontram, nas torcidas organizadas, uma oportunidade de socialização, de pertencimento e identificação com uma coletividade.

2 – Torcidas organizadas que não são civilizadas e que vivem uma situação paradoxal.

3 – Torcedor comum discriminado.

SOLUÇÕES

1 – É uma medida simplista e burra permitir a entrada de uma só torcida.

2 – É uma medida simplista, burra de fundo elitista (e veladamente racista) aumentar os preços dos ingressos.

3 – Extinguir as torcidas organizadas privaria milhares de jovens de ter um esboço de socialização, de sentimento de pertencer a uma coletividade e se identificar com ela.

4 – A aprovação no Congresso Nacional da alteração no Estatuto do Torcedor que, entre outras coisas, responsabiliza civilmente as organizadas pelas ações de seus membros.

5 – Embora não haja soluções mágicas, civilizar as organizadas pode ajudar.

DADOS GERAIS	
AUTOR	José Luiz Portella
TÍTULO	Jogo de cena
VEÍCULO	Lance!
PÁGINA	28
DATA DE PUBLICAÇÃO	25/02/2009

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Entidades, organizações e dirigentes procuram se eximir das respectivas responsabilidades e federações e clubes não oferecem segurança e conforto.</p> <p>M2. Jogo com uma torcida só é a negação do espírito do esporte: competição com convivência.</p> <p>M3. A ideia de que o problema vem de uma sociedade desajustada onde existem vândalos e pessoas desajustadas é um equívoco.</p> <p>M4. Crer que, ao forçar o jogo de uma torcida, você punirá as organizadas e os dirigentes de clubes e federações, expondo-os ao ridículo do modelo é um equívoco e quem sofre é o bom torcedor.</p> <p>M5. O problema da violência no futebol é principalmente operacional.</p> <p>M6. Pior do que o jogo de torcida única é o “jogo dos 5%”.</p> <p>M7. A principal medida é seguir o Plano de Ação do artigo 17, do Estatuto do Torcedor, o resto vem com a excelência das operações no dia.</p> <p>M8. Mete medo quando autoridades com formação jurídica dizem que uma lei não pegou.</p> <p>MC. Enquanto persistir o jogo de cena da CBF, das federações, de dirigentes, e de parte da imprensa, não se acabará com a violência nos estádios.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – A irresponsabilidade de entidades, organizações e dirigentes.</p> <p>2 – A incompetência de federações e clubes, que não garantem conforto e segurança.</p> <p>3 – O diagnóstico de que o problema vem de uma sociedade desajustada onde existem vândalos e pessoas desajustadas é equivocado.</p> <p>4 – A violência no futebol é um problema, sobretudo, operacional.</p> <p>5 – O não cumprimento do Plano de Ação do artigo 17 do Estatuto do Torcedor.</p> <p>6 – O jogo de cena da CBF, das federações, dirigentes e parte da imprensa.</p>

ENVOLVIDOS	
1 – Entidades, organizações e dirigentes irresponsáveis.	
2 – Federações e clubes incompetentes.	
3 – Bom torcedor que sofre.	
4 – Autoridades com formação jurídica que dizem que uma lei não pegou.	
5 – CBF, federações, dirigentes e parte da imprensa que fazem jogo de cena.	
SOLUÇÕES	
1 – É um equívoco pensar que jogo com torcida única ou que o “jogo dos 5%” solucionam o problema.	
2 – Seguir o Plano de Ação 17 do Estatuto do Torcedor.	
3 – Excelência das operações nos dias de jogo.	

DADOS GERAIS	
AUTOR	José Luiz Portella
TÍTULO	Mesma coisa, tudo uma coisa só
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	10/06/2009
PÁGINA	32

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Toda vez que a violência traz um evento fatal, renasce a indignação exacerbada e efêmera e brotam propostas imediatas midiáticas e oportunistas.</p> <p>M2. Raramente se vê alguém estudar antes de propor, estudar, levar adiante, não esmorecer.</p> <p>M3. Jogos com uma só torcida é uma negação, não vai à raiz, é só para aparecer.</p> <p>M4. As autoridades públicas não colaboram quando, ao invés de exercerem o papel de Estado, preferem promover-se, eleger-se.</p> <p>M5. Os poucos que repelem o sistema ainda têm o defeito das esquerdas antigas: a cissiparidade.</p> <p>M6. Os dirigentes que, sabendo da mudança necessária, não a fazem, contribuem para o problema.</p> <p>M7. Na Inglaterra, o problema da violência deixou de ocorrer.</p> <p>M8. Como tudo é uma coisa só, bastaria alguém mudar para valer que o sistema iria mudando até que houvesse uma restauração.</p> <p>MC. Os males do futebol têm a mesma origem: a falta de vergonha na gestão do esporte.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Toda vez que a violência traz um evento fatal, renasce a indignação exacerbada e efêmera e brotam propostas imediatas midiáticas e oportunistas.</p> <p>2 – Raramente se vê alguém estudar antes de propor, estudar, levar adiante, não esmorecer.</p> <p>3 – Na Inglaterra, a violência deixou de ocorrer.</p> <p>4 – Falta de vergonha na gestão do futebol é a origem de todos os males no esporte.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Autoridades públicas que não colaboram quando, ao invés de exercerem o papel de Estado,</p>

preferem promover-se, eleger-se.

2 - Os que repelem o sistema são poucos e ainda têm o defeito das esquerdas antigas: a cissiparidade.

3 – Dirigentes que, sabendo da mudança necessária, não a fazem, contribuem para o problema.

SOLUÇÕES

1 – Jogos com uma só torcida é uma negação, não vai à raiz, é só para aparecer.

2 – Alguém mudar para valer.

DADOS GERAIS	
AUTOR	José Paulo Florenzano
TÍTULO	A comunidade moral
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	28/02/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Os torcedores organizados brasileiros apresentam pontos comuns com ultras da Itália, mas também se distinguem pela elaboração de características próprias e traços originais.</p> <p>M2. Além do combate imprescindível e sem tréguas à impunidade dos atos brutais, o enfrentamento do problema atual da violência no futebol pode incluir a criação de novos canais de participação e espaços de debate.</p> <p>M3. Juízos acusatórios e categoriais morais impedem a compreensão do quadro dinâmico das torcidas.</p> <p>MC. Violência e participação se constituem nos fatores decisivos do universo das torcidas organizadas brasileiras e dos ultras italianos, que se inspiram na “metáfora da guerra”.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Juízos acusatórios e categoriais morais impedem a compreensão do quadro dinâmico das torcidas.
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcedores organizados brasileiros que apresentam pontos comuns com os ultras da Itália, mas que também se distinguem pela elaboração de características próprias e traços originais.</p> <p>2 – Torcidas organizadas brasileiras e ultras italianos que são violentos, participativos e que se inspiram na "metáfora da guerra".</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Combate imprescindível e sem tréguas à impunidade dos atos brutais.</p> <p>2 – Criação de novos canais de participação e espaços de debate.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	José Paulo Florenzano
TÍTULO	Los macaquitos
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	30/04/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. De um extremo ao outro da Europa, atletas e torcedores têm praticado atos de violência simbólica contra atletas negros.</p> <p>M2. A esfera do lazer representa, na sociedade, um enclave onde as normas de comportamento são em parte suspensas de sorte a proporcionar o "descontrole controlado das emoções", mas convém relativizar o significado das manifestações nos estádios, interpretando-as segundo a lógica da confrontação agonística entre as torcidas como "teatralização exuberante do ódio ao adversário".</p> <p>M3. Ao reivindicarem o direito de repactuar as regras do jogo, contestar os códigos de comportamento e colocar em questão as armas utilizadas para prevalecer sobre o adversário, os atores negros propõem e transformam o futebol no teatro experimental onde sujeitos autônomos definem os papéis e as relações que desejam viver.</p> <p>MC. Quando a manifestação se volta contra o atleta da própria equipe, a lógica da rivalidade é subvertida pela ideologia do racismo.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Ideologia do racismo subverte lógica da rivalidade quando a manifestação se volta contra o atleta da própria equipe.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcedores e atletas que, de um extremo ao outro da Europa, têm praticado atos de violência simbólica contra atletas negros.</p> <p>2 – Torcidas que se confrontam agonisticamente, teatralizando, de forma exuberante, o ódio ao adversário.</p> <p>3 – Atletas negros que reivindicam o direito de repactuar as regras do jogo, contestar os códigos de comportamento e colocar em questão as armas utilizadas para prevalecer sobre o adversário, propondo e transformando o futebol no teatro experimental onde sujeitos autônomos definem os papéis e as relações que desejam viver.</p>

SOLUÇÕES	
Não apresenta soluções	

DADOS GERAIS	
AUTOR	José Roberto Wright
TÍTULO	Violência e omissão
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	17/02/2009
PÁGINA	28

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Em piores condições, Inglaterra e Argentina conseguiram melhorar bastante a segurança do torcedor.</p> <p>M2. Políticos brasileiros pensam somente em si.</p> <p>M3. É difícil ver luz no fim do túnel para a violência no futebol, que se tornou um hábito.</p> <p>MC. Alguns não têm interesse de que saia uma legislação específica para combater a violência no futebol.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Em piores condições, Inglaterra e Argentina conseguiram melhorar bastante a segurança do torcedor.</p> <p>2 – Violência no futebol se tornou um hábito.</p> <p>3 – Falta de interesse da parte de alguns de que saia uma legislação específica para combater a violência no futebol.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Políticos brasileiro que pensam somente em si.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – É difícil ver luz no fim do túnel para a violência no futebol.</p> <p>2 – Legislação específica para combater a violência no futebol.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	José Roberto Wright
TÍTULO	Finalmente algo foi feito
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	13/12/2009
PÁGINA	32

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Em cada estado ou na maioria das cidades do Brasil, existem vários atos de covardia e brigas antes, durante e após as partidas, dentro e fora dos estádios.</p> <p>M2. Nosso código penal é ultrapassado e dá aos diversos tipos de bandidos penas iniciais muito brandas.</p> <p>M3. Uma gama de políticos se preocupa com os “por fora” em vez de se preocupar com os direitos de pessoas honestas e trabalhadoras.</p> <p>M4. As torcidas organizadas têm marginais infiltrados e, às vezes, são comandadas por eles.</p> <p>M5. As torcidas organizadas, que são um foco de guerreiros fajutos, acabaram com o sossego do verdadeiro torcedor e devem ser desativadas.</p> <p>MC. A atitude das autoridades paranaenses de prenderem cerca de 15 marginais que criaram atos de barbárie após o jogo entre Coritiba e Fluminense, após a última rodada do Campeonato Brasileiro, é um bom exemplo.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Em cada estado ou na maioria das cidades do Brasil, existem vários atos de covardia e brigas antes, durante e após as partidas, dentro e fora dos estádios.</p> <p>2 – Código penal ultrapassado, que dá aos diversos tipos de bandidos penas muito brandas.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Gama de políticos que se preocupa com os “por fora” em vez de se preocupar com os direitos de pessoas honestas e trabalhadoras.</p> <p>2 – Torcidas organizadas que têm marginais infiltrados, que acaba com o sossego do verdadeiro torcedor, que são um foco de guerreiros fajutos e que devem ser desativadas.</p> <p>3 – Autoridades paranaenses que prenderem cerca de 15 marginais que criaram atos de barbárie</p>

após o jogo entre Coritiba e Fluminense, após a última rodada do Campeonato Brasileiro, dando um bom exemplo.

SOLUÇÕES

1 – Mudar o código penal.

2 – Desativar as torcidas organizadas.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	A banalização da morte
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	25/02/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O trouxedor desorganizado é um ser desamparado, e o jornalista que trata de esportes é alguém impotente diante da barbárie que cansou de denunciar sem nenhuma consequência.</p> <p>M2. O leitor, o ouvinte e o telespectador não querem mais saber dos episódios de violência.</p> <p>M3. Faltam inteligência, prevenção, repressão e punição para tratar da violência entre as gangues travestidas de torcedores de futebol</p> <p>M5. Tornou-se comum as manifestações de estrelismo dos encarregados de tratar da questão pelo Ministério Público paulista</p> <p>M6. Convivemos com cartolas que frequentam as quadras dessas gangues e lá discursam com palavras hostis ou financiam seus desfiles carnavalescos.</p> <p>M7. O presidente da República e os governadores são tão impotentes como os jornalistas e estão tão entediados como os leitores, com a diferença de não cumprirem com as suas obrigações</p> <p>MC. A violência no dia-a-dia, realçada no futebol, tornou-se banal.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Falta de inteligência</p> <p>2 – Falta de prevenção.</p> <p>3 – Falta de repressão.</p> <p>4 – Impunidade.</p> <p>5 – Banalização da violência.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Trouxedor desorganizado desamparado.</p> <p>2 – Jornalista que trata de esportes que cumpre com sua obrigação, mas é impotente diante da barbárie que cansou de denunciar sem nenhuma consequência.</p>

- 3 – Leitor, ouvinte e telespectador que não querem mais saber dos episódios de violência.
- 4 – Torcidas organizadas que são gangues travestidas de torcedores.
- 5 – Encarregados de tratar da questão pelo Ministério Público paulista que habitualmente têm manifestações de estrelismo.
- 6 – Cartolas cúmplices das torcidas organizadas.
- 7 – Presidente da República e governadores impotentes e entediados e que não cumprem com as suas obrigações.

SOLUÇÕES

- 1 – Mais inteligência.
- 2 – Mais prevenção.
- 3 – Mais repressão.
- 4 – Mais punição.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	A punição ao Coritiba
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	28/12/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Mesmo quem se horrorizou com as cenas ocorridas no Couto Pereira já anda achando que a pena dada ao Coritiba é um exagero.</p> <p>M2. O DNA da impunidade no país tem muito a ver não só com o velho jeitinho, mas, ainda, com um sentimento até generoso, o da pena.</p> <p>M3. A punição dada aos times ingleses, que ficaram proibidos de disputar torneios internacionais por cinco anos, graças aos <i>hooligans</i> que apavoravam a Europa, fez com que as coisas mudassem rapidamente na Inglaterra.</p> <p>M4. Há quem queira que os mesmos ritos da Justiça comum sejam os da Justiça esportiva, apesar de ela já ser suficientemente rebuscada e repleta de nuances que levam a infundáveis chicanas.</p> <p>M5. É necessário começar a não transigir com episódios de violência no futebol brasileiro.</p> <p>MC. A pena dada ao Coritiba é justa.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Impunidade e sentimento de pena.</p> <p>2 – Transigência.</p> <p>3 - Justiça esportiva rebuscada e repleta de nuances que levam a infundáveis chicanas.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Pessoas que se horrorizaram com as cenas ocorridas no Couto Pereira e que já andam achando que a pena dada ao Coritiba é um exagero.</p> <p>2 – <i>Hooligans</i> que apavoravam a Europa.</p> <p>3 – Pessoas que querem que os mesmos ritos da Justiça comum sejam os da Justiça esportiva.</p> <p>4 – Coritiba punido.</p>
SOLUÇÕES

1 – Punição dada aos times ingleses foram bem-sucedidas.

2 - Não transigir com episódios de violência no futebol brasileiro.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	A violência que alimenta
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	07/06/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A PM paulista, junto à competente autoridade do MP, defende que jogos devem ter uma torcida só.</p> <p>M2. Esta coluna é radical na defesa da paz e defende a realização de jogos sem torcida.</p> <p>M3. A simulação de indignação com a morte de torcedores dá emprego e alimenta demagogia.</p> <p>M4. Ela também explicita o tamanho da incompetência e do cinismo de autoridades e cartolas.</p> <p>M5. A origem da violência está no tratamento animalesco que se dá ao torcedor.</p> <p>M6. Os estádios de futebol e seus arredores viraram faixas de ódio, de covardia coletiva, de extravasamento da idiotia e do que de mais sombrio pulsa na alma humana.</p> <p>M7. Os torcedores violentos são minoria e são facilmente identificáveis e isolados da sociedade.</p> <p>MC. A violência de torcidas, se não fosse boa para cartolas e autoridades, teria acabado faz tempo.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Encontro de torcedores adversários.</p> <p>2 – Incompetência e interesses de autoridades e cartolas.</p> <p>3 – Tratamento animalesco dado aos torcedores.</p> <p>4 – Estádios de futebol e arredores transformados em faixas de ódio, de covardia coletiva, de extravasamento da idiotia e do que de mais sombrio pulsa na alma humana.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Autoridades e cartolas incompetentes, cínicos e interessados em manter a violência no futebol.</p> <p>2 – Torcedores tratados de modo animalesco.</p> <p>3 – Torcedores violentos que são minorias e facilmente identificáveis e isolados da sociedade.</p>

SOLUÇÕES

1 – Jogos sem torcida

2 – Acabar com a violência é fácil.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	Cumpra-se
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	29/07/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Lula aperfeiçoou, no fim do segundo mandato, a primeira lei que assinou no começo do primeiro.</p> <p>M2. Lacunas que sempre foram usadas para justificar a impunidade dos violentos, foram devidamente preenchidas por artigos rigorosos.</p> <p>M3. Banimento dos estádios, prisão, responsabilização das ditas torcidas organizadas, com o cadastramento obrigatório de seus membros, acabarão com as desculpas que redundavam em liberdade dos meliantes.</p> <p>M4. Também os que fraudarem resultados dos jogos deverão ir para a cadeia.</p> <p>M5. O cambismo será punido com prisão, no que se inova no Brasil, porque esta é uma prática mundial, até regulamentada em muitos países, sem dúvida outro avanço na proteção do torcedor e da economia popular.</p> <p>M6. Todas as restrições contra o álcool nos estádios cairão por terra para a Copa, exigência da Fifa e de sua patrocinadora, a cervejaria estadunidense Budweiser.</p> <p>M7. A nota destoante na cerimônia de assinatura do aperfeiçoamento do Estatuto do Torcedor ficou por conta da demagogia populista do ministro do Esporte, que fez um elogio inoportuno às torcidas organizadas, típica atitude de quem quis afagar depois de ter de engolir o rigor punitivo.</p> <p>MC. Se o Estatuto do Torcedor já era bom, agora ficou melhor, resta fazer com que seja cumprido.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Impunidade.</p> <p>2 – Lacunas na legislação que sempre foram usadas para justificar a impunidade dos violentos.</p> <p>3 – Desculpas que redundavam em liberdade dos meliantes.</p> <p>4 – Restrições contra o álcool nos estádios que cairão por terra para a Copa, exigência da Fifa e de sua patrocinadora, a cervejaria estadunidense Budweiser.</p>

ENVOLVIDOS	
1 – Lula que aperfeiçoou, no fim do segundo mandato, a primeira lei que assinou no começo do primeiro.	
2 – Violentos que não eram punidos.	
3 – Torcidas organizadas que serão responsabilizadas, com o cadastramento obrigatório de seus membros.	
4 – Meliantes que ficavam em liberdade.	
5 – Fraudadores de resultados que deverão ir para a cadeia.	
6 – Torcedor que será protegido da prática do cambismo.	
7 – Fifa e Budweiser que exigem o fim das restrições contra o álcool nos estádios para a Copa de 2014.	
8 – Ministro do Esporte, demagogo e populista, que fez um elogio inoportuno às torcidas organizadas, típica atitude de quem quis afagar depois de ter de engolir o rigor punitivo.	
SOLUÇÕES	
1 – Novo Estatuto do Torcedor e seu cumprimento.	

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	De quem é a culpa
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	19/02/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Outras partes do mundo, como a Inglaterra, resolveram o problema sem soluções mágicas, mas com ações inteligentes que começam pela prevenção, que seguem com rigorosa repressão e culminam com severa punição.</p> <p>M2. As soluções para a selvageria, que tem como protagonistas torcedores violentos e fanáticos, cartolas despreparados e provocadores, policiais destreinados e de estopim curto, mídia cúmplice ao botar lenha na fogueira e espaço a quem não deve tê-lo, por representar seitas e não o torcedor comum – esse pobre coitado abandonado ao próprio azar quando resolve ir a um jogo de futebol – são tão óbvias como é óbvia a falta de vontade de solucioná-la.</p> <p>M3. O presidente Lula, os governadores José Serra, Sérgio Cabral, Aécio Neves, o presidente do Senado José Sarney e o da Câmara dos Deputados Michel Temer são próximos de Ricardo Teixeira, o eterno presidente da CBF, alguns até amigos mesmo, mas, como ele, mudos em relação à violência no futebol.</p> <p>M4. O Ministério Público, em São Paulo, alterna representantes para cuidar do assunto que vão da esperteza desmedida à ingenuidade que beira à simploriedade, embora sempre com a marca do deslumbramento pela proximidade com o poder dos cartolas e suas benesses.</p> <p>MC. A culpa é de todos nós e, quando a culpa passa a ser de todos nós, não é de ninguém e a vida segue.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Falta de vontade política.</p> <p>2 – Generalização da culpa.</p> <p>3 – Despreparo dos cartolas e dos policiais.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcedores violentos e fanáticos.</p> <p>2 – Cartolas despreparados e provocadores.</p> <p>3 – Policiais destreinados e de estopim curto.</p>

4 – Mídia cúmplice ao botar lenha na fogueira e espaço a quem não deve tê-lo, por representar seitas e não o torcedor comum.

5 – Torcedor comum que é um pobre coitado abandonado ao próprio azar quando resolve ir a um jogo de futebol.

6 – O presidente Lula, os governadores José Serra, Sérgio Cabral, Aécio Neves, e o presidente do Senado José Sarney próximos de Ricardo Teixeira, o eterno presidente da CBF, e, assim como ele, mudos em relação à violência no futebol.

7 – O Ministério Público, em São Paulo, que alterna representantes para cuidar do assunto que vão da esperteza desmedida à ingenuidade que beira à simploriedade, embora sempre com a marca do deslumbramento pela proximidade com o poder dos cartolas e suas benesses.

8 – Todos nós culpados e, ao mesmo tempo, não culpados.

SOLUÇÕES

1 - Outras partes do mundo, como a Inglaterra, resolveram o problema sem soluções mágicas, mas com ações inteligentes.

2 – Prevenção.

3 – Rigorosa repressão.

4 – Severa punição.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	Ira organizada
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	21/10/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O autor do texto é ameaçado pela torcida TUP, do Palmeiras, por ter denunciado, em reportagem, que o jogador Mário Sérgio havia jogado dopado.</p> <p>M2. Os torcedores organizados são capazes de fazer ameaças de morte a jornalistas que criticam seus clubes.</p> <p>M3. Os torcedores organizados não representam o torcedor comum.</p> <p>MC. Melhor seria se os torcedores organizados se indignassem e se mobilizassem contra a corrupção e mentira dos políticos.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
Não apresenta condições
ENVOLVIDOS
<p>1 – Jornalistas ameaçados de morte.</p> <p>2 – Torcedores organizados que não representam o torcedor comum.</p> <p>3 –Torcedores organizados que ameaçam jornalistas, mas que não se indignam e não se mobilizam contra a corrupção e mentira dos políticos</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Melhor seria se os torcedores organizados se indignassem e se mobilizassem contra a corrupção e mentira dos políticos.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	Memórias, drogas, violência
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	14/12/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O torcedor brasileiro continua a ser tratado feito gado nos estádios e agindo como tal.</p> <p>M2. Lula, que anda de braços dados com a cartolagem que já denunciou, nada fez de concreto em sete anos de gestão para mudar a violência no futebol e também os governadores, como Aécio Neves, José Serra e Sérgio Cabral, que nada fizeram em seus Estados para melhorar o quadro.</p> <p>M3. Já que não se previne, resta punir.</p> <p>MC. É pela impunidade que acontece a barbárie que aconteceu em Curitiba e casos de doping.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Impunidade.</p> <p>2 – Falta de prevenção.</p> <p>3 – Barbárie.</p> <p>4 – Incompetência dos políticos.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcedor brasileiro que continua a ser tratado feito gado nos estádios e agindo como tal.</p> <p>2 – Lula, que anda de braços dados com a cartolagem que já denunciou, e que nada fez de concreto em sete anos de gestão para mudar a violência no futebol, assim como os governadores, como Aécio Neves, José Serra e Sérgio Cabral, que nada fizeram em seus Estados para melhorar o quadro.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Já que não se previne, devemos punir.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Juca Kfourri
TÍTULO	O ministro e as carterinhas
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	15/03/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Lei Pelé e Estatuto do Torcedor são textos mais que suficientes para dar conta de toda e qualquer necessidade que se imponha nos estádios e ginásios nacionais, até porque são modernos como as legislações da Espanha, da Inglaterra etc.</p> <p>M2. Desde que foram aprovados a Lei Pelé e o Estatuto do Torcedor, pouco mudaram a vida da cartolagem, tanto que não tem nenhum cartola preso, como seria de se esperar, o que se viu foi uma série de ministros se acumpliciando com a superestrutura do esporte brasileiro.</p> <p>M3. Muitas reformas foram feitas para tirar a responsabilidade dos cartolas.</p> <p>M4. As medidas para identificar os violentos podem ser facilmente impostas com a expedição de ingressos inteligentes e com a eficaz implantação dos lugares numerados, como está na lei.</p> <p>M5. Medida séria, para valer, mesmo que tardiamente, quase não há, porque medida séria, para valer, é artigo com o qual não se trabalha.</p> <p>MC. A carteirinha do torcedor é uma medida que, para jogar para a plateia e, para combater uma minoria facilmente identificável, busca criminalizar a maioria pacífica.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Reformas feitas para tirar a responsabilidade dos cartolas.</p> <p>2 – A não adoção de medidas sérias.</p> <p>3- Leis modernas e eficazes.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Cartolas que deveriam ser presos.</p> <p>2 – Ministros que se acumpliciam com a superestrutura do futebol brasileiro.</p> <p>3- Torcedores criminalizados.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Aplicar a lei, expedindo, por exemplo, ingressos inteligentes e implantando, de modo eficaz,</p>

lugares numerados.

2 – A carteirinha do torcedor é uma medida para jogar para a plateia e, para combater uma minoria facilmente identificável, busca criminalizar a maioria pacífica.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Lance!
TÍTULO	Uma última chance de agir
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	13/03/2009
PÁGINA	1

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Houve progressos com o Estatuto do Torcedor, mas pontos importantes jamais saíram do papel e muito pouco se fez para que fossem cumpridos.</p> <p>M2. Ministério do Esporte, sob o comando de Agnelo Queiroz, nada trabalhou para regulamentar o que tinha que ser regulamentado, para punir os que desrespeitavam o texto; na gestão Orlando Silva, pouco foram os avanços significativos.</p> <p>M3. A criminalização e o combate à baderna e aos cambistas, a busca da segurança física dos estádios são avanços.</p> <p>M4. A viabilidade do cadastramento nacional e a obrigatoriedade da carteira de torcedor são polêmicas.</p> <p>M5. É preciso que se crie mecanismos de implantação, de fiscalização e de punição.</p> <p>M6. Uma ouvidoria nacional, fórum de denunciais dos descumprimentos do Estatuto, deveria ter sido incluída no projeto do governo.</p> <p>MC. Lula e Orlando Silva têm uma última chance de agir, mudando o jeito de se torcer no Brasil.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Pouco se fez para cumprir o Estatuto do Torcedor.</p> <p>2 – Impunidade.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Ministério do Esporte que, sob o comando de Agnelo Queiroz, nada trabalhou para regulamentar o que tinha que ser regulamentado, para punir os que desrespeitavam o texto e que, na gestão Orlando Silva, não avançou significativamente.</p> <p>2 – Lula e Orlando Silva que têm uma última chance de agir, mudando o jeito de se torcer no Brasil.</p>

SOLUÇÕES

- 1 – Estatuto do Torcedor que trouxe avanços, mas que ainda não conta com pontos importantes.**
- 2 – Criminalização e combate à baderna e aos cambistas e busca da segurança física dos estádios são avanços.**
- 3 – Viabilidade do cadastramento nacional e a obrigatoriedade da carteira de torcedor são polêmicas.**
- 4 – Criar mecanismos de implantação, de fiscalização e de punição.**
- 5 – Criar uma ouvidoria nacional, fórum de denúncia dos descumprimentos do Estatuto.**

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro
LOCAL	Sala da casa do entrevistador
DATA	06/08/2011

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O futebol desperta os instintos mais primitivos do ser humano, que são reforçados pelo coletivo, pelo anonimato e pela multidão.</p> <p>M2. A violência compromete o “espírito” do esporte: a convivência, o relacionamento e a amizade.</p> <p>M3. Diretoria do Santos realizou um diálogo com as torcidas organizadas do time a fim de ensinar um pouco os princípios da democracia e da convivência, o que acabou com as brigas dentro e fora dos estádios.</p> <p>M4. Os torcedores organizados não são um obstáculo que impedem as famílias de irem aos estádios, mas sim protagonistas do espetáculo futebolístico, um dos insumos para a boa qualidade do jogo.</p> <p>M5. Diretoria do Santos tem distribuído ingressos e oferecido transporte para as torcidas organizadas do time, que, em contrapartida, devem respeitar a torcida adversária.</p> <p>M6. O principal prejudicado pela violência no futebol é o torcedor não organizado, em especial pais e mulheres.</p> <p>M7. Na medida em que as torcidas organizadas são localizadas em bolsões reservados a elas, não há mais o risco da violência.</p> <p>M8. Diretoria do Santos tem estimulado que crianças frequentem o estádio, e isso tem aumentado a frequência de famílias novamente nos jogos do time.</p> <p>M9. As torcidas organizadas são vítimas de um cenário social injusto, que contribui para mobilizar a violência.</p> <p>M10. Existem componentes de natureza social, cultural e geopolítica que influenciam na mobilização da violência.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Anonimato e multidão.</p> <p>2 – Cenário social injusto.</p> <p>3 – Violência que compromete o “espírito” do esporte: a convivência, o relacionamento e a amizade.</p>

4 – Existem componentes de natureza social, cultural e geopolítica que influenciam na mobilização da violência.
ENVOLVIDOS
<p>1 – Diretoria do Santos que realizou um diálogo com as torcidas organizadas do time a fim de ensinar um pouco os princípios da democracia e da convivência, o que acabou com as brigas dentro e fora dos estádios.</p> <p>2 – Diretoria do Santos que distribui ingressos e oferece transporte para as torcidas organizadas do time, que, em contrapartida, devem respeitar a torcida adversária.</p> <p>3 – Diretoria do Santos que tem estimulado que crianças frequentem o estádio, o que tem aumentado a frequência de famílias novamente nos jogos do time.</p> <p>4 – Torcedores organizados que não são um obstáculo que impedem as famílias de irem aos estádios, mas que são protagonistas do espetáculo futebolístico, um dos insumos para a boa qualidade do jogo.</p> <p>5 – Torcedores organizados que são vítimas de um cenário social injusto.</p> <p>6 – Torcedor não organizado que é o principal prejudicado com a violência no futebol, em especial pais e mulheres.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Realização de diálogo com as torcidas organizadas a fim de ensinar um pouco os princípios da democracia e da convivência.</p> <p>2 – Reservar bolsões para as torcidas organizadas.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Luiz Fernando Gomes
TÍTULO	Demagogia e irresponsabilidade
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	17/10/2010
PÁGINA	2

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Não é tolerável que um bando de “torcedores” invada um clube, apresente uma lista de nomes que quer ver fora do time e ainda intimide fisicamente jogadores e dirigentes.</p> <p>M2. Torcedor tem todo o direito de se manifestar desde que essa manifestação seja cantar ou aplaudir, vaiar ou xingar. E no estádio.</p> <p>M5. Torcedores organizados são gangues travestidas de torcidas, possuem privilégios e são os principais responsáveis pela violência no futebol.</p> <p>M6. Os sócios legítimos – aqueles que pagam em dia suas mensalidades – nunca tiveram o direito de desfrutar dos privilégios dados aos torcedores organizados.</p> <p>M7. Os programas de “sócio-torcedores” dos clubes têm mudado essa situação, pendendo a balança para o lado de quem só quer torcer de verdade.</p> <p>M8. O Estatuto do Torcedor, a regulamentação da Lei, é claramente um avanço.</p> <p>MC. Cartolas são demagógicos e irresponsáveis por serem cúmplices dos torcedores organizados, compactuando com o seu comportamento e promovendo falsas lideranças que muito mais do que amor pelo time têm amor por seus próprios interesses.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1- Programas de “sócio-torcedores” dos clubes que têm mudado a situação e privilégio dos torcedores organizados, pendendo a balança para o lado de quem só quer torcer de verdade.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Bando de “torcedores” que tem comportamento intolerável, invadindo um clube, apresentando uma lista de nomes que quer ver fora do time e intimidando fisicamente jogadores e dirigentes.</p> <p>2 – Torcedor que tem todo o direito de se manifestar desde que essa manifestação seja cantar ou aplaudir, vaiar ou xingar. E no estádio.</p> <p>4 – Torcidas organizadas que são gangues travestidas de torcidas, que possuem privilégios e que são</p>

os principais responsáveis pela violência no futebol.

5 – Sócios legítimos – aqueles que pagam em dia suas mensalidades – que nunca tiveram o direito de desfrutar dos privilégios dados aos torcedores organizados.

6 – Cartolas que são demagógicos e irresponsáveis por serem cúmplices dos torcedores organizados, compactuando com o seu comportamento e promovendo falsas lideranças que muito mais do que amor pelo time têm amor por seus próprios interesses.

SOLUÇÕES

1 – O Estatuto do Torcedor, a regulamentação da Lei, é claramente um avanço.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Luiz Henrique de Toledo
TÍTULO	Os sem-política
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	28/02/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A inauguração do estádio do Pacaembu, em São Paulo, e a transformação do futebol em evento de massa nos anos 40 redimensionou os espetáculos futebolísticos e a importância dos torcedores.</p> <p>M2. Foi nesse momento que surgiram as primeiras organizações uniformizadas, que eram prestigiadas pela imprensa esportiva e dirigentes, situação que foi alterada no final dos anos 60, com o aparecimento das torcidas organizadas.</p> <p>M3. Os ciclos de violência intensificados nos anos 90 e a ingerência cada vez maior da TV e dos canais pagos repercutiram na necessidade imposta por uma nova conduta torcedora.</p> <p>M4. Foi nessa conjuntura de políticas de repressão às organizadas que se inventaram os sócio-torcedores – analogia opaca que alude a uma espécie de acionista minoritário do clube – e o torcedor de poltrona, que paga para ver seu time pelo sistema pay-per-view, serviço oferecido pelos canais fechados.</p> <p>M5. Assim como as organizadas não reproduzem toda a extensão do torcer, elas também não contêm todas as variáveis que explicam a violência tomada como linguagem de todos.</p> <p>M6. Ambientadas e nutridas nas dinâmicas de poder, as organizadas reproduzem os sucessos e fracassos das organizações sociais que conformam o que visualizamos por sociedade.</p> <p>M7. As mortes no futebol estão relacionadas ao desmonte da dimensão lúdica do jogo e ao esgarçamento da sociabilidade em uma sociedade armada.</p> <p>M8. Das instâncias policiais e judiciais espera-se apuração e indiciamento daqueles indivíduos que estiveram diretamente envolvidos nos confrontos generalizados.</p> <p>M9. Não bastam reuniões administrativas entre dirigentes de clubes, políticos e a elite torcedora para resolver a conduta torcedora neste ou naquele jogo em específico.</p> <p>MC. A falta de cidadania esportiva é decorrente da despolitização de longo prazo que se impinge ao torcedor, que foi transformado em mero coadjuvante da maquinaria do consumo compulsivo.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Desmonte da dimensão lúdica do futebol.

2 – Esgarçamento da sociabilidade em uma sociedade armada.

3 – Despolitização de longo prazo que se impinge ao torcedor.

ENVOLVIDOS

1 – Torcidas uniformizadas que surgiram nos anos 40 e eram prestigiadas pela imprensa esportiva e dirigentes.

2 – TV e canais pagos que ingerem cada vez mais no futebol e que repercutem a necessidade de uma nova conduta torcedora.

3 – Sócio-torcedores – que constituem uma analogia opaca que alude a uma espécie de acionista minoritário do clube – e torcedor de poltrona – que paga para ver seu time pelo sistema pay-per-view, serviço oferecido pelos canais fechados – que foram inventados na conjuntura de políticas de repressão às torcidas organizadas dos anos 1990.

4 – Torcidas organizadas que não reproduzem toda a extensão do torcer, que não contêm todas as variáveis que explicam a violência tomada como linguagem de todos e que reproduzem os sucessos e fracassos das organizações sociais que conformam o que visualizamos por sociedade.

5 – Torcedor transformado em mero coadjuvante da maquinaria do consumo compulsivo.

SOLUÇÕES

1 – Apuração e indiciamento por parte das instâncias policiais e judiciais daqueles indivíduos que estiveram diretamente envolvidos nos confrontos generalizados.

2 – Não bastam reuniões administrativas entre dirigentes de clubes, políticos e a elite torcedora para resolver a conduta torcedora neste ou naquele jogo em específico.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Luiz Paulo Telles Barreto e Felipe de Paula
TÍTULO	Segurança e cidadania em eventos esportivos
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	11/08/2010
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, se bem executadas, vão propiciar um grande salto para a sociedade brasileira.</p> <p>M2. É dever do Estado estimular a boa organização dos jogos, a qualidade da infraestrutura e as melhorias relacionadas à segurança pública.</p> <p>M3. É importante pensar em incrementos legislativos, buscando um marco legal ágil e adequado ao cenário atual.</p> <p>M4. Também é relevante planejar ações que visem uma política de segurança cidadã, pautada na inteligência, capacitação profissional e união de ações preventivas e repressivas.</p> <p>M5. A sanção da lei que altera o Estatuto do Torcedor é fruto do trabalho dos Ministérios da Justiça e dos Esportes, o Ministério Público de São Paulo e a CBF e é evolução legislativa importante para a melhoria das condições do espetáculo ofertado ao torcedor.</p> <p>MC. Com medidas legislativas e de planejamento, o governo inicia amplo trabalho na área de segurança e cidadania em eventos esportivos, reconhecendo a importância do esporte na cultura nacional e proporcionando ao torcedor, desde já, um ambiente de paz.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 - Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016 que, se bem executadas, vão propiciar um grande salto para a sociedade brasileira.
ENVOLVIDOS
1 - Estado que tem o dever de estimular a boa organização dos jogos, a qualidade da infraestrutura e as melhorias relacionadas à segurança pública.
2 – Ministérios da Justiça e dos Esportes, o Ministério Público de São Paulo e a CBF que trabalharam na lei que altera o Estatuto do Torcedor.
3 – Governo que inicia amplo trabalho na área de segurança e cidadania em eventos esportivos,

reconhecendo a importância do esporte na cultura nacional e proporcionando ao torcedor, desde já, um ambiente de paz.

SOLUÇÕES

- 1 – Pensar em incrementos legislativos, buscando um marco legal ágil e adequado ao cenário atual.**
- 2 – Planejar ações que visem uma política de segurança cidadã, pautada na inteligência, capacitação profissional e união de ações preventivas e repressivas.**
- 3 – A sanção da lei que altera o Estatuto do Torcedor é evolução legislativa importante para a melhoria das condições do espetáculo ofertado ao torcedor.**

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcelo Damato
TÍTULO	Cartolas preferem ódio à paz
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	26/03/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. PM e Ministério Público protegem cartolas.</p> <p>M2. Torcedores são manipulados pelos dirigentes pelo ódio.</p> <p>MC. Cartolas não ligam para o conforto e segurança de seus torcedores em estádio alheio e não têm a iniciativa da negociação e do apaziguamento; pelo contrário, incitam o ódio.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
Não apresenta condições
ENVOLVIDOS
<p>1 – PM e Ministério Público que protegem cartolas.</p> <p>2 – Torcedores que são manipulados pelos dirigentes pelo ódio.</p> <p>3 – Cartolas que não ligam para o conforto e para a segurança de seus torcedores em estádio alheio e que não têm a iniciativa da negociação e do apaziguamento; pelo contrário, incitam o ódio.</p>
SOLUÇÕES
Não apresenta soluções

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcelo Damato
TÍTULO	Este pode ser o ano do torcedor
DIÁRIO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	10/05/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Cartolas estimulam a visão religiosa do futebol, em que a paixão justifica tudo, e são famosos por não cumprirem promessas.</p> <p>M2. Os clubes precisam dos torcedores que não veem o futebol como religião e nem como guerra, porque eles pagam um pouco mais para serem tratados como seres humanos, o que é positivo para o futebol.</p> <p>M3. Uma lei que não é cumprida é inútil, ainda que bem-intencionada.</p> <p>MC. Lugar marcado é um avanço e vai atrair um tipo de público que se afastou, que não vê o futebol nem como religião e nem como guerra.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
Não apresenta condições
ENVOLVIDOS
<p>1 – Cartolas que estimulam a visão religiosa do futebol, em que a paixão justifica tudo, e que são famosos por não cumprirem promessas.</p> <p>2 – Clubes que precisam dos torcedores que não veem o futebol como religião e nem como guerra, porque eles pagam um pouco mais para serem tratados como seres humanos, o que é positivo para o futebol.</p> <p>3 – Torcedores que não veem o futebol nem como guerra e nem como religião e que foram afastados do estádio e que serão atraídos pelos lugares marcados.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Ainda que bem-intencionada, lei que não é cumprida é inútil.</p> <p>2 – Lugar marcado.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcelo Damato
TÍTULO	Depois da violência vem a dúvida
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	07/06/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
M1. Em pleno século XXI, essa história de que a informação está disponível para todos é balela.
M2. A polícia já errou muitas vezes e tem mostrado dificuldade em encontrar a verdade.
M3. Essa dificuldade não é recente.
MC. Enquanto a polícia não conseguir ser mais eficiente, não se poderá confiar nem sequer nos seus relatos.

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Informação não disponível para todos.
2 – A ineficiência da polícia.
ENVOLVIDOS
1 – Polícia que erra, possui dificuldade em encontrar a verdade e é pouco eficiente.
SOLUÇÕES
1 – Aumentar a eficiência da polícia.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcelo Damato
TÍTULO	É o fim dos brigões? ...por outro lado...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	15/03/2009
PÁGINA	11

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O projeto de lei lançado pelo governo parte da premissa que a lei é capaz de mudar a realidade.</p> <p>M2. Das ações propostas pelo governo, o combate ao cambista é o que mais tem chance de funcionar, mas só se a PM decidir agir e, ainda assim, só serão pegos os cambistas pé-na-rua.</p> <p>M3. O futebol brasileiro só irá resolver o problema da violência quando os dirigentes trabalharem para isso e afastarem aqueles que creem que não devem cometer crimes apenas para evitar punição.</p> <p>M4. Esperar que a polícia e o Ministério Público despreparados e mal equipados para a dura realidade nacional sejam capazes de dar conta da violência no futebol é acreditar na cegonha.</p> <p>MC. A lei não é capaz de mudar a realidade, ela só funciona quando as pessoas querem que ela funcione.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – A falta de empenho dos dirigentes.</p> <p>2 – O despreparo e a incapacidade da polícia e do Ministério Público para resolver a questão.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Governo que lançou um projeto de lei.</p> <p>2 – Dirigentes que não trabalham para resolver a questão da violência no futebol.</p> <p>3 – Polícia e Ministério públicos despreparados, mal equipados e incapazes de resolver a questão da violência no futebol.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – As ações propostas pelo governo não irão resolver a questão da violência no futebol.</p> <p>2 – A lei sozinha não irá resolver a questão.</p>

3 – Trabalhar para resolver a questão e afastar aqueles que creem que cometer crimes não é errado.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcelo Damato
VEÍCULO	Polícia também é parte do problema
DIÁRIO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	24/03/2009
PÁGINA	17

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A polícia não inicia os conflitos, mas age sem senso de medida, provocando mais confusão.</p> <p>M2. A polícia têm de adotar os princípios básicos de que cidadão não é inimigo, que torcida organizada não é uma associação criminosa e precisa se fazer entender pelos torcedores e não descer o cassete.</p> <p>M3. Os policiais não se comunicam nem entre eles.</p> <p>M4. A polícia é a única dos responsáveis pela violência que age em nome do povo e paga por ele, por isso seu comportamento é o mais inaceitável de todos.</p> <p>MC. A polícia também é parte do problema.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – A ação sem medida da polícia.
ENVOLVIDOS
1 – Polícia que atua em nome do povo e é paga por ele, mas que age sem medida, não se comunica entre si e não adota os princípios básicos de que cidadão não é inimigo, que torcida organizada não é uma associação criminosa e precisa se faz entender pelos torcedores e não descer o cassete.
SOLUÇÕES
1 – A polícia precisa se comunicar entre si e adotar os princípios básicos de que cidadão não é inimigo, que torcida organizada não é uma associação criminosa e precisa se fazer entender pelos torcedores e não descer o cassete.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcelo Damato
TÍTULO	Por uma greve de torcedores
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	19/02/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. São Paulo, Corinthians, Gaviões e PM reduzem o peso de seus erros no episódio ocorrido no Morumbi e enfatizam os do lado contrário, não buscando que a violência não se repita.</p> <p>M2. Clubes, torcidas e polícia têm uma dificuldade notória de assumir responsabilidades e não se sensibilizam com a morte de pessoas.</p> <p>MC. É preciso que o cidadão faça greve: não indo a estádios sem condição de higiene e segurança, não comprando mais produtos de clubes que maltratam seus torcedores, não aceitando que clubes deem incentivos a torcidas envolvidas com violência.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Omissão.
ENVOLVIDOS
<p>1 – São Paulo, Corinthians, Gaviões e PM que reduzem o peso de seus erros no episódio ocorrido no Morumbi e que enfatizam os do lado contrário, não buscando que a violência não se repita.</p> <p>2 – Clubes, torcidas e polícia que têm uma dificuldade notória de assumir responsabilidades e que não se sensibilizam com a morte de pessoas.</p> <p>3 – Cidadão que precisa fazer greve.</p>
SOLUÇÕES
1 – Fazer greve: não indo a estádios sem condição de higiene e segurança, não comprando mais produtos de clubes que maltratam seus torcedores, não aceitando que clubes deem incentivos a torcidas envolvidas com violência.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcelo Damato
VEÍCULO	Regra dos 5% pune os bons e atrai encrenca
DIÁRIO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	26/04/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Há mais de uma década, o Ministério Público paulista vem dando uma cabeçada atrás da outra.</p> <p>M2. Com mais liberdade, há menos violência.</p> <p>M3. O MP estigmatiza tanto os torcedores que afasta as boas pessoas e transforma o estádio num templo de fanatismo, no pior sentido da palavra.</p> <p>M4. Com sua truculência, a PM afasta aos que vão ao jogo só pelo futebol.</p> <p>M5. É melhor não dar nada para a torcida visitante, do que apenas 5% dos ingressos.</p> <p>MC. A redução do espaço para a torcida visitante não reduziu a ida de torcedores violentos, até incentivou.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Redução da liberdade.
ENVOLVIDOS
<p>1 - Ministério Público paulista que, há mais de uma década, vem dando uma cabeçada atrás da outra e que estigmatiza tanto os torcedores que afasta as boas pessoas e transforma o estádio num templo de fanatismo, no pior sentido da palavra.</p> <p>2 – PM que, com sua truculência, afasta aos que vão ao jogo só pelo futebol.</p>
SOLUÇÕES
1 – É melhor não dar nada para a torcida visitante do que apenas 5% dos ingressos, medida que não reduziu a ida de torcedores violentos, até incentivou.

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	Marcos Ferreira
LOCAL	Sala da diretoria da Mancha Alviverde
DATA	07/10/2011

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A violência no futebol é chocante.</p> <p>M2. Violência gera violência.</p> <p>M3. Nas torcidas organizadas não tem só pessoas santas e nem só pessoas malvadas.</p> <p>M4. As causas para a violência no futebol são a má conduta da polícia, a falta de infra-estrutura dos estádios e as condições sociais.</p> <p>M5. Não tem um culpado pela violência, ela é associada ao ser humano.</p> <p>M6. Os principais prejudicados pela violência no futebol são a própria vítima da violência e as torcidas organizadas.</p> <p>M7. As soluções para a violência no futebol são a realização de trabalhos de prevenção e de conscientização.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Violência é chocante, gera mais violência e é associada ao ser humano.</p> <p>2 – Má conduta da polícia.</p> <p>3 – Falta de infraestrutura dos estádios.</p> <p>4 – Condições sociais.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcidas organizadas que não tem só pessoas santas e nem só pessoas malvadas e que são prejudicadas pela violência no futebol.</p> <p>2 – Vítima da violência que é uma das principais prejudicadas por ela.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Prevenção.</p> <p>2 – Conscientização.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcos Marinho
TÍTULO	Risco ou só alegria? Por um lado...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	26/08/2009
PÁGINA	13

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
M1. Não é fácil lidar com uma multidão de torcedores no estádio.
M2. O anonimato é um problema.
MC. A máscara do Jason atrapalha, pois não permite a identificação das pessoas no estádio.

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – Anonimato.
ENVOLVIDOS
1 – Multidão de torcedores no estádio que não é fácil de lidar.
SOLUÇÕES
1 – Proibição da máscara do Jason e identificação do torcedor.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcos Marinho
TÍTULO	Violência sem fim. Por um lado...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	07/06/2009
PÁGINA	21
ANÁLISE DE NÍVEL 1	
MACRO-PROPOSIÇÕES	
<p>M1. A impunidade é o que alimenta a violência entre os torcedores.</p> <p>M2. Leis mais ágeis são uma forma de combater a violência.</p> <p>M3. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Ministério Público precisam trabalhar juntos, assim como o Poder Legislativo, para chegar a novas leis.</p> <p>M4. A alteração do Estatuto do Torcedor será fundamental no combate à violência.</p> <p>M5. Hoje em dia, a possibilidade de ter apenas a torcida do clube mandante no estádio é uma das alternativas para combater a violência.</p> <p>M6. A sociedade deve repensar o papel das torcidas organizadas no futebol brasileiro.</p> <p>MC. É necessário criar leis mais eficazes para punir os torcedores violentos.</p>	

ANÁLISE DE NÍVEL 2	
CONDIÇÕES	
<p>1 – Impunidade.</p> <p>2 – Leis pouco ágeis e eficazes.</p> <p>3 – O atual Estatuto do Torcedor não é suficientemente adequado.</p> <p>4– Encontro entre torcedores rivais.</p>	
ENVOLVIDOS	
<p>1 – Torcedores violentos impunes.</p> <p>2 – Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público e Poder Legislativo pouco articulados.</p> <p>3 – Sociedade que pensa erroneamente o papel das torcidas organizadas.</p>	
SOLUÇÕES	
<p>1 – Leis mais ágeis e eficazes.</p>	

2 – Maior articulação entre a Polícia Civil, Militar, Ministério Público e Poder Legislativo.

3 – Alteração do Estatuto do Torcedor.

4 – Hoje em dia, jogos com apenas a torcida do time mandante.

5 – A sociedade deve repensar o papel das torcidas organizadas.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marcos Marinho
TÍTULO	É o fim dos brigões? Por um lado...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	15/03/2009
PÁGINA	11

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A aplicação das leis deve mudar, pois há hoje no Brasil uma sensação de impunidade muito grande.</p> <p>M2. O cartão torcedor é algo inovador e é uma ótima proposta.</p> <p>M3. Precisamos determinar o comportamento das pessoas nos estádios.</p> <p>M4. As ações propostas pelo governo não vão elitizar o futebol e quem é do bem vai aprová-las.</p> <p>MC. As ações propostas pelo governo são muito interessantes, porém resolvem apenas uma parte do problema.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Existe hoje no Brasil uma sensação de impunidade muito grande.</p> <p>2 – A falta de controle do comportamento dos torcedores nos estádios.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcedores que não têm o comportamento controlado.</p> <p>2 – Pessoas do bem que aprovam as ações propostas pelo governo.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – O cartão torcedor.</p> <p>2 – Determinar o comportamento das pessoas nos estádios.</p> <p>3 – As ações propostas pelo governo (que resolvem apenas parte do problema).</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Marília Ruiz
TÍTULO	Que graça tem gol em W.O.?
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	25/03/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A impunidade é a maior mazela do futebol, do país, das crianças mal-educadas, da anarquia.</p> <p>M2. Clássicos W.O. seriam a definitiva e conclusiva admissão de que somos seres irracionais, da incompetência dos cartolas, da incompetência e falência do Estado.</p> <p>MC. Medidas discutidas como o cadastramento nacional dos torcedores, confinar a torcida visitante ou, pior, “jogos de uma torcida só” não são a solução.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Impunidade.</p> <p>2 – Incompetência dos cartolas.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Cartolas incompetentes.</p> <p>2 – Torcedores cadastrados.</p> <p>3 – Torcedores visitantes confinados.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Medidas como o cadastramento nacional dos torcedores, confinar a torcida visitante ou, pior, “jogos de uma torcida só” não são a solução.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Mateus Benato
TÍTULO	É possível torcer sem matar ou morrer?
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	07/06/2009
PÁGINA	2

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. É possível que duas pessoas que torcem ou joguem por times diferentes convivam e se divirtam pacificamente com o futebol.</p> <p>M2. Meia dúzia de bandidos organizados aterroriza os apaixonados pela bola.</p> <p>M3. Torcedores de todas as equipes já mataram e morreram em todos os grandes centros do futebol brasileiro e tudo continua do mesmo jeito.</p> <p>M4. O problema é que cartola, político e promotor ficam no bláblábláblá e têm pouca atitude.</p> <p>M5. Haja incompetência e impunidade.</p> <p>M6. Hoje não vale a pena correr risco de vida frequentando estádios.</p> <p>M7. Na gastança de dinheiro público que vai rolar para a Copa de 2014, é preciso que os consumidores e autoridades fiscalizem como as verbas serão empregadas, sendo que uma parte do investimento deve ser direcionada para segurança, mas não apenas para a época do evento, mas como legado permanente.</p> <p>MC. A rivalidade tem de ser sadia sem agressão.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Mortes contínuas de torcedores em todos os grandes centros do país.</p> <p>2 – Incompetência de cartola, político e promotor.</p> <p>3 – Impunidade.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 –Pessoas que torcem ou jogam por times diferentes que não convivem e não se divertem pacificamente com o futebol.</p>

- 2 – Bandidos organizados que aterrorizam apaixonados pela bola.
- 3 – Torcedores de todas as equipes que já mataram e morreram em todos os grandes centros do futebol brasileiro.
- 4 – Cartola, político e promotor que ficam no blábláblá e têm pouca atitude.
- 5 – Consumidores e autoridades que devem fiscalizar como será investido o dinheiro público na Copa de 2014.

SOLUÇÕES

- 1 – Cartola, político e promotor devem agir mais e falar menos.
- 2 – Direcionar parte do dinheiro público a ser investido para a Copa de 2014 para segurança, mas não apenas para a época do evento, mas como legado permanente.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Mauro Beting
TÍTULO	Estádio de sítio
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	20/02/2009
PÁGINA	28

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. As autoridades não sabem como minimizar a violência nos estádios e a insegurança pública.</p> <p>M2. A violência vai muito além do campo de jogo, é questão social, educacional, econômica, moral, comportamental, animal.</p> <p>M3. A violência é incendiada por amadores clubistas e alimentada pela mídia.</p> <p>M4. De tão enxotados, chutados, chateados, xingados que viramos “torcedores comuns”.</p> <p>M5. Os torcedores organizados viraram tão poderosos que ameaçam os demais torcedores, cartolas, treinadores e atletas, mas essa é minoria ruidosa e raivosa das torcidas organizadas, a maioria é do bem.</p> <p>M6. A tropa de choque atropela e choca o torcedor de boa vontade, ainda a maioria esmagadora e silenciosa.</p> <p>M7. Um batalhão específico para estádios (sem farda, sem choque, sem tropa) é um primeiro passo, mas também é preciso aparelhar a inteligência policial.</p> <p>M8. “Jogos de uma torcida” não resolvem o problema.</p> <p>MC. Os campos de futebol estão em estado de sítio.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – A violência vai muito além do campo de jogo, é questão social, educacional, econômica, moral, comportamental, animal.</p> <p>2 – Os estádios de futebol estão em estado de sítio.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Autoridades que não sabem como minimizar a violência nos estádios e a insegurança pública.</p>

2 – Amadores clubistas que incendeiam a violência.

3 – Mídia que alimenta a violência.

4 – Nós que, de tão enxotados, chutados, chateados, xingados, viramos “torcedores comuns”.

5 – Torcedores organizados que viraram tão poderosos que ameaçam os demais torcedores, cartolas, treinadores e atletas.

6 – Torcidas organizadas que possui uma minoria ruidosa e raivosa, mas uma maioria do bem.

7 – Tropa de choque que atropela e choca o torcedor de boa vontade, que ainda é a maioria esmagadora e silenciosa.

SOLUÇÕES

1 – Batalhão específico para estádio.

2 – Aparelhar a inteligência policial.

3 – “Jogos de uma torcida só” não resolvem o problema.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Orlando Silva
TÍTULO	É hora de virar o jogo
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	22/03/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O Torcida Legal é um conjunto de medidas que objetiva defender e proteger a maioria dos torcedores e punir os que ferem os direitos da coletividade.</p> <p>M2. Os frequentadores de estádio querem apreciar o espetáculo, se divertir e manter distância dos tumultos.</p> <p>M3. O número de feridos e mortos em conflitos envolvendo torcedores de futebol tem aumentado e esses conflitos têm transbordado crescentemente para fora dos estádios.</p> <p>M4. Um decreto presidencial determinou a exigência de critérios técnicos mais rígidos para liberar a utilização de estádios.</p> <p>M5. O presidente enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que altera o Estatuto do Torcedor e transforma em crime condutas antissociais nos estádios e em seu entorno.</p> <p>M6. O termo de cooperação técnica assinado pelos Ministérios do Esporte e da Justiça, pela Confederação Brasileira de Futebol, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União garante mais segurança e conforto aos torcedores.</p> <p>M7. O anonimato estimula a ação de baderneiros, aumentando a possibilidade de confrontos.</p> <p>M8. A experiência internacional demonstra que o combate à violência nos estádios exige o endurecimento da legislação e a adoção de sistemas de monitoramento dos estádios.</p> <p>MC. É hora de garantir mais segurança e conforto aos torcedores e trazer às famílias de volta aos estádios.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Falta de proteção aos direitos da maioria dos torcedores.</p> <p>2 – Número de feridos e mortos tem aumentado e os conflitos têm transbordado para fora dos estádios.</p> <p>3 – Falta de rigidez dos atuais critérios técnicos para a liberação dos estádios.</p> <p>4 – A deficiência do atual Estatuto do Torcedor, que não considera crime condutas antissociais no</p>

estádio e no seu entorno.

5 – O anonimato, que estimula a ação de baderneiros.

ENVOLVIDOS

1 – Torcedores sem direitos protegidos, com pouco conforto, sem segurança e que querem apreciar o espetáculo, se divertir e manter distância dos tumultos.

2 – Baderneiros anônimos que ferem os direitos da coletividade e que permanecem impunes.

3 – Presidente que enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que transforma o Estatuto do Torcedor.

4 – Ministérios do Esporte e da Justiça, pela Confederação Brasileira de Futebol, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União que assinaram um termo de cooperação técnica.

5 – Famílias que não frequentam mais os estádios.

SOLUÇÕES

1 – O Torcida Legal, que objetiva defender e proteger a maioria dos torcedores e punir os que ferem os direitos da coletividade.

2 – Critérios técnicos mais rígidos para liberar a utilização dos estádios.

3 – Alteração do Estatuto do Torcedor, considerando crime condutas antissociais no estádio e no seu entorno.

4 – Endurecimento da legislação e a adoção de sistemas de monitoramento dos estádios.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Paulo Castilho
TÍTULO	Violência sem fim. ...por outro lado...
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	07/06/2009
PÁGINA	21

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
M1. A questão da violência envolvendo torcedores de futebol é um problema social muito grave.
M2. Precisamos de uma polícia e de uma justiça mais especializada.
M3. Com a mudança da legislação já aprovada no Congresso, vamos aumentar o rigor e o combate à violência.
M4. A torcida única é um modo de evitar o problema da violência no futebol.
M5. A vinda de torcedores de outros locais tem um custo absurdo para o governo.
MC. Deve-se permitir a presença apenas da torcida mandante nos estádios.

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – A presença da torcida visitante.
2 – A falta de rigor da atual legislação.
3 – A falta de especialização da polícia e da justiça.
ENVOLVIDOS
1 – Polícia e justiça pouco especializadas.
2 – Torcida visitante causa problemas e onera o governo.
SOLUÇÕES
1 – Uma polícia e uma justiça mais especializada.
2 – Permitir a presença apenas da torcida mandante nos estádios.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Paulo Vinicius Coelho
TÍTULO	Os bandidos estão vencendo
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	22/02/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Muito pior do que a impunidade, é a sensação de que ninguém é punido, e essa sensação segue intacta na sociedade.</p> <p>M2. As torcidas uniformizadas são os únicos que nunca abandonaram os estádios</p> <p>M3. Há 20 anos, todo mundo sabe que a legislação específica é a única medida concreta para diminuir a violência e a sensação de impunidade, mas essa legislação nunca saiu do papel, porque a Justiça brasileira prefere seguir seu eterno debate: punir ou educar.</p> <p>M4. Em São Paulo, quem hoje cuida da violência nos estádios entrou no assunto há pouco tempo.</p> <p>M5. Não se acaba com a violência sem entender do assunto, sem saber o que funcionou e fracassou na Itália, na Argentina, na Inglaterra ou no Brasil.</p> <p>MC. Os vândalos não serão presos porque o leitor não vai ao estádio, a única chance é cobrar quem tem obrigação de prendê-los.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Sensação de que ninguém é punido.</p> <p>2 – Insistir no debate punir ou educar ao invés de criar uma legislação específica.</p> <p>3 – Inexperiência e falta de conhecimento de quem cuida da questão.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Torcidas uniformizadas que são os únicos que nunca abandonaram os estádios.</p> <p>2 – Justiça brasileira que prefere seguir o eterno debate punir ou educar.</p> <p>3 – Inexperientes autoridades que cuidam hoje da violência nos estádios em São Paulo</p> <p>4 – Vândalos que não serão presos porque o leitor não vai ao estádio.</p>

SOLUÇÕES

- 1 – Criar uma legislação específica.**
- 2 – Ter conhecimento sobre o assunto.**
- 3 – Cobrar quem tem a obrigação de prender os vândalos.**
- 4 – Deixar de ir ao estádio não resolve o problema.**

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	Pulguinha
LOCAL	Sala da diretoria dos Gaviões da Fiel
DATA	08/09/2011

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A violência é sempre um retrocesso do ser e é histórica.</p> <p>M2. A violência no futebol é uma decorrência do individualismo, da perda de valores, da desigualdade de classes, da falta de investimento social e de políticas públicas.</p> <p>M3. Não há um responsável pela violência no futebol e falta um debate amplo com a sociedade e discutir valores.</p> <p>M4. A imprensa e os jogadores muitas vezes também contribuem com a violência no futebol, do mesmo modo que o “torcedor comum”.</p> <p>M5. Mais de 50% do Estatuto do Torcedor não funciona.</p> <p>M6. A regulamentação das torcidas organizadas serve muito mais como palanque para as autoridades do que como resolução do problema.</p> <p>M7. A lógica de administrar em cima de punições é ditatorial e equivocada.</p> <p>M8. Todo mundo ganha com a violência no futebol.</p> <p>M9. Toda a sociedade perde com a violência no futebol.</p> <p>M10. As torcidas organizadas perdem com a violência no futebol.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – A violência é sempre um retrocesso e é histórica.</p> <p>2 – A violência no futebol é uma decorrência do individualismo, da perda de valores, da desigualdade de classes, da falta de investimento social e de políticas públicas.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Imprensa, jogadores e “torcedor comum” que muitas vezes contribuem com a violência.</p> <p>2 – Todo mundo que ganha com a violência no futebol.</p> <p>3 – Toda a sociedade que perde com a violência no futebol.</p> <p>4 – As torcidas organizadas que perdem com a violência no futebol.</p>

SOLUÇÕES

- 1 – Realizar um debate amplo com a sociedade e discutir valores.**
- 2 – Mais de 50% do Estatuto do Torcedor não funciona.**
- 3 – A regulamentação das torcidas organizadas serve muito mais como palanque para as autoridades do que como resolução do problema.**
- 4 – A lógica de administrar em cima de punições é ditatorial e equivocada.**

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	Ricardo Mello
LOCAL	Sala da casa do entrevistador
DATA	30/04/2010

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Todo jogo tem um clima de tensão no ar.</p> <p>M2. A violência no futebol tem a ver com intolerância e ela é prejudicial para o futebol e para a sociedade.</p> <p>M3. As principais causas da violência no futebol são o desrespeito social, o desrespeito vivenciado no estádio e um certo prazer humano pela guerra.</p> <p>M4. Os principais culpados são o poder público por não criar políticas de redução da violência, a polícia que é mal preparada e o torcedor que extravasa.</p> <p>M5. As soluções seriam responsabilizar esses atores; cadastrar os torcedores; reduzir a torcida visitante e melhorar o tratamento dado ao torcedor. Em longo prazo, reduzir a desigualdade social. A sociedade também deve encontrar modos de sublimar o prazer pela guerra.</p> <p>M6. As principais vítimas são todos os torcedores.</p> <p>M7. As principais consequências da violência no futebol são a retração do espaço público, a perda de vidas, a revolta, a descrença na dimensão social e o medo.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Clima de tensão no ar em dias de jogos.</p> <p>2 – Violência que tem a ver com intolerância e que é responsável pela retração do espaço público, pela perda vidas, pela geração de revolta, pela descrença no social, pelo medo, sendo prejudicial para o futebol e para a sociedade.</p> <p>3 – Desrespeito social.</p> <p>4 – Desrespeito vivenciado no estádio.</p> <p>5 – Certo prazer do humano pela guerra.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Poder público que não cria políticas de redução da violência.</p> <p>2 – Polícia que é mal preparada.</p>

3 – Torcedor que extravasa.

4 – Todos os torcedores que são vítimas.

SOLUÇÕES

1 – Responsabilização do poder público, da torcida e do torcedor que extravasa.

2 – Cadastramento dos torcedores.

3 – Redução da torcida visitante.

4 – Melhorar tratamento dado ao torcedor.

5 – Em longo prazo, diminuição da desigualdade social.

6 – Encontrar formas de sublimar o prazer pela guerra.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Roberto Assaf
TÍTULO	Problema é a certeza da impunidade
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	10/06/2009
PÁGINA	32

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Ainda não se debateu as badernas que acontecem fora dos estádios.</p> <p>M2. A violência que cerca o espetáculo tem afastado muita gente do futebol.</p> <p>M3. As chances da polícia de conter os baderneiros fora dos estádios são muito menores.</p> <p>M4. São raros os vagabundos que têm interesse em futebol.</p> <p>M5. A melhor providência é punir rigorosamente, sentenciando e encarcerando, dentro do que está previsto na lei.</p> <p>MC. O grande problema é a certeza da impunidade.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Badernas fora do estádio que ainda não foram debatidas, que têm afastado muito gente do futebol e que são difíceis de serem contidas.</p> <p>2 – Certeza da impunidade.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Polícia que tem menos chances de conter os baderneiros fora dos estádios.</p> <p>2 – Vagabundos que, em sua maioria, não têm interesse em futebol.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Punir rigorosamente, sentenciando e encarcerando dentro do que está previsto na lei.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Roberto Assaf
TÍTULO	Vigiar, enquadrar e punir
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	17/03/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A violência fora dos estádios tem afastado muita gente do futebol, é mais difícil de ser controlada e não tem sido debatida.</p> <p>M2. Os baderneiros e vagabundos que praticam a violência raramente têm interesse no futebol.</p> <p>M3. A proposta do governo de criar um cadastro dos torcedores não acabará com a violência fora dos estádios.</p> <p>M4. O pacote de combate à violência lançado pelo governo deve ser, num primeiro momento, aplaudido, pois mostra que existe a boa intenção de se erradicar esse mal.</p> <p>M5. O problema é a certeza da impunidade.</p> <p>MC. É preciso discutir e combater a violência fora dos estádios, encarcerando e sentenciando os baderneiros, dentro do que está previsto em lei.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – A dificuldade de se controlar a violência que ocorre fora dos estádios.</p> <p>2 – Impunidade.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Baderneiros e vagabundos que praticam a violência e que raramente têm interesse no futebol.</p> <p>2 – Governo que lança um pacote de medidas de combate à violência.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – A proposta do governo de criar um cadastro dos torcedores não acabará com a violência fora dos estádios.</p> <p>2 – O pacote de combate à violência lançado pelo governo deve ser, num primeiro momento,</p>

aplaudido, pois mostra que existe a boa intenção de se erradicar esse mal.

3 – Encarcerar e sentenciar os baderneiros, dentro do que está previsto em lei.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Rodrigo Cerqueira
TÍTULO	Que sirva de exemplo!
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	20/12/2009
PÁGINA	32

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Vândalos e baderneiros protagonizaram mais uma vez cenas de guerra em um estádio de futebol e devem ser expulsos dos estádios.</p> <p>M2. Os estádios de futebol são locais onde as pessoas deveriam buscar diversão e entretenimento.</p> <p>M3. O Coritiba teve sua parcela de culpa nos episódios da última rodada do Campeonato Brasileiro de 2009 e deve ser punido.</p> <p>M4. O modelo de segurança adotado no Amsterdã Arena é muito eficiente, lá se realiza um trabalho de cooperação entre clube, polícia, governo e organização do jogo, no qual os serviços de segurança e informação ficam a cargo de um grupo de comissários.</p> <p>M5. Além deste trabalho de cooperação, o mapeamento do comportamento dos torcedores, o medo da punição e o rigor no cumprimento das leis afastam o perigo dos estádios.</p> <p>M6. Estrutura é fundamental nos estádios, pois o torcedor que vai aos jogos é, acima de tudo, um consumidor daquele produto, que gera lucro.</p> <p>M7. A violência nos estádios também ocorre em outros lugares além do Brasil e é um problema social, devido a enorme proporção que tomou.</p> <p>MC. Falta punição severa aos responsáveis pela violência no futebol.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – A violência nos estádios também ocorre em outros lugares além do Brasil e é um problema social, devido à enorme proporção que tomou.</p> <p>2 – Impunidade.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Vândalos e baderneiros que protagonizaram mais uma vez cenas de guerra em um estádio de</p>

futebol.

2 – Coritiba que teve sua parcela de culpa nos episódios da última rodada do Campeonato Brasileiro de 2009 e deve ser punido

3 – Torcedor que é consumidor e gera lucro.

SOLUÇÕES

1 – Expulsar os vândalos e baderneiros dos estádios de futebol.

2 – Adotar o modelo de segurança do Amsterdã Arena, realizando um trabalho de cooperação entre clube, polícia, governo e organização do jogo.

3 – Estudar o comportamento do torcedor que frequenta os estádios e mapear tudo que pode acontecer para que as autoridades possam ficar atentas aos baderneiros.

4 – Acabar com a impunidade e não dar outra oportunidade àqueles que pisarem na bola.

5 – Maior rigor no cumprimento das leis.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Romeu Tuma
TÍTULO	O controle da violência envolve toda a sociedade
VEÍCULO	Lance!
PÁGINA	18
DATA DE PUBLICAÇÃO	05/07/2009

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Os torcedores que vão aos estádios são brasileiros corajosos que se arriscam a sair de casa.</p> <p>M2. As arenas futebolísticas, que deveriam ser palcos de emoções, estão se transformando em um campo de batalha e colocando em risco a multidão.</p> <p>M3. A violência nos campos de futebol leva ao afastamento das famílias dos estádios.</p> <p>M4. Hoje, muitos atos de torcedores violentos deixarem de ser punidos por não estarem previstos na legislação.</p> <p>M5. Para reverter a questão da violência no futebol, a Câmara dos Deputados aprovou alterações no Estatuto do Torcedor.</p> <p>M6. Somente uma ação mais rigorosa ajudará a acabar com a sensação de impunidade que impera nos estádios.</p> <p>M7. O Estado pode criar leis e aplicar penas, mas o controle da violência nos estádios requer principalmente educação e conscientização das pessoas.</p> <p>MC. O controle da violência envolve toda a sociedade.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Impunidade.</p> <p>2 – Atual legislação, em especial o Estatuto do Torcedor, não é suficientemente adequada.</p> <p>3 – Falta de ações mais rigorosas.</p> <p>4 – Falta de educação e conscientização das pessoas.</p>
ENVOLVIDOS
1 – Corajosos torcedores que ousam sair de casa e vão aos estádios.

2 – Multidão sob-risco.

3 – Famílias afastadas dos estádios.

4 – “Gente de família” não pratica violência.

5 – Torcedores violentos impunes.

6 – Estado incapaz de resolver sozinho a questão.

SOLUÇÕES

1 – Alterar Estatuto do Torcedor.

2 – Educar e conscientizar as pessoas.

3 – Envolver toda a sociedade.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Sérgio Cabral
TÍTULO	Sonhar não custa nada
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	07/06/2009
PÁGINA	36

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
M1. Já houve um tempo, no Brasil, em que o futebol era apenas um esporte.
M2. Sonho que os jogadores serão respeitados, como seres humanos e profissionais.
MC. Sonho com um dia em que os torcedores de futebol seriam todos a favor do futebol, dos seus clubes e do respeito humano.

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
1 – O futebol, no Brasil, hoje não é mais apenas um esporte.
ENVOLVIDOS
1 – Torcedores de futebol que não são a favor do futebol, dos seus clubes e do respeito humano.
2 – Jogadores que não são respeitados, como seres humanos e profissionais.
SOLUÇÕES
Não apresenta soluções

DADOS GERAIS	
AUTOR	Sílvia Torres
TÍTULO	Segurança nos estádios e respeito ao torcedor
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	20/12/2009
PÁGINA	19

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. O Brasil, organizando-se para receber a Copa de 2014, está totalmente despreparado quando se fala em segurança nos estádios e na total ausência de respeito aos direitos e conforto dos torcedores.</p> <p>M2. O país ressentido-se também de leis duras para conter e punir os vândalos, camuflados de torcedores.</p> <p>M3. Os senadores têm em suas mãos um importante projeto para votar, o projeto de lei n. 451/95, que prevê medidas para esse fim.</p> <p>M4. É preciso criar condições para que as famílias voltem aos estádios e para que estes tornem a ser espaços de convivência democrática.</p> <p>M5. A transformação ocorrida no futebol inglês foi bem-sucedida e deve ser uma referência para o Brasil.</p> <p>M6. O futebol tornou-se um grande negócio de entretenimento, o que torna sua preservação uma exigência.</p> <p>MC. A violência nos estádios tem de ser enfrentada como uma questão de segurança pública.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Falta de segurança nos estádios e total ausência de respeito aos direitos e conforto dos torcedores.</p> <p>2 – Falta de leis duras.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Vândalos camuflados de torcedores.</p> <p>2 – Senadores que têm em mãos um importante projeto a ser votado.</p> <p>3 – Famílias que não frequentam mais os estádios.</p>

SOLUÇÕES

1 – Melhorar a segurança nos estádios e respeitar os direitos e conforto dos torcedores.

2 – Leis mais duras.

3 – A aprovação no Senado do projeto de lei n.451/95.

4 – Enfrentar a violência nos estádios como uma questão de segurança pública.

DADOS GERAIS	
ENTREVISTADO	Tatinho
LOCAL	Sala da diretoria dos Gaviões da Fiel
DATA	27/04/2010

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A violência envolvendo torcedores de futebol faz parte da cultura da sociedade brasileira e tem como principais causas a desigualdade social e o despreparo da polícia.</p> <p>M2. Hoje em dia, a violência ocorre fora dos estádios.</p> <p>M3. O que deve ser feito é fazer valer as leis e acabar com a impunidade, sendo que quem deve ser punido é o indivíduo e não a entidade.</p> <p>M4. A falta de transporte, a falta de hospital, a falta de lazer, o preço alto dos ingressos, o horário dos jogos e o desemprego são formas de violência contra o torcedor e essa violência não é comentada.</p> <p>M5. As torcidas organizadas não são reconhecidas pelos trabalhos sociais que faz e nem são lembrados pelo fato de serem consumidores, de pagar ingresso e de ir a jogos em que ninguém quer ir.</p> <p>M6. As autoridades discriminam as torcidas organizadas.</p> <p>M7. Os políticos cercam os torcedores organizados com interesse, mas dificilmente querem ajudar.</p> <p>M8. As restrições e proibições estabelecidas em São Paulo não são a solução.</p> <p>M9. É preciso criar uma polícia especializada.</p> <p>M10. É preciso que as autoridades façam parcerias com as torcidas organizadas.</p> <p>M11. As torcidas organizadas devem excluir o mau torcedor.</p> <p>M12. O clube, a torcida e a polícia perdem com a violência no futebol, mas quem mais perde é a família.</p> <p>M13. Todos nós somos vítimas da violência no futebol.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Desigualdade social.</p> <p>2 – Despreparo da polícia.</p>

3 – Hoje em dia, a violência ocorre fora dos estádios.

ENVOLVIDOS

1 – Torcidas organizadas que não são reconhecidas pelos trabalhos sociais que fazem e que não são lembradas pelo fato de serem consumidoras, de pagar ingresso e de ir a jogos em que ninguém quer ir.

2 – Autoridades que discriminam as torcidas organizadas.

3 – Políticos que cercam os torcedores organizados com interesse, mas dificilmente querem ajudar.

4 – Clube, torcida, polícia e, principalmente, família que perdem com a violência no futebol.

5 – Todos nós que somos vítimas da violência no futebol.

SOLUÇÕES

1 – Fazer valer as leis, acabando com a impunidade.

2 – Criar uma polícia especializada.

3 – Autoridades devem fazer parcerias com as torcidas organizadas.

4 – Quem deve ser punido é o indivíduo e não a instituição.

5 – As restrições e proibições estabelecidas em São Paulo não são a solução.

6 – Torcidas organizadas devem excluir o mau torcedor.

DADOS GERAIS	
AUTOR	Tostão
TÍTULO	Contradições humanas
VEÍCULO	Folha de S. Paulo
DATA DE PUBLICAÇÃO	18/02/2009
PÁGINA	Online

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. A violência dentro e fora dos campos de futebol ocorre por conta da guerra urbana, da ida dos marginais para os estádios, da hostilidade entre os dirigentes, da pressão que sofrem os atletas e os treinadores para vencer de qualquer jeito e do exagerado destaque que a mídia dá à rivalidade entre os grandes clubes de um Estado.</p> <p>M2. Os dirigentes têm um discurso para a imprensa e outro quando recebem as torcidas organizadas em seus gabinetes.</p> <p>M3. Esse relacionamento entre dirigentes e torcedores organizados, que são uma turma barba-pesada e se sentem protegidos, poderosos e acima da lei, é pernicioso.</p> <p>M4. O presidente Lula não pode nem deve mudar as regras do esporte por meio de decretos, mas pode influenciar mudanças nas leis, como a de acabar com a prática de dirigentes se perpetuarem no poder.</p> <p>M5. No Brasil, as irregularidades são mais frequentes por causa da impunidade e da prática disseminada do jeitinho brasileiro.</p> <p>M6. Mesmo as pessoas de bem se acostumam com tudo isso.</p> <p>MC. As contradições estão em todas as partes, no futebol e em todas as atividades.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Guerra urbana.</p> <p>2 – Ida dos marginais para os estádios.</p> <p>3 – Hostilidade entre os dirigentes.</p> <p>4 – Pressão que sofrem os atletas e os treinadores para vencer de qualquer jeito.</p> <p>5 – Exagerado destaque que a mídia dá à rivalidade entre os grandes clubes de um Estado.</p> <p>6 – Impunidade.</p> <p>7 – Prática disseminada do jeitinho brasileiro.</p>

<p>8 – Relação perniciosa entre dirigentes e torcedores organizados.</p> <p>9 – Contradições generalizadas.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Marginais que vão aos estádios.</p> <p>2 – Dirigentes hostis entre si e duas caras.</p> <p>3 – Atletas e treinadores que sofrem pressão.</p> <p>4 – Mídia que dá exagerado destaque à rivalidade entre os grandes clubes de um Estado.</p> <p>5 – Pessoas de bem que se acostumam com a impunidade e com a prática disseminada do jeitinho brasileiro.</p> <p>6 – Torcedores organizados que são uma turma barra-pesada e que se sentem protegidos, poderosos e acima das leis.</p> <p>7 – Presidente Lula, que não pode nem deve mudar as regras do esporte por meio de decretos, mas que deveria influenciar mudanças nas leis.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Acabar com a prática de dirigentes se perpetuarem no poder.</p>

DADOS GERAIS	
AUTOR	Valdomiro Neto
TÍTULO	Quem tem medo do Jason?
VEÍCULO	Lance!
DATA DE PUBLICAÇÃO	26/08/2009
PÁGINA	3

ANÁLISE DE NÍVEL 1
MACRO-PROPOSIÇÕES
<p>M1. Para coibir a violência e reprimir os vândalos, as cúpulas de governo, a Polícia Militar e o Ministério Público paulista vetam o carnaval nas arquibancadas.</p> <p>M2. Diferentemente do Rio de Janeiro, o futebol paulista está careta.</p> <p>M3. Em São Paulo, vige o estado de exceção nas massas.</p> <p>MC. Proibir a máscara do Jason e acabar com o carnaval nas arquibancadas não resolve o problema da violência.</p>

ANÁLISE DE NÍVEL 2
CONDIÇÕES
<p>1 – Diferentemente do Rio de Janeiro, o futebol paulista está careta.</p> <p>2 – Em São Paulo, vige o estado de exceção nas massas.</p>
ENVOLVIDOS
<p>1 – Cúpulas de governo, Polícia Militar e Ministério Público paulista que vetam o carnaval nas arquibancadas a fim de coibir a violência e reprimir os vândalos.</p>
SOLUÇÕES
<p>1 – Proibir a máscara do Jason e acabar com o carnaval nas arquibancadas não resolve o problema da violência.</p>